ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

CERTIDÃO

----------**António Manuel Marques de Queirós Pereira**, Presidente da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, **CERTIFICA**, para os devidos efeitos, que, na sessão ordinária daquele órgão, realizada no dia 28 de abril de 2023, foi deliberado no ponto três da ordem de trabalhos, aprovar por maioria, com 21 votos a favor e 24 abstenções, a Proposta da Câmara Municipal para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2022, com anexação dos relatórios de contas das entidades nas quais a autarquia exerce posição dominante (EPAVE E.M. – também para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31 de agosto).----------

Para constar, passo a presente certidão que dato e assino.

Póvoa de Lanhoso, 08 de maio de 2023.

O Presidente da Assembleia Municipal,

António Manuel Marques de Queirós Pereira, dr.

Ponto Três (20`):

Proposta da Câmara Municipal para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2022, com anexação dos relatórios de contas das entidades nas quais a autarquia exerce posição dominante (EPAVE E.M. – também para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31 de agosto).

DELIBERAÇÃO:

Votos contra:____Votos a favor: ____ Abstenções: ____

Ponto Um

Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2022, com anexação dos relatórios de contas das entidades nas quais a autarquia exerce posição dominante (EPAVE E.M. – também para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31 de agosto), para efeitos de apresentação à assembleia municipal, para respetiva votação, nos termos da alínea ccc) n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Seguidamente foi presente proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor:

"PROPOSTA:

A prestação de contas do município apela à apresentação de um documento formal no qual estão refletidos os resultados da gestão financeira levada a cabo pelo executivo com pelouros, num determinado período financeiro, neste caso o ano 2022. Num enfoque subjetivo-institucional, consegue-se perspetivar prestações de contas políticas, administrativas ou jurisdicionais, consoante a sua efetivação decorra perante órgãos de natureza política (por exemplo, Assembleias); de natureza administrativa (por exemplo, superiores hierárquicos, órgãos de tutela governamental); ou perante Tribunais (v.g., Tribunal Constitucional, Tribunal de contas).

Com este enquadramento genérico, e não prescindindo da leitura integral do documento anexo à presente proposta fazendo dela parte integrante, apresenta-se a prestação de contas do município da Póvoa de Lanhoso, referente ao ano de 2022, para aprovação do órgão executivo e consequente apreciação pelo órgão deliberativo nos termos do quadro normativo vigente, designadamente no âmbito do anexo I, da Lei 75/2015, de 12 de setembro, onde se prevê, designadamente, o seguinte:

Total do Ativo – 76.654.276,65€

- Património Líquido – 65.960.401,91€

- Passivo – 10.693.874,74€

- Rendimentos – 21.313.980,69€

- Gastos – 21.950.484,99€

- Resultado Líquido – (- 636.504,30€)

- Recebimentos (DDO) – 23.183.188,92€

- Pagamentos (DDO) – 20.714.853,42€

- Saldo Inicial Operações Orçamentais – 1.329.684,81€

- Saldo Inicial Operações Tesouraria – 1.037.913,42€

- Saldo Final Operações Orçamentais – 2.468.335,50€

- Saldo Final Operações Tesouraria – 992.397,36€

Em face do exposto, **PROPÕE-SE:**

Que a câmara municipal delibere aprovar a presente proposta para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2022, com anexação dos relatórios de contas das entidades nas quais a autarquia exerce posição dominante (EPAVE E.M. – também para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31 de agosto), para efeitos de apresentação à assembleia municipal, para respetiva apreciação, nos termos da alínea ccc) n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Que sejam cumpridos os quesitos previstos em termos de redação da ata, na instrução n.º 1/2019, de 6 de março, do tribunal de contas.

Póvoa de Lanhoso, 18 de abril de 2023.

O Presidente da Câmara Municipal,

Frederico de Oliveira Castro, Dr.”

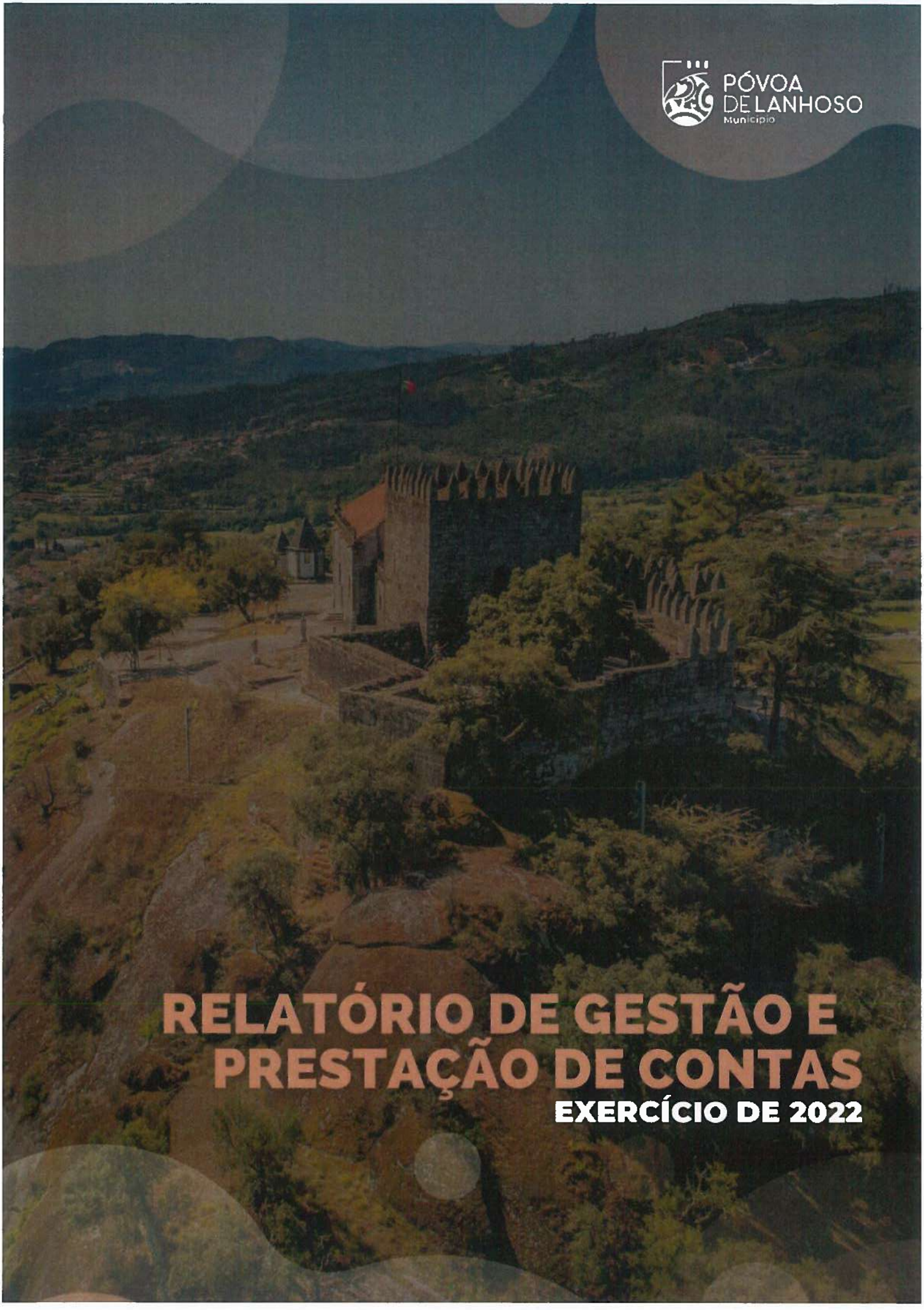
DELIBERAÇÃO: APROVADO POR MAIORIA, COM A ABSTENÇÃO DOS SRS. VEREADORES DO PSD. REMETA-SE À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Em cumprimento dos requisitos legais, compilação da informação adstrita a este ponto da ordem de trabalhos:

Entidade: Município da Póvoa de Lanhoso

Período de relato: 01-01-2022 a 31-12-2022

Ata de aprovação das contas		
1	Órgão competente	Câmara Municipal
2	Data da reunião	24 de abril de 2023
3	As contas foram aprovadas?	Sim
4	As contas foram aprovadas por	Maioria
5	Total de votos presentes da reunião	7
6	Votos a favor	4
7	Votos contra	0
8	% que deliberou a favor	57%
9	% que deliberou contra	0%
10	Declarações voto (total)	N/A
11	Declarações voto (contra)	N/A

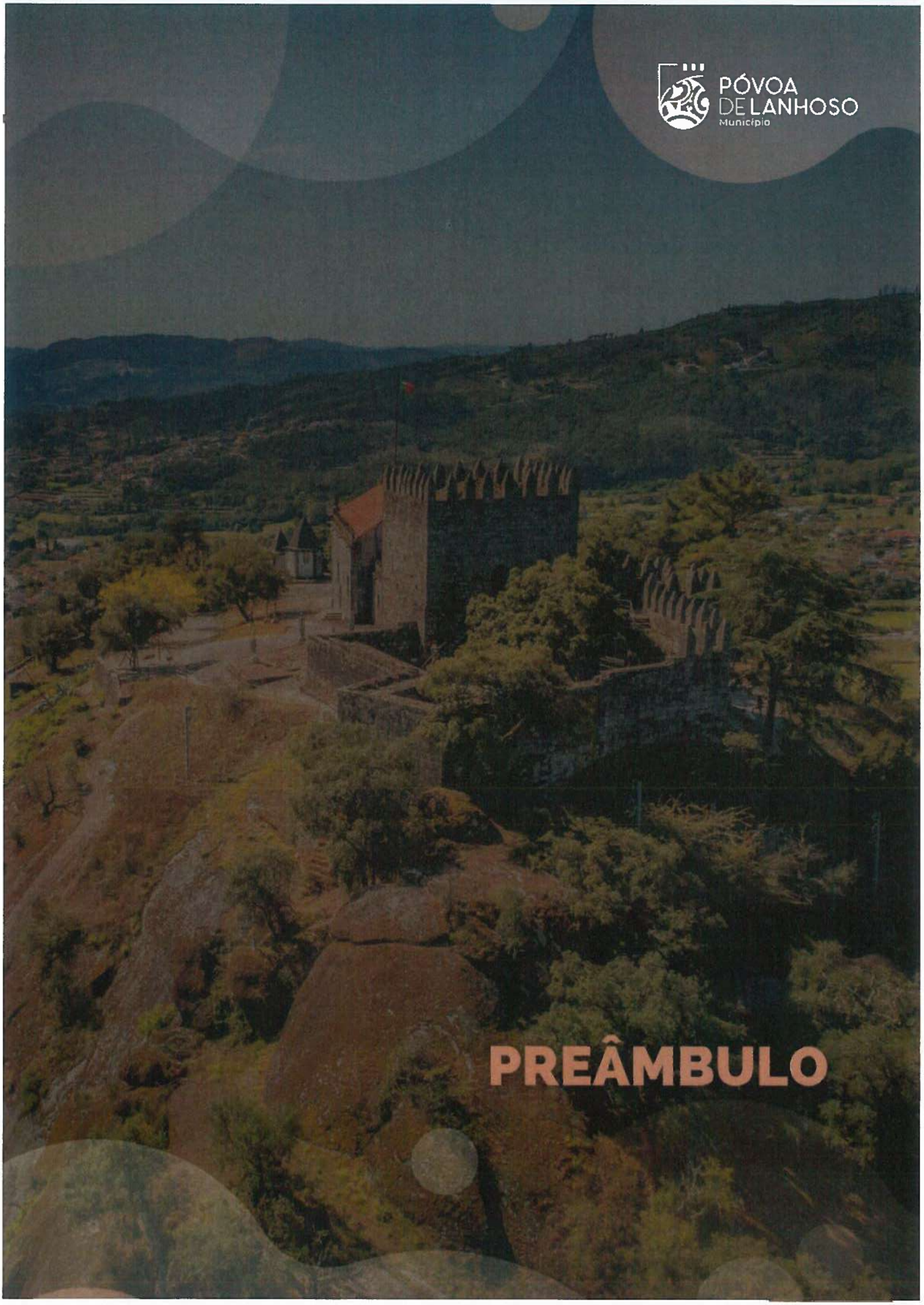


RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO DE 2022

Indice

Preâmbulo	3
Relatório de Gestão	5
EIXO 1 - Desenvolvimento Social	6
Saúde	7
Habitação	16
Educação e Qualificação	18
Parcerias Ativas	29
Inclusão e Igualdade de Género	30
Combate à Pobreza e ao Isolamento Social	35
Juventude	39
Desporto	42
Proteção Civil e Cabinete Técnico Florestal	46
EIXO 2 - Competitividade e Coesão Territorial	50
Infraestruturas	51
Coesão Territorial	53
Transição Verde	64
Ordenamento e Participação Pública	72
Transição Digital	77
EIXO 3 - Atratividade do Concelho. A Marca "Póvoa de Lanhoso"	80
Apoio ao Comércio Local e Inovação	81
Cultura	83
Turismo	96
Prestação de Contas	99


PÓVOA
DE LANHOSO
Município
PREÂMBULO

Ao longo deste Relatório de Gestão e Prestação de Contas apresentamos o mais relevante do trabalho executado em 2022, período a que corresponde o primeiro ano completo de mandato do novo Executivo que resultou da vontade que os Povoenses expressaram nas urnas, no dia 26 de setembro de 2021.

Depois de uma fase inicial que se impunha para que pudéssemos ficar a conhecer uma nova realidade, demos início à implementação da nossa visão para a gestão da Autarquia, para a gestão dos colaboradores, para a relação com as Freguesias e com as entidades locais, governo central e, acima de tudo, para alcançar uma maior proximidade com os Munícipes.

Durante o ano em análise, diligenciámos no sentido de estreitar relações institucionais e de trabalho com diferentes entidades, de índole regional e nacional, mas essenciais para elevarmos o nosso concelho até ao nível de desenvolvimento que todos ambicionamos e a que nos propusemos quando assumimos a condução dos destinos da Póvoa de Lanhoso.

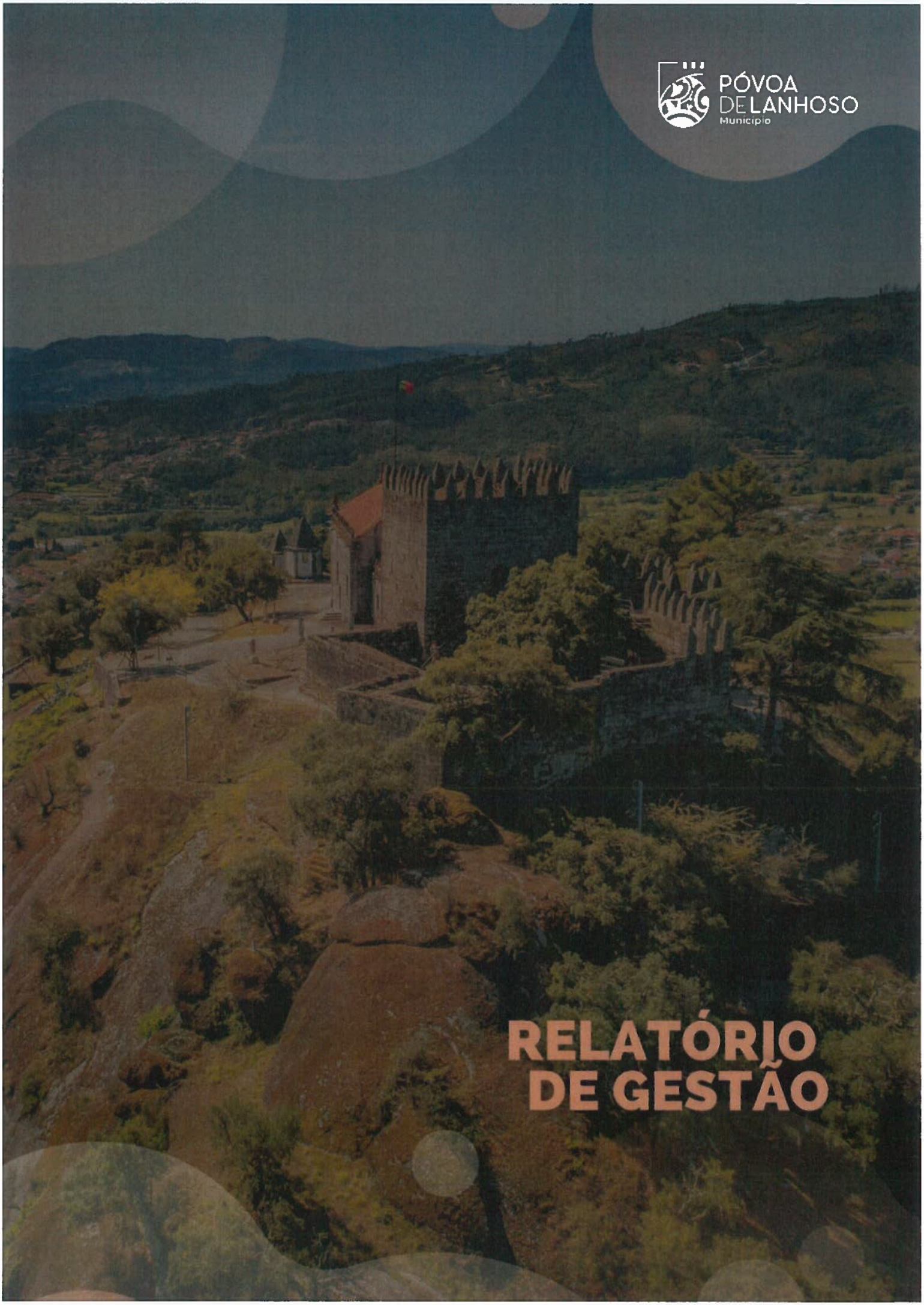
O ano de 2022 foi um período de trabalho e exigências, devido à delegação de competências nas Autarquias, e de muita incerteza, pois, se é certo que começámos a sair de uma pandemia, também ficou evidente que as alterações provocadas pela guerra na Europa e pelo aumento da inflação agravaram e continuam a trazer dificuldades aos Governos e às famílias.

Localmente, ainda que condicionados pela limitação financeira que nos impediu de ir mais longe, atendendo a compromissos assumidos pelo anterior Executivo, assegurámos o cumprimento dos compromissos assumidos, nomeadamente no que se refere à continuidade e/ou conclusão de projetos que transitaram de mandato, e conseguimos realizar investimento para melhoria das condições de vida das populações, nomeadamente, ao nível de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento.

Através do presente Relatório de Gestão e Prestação de Contas, é possível traçar o retrato da atividade municipal no exercício de 2022.

Estruturámos este documento de modo a permitir uma análise por setor (com base nos eixos que definimos em sede de Plano de Atividades, ou seja, Desenvolvimento Social; Competitividade e Coesão Territorial e Atratividade do Concelho. A Marca "Póvoa de Lanhoso"), com base nas metas que também relembramos neste documento e que dizem respeito a ações orientadas para o mandato. Consideramos que a dinâmica conseguida em 2022 já revela um caminho que nos levará, certamente, a ultrapassar o delineado em muitas das áreas sectoriais.

O Executivo Municipal


PÓVOA
DE LANHOSO
Município
RELATÓRIO
DE GESTÃO

PÓVOA
DE LANHOSO
Município
EIXO 1
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

Mitigar os efeitos da pandemia de COVID-19;
Aprovar a Estratégia Local de Habitação e desenvolver o programa 1º Direito;
Concretizar a transferência de competências nas áreas da saúde, educação e ação social com ganhos efetivos para a comunidade;
Reforçar as medidas de apoio às famílias e à população sénior;
Melhorar a oferta de equipamentos desportivos e de lazer e de apoio à juventude.

Saúde

A preparação para a transferência de competências na área da Saúde foi uma preocupação, durante o ano de 2022, com a participação em reuniões de trabalho com a Direção do ACES Cávado II - Cerês Cabreira, para análise do auto de transferências.
No ano em análise, trabalhámos, essencialmente, em duas vertentes: sensibilização e literacia para a Saúde.
Nesse sentido, foram diversas as iniciativas em que estivemos envolvidos:

- Campanha "Por cuidados mais justos" - Dia Mundial do Cancro

Em fevereiro, associámo-nos à campanha "Por Cuidados Mais Justos" promovida Pela União Internacional de Controlo do Cancro, objetivando assinalar o Dia Mundial do Cancro; despertar consciências para as desigualdades de acesso a diagnóstico precoce e tratamento oncológico (tema para 2022); e incentivar à prevenção.

- Mês do Coração

Em maio, colaborámos com a Unidade de Cuidados na Comunidade – Coração do Minho na dinamização de atividades alusivas ao Mês do Coração, nomeadamente na realização de rastreios de saúde e na realização de uma aula de ginástica ao ar livre.

- 3ª Edição da Corrida para a Vida - modalidade digital

Ainda em maio, associámo-nos à 3ª Edição da Corrida para a Vida – modalidade digital através da divulgação e recolha de donativos. Esta iniciativa, promovida pela Liga

Portuguesa Contra o Cancro, teve como embaixador local o senhor Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso.

- Colaboração em rastreios - Agrupamento de Escolas de Póvoa de Lanhoso

Em junho, colaborámos com o Agrupamento de Escolas de Póvoa de Lanhoso na dinamização de rastreios gratuitos de saúde, dinamizados por alunos/as e docentes do Curso Profissional de Técnico/a Auxiliar de Saúde.

- Campanha de Verão 2022 - "Contra o Melanoma, à partida vale tudo!"

Colaborámos com a Liga Portuguesa Contra o Cancro – Departamento de Educação para a Saúde do Núcleo Regional do Norte na Campanha de Verão 2022 "Contra o Melanoma – à partida vale tudo!".

Neste sentido, foram concretizadas quatro ações. A Ação 1 – (In)Formar para Prevenir objetivou a formação dos monitores do Espaço Jovem servindo como preparação para a dinamização da Ação 2 – "Contra o Melanoma, à partida vale tudo!", dirigida às crianças e jovens participantes no programa municipal de ocupação de tempos livres Férias Ativas – Verão 2022 sendo que se procurou alcançar a totalidade de participantes no programa que rondou cerca de 140 crianças/jovens. No âmbito da dinamização de atividades de Educação para a Saúde "As minhas Aventuras Contra o Sr. Escaldão", a cada participante foram oferecidas uma lancheira e uma pulseira para medição da radiação ultravioleta. No dia 28 de julho realizaram-se duas ações de sensibilização que corresponderam às Ações 3 e 4, especificamente direcionadas para funcionários/as da Autarquia Povoense e para a população sénior do concelho. Para a dinamização da Ação 3 contou-se com a colaboração de funcionários/as que desempenham as suas funções ao ar livre. Tratou-se de uma sessão presencial de abordagem pedagógica pela Liga Portuguesa Contra o Cancro. Para a dinamização da sessão presencial dirigida à população sénior – Ação 4, contou-se com a participação de cerca de 120 pessoas utentes de Centros de Convívio e de algumas Instituições Particulares de Solidariedade Social.

- Caminhada Rosa - Prevenção do Cancro de Mama

Em outubro, o Município dinamizou uma "Caminhada Rosa", com distribuição de folhetos informativos e preventivos relativos ao cancro de mama e a possibilidade de cada participante contribuir com um donativo a favor da Liga Portuguesa Contra o Cancro. Esta iniciativa contou com a participação de mais de uma centena de pessoas.

A caminhada teve um percurso de dificuldade fácil e junto ao Carvalho centenário de Calvos os/as participantes construíram um laço humano rosa.

O trabalho desenvolvido no capítulo da Saúde também se centrou na sensibilização e informação assim como na dinamização de respostas, como o acompanhamento psicológico e o apoio ao cuidador/a informal.

Serviços de Psicologia

Em 2022, foram concretizadas 1.037 sessões individuais de acompanhamento psicológico gratuito (Psicologia Clínica e da Saúde), sendo 625 sessões em formato presencial e 412 sessões à distância. Foram atendidas maioritariamente pessoas adultas do sexo feminino, com uma média mensal de 35 casos ativos.

Entre as situações mais prevalentes são de assinalar os quadros de depressão e ansiedade, ideação suicida, luto, exposição a contextos de violência doméstica, adaptação a stressores agudos, comportamentos desajustados, de entre outros aspetos que provocam mal-estar clinicamente significativo.

Os encaminhamentos de novos casos provieram de entidades como o SIGO – Serviço para a Promoção da Igualdade de Género e de Oportunidades e outros serviços do Município; a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; a EMAT – Equipa de Assessoria Técnica aos Tribunais do Núcleo de Infância e Juventude da Unidade de Desenvolvimento Social do Instituto da Segurança Social – Serviço Local da Póvoa de Lanhoso; os SAAS - Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social; e o Ministério Público da Póvoa de Lanhoso.

Procedeu-se ao acompanhamento psicoterapêutico ajustado a cada caso, variando as estratégias utilizadas, a duração e a periodicidade das sessões consoante as necessidades específicas.

Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal (GACI)

No âmbito do Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal (GACI), foram realizados 20 atendimentos individualizados a cuidadores informais, na totalidade destinados à informação, esclarecimento de dúvidas e prestação de todo o apoio necessário ao preenchimento da documentação específica relativa ao pedido de reconhecimento do Estatuto de Cuidador Informal bem como ao requerimento de atribuição de Subsídio de Apoio ao Cuidador Informal Principal.

Desenvolveu-se o primeiro Grupo Psicoeducativo destinado a nove Cuidadoras Informais, nas instalações do Centro Comunitário do Vale do Cávado, em 10 sessões semanais, com início a 19 de janeiro e encerramento a 30 de março, resultante de uma parceria entre o Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal (GACI) do Município e o projeto Cuidar de Quem Cuida.

Na sua dinamização, este primeiro Grupo Psicoeducativo contou também com a colaboração da Associação "Em Diálogo", da Unidade de Cuidados à Comunidade – UCC Coração do Minho do ACES Cerês/Cabreira, do Núcleo de Intervenção Social para a Póvoa de Lanhoso do Instituto de Segurança Social e dos Serviços Sociais e de Saúde do Município. Foram abordados temas como as vivências, o autocuidado e o bem-estar das cuidadoras, as demências, a comunicação, os cuidados de saúde, as medidas de apoio social e legal, e os fatores psicológicos associados ao cuidar.

Do primeiro Grupo Psicoeducativo, resultou a criação de uma nova resposta, o Grupo de Ajuda Mútua, sendo de destacar a promoção de uma primeira atividade com o objetivo principal de proporcionar momentos de lazer, de descanso e de fortalecimento de laços entre as cuidadoras participantes.

O ano também ficou marcado pelos contactos estabelecidos com parceiros com intervenção local, no sentido de dar a conhecer o Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal e de definir estratégias de intervenção conjunta, nomeadamente em termos da sinalização e encaminhamento de cuidadores informais para o GACI. De forma complementar, a experiência do GACI também foi partilhada junto de outras entidades regionais e nacionais. De facto, em outubro, o GACI fez-se representar no evento promovido pelo projeto Cuidar de Quem Cuida intitulado "Como Cuidamos dos nossos Cuidadores?" no Porto, Biblioteca Municipal Almeida Garrett.

Concomitantemente, deu-se início à construção do Perfil do Cuidador Informal no concelho.

Em novembro, o Dia Nacional do Cuidador Informal foi assinalado com uma sessão de sensibilização a técnicos, cuidadores e comunidade em geral, abordando o Estatuto do Cuidador Informal, com intervenções de representantes da Segurança Social e da Unidade de Cuidados na Comunidade, do Centro de Saúde. Realizámos ainda uma atividade ao grupo de cuidadoras que integram o CAM (grupo de ajuda mútua), homenageando cada uma delas pela resiliência e amor com que cuidam dos seus, dando-lhes força e coragem para continuarem com a sua árdua tarefa.

No final de dezembro, tivemos oportunidade de submeter a candidatura do Município, com base no trabalho que é desenvolvido pelo GACI, à Rede de Autarquias que Cuidam dos Cuidadores Informais.

Seniores

Centros de Convívio

Os Centros de Convívio são espaços de lazer e de ocupação de tempos livres com o intuito de combater o isolamento e de promover a integração da população mais velha na comunidade.

O ano de 2022 fica marcado pelo regresso ao funcionamento, em pleno, da rede municipal de Centros de Convívio.

Estes são locais onde são partilhadas vivências e experiências acumuladas, funcionando como polos dinamizadores de múltiplas atividades lúdicas, formativas, culturais e desportivas.

Através dos Centros de Convívio, dinamizados em estreita ligação com as Juntas de Freguesia, é possível proporcionar momentos de interação, de troca de experiências e de aprendizagem nas mais diversificadas áreas. Atividades recreativas e culturais, formação sobre tecnologias de informação e comunicação, trabalhos manuais, expressão motora, dança, música, jogos diversos, ações de sensibilização, de entre outras, são algumas das iniciativas que constituem o leque de propostas. Atividades que contribuem positivamente para um envelhecimento ativo e saudável, bem como para o combate ao isolamento social.

Destacamos algumas das atividades desenvolvidas:

- Comemoração do Dia dos Namorados
- Comemoração do Dia da Mulher
- Elaboração de Máscaras de Carnaval
- Elaboração de Arcos de Páscoa
- Participação num arraial minhoto destinado a assinalar os Santos Populares
- Participação numa desfolhada à antiga
- Elaboração de Arvores de Natal
- Participação no Almoço de Natal, juntamente com utentes de IPSS's e de outras entidades ligadas ao trabalho com a população sénior
- Animação de uma tarde no âmbito da iniciativa "Natal na Praça"
- Participação em diferentes ações de sensibilização, dinamizadas com os serviços municipais e com entidades externas:

"Cuidados a ter com os animais de estimação e criação e com nós mesmos"
"Burlas e Furtos na 3ª idade"
"A prevenção de incêndios e/ou intoxicações em casa"
"Vendas Enganosas"
Participação nas comemorações do Dia Mundial da Proteção Civil

As pessoas utentes dos Centros de Convívio também puderam participar num conjunto de propostas ligadas ao envelhecimento ativo:

- Sessões de Música
- Sessões de Dança e Movimento
- Yoga adaptado
- Cinástica geriátrica
- Hidroginástica
- Boccia Sénior e I Campeonato Boccia Senior Intergeracional com estudantes do Agrupamento de Escolas de Póvoa de Lanhoso
- Jogo gigante "A descoberta da Saúde"
- Participação no Projeto Cultura.IN

Provedor do Idoso

De modo a evitar que a população sénior se encontre numa posição de maior vulnerabilidade em relação ao risco de pobreza e de outras problemáticas, temos defendido que cada uma/um de nós deve adotar uma postura atenta para sinalizar junto das entidades competentes eventuais situações que possam necessitar da intervenção da Autarquia através dos recursos e respostas de que dispõe.

Nesse sentido, no ano em análise, continuámos a apoiar e a divulgar o trabalho do Provedor do Idoso, enquanto recurso ao dispor das pessoas mais velhas da nossa comunidade. Desta forma, destacam-se a I Assembleia Sénior e as tertúlias com jovens.

Para além da sensibilização, o trabalho da figura de Provedor do Idoso também passa pela realização de atendimentos, sendo que foram acompanhados casos que implicaram a necessária articulação junto de Instituições Particulares de Solidariedade Social, de entidades de Saúde e dos Serviços Sociais do Município.

Como já referido, a constituição e realização da primeira Assembleia Sénior da Póvoa de Lanhoso é um dos destaques do ano, sendo aquela um órgão local de representação das pessoas idosas, com funções consultivas, de auscultação, apreciação e análise dos problemas identificados e das propostas de solução bem como de informação e promoção dos seus direitos por forma a garantir o seu bem-estar, participação, dignidade e qualidade de vida.

A I Assembleia Sénior realizou-se no dia 31 de outubro, no âmbito do "Mês do Idoso" e dela resultou a redação de uma Carta de Sugestões que foi, posteriormente, entregue ao Executivo Municipal.

Ao nível das camadas mais jovens da população, foram dinamizadas tertúlias, que se revelaram importantes momentos promotores do debate sobre a forma como a intergeracionalidade se pode refletir na defesa e promoção dos direitos das pessoas com mais idade no nosso concelho e de que maneira os jovens povoenses encaram o envelhecimento.

Nesse sentido, tiveram lugar, no dia 29 de abril e no dia 28 de outubro, tertúlias com jovens da EPAVE e da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso, e que contaram também com a participação de elementos da Comissão de Proteção ao Idoso e do Executivo Municipal, tendo-se debatido, em ambiente próximo e mais informal, de que maneira a intergeracionalidade se pode refletir na defesa e promoção dos direitos das pessoas com

mais idade no nosso concelho e de que forma os jovens povoenses encaram o envelhecimento, para além de sensibilizar para a existência da Comissão de Proteção ao Idoso e para a missão do Provedor do Idoso.

Ainda no âmbito do trabalho com os mais novos, o Município participou na sessão final da campanha de sensibilização contra a violência sobre as pessoas idosas "O silêncio tem voz", da Comissão de Proteção ao Idoso, que aconteceu na Escola Básica Conçalo Sampaio, assinalando o Dia Mundial da Consciencialização Contra a Pessoa Idosa, a 15 de junho de 2022.

Mês do Idoso

Com o propósito principal de incentivar e de sensibilizar para um envelhecimento saudável, ativo e com qualidade de vida e partilha, assinalámos o Mês do Idoso (outubro), iniciativa à qual também quisemos associar alguns dos objetivos do Município, enquanto pertencente à rede de Municípios Saudáveis. O programa englobou propostas ligadas à saúde e prevenção, ao desporto e à cidadania sénior. Procurámos aliar as atividades intergeracionais às preocupações com o envelhecimento saudável, que são os objetivos de todos os territórios que querem assumir-se como promotores da saúde. Ações de Rastreio da Cavidade Oral, Saúde Oral e Aconselhamento Dermocosmético; de Prevenção de Quedas, no âmbito do "Projeto Para-Quedas"; e de sensibilização para "Os sinais que o corpo dá" foram as propostas, juntamente com a dinamização do I Campeonato de Boccia Intergeracional (com cerca de 250 atletas); e com a "Caminhada Rosa" (no âmbito do mês para a sensibilização do cancro da mama). No último dia de outubro, o programa englobou a cerimónia de hastear da bandeira comemorativa dos 25 anos da Rede Portuguesa dos Municípios Saudáveis, da qual a Póvoa de Lanhoso faz

parte; uma sessão de ginástica geriátrica; e a I Assembleia Sénior, dinamizada pelo Provedor do Idoso.

Atividades que só foi possível concretizar em colaboração com diferentes entidades.

Habitação

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio, veio estabelecer o enquadramento regulamentar, o sentido estratégico, os objetivos e os instrumentos de atuação para uma Nova Geração de Políticas de Habitação (NCPH), com a missão assumida de garantir o acesso de todos a uma habitação adequada e criar condições para a reabilitação do edificado.

Neste enquadramento, foi estabelecido o Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, designado 1.º Direito (criado pelo Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, e regulamentado pela Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto) orientado para promover o acesso a uma habitação adequada às pessoas que vivem em situações habitacionais indignas e que não dispunham de capacidade financeira para encontrar uma solução habitacional. De

destacar que a prévia elaboração e aprovação da Estratégia Local de Habitação constituía condição obrigatória para o acesso ao Programa 1º Direito.

Neste sentido, o nosso Município desenvolveu todas as diligências para elaborar a sua Estratégia Local de Habitação de forma a garantir o direito à habitação a um vasto número de munícipes que vivem em condições habitacionais indignas.

A Estratégia Local de Habitação do nosso Município foi aprovada em sede de reunião de Câmara, realizada no dia 15 de fevereiro, e de Assembleia Municipal, no dia 28 de fevereiro de 2022.

Como consequência desta aprovação, foi submetida para aprovação por parte do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana tendo já sido assinado o Contrato Programa e respetiva programação financeira que permitirá executar o Plano de Ação definido.

A Estratégia Local de Habitação vai permitir a apresentação de candidaturas ao Programa 1º Direito do IHRU - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - por parte de beneficiários diretos - apoio direto às pessoas para acesso a uma habitação adequada ou a entidades para a promoção de soluções habitacionais (Município e Juntas de Freguesia).

No âmbito da habitação em regime de arrendamento apoiado (Carfe e Oliveira), não deram entrada novas candidaturas nos Serviços Municipais.

Foram ainda realizadas visitas aos bairros e estabelecidos contactos regulares com os moradores de forma a tentar ir suprindo algumas necessidades identificadas pelos mesmos.

O Programa Bairros Saudáveis, criado pela Resolução de Conselho de Ministros 52-A/2020, de 1 de julho, retificada pela Declaração de Retificação nº 25-B/2020, de 23 de julho, é um instrumento participativo que promove iniciativas de saúde, sociais, económicas, ambientais e urbanísticas junto das comunidades locais mais atingidas, suscetíveis ou vulneráveis à pandemia, ou a outros fatores que afetem as condições de saúde e bem-estar.

O Programa visa dinamizar parcerias e intervenções locais de promoção da saúde e da qualidade de vida das comunidades territoriais, através do apoio a projetos apresentados por associações, coletividades, organizações não governamentais, movimentos cívicos e

organizações de moradores, em articulação, nomeadamente, com as autarquias, as autoridades de saúde ou demais entidades públicas.

Neste âmbito, o Município assumiu-se como entidade parceira na Candidatura apresentada pelo Centro Social de Carfe ao Programa Bairros Saudáveis, que desenvolveu algumas ações de requalificação do edificado do Bairro Social de Carfe, bem assim como iniciativas de desenvolvimento local e de capacitação dos moradores do mesmo, através de apoio institucional à sua auto-organização e à sua participação na melhoria das respetivas condições de vida e dos determinantes em saúde, através da implementação de atividades nas seguintes áreas: saúde, ambiente, cidadania e direitos humanos.

Ao nível do programa acessibilidade 360°, foram identificados 24 processos pelos parceiros e realizadas visitas a todas as habitações. Foram realizadas nove candidaturas ao programa, as quais reuniram as condições e requisitos, bem como os documentos necessários.

De lembrar que o Programa de Intervenção em Habitações - Investimento RE-C03-i02: acessibilidade 360° tem como objetivos melhorar as acessibilidades para as pessoas com deficiência em habitações; e promover a acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada ou dificuldade no acesso e na fruição das suas habitações.

Educação e Qualificação

No dia 1 de abril de 2022, foram, formal e definitivamente, transferidas para o Município todas as competências no domínio da Educação, constantes do Decreto-Lei n.º 21/2018, de 30 de janeiro. Neste sentido, para além das competências já assumidas no âmbito da Educação Pré-Escolar e no 1º ciclo, o Município passou a ser responsável pelas seguintes áreas dos restantes ciclos de ensino, de entre as quais destacamos as que passaram a implicar a intervenção dos Serviços de Educação e a reorganização do trabalho interno para o seu competente exercício:

- A elaboração, e consequente aprovação pelos órgãos autárquicos, dos Contratos de Delegação de Competências nos Diretores dos dois Agrupamentos de Escolas.

- O fornecimento de refeições em refeitórios escolares a todos os ciclos de ensino e o respetivo acompanhamento e monitorização deste serviço.
- Ao nível do serviço de transporte escolar especializado, desenvolvemos os procedimentos inerentes à organização dos transportes escolares, incluindo dos circuitos especiais para as crianças e alunos integrados na Educação Inclusiva;
- Desenvolvemos os procedimentos para concretizar o fornecimento de Leite Escolar a todas as crianças do pré-escolar e do primeiro ciclo, bem como a gestão de todo este processo na Plataforma do IFAP, dando continuidade ao Programa anteriormente assegurado pelos Agrupamentos de Escolas.
- Assumimos a responsabilidade da gestão e manutenção dos novos equipamentos escolares que passaram para a alçado do Município: a Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso, a Escola Básica do Ave e a Escola Básica Conçalo Sampaio;
- Concretizámos todos os procedimentos inerentes à implementação e gestão do Cartão Escolar Municipal e da Plataforma SIGA, disponibilizado de forma universal a todos a todos as crianças e alunos do concelho, desde a educação pré-escolar ao 12º ano.
- O Município assumiu a responsabilidade da dinamização das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's), através da celebração de um contrato programa com a EPAVE.
- Assumimos a responsabilidade de organizar e gerir os procedimentos de atribuição de apoios de aplicação universal e de aplicação diferenciada;
- Assumimos responsabilidades de recrutamento, seleção e gestão do pessoal não docente de todos os níveis e ciclos de ensino em parceria com os Agrupamentos de Escolas;

O processo de assunção de competências foi precedido por um intenso trabalho de planeamento e preparação, desenvolvido em estreita articulação com as Direções dos Agrupamentos de Escolas do concelho nas múltiplas reuniões realizadas para o efeito.

Destaca-se também a constituição da Comissão de Acompanhamento e Monitorização da implementação e desenvolvimento do quadro de transferências da área da educação, para efeitos de cumprimento do disposto na alínea b) do ponto 2 do art.º 66º do DL nº 21/2019, de 30 de janeiro, tendo-se realizado duas reuniões, no dia 31 de março de 2022 e 11 de maio de 2022.

Serviços de Educação

A gestão da plataforma SICA é constante já que esta assiste informaticamente todo o processo relacionado com a frequência dos alunos nos diversos serviços. Nesta é tratada a informação de todos os alunos de ensino pré-escolar do ensino público e 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico, ensino secundário e profissional do concelho.

Decorrente da existência dos serviços de refeição, prolongamento de horário e lanche, mensalmente, foram cerca de 40.000 os almoços e lanches registados, divididos por cerca de 12 tipologias diferentes (escalões regulares, escalões NEE, escalões POCH e diferentes descontos no âmbito do Cartão Família Numerosa).

Referência ainda para a gestão da ação social escolar, que compreende a atribuição de um escalão quer para a refeição, quer para o prolongamento de horário. O escalão é atribuído através de processos pré-definidos e justificado pelos documentos entregues pelos encarregados de educação em formulário próprio.

No seguimento do protocolo estabelecido com as IPSS´s do concelho para o serviço de refeição, lanche e prolongamento de horário, foram realizadas visitas frequentes de acompanhamento e monitorização da prestação destes serviços. Estas visitas têm como objetivo a melhoria contínua dos serviços prestados pelas instituições.

No âmbito dos diferentes serviços que integram a Divisão, os Serviços de Educação garantiram a programação e implementação das medidas de política educativa que constituem competências do Município, para além de outros projetos municipais. Assim, para além das novas atribuições previstas no âmbito da transferência de competências, demos continuidade à análise e tratamento das Bolsas de Estudo, Programa PóvoaCresce, Ação Social Escolar, Supervisão dos serviços de prolongamento de horário e de refeições, passes escolares, Circuitos Especiais do baixo concelho, Prémio de Mérito António Lopes, Programa Tu Decides - orçamento participativo escolar.

Foram dinamizados novos projetos: a criação do Portal da Educação, a implementação do Projeto de Mobilidade Sustentável, a generalização da natação a todos os alunos do 5º ano de escolaridade do concelho. Destaque ainda para o projeto "Devagar se vai ao Longe", um programa universal de promoção de competências socio emocionais, que o Gabinete de Educação, em parceria com o CLDS 4C da Póvoa de Lanhoso, iniciou junto de crianças do 3º ano das escolas do concelho.

Durante o ano de 2022 foi desencadeado também o processo de revisão da Carta Educativa, bem como de elaboração do Projeto Educativo Local, ambos em fase de conclusão.

No âmbito das famílias, continuaram a ser dinamizados grupos de formação parental, que decorreram na Escola Básica do Ave e no Centro de Saúde, e demos continuidade a todas as atividades inerentes à orientação de carreira para os alunos de 9º ano das escolas do concelho.

No que se refere à atividade desenvolvida e aos diferentes apoios que proporcionámos às famílias Povoenses, destacamos, com mais pormenor:

- Oferta de cadernos de atividades

Uma das medidas de apoio às famílias adotadas pelo Município é a oferta dos cadernos de atividades a todos os alunos e a todas as alunas do primeiro ciclo. No ano letivo 2022/2023, foram adquiridos cerca de 700 conjuntos de cadernos de fichas.

- Bolsas de Estudo

No âmbito do ano letivo 2022/2023, foram analisadas 327 candidaturas, 91 do ensino secundário e 236 referentes ao ensino superior. Estes números revelam-se superiores aos analisados em anos anteriores.

Das candidaturas do ensino secundário analisadas foram admitidas 72. Quanto ao ensino superior, foram admitidas 162.

- Prémios de Mérito Escolar António Lopes

Os Prémios de Mérito Escolar António Lopes visam distinguir o/a melhor aluno/a de cada turma de 4.º ano de cada escola do primeiro ciclo do ensino básico do concelho. No ano letivo 2021/2022, pela primeira vez, decidimos alargar a abrangência destes prémios ao passar a distinguir duas pessoas por turma, sendo que, no total, foi possível reconhecer o trabalho e o desempenho de 24 crianças.

- NaturaLanhoso

Através deste programa, continuámos a apoiar as famílias quando veem aumentado o seu agregado familiar, através do nascimento de um novo membro. No ano de 2022, foram contempladas 126 famílias.

- PóvoaCresce

No âmbito da medida PóvoaCresce, que visa apoiar as famílias no pagamento da creche, recebemos 60 candidaturas relativas ao ano letivo 2022/2023.

- Fruta Escolar

O Município assumiu a entrega de fruta escolar ao pré-escolar e ao primeiro ciclo, abrangendo um total aproximado de 1140 crianças. Desta forma, assegura-se o cumprimento do programa e dos objetivos, tais como a melhoria da saúde pública através da redução do risco de obesidade infantil e de doenças crónicas associadas à obesidade, o reforço da aquisição de competências nas áreas da educação alimentar e da saúde em contexto escolar e a aproximação das crianças ao mundo rural.

- Programa Viver +

Programa ocupacional direcionado a quem se encontra à procura de primeiro emprego ou em situação de desemprego de longa duração. Com este programa, pretende-se proporcionar oportunidades de integração laboral, de forma a aumentar e a enriquecer competências de carácter profissional.
No decorrer do ano, foram analisadas 46 candidaturas apresentadas nos serviços municipais, das quais resultaram a integração de 30 munícipes.

- Gabinete de Apoio à Parentalidade

O Gabinete de Apoio à Parentalidade (GAP) tem vindo a assumir-se como um importante recurso no apoio às famílias Povoenses, destacando-se o trabalho em parceria com diversas entidades da área social e da saúde com intervenção local.
O GAP desenvolve, numa lógica de rede, um trabalho que tem vindo a ser reconhecido dentro e fora do concelho, com algumas das suas boas práticas a serem replicadas em outros Municípios. No presente, a ação do GAP passa pelo atendimento individualizado

de pais, mães e/ou famílias bem como pela dinamização da Formação Parental e de formação a profissionais e pelo desenvolvimento de atividades comemorativas e de sensibilização, tal como o Dia Internacional da Família.

Da sua atividade, em 2022, destacamos o seguinte:

- Estabelecimento de acordos de cooperação com quatro entidades parceiras (UCC – Coração do Minho do Centro de Saúde da Póvoa de Lanhoso; Associação "Em Diálogo" e Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso), reconhecendo a importância do trabalho em rede e das práticas de parentalidade positiva.
- Preparação e dinamização de Programa de Formação Parental, para pais de adolescentes, denominado "Mais Família, Mais Jovem" no Agrupamento de Escolas de Póvoa de Lanhoso, na Escola Básica do Ave.
- Preparação e dinamização de sessões de formação no âmbito do Programa de Formação Parental "Anos Incríveis", dirigida às Educadoras da valência de creche e Jardim-de-Infância da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso.
- Preparação de futuras edições dos Programas de Formação Parental, juntamente com o Centro Comunitário do Cávado em Monsul e com a Unidade de Cuidados à Comunidade (UCC Coração do Minho), do Centro de Saúde da Póvoa de Lanhoso.
- Conceção e dinamização de sessões de Parentalidade Positiva, denominadas "Conversas Com Pais +" dirigidas a pais e a mães de crianças do ensino pré-escolar e 1º ciclo, no Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio (Escola Básica do Cávado, Escola Básica D. Elvira Câmara Lopes, Escola Básica António Lopes e Escola Básica da Póvoa de Lanhoso).
- Colaboração no projeto de dissertação de Mestrado em Estudos da Criança (Area de Especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças e Famílias), orientado por docentes e investigadoras da Escola de Educação da Universidade do Minho, ao abrigo do Acordo de Parceria entre a Universidade do Minho e a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, versando o Gabinete da Parentalidade e a sua dinâmica de funcionamento/ intervenção.

Em 2022, o CAP realizou um atendimento individualizado a um total de 47 casos/pais/mães, pessoas encaminhadas por entidades diversas como a CPCJ da Póvoa de Lanhoso, o Agrupamento de Escolas de Póvoa de Lanhoso ou mesmos os próprios serviços da Autarquia. Algumas famílias procuraram o CAP por iniciativa própria.

De forma complementar ao trabalho desenvolvido com as famílias, em março de 2022, criámos um vídeo para contribuir para o esclarecimento dos pais e das mães quanto às respostas a dar às questões das crianças, atendendo ao contexto de guerra na Ucrânia.

Rede de Psicólogos da Comunidade Intermunicipal (CIM) do Ave

A Educação para a Carreira é efetuada no âmbito da Rede de Psicólogos da CIM do Ave, que tem como objetivo principal dinamizar os Serviços de Psicologia e Orientação, para uma planificação conjunta e concertada das ações de Educação para a Carreira/ Intervenção Vocacional, realizadas nos diversos estabelecimentos de ensino.

Tem ainda como missão, promover a psicologia em contexto escolar e a intervenção vocacional como estratégias de combate ao abandono, promoção do sucesso educativo, da qualificação e da inclusão social.

Assim, ao nível da Rede de Psicólogos da Comunidade Intermunicipal (CIM) do Ave, destacamos a preparação e participação em reuniões de coordenação no sentido de articular a intervenção dos psicólogos no âmbito da implementação do Programa de Classe de Intervenção de Carreira com alunos do 9º e do 12º ano de escolaridade; e o acolhimento e dinamização da reunião da Rede dos Psicólogos, que contou com os Vereadores do Conselho Intermunicipal de Educação da Comunidade Intermunicipal (CIM) do Ave.

No âmbito da Rede de Psicólogos e, particularmente com as escolas com nível de ensino secundário e os respetivos psicólogos escolares, referência ainda para o acompanhamento do Projeto "Clubes Comunitários" integrado nas Academias do Conhecimento da Gulbenkian, sob a responsabilidade da Associação de Psicologia da Universidade do Minho que articula a sua intervenção com a Rede de Psicólogos da CIM do Ave. Neste sentido, divulgámos o projeto junto da EPAVE, sendo de realçar a sua adesão ao mesmo, juntamente com a participação da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso.

De lembrar ainda a participação em ações de formação na área da intervenção vocacional.

Cidades Educadoras

Em 2018, o nosso Município aderiu à Rede Internacional de Cidades Educadoras.

De acordo com o Preâmbulo da Carta das Cidades Educadoras "as cidades ou as vilas, grandes ou pequenas, dispõem de inúmeras possibilidades educadoras, mas sobre os Municípios também podem incidir forças e inércias deseducadoras. De uma forma ou de outra, a cidade apresenta elementos importantes para uma educação integral: é um sistema complexo e, ao mesmo tempo, um agente educativo permanente, plural e poliédrico, capaz de potencializar os fatores educativos e de transformação social. Na Cidade Educadora, a educação transcende as paredes da escola para impregnar toda a cidade. Uma educação para a cidadania, na qual todas as administrações assumem a sua responsabilidade na educação e na transformação da cidade num espaço de respeito pela vida e pela diversidade."

Neste sentido, o Município assume o seu compromisso de concretizar a sua função educadora, desenvolvendo a sua ação no sentido da promoção da aprendizagem

contínua, da inovação, da partilha com o objetivo de enriquecer a vida de todos os cidadãos do nosso concelho, num trabalho contínuo e próximo com todas as instituições do nosso concelho, numa perspetiva de adotar medidas territoriais para os nossos fenómenos e desafios económicos, sociais, demográficos e ambientais.

Nesta concetualização, a educação "transcende as paredes da escola para impregnar toda a cidade" não se resumindo apenas aos estabelecimentos de ensino e formação do Município, mas também, a todas as entidades, que de uma forma direta ou indireta, contribuem para os processos educativos, numa perspetiva de sociedade educativa onde as aprendizagens se desenvolvem ao longo da vida.

Enquanto membro da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, o Município associa-se, anualmente à celebração do Dia Internacional da Cidade Educadora (30 de novembro), através de uma programação diversificada, com ações distintas com ligação aos Princípios da Carta das Cidades Educadoras.

Ao longo do ano 2022, o Município fez-se representar nas reuniões da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, partilhou boas práticas publicadas o Boletim das Cidades Educadoras, integrou o grupo de trabalho "Educação ao Longo da Vida", no qual tivemos uma participação muito ativa, e pautámos o impulso educativo do nosso concelho em torno dos 20 Princípios da Carta das Cidades Educadoras.

Cidades Amigas das Crianças

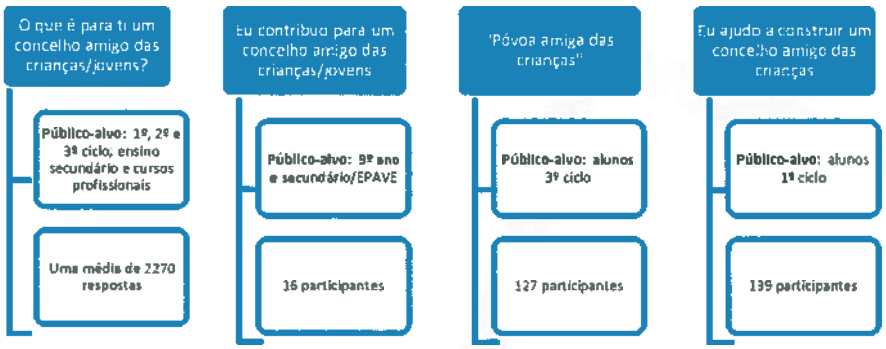
O Programa Cidades Amigas das Crianças, relançado pela UNICEF Portugal em 2015, tem como propósito promover a aplicação dos direitos das crianças nas vilas e cidades portuguesas. Este programa insere-se na Iniciativa Internacional das Cidades Amigas das Crianças, liderada pela UNICEF desde o ano 2000, na qual colaboram governos nacionais, administrações locais, organizações não governamentais e outras entidades de mais de 30 países. Uma Cidade Amiga das Crianças respeita e aplica nas suas políticas, normas e programas os direitos das crianças consagrados na Convenção sobre os Direitos da Criança.

Destaca-se como objetivo geral deste Programa o de contribuir para a realização dos direitos da criança, mediante a adoção de políticas de âmbito local que promovam o bem-estar de todos os cidadãos e em particular das crianças, e o desenvolvimento das comunidades, tanto no presente como no futuro, e como objetivos específicos os seguintes:

- Implementar políticas locais para a infância e adolescência;
- Reforçar a perspetiva de direitos da criança na cultura organizacional dos Municípios e das entidades com responsabilidades em áreas relacionadas com as crianças;
- Promover a participação das crianças na vida da comunidade;
- Fomentar a ação concertada entre todos os atores com impacto na vida das crianças, incluindo setores municipais, entidades públicas e privadas.

A Convenção sobre os Direitos das Crianças reconhece-as como atores sociais capazes de contribuir para a sua vida e de expressar opiniões sobre o que as rodeia e afeta.

Subsidiário deste entendimento, o nosso Município encontra-se a preparar a sua candidatura para ver renovado o Selo da UNICEF de Cidade Amiga das Crianças. Constituiu o seu Mecanismo de Coordenação no âmbito desta candidatura que delineou a metodologia a seguir, bem assim como as atividades de auscultação de crianças e jovens e da comunidade a desenvolver para a elaboração do diagnóstico local e que se concretizaram da seguinte forma:



O Município assume-se fortemente comprometido com a valorização da participação das crianças e jovens do concelho na vida da sua comunidade, reconhecendo o seu papel no âmbito de promotor de políticas públicas locais que incorporem os seus pontos de vista, dando origem a uma sociedade mais equitativa e inclusiva, onde os direitos das crianças e jovens são assegurados e realizados.

Parcerias Ativas

O Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social local. Tem em vista não só a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações da animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações.

No âmbito da revisão do Plano de Desenvolvimento Social do concelho da Póvoa de Lanhoso, foi feito um levantamento de dados sociodemográficos do concelho e realizadas várias atividades de auscultação da comunidade.

Após a realização das atividades de diagnóstico, foram tratados todos os dados resultantes de cada uma, originando posteriormente o documento final do PDS.

O nosso Plano de Desenvolvimento Social tem a ambição de alcançar os seguintes objetivos:

- Adequar as respostas locais às necessidades individuais e coletivas da população e das organizações;
- Planear a intervenção social de forma integrada tendo em conta todas as dimensões dos problemas identificados;
- Enquadrar toas as intervenções que contribuam para a promoção do desenvolvimento social;
- Dar visibilidade às boas práticas existentes no território e promover a inovação face aos desafios crescentes com que o concelho se confronta.

Estes objetivos materializam-se em dois eixos de intervenção:

- Desenvolvimento e Coesão Territorial com diversas medidas para diferentes áreas: Família, Comunidade e Habitação; Seniores, envelhecimento, Saúde e Qualidade de Vida; Crianças, jovens, Inclusão e Deficiência; Emprego e Qualificação;
- Capacitação para a Inovação Territorial, no qual se destacam a Capacitação da Rede Social e a Qualidade dos Serviços.

Pretende-se que este Plano vá para além das intenções e o mesmo será acompanhado de planos de implementação, com metas a atingir e um sistema de monitorização e avaliação.

Entendemos que este documento expressa uma cultura de governança local, onde se pretende o comprometimento dos vários atores nos processos de tomada de decisão, fortalecendo a democracia colaborativa na Póvoa de Lanhoso.

Inclusão e Igualdade de Género

No que à área da Igualdade e Inclusão diz respeito, implementaram-se as atividades integradas no projeto IGUALIDADES, elaborou-se e aprovou-se o Plano Municipal para a Igualdade e Inclusão, alargou-se o âmbito do programa Férias Ativas e foram dinamizadas inúmeras atividades com diferentes públicos.

A promoção da qualidade de vida e a igualdade de oportunidades das pessoas com deficiência têm sido objeto de diversas políticas adotadas por várias organizações em prol do valor e da garantia dos direitos humanos.

Neste sentido, em 2022, demos início à construção do Plano Municipal para a Deficiência, que visa garantir o direito à autonomia de vida das pessoas com deficiência e/ou incapacidade, nomeadamente através do levantamento de necessidades e/ou melhorias na área da deficiência no Município da Póvoa de Lanhoso, de entre outras ações. A criação do Balcão de Inclusão também foi uma das medidas que implementámos, em 2022.

O SICO - Serviço para a Promoção da Igualdade de Género e de Oportunidades deu continuidade à sua ação, que se prende, sobretudo, com a prevenção e com a intervenção.

Em 2022, um ano em que ainda se fizeram sentir alguns constrangimentos causados pela pandemia, sobretudo nos primeiros meses, já foi possível, no entanto, regressar às atividades presenciais.

Na vertente preventiva do trabalho do SICO, destacamos o seguinte:

- Ações no Jardim de Infância S. Gonçalo, da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso – Projeto "Igualdade, Cidadania e Direitos Humanos".
- Sessões sobre Cidadania, Igualdade de Género e Integração de pessoas distintas.
- Workshops sobre a violência exercida sobre pessoas idosas; sobre o que é ser e sobre a situação das pessoas refugiadas.
- Sessões junto das pessoas seniores dos Centros de Convívio.
- Workshops sobre violência nas relações de intimidade, sobre Igualdade e Violência, na Escola Profissional do Alto Ave e na Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso.
- Webinars sobre "Práticas Tradicionais Nefastas" e sobre "A interseccionalidade no combate as práticas discriminatórias", integrados no projeto IGUALDADES.
- Sessões sobre Cidadania na Universidade Sénior do Rotary Club da Póvoa de Lanhoso e visitas à Biblioteca Municipal, à Casa da Música e Serralves.
- Participação na iniciativa Girls in ICT Day, integrada no projeto Engenheiras por um dia.
- Promoção da iniciativa #ExperimentaOTeuFuturo, integrada no projeto IGUALDADES, através de workshops e de visita a várias escolas e institutos da Universidade do Minho.
- Dinamização da Human Rights Summer Week e das encenações sobre violência nas relações de intimidade "Envolve-te", integradas no projeto IGUALDADES.
- Encontro Internacional de Partilha de Boas Práticas – Teambuilding da Igualdade.
- XII Semana Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, com:

- Peças de teatro "A Mesa" e "Mulheres"
- Descerramento de placa inclusiva na estátua da Maria da Fonte, em Fontarcada
- VII Café Concerto Inclusivo
- Seminário "Percursos de inclusão"
- Calçando os sapatos dos outros/as
- "Sê a mudança que queres ver no mundo"
- Workshops de Braille

- Marcha Solidária para com as vítimas de violência doméstica e femicídios, em especial aquelas que têm ou em consequência adquirem algum grau de deficiência.
- Dia Internacional da Pessoa com Deficiência através da realização de webinar de apresentação da ação de formação sobre Língua Gestual Portuguesa.
- Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos - "Sê a mudança que queres ver no mundo".
- Reunião de trabalho com representantes das entidades parceiras do SICO, na presença da Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Rosa Monteiro, que incluiu contacto com o projeto "Igualdade, Cidadania e Direitos Humanos", em parceria com a Santa Casa da Misericórdia, e com o programa de empoderamento digital @OpenWindows, que integra o IGUALIDADES, em parceria com o Rotary Club da Póvoa de Lanhoso, através da Universidade Sénior.

No ano em análise, também estivemos envolvidos e participámos em diferentes projetos:

- Carta Portuguesa para a Diversidade

- Plataforma de gestão da RNAVVD - Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica

- Plataforma RIIG - Rede de Indicadores para a Igualdade de Género da Comissão para a Igualdade de Género

- Projeto de Investigação Científica TIWELL (Territórios de Desigualdades e de Bem-estar)

- Projeto ViViDo - Plataforma de Gestão da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica

- Projeto "Criação de Rede de Autarquias pela Igualdade" - Associação Questão de Igualdade

Na vertente interventiva, em 2022, registaram-se:
Atendimentos: 519 (presenciais, telefónicos, através de sms e de whatsapp)
Novos processos: 62
Situações de emergência: 20

Em 2022, alargámos o âmbito do programa Férias Ativas, conferindo-lhe uma vertente inclusiva. Assim, promovemos a primeira edição do programa "Férias Ativas - Natal+Inclusivo 2022", em que participaram crianças e jovens com e sem necessidades específicas, numa lógica verdadeiramente inclusiva.
Depois de uma experiência bem-sucedida no final do ano letivo 2021/2022, nessa altura, direcionada unicamente para alunos/as com necessidades especiais, e do sucesso que tem sido, edição após edição, o programa "Férias Ativas", destinado a crianças e jovens com idades entre os 6 e os 16, decidimos alargar e complementar esta resposta (direcionada para os períodos de pausas letivas) a crianças e jovens com necessidades específicas.
O "Férias Ativas - Natal+Inclusivo 2022" foi pois idealizado com o propósito de apoiar as famílias, garantindo a ocupação dos tempos livres dos seus filhos e das suas filhas, no período de férias natalícias, contribuindo, paralelamente, para o conhecimento e desenvolvimento das suas competências pessoais e sociais, dando espaço à igualdade de oportunidades a crianças e jovens de todas as condições físicas, sociais e/ou outras, contribuindo também para uma visão de sociedade mais humanizada e inclusiva.

Combate à Pobreza e ao Isolamento Social

Num ano marcado pela transferência de competências em matéria de Ação Social - medida de Rendimento Social de Inserção (RSI), a intervenção social que realizámos teve atuação a dois níveis: por um lado, ao nível da proximidade com as famílias e da necessária articulação com os diferentes serviços municipais; e, por outro lado, ao nível da resposta às necessidades e dificuldades da comunidade em geral.

No segundo trimestre, recebemos competências no domínio Ação Social - medida de Rendimento Social de Inserção (RSI) transferidas pela tutela da Segurança Social. Este processo iniciou a 1 de abril, com um total de 412 processos transferidos e aceites pela equipa do SAAS do Município (Ação Social e medida de RSI).

Com esta transferência de competências, tivemos de constituir o Núcleo Local Inserção - NLI com competência de coordenação da Câmara Municipal, sendo de destacar que foram subscritos Contratos de Inserção e Acordos de Inserção, abrangendo um total de 61 agregados familiares.

O NLI da Póvoa de Lanhoso é constituído pelos seguintes parceiros: Câmara Municipal; Centro de Emprego, Saúde; Educação, Segurança Social e outros parceiros convidados como o Centro Qualifica e o CLDS da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso. De referir que as reuniões têm uma periodicidade quinzenal e, no ano de 2022, realizaram-se 15 reuniões.

De modo a dar a conhecer as alterações ao nível da coordenação, apresentámos o NLI junto das IPSS's e das Juntas de Freguesia, explicando o papel do NLI na comunidade e apelando à integração de famílias através de programas CEI+ (Contrato Emprego – Inserção +).

De modo a podermos melhorar as respostas proporcionadas através do nosso NLI, participámos numa partilha de experiências e de boas práticas com o NLI do Município de Vila Verde. No ano em análise, também dinamizámos uma sessão de esclarecimentos e dúvidas sobre o Regime de Maior Acompanhado - Instrumento de Promoção e Proteção de Pessoas Vulneráveis, através da Comissão de Proteção do Idoso.

No que concerne ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social – equipa municipal SAAS, a intervenção assentou no princípio do trabalho articulado com respostas e projetos, tendo, por base, a justiça social e a responsabilidade social. O SAAS efetuou atendimento social a um número total de 444 cidadãos/as em situação de fragilidade social (75 referentes ao primeiro trimestre), com estratégias de atuação estabelecidas de maneira a melhorar a sua qualidade de vida. Em 2022, a equipa realizou ainda um total de 97 visitas domiciliárias.

Em baixo apresentamos algumas das respostas para as problemáticas identificadas:

- Ajuda económica com recurso a apoios eventuais por parte da Segurança Social e por parte do Município
- Encaminhamento para apoio alimentar (Loja Social, Cantina Social, Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, Banco Alimentar) e para apoios relacionados com a satisfação de outras necessidades (mobiliário, vestuário/calçado)
- Orientação para respostas e medidas sociais do Município (Apoio ao Arrendamento, Tarifário Social, HabitaLanhoso, Naturalanhoso, Apoio ao Medicamento, PóvoaCresce, Viver +, de entre outras)
- Articulação com outras áreas de intervenção (emprego e formação, educação, saúde, habitação, de entre outros serviços/projetos de ação social)

No que concerne à proximidade com as famílias, importa sublinhar a ainda maior relevância que assumiu a Loja Social, através da qual foi possível chegar, através do apoio alimentar, de vestuário e outro, a uma média mensal de cerca de 67 famílias. De referir que a resposta do Banco de Ajudas Técnicas (BAT) continua a responder às necessidades sentidas pelos indivíduos/ famílias que necessitam de equipamentos de apoio à sua rotina diária. O BAT disponibiliza camas articuladas, cadeira de rodas, canadianas, andarilhos, camas hospitalares e cadeirão de apoio.

Em 2022, reformulámos esta resposta, a qual passámos a designar ECO Loja Social. Ao introduzir a vertente de trocas, potenciando o aproveitamento e reutilização de vestuário, atendemos a um novo perfil, de pessoas mais jovens, mais preocupadas com o ambiente e com a eliminação de comportamentos consumistas. A ECO Loja Social foi

apresentada à comunidade no dia 8 de junho, através de um desfile de moda integrado numa iniciativa da EPAVE. No final do ano, dinamizámos o Mercado de Natal – Ser Mais Social neste Natal com o objetivo de divulgar a Eco Loja Social e de apelar à responsabilidade social da população.

Através do apoio ao medicamento, continuámos a apoiar as famílias de baixos rendimentos com despesas elevadas com a medicação. Assim, no decorrer de 2022, foram apoiadas 130 pessoas (novas situações e renovações).

No que diz respeito ao apoio ao arrendamento, no ano de 2022 foram analisados cerca de 85 processos e foram atribuídos 52 apoios com escalão de apoio.

No âmbito da isenção ou redução de taxas de construção, o Município concedeu um total de 10 apoios (nove, redução de 50% do valor; um, isenção do valor total das taxas de construção). Esta medida destina-se a jovens casais que pretendem construir habitação própria e permanente e a isenção a IPSS e ou equiparadas ao nível da construção e ou ampliação.

No âmbito dos cartões municipais, destacamos o cartão humanitário, que prevê, como um dos benefícios previstos em regulamento municipal, a redução em 30% do IMI. No ano de 2022, foram atribuídos 10 apoios.

O Município disponibiliza também o tarifário social, com reduções ao nível do pagamento de água e resíduos urbanos, aos agregados familiares que cumpram e comprovem a necessidade das mesmas. Em 2022, beneficiaram deste apoio 13 famílias.

O primeiro trimestre de 2022 teve a particularidade de coincidir com o início da invasão da Ucrânia pela Rússia, razão pela qual o Município teve de, prontamente, colocar respostas específicas no terreno de modo a apoiar também as famílias ucranianas que acolhemos no nosso território.

Não ficámos indiferentes ao eclodir da guerra e, desde o início, preparámo-nos para apoiar o povo Ucraniano. Num primeiro momento, manifestámos a nossa solidariedade através da realização de uma marcha, que envolveu Câmara Municipal, Assembleia Municipal, comunidade e várias instituições do concelho, que iniciaram campanhas de recolha de alimentos e de outros bens para enviar para as populações em fuga do local de conflito. Estas campanhas foram articuladas com a Braga - SOS Ucrânia, que procedeu à entrega dos donativos a partir da Polónia. Num segundo momento, desenhámos e implementámos um plano estruturado de acolhimento e de integração de pessoas ucranianas no nosso concelho. A criação do Núcleo de Apoio aos Refugiados da Ucrânia permitiu realizar um trabalho conjunto, de maneira a criarmos uma plataforma articulada de informação. Também foi possível gerir uma bolsa de alojamento criada através de munícipes que se disponibilizaram para acolher temporariamente, em suas habitações, famílias refugiadas.

O Núcleo iniciou a sua atividade com a chegada dos primeiros refugiados, promovendo o ser acolhimento na nossa comunidade e a integração das crianças em idade escolar nos estabelecimentos de ensino do concelho. Numa primeira fase, coincidente com o final do primeiro trimestre de 2022, recebemos 13 pessoas refugiadas (adultos e crianças). No terceiro trimestre, este Núcleo deixou de ter intervenção, atendendo à existência de apenas dois agregados familiares a viverem no nosso concelho e com acompanhamento da Segurança Social. Os restantes procuraram centros urbanos ou regressaram à Ucrânia.

As preocupações decorrentes da pandemia ainda foram evidentes no início do ano. Por isso, também destacamos a criação do Núcleo de Intervenção COVID. Funcionando em todo o território do concelho, 24 horas por dia, sete dias por semana, este Núcleo foi constituído por um grupo operativo de intervenção, com pessoal da área social e da área da proteção civil, para uma primeira avaliação das situações. O objetivo principal foi apoiar as pessoas/famílias em situação de doença (contaminação) e ou isolamento profilático, verificado e sem retaguarda familiar próxima. No primeiro trimestre de 2022, foram rececionados 11 pedidos de apoio. A partir de então, após uma reunião da Comissão Municipal da Proteção Civil, em que se fez o balanço da intervenção deste Núcleo, considerou-se não existir necessidade da sua continuidade dada a situação controlada da pandemia.

Juventude

Numa lógica de continuidade e reforço do trabalho desenvolvido no âmbito do Espaço Jovem, as atividades desenvolvidas ao longo de 2022 foram pensadas de forma a garantir a concretização de respostas diversificadas e com o intuito de melhor corresponder às necessidades dos munícipes que procuram estes serviços.

Tendo por objetivo servir todos os munícipes e, em particular os jovens, este espaço disponibilizou uma oferta de atividades adequada às necessidades das pessoas utentes do serviço e por referência à tipologia dos seus recursos lúdicos. Norteados pela preocupação em contribuir para a melhoria das condições de quem nos procurou e paralelamente otimizar a sua participação, acreditamos que a intervenção do Espaço Jovem se assume como um contributo à qualidade de vida da população em geral e com imenso potencial de progressão e desenvolvimento.

Nesse sentido, as atividades concretizaram-se numa dupla perspetiva, por um lado, tendo em conta a necessária pertinência de atividades com um caráter clássico e recorrente naquilo que tem sido a intervenção do serviço, mas também e de forma

complementar, com um pensamento progressivo de mudança e de solidificação de um novo modelo de ação junto da população jovem.

Assim, numa lógica de continuidade e face às circunstâncias e modelo vigente de funcionamento do Espaço Jovem, continuou-se a garantir o acesso aos equipamentos lúdicos pedagógicos disponibilizados, nomeadamente ao espaço informático e de gaming, aos jogos de tabuleiro e de mesa, bem como o acesso a diversificados recursos/acessórios desportivos e de utilização exterior, no Parque do Pontido, sobretudo rentabilizados e solicitados por jovens. Reconhecendo que a utilização dos diferentes recursos disponibilizados são procurados maioritariamente por crianças e jovens, é também importante realçar que o Espaço Jovem é frequentado por pessoas de diferentes faixas etárias, assumindo-se transversalmente como um recurso disponível a toda a comunidade, que, por vezes, não procurando especificamente um serviço disponível, apenas pretende usufruir das condições únicas garantidas pela integração do Espaço Jovem em pleno Parque do Pontido.

De seguida, destacamos os programas e projetos em que participámos:

- Juventude em Movimento. Funciona ao longo do ano civil, possibilitando aos jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 25 anos ocupar os seus tempos livres, executando tarefas ocupacionais em projetos/ações de cariz municipal, tendo-se promovido, no ano em apreço, a integração de cerca de uma centena de jovens, com abrangência em diversas áreas como ambiente, educação, cultura, desporto, turismo entre outras.
- Férias Ativas. Visa garantir, em períodos de interrupção letiva, a ocupação de tempos livres a crianças e jovens com idades entre os 6 e os 16 anos. Foram promovidas na Páscoa, no Verão e no Natal, tendo-se registado 493 inscrições. Em 2022, consideramos necessário dotar o programa de uma vertente inclusiva.
- EUSOUDIGITAL. Trata-se de um programa de capacitação digital, que visa ajudar as pessoas adultas, que nunca utilizaram a internet ou que revelam dificuldades na sua utilização, através do apoio de mentores voluntários, devidamente acreditados no âmbito da plataforma nacional e com interesse e disponibilidade para tal. Neste âmbito, foram sensibilizados/orientados cerca de uma dezena de voluntários e cerca de duas

dezenas de pessoas adultas capacitadas pelo Espaço Jovem, na qualidade de centro EUSOUDIGITAL.

Em termos de atividades, destacamos o seguinte:

- Realização de dois workshop's de Bonsai.
- Realização do I Encontro de Xadrez, integrado no programa de Festas de S. José, com a colaboração da Associação de Xadrez do distrito de Braga.
- Realização do Rally Slot Car, com o apoio do Clube Slot de Braga apresentando-se como uma prova pontuável para o Campeonato Regional de Rally Slot de Braga.
- Antevendo os desafios futuros na área da juventude e a preocupação subjacente ao desenvolvimento estruturado desta dimensão, promovemos um fórum de discussão/reflexão, utilizando a metodologia de Word Café, sobre o tema "Juventude: Oportunidades e Desafios". Como resultado, podemos sublinhar a necessidade de valorizar a intervenção junto da juventude de forma estruturada e com o envolvimento direto e participado dos jovens nas questões que lhes dizem respeito.

Desporto

Considerando que a prática regular de atividade física é um elemento fundamental para a qualidade de vida das populações, em 2022, desenvolvemos ações e intervenções que visaram facilitar o acesso à prática da atividade física, formal ou informal, ligadas à promoção da saúde, mas, também, como fator de coesão social e de cidadania. Mantivemos ainda uma relação muito próxima e de apoio ao associativismo e clubes desportivos locais bem como ao Desporto Escolar.

Exemplo é a iniciativa Pontido Desportivo, entre os meses de junho e agosto, através da qual proporcionámos atividades desportivas gratuitas e ao ar livre para toda a população, em colaboração com ginásios locais.

O ano de 2022 ficou marcado pelo trabalho de diagnóstico do parque desportivo concelhio, informação que servirá de base à elaboração de um Plano Estratégico/Carta Desportiva, que deve contemplar uma estratégia de melhoria e de reconversão de algumas das áreas desportivas do concelho.

No que se refere a infraestruturas, o período em análise ficou marcado pela construção de um piso sintético na freguesia de Serzedelo, respondendo a uma necessidade antiga daquele território e da ACDR Serzedelo, que assim dispõe de um recinto condigno para a sua participação nas competições regionais.

Ficou ainda marcado pela intervenção no Pavilhão Desportivo da Escola Secundária, no âmbito do projeto europeu COLEOPTER, com vista a melhorar a sua eficiência energética e hídrica. Esta intervenção contribui para reduzir os gastos energéticos com o funcionamento e manutenção do Pavilhão, dando cumprimento às diretrizes europeias, também no que concerne às preocupações ambientais.

A entrada em funcionamento o Centro Cycling' - Póvoa de Lanhoso, junto ao Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos, um recurso que está ao dispor dos muitos praticantes de BTT, também aconteceu em 2022.

Com os objetivos de melhorar o serviço que prestamos à população e de reduzir a fatura energética e hídrica, tivemos ainda de intervir em dois equipamentos muito procurados pela comunidade. Referimo-nos às Piscinas Municipais.

No caso das Piscinas Descobertas, após a conclusão da intervenção levada a cabo, com vista a garantir a correta filtragem e o menor gasto de água possível, através da perfeita impermeabilização do tanque, foi possível abrir ao público este equipamento, no dia 4 de julho, para a época balnear de 2022 (que terminou a 11 de setembro). Durante esse período, este equipamento acolheu 17.500 utilizadores (utentes e instituições).

Ainda na época balnear, assegurámos a vigilância da Praia Fluvial de Verim através da colocação de nadadores salvadores.

Já no caso da Piscina Coberta, também fomos confrontados com a necessidade de intervir, ao nível das caldeiras de aquecimento, e assim contribuir para a qualidade do serviço que prestamos e para uma efetiva redução dos custos de manutenção deste equipamento. Em 2022, duplicámos o número de utilizadores em relação ao ano anterior, ou seja, registámos 20.450 utilizadores face aos 9.825 no ano 2021, que foi, como todos sabemos, um ano de adaptação por causa da pandemia.

De referir ainda que mantivemos as atividades da Escola Municipal de Natação, reforçando as turmas de hidroginástica, disponibilizando mais 5 horários desta modalidade. Apoiamos o Desporto Escolar através da implementação de um programa de generalização da natação para o Ensino Básico, junto dos dois Agrupamentos de Escolas (para as turmas de 5º ano).

Com vista a apoiar as coletividades e clubes, foram assinados contratos-programa de desenvolvimento desportivo, destinados a apoiar modalidades que vão desde o futebol ao basquetebol, passando pelo BTT, columbofilia e atletismo.

A atribuição destes apoios financeiros confere aos agentes desportivos do concelho da Póvoa de Lanhoso a possibilidade de garantir aos atletas a sua formação desportiva, sendo estes valores canalizados para pagamento de inscrições, seguros desportivos dos atletas dos escalões de formação, taxas de filiação e organização dos jogos disputados

em casa, sendo um apoio fundamental para as coletividades poderem desenvolver e dinamizar as suas atividades.

Iniciativas desportivas de alcance regional, nacional e internacional fizeram parte do programa de eventos, o que, aliado a uma componente turística, permitiu atrair pessoas de dentro, mas sobretudo de fora do concelho, potenciando uma maior rentabilização económica e divulgação do nosso território, e, ao mesmo tempo, apoiando a prática desportiva e a diversificação de modalidades.

Das atividades desenvolvidas ou que apoiámos, destacamos ainda as seguintes:

- Programa desportivo das Festas de S. José
- Programa desportivo das Comemorações do 25 de Abril
- Open de Ténis da Póvoa de Lanhoso
- Comemoração da Semana Europeia do Desporto
- Triatlo das Andorinhas
- Trail das Andorinhas
- Caminhada Rosa (Semana da Prevenção do Cancro)
- Campeonato de IFBB Diamond Cup Lusofonia, edição 2022 da Taça de Portugal e Troféu Edgar Gomes Portugal Pro (culturismo)
- Concentração Distrital de Baquete sub-10
- Festival de Natal (natação)
- II Encontro do Desporto Escolar Adaptado
- Meeting de Aguas Abertas
- Megas aulas de ginástica e de hidroginástica
- Passeio de Todo o Terreno do TTLanhoso
- Trail "Larga a Net!"
- BTT XCO Tesouros do Ave - ACM/AETAV
- Norte Classic
- European Vespa Days 2022 – Portugal

Nota ainda para referir que recebemos o Fórum do Futebol Distrital, uma iniciativa direcionada para Vereadores/as do Desporto do Distrito de Braga, que teve por objetivo

apresentar a estratégia da Associação de Futebol de Braga, para o desenvolvimento da modalidade de futebol e, assim, incentivar à reflexão sobre o futuro da modalidade.
No ano 2022, inaugurámos o conceito "Conversas Fora de Jogo". O objetivo foi trazer até à Póvoa de Lanhoso figuras conhecidas do desporto, de diferentes modalidades, com a possibilidade de conversarem de forma informal e muito próxima com o público. No ano que estamos a analisar, tivemos dois convidados: Eurico Gomes, um nome ligado ao futebol, e Carlos Sá, ultramaratonista medalhado na modalidade de trail quer a nível nacional quer internacional. Fazemos um balanço muito positivo desta iniciativa, que terá continuidade com outros convidados e outras modalidades.
Por fim, é de referir que renovámos, em 2022, a distinção de "Município Amigo do Desporto". Um galardão atribuído pela plataforma Cidade Social e pela APOCESD – Associação Portuguesa de Gestão do Desporto, que reconhece a qualidade do trabalho que desenvolvemos no Município, na área do Desporto.

Constatamos que houve, durante o ano de 2022, um regresso em pleno, da população em geral, à atividade física. Foi notória a adesão das pessoas às atividades desenvolvidas e proporcionadas pelo Município. Evidente foi também a crescente participação das camadas jovens, nas várias modalidades desportivas, disponibilizadas pelas associações e clubes concelhios.

Proteção Civil e Gabinete Técnico Florestal

A atividade dos Serviços Municipais de Proteção Civil desenvolveu-se através de diferentes vertentes e de distintas respostas, centrando muito do seu trabalho na sensibilização e na prevenção.
Destacamos de seguida algumas das ações:

- Dinamização de ações de sensibilização.
  Comemoração do Dia da Proteção Civil
  Operação Floresta Segura da GNR
  Sensibilização sobre Vespas Asiáticas
  Formação de Segurança Contra Incêndios e Medidas de Autoproteção para delegados de Segurança das Escolas
  Organização de eventos de Cariz Religioso
  Organização de Eventos Culturais e Desportivos
  O Papel das Juntas de Freguesia em matéria de Proteção Civil
  Ações de Sensibilização Sobre Peregrino Seguro

- Participação em ações de sensibilização. Participação no "Exercício Público a Terra Treme" (5 de novembro) e no exercício que visou sensibilizar os automobilistas, no âmbito do Dia Mundial em Memória das Vítimas na Estrada (20 de novembro).

- Prevenção de Riscos Diversos. A atuação dos serviços de Proteção Civil visou prevenir perigos diversos, nomeadamente através da adoção de medidas para fazer face a fenómenos de meteorologia adversa (ventos fortes, precipitação intensa, ondas de calor, vagas de frio, acumulação de gelo).

- Colaboração no âmbito do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS). Dentro das suas competências, os Serviços Municipais de Proteção Civil colaboraram com os demais agentes de proteção civil na resposta

a ocorrências, como incêndios rurais, acidentes rodoviários, acidentes com matérias perigosas, incêndios urbanos e operação de evacuação aeromédica. Colaboração ainda no apoio do Município a vítimas de dois incêndios urbanos.

- Acompanhamento e apoio à destruição da Vespa velutina (vespa asiática). Assumimos todo o processo de destruição de ninhos e de combate à vespa, passando pela colocação de armadilhas em todo o território da Póvoa de Lanhoso, e posteriormente, no que diz respeito ao combate à vespa, adquirimos uma arma para inoculação dos ninhos com biocida específico.

- Realização de diversos Planos Operacionais de eventos desportivos e outros.
- Acompanhamento do processo de colocação de sinalização luminosa de emergência diurna e noturna nos postes da REN, que circundam o Campo de Jogos do Maria da Fonte, para facilitar a aterragem de meios aéreos de emergência média.

- No sentido de fortalecer as relações institucionais, reunimos com diversas entidades públicas e privadas com atuação ao nível da Proteção Civil.

- Realizamos diversas ações, no âmbito da Comissão Técnica de Vistorias em Situações de Riscos Diversos para Pessoas e Bens.

- Promovemos a Comunicação de Riscos, através a criação de uma página da Proteção Civil na rede social facebook, para comunicar situações diversas à população.

No ano em análise, reuniram, a Comissão Municipal de Proteção Civil reuniu para analisar o ponto de situação no concelho da pandemia de COVID-19; e, já no decorrer do Verão, para tratar de assuntos alusivos à Situação de Alerta decretada para Portugal Continental face ao Perigo de Incêndio Rural.

7

No âmbito do Cabinete Técnico Florestal, destacamos o seguinte:

- Elaboração do Plano Operacional Municipal 2023.
- Acompanhamento dos trabalhos de Cestão de Combustíveis da Rede Secundária (Rede Viária e Rede Viária Florestal) da Brigada de Sapadores Florestais da Comunidade Intermunicipal do Ave. Participação em diferentes processos de gestão de combustíveis.
- Verificação da operacionalidade da Rede Viária Florestal, através da manutenção da rede viária florestal em cerca de 38 quilómetros com recurso a máquina de rasto.
- Apoio aos Munícipes no âmbito da plataforma das queimas e queimadas.
- Apoio aos Munícipes no âmbito do incumprimento das Limpezas Florestais (Decreto-Lei 124/2006).
- Informação sobre o Regime Jurídico Aplicável às Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR).

- Apoio aos Munícipes no âmbito dos pedidos de Corte e Poda de Sobreiros ao ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.
- Acompanhamento da colocação de câmaras de videovigilância no âmbito do Grupo de Redução de Ignições de Incêndios Rurais da AGIF - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P..
- Reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios para constituir a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais e aprovar o Plano Operacional Municipal do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
- Participação em reuniões diversas, nomeadamente nas reuniões da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais e da Comissão Sub-regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais.
- Apoio na preparação dos processos de licenciamento no âmbito do artigo 16 do Decreto-lei 124/2006 (Condicionalismos à edificação).
- Verificação de condições de Gestão de Combustíveis (cumprimento do Decreto-Lei 124/2006).
- Verificação da operacionalidade dos pontos de água para meios aéreos para combate a incêndios.
- Acompanhamento e apoio à destruição da Vespa velutina (vespa asiática).

PÓVOA
DE LANHOSO
Município
EIXO 2
COMPETITIVIDADE E
COESÃO TERRITORIAL

Metas principais:

Assumir o desenvolvimento económico como área prioritária da ação municipal;

Concluir a 3ª revisão do PDM;

Concretizar a Via Circular Urbana;

Instalar o Parque Empresarial Municipal;

Realizar investimento em todas as freguesias;

Concluir a rede de água e alargar a rede de saneamento;

Melhorar a eficiência dos serviços municipais.

Infraestruturas

Tratou-se do primeiro ato público oficial relacionado com uma infraestrutura que é desejada há décadas pela população e que assumimos como uma obra de mandato. No dia 9 de dezembro, assinámos com a Infraestruturas de Portugal o acordo de gestão da Via Circular Urbana.

Foi um momento muito importante para a Póvoa de Lanhoso, porque conseguimos nestes meses aquilo que se esperava há muitos anos.

A Via Circular à vila é uma infraestrutura rodoviária estruturante, que pretendemos que esteja concluída em setembro de 2025.

De acordo com o estipulado no acordo de gestão, a Câmara da Póvoa de Lanhoso vai comparticipar 15% do valor da empreitada, sendo os restantes 85% suportados pela Infraestruturas de Portugal.

A Via Circular Urbana da Póvoa de Lanhoso também estará incluída no Plano de Atividades e Orçamento da IP, referente ao ano de 2024.

A execução da Via Circular urbana, de entre outros aspetos, irá permitir consolidar a malha urbana da Póvoa de Lanhoso e aumentar a capacidade de atrair investimento; e proporcionar melhores vias, maior fluidez de trânsito, sobretudo de pesados, e acessos

mais simples e fáceis que aproximam a Póvoa de Lanhoso a Braga, capital de distrito, e ao Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Esta infraestrutura dará um forte impulso à economia, pois possibilitará melhores condições de trânsito e melhorar as condições ambientais do centro da Vila.

É um projeto de mandato que prevê a criação de uma zona destinada à instalação de um Parque Empresarial Municipal com boas acessibilidades aos centros urbanos e à autoestrada.

No Plano para 2022, assumimos a necessidade de criação de um novo canil/gatil. O ano em análise ficará ainda marcado pela grande conquista que representa a aprovação da candidatura apresentada ao ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas para a edificação do Centro Oficial de Recolha de Animais. Um projeto que, a breve prazo, trará condições dignas para o alojamento dos animais e condições para o desenvolvimento de um trabalho ainda mais profícuo na causa animal.

Coesão Territorial

No capítulo da Coesão Territorial, o trabalho desenvolvido procurou dar continuidade e concluir projetos que transitaram de mandato, encetar novos investimentos e responder às aspirações da comunidade, que almeja um desenvolvimento equilibrado do território, não apenas do ponto de vista da criação de infraestruturas, mas também ao nível dos serviços e das respostas que entidades como a própria Câmara Municipal prestam à comunidade e aos munícipes, visando a qualidade de vida das populações.
Para a concretização desse desiderato, delegámos nas Juntas de Freguesia competências no sentido de se obter melhorias nas condições da rede viária e da limpeza de bermas e aquedutos. Cumprimos os compromissos assumidos com as Juntas de Freguesia, concluindo as obras iniciadas no mandato anterior e projetando outras de beneficiação de acessibilidades e de requalificação do espaço público.

No que se refere a obras municipais, destacamos o seguinte:

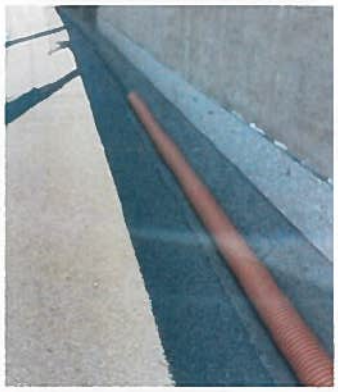
- Reabilitação de gabinetes nos Paços do Concelho (Salão Nobre, Gabinete de Fundos comunitários; Hall de entrada; Escritórios Secretárias Presidência). Renovação Caragens e construção de WC'S nas garagens dos Paços do Concelho
- Execução de passeio na Rua Maria da Fonte – Póvoa de Lanhoso
- Colocação de dissuasores na Praça Eng.º Armando Rodrigues – Póvoa de Lanhoso
- Renovação da Rotunda da Fonte do Foral ("Fonte Luminosa") – Póvoa de Lanhoso
- Reparação e pintura de chapas da Rotunda das "Bolas de Ouro"
- Execução de passeio circundante nas traseiras dos Paços do Concelho e execução de cobertura, Bar Associação dos Funcionários.
- Reposição de calçada em valas e buracos, pelo Concelho
- Execução de muro suporte Rua da Redunção – Campo
- Execução de rede de águas pluviais e construção de passeio Rua do Cruzeiro – Fontarcada

- Reabilitação do sistema de drenagem da estrada de Ceraz do Minho (fecho de valetas com inclusão de tubagem e execução de caixas de visita)
- Renovação de sistema de bombagem das piscinas descobertas (abertura e fecho de roços)
- Construção de dreno de águas pluviais e regularização de espaço circundante ao pavilhão de Monsul

Outros trabalhos:

- Reposição de betuminoso e calçada em valas e buracos no concelho;
- Reparações diversas em Escolas do concelho;
- Limpezas e lavagens de espaços públicos;
- Reparações em dissuasores e reposição de sinais nas diversas vias Municipais e Espaços públicos.

Póvoa de Lanhoso



Destacamos ainda as intervenções relacionadas com a criação da Casa do Livro e da Start-Up, cujos trabalhos tiveram continuidade em 2022.

As preocupações com a mobilidade e, em especial, com a mobilidade sustentável, estão na agenda do planeamento municipal. Atenta a esta nova realidade, a Autarquia em articulação com a CIM do Ave, no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, tem recebido novas atribuições e competências relativamente aos serviços públicos de transporte de passageiros municipais.

Em 2022, foram prestadas informações técnicas de Trânsito e Estacionamento, com destaque para questões de Sinalização, Cargas e Descargas, estudos de intervenção em passadeiras, submissão de pareceres ao IP e implementação da Via Verde Estacionar.

No âmbito da gestão dos transportes públicos, fez-se o acompanhamento e prestou-se colaboração com a Autoridade de Transporte em procedimentos de operacionalização, passes, linhas, horários, Programa PART, bem como de articulação de informação no âmbito do processo de Concessão iniciada a 1 de dezembro de 2022 pela Ave Mobilidade.

Para este mandato, assumimos a conclusão da rede de água pública e o alargamento da cobertura da rede de saneamento básico, fundamentais para o bem-estar das populações já que têm influência na saúde, na qualidade de vida, na qualidade do ambiente e no desenvolvimento da sociedade como um todo.

Neste sentido, no que se refere ao serviço de abastecimento de água, no decorrer de 2022, o Município executou 7,6 quilómetros de rede e 224 ramais de ligação. Em relação ao serviço de saneamento, foram executados 5,05 quilómetros e 115 ramais de ligação.

A realização destes trabalhos contribuiu para o Município alcançar, nesta altura, uma cobertura de 96% para o serviço de abastecimento de água e uma cobertura de 50% para o serviço de saneamento.

De lembrar que, a 31 de dezembro de 2021, a rede pública de abastecimento de água era constituída por 376,30 quilómetros de conduta e 10.500 ramais de ligação, sendo a rede de saneamento constituída por 115 quilómetros de coletor e 4.403 ramais de ligação.

Os números do saneamento ainda estão longe daquilo que pretendemos para o nosso concelho. Por isso, o ano de 2022, também foi marcado por um trabalho intenso junto

dos decisores, no sentido de os sensibilizar e demonstrar a urgência em melhorar a taxa de cobertura.

Sendo o alargamento da rede de saneamento uma prioridade, promovemos, durante o ano, sessões de trabalho com diversas entidades, tendo em vista a preparação dos projetos a integrar no novo quadro comunitário, nomeadamente com o Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, António Cunha, com o Vogal da Comissão Diretiva do Norte 2020, Humberto Cerqueira, e com o Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, Pimenta Machado.

No que se refere às redes de água e de saneamento, apresentamos de seguida os trabalhos mais relevantes realizados em 2022:

- Fontarcada

- Execução de rede de águas pluviais na Rua da Primavera
- Execução de rede e ramais de abastecimento de água na Rua Maria da Fonte
- Execução de rede de saneamento e águas pluviais na Rua de Várzeas

- Calegos

- Execução de rede de saneamento na Rua dos Costinhas
- Execução de rede e ramais de saneamento na Rua Costa d` Além

- Póvoa de Lanhoso

- Requalificação da rede e ramais de abastecimento de água na Avenida da República
- Execução de ligação do saneamento da Rua dos Moinhos Novos à Rua Quinta dos Antunes
- Execução de armário para o novo Ponto de Entrega e respetivas ligações na Rua dos Moinhos Novos
- Execução de rede de águas pluviais e saneamento na Rua dos Moinhos Novos
- Execução de rede e ramais de abastecimento de água e saneamento na Rua da Eira Velha

- Taíde

- Requalificação da rede de saneamento na Rua do Santuário

- Esperança

- Execução de rede e ramais de abastecimento de água na Rua da Pedreira e na Rua das Casas Velhas

- Vilela

- Ligação da rede de saneamento do Caminho do Fojo ao Caminho do Lameiro
- Execução de rede e ramais de abastecimento de água e saneamento na Travessa do Parque industrial
- Execução de rede e ramais de saneamento na Avenida de Esperança, na Rua Vale do Escuro, no Caminho do Lameiro/Rua do Verdugo e na Avenida Delfim Rodrigues

- Oliveira

- Execução de rede de abastecimento de água na Rua dos Tabuados e Entre Vinhas

- Louredo

- Execução de rede e ramais de saneamento na Rua dos Ribeirinhos
- Execução de rede de abastecimento de água para ligação da Rua de Ventuzela (Campo) à Travessa do Monte (Louredo)

- Brunhais

- Execução de rede de abastecimento de água na Rua Francisco Araújo

- Sobradelo da Coma

- Execução de rede e ramais de abastecimento de água na Rua de Varzielas e na Rua da Brasileira

- Travassos

- Execução de rede e ramais de abastecimento de água na Rua do Alto

- Ceraz do Minho

- Execução de rede e ramais de abastecimento de água na Rua Dr. Augusto Martins Ferreira

- Serzedelo

- Execução de rede e ramais de abastecimento de água na Rua do Serenado

Execução de ramais diversos (abastecimento de água e saneamento):

- Monsul - Execução de ramal de abastecimento de água na Rua de Várzeas, na Travessa da Mó e na Rua do Bárrio.
- Calvos - Execução de ramal de saneamento na Rua da Chã; execução de ramal de abastecimento de água na Rua da Escola.
- Lanhoso - Execução de ramais de saneamento e abastecimento de água na Rua Souto de Baixo.
- Póvoa de Lanhoso - Execução de ramal de abastecimento de água e saneamento na Rua Angelo Frondoni e na Rua do Castanheiro; Execução de ramal de abastecimento de água na Rua Dr. Custódio José da Silva e na Avenida 25 de Abril; requalificação do ramal de saneamento da Escola Secundária.
- Serzedelo - Execução de ramal de abastecimento de água na Rua de Santa Luzia e na Rua das Travessas; execução de ramal de abastecimento de água na Rua do Talho.
- Vilela - Execução de ramal de saneamento na Rua do Paço Velho; execução de ramal de abastecimento de água na Rua do Casal, execução de ramal de abastecimento de água na Rua de Vale Covo.
- Carfe - Execução de ramal de abastecimento de água na Rua de Teire e na Rua Fonte Milho.
- Calegos - Execução de ramal de abastecimento de água na Travessa das Barreirinhas e na Rua Dr. Cil da Costa; execução de ramal de saneamento na Rua Dr. Cil da Costa.

- Fontarcada - Execução de ramal de abastecimento de água na Rua do Cais e na Rua da Laurinda; execução de ramal de abastecimento de água e saneamento na Travessa de Padim.
- Friande - Execução de ramal de abastecimento de água na Avenida de Santo André e na Rua da Bouça Nova.
- Verim - Execução de ramal de abastecimento de água na Rua Veiga de Esteiro.
- Taíde - Execução de ramal de Abastecimento de água na Rua do Arruado, na Rua de Porto d'Ave e na Rua da Igreja Velha; execução de ramal de abastecimento de água e saneamento na Rua da Veiga.
- Ferreiros - Execução de ramal de abastecimento de água na Rua da Portelinha.
- Aguas Santas - Execução de ramal de abastecimento de água na Rua da Cachada, na Rua da Sarola e na Rua da Pedreira.
- Santo Emilião - Execução de ramal de abastecimento de água na Rua de Santo António; execução de ramal de abastecimento de água e saneamento na Rua de Nossa Senhora de Fátima.
- Brunhais - Execução de ramal de abastecimento de água na Avenida de São Paio.

- Instalação das ZMC (zonas de medição e controlo) e pesquisa de fugas de água.
- Manutenção de ETAR´s (Aguas Santas/Moure/Monsul).
- Reparação/Desobstrução de diversas sarjetas, aquedutos e tubagens de águas pluviais e saneamento.
- Serviço de pichelarias – Edifícios Municipais.

No âmbito da melhoria contínua no serviço que prestamos aos munícipes, num ano que fica marcado pelo assumir de novas competências pela Autarquia, colocando mais exigência sobre o funcionamento dos serviços municipais, destacamos o seguinte:

Atendimento ao Público

No início do ano, procedemos ao alargamento do período de funcionamento do Balcão Único, nos Paços do Concelho, assegurando a abertura dos serviços à sexta-feira à tarde e ao sábado de manhã, possibilitando assim um acesso facilitado aos serviços prestados pela Autarquia. Em 2022, foram realizados 21.533 atendimentos, no Balcão Único.

Sistema de Cestão de Qualidade

No âmbito do sistema de gestão de qualidade, continuámos com a implementação de práticas de trabalho mais adequadas à prestação de um serviço público eficiente e de qualidade.

Foram realizadas auditorias internas, por forma a colmatar riscos associados a tarefas rotineiras, procurando melhorar procedimentos. O processo operacional do Balcão Único contou com a renovação do certificado, em resultado de uma auditoria externa realizada aos postos que integram o atendimento ao público.

Modernização Administrativa

A reengenharia de processos e a interoperabilidade entre aplicações continuaram a ser uma aposta, dado ser este um trabalho de melhoria contínua.

Consideramos relevante o avanço do atendimento para plataformas digitais.

No âmbito da implementação de medidas de modernização administrativa, continuámos com a digitalização de processos no âmbito do Arquivo Municipal e potenciámos o funcionamento da plataforma "Archeevo".

Concretizámos a implementação da plataforma de Sistema de Gestão de Atas, que permite uma desmaterialização de procedimentos adstritos à gestão das reuniões de Câmara.

Recursos Humanos

Mantivemos o plano formativo com todas as ações que foram possíveis de se manter.

Com a transferência de competências na área da educação, torna-se evidente o aumento de recursos humanos.

	Técnico superior	Especialista de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado operacional	Assistente operacional	Total
2023	77	4	10	44	6	92	233
2022	77	4	12	60	6	177	336

Em suma, procurámos dar resposta às necessidades dos serviços e às exigências legais, orientando a ação dos serviços da área administrativa para a visão estabelecida no âmbito do sistema de gestão de qualidade, procurando assegurar com rigor, competência e profissionalismo as necessidades dos munícipes e partes interessadas, garantindo a sua satisfação e a melhoria contínua do serviço público.

O Serviço de Apoio Jurídico é vocacionado para uma intervenção transversal a toda a atividade Municipal, tendo por missão zelar pela legalidade da atuação do município.
Realça-se, neste último ano, a atividade desenvolvida em matéria das contraordenações, tendo sido registados 166 processos de contraordenação e tramitados 748, permitindo concluir-se de que proliferam as obras ilegais no concelho apesar do universo existente terem sido devidamente legalizadas 86 obras ilegais. Da delegação de competências ao nível das contraordenações rodoviárias deu-se inicio aos respetivos processos de contraordenação rodoviária.
Considera-se ter ocorrido um crescente aumento de participações e denúncias particulares, assumindo os munícipes o papel de agente fiscalizador na sua freguesia o que originou 3424 processos administrativos, a participação de 20 sinistros que culminaram com a arrecadação do valor reclamado, assim como, a elaboração de 612 ofícios e a emissão de 231 certidões e emitidos 129 pareceres em processos de licenciamento.
De destacar a transversalidade deste serviço a todas as unidades orgânicas, assim como, ao executivo municipal.
O serviço destacou-se com o SMIC - serviço municipal de informação ao consumidor e o RACE – rede de apoio ao consumidor endividado.

Transição Verde

O desenvolvimento de políticas ambientais com rumo à sustentabilidade é um dos vetores prioritários de intervenção da Autarquia.
Propomo-nos, ao longo do mandato, concretizar o programa de práticas Vila+Verde, cujo propósito é implementar as melhores práticas de construção e manutenção de espaços verdes urbanos, de arborização das estradas municipais e de criação de uma rede municipal de espaços verdes de recreio e lazer.

Naquele que consideramos o "ano zero" do departamento de espaços verdes e limpeza urbana do Município, interviemos em alguns locais, para proceder à sua requalificação e reabilitação.

Destacamos as intervenções nas diversas rotundas existentes na Vila e envolvente, assim como no Parque do Pontido, na Praça Eng. Armando Rodrigues e na Av. 25 de Abril (faixa central); e as manutenções dos estabelecimentos escolares, do Centro de Saúde e das Piscinas Municipais Descobertas. A renovação dos diferentes espaços, teve em atenção as suas características, nomeadamente na opção por plantas que exijam menos manutenção e que sejam mais resistentes ao clima, e a opção por diferentes sistemas de rega mais eficientes (gota-a-gota e de pulverização).

Destaque ainda para a limpeza total das linhas de água (leito e margens) que passam na Vila. Neste processo, foi ainda encontrar novas soluções, como a ligação entre dois poços existentes no Parque do Pontido, que permite o aproveitamento de água natural com recursos a meios já existentes, para abastecer o Parque.

Ao nível dos espaços verdes, iniciámos ainda um plano de reabilitação no mobiliário urbano que os integram.

O Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos (CICC) conferiu um novo impulso às iniciativas de sensibilização e educação ambiental, fomentando a adoção de atitudes ecológicas mais sensatas que contribuam para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria contínua da vida da população. Com a requalificação das instalações, temos incentivado a participação ativa da comunidade local, atraindo mais visitantes ao espaço do CICC.

O Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos (CICC), que executa as políticas municipais de sensibilização e educação ambientais, reabriu ao público, no dia 4 de março, após uma renovação da sua imagem e um reforço da oferta educativa, que o transformou num espaço moderno e acessível.

Esta foi uma oportunidade para "relançarmos" o CICC, aportando-lhe novas dinâmicas e alargando a divulgação não apenas do aprazível recinto, mas também a sua oferta e recursos ao nível da sensibilização ambiental e ao nível das hortas sociais e comunitárias. Dessa forma, após a reabertura, demos início a um conjunto de atividades que visaram levar cada vez mais pessoas, famílias, público escolar e população sénior até ao Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos.

Os números mostram que, no decorrer de 2022, este equipamento ambiental registou a visita de 3.494 pessoas, participando em 142 atividades programadas, realizadas durante a semana. Foi notória a procura do Parque do Centro de Interpretação para lazer, sobretudo aos fins de semana.

Dadas as condicionantes relacionadas com a reabertura do espaço e com a pandemia, no primeiro trimestre de 2022, a atividade do Centro de Interpretação realizou-se sobretudo no exterior, nomeadamente, junto da comunidade escolar, nos respetivos estabelecimentos de ensino.

A partir do segundo trimestre, foram dinamizadas mais atividades e foram recebidos mais visitantes no CICC, em parte devido ao cenário pandémico mais estável e à conclusão das obras de reabilitação do espaço.

Desde então, o Centro tem sido um espaço privilegiado para a realização de atividades com escolas, que têm tido a oportunidade de participar em atividades ambientais adaptadas a diferentes idades e níveis de aprendizagem.

Maio foi o mês em que se verificámos um maior número de atividades e de visitantes, o que se explica por terem sido dinamizadas inúmeras iniciativas de educação ambiental com os estabelecimentos de ensino, devido à proximidade do final do ano letivo, e das boas condições meteorológicas. Também no mês de novembro, registámos uma maior afluência de visitantes, resultado das propostas no âmbito da Semana Europeia da Prevenção dos Resíduos.

Os meses de janeiro e de dezembro foram os que receberam menos visitas devido ao final e início de períodos letivos, mas também devido às más condições climatéricas.

Estes resultados são reveladores do impacto que o Centro tem tido na comunidade local e na promoção da educação ambiental. As atividades realizadas incluíram visitas técnicas, lúdicas e pedagógicas e visitas guiadas ao CICC, ao Carvalho de Calvos, às plantas aromáticas e medicinais e à horta social e comunitária; a comemoração de efemérides ambientais; ações informativas sobre diversas temáticas; oficinas práticas; e o usufruto do parque em atividades lúdicas e pedagógicas.

Todas estas iniciativas visaram proporcionar aos visitantes uma experiência educativa envolvente, para que possam aprender a rica história do Carvalho e a biodiversidade que nele habita, bem como a importância de todos os recursos e ecossistemas naturais.

De referir ainda que a colaboração do CICC com a comunidade escolar também se estende ao Programa Eco-Escolas, sendo que, em 2022, seis escolas da Póvoa de Lanhoso receberam a Bandeira Verde. Estas Bandeiras traduzem o resultado do excelente trabalho que é realizado por toda a comunidade educativa da Póvoa de Lanhoso.

O nosso Município também foi reconhecido pela participação no âmbito deste Programa, sendo que a maior parte das dinâmicas de educação ambiental são dinamizadas através do Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos.

Somos parceiros atentos das Escolas e o desafio que deixámos, para o ano letivo 2022-2023, foi o de que possamos aumentar o número de estabelecimentos de ensino galardoados com a Bandeira Verde.

O Centro Escolar D. Elvira Câmara Lopes, o Centro Escolar do Cávado, a Escola Básica do Ave, a Escola Básica Prof. Gonçalo Sampaio, a Escola Profissional do Alto Ave e a Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso foram as escolas galardoadas, em reconhecimento pelo trabalho desenvolvido no âmbito da Educação Ambiental para a Sustentabilidade, no que se refere ao ano letivo de 2021-2022.

Em suma, os resultados registados são positivos, quer em número de visitantes, quer em dinâmicas desenvolvidas, ao longo de 2022, no CICC, e recebemos um feedback muito positivo por parte das pessoas que passaram pelo espaço.

As Hortas Comunitárias, projeto que desenvolvemos nos terrenos do próprio parque do Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos, junto das hortas sociais, revelaram-se uma aposta ganha.

A totalidade dos 12 talhões que disponibilizámos de forma gratuita foi ocupada. Para além de apoio e acompanhamento técnico, as pessoas que aceitaram o nosso repto para cultivarem estas parcelas de terreno também puderam beneficiar de um conjunto de sessões de formação, em áreas distintas, tendo por base a agricultura em modo biológico. Após a boa recetividade a uma primeira sequência, iniciámos uma segunda sequência de sessões de formação, nas instalações do CICC.

Percebemos que aderiram a este projeto pessoas que não dispõem de terreno para cultivo, sendo algumas famílias com crianças, nem de conhecimentos técnicos. Para além do desejo de praticarem a agricultura, os/as beneficiários/as demonstraram a vontade de estar em contacto com a natureza, de desfrutar em conjunto do espaço

envolvente e de mostrar aos mais novos de onde provêm muitos dos alimentos que consomem.

Fazemos um balanço muito positivo deste projeto, num ano que, ainda assim, foi de preparação para um futuro que, acreditamos, será de sementeiras e colheitas mais intensivas, com um impacto mais significativo nos respetivos orçamentos familiares, que é um dos objetivos que pretendemos alcançar através das Hortas Comunitárias.

Em finais de novembro, apresentámos o nosso Plano de Poupança Energética e Eficiência Hídrica 2022/2023.

O documento, que foi elaborado com base no Plano de Poupança de Energia 2022-2023, proposto pelo Governo e publicado em Diário da República, a 27 de setembro de 2022, contempla 20 medidas para a Poupança Energética e Hídrica.

No que concerne à poupança energética, as medidas relacionadas com a redução do consumo energético associado à iluminação pública e à iluminação interior e exterior tiveram efeito imediato, com a redução da iluminação pública de forma alternada, não deixando de observar as considerações relativas à segurança de pessoas e bens. Também a iluminação natalícia foi ajustada para um horário mais reduzido.

Neste conjunto, incluem-se ainda as propostas de desligar a luz ornamental, em todos os espaços públicos, à exceção do Castelo de Lanhoso e da estátua da Maria da Fonte, a partir da uma hora da manhã, a ligação da iluminação dos campos de jogos do Pontido, apenas nos dias e horas em que for feita marcação para a sua utilização, e a informação a todos os colaboradores da Câmara Municipal que a iluminação interior deve ser desligada sempre que o espaço não esteja a ser utilizado ou fora do horário de serviço.

Foram ainda colocadas em prática medidas relativas à climatização dos espaços públicos, à Piscina Municipal Coberta e aos vários complexos desportivos.

No campo da poupança hídrica, definimos estratégias que apontam para a redução do desperdício de água na rega de espaços exteriores, passando as mesmas pela colocação, nos jardins públicos, do sistema de rega em registo manual, da utilização de sistema de rega gota a gota, da instalação de sistemas de rega inteligentes e pela utilização de mecanismos de poupança de água nos autoclismos das casas de banho públicas, entre outras.

O Plano apresentado inclui o Manual de Boas Práticas de Poupança Energética e Hídrica, no qual estão contidas informações e sugestões a ter em conta no dia-a-dia, pelos utilizadores de espaços municipais, escolas, edifícios desportivos e centro de saúde, passando pelo setor do comércio e consumidores domésticos.

Estes documentos, disponíveis no site do Município, reforçam a necessidade de sensibilizar todos os públicos para a urgência de alterar comportamentos com vista à poupança energética e hídrica, contribuindo-se, assim, para uma maior sustentabilidade ambiental.

Para os resíduos sólidos urbanos, atendendo à fase mais crítica de Verão e à necessidade de uma recolha mais eficiente, em 2022, reforçámos a recolha através do recurso ao aluguer de um camião.
A recolha de reforço aconteceu entre 15 de junho e 15 de setembro, tendo realizado um total de 5.408 quilómetros assim como a recolha de cerca de 400 toneladas de resíduos.

A partir dos serviços veterinários, em 2022, demos continuidade à implementação de medidas no âmbito do Plano Estratégico Municipal para Saúde Animal e Saúde Ambiental.

Este Plano assumiu-se como um instrumento de gestão e de orientação, possibilitando a implementação de políticas e estratégias de saúde animal e saúde ambiental, que culminam na sustentabilidade ambiental e no bem-estar das populações.
A semelhança dos anos anteriores, em 2022, foram asseguradas as diferentes tarefas inerentes ao gabinete dos serviços veterinários municipais, destacando-se a elevada ocorrência de pedidos de recolha de animais errantes.
Em relação às atividades promovidas, foram realizadas diversas iniciativas, umas de menor, outras de maior projeção, destacando-se a campanha de esterilização de animais de companhia, que colheu uma boa aceitação pelos munícipes e que nos trará benefícios no futuro.
Esta iniciativa contou com a colaboração do CAPA – Clube de Adoção e Proteção de Animais e dos Movimentos Gatos de Rua e Bigodes de Ouro. Com início em maio de 2022, esta campanha de esterilização de animais de companhia atingiu, no final do ano, o número de 154 animais esterilizados (machos e fêmeas).

Do trabalho desenvolvido, destacamos:

- Gestão técnica do canil municipal:
  - Pedidos de recolha/intervenção;
  - Recolhas de animais acidentados;
  - Vacinação/identificação eletrónica dos animais alojados;
  - Acompanhamento médico dos animais alojados;
  - Recolha de cadáveres de animais na via pública;
- Apoio à campanha sanitária oficial de Ruminantes:
  - Acompanhamento de ações de saneamento e verificação dos testes;
  - Análise dos processos dos pedidos de subvenção no âmbito da campanha.
- Apoio técnico às associações zoófilas e outras do concelho:
  - Identificação eletrónica; Vacinação; Receituário; Registos.
  - Apoio às Festas de S. José (Concurso Pecuário)
- Apoio ao combate à vespa asiática;
- Atendimento ao público:
  - Vacinação e identificação eletrónica de canídeos;
  - Atualização de registos animais;
  - Transferências de propriedade;
- Gestão administrativa das diversas áreas de intervenção.
- Colocação de sinalética para sensibilização da recolha de dejetos animais na via pública;
- Colocação de mais um abrigo de gatos e manutenção dos já existentes.

Por fim, num ano em que se desenhou uma solução definitiva para responder às necessidades de recolha e de acolhimento de animais, relembramos a continuidade do apoio da Autarquia ao CAPA para a gestão e manutenção do canil municipal.

Ordenamento e Participação Pública

Atendendo às distintas possibilidades de financiamento, o ano de 2022 permitiu planear e elaborar projetos municipais integrados na estratégia de desenvolvimento que pretendemos para o concelho.

Assim, no que diz respeito à captação de financiamento comunitário e nacional destacamos o seguinte:

a. Nove candidaturas ao concurso Acessibilidades 360º - Programa de Intervenções em Habitações, do Plano de Recuperação e Resiliência. Estas candidaturas objetivam a promoção da acessibilidade em habitações de pessoas portadoras de deficiência. Previu-se para tal um investimento total de 67.382,08€;

b. "Construção do Centro de Recolha Oficial de Animais do Município da Póvoa de Lanhoso", candidatada ao "Programa de concessão de incentivos financeiros para a construção e a modernização de centros de recolha oficial de animais de companhia (CRO) e de instalações das associações zoófilas (iAZ)", promovido pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. Previu-se para este projeto um investimento de 220.000€;

c. "Projeto-piloto de recolha seletiva de biorresíduos na Póvoa de Lanhoso", candidatado ao programa "RECOLHABIO - APOIO A IMPLEMENTAÇAO DE PROJETOS DE RECOLHA SELETIVA DE BIORRESIDUOS", promovido pelo Fundo Ambiental. Previu-se para este projecto um investimento de 60.272,82€.

Colaborou-se ainda com:

a. a CIM do Ave na elaboração da candidatura conjunta ao Aviso n.º 03/C19-i07-.05/2021 - Convite à apresentação de candidaturas ao financiamento da criação de espaços de Cowork. Esta candidatura objetiva a criação do Espaço de Cowork da Póvoa de Lanhoso, na Casa da Botica. Previu-se para tal um investimento total de 34.613,29€, representando um investimento elegível de 28.140,89€;

b. a GUEDES CORRENTE Consultores na elaboração da candidatura ao Aviso N.º 01/C16-i02/2022 - Manifestação de Interesse para Desenvolvimento de Projetos no âmbito dos

Bairros Comerciais Digitais. Esta candidatura objetiva a criação de um Bairro Comercial Digital na Vila. Previu-se para tal um investimento total de 1.142.300,78€.

No âmbito da gestão de candidaturas a fundos comunitários e nacionais, foi possível:
a. formalizar pedidos de pagamento no valor de 1.249.987,92€;
b. receber 732.731,78€ de FEEI;
c. proceder à reprogramação das seguintes operações:
i. Start Up Póvoa - NORTE-04-2316-FEDER-000432, por duas vezes;
ii. Requalificação e modernização das instalações da Escola Básica Gonçalo Sampaio - NORTE-08-5673-FEDER-000131;
iii. Cultura.IN - NORTE-07-4230-FSE-000055;
iv. Casa do Livro - NORTE-04-2316-FEDER-000360;
v. Reabilitação do largo da Feira e envolvente - NORTE-04-2316-FEDER-000187.

No âmbito do trabalho com associações e Juntas de Freguesias na elaboração e gestão de projetos/candidaturas, destacamos o apoio prestado:
a. à Em Diálogo - Associação para o Desenvolvimento Social da Póvoa de Lanhoso, na elaboração, instrução e submissão da sua candidatura ao Aviso n.º 02/C03-i01/2021 RE-C03-i01.m01 – Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais;
b. à Cruzada do Bem, na gestão processual da candidatura "Remodelação e ampliação do Lar Residencial Feminino", aprovada pelo Programa Operacional Regional NORTE 2020.

O Planeamento e Ordenamento do território enlaçaram o processo de 2ª Revisão do PDM da Póvoa de Lanhoso e o acompanhamento de PDM's externos, bem como atendimentos à população no âmbito do PDM.
A seguir, damos conta do trabalho mais relevante que foi desenvolvido, no âmbito do processo de Revisão do PDM:
- Validação pelo Executivo da proposta de Ordenamento, realizada pela equipa técnica do PDM, em especial a validação das áreas edificáveis para posterior validação final pela CCDR-N.

- Sobre o processo da Reserva Agrícola Nacional, no final de 2022, encontrava-se a equipa técnica do PDM a elaborar a "Carta 4" da proposta da RAN Bruta.
- Elaboração e análise da primeira proposta de Regulamento do PDM.
- Atualização permanente dos compromissos urbanísticos.

A revisão do PDM, para além das várias prorrogações de prazo, publicadas em Diário da República, encontrava-se a seguir, em 2022, os tramites regulamentares e normais de um processo com esta complexidade.

Na área de Planeamento e Ordenamento, produziu-se cartografia e cederam-se dados essenciais para vários Projetos Estruturantes Municipais nomeadamente: Processo da Via Circular, Criação de novos Parques Empresariais / Industriais e Projetos Municipais vários, e colaborou-se com o Cabinete de Empreendedorismo no intuito de encontrar soluções para atrair novos os empresários e criar condições para os que se querem fixar no Concelho.

As estratégias a nível de obras municipais, no ano de 2022, foram dominantemente marcadas por desenvolvimento de projetos e estudos, em relação à execução física de obras.

Os projetos e estudos realizados incidiram na tipologia de edificação, destacando-se a reabilitação de edifícios ou infraestruturas existentes em diversas escolas do concelho e o apoio de projetos a duas entidades privadas de solidariedade social.

Dos 55 estudos/projetos elaborados, 18 ficaram concluídos e remetidos para contratação pública e três foram de apoio a entidades externas, discriminando-se de seguida os que foram candidatados a fundos comunitários: construção de campo de jogos na escola EB2/3 Gonçalo Sampaio, Start-Up Póvoa (Reabilitação de antiga Casa dos Magistrados), beneficiação dos balneários da escola secundária, beneficiação da cobertura do pavilhão da escola secundária, execução de cobertura para o mercado do peixe no Largo da Feira, requalificação da Av. de S. José na envolvente à feira e espaço de Co-Work na Póvoa de Lanhoso. Incluídos nestes projetos destacam-se também os do âmbito "Programa Acessibilidades 360º" em 10 habitações.

No âmbito do Instrumento Territorial Integrado (ITI) do Ave 2030, em trabalho conjunto entre vários serviços municipais, elaboraram-se 17 fichas de projeto que envolvem trabalhos de construção civil.

Participação em Protocolo de Colaboração Institucional para a Promoção das Acessibilidades formalizado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), a Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais (FEFAL) e a Estrutura de Missão para a Promoção das Acessibilidades.

O desenvolvimento de estudos e projetos tem por base o levantamento topográfico, totalizando-se 49 levantamentos realizados em 2022, requerido por diferentes serviços da câmara. Foram ainda verificados cerca de 52 autos de implantação e licenciados 3 pedidos de publicidade.

A DPOT (Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território) tem intervenção em muitos processos de contratação pública, desde a preparação dos projetos com todas as peças necessárias à interpretação dos trabalhos a executar, a prestação de esclarecimentos aos concorrentes e a apreciação de listagens "erros e omissões" apresentadas, e numa fase final, enquanto júri de procedimento, a análise de propostas e elaboração dos relatórios preliminar e final. No ano de 2022, a DPOT acompanhou 16 ajustes diretos, dos quais 11 simplificados, 10 consultas prévias e 8 concursos públicos. Integrou ainda apenas como júri 2 processos de serviços.

O trabalho de fiscalização reportou-se com maior incidência no acompanhamento, fiscalização e apoio a 14 obras, incluindo toda a documentação necessária como autos de medição, autos de receção provisoria/finais, auto de liberação de cauções, contas finais, revisão de preços, destacando-se as seguintes: reabilitação de edifício para instalação da Casa do Livro, requalificação da Estrada Municipal n.º602 da rotunda da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso até Vilela, reabilitação de antiga Casa dos Magistrados – Start-Up e beneficiação dos balneários da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso. A fiscalização teve sempre o apoio da secção de topografia, em implantações e verificação de configurações de projeto.

Foi ainda prestado apoio a diversas obras nas diversas freguesias do concelho, nomeadamente acompanhamento sempre que solicitado e confirmação de trabalhos executados e de intervenções em habitações particulares do programa "Habitalanhoso".

Durante o ano de 2022, no campo de ação da reabilitação urbana, foram prestadas 7 informações de localização para emissão de certidões, foram realizadas 2 vistorias finais e 1 vistoria inicial, e esclarecimentos de dúvidas sempre que solicitado.
Através dos Sistemas de Informação Geográfica procederam-se a diversas tipologias de atividades, nomeadamente:
- Gestão de serviços internos e externos (MUNISIGWEB), nomeadamente Festas de São José, Gestão do Cemitério, Projetos DPOT, Gestão Urbanística, Testes de Fumo (DOMA), Licenciamento de Infraestruturas, Toponímia e Numeração de polícia;
- Procedimentos de informação, incluindo georreferenciação Processos de Obras e projetos no âmbito de licenciamentos, com entrada de 569 em 2022; atualização de base de dados cartográfica com georreferenciação de 1731 processos de obras em arquivo;
- Procedimentos de informação técnica (138 FDOC informados) no âmbito de vários tipos de Certidões, nomeadamente Certidões de Toponímia, de classificação de terrenos no PDM, etc.;
- Elaboração de cartografia em diversas temáticas dos serviços municipais, inclusive de apoio à decisão e de apoio aos Munícipes;
- Atendimentos diários no âmbito do BUPi, com validação de 526 processos BUPis em balcão e 128 via online;
- Colaboração dos SIG no âmbito de consulta a entidades (RAN, REN, IP...) e candidaturas: Bairros Comerciais Digitais, Cidades Amigas das Criança.

Em 2022, registou-se uma tendência crescente de processos que entraram nos serviços da Divisão de Gestão Urbanística.
O trabalho que esta Divisão executa traduz-se na realização de tarefas, ações e atividades, no âmbito de aplicação do Serviço de Gestão Urbanística, e que corresponderam à apreciação técnica/tramitação de todo o tipo de operações urbanísticas que se enquadraram nos controlos prévios previstos no âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE). Desde pedidos de licenciamento de obras particulares, comunicações prévias, pedidos de autorização de utilização de edifícios/frações e pedidos de autorização de alteração de utilização de edifícios/frações, todos eles sujeitos a apreciação técnica, preventiva e/ou sucessiva, quer de forma física

(formato papel) quer de forma digital (através das plataformas e sistemas informáticos existentes e ao dispor para que os funcionários pudessem executar as mais variadas tarefas no sistema da tramitação digital e processual GSP e FDOC).

Para além da tramitação processual das tarefas já identificadas, teve ainda a Divisão de Gestão Urbanística a responsabilidade da tramitação de todos os pedidos de certidões para efeitos de destaque, pedidos de constituição de propriedades horizontais, licenciamentos de ocupação de via pública por razão de execução de obras particulares, realização de vistorias no âmbito de pedidos de autorização de utilização de edifícios/frações e de pedidos de autorização de alteração de utilização de edifícios/frações e realização de vistorias noutros âmbitos também constantes do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), controlo/tramitação das vistorias a ascensores existentes em edifícios, análise/apreciação de todo o tipo de requerimentos/exposições que foram apresentados aos nossos Serviços via FDOC.

Para que se compreenda melhor o volume de trabalho adstrito aos Serviços da DCU, em 2022, foram 14.438 as intervenções efetuadas por todos os técnicos que integram os Serviços da DCU, via GSP e via FDOC.

Assistimos, ao longo do ano de 2022, a uma procura crescente e sustentada dos Serviços Municipais por parte de munícipes / interessados / requerentes / comunicantes, bem como a um aumento notório (em crescendo) e sustentado do número de processos administrativos apresentados/requeridos/comunicados junto do Município. Numa comparação do volume de processos administrativos apresentados/requeridos/comunicados junto do Município, no ano de 2022, com o ano anterior, concluímos que também aqui verificamos um crescimento do volume de processos administrativos de 2021 para 2022.

Transição Digital

Em 2022, iniciámos um plano de transformação digital com os objetivos de promover a interoperabilidade e cibersegurança dos serviços municipais com vista a providenciar um melhor serviço público, utilizando a tecnologia, reforçando a proximidade para o acesso mais simples, seguro, efetivo e eficiente dos cidadãos e empresas, reduzindo custos de contexto.

No âmbito da estratégia de transição digital que estamos a implementar, apresentámos uma candidatura ao Aviso N.º 01/C16-i02/2022 destinado à manifestação de Interesse para Desenvolvimento de Projetos no âmbito dos Bairros Comerciais Digitais. No final do ano, fomos notificados da aprovação da nossa candidatura que objetiva a criação de um Bairro Comercial Digital na Vila, prevendo, de entre outros aspetos, o seguinte:

1. Conetividade e harmonização urbanística
Reforço da conetividade e nível de serviço
Informação digital interativa e conectada no Bairro
Mobiliário urbano
Harmonização visual e criação da marca
Promoção da identidade comum com elementos físicos

2. Plataformas eletrónicas
Web site e APP "Bairro Digital"
Plataforma de e-commerce (Maketplace)
Plataforma de criação, de gestão e de monitorização da informação sobre a oferta
Distribuição conteúdos digitais com a identidade do Bairro

3. Digitalização da experiência de consumo
Plataforma analítica de gestão e integração de comportamentos no Bairro
Implementação de um sistema de beacons
Sistemas de mobilidade e tráfego inteligente

4. Digitalização de infraestruturas adjacentes
Plataforma de gestão de estacionamento (incluindo sensorização)
Monitorização e sustentabilidade ambiental

Através do serviços de informática é assegurado um conjunto de tarefas no âmbito dos sistemas de informação, tecnologias de informação e comunicações, que se repetirão no tempo e que tem a ver com o apoio ao utilizador nas várias vertentes de

operacionalização de soluções (gestão documental e processual, ERP Medidata e ferramentas específicas de exploração do posto de trabalho), formação em contexto de trabalho, apoio na impressão e digitalização e, ainda, a garantia da operacionalidade das soluções de apoio ao Balcão Único.

Manteve-se a renovação do parque informático ao nível dos postos de trabalho dos serviços e do parque escolar. No universo escolar, foram implementadas medidas para a substituição dos quadros interativos que ficaram inoperacionais por écrans interativos numa tecnologia mais adequada e de investimento equivalente, por forma a garantir os recursos necessários na sala de aula.

O Gabinete de Informática assegurou ainda a gestão do backoffice dos portais para a atualização dos respetivos conteúdos e aplicações municipais (APP's), foi customizada a área da educação no Portal do Município, foi prestado apoio à comunicação gráfica e gestão de imagem do Município e, no âmbito do processo de desmaterialização, foi feito o desenvolvimento e atualização de formulários e requerimentos municipais.

Foi iniciada com a NSO a operacionalização do circuito RNSI (Rede Nacional de Segurança Interna) por forma a permitir a utilização deste circuito em futuros acessos (Eleições; SCOT; etc.).

Procedeu-se à implementação do QRCode nas faturas de água, feiras e SNC-AP.

Foi concluída a integração do Sistema de Contraordenações de Trânsito (SCOT) com a aplicação de gestão de contraordenações.

Desenvolvimento e atualização de formulários e requerimentos municipais no âmbito do processo de desmaterialização e desenvolvimento do novo portal de serviços.

No âmbito das candidaturas da Casa do Livro e da Start-Up Póvoa foram desenvolvidos procedimentos para o apetrechamento dos respetivos espaços e concluídos os procedimentos relativos à implementação do projeto "Póvoa de Lanhoso Digital 21".

Foi implementada uma nova solução de gestão de bibliotecas, integrando via Web as bibliotecas escolares do Município.

EIXO 3

ATRATIVIDADE DO CONCELHO A MARCA 'PÓVOA DE LANHOSO'

Metas principais:

Apoiar o comércio e as pequenas empresas, minimizando os efeitos da pandemia;

Concretizar a Start-Up e a Start-Up 18+, criando nestas o Espaço Empresa que articulará com uma rede de parceiros da área empresarial;

Impulsionar a cultura e a formação artística. Apoiar os agentes culturais;

Integrar o turismo na estratégia de desenvolvimento económico, mobilizando os principais agentes turísticos e as marcas identitárias do concelho.

Apoio ao Comércio Local e Inovação

O Cabinete de Promoção do Desenvolvimento Económico tem como principal objetivo articular com as empresas locais e prestar o apoio necessário para a criação de novos negócios, que permitam, por sua vez, um aumento sustentável do emprego.

Em 2022, o Cabinete de Promoção de Desenvolvimento Económico orientou a sua ação, sobretudo, para a promoção do empreendedorismo e para o apoio às empresas; e para o apoio ao investidor com vista à captação de investimento para o concelho.

Destacamos as seguintes ações:

- Promoção do empreendedorismo – atendimento e acompanhamento de projetos de criação do próprio emprego em parceria com a EPAT, sendo que foram submetidos 11 projetos de criação do próprio emprego através das medidas do IEFP;
- Celebração de protocolos de cedência de espaços municipais a jovens empreendedores do concelho;
- Apoio às empresas no acesso a informação relevante para a sua atividade, que respondam a necessidades do dia-a-dia, com maior celeridade, vias verdes, sempre que devidamente justificada – programas de financiamento;
- Captação de investidores para o concelho – articulação com potenciais investidores em áreas de localização empresarial e outras das freguesias do concelho;

- Realização de visitas ao terreno, em parceria com os serviços municipais de turismo, por forma a orientar/informar promotores no que diz respeito à tipologia de projeto e possíveis programas de financiamento;
- Realização de reuniões com empresários de referência do concelho, os mais exportadores, por forma a auscultar as suas necessidades.
- Realização de visitas às empresas para perceber in loco as suas necessidades concretas.

A este nível, podemos referir que 2022 foi um ano em que procurámos ouvir as empresas por forma a podermos desenhar as respostas mais ajustadas às suas necessidades. Quer ao nível do exercício de planeamento 2030, quer ao nível da realização de ações de informação e capacitação, preparação de eventos (Mercado da Terra) e elaboração de candidaturas, que, a serem aprovadas, serão estratégicas para o desenvolvimento económico do Concelho como é o caso dos Bairros Comerciais Digitais. Trata-se de uma candidatura realizada em consórcio com a Associação Empresarial de Braga.

Em 2022, criámos uma nova resposta - o Gabinete de Empregabilidade -, que pretende aumentar a empregabilidade no Concelho e, em simultâneo, responder às necessidades de contratação das empresas. Esta foi uma questão levantada pelo tecido empresarial, que identifica o recrutamento como uma dificuldade crescente.

No decorrer do ano, o Município procurou alargar a sua rede de parceiros para melhor responder às necessidades das empresas:

- Adesão à rede de apoio ao investidor da diáspora RAID. Este termo de adesão é dirigido a emigrantes portugueses e lusodescendentes que queiram investir ou alargar a sua atividade económica em Portugal, bem como a empresas nacionais que queiram internacionalizar os seus negócios através da diáspora. Assenta em duas linhas de ação interdependentes: o regresso e/ou o investimento da diáspora em Portugal e a promoção das exportações e da internacionalização das empresas nacionais através da diáspora.
- No âmbito da parceria com o projeto Amar o Minho e em colaboração com a TecMinho e com a Sevenforma, foram realizadas ações de capacitação e networking para empreendedores e para empresários do sector do turismo e eventos - Inova Turismo e incorporação de inovação, respetivamente.

- Preparação de evento colaborativo de vários dias com vários painéis e dinâmicas diversas (Mercado de Oportunidades), juntamente com os serviços de turismo e eventos.

Referência ainda para a criação da Start-Up Póvoa, no âmbito da requalificação de uma das antigas Casas dos Magistrados, na Vila Povoense.

Com o objetivo de dinamizar o comércio local, o Município também dinamizou ações como o Concurso de Montras de S. José e o Sorteio "Neste Natal compre no comércio Local". A continuidade da medida de apoio à natalidade e ao comércio "NaturaLanhoso" (que atribui apoios financeiros às famílias pelo nascimento de crianças, valores que têm obrigatoriamente de ser despendidos nos estabelecimentos do concelho) também tem revelado ser um apoio importante.

Cultura

De seguida, apresentamos o trabalho desenvolvido pelos diversos serviços da Cultura (Serviços Culturais e Educativos, Exposições, Theatro Club, CIMF, Núcleo Documental, Castelo de Lanhoso e Arqueologia), no decorrer de 2022.

– Serviços Culturais
  - CIMF / Auditório
  - Serviços Educativos (Leituras Encenadas)
  - Oficinas de Teatro

– Theatro Club
  - Galeria

– Biblioteca Municipal

– Núcleo Documental

– Núcleo Museológico do Castelo de Lanhoso

– Património

Centro Interpretativo Maria da Fonte

O Centro Interpretativo Maria da Fonte (CIMF) é o local de base para o desenvolvimento do trabalho dos recursos afetos aos Serviços Culturais, e de onde partem todas as dinâmicas próprias e de coordenação.

O trabalho do próprio CIMF a propósito da temática própria "Maria da Fonte", tem estado num processo de definição de trabalhos, o que além da reestruturação nos serviços foi fortemente condicionado pelas obras que decorrem há já 2 anos no edifício para a instalação da "Casa do Livro", o que ainda não permitiu o desenvolvimento de atividades próprias, antes sedeando o funcionamento dos Serviços Culturais da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e disponibilizando a utilização dos seus recursos à comunidade e suas instituições.

Em 2022, o CIMF recebeu 2.569 visitantes.

UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
6	13	11	6	19	11	4	2	9	10	10	2

Serviços Educativos

Os Serviços Culturais têm uma particular vocação de ir ao encontro das atividades realizadas pelos alunos das escolas do ensino básico da Póvoa de Lanhoso.

O trabalho dos serviços educativos distribui-se pelas seguintes áreas de intervenção: a Biblioteca, com a realização de Leituras Encenadas; o Teatro, com a realização de espetáculos e encenações temáticos/as realizados no próprio Theatro Club, onde se deslocam os alunos, normalmente integrados com os serviços da Rede de Bibliotecas Escolares; o Património, com a realização de atividades e visitas aos elementos patrimoniais – muito particularmente o Castelo de Lanhoso através do seu Núcleo Museológico – ou com ações de sensibilização à preservação e defesa do nosso património.

Leituras Encenadas

Jardim de infância "Mané e Senhor Carvalho de Calvos – Amigos improváveis			
9 Escolas	10 Datas	16 Turmas	385 Alunos
1º Ano "Corre, Corre Cabacinha"			
5 Escolas	5 Datas	8 Turmas	175 Alunos
2º Ano "A Menina Gotinha de Agua"			
5 Escolas	5 Datas	8 Turmas	160 Alunos
3º ano Fantoches Maria da Fonte			
5 Escolas	7 Datas	9 Turmas	167 Alunos

Oficinas de Teatro

Mantiveram-se em funcionamento, ao longo de 2022, cinco Oficinas de Teatro, sendo reagrupadas em quatro, já no último trimestre, não de acordo com a idade dos participantes, mas com o âmbito da oficina (crianças, iniciação, exploração e criação), mantendo em atividade os cerca de 50 participantes.

Estas oficinas permitiram a realização de atividades e outras complementares a dinâmicas dos serviços:

DIA MUNDIAL DO TEATRO Molière 100 Anos *Alunos(as) ocuparam as ruas e jardins da vila, com pequenos textos de obras de Molière.*	Todas as turmas
CULTURA-IN Curta-Metragem "Inquietação" *Alunos(as) participaram na rodagem da curta-metragem, integrando cenas.*	13-14 15-18 ADULTOS
CAMINHADAS COM HISTÓRIA Maria da Fonte *Alunos(as) ocuparam pontos estratégicos e encenaram momentos alusivos à História.*	13-14 15-18
GALA MARIA DA FONTE *Trabalhou-se a performance das Sete Mulheres do Minho para apresentação na Gala.*	ADULTOS
"SOMOS PÓVOA, MARIA" Mostra de Teatro *Espetáculo final encenado por Bruno Laborinho, no Largo Eng. Armando Rodrigues, a partir de conteúdos criados pelos alunos(as) de todas as turmas.*	Todas as Turmas
NATAL NA PRAÇA *Alunos(as) contribuem para evento com pequenas performances.*	Crianças / Iniciação / Exploração

Além das atividades próprias, o projeto permitiu ainda o desenvolvimento de outras propostas:

PROJETO ARTÍSTICO NAS ESCOLAS *Aulas de Teatro nas escolas EBI António Lopes, EB Póvoa de Lanhoso e D. Elvira Câmara Lopes*
A ESTAÇÃO - *Texto, Encenação e Interpretação*
CAMINHADAS COM HISTÓRIA	*Textos e Encenações + Interpretação*
7 MULHERES DO MINHO	*Ensaio e encenação da Performance*
CONFERÊNCIA PÓVOARTE	*Performance à Comunicação Social sobre projeto "Inquietação"*
MANE	*Apoio à Leitura Encenada*
SENTIR PÓVOA	*Acompanhamento*
DIA DO CONCELHO	*Interpretação da Leitura do Foral*

Theatro Club

Em 2022, foram várias as atividades desenvolvidas no Theatro Club, neste que foi o ano de regresso à normalidade depois da pandemia.

Assim, referem-se como principais destaques da programação o seguinte:

- XVII CONTE – Concurso Nacional de Teatro Ruy de Carvalho (9 espetáculos)
- Residência artística "Acalanto"
- Celebrações do Dia Mundial da Marioneta e do Dia Mundial do Teatro
- Espetáculos musicais (Sentados em Poltronas, Fado à luz das velas, Audições de Música, etc.)
- Apresentação das curta-metragens "Inquietação" e "O Meu Caminho"
- Intercâmbio Teatral com Crupo Cénico Povoense (10 espetáculos)
- Teatro para Bebés (3 espetáculos)
- Encontro de Teatro "Lino Gravia" (6 espetáculos)
- Espetáculos de Teatro extra
- Palestras, colóquios, reuniões, apresentações, etc.
- Exposições

Galeria Municipal de Exposições

Em 2022, estiveram patentes as seguintes mostras:

- CONTE Ruy de Carvalho – O Patrono
- Lenços de Amor / Versos ao pai – Rusgas S. Vicente
- Desassossego
- Arte In Aquarela
- Rapsódia 2
- XXVI - Exposição Aberta de Artes Plásticas da Póvoa de Lanhoso
- II edição - XXVI Exposição Aberta de Artes Plásticas da Póvoa de Lanhoso
- Exposição "Castelo de Lanhoso" - desenho e aguarela

No que se refere à frequência do Theatro Club, contabilizámos 10.584 frequentadores/as, que acorreram aos 95 eventos de teatro, música, dança, cinema bem como a exposições e a outro tipo de iniciativas que ali tiveram lugar.

Fora do Theatro Club, foi necessário apoiar ou realizar tecnicamente, com recurso a sistemas audiovisuais, várias iniciativas municipais e de outras instituições/associações.

Biblioteca Municipal

Considerando as condições existentes, a Biblioteca Municipal prestou o serviço de atendimento e requisição de livros no ano de 2022 em condições muito condicionadas, particularmente pelo processo de transição que está em curso pelas obras no edifício para onde se prevê seja transferido no ano de 2023.

Além do atendimento, requisição e empréstimo de livros, a disponibilização de espaço para leitura e estudo foi também efetuado.

Foram ainda recolhidos dois novos fundos bibliográficos, por Doação do Arquiteto Mecias Sampaio (Calvos) por doação das filhas, bem como outro fundo bibliográfico, proveniente de um Povoense residente em Braga (natural da freguesia de Ferreiros).

Foi efetuado o inventário da Biblioteca doada ao Município pelo Poeta e Escritor António Celestino, da freguesia de S. João de Rei.

Ao nível da Biblioteca deve merecer destaque todo o trabalho efetuado ao nível da Rede Concelhia de Bibliotecas com a realização das visitas ao Património, as deslocações às escolas através da Rede e de dinâmicas desenvolvidas em articulação, como por exemplo a participação no Concurso Nacional de Leitura.

Núcleo Documental

O trabalho no Núcleo Documental do CIMF tem vindo a centrar-se, na medida das possibilidades e recursos, a uma tarefa que será certamente prolongada e duradoura, que se prende com o carregamento de registos e digitalização De documentos em Arquivo e já transferidos do Arquivo Municipal, de acordo com a cronologia e "tipologias" definidas (documentação anterior a 1976 e séries findas).

Em 2022 foi possível consolidar os resultados, registando-se o crescimento por comparação entre 20 de dezembro de 2022 e 29 de dezembro de 2021:

FICHEIROS POR FUNDO			
	2022 (20-dez)		2021 (29-dez)
F. MUNICIPAL	40.054	+ 2.209	37.845
JORNAL M. FONTE	5.226	0	5.226
DEPOSITOS	1.325	+ 21	1.304
JORNAL DA POVOA	491	0	491
POVOA DE LANHOSO	415	0	415
		0	
	47.511	+ 2.230	45.281

REGISTOS POR FUNDO			
	2022 (20-dez)		2021 (29-dez)
DEPOSITOS	2.970	+ 180	2.790
JORNAL MARIA DA FONTE	5.714	0	5.714
FUNDO MUNICIPAL	71.416	+ 5.104	66.312
ECOS SENHORA DO PORTO	4	0	4
JORNAL CASTELO LANHOSO	24	0	24
JORNAL DA POVOA	836	0	836
JORNAL POVOA DE LANHOSO	441	0	441
JORNAL TERRAS DE LANHOSO	17	0	17
JORNAL TRIBUNA DE LANHOSO	25	0	25
		0	
	81.447	+ 5.284	76.163

(+) 2.230 Ficheiros* (47.511-45.281=2.230)

(+) 5.284 Registos (81.447 - 76.163 = 5.284)

Outros Processos

Além do suprimento de necessidades e de solicitações internas e externas, o tratamento de informação arquivística enquanto processo paulatino, impõe cuidados

suplementares. A recolha de documentação dispersa, organização e tratamento é também relevante.

Núcleo Museológico do Castelo de Lanhoso

O núcleo museológico do Castelo de Lanhoso voltou, em 2022, com um ano integral normal de visitas após a situação de pandemia que vivemos.

O número total de visitantes este ano superou o número total somado dos dois anos anteriores, sendo o 5º ano mais visitado do núcleo museológico.

TOTAL ACUMULADO DE VISITANTES (MENSAL / ANO)

ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Janeiro	260	407	617	485	745	827	27	415
Fevereiro	263	411	658	750	927	752	0	768
Março	352	724	916	689	1.141	244	0	641
Abril	371	1.061	1.167	955	915	0	235	931
Maio	765	1.283	1.233	1.333	1.477	63	343	1.173
Junho	1.293	1.130	904	1.041	1.153	365	546	1.063
Julho	1.582	1.624	1.836	1.558	1.513	407	784	1.254
Agosto	1.643	2.616	2.540	2.482	2.655	1.010	1.154	2.506
Setembro	1.453	1.322	1.533	1.587	1.379	460	1.167	1.339
Outubro	648	892	1.132	1.163	678	348	789	1.024
Novembro	639	419	566	468	557	71	803	446
Dezembro	583	608	489	875	828	50	274	277
Total	9.852	12.497	13.591	13.386	13.968	4.597	6.122	11.837

TIPOLOGIA DE VISITANTES						
Adultos	Crianças	Estudantes	(+65)	Portugueses	Estrangeiros	PVL
6.557	2.406	1.447	1.427	9.754	2.083	1.193

Os números dos escalões etários crianças/estudantes refletem em grande percentagem o trabalho positivo realizado com as escolas do concelho, como, por exemplo, através de visitas guiadas dos alunos do 4º ano ao núcleo museológico do Castelo de Lanhoso.

Em relação aos maiores de 65 anos, também resulta (em parte) do trabalho com instituições da Póvoa de Lanhoso e de concelhos vizinhos.

Os habitantes da Póvoa de Lanhoso começaram este ano a ter a gratuitidade na entrada do núcleo museológico. O número de Povoenses que estiveram no interior da torre de menagem mostra que é uma medida que, ainda não sendo do total conhecimento da população, apresenta já um número interessante de visitantes locais (1.193), quando comparado com anos anteriores.

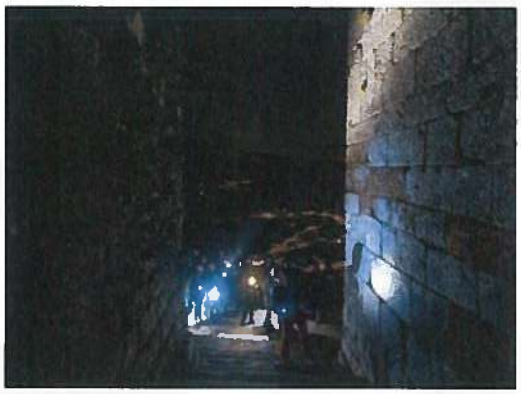
No que respeita aos visitantes estrangeiros (os portugueses são claramente o maior número), este ano, recebemos (2.083) visitas de pessoas de mais 38 países.

A presença de países de todos os continentes revela um cada vez maior interesse da zona norte do país e, consequentemente, da Póvoa de Lanhoso.

Outras dinâmicas asseguradas a partir do Castelo de Lanhoso:

- Gestão da página de Facebook do Castelo de Lanhoso;
- Organização da exposição "Herança Cultural da Póvoa de Lanhoso";
- Registo de inscrições das várias caminhadas realizadas este ano;
- Atualização dos Serviços Educativos do Castelo de Lanhoso (Visitas Guiadas; *Peddy-Paper*; Jogo da Memória; *Escape Room*; Desenha o teu Castelo; Fichas de atividades; Preparação de dinâmicas para as visitas guiadas de acordo com a tipologia dos visitantes;
- Realização de 44 visitas guiadas ao Núcleo Museológico do Castelo de Lanhoso;
- Realização de uma Visita Guiada Noturna ao Castelo de Lanhoso (abril) – 50 participantes;

- Realização da edição de Escape Room (maio e junho) – 50 participantes;
- Atividades relacionadas com o projeto "Castelo para Todos" (Visitas guiadas; *Escape Room* sem luz);
- Participação no programa "Viagem a Portugal" na RTP.



Arqueologia / Património

Os serviços de Arqueologia efetuaram o acompanhamento das diversas situações e tarefas que envolvem esta especificidade da nossa riqueza patrimonial, com um pendor mais acentuado na sua comunicação e divulgação.

Pareceres arqueológicos

No decorrer do ano, foram elaborados pareceres arqueológicos para o licenciamento de obras privadas.

Rota do Românico

Acompanhamento do processo (CIM do Ave) de retificação da "Rota do Românico".

Leon de Rosmithal

Apresentação do itinerário que Leon de Rosmithal fez em 1466 em direção a Santiago de Compostela, com passagem pela Póvoa de Lanhoso. Além da componente histórica, expusemos o que pretendemos com este projeto. Esta apresentação foi realizada para a Vereadora da Cultura, Dra. Fátima Moreira, e Vereador do Turismo, Sr. Ricardo Alves.
Trilho dos Moinhos do Pontido (Estudo para ampliação dos percursos (Pontido - Castelo e Pontido - Carvalho de Calvos).
Acompanhamento da limpeza das muralhas do Castelo de Lanhoso.
Exposição de Minerais no Centro Interpretação do Carvalho de Calvos.
Concerto às luzes das velas, no Castelo de Lanhoso.

Outras atividades de contacto com o Património:

- Caminhada de S. José (13 de março)
- Visita Guiada Noturna ao Castelo de Lanhoso (Dia Internacional dos Monumentos e Sítios)
- Caminhada Noturna do Dia Internacional dos Museus
- D. Teresa no Castelo de Lanhoso ("Presença" de D. Teresa no Castelo de Lanhoso para assinalar o Dia Nacional dos Castelos)
- Castelo de Lanhoso (criação de uma linha cronológica para o Castelo de Lanhoso com todos os acontecimentos históricos deste baluarte medieval);
- Projeto "Portugal por Dentro" (criação de um percurso turístico, com descrição, que abarque 10 pontos do concelho da Póvoa de Lanhoso);
- Caminho alternativo para São Bento da Porta Aberta (reparação da sinalética do caminho alternativo, entre Santo Emilião e Serzedelo; criação de conteúdos e acompanhamento da aplicação de painel informativo);
- Caminhada com História (Caminhada de dois dias com passagem por várias freguesias do concelho com visitas guiadas aos monumentos);
- Ateliê de Arqueologia Experimental (Serviços Educativos: simulação de escavação arqueológica / conservação e restauro das "peças" encontradas);
- Caminhada Noturna com Fado
- Caminhada Noturna de Verão
- Caminhada do Dia do Concelho, 25 de Setembro
- Caminhada Outubro Rosa

- Apresentação do documentário "O Meu Caminho", de Pedro Gil de Vasconcelos. Este documentário retrata a peregrinação que Pedro fez pelo Caminho da Ceira Romana XVIII em direção a Santiago de Compostela. Trabalho amplamente premiado no estrangeiro.

Em 2002, devem ser referidos os trabalhos de preparação da entrada em funcionamento da Casa do Livro prevista para o início de 2023, nomeadamente:

- Procedimentos, equipamentos, ferramentas e formação.
- Articulação e envolvimento da Rede Concelhia de Bibliotecas Escolares nos diversos Agrupamentos de escolas.

Ao longo do ano, o conjunto dos Serviços Culturais estiveram envolvidos nas regulares atividades da Cultura, nomeadamente:

- Concurso Nacional de Teatro Ruy de Carvalho (CONTE)
- Festas de S. José (atividades culturais)
- 25 de Abril (intervenção artística no Alto da Bela por Mariana Mizarela e Placa Autógrafa do ator e contador de histórias Lino Cravia no Monumento às Gentes das Artes e das Letras – Pátio do Artistas)
- Atividades Culturais nos períodos de Verão e de Natal
- Relação e articulação de apoios a grupos e associações culturais com Protocolos de Apoio às Atividades (Bandas Filarmónicas, Ranchos Folclóricos, Crupo de Teatro)

Turismo

É nosso objetivo integrar o turismo na estratégia de desenvolvimento económico do nosso concelho, mobilizando os principais agentes turísticos e as nossas marcas identitárias, como a Maria da Fonte, o Castelo de Lanhoso e a Filigrana, por exemplo.

No capítulo do Turismo e Eventos, o ano de 2022 fica marcado pelo regresso, ainda que progressivo, à normalidade dos tempos pré-pandemia.

Se, no primeiro semestre do ano, sensivelmente, ainda foi evidente alguma preocupação com a pandemia, no segundo semestre, assistimos a um levantar das restrições, que permitiu a concretização de propostas sem grandes constrangimentos.

O ano também ficou marcado por uma aproximação à Entidade Regional de Turismo que nos apoia no processo de revisão do Plano Estratégico para o Turismo da Póvoa de Lanhoso, que visa dar visibilidade à Póvoa de Lanhoso junto do mercado nacional e internacional.

Do ponto de vista local, a introdução uma nova proposta que mostrou ser um sucesso – a Feira de Antiguidades e Velharias -, a continuidade da promoção do território através da gastronomia, com a dinamização dos Fins de Semana Gastronómicos "Sente-se à mesa com a gente", e a presença em certames de divulgação turística são algumas das atividades e ações desenvolvidas, que, juntamente com outras, destacamos:

- Fins de Semana Gastronómicos 2022 - com a novidade de associar descontos no alojamento, o programa integrou uma apresentação pública pela Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal. Em colaboração com os estabelecimentos aderentes, relembramos as propostas: Cozido à Portuguesa (26 e 27 de fevereiro); Cabrito à S. José & Rochas do Pilar (18 a 20 de março); Vitela Assada (9 e 10 de abril); Senhor Bacalhau (14 e 15 de maio); Bife à Romaria (2 a 4 de setembro); Pica-no-chão (22 e 23 de outubro); e Papas de Sarrabulho & Rojões (26 e 27 de novembro).
- Feira de Antiguidades e Velharias - sempre no quarto sábado e no quinto domingo de cada mês.

- Festas de S. José – são o principal cartaz turístico da Póvoa de Lanhoso, beneficiando o desenvolvimento económico do território em época baixa, ao continuar a ser o principal evento mobilizador de visitantes em cada ano.
- Póvoa em Festa – programação para os meses de Verão.
- Natal na Praça – é a marca da época natalícia e de fim de ano, juntamente com as iniciativas "Carfe, a aldeia dos Presépios" e Feira de Natal do Baixo Concelho, que apoiámos.
- Participação em ações de promoção turística, de forma individual ou no seio de entidades agregadoras com competências da promoção regional: Bolsa de Turismo de Lisboa, Feira Internacional de Artesanato, Vinho Verde Fest.
- Comemorações de datas temáticas: Mês do Amor – Dia dos Namorados, Dia Mundial da Poesia, Dia Mundial da Criança e Dia Mundial do Turismo
- Apoio a iniciativas diversas: Dia do Colaborador; Encontro de Carros Clássicos; European Vespa Day; Diver Noite Gerações; 1.ª Edição - Sunset Rio Sonoro...

Os serviços do turismo e eventos prestam apoio a diversas outras iniciativas, transversais às diferentes divisões do Município, nomeadamente ao nível da operação logística.
No Posto de Turismo, é realizado o atendimento presencial a turistas e a visita livre ou orientada à sala de Interpretação da Filigrana.
O serviço acautela ainda o apoio ao investidor e ao promotor turístico, quer seja em fase de pré-projeto, projeto, instalação ou requalificação de empreendimento; assegura apoio em outras necessidades prementes e que se adequem ao âmbito das competências do Município. Apoia ainda as pessoas interessadas na instalação de estabelecimentos de alojamento local e de empresas de animação turística. Procura concertar disponibilidades turísticas de recursos, intermediando a organização de visitas guiadas pelo concelho, disponibilizando-se para o devido acompanhamento.
O ano terminou com a execução do Projeto Ancora 1 – Minho Tourism Design Experience, que culminou na construção de uma plataforma de promoção da Filigrana de alto valor.
O ano de 2022 ficou ainda marcado pelo trabalho que realizámos com vista à criação do Centro de Interpretação do Território, num espaço já identificado, junto à Estrada Nacional 103, junto à rotunda de acesso à Vila. O objetivo é capitalizar o fluxo de turismo

para o Parque Nacional da Peneda-Gerês, funcionando este espaço como porta de entrada do turista ou visitante na região e no concelho da Póvoa de Lanhoso. Com esse desiderato específico, tivemos reuniões com a Secretária de Estado do Turismo, Rita Marques, e com o Presidente do Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R., Luís Pedro Martins.

Ficou ainda marcado pelo impulso que procurámos dar à divulgação da Filigrana.

Apesar dos constrangimentos e dos desafios que tivemos de enfrentar e superar no decurso de 2022, consideramos que conseguimos desenvolver um trabalho que contribuiu para a consolidação de uma estratégia que visa melhorar as condições de vida das nossas populações, a atratividade económica e turística do nosso território e os serviços que prestamos aos Munícipes.

PÓVOA
DE LANHOSO
Município
PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO DE GESTÃO

PÓVOA DE LANHOSO
Município

Índice

I – INTRODUÇÃO 103
II – ANÁLISE ORÇAMENTAL 108
2.1. RECEITA 112
2.2. DESPESA 122
2.3. Resultado orçamental 137
2.4. Principais indicadores orçamentais 140
III – ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA 142
3.1. Balanço 142
3.2. Demonstração de resultados 146
3.3. Indicadores económico-financeiros 149
3.4 Endividamento municipal 150
3.5. Contabilidade de gestão 153
3.6. Declarações previstas na LCPA 154
3.7. Outras divulgações 154
IV – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 158

Índice de Quadros

Quadro 1 - Execução do orçamento da receita 108
Quadro 2 - Execução do orçamento da despesa 110
Quadro 3 - Evolução da Receita 113
Quadro 4 - Evolução da receita própria 114
Quadro 5 - Evolução da receita própria proveniente de impostos e taxas 115
Quadro 6 - Evolução das transferências obtidas 118
Quadro 7 - Evolução participação comunitária em projetos cofinanciados 119
Quadro 8 - Financiamento bancário 120
Quadro 9 - Descrição dos empréstimos utilizados em 2021 120
Quadro 10 - Evolução da despesa 124
Quadro 11 - Execução da despesa 126
Quadro 12 - Evolução com despesas de pessoal 127
Quadro 13 - Evolução com despesas correntes de aquisição de bens e serviços 128
Quadro 14 - Evolução com despesas de capital de aquisição de bens 129
Quadro 15 - Fontes de financiamento de Investimento 130
Quadro 16 - Evolução com despesas de transferência e subsídios 131
Quadro 17 - Execução das grandes opções do plano 134
Quadro 18 - Compromissos e responsabilidades anos seguintes 136
Quadro 19 - Receita vs Despesa 137
Quadro 20 - Resultado orçamental 137
Quadro 21 - Controlo do cumprimento da regra do equilíbrio orçamental 139
Quadro 22 - Indicadores orçamentais 140
Quadro 23 - Evolução do ativo 143
Quadro 24 - Evolução do passivo 144
Quadro 25 - Evolução do património líquido 145
Quadro 26 - Evolução dos gastos 146
Quadro 27 - Evolução dos rendimentos 147
Quadro 28 - Evolução dos indicadores económico-financeiros 149

Quadro 29 - Evolução da dívida 150
Quadro 30 - Limite da dívida total 152

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Evolução da receita 112
Gráfico 2 - Distribuição da receita 112
Gráfico 3 - Evolução dos impostos diretos 116
Gráfico 4 - Evolução de outras receitas próprias 117
Gráfico 5 - Evolução do saldo de gerência 121
Gráfico 6 - Evolução da despesa paga 122
Gráfico 7 - Evolução da despesa 123
Gráfico 8 - Evolução da despesa paga (corrente vs capital) 125
Gráfico 9 - Evolução da despesa efetiva e não efetiva paga 125
Gráfico 12 - Evolução da poupança corrente 138
Gráfico 13 - Evolução da dívida de curto prazo 150

I – INTRODUÇÃO

I – INTRODUÇÃO

No cumprimento dos preceitos legais, apresenta-se o presente relatório da prestação de contas de 2022.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e da Lei do Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, apresenta uma nova visão de prestação de contas, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, quer a nível interno, quer a nível internacional. O foco está cada vez mais no reporte de informação útil, que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e obviamente nas necessidades sentidas pelos utilizadores.

O normativo contabilístico é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, que permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos se serviços a prestar aos cidadãos.

A Prestação de Contas do Município do ano 2022 foi elaborada de acordo com o normativo contabilístico o SNC-AP, que entrou em vigor para as Autarquias Locais no dia 01 de janeiro de 2020.
Os procedimentos inerentes aos registos contabilísticos relativos à gestão económico-financeira da administração local estão devidamente previstos nas disposições legais, obedecendo qualquer ato de gestão da atividade financeira das

autarquias locais a normas e princípios constantes no respetivo enquadramento jurídico em vigor.

De referir que não se encontra estabelecido um período de transição para a implementação do SNC-AP mas sim um pressuposto de que ajustamentos de transição devem ocorrer no primeiro ano de adoção do Sistema de normalização contabilística.

Não obstante, a *International Public Sector Accounting Standard (IPSAS) 33 – First Time Adoption of Accrual Basis*, prevê que, em certas circunstâncias de complexidade, o processo de transição poderá ter uma duração de até três anos.

Este relatório tem, assim, por objetivos:

I. Explicitar os níveis de execução conseguidos, referenciando-os aos aspetos mais relevantes do desempenho da atividade financeira municipal;
II. Proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição económica, financeira e dos fluxos de caixa;
III. Facultar informação credível para as entidades externas e para a preparação das contas de acordo com o sistema europeu das contas nacionais e regionais;
IV. Obter maior controlo financeiro, da legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos.
V.

Acrescerá ainda referir que foram utilizados mapas e quadros, que irão permitir uma análise financeira e patrimonial de um ponto de vista dinâmico, justificando-se as variações de dotações, das disponibilidades e integrando-as na apreciação global das contas.

A consolidação de contas do Município da Povoa de Lanhoso será apresentada separadamente, fazendo parte do perímetro de consolidação o Município e a empresa subsidiária EPAVE.

As contas do Município foram auditadas por um Revisor Oficial de Contas.

A IPSAS 33 prevê adicionalmente a possibilidade de haver um período de transição mais alargado, até 3 anos, para matérias mais complexas, sem que as mesmas comportem qualquer incumprimento face ao previsto no normativo, por se encontrarem devidamente justificadas face a tal complexidade e à impossibilidade de implementação efetiva no período que iniciou a 1 de janeiro de 2020, data da adoção pela primeira vez do SNC-AP.

O Município da Póvoa de Lanhoso aplicou a prorrogativa do período mais alargado de transição para as seguintes situações:

- Aplicação das alterações de reconhecimento e de mensuração dos ativos fixos tangíveis de concessão, tal como referido no ponto seguinte;
- Aplicação da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente, no que respeita ao contrato de concessão celebrado entre o Município da Póvoa de Lanhoso e a EDP Distribuição, S.A., por manifesta falta de informação acerca do valor dos ativos e dos passivos a reconhecer e que dependem de informação do próprio concessionário;
- Aplicação da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, por não ter sido exequível proceder à implementação integral do modelo de contabilidade de gestão, em conjunto com os sistemas de informação, a fim de ser proporcionada a informação requerida, designadamente para apresentação no Relatório de Gestão; e
- Aplicação da NCP 25 – Relato por Segmentos, pelo facto de ainda não se encontrar adequadamente implementado o sistema de informação que proporcione informação fiável relativamente aos segmentos, situação que resulta igualmente do processo de implementação da Contabilidade de Gestão e cujas limitações já foram anteriormente apresentadas.

Nota: Os valores unitários constantes nos mapas e quadros encontram-se expressos em unidades de euros.

Índice

I – INTRODUÇÃO 61
II – ANÁLISE ORÇAMENTAL 66
2.1. RECEITA 69
2.2. DESPESA 78
2.3. Resultado orçamental 92
2.4. Principais indicadores orçamentais 95
III – ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA 97
3.1. Balanço 97
3.2. Demonstração de resultados 100
3.3. Indicadores económico-financeiros 103
3.4 Endividamento municipal 104
3.5. Contabilidade de gestão 107
3.6. Declarações previstas na LCPA 108
3.7. Outras divulgações 108
IV – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 112

Índice de Quadros

Quadro 1 - Execução do orçamento da receita 66
Quadro 2 - Execução do orçamento da despesa 67
Quadro 3 - Evolução da Receita 70
Quadro 4 - Evolução da receita própria 71
Quadro 5 - Evolução da receita própria proveniente de impostos e taxas 72
Quadro 6 - Evolução das transferências obtidas 74
Quadro 7 - Evolução participação comunitária em projetos cofinanciados 75
Quadro 8 - Financiamento bancário 76
Quadro 9 - Descrição dos empréstimos utilizados em 2020 76
Quadro 10 - Evolução da despesa 79
Quadro 11 - Execução da despesa 82
Quadro 12 - Evolução com despesas de pessoal 83
Quadro 13 - Evolução com despesas correntes de aquisição de bens e serviços 84

II – ANÁLISE ORÇAMENTAL

II – ANÁLISE ORÇAMENTAL

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano do Município para 2022 foram elaboradas, segundo as normas contabilísticas em vigor, ou seja, pelo normativo contabilístico SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.
A execução do orçamento no ano financeiro de 2022 foi desenvolvido e executado no respeito do equilíbrio orçamental, reportando-se a esta conta a execução de todas as receitas e despesas dentro do formalismo legal entretanto exigido, desenvolvendo-se de acordo com as regras contabilísticas fixadas pelo normativo legal – SNC-AP.

No ano de 2022 a receita cobrada atingiu cerca de 23,2 milhões de euros, verificando-se uma execução global da receita de 99,4% relativamente à receita corrigida.

O quadro 1 permite analisar, em detalhe, a receita orçamentada, a corrigida e a cobrada no ano de 2022.

Designação	Orçamento Receita 01-01-2022	Orçamento Corrigido 31-12-2022	Execução da Receita	
			Receita Cobrada	Taxa de Execução
Saldo da gerência [1]	**0,00**	**1.329.684,81**	**1.329.684,81**	**100,0%**
Receita Corrente	**17.207.670,00**	**18.698.493,00**	**19.274.700,43**	**103,1%**
Impostos diretos	3.905.569,00	3.905.569,00	4.341.383,53	111,2%
Taxas, multas e outras penalidades	1.324.624,00	1.324.624,00	1.441.287,93	108,8%
Rendimentos propriedade	609.902,00	609.902,00	627.336,91	102,9%
Transferências e subsídios correntes	9.071.130,00	10.463.468,00	10.405.852,39	99,4%
Venda bens e serviços	2.165.289,00	2.165.289,00	2.235.434,93	103,2%
Outras receitas correntes	131.156,00	229.641,00	223.404,74	97,3%
Receita de Capital	**3.642.823,00**	**2.916.883,19**	**2.204.208,93**	**75,6%**
Venda bens investimento	16.214,00	16.214,00	3.960,79	24,4%
Transferências e subsídios de capital	3.511.606,00	2.890.481,00	2.193.090,58	75,9%
Outras receitas de capital	115.002,00	4.632,00	1.599,04	34,5%
Rep. n/abatidas nos pagamentos	1,00	5.556,19	5.558,52	100,0%
Receita efetiva [2]	**20.850.493,00**	**21.615.376,19**	**21.478.909,36**	**99,4%**
Receita não efetiva [3]	**254.507,00**	**385.939,00**	**374.594,75**	**97,1%**
Receita com ativos financeiros	3,00	3,00	0,00	0,0%
Receita com passivos financeiros	254.504,00	385.936,00	374.594,75	97,1%
Receita total [4]=[1]+[2]+[3]	**21.105.000,00**	**23.331.000,00**	**23.183.188,92**	**99,4%**

Quadro 1 - Execução do orçamento da receita

A receita corrente cobrada face à receita corrente inicial e a corrigida obteve, uma taxa de execução de 103%. Todas as rúbricas destas receitas obtiveram excelentes resultados, com especial destaque na rúbrica de impostos diretos que apresenta execução de 111% face à dotação previsional, as taxas, multas e outras penalidades com uma taxa de execução de 109%, as vendas de bens e serviços e os rendimentos de propriedade com uma taxa de execução de 103%, respetivamente. As restantes rúbricas, transferências e subsídios corrente e as outras receitas correntes, conseguirem obter uma taxa de execução muito próxima dos 100%.

A receita de capital cobrada apresenta uma execução de 76% face à receita corrigida. As rúbricas que se destacam pela positiva são as reposições não abatidas aos pagamentos com uma execução de 100%, mas cujo montante é materialmente insignificante, e a rúbrica de das transferências de capital, que se fixa nos 76% de execução. No que concerne às demais rúbricas os valores executados obtiveram taxas de execução bastantes baixas, mas o seu impacto financeiro é materialmente pouco significativo.

A receita efetiva cobrada (21,5 milhões de euros) apresenta uma taxa de execução de 99% e a receita não efetiva cobrada (375 milhares de euros) obteve uma taxa de execução na ordem dos 97%.

No quadro infra é apresentado a decomposição da despesa orçamentada, a corrigida e a paga.

Designação	Orçamento Despesa 01-01-2022	Orçamento Corrigido 31-12-2022	Execução da Despesa	
			Despesa Paga	Taxa de Execução
Despesa Corrente	**14.624.934,00**	**17.202.019,36**	**15.755.339,61**	**91,6%**
Despesa com pessoal	6.120.515,00	7.388.795,00	7.021.829,36	95,0%
Aquisição de bens e serviços	5.974.028,00	6.878.699,36	5.978.240,14	86,9%
Juros e outros encargos	52.870,00	53.120,00	50.638,96	95,3%
Transferências e subsídios correntes	2.426.501,00	2.784.705,00	2.614.164,38	93,9%
Outras despesas correntes	51.020,00	96.700,00	90.466,77	93,6%
Despesa de Capital	**5.713.042,00**	**5.361.956,64**	**4.237.507,90**	**79,0%**
Aquisição bens de capital	3.047.437,00	3.052.721,64	2.169.028,46	71,1%
Transferências e subsídios de capital	2.550.600,00	2.295.600,00	2.054.925,00	89,5%
Outras despesas de capital	115.005,00	13.635,00	13.554,44	99,4%
Despesa efetiva [1]	**20.337.976,00**	**22.563.976,00**	**19.992.847,51**	**88,6%**
Despesa não efetiva [2]	**767.024,00**	**767.024,00**	**722.005,91**	**94,1%**
Ativos financeiros	3,00	3,00	0,00	0,0%
Passivos financeiros	767.021,00	767.021,00	722.005,91	94,1%
Despesa total [3]=[1]+[2]	**21.105.000,00**	**23.331.000,00**	**20.714.853,42**	**88,8%**

Quadro 2 - Execução do orçamento da despesa

A despesa corrente paga apresenta uma execução que se fixou em 92%. Para este resultado contribuíram as rúbricas de despesas com pessoal e os juros e outros encargos (95%), as transferências e subsídios correntes e as outras despesas correntes (94%) e a aquisição de bens e serviços (87%). No cômputo geral as despesas com pessoal, transferências e subsídios correntes e a aquisição de bens e serviços, representam um total de despesa paga de 15,6 milhões de euros, representam 99% das despesas correntes e de 75% nas despesas totais pagas.

A despesa de capital paga regista uma execução de 79%. A rúbrica que mais se evidência é a da aquisição de bens de capital, cujos pagamentos totalizaram aproximadamente 2,2 milhões de euros (taxa de execução de 71%) e a transferências e subsídios de capital cujo montante de despesa paga atingiu 2,1 milhões de euros, com uma taxa de execução de 90%.

A despesa efetiva paga no valor de 20 milhões de euros face ao total da despesa efetiva corrigida de 22,6 milhões de euros, apresenta uma execução de 89%. A despesa não

efetiva paga no valor de 722 milhares de euros, representa 94% de execução face à despesa não efetiva corrigida.

O total da despesa paga (aproximadamente 20,7 milhões de euros) face ao total da despesa corrigida (23,3 milhões de euros), apresenta uma taxa de execução de aproximadamente 89%.

2.1. RECEITA

No gráfico n.º 1 pode verificar-se a evolução da receita cobrada nos últimos quatro anos.

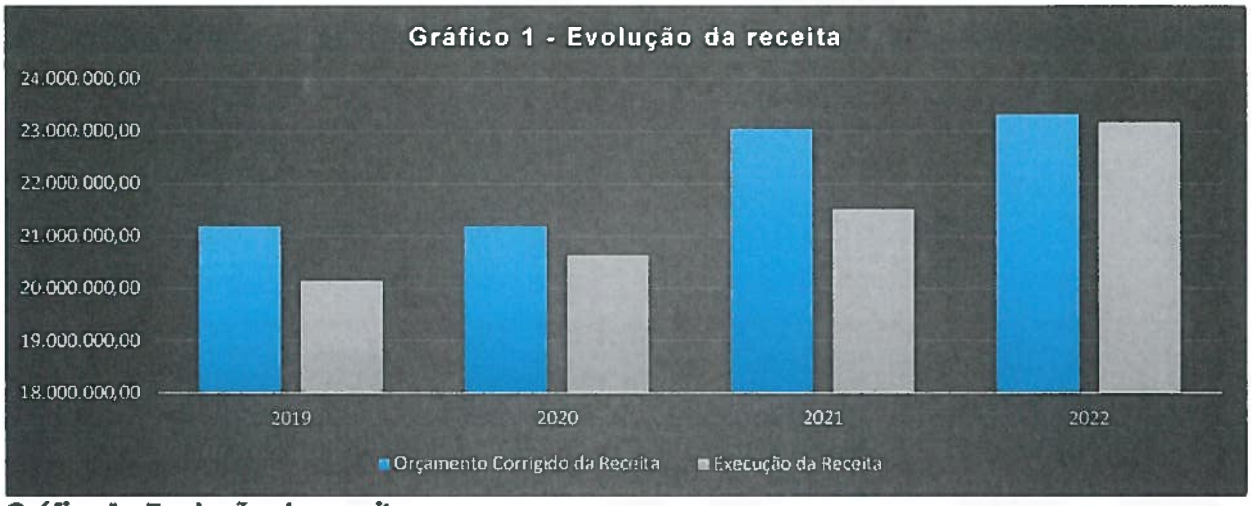


Gráfico 1 - Evolução da receita

No próximo gráfico pode-se verificar a distribuição da receita no ano de 2022, por rúbricas gerais.

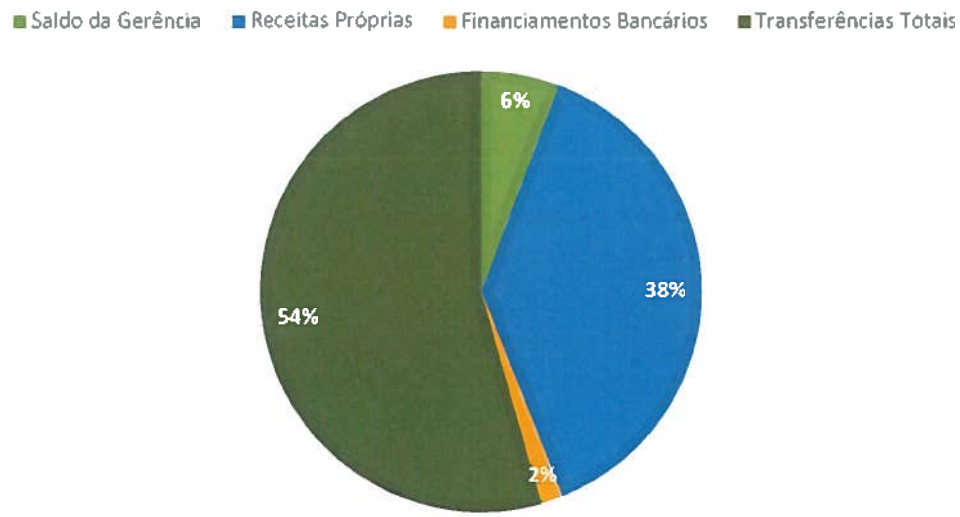


Gráfico 2 - Distribuição da receita

No fim do exercício de 2022 a receita total ascendeu aproximadamente aos 23,2 milhões de euros, correspondendo 12,6 milhões de euros a transferências (54%), 8,9

milhões de euros a receitas próprias (38%), 375 milhares de euros a financiamentos bancários (2%) e 1,3 milhões de euros a saldo transitado da gerência anterior (6%).

De seguida, faz-se a análise de evolução da receita por grandes rúbricas.

Designação	Execução Orçamental da Receita						Var. % 2022/2021
	2022			2021			
	Dotação Corrigida	Execução	% de Execução	Dotação Corrigida	Execução	% de Execução	
Saldo da gerência [1]	**1.329.684,81**	**1.329.684,81**	**100,0%**	**1.565.469,45**	**1.565.469,45**	**100,0%**	**(15,1%)**
Receita Corrente	**18.698.493,00**	**19.274.700,43**	**103,1%**	**16.368.765,00**	**16.368.765,04**	**100,0%**	**17,8%**
Impostos diretos	3.905.569,00	4.341.383,53	111,2%	4.049.643,00	4.049.643,66	100,0%	7,2%
Taxas, multas e outras penalidades	1.324.624,00	1.441.267,93	108,8%	1.005.664,00	1.005.663,83	100,0%	43,3%
Rendimentos propriedade	609.902,00	627.336,91	102,9%	770.082,00	770.086,34	100,0%	(18,5%)
Transferências e subsídios correntes	10.463.468,00	10.405.852,39	99,4%	8.615.816,00	8.615.816,75	100,0%	20,8%
Venda bens e serviços	2.165.289,00	2.235.434,93	103,2%	1.916.324,00	1.916.323,66	100,0%	16,7%
Outras receitas correntes	229.641,00	223.404,74	97,3%	11.236,00	11.230,60	100,0%	1889,3%
Receita de Capital	**2.916.883,19**	**2.204.208,93**	**75,6%**	**3.111.715,55**	**1.942.531,27**	**62,4%**	**13,5%**
Venda bens investimento	16.214,00	3.960,79	24,4%	64.658,00	63.600,00	98,4%	(93,8%)
Transferências e subsídios de capital	2.890.481,00	2.193.090,58	75,9%	3.006.569,00	1.876.446,27	62,4%	16,9%
Outras receitas de capital	4.632,00	1.599,04	34,5%	38.003,55	0,00	0,0%	–
Rep. n/abatidas nos pagamentos	5.556,19	5.558,52	100,0%	2.485,00	2.485,00	100,0%	123,7%
Receita efetiva [2]	**21.615.376,19**	**21.478.909,36**	**99,4%**	**19.480.480,55**	**18.311.296,31**	**94,0%**	**17,3%**
Receita não efetiva [3]	**385.939,00**	**374.594,75**	**97,1%**	**2.004.730,89**	**1.639.315,19**	**81,8%**	**(77,1%)**
Receita com ativos financeiros	3,00	0,00	0,0%	3,00	0,00	0,0%	–
Receita com passivos financeiros	385.936,00	374.594,75	97,1%	2.004.727,89	1.639.315,19	81,8%	(77,1%)
Receita total [4]=[1]+[2]+[3]	**23.331.000,00**	**23.183.188,92**	**99,4%**	**23.050.680,89**	**21.516.080,95**	**93,3%**	**7,7%**

Quadro 3 - Evolução da Receita

Comparativamente ao período homólogo, as receitas correntes cobradas registam um crescimento de 18%, superando a cobrança efetiva face ao ano de 2021 em 2,9 milhões de euros. As rúbricas que mais de destacam são nomeadamente as transferências e subsídios correntes, com uma variação positiva de 21%, representa em termos absolutos um incremento de 1,8 milhões de euros; as taxas, multas e outras penalidades com uma variação positiva na ordem dos 43%, encaixando-se mais 436 milhares de euros em comparação com o período homólogo, as vendas de bens e serviços e os impostos diretos, cuja variação positiva de 17% e 7%, representa um aumento de receita na ordem dos 319 milhares de euros e 292 milhares de euros, respetivamente.

A receita de capital cobrada evidencia igualmente um acréscimo (14%) face a 2021 (+ 262 milhares de euros), justificado essencialmente pela das transferências e subsídios

de capital, com um acréscimo de aproximadamente 17%, o que equivale em termos absolutos ao valor de 317 milhares de euros. Contrariamente ao ano de 2021, a venda de vens de investimento sofreu um decréscimo de cerca de 60 milhares de euros.

Destaca-se, ainda, a redução de 15% (- 236 milhares de euros) da receita referente ao saldo transitado, e o decréscimo de receitas com passivos financeiros face ao período homólogo na ordem dos 77% traduzindo uma diminuição de aproximadamente 1,3 milhões de euros.

2.1.1. Receita própria

Em 2022 a receita própria atingiu os 8,9 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo na ordem dos 14% face ao período homólogo.
Apresenta-se de seguida, a evolução da receita própria nos últimos quatro anos.

Receita Própria Cobrada	2019	2020	2021	2022	Var. 2022/2021
Impostos diretos	3.830.611,51	3.898.442,22	4.049.643,66	4.341.383,53	7,2%
Taxas, multas e outras penalidades	944.327,67	914.953,80	1.005.663,83	1.441.287,93	43,3%
Rendimentos propriedade	609.822,76	609.046,10	770.086,34	627.336,91	(18,5%)
Venda bens e serviços/investimento	1.674.628,46	1.831.688,08	1.979.923,86	2.239.395,72	13,1%
Outras receitas (corrente e capital)	101.477,81	90.481,95	13.715,60	230.562,30	1581,0%
Total da Receita Própria	**7.160.868,21**	**7.344.612,15**	**7.819.033,29**	**8.879.966,39**	**13,6%**

Quadro 4 - Evolução da receita própria

Destaca-se pela positiva um acréscimo na ordem dos 14% face ao ano 2021 e que representa em termos absolutos um encaixe a mais de 1,1 milhões de euros. Contrariando as demais rúbricas em que se verificam em todas acréscimos comparativamente aos anos anteriores, a única rúbrica em que não se assiste a uma variação positiva é a de rendimentos de propriedade, não obstante o decréscimo na ordem dos 19% em termos monetários esta diminuição representa cerca de 143 milhares de euros, justificado pelo facto da a EPAVE apenas ter liquidado as rendas das instalações no mês de janeiro de 2023.

O acréscimo verificado nas restantes rúbricas, justifica-se essencialmente pela retoma da economia no âmbito situação provocada pela pandemia da doença COVID -19 e que teve grande enfoque em determinadas rúbricas pela contração económica sentida em especial no ano de 2020 e no primeiro semestre de 2021.

Receita Própria Cobrada	2019	2020	2021	2022	Var. 2022/2021
Impostos diretos	**3.830.611,51**	**3.898.442,22**	**4.049.643,66**	**4.341.383,53**	**7,2%**
Imposto Municipal sobre Imóveis	2.467.314,05	2.449.823,48	2.424.993,50	2.310.353,32	(4,7%)
Imposto Único de Circulação	567.832,10	546.277,71	554.986,02	655.458,15	18,1%
Imposto Municipal s/ Transmissões	795.465,36	898.480,32	1.069.664,14	1.375.572,06	28,6%
Outros	0,00	3.860,71	0,00	0,00	--
Taxas, multas e outras penalidades	**944.327,67**	**914.953,80**	**1.005.663,83**	**1.441.287,93**	**43,3%**
Mercados e feiras	82.643,64	21.616,83	13.459,85	71.683,04	432,6%
Loteamentos e Obras	189.425,24	239.358,22	249.579,98	308.497,38	23,6%
Saneamento	458.386,86	477.010,14	500.464,88	773.954,40	54,6%
Outras	190.427,41	149.421,97	226.464,46	260.000,00	14,8%
Multas e panalidades diversas	23.444,52	27.546,64	15.694,66	27.153,11	73,0%
Total	**4.774.939,18**	**4.813.396,02**	**5.055.307,49**	**5.782.671,46**	**14,4%**

Quadro 5 - Evolução da receita própria proveniente de impostos e taxas

Nas receitas provenientes de impostos e taxas verifica-se um acréscimo de 14%, comparativamente ao registado no período homólogo, representando um diferencial de 727 milhares de euros.

As rúbricas que mais contribuíram, em termos relativos, para este acréscimo foram: mercados e feiras (+433%), multas e penalidades diversas (+73%), saneamento (+55%), o imposto municipal s/transmissões onerosas de imóveis (+29%) e loteamentos e obras (+24%), apresentando acréscimos mais ligeiros, temos as receitas provenientes das rúbricas: imposto único de circulação (+18%) e outras receitas (+15%).

Em contrapartida a única rúbrica orçamenta que apresentou decréscimo face a 2021, foi o IMI (-5%), representado uma quebra de receita de cerca de 115 milhares de euros.

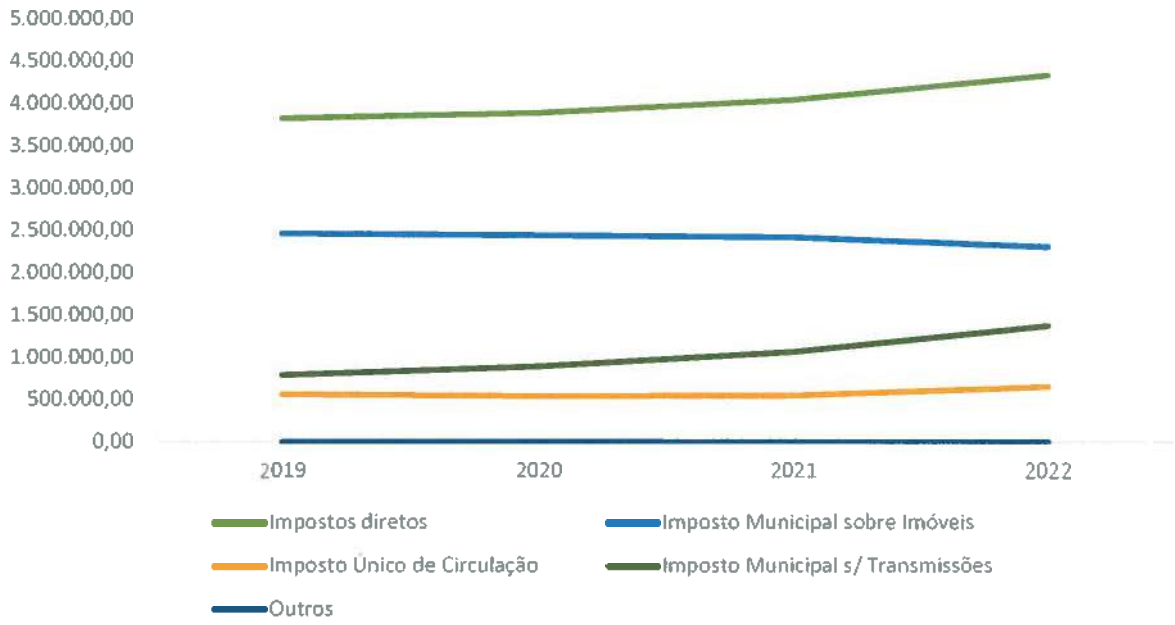


Gráfico 3 - Evolução dos impostos diretos

Este decréscimo no IMI deve-se ao fato de se ter passado de uma taxa de 0,32% para a para a aplicação da taxa mínima (0,3%).

No que respeita à evolução dos impostos diretos verifica-se um gradual crescimento nos últimos anos. Crescimento este, que assenta essencialmente no acréscimo das receitas provenientes do IMT, pois nos demais itens o valor pouco tem oscilado no último quadriénio.

Comparando o ano 2019 a 2022, assiste-se a uma cobrança superior em cerca de 511 milhares de euros (+13%), com maior enfoque no IMT, cujo crescimento foi de 73% (+ 580 milhares de euros).

No que concerne à evolução de taxas, multas e outras penalidades, representadas no gráfico n.º 4 e quando comparado ao ano 2021, assiste-se a uma significativa variação positiva, tendo-se obtido um acréscimo na ordem dos 43%.

Todas as suas rúbricas, ultrapassaram o valor executado no ano anterior, o que representou um acréscimo de receita efetiva na ordem dos 436 milhares de euros. As rubricas que mais se destacam pela positiva são designadamente: mercados e feiras

(+433%) e o saneamento na ordem dos 55%, estes aumentos representam um acréscimo de receita de 58 e 274 milhares de euros, respetivamente. Nas taxas de loteamentos e obras também se assiste a um aumento muito relevante (+24%), o que representou um acréscimo desta receita no valor de 60 milhares de euros.

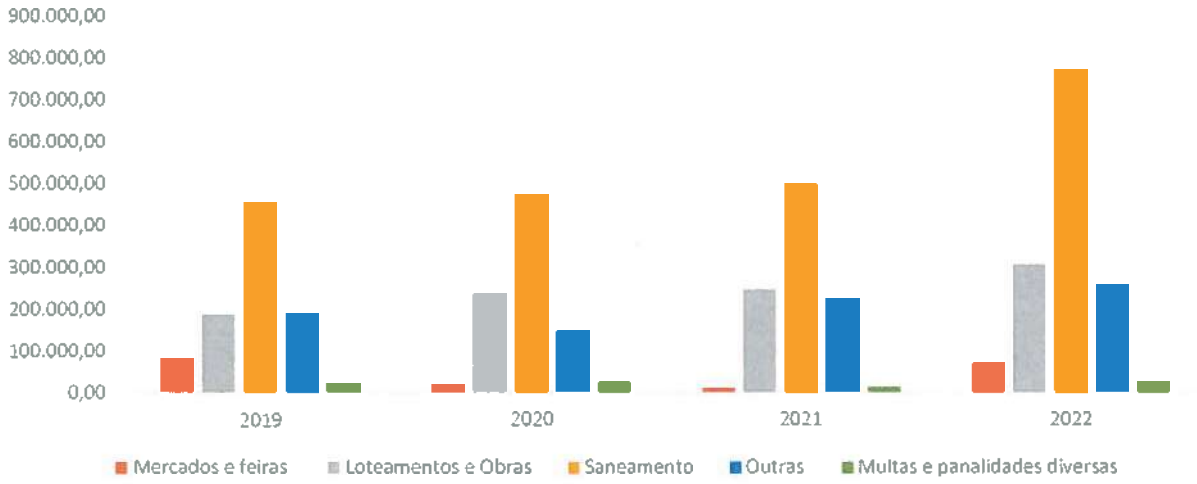


Gráfico 4 - Evolução de outras receitas próprias

2.1.2. Transferências obtidas

As transferências obtidas atingiram o valor de 12,6 milhões de euros em 2022. Quando comparado ao período homólogo, regista-se uma variação positiva na ordem dos 2,1 milhões de euros (+20%), justificado pelo acréscimo das transferências correntes (+21%), decorrente essencialmente do recebimento de 1,7 milhões de euros no âmbito das transferências de competências nas áreas de educação e ação social e da comparticipação comunitária em projetos (+ 82 milhares de euros). No que respeita às transferências provenientes do OE de 2022, verifica-se um decréscimo na ordem dos 120 milhares de euros (-1%).

Transferências	2019	2020	2021	2022	Var. 2022/2021
Transferências correntes	**7.789.031,34**	**8.082.127,64**	**8.615.816,75**	**10.405.852,39**	**20,8%**
Estado	7.569.743,18	8.032.319,42	8.473.459,66	10.179.615,19	20,1%
Estado - participação comunitária em projetos co-financiados	79.378,29	37.035,84	77.787,00	160.268,13	106,0%
Serviços e fundos autónomos	52.981,02	44.851,01	51.549,10	59.509,07	15,4%
Outros	86.928,85	-32.078,63	13.020,99	6.460,00	149,6%
Transferências de capital	**3.826.952,30**	**1.927.295,02**	**1.876.446,27**	**2.193.090,58**	**16,9%**
Estado	1.041.211,09	1.018.268,43	1.071.132,00	1.247.960,88	16,5%
Estado - participação comunitária em projetos co-financiados	2.785.741,21	909.026,59	805.314,27	945.129,70	17,4%
Serviços e fundos autónomos	0,00	0,00	0,00	0,00	--
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	--
Total	**11.615.983,64**	**10.009.422,66**	**10.492.263,02**	**12.598.942,97**	**20,1%**

Quadro 6 - Evolução das transferências obtidas

As transferências de capital apresentam igualmente um acréscimo, no montante de 317 milhares de euros, relativamente ao ano 2021. Esta situação justifica-se, essencialmente, pelo aumento da arrecadação de receita referente à comparticipação comunitária de projetos de investimento (+17%), o que representa em termos absolutos um encaixe de aproximadamente 140 milhares de euros, e em outros financiamentos um aumento de 220 milhares de euros, pois no que concerne às transferências do OE assiste-se a um decréscimo na ordem dos 76 milhares de euros (-7%).

Mais pormenorizadamente, apresenta-se, no quadro n.º 7, a evolução dos fundos comunitários nos últimos dois anos.

Transferências	2021	2022	Var. 2022/2021
Transferências correntes			
Estado - participação comunitária em projetos co-financiados	**77.787,00**	**160.268,13**	**106,0%**
FEDER	25.734,68	4.483,39	(82,6%)
FSE	40.470,27	15.236,04	(62,4%)
FC	11.582,05	0,00	ind.
OUTROS	0,00	140.548,70	ind.
Transferências de capital			
Estado - participação comunitária em projetos co-financiados	**805.314,27**	**945.129,70**	**17,4%**
FEDER	600.013,76	932.317,72	55,4%
FSE	106.536,45	12.811,98	(88,0%)
FC	98.764,06	0,00	ind.
OUTROS	0,00	0,00	--
Total	**883.101,27**	**1.105.397,83**	**25,2%**

Quadro 7 - Evolução participação comunitária em projetos cofinanciados

No global, assiste-se um acréscimo na ordem dos 25%, o que em termos absolutos representa um encaixe de + 222 milhares de euros.

2.1.3. Financiamento bancário

No ano de 2022, o Município utilizou cerca de 375 milhares de euros de passivos financeiros. Verifica-se um decréscimo de 77%, relativamente ao período homólogo.
O quadro n.º 8 permite avaliar a evolução da utilização de empréstimos de médio e longo prazo nos últimos anos.

Passivos Financeiros	2019	2020	2021	2022	Var. 2022/2021
Empréstimos a médio e longo prazo	**1.084.273,98**	**1.785.040,62**	**1.639.315,19**	**374.594,75**	**(77,1%)**
Sociedades Financeiras	971.607,31	1.725.707,29	1.279.044,06	374.594,75	(70,7%)
Administração Pública	112.666,67	59.333,33	360.271,13	0,00	(100,0%)

Quadro 8 - Financiamento bancário

Financiamento bancário/outros	Capital contratualizado	Capital utilizado 2022
Requalificação de ruas nas Freguesias do Concelho (CCAM)	1.438.000,00	298.887,62
Aquisição de Equipamentos (BPI)	90.000,00	75.707,13
Obras de Requalificação dos Edifícios Escolares (CCAM)	700.000,00	0,00
TOTAL		**374.594,75**

Quadro 9 - Descrição dos empréstimos utilizados em 2022

2.1.4. Saldo de gerência

O gráfico apresentado permite avaliar a evolução da integração do saldo transitado da gerência dos últimos anos.

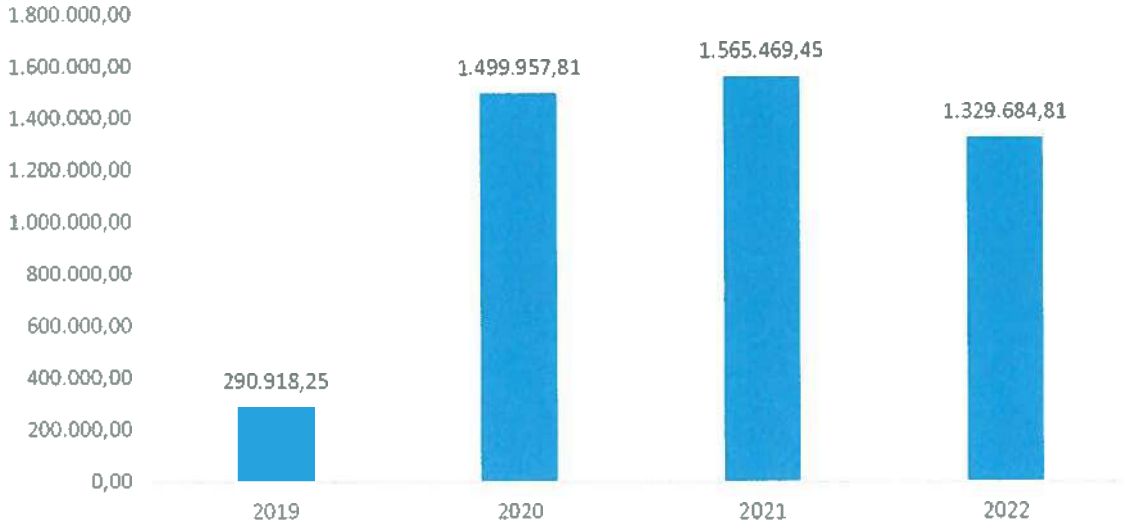


Gráfico 5 - Evolução do saldo de gerência

2.2. DESPESA

O ano de 2022 apresenta um total de despesa paga de 20,7 milhões de euros, representado 89% do total orçamentado (23,3 milhões de euros). Em relação ao ano anterior verifica-se um crescimento da despesa paga na ordem dos 528 milhares de euros.

Da análise ao gráfico n.º 6 verifica-se que a despesa tem vindo a aumentar de forma progressiva desde 2019 em que no ano de 2022 atinge o valor mais elevado do quadriénio.

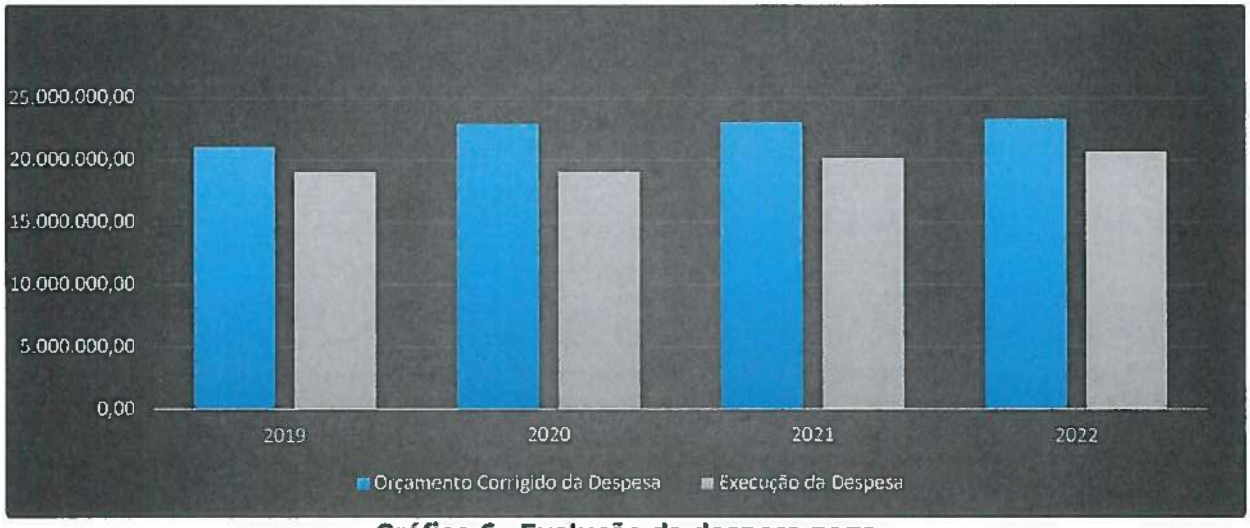


Gráfico 6 - Evolução da despesa paga

No gráfico n.º 7 encontram-se espelhados os valores da despesa orçada, comprometida, realizada e paga nos anos 2021/2022.

O total dos compromissos assumidos e não pagos, em 2022, alcançou cerca de 1,6 milhões de euros, dos quais cerca de 288 milhares euros encontram-se faturados e não pagos.

2.2.1. Despesa por natureza económica

Em 2022, a despesa corrente paga relativamente ao total orçamentado obteve uma execução de 92% (15,8 milhões de euros), a despesa de capital 79% (4,2 milhões de euros) e a despesa não efetiva de 94% (722 milhares de euros).

A despesa efetiva paga apresenta o valor de 20 milhões de euros o que corresponde a cerca de 97% do total da despesa paga. Por sua vez a despesa não efetiva paga, apenas representa 3% da despesa total paga.

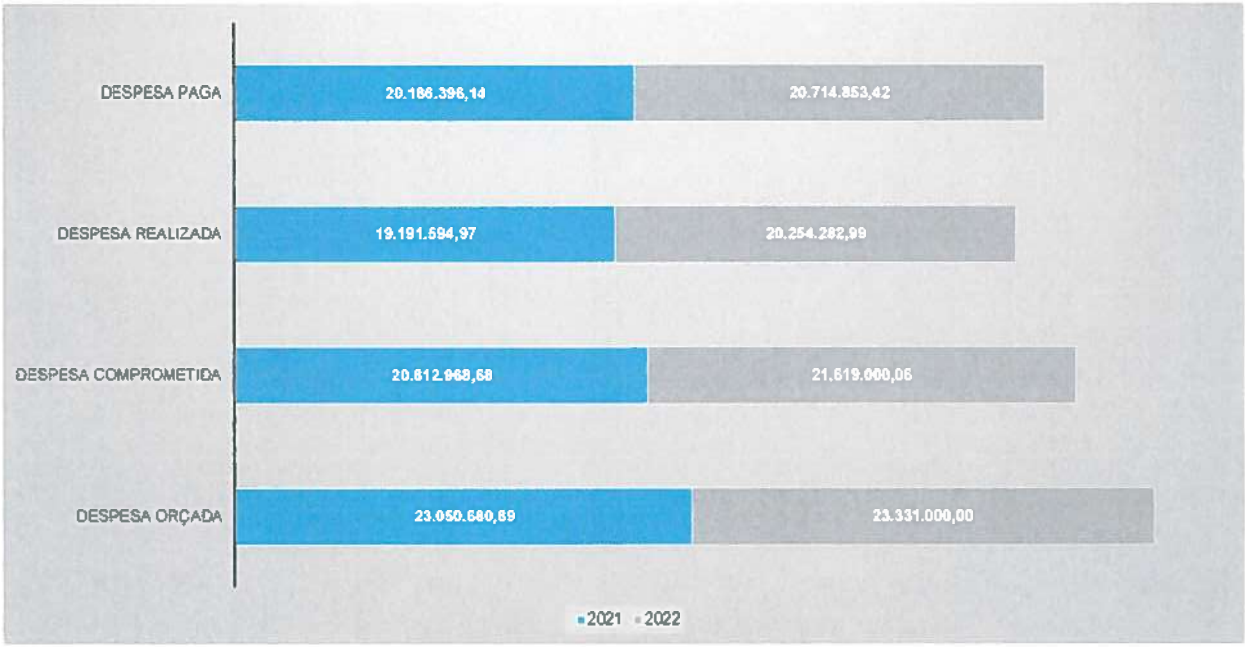


Gráfico 7 - Evolução da despesa

Comparativamente ao período homólogo, verifica-se aumento de 16% nas despesas correntes pagas (2,1 milhões de euros) e uma redução de 27% (-1,6 milhões de euros) na despesa de capital paga.

A variação nas despesas efetivas pagas é de 3% (526 milhares de euros), por sua vez as despesas não efetivas pagas apesentam uma ligeira variação positiva de 0,4% (cerca de 3 milhares de euros).

Designação	Execução Orçamental da Despesa						
	2022			2021			Var. % 2022/2021
	Dotação	Execução	% de Execução	Dotação	Execução	% de Execução	
Despesa Corrente	**17.202.019,36**	**15.755.339,61**	**91,6%**	**14.663.619,00**	**13.629.505,08**	**92,9%**	**15,6%**
Despesa com pessoal	7.388.795,00	7.021.829,36	95,0%	5.895.694,00	5.787.167,23	98,2%	21,3%
Aquisição de bens e serviços	6.878.689,36	5.978.240,14	86,9%	6.078.022,00	5.317.736,76	87,5%	12,4%
Juros e outros encargos	53.120,00	50.638,96	95,3%	58.370,00	44.886,31	76,9%	12,8%
Transferências e subsídios correntes	2.784.705,00	2.614.164,38	93,9%	2.586.161,00	2.442.269,37	94,4%	7,0%
Outras despesas correntes	96.700,00	90.466,77	93,6%	45.372,00	37.445,41	82,5%	141,6%
Despesa de Capital	**5.361.956,64**	**4.237.507,90**	**79,0%**	**7.667.055,89**	**5.837.695,54**	**76,1%**	**(27,4%)**
Aquisição bens de capital	3.052.721,64	2.169.028,46	71,1%	4.654.060,89	3.182.941,30	68,4%	(31,9%)
Transferências e subsídios de capital	2.295.600,00	2.054.925,00	89,5%	2.801.195,00	2.553.410,47	91,2%	(19,5%)
Outras despesas de capital	13.635,00	13.554,44	99,4%	211.800,00	101.343,77	47,8%	(86,6%)
Despesa efetiva [1]	**22.563.976,00**	**19.992.847,51**	**88,6%**	**22.330.674,89**	**19.467.200,62**	**87,2%**	**2,7%**
Despesa não efetiva [2]	**767.024,00**	**722.005,91**	**94,1%**	**720.006,00**	**719.195,52**	**99,9%**	**0,4%**
Ativos financeiros	3,00	0,00	0,0%	3,00	0,00	0,0%	ind.
Passivos financeiros	767.021,00	722.005,91	94,1%	720.003,00	719.195,52	99,9%	0,4%
Despesa total [3]=[1]+[2]	**23.331.000,00**	**20.714.853,42**	**88,8%**	**23.050.680,89**	**20.186.396,14**	**87,6%**	**2,6%**

Quadro 10 - Evolução da despesa

A despesa corrente paga em 2022, no montante de 15,8 milhões de euros, reporta-se essencialmente a pagamentos com despesas com pessoal (7 milhões de euros), aquisição de bens e serviços (6 milhões de euros) e transferências e subsídios correntes (2,6 milhões de euros).

A despesa de capital paga em 2022, no montante de 4,2 milhões de euros, diz respeito basicamente a pagamentos com a aquisição de bens de capital (2,2 milhões de euros) e transferência e subsídios de capital (2,1 milhões de euros).

No gráfico infra podemos observar a evolução da despesa corrente e de capital (inclui ativos e passivos financeiros), paga nos últimos quatro anos.

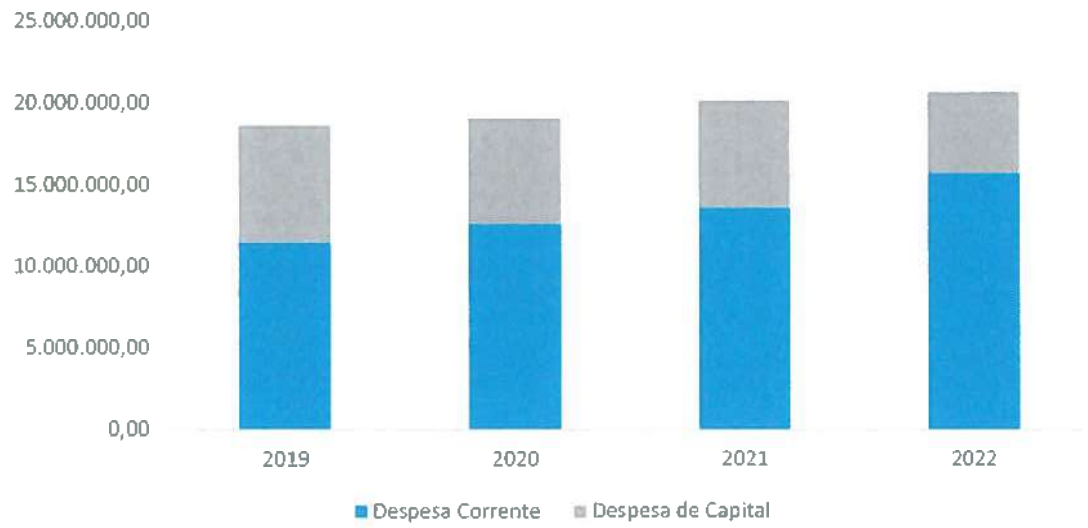


Gráfico 8 - Evolução da despesa paga (corrente vs capital)

No gráfico seguinte encontra-se registada a evolução da despesa efetiva e despesa não efetiva paga, nos últimos quatro anos.

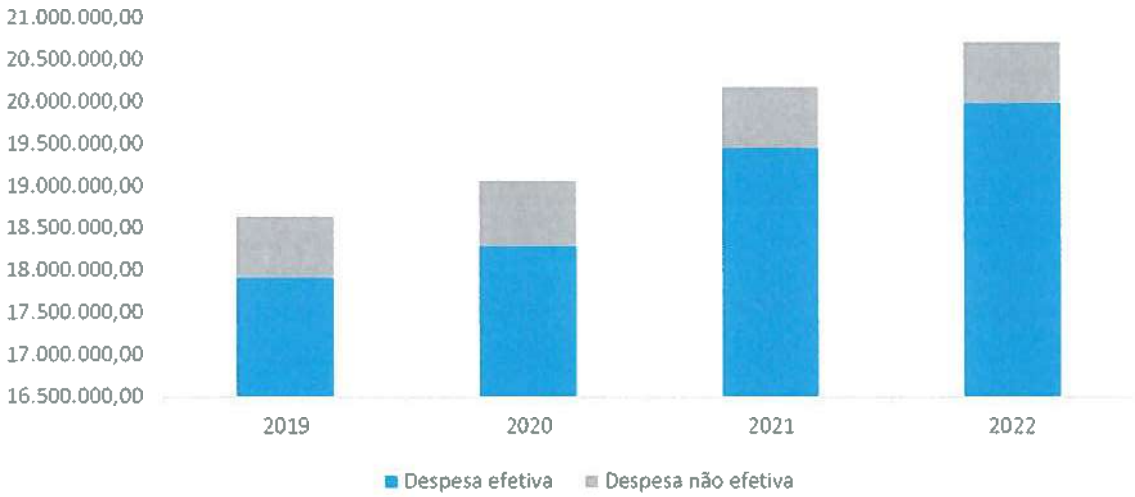


Gráfico 9 - Evolução da despesa efetiva e não efetiva paga

Como se pode verificar no gráfico representado, a despesa não efetiva paga (ativos e passivos financeiros), apresentam um peso pouco significativo no global das despesas pagas.

2.2.2. Taxa de execução da despesa corrente e de capital

O ano de 2022 encerrou com um total de despesa orçada de 23,3 milhões de euros e despesa paga de 20,7 milhões de euros, obtendo-se uma taxa de execução de 89%.

A despesa corrente paga regista um nível de execução superior à despesa de capital paga de 92% contra 81% (inclui ativos e passivos financeiros).

No que respeita às despesas correntes, as rúbricas de pessoal e juros e outros encargos e subsídios são as que representam maior taxa de execução, com 95% seguidas da de transferências com 94%.

Relativamente às despesas de capital, as rúbricas de outras despesas, passivos financeiros e de transferência e subsídios são as que apresentam maior taxa de execução, com 99%, 94% e 90%, respetivamente, como se pode confirmar no quadro seguinte.

Designação	Execução Orçamental da Despesa								
	Dotação	Cabimento	% de cabim.	Compromisso	% de compr.	Obrigações	% de realiz.	Pago	% de pago
Despesa Corrente	**17.202.019,36**	**16.679.319,11**	**97,0%**	**16.468.961,66**	**95,7%**	**15.938.449,12**	**92,7%**	**15.755.339,61**	**91,6%**
Despesa com pessoal	7.388.795,00	7.133.941,39	96,6%	7.133.941,39	96,6%	7.133.051,63	96,5%	7.021.829,36	95,0%
Aquisição de bens e serviços	6.878.699,36	6.675.369,30	97,0%	6.465.011,85	94,0%	6.049.166,63	87,9%	5.978.240,14	86,9%
Juros e outros encargos	53.120,00	50.638,96	95,3%	50.638,96	95,3%	50.638,96	95,3%	50.638,96	95,3%
Transferências e subsídios correntes	2.784.705,00	2.727.647,13	98,0%	2.727.647,13	98,0%	2.615.125,13	93,9%	2.614.164,38	93,9%
Outras despesas correntes	96.700,00	91.722,33	94,9%	91.722,33	94,9%	90.466,77	93,6%	90.466,77	93,6%
Despesa de Capital	**5.361.956,64**	**5.153.502,32**	**96,1%**	**5.097.489,39**	**95,1%**	**4.342.749,07**	**81,0%**	**4.237.507,90**	**79,0%**
Aquisição bens de capital	3.052.721,64	2.910.818,92	95,4%	2.854.805,99	93,5%	2.265.704,63	74,2%	2.169.028,46	71,1%
Transferências e subsídios de capital	2.295.600,00	2.229.128,96	97,1%	2.229.128,96	97,1%	2.063.490,00	89,9%	2.054.925,00	89,5%
Outras despesas de capital	13.635,00	13.554,44	99,4%	13.554,44	99,4%	13.554,44	99,4%	13.554,44	99,4%
Despesa efetiva [1]	**22.563.976,00**	**21.832.821,43**	**96,8%**	**21.566.451,05**	**95,6%**	**20.281.198,19**	**89,9%**	**19.992.847,51**	**88,6%**
Despesa não efetiva [2]	**767.024,00**	**722.005,91**	**94,1%**	**722.005,91**	**94,1%**	**722.005,91**	**94,1%**	**722.005,91**	**94,1%**
Ativos financeiros	3,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Passivos financeiros	767.021,00	722.005,91	94,1%	722.005,91	94,1%	722.005,91	94,1%	722.005,91	94,1%
Despesa total [3]=[1]+[2]	**23.331.000,00**	**22.554.827,34**	**96,7%**	**22.288.456,96**	**95,5%**	**21.003.204,10**	**90,0%**	**20.714.853,42**	**88,8%**

Quadro 11 - Execução da despesa

2.2.3. Despesa com pessoal

As despesas com o pessoal pagas no ano de 2022 atingiu o valor de 7 milhões de euros, face ao período homólogo verifica-se um acréscimo de 21%.

O acréscimo das despesas com o pessoal que se verifica ao longo dos últimos quatro anos, justifica-se essencialmente pelo descongelamento das carreiras na função pública, o aumento significativo do salário mínimo nacional e essencialmente pela transferência do pessoal não docente das escolas para a autarquia no âmbito da descentralização de competências na área da educação que se efetivou a 01 de abril de 2022, o qual representou cerca de 1,1 milhões de euros.

O quadro que se segue permite uma análise à evolução das despesas com o pessoal pagas ao longo dos últimos anos.

Designação	Execução Orçamental da Despesa				
	2019	2020	2021	2022	%Var. 2022/2021
Despesa com pessoal					
Remunerações certas e permanentes	3.783.656,85	4.072.053,56	4.359.009,94	5.421.483,82	24,4%
Abonos variáveis ou eventuais	106.792,17	101.869,29	157.101,05	166.043,09	5,7%
Segurança Social	1.052.390,81	1.223.974,59	1.271.056,24	1.434.302,45	12,8%
Total	**4.942.839,83**	**5.397.897,44**	**5.787.167,23**	**7.021.829,36**	**21,3%**

Quadro 12 - Evolução com despesas de pessoal

O valor desta rubrica não é comparável ao período homologo, justificado pela inclusão com início a 01 de abril de 2022, de 114 novos funcionários provenientes dos agrupamentos de escolas.

2.2.4. Despesa com aquisição de bens (correntes e de capital) e serviços

Em 2022 a despesa paga com aquisição de bens e serviços atingiu aproximadamente 6 milhões de euros, verificando-se um aumento de 12%, relativamente ao período homólogo. O peso da aquisição de bens neste capítulo representa 36% e a aquisição de serviços de 64%.

O quadro seguinte permite uma análise às rúbricas mais relevantes, bem como permite uma verificação a evolução das mesmas no último quadriénio.

Designação	Execução Orçamental da Despesa				
	2019	2020	2021	2022	%Var. 2022/2021
Aquisição de bens	**1.378.439,24**	**1.797.190,72**	**1.990.455,44**	**2.161.272,05**	**8,6%**
Matérias-primas e subsidiárias	322.044,54	465.010,14	483.535,40	371.753,78	(23,1%)
Combustíveis e lubrificantes	151.713,41	150.669,39	173.390,39	225.852,69	30,3%
Mercadorias p/venda - Água	524.878,58	587.249,30	633.014,64	665.885,80	5,2%
Outros bens	379.802,71	594.261,89	700.515,01	897.779,78	28,2%
Aquisição de serviços	**3.354.918,54**	**3.125.248,95**	**3.327.281,32**	**3.816.968,09**	**14,7%**
Encargos com instalações	319.257,88	272.787,26	276.478,25	384.020,05	38,9%
Transportes	411.987,55	265.242,88	303.796,76	391.669,03	28,9%
Outros trabalhos especializados	1.019.869,53	1.060.811,29	1.163.219,90	1.266.075,45	8,8%
Outros serviços	1.603.803,58	1.526.407,52	1.583.786,41	1.775.203,56	12,1%
Total	**4.733.357,78**	**4.922.439,67**	**5.317.736,76**	**5.978.240,14**	**12,4%**

Quadro 13 - Evolução com despesas correntes de aquisição de bens e serviços

Face ao período homólogo verificam-se diversas alterações em determinadas rúbricas, que se justifica essencialmente pelos anos atípicos de 2020/2021 e ainda de 2022.

Com a pandemia assistiu-se inequivocamente a alterações de prioridades em que se cancelaram atividades culturais, educativas, sociais e se deu prioridade ao combate à pandemia, em que o valor por norma gasto nestas atividades foi alocado à aquisição de bens e serviços no âmbito da luta contra a COVID-19. Por outro lado, em 2022, assiste-se a uma elevada taxa de inflação, justificada pela guerra na Europa (invasão da Rússia à Ucrânia em fevereiro de 2022) e que consequentemente teve impacto no aumento generalizado dos preços dos bens e serviços.

Um outro fator muito relevante que fez com que esta rúbrica sofresse aumentos bastante significativos, e para o qual não há comparação com os períodos homólogos, está associado à descentralização de competências da ação social e educação.

Na rúbrica de aquisição de bens assistiu-se a um aumento muito significativo em aquisição de outros bens (+28%), bem como nos combustíveis e lubrificantes (+30%), reflexo do aumento do preço no gasóleo e gasolina.
No cômputo geral esta rúbrica de aquisição de bens verifica uma variação positiva na ordem dos 9% (+ 170 milhares de euros), comparativamente ao ano 2021.
No que respeita à aquisição de serviços, destaca-se variação positiva face ao período homólogo em que se assiste a acréscimos nas rúbricas mais significativas, designadamente pelo aumento dos custos de energéticos, motivado pela retoma ainda que parcial das atividades nos equipamentos municipais como a piscina, instalações escolares, pavilhões e outros edifícios municipais. Este acréscimo também se fez sentir nos gastos com transportes e outras rúbricas orçamentais. Destaca-se também, aumentos substanciais nos gastos com o ambiente, em concreto no tratamento de águas residuais e tratamento de resíduos urbanos, bem como novos encargos do âmbito da descentralização de competências.

Designação	Execução Orçamental da Despesa				
	2019	2020	2021	2022	%Var. 2022/2021
Aquisição de bens de Capital					
Terrenos	0,00	0,00	118.530,00	22.558,93	(81,0%)
Habitaçoes	83.512,93	192.790,00	0,00	0,00	ind.
Edificios	2.034.300,38	392.140,11	666.338,16	493.720,26	(25,9%)
Construções diversas	15.109,73	13.180,45	5.648,59	37.297,16	560,3%
Material de transporte	33.700,14	18.130,20	4.551,00	12.249,57	169,2%
Outro equipamento	355.263,05	204.093,91	255.980,10	544.709,71	112,8%
Bens de domínio público	3.177.905,87	3.367.453,06	2.131.893,45	1.058.492,83	(50,3%)
Total	**5.699.792,10**	**4.187.787,73**	**3.182.941,30**	**2.169.028,46**	**(31,9%)**

Quadro 14 - Evolução com despesas de capital de aquisição de bens

Em 2022 a despesa paga com aquisição de bens de capital foi de aproximadamente 2,2 milhões de euros. A redução de 32% quando comparado ao ano anterior, justifica-se pela delegação de competências nas freguesias para a execução de obras e cuja

dotação orçamental passa a ser executada via transferências de capital e ainda, pelo facto de se verificarem atrasos na execução de investimentos a serem financiados por empréstimos bancários e investimentos no âmbito de financiamentos comunitários.

2.2.4.1 – Fontes de financiamento de investimento

Designação	2019		2020		2021		2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empréstimos bancários	1 084 273.98	19.0%	1 785 040.62	42.6%	1 639 315.19	51.5%	374 594.75	17.3%
Transferências de capital	***3 826 952.30***	***67.1%***	***1 927 295.02***	***46.0%***	***1 876 446.27***	***59.0%***	***2 193 090.58***	***101.1%***
FEF	695 179.00	12.2%	725 770.00	17.3%	779 893.00	24.5%	767 559.00	35.4%
Art.35.º Lei n.º73/2013	206 916.00	3.6%	257 509.00	6.1%	291 239.00	9.1%	227 865.00	10.5%
Fundos Externos	2 785 741.21	48.9%	909 026.59	21.7%	805 314.27	25.3%	945 129.70	43.6%
Outros	139 116.09	2.4%	34 989.43	0.8%	0.00	0.0%	252 536.88	11.6%
Outras receitas próprias	788 565.82	13.8%	475 452.09	11.4%	-332 820.16	-10.5%	-398 656.87	-18.4%
Total	5 699 792.10	100.0%	4 187 787.73	100.0%	3 182 941.30	100.0%	2 169 028.46	100.0%

Quadro 15 - Fontes de financiamento de Investimento

Os investimentos têm sido efetuados nos últimos anos com recurso a diversas fontes de financiamento. Pela análise do quadro supra, constata-se que continuam a ser as transferências de capital a maior fonte de financiamento dos investimentos (101%). Os empréstimos bancários financiaram 17% dos investimentos.

O financiamento dos investimentos através das outras receitas próprias apresenta o valor mais baixo dos últimos anos, apresentando mesmo um valor negativo, significando que os investimentos efetuados foram financiados integralmente pelas transferências de capital e empréstimos bancários e o valor remanescente (399 milhares de euros) financiaram outras despesas de capital, designadamente pelo FEF e art.º 35 da Lei n.º 73/2013.

Gráfico 10 – Evolução do financiamento dos investimentos por receitas próprias

2.2.5. Despesa com transferências e subsídios

O pagamento das transferências e subsídios no ano de 2022 atingiu 4,7 milhões de euros, um decréscimo de cerca de 7% face ao período homólogo.

No quadro seguinte observa-se a evolução das transferências e subsídios por natureza pagos nos últimos quatro anos.

Designação	Execução Orçamental da Despesa				
	2019	2020	2021	2022	%Var. 2022/2021
Transferências e subsídios correntes	**1.688.929,41**	**2.228.831,43**	**2.442.269,37**	**2.614.164,38**	**7,0%**
Administração central	33.177,93	28.315,06	25.150,00	174.669,22	594,5%
Administração local	612.248,48	704.068,51	965.851,60	981.315,39	1,6%
Instituiçoes sem fins lucrativos	729.324,41	668.563,97	706.307,94	861.747,88	22,0%
Famílias	314.178,59	340.733,89	416.804,83	393.911,23	(5,5%)
Subsídios - Empresas públicas	0,00	487.150,00	328.155,00	202.520,66	(38,3%)
Transferências e subsídios de capital	**746.156,27**	**1.441.108,85**	**2.553.410,47**	**2.054.925,00**	**(19,5%)**
Administração central e outras	8.153,45	4.480,13	0,00	0,00	ind.
Administração local	576.942,82	1.357.266,38	2.428.530,82	1.989.036,10	(18,1%)
Instituiçoes sem fins lucrativos	161.060,00	78.199,99	119.879,65	64.560,50	(46,1%)
Famílias	0,00	1.162,35	5.000,00	1.328,40	(73,4%)
Total	**2.435.085,68**	**3.669.940,28**	**4.995.679,84**	**4.669.089,38**	**(6,5%)**

Quadro 16 - Evolução com despesas de transferência e subsídios

Com exceção das transferências correntes para a Administração central e local e instituições sem fins lucrativos em que se assiste a um acréscimo, as restantes rúbricas assiste-se a um decréscimo quando comparado ao período homólogo. No cômputo geral, a transferência para a administração local sofre um decréscimo de 424 milhares de euros (-13%) e para as famílias o valor de 27 milhares de euros (-7%), em comparação com o ano anterior.

O acréscimo de 595% (cerca de 150 milhares de euros) no valor das transferências correntes para a administração local, assenta no âmbito da delegação de algumas das novas competências da autarquia nas direções dos agrupamentos de escolas. Destaca-se ainda, o acréscimo de 22% nas transferências correntes para as Instituições.

2.2.6. Serviço da dívida

O serviço da dívida do município apresenta um valor de 773 milhares de euros, em que os juros e outros encargos têm um peso de 7% (51 milhares de euros) e a amortização de capital 93% (722 milhares de euros). O impacto destes encargos no orçamento da despesa total paga é de apenas 4%.

Verifica-se uma variação positiva de apenas 1% do serviço da dívida face ao período homólogo. Esta evolução, que assenta essencialmente na amortização de capital, com ligeiro acréscimo de 3 milhares de euros (+0,4%) e nos juros um acréscimo na ordem dos 13% face ao período anterior (+ 6 milhares de euros).

O gráfico que se segue permite avaliar a evolução do serviço da dívida, pela sua natureza, no último quadriénio.

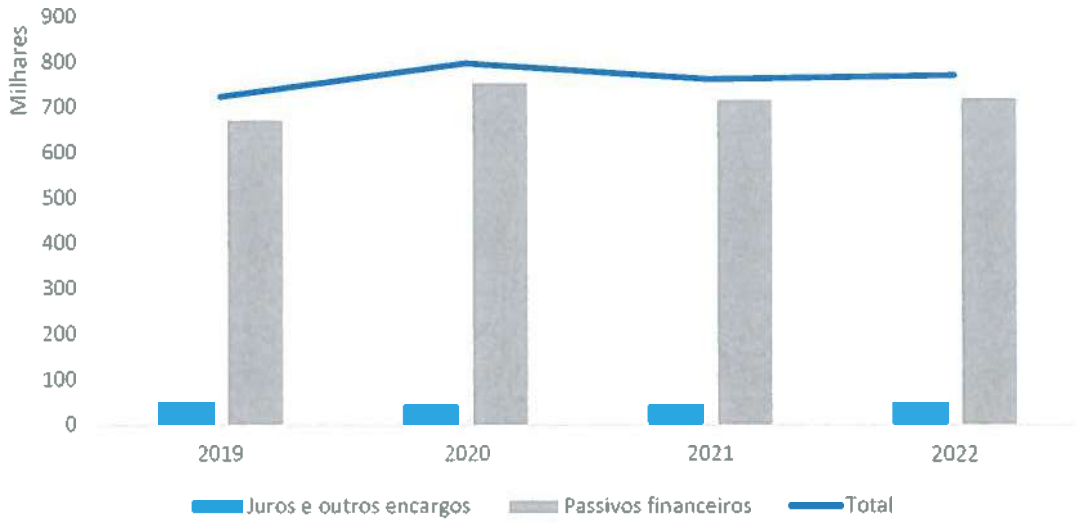


Gráfico 11 - Evolução do serviço da dívida

2.2.7. Execução das grandes opções do plano (GOP'S)

No ano de 2022 o valor orçado para as GOP´S atingiu o valor de 13,2 milhões de euros, o que corresponde a 57% do valor da dotação orçamental da despesa. Como se pode analisar no quadro infra, o valor de execução das GOP'S foi de 11,5 milhões de euros, em que o PAM apresenta um valor de 8,9 milhões de euros e o PPI de 2,5 milhões de euros.

No cômputo geral, as atividades que mais verba absorveram das GOP'S foram designadamente, a educação (3,2 milhões de euros), as transferências (3 milhões de euros) com maior enfoque nas transferências para a administração pública, o ambiente (2,1 milhões de euros) e o ordenamento do território e transportes rodoviários (589 milhares de euros). Estas atividades apresentam um peso das GOP´S de 28%, 26%, 18% e de 5%, respetivamente.

Objectivos	PPI			PAM			GOP'S		
	Orçado	Execução	%	Orçado	Execução	%	Orçado	Execução	%
1.1.1 Administração Geral	361.837,00	323.549,04	89,4	0,00	0,00	--	361.837,00	323.549,04	89,4
1.2.1 Segurança e ordem pública	0,00	0,00	--	128.500,00	127.172,76	99,0	128.500,00	127.172,76	99,0
2.1.1 Ensino não superior	172.389,00	127.611,68	74,0	174.750,00	174.727,00	100,0	347.139,00	302.338,68	87,1
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	0,00	0,00	--	3.018.500,00	2.856.926,92	94,6	3.018.500,00	2.856.926,92	94,6
2.2.1 Serviços de Saúde	500,00	180,00	36,0	27.000,00	25.818,56	95,6	27.500,00	25.998,56	94,5
2.3.2 Acção Social	0,00	0,00	--	212.100,00	164.680,62	77,6	212.100,00	164.680,62	77,6
2.4.1 Habitação	46.000,00	0,00	0,0	0,00	0,00	--	46.000,00	0,00	0,0
2.4.2 Ordenamento do Território	229.978,00	138.974,83	60,4	0,00	0,00	--	229.978,00	138.974,83	60,4
2.4.3 Saneamento	71.000,00	4.510,30	6,4	657.100,00	657.078,62	100,0	728.100,00	661.588,92	90,9
2.4.4 Abastecimento de Água	67.970,00	46.003,92	70,6	669.400,00	665.685,80	99,5	737.370,00	713.689,72	96,8
2.4.5 Resíduos Sólidos	12.050,00	11.494,47	95,4	364.650,00	361.539,88	99,1	376.700,00	373.034,35	99,0
2.4.6 Protecção M.A.e Cons. Natur.	333.802,00	307.828,42	92,2	15.000,00	10.217,18	68,1	348.802,00	318.045,60	91,2
2.5.1 Cultura	553.375,00	470.237,07	85,0	428.950,00	406.726,53	94,8	982.325,00	876.963,60	89,3
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	322.481,00	112.879,50	35,0	256.500,00	239.129,30	93,2	578.981,00	352.008,80	60,8
3.2 Energia	332.800,00	324.596,95	97,5	428.405,00	236.119,67	55,1	761.205,00	560.716,62	73,7
3.3.1 Transportes rodoviários	561.897,00	449.664,32	80,0	0,00	0,00	--	561.897,00	449.664,32	80,0
3.4.1 Mercados e feiras	166.353,00	149.027,74	89,6	0,00	0,00	--	166.353,00	149.027,74	89,6
3.4.2 Turismo	5.000,00	0,00	0,0	0,00	0,00	--	5.000,00	0,00	0,0
3.5.1 Outras funções económicas	271.390,00	67.058,70	24,7	0,00	0,00	--	271.390,00	67.058,70	--
4.2.1 Transferências Adm. Pública	0,00	0,00	--	3.062.900,00	2.894.399,49	94,5	3.062.900,00	2.894.399,49	94,5
4.2.2 Transferências Adm. Privadas	0,00	0,00	--	266.500,00	115.280,73	43,3	266.500,00	115.280,73	43,3
4.3.1 Activos Financeiros	3,00	0,00	0,0	0,00	0,00	--	3,00	0,00	0,0
4.3.2 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	--	0,00	0,00	--	0,00	0,00	--
Total	3.508.825,00	2.535.616,94	72,3	9.710.255,00	8.935.703,06	92,0	13.219.080,00	11.471.320,00	86,8

Quadro 17 - Execução das grandes opções do plano

O gráfico que se segue permite avaliar o peso do valor das GOP'S por funções.

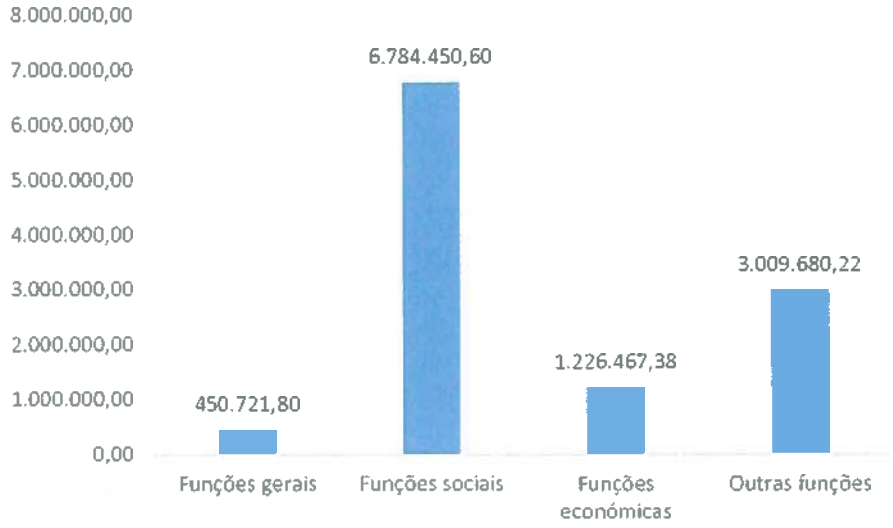


Gráfico 12 - Valor das GOP'S por funções

Como se pode verificar são as funções socias que apresentam o valor mais significativo do total das GOP´S com um peso de 59% (6,8 milhões de euros).

Descrição	Valor	%
Funções gerais	450.721,80	3,9%
Funções sociais	6.784.450,60	59,1%
Funções económicas	1.226.467,38	10,7%
Outras funções	3.009.680,22	26,2%
Total	**11.471.320,00**	**100,0%**

2.2.8. Compromissos e responsabilidades para os anos seguintes

No quadro seguinte observam-se os compromissos assumidos e que implicam responsabilidades para anos futuros.

Designação	2023	2024	2025	2026	2027 e seguintes
Despesa Corrente	**2.789.159,80**	**674.440,53**	**493.679,24**	**394.611,81**	**1.805.920,59**
Despesa com pessoal	92.443,02	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de bens e serviços	1.813.541,33	380.644,87	273.906,51	256.054,89	1.464.045,07
Juros e outros encargos	137.797,58	124.132,90	104.872,51	88.556,32	341.875,52
Transferências e subsídios correntes	745.377,87	169.662,76	114.900,22	50.000,60	0,00
Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	**813.389,90**	**11.066,31**	**7.380,00**	**0,00**	**0,00**
Aquisição bens de capital	343.339,08	3.686,31	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital	470.050,82	7.380,00	7.380,00	0,00	0,00
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [1]	**3.602.549,70**	**685.506,84**	**501.059,24**	**394.611,81**	**1.805.920,59**
Despesa não efetiva [2]	**850.813,21**	**934.110,54**	**917.629,84**	**690.178,99**	**3.569.796,17**
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	850.813,21	934.110,54	917.629,84	690.178,99	3.569.796,17
Despesa total [3]=[1]+[2]	**4.453.362,91**	**1.619.617,38**	**1.418.689,08**	**1.084.790,80**	**5.375.716,76**

Quadro 18 - Compromissos e responsabilidades anos seguintes

Como se pode verificar o ano que maior verba absorve referente a compromissos é o ano de 2023, com 32% do valor total.

Quando comparado ao período homólogo, verifica-se um decréscimo de 8% (-1,2 milhões de euros).

2.3. Resultado orçamental

No quadro seguinte observa-se a receita total cobrada e a despesa total paga no último quadriénio, bem como os respetivos saldos de gerência a incorporar no orçamento subsequente.

Designação	2019	2020	2021	2022
Receita total cobrada	20.152.044,08	20.639.033,24	21.516.080,95	23.183.188,92
Despesa total paga	18.652.086,27	19.073.563,79	20.186.396,14	20.714.853,42
Saldo para a gerência seguinte	**1.499.957,81**	**1.565.469,45**	**1.329.684,81**	**2.468.335,50**

Quadro 19 - Receita vs Despesa

Verifica-se um significativo aumento do saldo da gerência desde 2019, resultado de uma excelente execução orçamental da receita.

Em 2022, o saldo a transitar para gerência de 2022 é de 2,5 milhões de euros.

Resultado Orçamental	2022
Receita corrente cobrada	19.274.700,43
Despesa corrente paga	15.755.339,61
Poupança corrente	**3.519.360,82**
Receita capital cobrada	2.204.208,93
Despesa capital paga	4.237.507,90
Saldo de capital	**-2.033.298,97**
Receita efetiva cobrada	21.478.909,36
Despesa efetiva paga	19.992.847,51
Saldo efetivo	**1.486.061,85**
Receita não efetiva cobrada	374.594,75
Despesa não efetiva paga	722.005,91
Saldo não efetivo	**-347.411,16**
Receita total cobrada	21.853.504,11
Despesa total paga	20.714.853,42
Saldo da gerência anterior	1.329.684,81
Saldo orçamental	**2.468.335,50**

Quadro 20 - Resultado orçamental

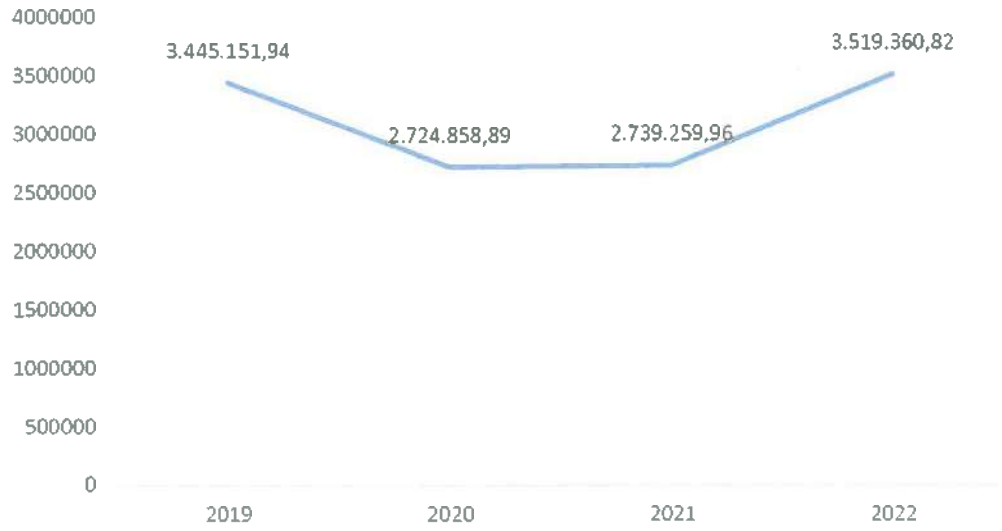


Gráfico 10 - Evolução da poupança corrente

Quando comparado com os últimos anos, o ano de 2022 apresenta-se como o período que apresenta um significativo acréscimo no que respeita à poupança corrente, face ao período homólogo.

2.3.1. Equilíbrio Orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental previsto no artigo n.º 40, conjugado com o artigo n.º 83 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que receita corrente cobrada bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Ao analisar a execução orçamental de 2022, verifica-se que as receitas correntes não só financiaram as despesas correntes, como ainda se verifica um excedente de 2,8 milhões de euros.

Resultado Orçamental	2022
Receita corrente cobrada [1]	19.274.700,43
Despesa corrente paga [2]	15.755.339,61
Poupança corrente [3]=[1]-[2]	**3.519.360,82**
Reforço despesas correntes via Saldo Gerência	0,00
Amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo [5]	737.751,89
Equilibrio Orçamental [6]=[3]+[4]-[5]	**2.781.608,93**

Quadro 21 - Controlo do cumprimento da regra do equilíbrio orçamental[1]

[1] Demonstração da amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo encontra-se no mapa dos empréstimos que faz parte integrantes das demonstrações financeiras.

2.4. Principais indicadores orçamentais

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos principais indicadores orçamentais.

Indicadores Orçamentais de Estrutura	2022	2021
Da Receita		
Impostos diretos/Receitas correntes	22,5%	24,7%
Taxas, multas e outras penalidades/ Receitas correntes	7,5%	6,1%
Transferências correntes/Receitas correntes	54,0%	52,6%
Transferências capital/Receitas capital	99,5%	96,6%
Passivos Financeiros/Receitas totais	1,6%	7,6%
Receita cobrada líquida / Previsões corrigidas	99,4%	93,3%
Receitas correntes/Receitas totais	83,1%	76,1%
Receitas de capital/Receitas totais	9,5%	9,0%
Receita efetiva cobrada/Receita total cobrada	92,6%	85,1%
Receita não efetiva cobrada/Receita total cobrada	1,6%	7,6%
Da Despesa		
Pessoal/Despesas correntes	44,6%	42,5%
Aquisição de bens e serviços/Despesas correntes	37,9%	39,0%
Transferências e subsídios correntes/Despesas correntes	16,6%	17,9%
Aquisição de bens de investimento/Despesas de capital	51,2%	54,5%
Transferências de capital/Despesas de capital	48,5%	43,7%
Passivos financeiros/Despesas totais	3,5%	3,6%
Despesa paga líquida/Dotações corrigidas	88,8%	87,6%
Despesas correntes/Despesas totais	76,1%	67,5%
Despesas de capital/Despesas totais	20,5%	28,9%
Despesa efetiva paga/Despesa total paga	96,5%	96,4%
Despesa não efetiva paga/Despesa total paga	3,5%	3,6%
Saldo Corrente		
Receita corrente - Despesa corrente	3.519.360,82	2.739.259,96
Saldo de Capital		
Receita de capital - Despesa de capital	-2.033.298,97	-3.897.649,27
Saldo Primário		
Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	1.536.700,81	-1.111.018,00
Saldo Global		
Receita efetiva - Despesa efetiva	1.486.061,85	-1.155.904,31
Grau de Realização das Liquidações		
Recebimentos / Liquidações	100,3%	99,1%
Grau de Execução das Obrigações		
Pagamentos / Obrigações	98,6%	99,7%
Capacidade Financeira		
Cobertura das despesas pelas receitas	111,9%	106,6%
Receitas próprias de funcionamento (receita total - transferências da UE - passivos financeiros)	21.703.196,34	18.993.664,49
Despesas correntes+ Passivos financeiros	16.477.345,52	14.348.700,60

Quadro 22 - Indicadores orçamentais

III – ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

III – ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, de acordo com a estrutura conceptual e as normas de contabilidade pública do SNC-AP.

De seguida iremos analisar o balanço a e demonstração de resultados.

3.1. Balanço

Em 2022 o ativo do Município atingiu os 76,7 milhões de euros, significando um aumento na ordem de 915 milhares de euros face ao período homólogo (1%).

Procede-se a uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Componentes do Ativo	2022	2021	Var. 2022/2021
Ativos fixos tangíveis	66.682.023,94	67.590.279,68	(1,3%)
Propriedades de investimento	387.103,91	0,00	ind.
Ativos fixos intangíveis	259.797,54	227.088,86	14,4%
Participações financeiras	1.141.252,25	1.175.044,28	(2,9%)
Outros ativos financeiros	8,36	8,36	0,0%
Diferimentos	2.506,95	0,00	ind.
Ativo não corrente	**68.472.692,95**	**68.992.421,18**	**(0,8%)**
Inventários	190.023,72	197.401,45	(3,7%)
Devedores p/tranf. e subsídios não reembolsáveis	574.710,33	428.414,34	34,1%
Clientes, contribuintes e utentes	461.663,13	312.052,19	47,9%
Estado e outros entes públicos	48.382,20	211.369,54	(77,1%)
Outras contas a receber	3.310.808,37	3.094.532,09	7,0%
Diferimentos	135.263,09	135.828,93	(0,4%)
Caixa e depósitos	3.460.732,86	2.367.598,23	46,2%
Ativo corrente	**8.181.583,70**	**6.747.196,77**	**21,3%**
Ativo total	**76.654.276,65**	**75.739.617,95**	**1,2%**

Quadro 23 - Evolução do ativo

Os ativos fixos tangíveis representam 87% do total do ativo e registam um decréscimo de 908 milhares de euros.
Esta diminuição justifica-se essencialmente pela reclassificação de ativos como propriedades de investimento e o aumento verificado em obras públicas e aquisição de bens, no âmbito de uma forte política de investimento público não foi suficiente para cobrir os gastos com a depreciação dos ativos.
Consequentemente o ativo não corrente regista ligeiro decréscimo (-0,8%) e representa 89% do ativo total.

Contrariando o decréscimo registado no ativo não corrente, o ativo corrente regista substancial acréscimo de 21% (1,4 milhões de euros), face ao período homólogo. Para este aumento contribuíram as disponibilidades com um acréscimo de 1,1 milhões de euros (+46%), as dívidas de terceiros que na sua globalidade representam um acréscimo de 349 milhares de euros.

As dividas de terceiros representam 56% do ativo corrente e 6% do total do ativo.

No que concerne ao passivo, o Município fechou o ano com um valor de 10,7 milhões de euros, em que passivo não corrente representa 61% e o passivo corrente 39%.
O quadro que se apresenta em seguida, permite verificar a evolução dos passivos nas suas diversas rúbricas.

Componentes do Passivo	2022	2021	Var. 2022/2021
Provisões	101.878,09	101.878,09	0,0%
Financiamentos obtidos	5.397.422,67	5.830.310,28	(7,4%)
Diferimentos	80.016,88	107.031,48	(25,2%)
Outras contas a pagar	990.224,52	1.035.282,33	(4,4%)
Passivo não corrente	**6.569.542,16**	**7.074.502,18**	**(7,1%)**
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	25.945,10	53.202,10	(51,2%)
Fornecedores	28.697,98	41.579,99	(31,0%)
Estado e outros entes públicos	124.086,78	0,00	ind.
Financiamentos obtidos	850.813,21	765.336,76	11,2%
Fornecedores de investimentos	96.676,17	10.058,59	861,1%
Outras contas a pagar	1.500.855,78	1.116.322,31	34,4%
Diferimentos	1.497.257,56	994.898,17	50,5%
Passsivo corrente	**4.124.332,58**	**2.981.397,92**	**38,3%**
Total do passivo	**10.693.874,74**	**10.055.900,10**	**6,3%**

Quadro 24 - Evolução do passivo

Face ao período homólogo, o total do passivo teve uma variação positiva de 6%, que resulta essencialmente do aumento nos diferimentos e das outras contas a pagar.

As rúbricas de fornecedores c/c e de investimento assiste um acréscimo de 74 milhares de euros.

Contrariamente ao verificado em anos anteriores, assiste-se a uma diminuição no passivo não corrente na ordem dos 505 milhares de euros (- 7%), em contrapartida, o passivo corrente verifica um significativo acréscimo de 1,1 milhão de euros (+38%). As rúbricas que mais contribuíram para este aumento, respeita a diferimentos com um acréscimo de 502 milhares de euros (+51%) e as outras contas a pagar com 385 milhares de euros (+34%).

Os fundos próprios do Município passam a totalizar 66 milhões de euros, traduzindo um acréscimo de aproximadamente 0,4% face ao ano 2021.

Componentes do Património Líquido	2022	2021	Var. 2022/2021
Património/Capital	41.119.878,22	41.119.878,22	0,0%
Reservas	1.594.185,94	1.594.185,94	0,0%
Resultados transitados	6.368.311,49	7.526.737,74	(15,4%)
Ajustamentos em ativos financeiros	277.366,78	313.424,06	(11,5%)
Outras variações no património líquido	17.237.163,78	16.319.671,25	5,6%
Resultado líquido do período	(636.504,30)	(1.190.179,36)	(46,5%)
Total do património líquido	**65.960.401,91**	**65.683.717,85**	**0,4%**

Quadro 25 - Evolução do património líquido

O acréscimo de 277 milhares de euros face ao ano anterior é consequência essencialmente da melhoria do resultado líquido do período e das outras variações no património líquido que compensam o decréscimo nos resultados transitados.

A variação dos resultados transitados resulta da contabilização da aplicação do resultado líquido negativo do período anterior (1.190.179 euros) e do reconhecimento de ativos que se encontravam omissos no património municipal (31.753 euros).

3.2. Demonstração de resultados

O resultado líquido no presente ano é negativo na ordem de 637 milhares de euros, consequência em larga medida pelo acréscimo verificados nos gastos e cujos rendimentos não acompanharam.
Os rendimentos no ano 2022 foram de 21,3 milhões de euros para um nível de gastos de 21,9 milhões de euros, verificando-se face ao período homólogo uma variação positiva de 18% nos rendimentos e de 14% nos gastos.

Efetuando uma análise aos gastos de 2022 podemos concluir que houve um aumento de 2,7 milhões de euros face a 2021.

Para facilitar a análise dos resultados os rendimentos e gatos foram analisados separadamente tendo em conta as variações em relação ao período homólogo.

Gastos	2022	2021	Var. 2022/2021
Transferências e subsídios correntes concedidos	3.236.885,53	3.034.499,22	6,7%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	880.537,23	957.838,12	-8,1%
Fornecimentos e serviços externos	5.657.405,88	4.768.685,92	18,6%
Gastos com pessoal	7.019.170,31	5.622.251,00	24,8%
Gastos de depreciação e amortização	4.568.870,06	4.590.580,27	-0,5%
Perdas por imparidade	113.184,24	141.080,29	-19,8%
Provisões do período	0,00	0,00	ind.
Outros gastos e perdas	413.822,34	56.967,27	626,4%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	60.609,40	45.994,59	31,8%
Total	**21.950.484,99**	**19.217.896,68**	**14,2%**

Quadro 26 - Evolução dos gastos

A rúbrica de gastos em que se verifica maior acréscimo foram os gastos com o pessoal. Este substancial aumento justifica-se designadamente pela descentralização de competências na área da educação, em que o pessoal não docente integrou o quadro de pessoal da autarquia com efeitos a 01 de abril de 2022.

Inerentemente esta descentralização de competências, implicou acréscimos significativos nas rúbricas de fornecimentos e serviços externos e transferências e subsídios correntes. Não é possível estabelecer um padrão de comparação com o período homologo nestas rubricas, pelo facto de esta nova competência incrementa uma nova dinâmica em toda a atividade do Município.

No que concerne aos outros gastos e perdas verifica-se um substancial acréscimo, na ordem dos 357 milhares de euros, quando comparado com o exercício de 2021, justificado pela contabilização da anulação de divida incobrável no valor de 295 milhares de euros e pagamento de indemnização.
A rúbrica de gastos e perdas por juros e outros encargos verifica igualmente um acréscimo face ao período homólogo, justificado pelo aumento das taxas de juros por via do indexante Euribor.
Não obstante se ter verificado acréscimos significativos em quase todas as componentes dos gastos, há que também referir um impacto muito significativo pelo aumento generalizado dos preços por via da alta taxa de inflação atualmente que se verifica.

De seguida, passamos para a análise dos rendimentos de 2022 e à sua evolução face ao período anterior.

Rendimentos	2022	2021	Var. 2022/2021
Impostos, contribuições e taxas	5.043.317,64	4.504.405,55	12,0%
Vendas	1.011.558,84	996.978,86	1,5%
Prestação de serviços e concessões	2.077.438,14	1.482.440,34	40,1%
Trabalhos para a própria entidade	261.071,87	253.307,67	3,1%
Transferências e subsídios correntes obtidos	10.614.778,13	8.573.615,63	23,8%
Reversões	324.282,52	43.115,28	652,1%
Outros rendimentos	1.979.352,28	2.011.701,49	-1,6%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	2.181,27	162.152,50	-98,7%
Total	**21.313.980,69**	**18.027.717,32**	**18,2%**

Quadro 27 - Evolução dos rendimentos

Os impostos, contribuições e taxas representam 24% dos rendimentos totais e verificaram um acréscimo de 539 milhares de euros face ao ano anterior. Este aumento justifica-se em maior ênfase na rúbrica do IMT.

A rúbrica que maior peso nos rendimentos são as transferências e subsídios correntes obtidos, representa 50% dos rendimentos totais, destacando-se um acréscimo de 2 milhões de euros face ao período homólogo. Deste valor, o fundo de financiamento da descentralização de competências representa 16% das transferências correntes sendo responsável pelo aumento de 85% face ao período homologo.
Nas rúbricas de vendas e prestação de serviços verifica-se uma variação positiva na ordem dos 595 milhares de euros, sinónimo da retoma da economia, face ao ano de 2021.

A rúbrica onde se verifica um substancial acréscimo, é a da reversão das imparidades (281 milhares de euros), não sendo comparável ao ano 2021, pelo facto de ter sido anulada dívida incobrável.
Uma outra rúbrica cujo resultado não pode ser comparado pela diminuição face ao ano anterior, são os juros, dividendos e outros rendimentos similares, pelo facto de no presente ano não se ter verificado recebimentos de dividendos por parte da EPAVE (no ano de 2020 foram contabilizados 160 mil euros).

3.3. Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas, agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração de resultados, permitindo quantificar factos, detetar anomalias e efetuar comparações entre períodos. Destacam-se os principais indicadores económico-financeiros.

Indicadores económico-financeiros	2022	2021
Autonomia Financeira		
Património Líquido / Ativo	86,0%	86,7%
Solvabilidade		
Património Líquido / Passivo	616,8%	653,2%
Endividamento		
Passivo / Ativo	14,0%	13,3%
Liquidez Geral		
Ativo corrente (ou CP) / Passivo corrente (ou CP)	198,4%	226,3%
Liquidez Reduzida		
Ativo corrente - Inventários / Passivo Corrente (ou CP)	193,8%	219,7%
Liquidez Imediata		
Disponibilidades/ Passivo Corrente (ou CP)	83,9%	79,4%
Rentabilidade do Património Líquido (RPL)		
Resultados Líquidos / Património Líquido * 100	(96,5%)	(181,2%)
Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)		
Resultados Operacionais (EBIT) / Ativo * 100	(75,4%)	(172,5%)

Quadro 28 - Evolução dos indicadores económico-financeiros

Verificam-se melhoria substancial no grau de liquidez imediata, pois no que respeita aos indicadores associados à rentabilidade e grau de cobertura dos gastos financeiros assiste-se a variações negativas, quando comparados ao ano 2021.

Nos demais indicadores não se assiste a alterações muito significativas face ao período anterior.

3.4 Endividamento municipal

A crescente intervenção social exigida aos municípios, devido não só ao alargamento das suas competências e atribuições, aliada a uma maior capacidade interventiva no desenvolvimento do concelho com o objetivo de proporcionar melhores condições sociais, culturais, desportivas e de lazer, fizeram com que o endividamento autárquico começasse a ser utilizado como recurso alternativo à insuficiência de recursos próprios.

O quadro seguinte permite verificar a evolução da dívida municipal nos últimos quatro anos, excluindo diferimentos e acréscimos de gastos.

Designação	2019	2020	2021	2022
Dívidas de médio e longo prazo [1]	4.445.304,67	5.599.836,90	6.865.592,61	6.387.647,19
Dívidas de curto prazo [2]	1.895.801,11	1.160.583,92	938.358,97	1.259.893,01
Dívida total [3]= [1]+[2]	**6.341.105,78**	**6.760.420,82**	**7.803.951,58**	**7.647.540,20**
Taxa de crescimento (%)	**-8,2%**	**6,6%**	**15,4%**	**-2,0%**

Quadro 29 - Evolução da dívida

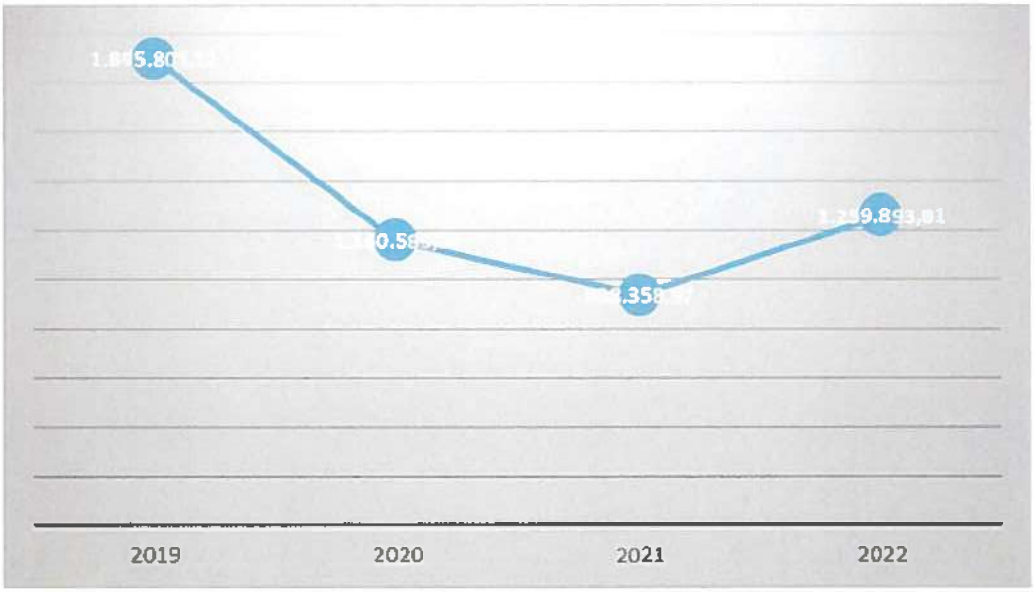


Gráfico 11 - Evolução da dívida de curto prazo

Os limites ao endividamento são regulados pelo artigo 52.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro (RFALEI), que impõe que o montante da dívida total de operações

orçamentais do Município, incluindo as entidades participadas relativamente às quais se verifique controlo ou presunção de controlo, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Dispõe ainda a alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que os municípios que cumpram os limites de endividamento, só podem aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.
Demonstração da capacidade de endividamento do Município para o ano de 2022, assim como o cumprimento do limite da dívida imposta pelo RFALEI.

Dívida total da autarquia que releva para os limites de endividamento:

Designação		Valor
Total receita cobrada nos últimos 3 anos		***46.634.438,19***
Receita corrente cobrada em 2019	14.904.201,78	
Receita corrente cobrada em 2020	15.361.471,37	
Receita corrente cobrada em 2021	16.368.765,04	
Média da receita		15.544.812,73
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 anos		**23.317.219,10**

Limite	Total da dívida a terceiros	Contribuição SEL	Dívida Total	Dívida não orçamental	Capital excecionado	FAM	Dívida Total excluíndo não orçamentais, capital excecionado e FAM	Margem Absoluta	Margem Utilizável	Limite da Dívida Total a 31/12/2022	Margem disponível por utilizar a 31/12/2022
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)	(7)	(8)= (4)-(5)-(6)-(7)	(9)=(1)-(8)	(10)=(9)*20%	(11)= (8)+(10)	(12)= (11)-(8)
23.317.219,10	01-01-2022										
	7.803.951,58	74.327,99	7.878.279,57	1.037.913,42	532.271,13	0,00	6.308.095,02	17.009.124,08	3.401.824,82	9.709.919,84	3.420.744,06
	31-12-2022										
	7.647.540,20	153.073,29	7.800.613,49	992.397,36	519.040,35	0,00	6.289.175,78	17.028.043,32	3.405.608,66		

Quadro 30 - Limite da dívida total

O Municipio não só cumpre integralmente os limites do endividamento, como apenas utilizou 64% da sua capacidade de endividamento, ficando uma margem por utilizar de 3,4 milhões de euros.

3.5. Contabilidade de gestão

A gestão eficiente, eficaz e com qualidade imposta no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, requer obrigatoriamente informação obtida no Sistema de Contabilidade de Gestão. Não é a sua obrigatoriedade, mas a possibilidade de apoiar a gestão adequada dos processos internos ou nas diferentes fases de formação dos custos, que impõe a implementação deste sistema contabilístico.

A NCP 27 tem como objetivo "estabelecer as bases para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas" (NCP27, ponto 1), reforçando a tónica, de que, este sistema contabilístico deve ter em conta dois tipos de utilizadores, os internos (vertente interna) e os externos (vertente externa), salientando que, na primeira vertente pode apoiar os processos internos de gestão pública e na segunda, contribuir para os propósitos de responsabilização pela prestação de contas.

Esta norma define os diferentes tipos de custos, bem como os sistemas de custeio e reforça que a informação produzida pela contabilidade de gestão se baseia nas características qualitativas gerais e nos constrangimentos da informação financeira definidos na Estrutura Concetual do SNC-AP (Fiabilidade, Oportunidade, Comparabilidade e Custo/beneficio).

No ponto dedicado ao Relatório de Gestão (ponto 34) a norma específica genericamente o que deve ser divulgado por cada bem, serviço ou atividade final e nos pontos, 35, 36 e 37, as especificidades relativas aos subsetores de ensino, saúde e autarquias locais, respetivamente.

Assim, de acordo com o ponto 34 da NCP 27, o Relatório de Gestão deve apresentar:

- Custos diretos e indiretos de cada bem, serviço e atividade;
- Rendimentos diretamente associados aos bens, serviços e atividades (se existirem);
- Custos totais do exercício económico e custo total acumulado de atividades, produtos ou serviços com duração plurianual, ou não coincidente com o exercício económico;

- Objetos de custo finais para os quais se determinou o custo total, os critérios de imputação dos custos indiretos utilizados e os custos não incorporados".

Apesar do definido no SNC-AP, a contabilidade de gestão já se encontra completamente implementada não sendo, no entanto possível apresentar em tempo útil as divulgações exigidas pelo normativo para esta matéria. Apesar disso, entende-se que a informação constante do Relatório de Gestão cumpre globalmente a legislação aplicável, divulgando a informação necessária e adequada para a compreensão das Demonstrações Financeiras e das Demonstrações Orçamentais do Município.

3.6. Declarações previstas na LCPA

O Município beneficia da exclusão do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, (Lei dos compromissos e pagamentos em atraso - LCPA) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual, uma vez cumpriu o estipulado no n.º 5 do artigo 85.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, que aprova a Lei do Orçamento de Estado para 2022, ou seja, cumprimento dos limites ao endividamento municipal.
Considerando o exposto e atendendo à exclusão referenciada não nos encontramos vinculados à elaboração das declarações previstas nas alíneas a) e b) do artigo 15.º da LCPA, designadamente:

- ✓ Declaração de compromissos plurianuais;
- ✓ Declaração de recebimentos e pagamentos em atraso.

3.7. Outras divulgações

Guerra na Europa

A invasão levada a cabo pela Rússia à Ucrânia no passado dia 24 de fevereiro de 2022, para além do impacto humanitário, está a provocar uma verdadeira avalanche nos preços dos combustíveis e matérias-primas, justificado entre outros aspetos, pela grande dependência energética da Europa designadamente das fontes de energia proveniente da Rússia.

O impacto desta Guerra, associada às fortes sanções económicas e financeira impostas pela generalidade dos países à Rússia, está a refletir-se nas economias de todo o Mundo, incluindo a de Portugal, levando à necessidade urgente da tomada de medidas pelo Governo de forma a atenuar o impacto brutal do aumento da taxa de inflação com consequência em toda a conjuntura económica que daí advém.
O efeito deste conflito está e irá ter elevados impactos no decorrer do presente ano, não só a nível humanitário, mas também económico e financeiro ao qual este município não será alheio.

Dívidas ao Estado e à Segurança Social

Não existem dívidas em mora ao Estado, à Segurança Social, à Caixa Geral de Aposentações, nem a qualquer outro subsistema de segurança social ou organismo público.

Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Riscos de Mercado

(i) Risco de Taxa de Juro
Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro do Euro. O Município recorre a financiamentos externos no decurso da sua atividade, estando exposto ao risco de taxa de juro já que parte da dívida financeira do Município está indexada a taxas de juro de mercado.
(ii) Risco de Preço
A entidade está exposta ao risco de preços das matérias-primas e serviços em geral.

Risco de Crédito

O risco de crédito, na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, contribuinte e utentes, relacionados com a atividade operacional.
A gestão de risco da entidade está estruturada nas necessidades próprias das atividades da entidade tendo em constante consideração:

- Uma regular monitorização das contas de clientes, contribuintes e utentes;
- O recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, o Município mantém a capacidade financeira para dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

(i) Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento;
(ii) Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento da sua atividade.

IV - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

IV – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o Resultado Líquido do exercício negativo, no montante de 636.504,30€ (seiscentos e trinta e seis mil, quinhentos e quatro euros e trinta cêntimos), seja integralmente aplicado na conta ***56 – Resultados transitados***.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PÓVOA
DE LANHOSO
Município

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

PÓVOA
DE LANHOSO
Município

Balanço em 31 de dezembro de 2022

Município da Póvoa de Lanhoso

Valores em euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	2;5	66 682 023.94	67 590 279.68
Propriedades de investimento	8	387 103.91	0.00
Ativos intangíveis	2;3	259 797.54	227 088.86
Ativos biológicos			
Investimentos financeiros	18	1 141 252.25	1 175 044.28
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas / sócios / associados			
Diferimentos	23	2 506.95	0.00
Outros ativos financeiros	18	8.36	8.36
Ativos por impostos diferidos			
		68 472 692.95	**68 992 421.18**
Ativo corrente			
Inventários	10	190 023.72	197 401.45
Ativos biológicos			
Devedores por tranferências e subsídios	18	574 710.33	428 414.34
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	9;18	461 663.13	312 052.19
Estado e Outros Entes Público:	18	48 382.20	211 369.54
Acionistas / sócios / associados			
Outras contas a receber	18	3 310 808.37	3 094 532.09
Diferimentos	23	135 263.09	135 828.93
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1;18	3 460 732.86	2 367 598.23
		8 181 583.70	**6 747 196.77**
Total do ativo		**76 654 276.65**	**75 739 617.95**
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património / Capital	23	41 119 878.22	41 119 878.22
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas	23	1 594 185.94	1 594 185.94
Resultados transitados	23	6 368 311.49	7 526 737.74
Ajustamentos em ativos financeiros		277 366.78	313 424.06
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido	23	17 237 163.78	16 319 671.25
Resultado líquido do período	23	-636 504.30	-1 190 179.36
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do património líquido		**65 960 401.91**	**65 683 717.85**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	101 878.09	101 878.09
Financiamentos obtidos	6;18;7	5 397 422.67	5 830 310.28
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos	23	80 016.88	107 031.48
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	18	990 224.52	1 035 282.33
		6 569 542.16	**7 074 502.18**
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos	18	25 945.10	53 202.10
Fornecedores	18	28 697.98	41 579.99
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	0.00	0.00
Estado e outros entes públicos	18	124 086.78	0.00
Acionistas / sócios / associados			
Financiamentos obtidos	6;18;7	850 813.21	765 336.76
Fornecedores de investimentos	18	96 676.17	10 058.59
Outras contas a pagar	18	1 500 855.78	1 116 322.31
Diferimentos	23	1 497 257.56	994 898.17
Passsivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		4 124 332.58	**2 981 397.92**
Total do passivo		**10 693 874.74**	**10 055 900.10**
Total do Património Líquido e Passivo		**76 654 276.65**	**75 739 617.95**

ÓRGÃO EXECUTIVO
de 24 de abril de

ÓRGÃO DELIBERATIVO
de 28 de abril de 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demostração de resultados por natureza

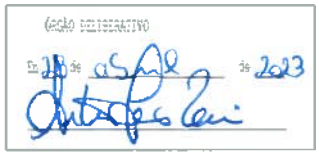
PÓVOA
DE LANHOSO
Município

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2022

Município da Póvoa de Lanhoso

Valores em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	14	5 043 317.64	4 504 405.55
Vendas	13	1 011 558.84	996 978.86
Prestação de serviços e concessões	4;6;13	2 077 436.14	1 482 440.34
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	10 614 778.13	8 573 615.63
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendiment conjuntos	18	2 265.25	181 774.48
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade	5	261 071.87	253 307.67
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10	-880 537.23	-957 838.12
Fornecimentos e serviços externos	6;23	-5 657 405.88	-4 768 685.92
Gasto com pessoal	19	-7 019 170.31	-5 622 251.00
Transferências e subsídios concedidos	23	-2 730 598.92	-2 503 301.56
Prestações sociais	23	-506 286.61	-531 197.66
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	9;14	211 098.28	-121 920.53
Provisões (aumentos/reduções)	14;15		23 955.52
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos	13;14	1 977 087.03	1 989 927.01
Outros gastos	23	-413 822.34	-56 967.27
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		**3 990 793.89**	**3 444 243.00**
Gastos / Reversões de depreciação e amortização	3;5	-4 568 870.06	-4 590 580.27
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		**-578 076.17**	**-1 146 337.27**
Juros e rendimentos similares obtidos	23	2 181.27	2 152.50
Juros e gastos similares suportados	7;13	-60 609.40	-45 994.59
Resultados antes de impostos		**-636 504.30**	**-1 190 179.36**
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		**-636 504.30**	**-1 190 179.36**



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração das alterações ao património

PÓVOA DE LANHOSO
Município

Demonstração das Alterações no Património Líquido em 31 de dezembro de 2022

Município da Póvoa de Lanhoso

Valores em euros

Descrição		Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
			Capital / Património Subscrito	Outros instrumentos do Património Líquido	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no Património Líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)		41 119 878.22	0.00	1 594 185.94	0.00	0.00	7 526 737.74	313 424.06	0.00	16 319 671.25	-1 190 179.36	65 683 717.85	0.00	65 683 717.85
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização e respetivas variações															
Transferências e subsídios de capital											1 701 778.84		1 701 778.84		1 701 778.84
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido								-1 190 179.36	-36 057.28		-784 286.31	1 190 179.36	-820 343.59		-820 343.59
Correções de erros materias								31 753.11					31 753.11		31 753.11
	(2)		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-1 158 426.25	-36 057.28	0.00	917 492.53	1 190 179.36	913 188.36	0.00	913 188.36
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)											-636 504.30	-636 504.30		-636 504.30
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-1 158 426.25	-36 057.28	0.00	917 492.53	553 675.06	276 684.06	0.00	276 684.06
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Subscrições de capital / património															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
	(5)		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6) = (1) + (2) + (3) + (5)		41 119 878.22	0.00	1 594 185.94	0.00	0.00	6 368 311.49	277 366.78	0.00	17 237 163.78	-636 504.30	65 960 401.91	0.00	65 960 401.91

ÓRGÃO EXECUTIVO
Em 24 de abril de 2023

ÓRGÃO DELIBERATIVO
Em 28 de abril de 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração de fluxos de caixa

PÓVOA DE LANHOSO
Município

Demostração dos fluxos de caixa no período findo em 31 de dezembro de 2022

Município da Póvoa de Lanhoso

Valores em euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		2 983 658.34	2 284 836.97
Recebimentos de contribuintes		4 341 383.53	4 049 643.66
Recebimentros de transferências e subsídios correntes		10 405 852.39	8 615 816.75
Recebimentos de utentes		686 114.96	513 178.88
Pagamentos a fornecedores		-6 343 398.72	-5 543 048.30
Pagamentos ao pessoal		-6 662 386.99	-5 563 752.43
Pagamentos de tranferências e subsídios		-4 275 178.15	-4 578 875.01
Pagamentos de prestações sociais		-393 911.23	-416 804.83
Caixa gerada pelas operações		**742 134.13**	**-639 004.31**
Outros recebimentos / pagamentos		76 580.94	266 401.11
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		**818 715.07**	**-372 603.20**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 012 222.90	-3 162 427.87
Ativos intangíveis		-152 262.89	-20 513.43
Investimentos financeiros		0.00	0.00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		3 960.79	63 600.00
Propriedades de investimento		625 830.73	734 512.54
Transferências de capital		2 193 090.58	1 876 446.27
Juros e rendimentos similares		14 073.37	2 152.50
Dividendos		0.00	160 000.00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		**672 469.68**	**-346 229.99**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		374 594.75	1 639 315.19
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-722 005.91	-719 195.52
Juros e gastos similares		-50 638.96	-44 886.31
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		**-398 050.12**	**875 233.36**
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		**1 093 134.63**	**156 400.17**
Efeito das diferênças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 367 598.23	2 211 198.06
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 460 732.86	2 367 598.23
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		**2 367 598.23**	**2 211 198.06**
-Equivalentes a caixa no início do período		2 367 598.23	2 211 198.06
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo de gerência anterior		**2 367 598.23**	**2 211 198.06**
De execução orçamental		1 329 684.81	1 565 469.45
De operações de tesouraria		1 037 913.42	645 728.61
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**3 460 732.86**	**2 367 598.23**
- Equivalentes a caixa no fim do período		3 460 732.86	2 367 598.23
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		**3 460 732.86**	**2 367 598.23**
De execução orçamental		**2 468 335.50**	**1 329 684.81**
De execução de tesouraria		**992 397.36**	**1 037 913.42**

ÓRGÃO EXECUTIVO
24 de abril de 2023

ÓRGÃO DELIBERATIVO
28 de abril de 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Anexos às Demonstrações Financeiras

PÓVOA DE LANHOSO
Município

PÓVOA DE LANHOSO Município

Índice

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico 6

1.1. – Caracterização da entidade 6

1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras 9

Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos 9

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros 10

2. Bases de preparação e Políticas Contabilísticas 10

2.1 Bases de preparação 15

2.2 – Políticas contabilísticas 16

2.2.1 – Ativos Fixos Tangíveis 16

2.2.2 – Ativos Intangíveis 19

2.2.3 – Locações 22

2.2.4 – Acordos de Concessão de Serviços 23

2.2.5 – Investimentos Financeiros 25

2.2.6 – Custos com Empréstimos Obtidos 27

2.2.7 – Imparidade de ativos 28

2.2.8 – Inventários 29

2.2.9 – Instrumentos Financeiros 31

2.2.10 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes 35

2.2.11 – Acontecimentos após a data do balanço 36

2.2.12 - Rendimento de transações com contraprestação 37

2.2.13 – Rendimento de transações sem contraprestação 38

2.2.14 – Benefícios dos Empregados 40

2.3 - Outras políticas contabilísticas relevantes 41

2.4 – Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras 42

2.5 – Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte) 43

2.6 – Aplicação inicial de uma NCP com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou com efeitos em períodos futuros 43

2.7 – Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).....43
Nota 3 – Ativos Intangíveis.....45
Quadro 3.1 – Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas.....45
Quadro 3.2 - Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período.....46
Quadro 3.2.A - Ativos intangíveis – Adições.....46
Nota 4 – Acordos de concessão de serviços.....47
Nota 5 – Ativos fixos tangíveis.....50
Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.....51
Quadro 5.2 - Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período.....55
Quadro 5.2A - Ativos fixos tangíveis – adições.....56
Quadro 5.2B - Ativos fixos tangíveis – Diminuições.....57
Nota 6 – Locações.....58
Quadro 6.2 - Locações Operacionais – Locatário.....58
Quadro 6.3 - Locações Operacionais – Locador.....59
Nota 7 – Custo dos empréstimos obtidos.....60
Quadro 7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários.....60
Quadro 7.2 - Empréstimos bancários por tipologia de passivo.....61
Nota 8 – Propriedades de investimento.....62
Quadro 8.2 - Propriedades de Investimento - modelo do custo.....62
Nota 9 – Imparidades de Ativos.....63
Quadro 9 - Imparidade de ativos geradores de caixa.....63
Nota 10 – Inventários.....64
Quadro 10.1 - Inventários.....64
Quadro 10.2 - Inventários: Movimentos do período.....64
Nota 11 – Agricultura.....65
Nota 12 – Contratos de construção.....65
Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação.....65
Quadro 13.1 - Rendimentos com contraprestação.....65
Quadro 14 - Rendimentos sem contraprestação.....66
Quadro 15.1 – Provisões.....68
Quadro 15.2 - Passivos Contingentes.....68
Quadro 18.1 - Ativos financeiros.....71

Quadro 18.2 - Passivos financeiros 72
Quadro 18.4 - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos 73
Quadro 18.7 - Estado e outros entes públicos 75
Quadro 18.8 - Outras contas a receber 75
Quadro 18.9 - Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis 76
Quadro 18.10 - Fornecedores 76
Quadro 18.11 – Outras contas a pagar 76
Quadro 18.12 - Instrumentos de capital próprio 77
Quadro 19 – Gastos com o pessoal 78
Quadro 20.1 - Divulgações de partes relacionadas - Listagem de entidades controladas 79
Quadro 20.2 - Transações entre partes relacionadas 79
Quadro 22.1 - Interesses em outras entidades - Interesses em entidades controladas não consolidada 80
Quadro 22.2 - Interesses em outras entidades 80
Nota 23 – Outras divulgações 81
23.1 Inventário de investimentos 81
23.2 Diferimentos 81
Quadro 23.2 – Diferimentos 81
23.3 Património Líquido 81
Quadro 23.3 – Património líquido 82
23.4 Fornecimentos e serviços externos 82
Quadro 23.4 – Fornecimentos e serviços externos (FSE) 82
23.5 Transferências e subsídios concedidos e prestações sociais 82
Quadro 23.5 – Transferências e subsídios concedidos e prestações sociais 83
23.6 Outros gastos 83
Quadro 23.6 – Outros gastos 83
23.7 Juros e gastos similares suportados 83
Quadro 23.7 – Juros e rendimentos similares obtidos 84
23.8 Outras informações 84
23.9 Contabilidade de gestão 84
23.10 Saldos e transações com partes relacionadas 85
23.11 Garantias 85

PÓVOA DE LANHOSO
Município

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No cumprimento dos preceitos legais, apresenta-se o anexo às demonstrações financeiras de 2022.

O facto de não se encontrar estabelecido um período de transição para a implementação do SNC-AP mas sim um pressuposto de que ajustamentos de transição devem ocorrer no primeiro ano de adoção do Sistema de normalização contabilística, ou seja, o ano 2020.

Não obstante, a International Public Sector Accounting Standard (IPSAS) 33 – First Time Adoption of Accrual Basis, prevê que, em certas circunstâncias de complexidade, o processo de transição poderá ter uma duração de até três anos, para matérias mais complexas, sem que as mesmas comportem qualquer incumprimento face ao previsto no normativo, por se encontrarem devidamente justificadas face a tal complexidade e à impossibilidade de implementação efetiva no período que inicia a 1 de janeiro de 2020, data da adoção pela primeira vez do SNC-AP.

O Município da Póvoa de Lanhoso aplicou a prorrogativa do período mais alargado de transição para as seguintes situações:

- Aplicação das alterações de reconhecimento e de mensuração dos ativos fixos tangíveis de concessão, tal como referido no ponto seguinte;
- Aplicação da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente, no que respeita ao contrato de concessão celebrado entre o Município da Póvoa de Lanhoso e a EDP Distribuição, S.A., por manifesta falta de informação acerca do valor dos ativos e dos passivos a reconhecer e que dependem de informação do próprio concessionário;
- Aplicação da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, não obstante ter-se procedido no presente ano à implementação integral do modelo de contabilidade de gestão, em conjunto com os sistemas de informação, não foi possível em tempo oportuno tratar e proporcionar a informação requerida, designadamente para apresentação no Relatório de Gestão; e
- Aplicação da NCP 25 – Relato por Segmentos, pelo facto de ainda não se encontrar adequadamente implementado o sistema de informação que proporcione informação fiável relativamente aos segmentos, situação que resulta igualmente do processo de implementação da Contabilidade de Gestão e cujas limitações já foram anteriormente apresentadas.

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. – Caracterização da entidade

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1. IDENTIFICAÇÃO
Designação: Município da Póvoa de Lanhoso
NIPC: 506632920
Natureza: Autarquia Local
Endereço postal: Av. da República, 4830-513 Póvoa de Lanhoso
Telefone 253639700 **Fax** 253639709
Endereço de correio eletrónico: presidente@mun-planhoso.pt - geral@mun-planhoso.pt
Sitio na internet: www.povoadelanhoso.pt
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização? **Sim** **Não** X
Organograma em anexo

2. LEGISLAÇÃO
Regime Financeiro: Lei 73/2013 de 3 de setembro
Regime Jurídico: Lei 75/2013 de 12 de setembro

3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE	Sim	Não
Serviços Municipalizados		X
(Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)	Influência dominante	
Entidades Intermunicipais		
Comunidade Intermunicipal do Ave		X
Empresas Locais		
EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave, EM	X	
Braval - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos		X

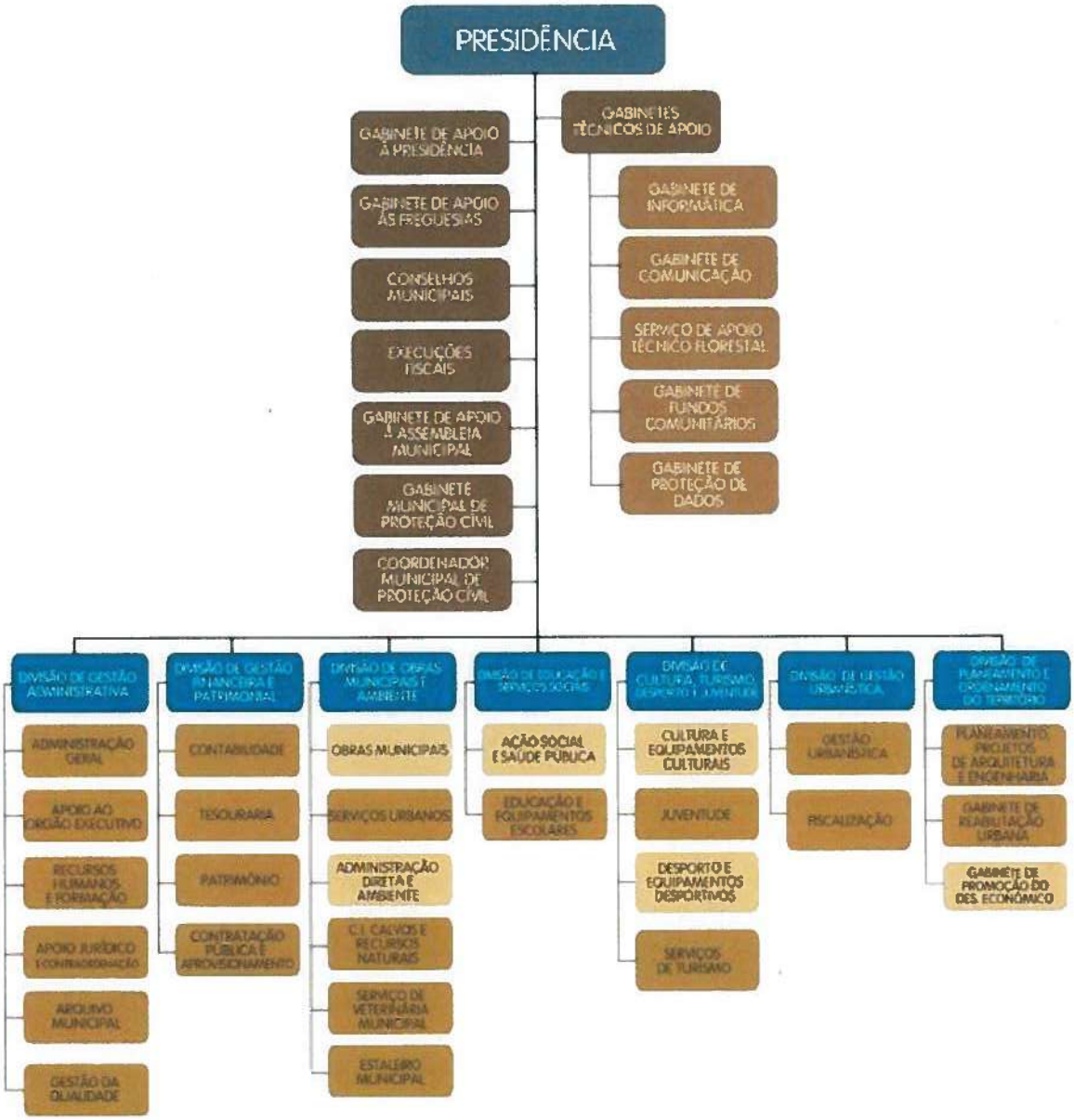
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES
O Município da Póvoa de Lanhoso, planeia, organiza e executa políticas municipais, designadamente nas áreas de equipamento rural e urbano; energia; transportes e comunicações; educação; património, cultura e ciência; tempos livres e desporto; saúde; ação social; habitação; proteção civil; ambiente, salubridade e saneamento básico; defesa do consumidor; promoção do desenvolvimento; ordenamento do território e urbanismo; polícia municipal; e cooperação externa.

5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO
5.1.1 Identificação dos membros do órgão executivo
Frederico de Oliveira Castro
Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira
Paulo Jorge Coimbra do Gago
Alberto Ricardo Teixeira Alves
Olga de Jesus de Oliveira Fernandes Duque
Alexandre Manuel Coimbra Peixoto
André Miguel Lopes Rodrigues (substituído a 29/11/2022 por Maria Alice Rodrigues de Sousa)
5.2 NÚMERO DE VEREADORES [1]
Em regime de permanência 3
A meio tempo 0
Restantes vereadores 3
5.3 NÚMERO DE ELEITORES
Até 10.000 .....
Mais de 10.000 e menos de 40.000 X
Igual ou superior a 40.000 .....

6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA
Referêncial Contabilistico: As demonstrações financeiras foram preparadas, com base nos registos contabilisticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilistica para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município.
Sistema Informático: Aplicação SNC da MEDIDATA

7. OUTRA INFORMAÇÃO		
7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)		
Entidade fiscalizadora: Autoridade tributária e Aduaneira		
Data da ação: 24/02/2022		
Período abrangido: Ano 2021		
Identificação da ação: IVA		
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	**Data de Aprovação**	
	Órgão Executivo	**Órgão Deliberativo**
Norma de Controlo Interno	26-02-2009	
Regulamentos (todos publicados no sitio do Município da internet)		
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	24-05-2022	
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão	24-05-2022	
7.2 INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	**Data de Aprovação**	
	Órgão Executivo	**Órgão Deliberativo**
Revisão Orçamental	15-02-2022	28-02-2022
Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALEI)		
7.4 INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS		
Identificação das entidades que compõem o Grupo Público		
EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M.		
7.5 DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	**Sim**	**Não**
(Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)		
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	X	
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais		X
7.6 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	**Sim**	**Não**
(Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)		
- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	X	
- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais		X
7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL	**Sim**	**Não**
Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de decomentação comprovativa [2]		X
- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro	338	
7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	**Início do exercício**	**Fim do exercício**
	3 dias	4 dias
7.9 CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS	**Sim**	**Não**
	X	
- Concessionário: EDP		
- Objeto da concessão: Concessão de Distribuição de Energia Eletrica de Baixa Tensão no Municipio da Póvoa de Lanhoso		
- Data de celebração do contrato: 2001		
- Período da concessão: 20 anos		
- Natureza da concessão: Por imposição legal, Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de setembro, na sua redação atual		
7.10 MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES	**Sim**	**Não**
		X

ORGANIGRAMA
MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO



1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Não existiram, no período, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis com o período anterior, atendendo a que o relato financeiro do período de 2022 foi elaborado em conformidade com o normativo contabilístico SNC-AP.

O Município não tem Serviços Municipalizados.

Apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2022		2021	
Caixa		1.352,89		1.250,00
Depósitos à ordem		2.469.155,45		1.331.065,90
Depósitos bancários à ordem	2.469.155,45		1.331.065,90	
Outros depósitos				
Depósitos a prazo				
Depósitos consignados				
Depósitos de garantias e cauções		990.224,52		1.035.282,33
Total		3.460.732,86		2.367.598,23

Todos os valores em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

2. Bases de preparação e Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) com as seguintes exceções por ainda se encontrarem em curso a sua implementação:

- Aplicação das alterações de reconhecimento e de mensuração dos ativos fixos tangíveis de concessão, tal como referido no ponto seguinte;
- Aplicação da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente, no que respeita ao contrato de concessão celebrado entre o Município da Póvoa de Lanhoso e a EDP Distribuição, S.A., por manifesta falta de informação acerca do valor dos ativos e dos passivos a reconhecer e que dependem de informação do próprio concessionário;
- Aplicação da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, não obstante ter-se procedido no presente ano à implementação integral do modelo de contabilidade de gestão, em conjunto com os sistemas de informação, não foi possível em tempo oportuno tratar e proporcionar a informação requerida, designadamente para apresentação no Relatório de Gestão; e
- Aplicação da NCP 25 – Relato por Segmentos, pelo facto de ainda não se encontrar adequadamente implementado o sistema de informação que proporcione informação fiável relativamente aos segmentos, situação que resulta igualmente do processo de implementação da Contabilidade de Gestão e cujas limitações já foram anteriormente apresentadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas seguintes caraterísticas qualitativas, postuladas no ponto 5 – "Outras fontes de informação" da Estrutura Conceptual presente no Anexo I do DL 192/2015, de 11 de setembro:

Relevância

A informação financeira e não financeira apresentada pelo Município da Póvoa de Lanhoso é relevante pois é capaz de oferecer valor confirmativo, preditivo ou ambos.

Pode-se considerar que a informação tem valor confirmativo se confirmar ou alterar expetativas correntes ou passadas. Desta forma, a informação é relevante para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões se confirmar expetativas acerca do grau de cumprimento pelos dirigentes das suas responsabilidades pelo uso eficiente e eficaz dos seus recursos, pelos objetivos da prestação do serviço e pelos requisitos orçamentais e legais aplicáveis (entre outros).

O valor preditivo da informação é necessário para ajudar a construir expetativas sobre os acontecimentos económicos futuros. Consequentemente, o relato financeiro pode apresentar informação sobre os objetivos, atividades e custos futuros, bem como as quantias e fontes de recursos que se prevê alocar a atividades futuras.

Assim, as funções confirmativas e preditivas da informação estão interrelacionadas, pois a informação acerca do nível e estrutura corrente dos recursos e da sua utilização, ajuda os utilizadores das demonstrações financeiras a confirmar o desfecho das estratégias dos dirigentes quanto ao uso dos recursos durante o período e a prever a capacidade da entidade pública para responder às alterações de circunstâncias e antecipar as necessidades futuras das atividades desenvolvidas. De igual forma, a mesma informação ajuda a confirmar ou corrigir expetativas ou revisões passadas dos utilizadores das demonstrações financeiras sobre a capacidade da entidade pública para responder a tais alterações de circunstâncias.

Fiabilidade

A informação apresentada nas demonstrações financeiras representa os fenómenos económicos de uma forma completa, neutra e isenta de erros materiais. Caraterísticas necessárias para que a informação divulgada pelo Município da Póvoa de Lanhoso seja útil, uma vez que que se pretende uma representação fiel dos fenómenos económicos e outros que se pretende representar.

De referir que para a informação representar com fiabilidade os fenómenos económicos, esta descreve a substância da transação, acontecimento, atividade ou circunstância subjacente, a qual pode não coincidir necessariamente com a sua forma legal, de acordo

com o princípio da substância sobre a forma.

Considera-se que a descrição dos fenómenos é completa se não existirem omissões de informação que representem fenómenos económicos relevantes, os quais distorcem a informação das demonstrações financeiras e a utilidade das mesmas para os seus utilizadores. Por exemplo, uma descrição completa do ativo fixo tangível incluirá uma representação numérica da quantia agregada desse ativo em conjunto com outra informação quantitativa, descritiva e explicativa necessária para representar fielmente essa classe de ativos. Nalguns casos, a fiabilidade pode incluir a divulgação de informação sobre as principais categorias de ativos fixos tangíveis, os fatores que influenciaram a sua utilização no passado ou possam influenciar no futuro, e a base e o processo de determinar a quantia representada. De forma semelhante, a informação financeira e não financeira prospetiva e a informação sobre o alcance dos objetivos do serviço e seus resultados devem ser apresentadas com os pressupostos principais que lhes serviram de base e quaisquer explicações necessárias para assegurar que a descrição é completa e útil.

Para que o relato financeiro seja neutro é necessário assegurar a ausência de influências, logo a seleção e apresentação da informação financeira e não financeira não é feita com a intenção de atingir um resultado específico, com o objetivo de influenciar os utilizadores das demonstrações financeiras para um determinado julgamento ou comportamento. Desta forma, importa referir que alguns acontecimentos económicos presentes na informação financeira ocorrem sob condições de incerteza, o que leva à realização de estimativas baseadas em dados que refletem a melhor informação disponível, tendo sempre em consideração o princípio da prudência.

Por fim, para que a informação financeira esteja isenta de erros materiais não deverão existir erros ou omissões que, individualmente ou agregadamente, sejam materiais e consequentemente possam influenciar a descrição dos fenómenos reconhecidos nas demonstrações. Assim, se nalguns casos é possível determinar com exatidão a informação relatada, noutros será necessária a realização de estimativas, as quais deverão estar claramente descritas e explicadas, incluindo as limitações do processo de estimação, o qual deverá estar isento de erros.

Compreensibilidade

A compreensibilidade consiste na qualidade da informação que é apresentada aos

utilizadores e permite que os mesmos compreendam o significado das demonstrações financeiras. Assim, as explicações acerca da informação financeira e não financeira e os comentários sobre o serviço efetuado durante o período de relato, bem como as expetativas sobre os períodos futuros, são escritos numa linguagem corrente e apresentados de uma forma clara, para que seja prontamente percetível pelos utilizadores. Por forma a uma compreensão unanime das demonstrações financeiras, estas são apresentadas de forma clara e concisa, atendendo a que todos os stakeholders devem ter um mínimo de conhecimento das atividades desenvolvidas pelo Município.

Todos os acontecimentos económicos são incluídos nas demonstrações financeiras, sendo que para os acontecimentos mais complexos e difíceis de representar e compreender para alguns utilizadores, são introduzidas explicações para facilitar a compreensibilidade dos mesmos.

Oportunidade

A informação apresentada nas demonstrações tem por objetivo poder influenciar a tomada de decisões pelos órgãos de gestão da universidade, pelo que a sua tempestividade é crucial.

De referir que parte informação pode continuar a ser útil muito depois do período de relato, inclusive para efeitos de tomada de decisões, uma vez que os utilizadores das demonstrações financeiras podem precisar de avaliar tendências do desempenho financeiro e das atividades desenvolvidas pelo Município e o seu cumprimento dos orçamentos durante um conjunto de períodos.

Comparabilidade

A qualidade da informação apresentada permite que os utilizadores das demonstrações financeiras possam comparar a evolução ao longo dos anos do Município, assim como compará-la com outras entidades congéneres.

De referir que comparabilidade difere da:

- Consistência, pois esta refere-se ao uso das mesmas políticas, princípios contabilísticos e bases de preparação quer de período para período dentro da mesma entidade pública, quer no mesmo período entre diversas entidades públicas. A comparabilidade é uma meta e a consistência ajuda a atingir essa meta.

- Uniformidade, pois esta diz que só se deve agregar o que é igual, logo o que é diferente não deve ser agregado com o objetivo que pareça igual. Consequentemente, a comparabilidade da informação no relato financeiro não é melhorada fazendo com que coisas diferentes pareçam iguais ou com que coisas iguais pareçam diferentes.

A informação acerca da posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa de uma entidade pública, bem como do cumprimento dos orçamentos aprovados e das leis e regulamentos sobre a obtenção e utilização dos recursos e das atividades prosseguidas, é necessária para a tomada de decisões. A utilidade dessa informação é melhorada se for comparada com:

a) Informação financeira e não financeira prospetiva previamente apresentada para esse período ou data de relato.
b) Informação similar sobre a mesma entidade pública para outro período ou data de relato.
c) Informação similar sobre o mesmo período ou data de relato, para outras entidades públicas.

Verificabilidade

A informação produzida por estas demonstrações financeiras tem por base informação de qualidade que assegura aos seus utilizadores que a informação incluída no relato financeiro representa os fenómenos económicos e outros acontecimentos relevantes na entidade.

Esta característica implica que observadores independentes e conhecedores podem chegar a um consenso, embora nem sempre estejam de acordo, que:

a) A informação representa os fenómenos económicos e outros que pretende representar sem erros materiais ou influências; ou
b) Foi aplicado um método de reconhecimento, mensuração ou apresentação sem erros materiais ou influências.

A verificação pode ser direta ou indireta. Pela verificação direta, uma quantia ou outra representação é verificável por si mesma, por exemplo, fazendo uma contagem de caixa, observando os títulos cotados e as suas cotações, ou confirmando que os fatores identificados como influenciadores do desempenho de um serviço passado estavam

presentes e operaram com o efeito identificado. Pela verificação indireta, uma quantia ou outra representação é verificável analisando os dados de base e recalculando os resultados usando a mesma metodologia. Um exemplo é a verificação da quantia escriturada de inventários analisando os dados de base (quantidades e preços) e recalculando a existência final usando o mesmo pressuposto do fluxo do custo (custo médio ponderado ou outro).
De referir que a qualidade da verificabilidade não absoluta, logo quanto mais verificável for a informação mais fiável será a mesma.
Por fim, o relato financeiro de uma entidade pública pode incluir informação financeira e não financeira, como explicações acerca de:

a) Influências significativas no seu desempenho durante o período.
b) Resultados ou efeitos futuros esperados dos programas de serviços realizados no período.
c) Informação financeira e não financeira prospetiva.

Estas caraterísticas são atributos indispensáveis para que a informação seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras e para que se atinja os objetivos do relato financeiro.

2.1 Bases de preparação

De acordo com o que se encontra previsto no SNC-AP, as demonstrações financeiras são preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, de acordo com a estrutura concetual publicada no Anexo I ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com as normas de contabilidade pública publicadas no Anexo II deste mesmo diploma. A base do acréscimo significa uma base de contabilidade pela qual as transações e outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando é recebido ou pago dinheiro ou seu equivalente. Por conseguinte, as transações e outros acontecimentos são escriturados na contabilidade e reconhecidos nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.
As demonstrações financeiras são igualmente preparadas no princípio da continuidade das operações. Este princípio subjacente à preparação das demonstrações financeiras é complementado com a sustentabilidade a longo-prazo, como elemento relevante na avaliação do desempenho do Município da Póvoa de Lanhoso.

Os fenómenos económicos e outros apresentados nas demonstrações financeiras ocorrem geralmente sob condições de incerteza. A informação apresentada nas demonstrações financeiras inclui assim estimativas que incorporam julgamentos. Estas estimativas baseiam-se em dados apropriados que refletem a melhor informação disponível pelos órgãos próprios, usando a máxima cautela, assegurando-se desta forma a fiabilidade da informação produzida e relatada. Quando necessário, procede-se à divulgação do grau de incerteza da informação financeira e não financeira, por forma a garantir o relato com fiabilidade dos acontecimentos económicos subjacentes.

2.2 – Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas são princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas adotadas pelo Município da Póvoa de Lanhoso na preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Estas políticas são adotadas, tendo em consideração a avaliação do estado atual dos ativos e passivos, e dos benefícios futuros esperados e das obrigações associadas a esses ativos e passivos. Está, portanto, subjacente à aplicação das políticas contabilísticas, um julgamento profissional posicionado no tempo, aquando das transações e outros acontecimentos objeto de reconhecimento e mensuração, que tem em consideração os constrangimentos na informação incluída no relato financeiro, tais como a materialidade, a análise custo-benefício e o equilíbrio das características qualitativas, julgamento este que toma por referência o objetivo do relato, em proporcionar informação sobre o Município da Póvoa de Lanhoso que seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras de finalidade geral para efeitos da responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.
O Município da Póvoa de Lanhoso, a partir de 1 de janeiro de 2020, ao aplicar pela primeira vez o SNC-AP, passou a adotar as seguintes políticas contabilísticas, por área das demonstrações financeiras:

2.2.1 – Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são bens com substância física que i) são detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguer a terceiros, ou para fins

administrativos, e ii) se espera que sejam usados durante mais de um período de relato. Estão aqui incluídos os bens de domínio público e os bens de domínio privado do Município da Póvoa de Lanhoso. Incluem-se igualmente os edifícios utilizados para o fornecimento de serviço público, enquadrado nas competências municipais, como é o caso dos edifícios utilizados para habitação social, cujo objetivo está intimamente relacionado com a prestação de um serviço social e não com a obtenção de rendas ou com a valorização de capital.

Reconhecimento

O reconhecimento dos ativos fixos tangíveis no balanço é efetuado:

i) quando for provável que fluirão para o Município da Póvoa de Lanhoso benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem, e
ii) o custo ou o justo valor do bem possa ser mensurado com fiabilidade.

Os bens que se destinam a permanecer ao serviço do Município por períodos superiores a um ano, não destinados a venda, quando têm valores individuais de aquisição inferiores a 100 euros, são registados diretamente em gastos do período sob a forma de fornecimentos e serviços externos. Esta política, vai ao encontro do que se encontra previsto na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho e atende ao resultado da avaliação do binómio custo-benefício que se encontra previsto na estrutura concetual do SNC-AP.

Mensuração inicial

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis é feita ao custo, a menos que o ativo seja adquirido através de uma transação sem contraprestação. Neste caso, a mensuração é efetuada pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT), no caso dos imóveis, e para os restantes ativos, pelo custo do valor recebido, ou na falta deste, pelo valor de mercado.

O custo do ativo fixo tangível inclui o preço de compra, os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar da maneira pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento do bem e da restauração do local em que está localizado. Inclui ainda os custos com empréstimos obtidos (juros), que se qualifiquem para capitalização, i.e. juros que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que necessita de um período substancial de tempo para ficar disponível para o uso pretendido.

O custo corresponde ao preço a dinheiro ou, para bens adquiridos através de transações sem contraprestação, o seu justo valor à data do reconhecimento.
Nos casos em que o pagamento é diferido para além das condições normais de crédito, a diferença entre o equivalente ao preço a dinheiro e o pagamento total é reconhecida como juro.
No caso de ativos fixos tangíveis adquiridos por troca de um ativo ou ativos não monetários, ou de uma combinação de ativos monetários com ativos não monetários, o custo corresponde ao justo valor, a não ser que a transação com contraprestação não tenha substância comercial ou o justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade. Nestes casos, o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido.

Mensuração subsequente

Na mensuração subsequente ao momento do reconhecimento inicial, os ativos fixos são mensurados pelo custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. Caso o ativo fixo seja constituído por diferentes componentes com vidas úteis diferenciadas, tais componentes são tratadas e depreciadas separadamente. Os terrenos e edifícios são ativos separáveis e são contabilizados separadamente, mesmo quando adquiridos conjuntamente. Os terrenos têm vida útil ilimitada, razão pela qual não são depreciáveis, a menos que se trate de terrenos associados a fins especiais, com vida útil definida. A depreciação dos ativos fixos é imputada numa base sistemática ao longo da sua vida útil e começa quando o ativo fica disponível para uso.
O método de depreciação é o reflete o padrão pela qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos pelo Município. O método utilizado para as depreciações é o método da linha reta e a vida útil considerada para a generalidade dos ativos corresponde àquela que se encontra prevista no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento (CC2). Quando por alguma razão contratual a vida útil do ativo é inferior à prevista no CC2, esta vida útil é ajustada em conformidade. Esta situação aplica-se por exemplo a ativos que sejam edifícios construídos para habitação social, com contratos resolúveis, de acordo com os quais, no final do contrato e cumpridos determinados pressupostos, os inquilinos têm direito à propriedade do bem, sem

quaisquer custos para estes. Nos casos em que o julgamento do período de potencial de serviço de um Ativo Fixo Tangível é materialmente diferente daquele que resulta da aplicação das vidas úteis do CC2, o Município considera o período de potencial de serviço, em conformidade com a evidência histórica.

Os períodos de vida útil considerados encontram-se dentro dos seguintes intervalos (valores em anos):

	Vida útil
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 100 anos
Infraestruturas	Entre 10 e 20 anos
Património histórico, artístico e cultural	Sem vida definida
Equipamento básico	Entre 4 e 10 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 20 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 e 8 anos
Equipamento biológico	Entre 4 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2 e 8 anos

Desreconhecimento

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis é efetuado no momento da alienação, incluindo quando se trate de uma alienação através de uma transação sem contraprestação, ou quando não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do seu uso ou alienação.

2.2.2 – Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são ativos não monetários, identificáveis e sem substância física. O Ativo é identificável se i) for separável, isto é, capaz ou destacado do Município e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, quer individualmente que juntamente com um contrato, um ativo ou passivo identificável associados, independentemente do Município pretender fazê-lo ou não, ou ii) decorrer de acordos vinculativos, independentemente desses direitos serem transferíveis ou separáveis do Município ou de outros direitos ou obrigações.

Reconhecimento

O reconhecimento é efetuado quando o Município é capaz de demonstrar que:

i) é provável que fluirão para o Município os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperados atribuíveis ao ativo, e que

ii) o custo ou o justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, por norma, não são reconhecidos por não satisfazerem os critérios de reconhecimento. Exceção para ativos decorrentes de processos e fases de desenvolvimento, cujo reconhecimento depende cumulativamente do cumprimento das seguintes condições:

i) a existência de viabilidade técnica de concluir o ativo intangível para estar disponível para uso ou venda,

ii) a intenção, por parte do Município, em concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo,

iii) a existência de capacidade, por parte do Município, em usar ou vender o ativo intangível,

iv) a capacidade de o Município demonstrar a forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros ou potencial de serviço,

v) a capacidade de o Município demonstrar que existe a disponibilidade de consignar os adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento, e para usar ou vender o ativo intangível, e

vi) o Município tem a capacidade de mensurar com fiabilidade os dispêndios atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento.

Mensuração inicial

O dispêndio de um item intangível é reconhecido como um gasto na demonstração de resultados, a menos que faça parte do custo de um ativo intangível que satisfaça os critérios de reconhecimento.

O custo do ativo intangível corresponde ao seu preço de compra, incluindo direitos de importação e impostos não dedutíveis ou reembolsáveis sobre a compra, após dedução de descontos comerciais e abatimentos, adicionado por qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para o uso pretendido. Os custos dos ativos desenvolvidos internamente, correspondem à soma dos dispêndios suportados a partir da data em que o

ativo satisfaz todas as condições de reconhecimento mencionadas anteriormente. Todos os dispêndios que tenham sido anteriormente reconhecidos como gastos, não podem fazer parte do custo do ativo intangível. Inclui ainda os custos com empréstimos obtidos (juros), que se qualifiquem para capitalização, i.e. juros que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que necessita de um período substancial de tempo para ficar disponível para o uso pretendido ou para venda.

No caso de ativos intangíveis adquiridos por troca de um ativo ou ativos não monetários, ou de uma combinação de ativos monetários com ativos não monetários, o custo corresponde ao justo valor, a não ser que a transação com contraprestação não tenha substância comercial ou o justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade. Nestes casos, o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido.

No caso de aquisições relacionadas com transações sem contraprestação, o custo do ativo intangível corresponde ao justo valor à data da aquisição. Nos casos em que o pagamento é diferido para além das condições normais de crédito, a diferença entre o equivalente ao preço a dinheiro e o pagamento total é reconhecida como juro.

Mensuração subsequente

Após o momento do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são reconhecidos pelo seu custo deduzido de amortizações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas. A vida útil dos ativos é considerada de acordo com o que se encontra previsto no CC2. No caso da existência de acordos vinculativos, incluindo direitos contratuais ou outros direitos legais, a vida útil não excede o período desses acordos. O método de amortização reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pelo Município, correspondendo este método, na sua generalidade, ao método das quotas constantes, também designado por método da linha reta.

O período de amortização é revisto a cada data de relato, considerando o exposto no parágrafo anterior. O valor residual considerado é de zero, a menos que i) haja um compromisso de um terceiro para adquirir o ativo no final da sua vida útil, ou ii) haja um mercado ativo, o valor residual possa ser determinado com referência esse mercado e seja provável que tal mercado existirá no final da vida útil do ativo.

Desreconhecimento

Os ativos intangíveis são desreconhecidos no momento da alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do seu uso ou alienação.

2.2.3 – Locações

As locações são acordos pelos quais o locador transfere para o locatário o direito de uso de um ativo, durante um período de tempo acordado, em troca de um pagamento ou de uma série de pagamentos.

As locações são classificadas como operacionais ou financeiras, de acordo com a transferência substancial dos riscos e vantagens. Uma locação é classificada como locação financeira quando, através do acordo entre locador e locatário, são transferidos substancialmente, para a esfera do locatário, todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. Todas as restantes locações são classificadas como locações operacionais.

A classificação das locações depende de julgamento profissional e atende a um conjunto de indicadores que, não sendo decisivos para a classificação, apoiam este mesmo julgamento. Entre estes indicadores, encontram-se os seguintes: i) a transferência ou não da propriedade do ativo para o locatário no final do período da locação, ii) a existência ou não da opção de comprado ativo, por um preço substancialmente mais baixo que o justo valor à data da opção, iii) o prazo da locação e o período de vida do bem locado (critério especialmente atendível quando conjugado com outros indicadores), iv) a existência de um valor presente de pagamentos no início da locação, que em substância corresponde ao justo valor do bem locado, v) a especificidade do ativo e a capacidade ou não do ativo poder ser usado por terceiros, sem grande modificações, e v) a capacidade do ativo locado poder ser ou não, facilmente substituído por outro ativo. Estes indicadores são analisados, tomando em consideração a substância económica e o balanceamento entre os mesmos, por forma a se aferir da transferência ou não, em termos substanciais, dos riscos e vantagens associados à propriedade do ativo.

Reconhecimento nas locações financeiras

No início do prazo da locação, o locatário reconhece no seu balanço os bens adquiridos através de uma operação de locação financeira, como ativos e as respetivas obrigações de locação, como passivos. O que determina a classificação das locações como locações financeiras, é a substância e realidade financeira, independentemente da forma legal.

Mensuração nas locações financeiras

Os ativos e os passivos reconhecidos são mensurados pelo justo valor da propriedade locada, ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação, calculada através da taxa de desconto correspondente à taxa de juro implícita da locação. Caso a taxa de juro implícita não seja determinável, é utilizada a taxa de juro incremental de financiamento do locatário. O valor do custo inclui os dispêndios diretamente atribuíveis a atividades levadas a efeito pelo locatário numa locação financeira.

Os pagamentos mínimos da locação são repartidos entre o encargo financeiro e a redução do saldo do passivo. O encargo financeiro é imputado a cada um dos períodos do prazo da locação, por forma a obter uma taxa de juro constante periódica sobre o saldo remanescente do passivo. Qualquer renda contingente é reconhecida como gasto do período em que ocorre.

Os ativos adquiridos través de uma locação financeira, têm o mesmo tratamento que os ativos fixos tangíveis, aplicando-se-lhes as mesmas políticas contabilísticas no que se refere à mensuração subsequente ao momento do reconhecimento inicial.

Reconhecimento e mensuração nas locações operacionais

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como um gasto de base linear no período de vida do contrato de locação, independentemente do período de pagamentos efetuados. Exceção para os custos relacionados com manutenções e seguros, que são reconhecimentos como gastos no momento da sua ocorrência.

2.2.4 – Acordos de Concessão de Serviços

Os acordos de concessão de serviços são acordos vinculativos entre uma entidade pública que concede ao concessionário o direito de usar o ativo de concessão de serviços

(concedente) e a entidade que usa o ativo de concessão de serviços para prestar serviços públicos sujeitos ao controlo do ativo pelo concedente (concessionário), e em que i) o concessionário usa o ativo de concessão por um período de tempo especificado e ii) é remunerado pelos serviços durante o período de tempo do acordo de concessão de serviços.

A contabilização na ótica do concedente depende do modelo do Passivo, e implica a análise dos termos do acordo vinculativo para se aferir da aplicação do:

i) modelo da atribuição de um direito, ou do

ii) modelo do passivo financeiro.

De acordo com o modelo da atribuição de um direito ao concessionário:

(i) o concedente compensa o concessionário, dando-lhe o direito de obter rendimento a partir de terceiros utilizadores do ativo; e/ou dá ao concessionário acesso a um Ativo gerador de rendimentos para uso do concessionário.

De acordo com o modelo do passivo financeiro:

(ii) em troca do ativo de concessão de Serviços, o concedente compensa o concessionário, efetuando pagamentos ao concessionário, e o concedente tem a obrigação de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro ao concessionário, pela construção, desenvolvimento, aquisição ou melhoria do Ativo.

Reconhecimento inicial

Quando o concedente reconhece um ativo de concessão de serviços reconhece igualmente um passivo, a menos que o ativo já exista no concedente e tenha sido reclassificado como ativo de concessão de serviços. Mesmo que o ativo já esteja no concedente e tenha sido reclassificado, caso haja remuneração adicional por parte do concessionário, poderá haver lugar ao reconhecimento de Passivo.

Mensuração inicial

A mensuração inicial ao ativo é efetuada ao justo valor, exceto quando o ativo já exista no concedente. Neste caso, o ativo é reclassificado como ativo de concessão de serviços e registado numa classe separada como ativo fixo tangível ou ativo intangível.

A mensuração inicial do passivo é efetuada pela mesma quantia que o ativo de concessão de serviços mensurado pelo justo valor, ajustado da quantia de qualquer outra remuneração proporcionada pelo concedente ao concessionário, ou por este ao concedente.

Mensuração subsequente – aplicação do modelo da atribuição de um direito

O concedente contabiliza o passivo reconhecido, como a parte não ganha do rendimento decorrente da troca de ativos entre o concedente e o concessionário. Reconhece igualmente o rendimento e reduz o passivo reconhecido segundo a substância económica do acordo de concessão de serviços. O rendimento é reconhecido segundo a substância económica do acordo de concessão de serviços, e o passivo é reduzido à medida que o rendimento é reconhecido.

Mensuração subsequente – aplicação do modelo do passivo financeiro

Modelo aplicável quando existe uma obrigação incondicional de pagar dinheiro, seja por quantias especificadas, seja por insuficiência de quantias recebidas pelo concessionário, dos utilizadores do serviço público. O Passivo financeiro é um instrumento financeiro, reconhecido de acordo com as políticas aplicáveis aos instrumentos financeiros.

2.2.5 – Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são classificados em:

i) investimentos em entidades controladas,
ii) investimentos em associadas,
iii) investimentos em empreendimentos conjuntos,
iv) investimentos noutras entidades, e
v) outros investimentos financeiros.

A classificação depende da existência de controlo, influência significativa, controlo conjunto ou a inexistência de qualquer influência.

Uma entidade é classificada como entidade controlada pelo Município, desde que tenha, cumulativamente:

i) poder sobre a outra entidade participada,

ii) exposição, ou direitos, aos benefícios decorrentes do seu envolvimento, com a outra entidade participada, e

iii) a capacidade de exercer o seu poder sobre a entidade participada de modo a afetar a natureza e a quantia dos benefícios decorrentes do envolvimento com essa entidade.

O Município está, portanto, perante uma entidade que controla, quando está exposto, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a entidade participada e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre a participada.

Uma entidade é classificada como associada, quando sobre ela o Município exerce uma influência significativa. Esta influência significativa consubstancia-se no poder do Município em participar nas decisões financeiras e operacionais da participada, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto sobre essas mesmas políticas.

Uma entidade é classificada como empreendimento conjunto, quando existe um acordo conjunto entre o Município e essa ou essas entidades, em relação ao qual as partes que exercem o controlo conjunto, têm direitos sobre os ativos líquidos do acordo.

Reconhecimento e Mensuração iniciais

O reconhecimento inicial de um investimento financeiro é efetuado quando o Município é parte contratual do ativo financeiro subjacente. A mensuração inicial é efetuada ao custo ou ao justo valor.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos investimentos financeiros é efetuada da seguinte forma nas contas individuais:

i) para as participações em entidades controladas, em entidades associadas e em entidades conjuntamente controladas (empreendimentos conjuntos), a mensuração é efetuada através da aplicação do método da equivalência patrimonial.

Nas restantes participações, a mensuração é efetuada ao custo ou ao justo valor, tal como aplicável pela norma dos instrumentos financeiros.

Método da equivalência patrimonial

De acordo com este método, o investimento numa participada é reconhecido ao custo no momento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte do Município nos resultados da entidade participada, após a data da aquisição.

A quota-parte do Município nos resultados da entidade participada é reconhecida em resultados do período do Município. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada da participação financeira. As alterações efetuadas diretamente no capital próprio das participadas, são refletidas igualmente, pela quota-parte da participação, no património líquido do Município.

Para a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Município utiliza as demonstrações financeiras mais recentes da participada e toma em consideração a adoção das políticas contabilísticas desta. Quando a entidade participada tiver prejuízos, a aplicação do método da equivalência patrimonial resulta numa diminuição do valor da participação na respetiva quota-parte. Quando as perdas na participada igualam ou excedem o valor do investimento, o Município passa a apresentar a participação com o valor de zero, deixando de registar as perdas, a menos que tenha assumido obrigações por conta das participadas, situação que leva à constituição de provisões para o efeito.

2.2.6 – Custos com Empréstimos Obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são juros e outros gastos suportados pelo Município relativos a empréstimos obtidos.

Reconhecimento

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos do período, com exceção daqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, i.e. de um ativo que necessita de um período substancial de tempo para ficar disponível para uso ou para venda. Neste caso, os custos com empréstimos obtidos são incluídos no custo do ativo, correspondendo tais custos àqueles que teriam sido evitados se o dispêndio desse ativo não tivesse ocorrido.

Início do processo de capitalização dos custos com empréstimos obtidos

A capitalização dos empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica, inicia quando:

i) os dispêndios com o ativo estejam a ser efetuados,
ii) os custos com empréstimos obtidos estejam a ser suportados, e
iii) as atividades necessárias com vista a preparar o ativo para o uso pretendido ou a venda estejam em curso.

O processo de capitalização fica suspenso quando o desenvolvimento do ativo estiver interrompido por períodos extensos. Durante esses períodos, o custo com empréstimos obtidos é registado como gastos do período.

Cessação do processo de capitalização dos custos com empréstimos obtidos

A capitalização cessa no momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo que se qualifica para o seu uso pretendido estão substancialmente concluídas. Este momento corresponde igualmente ao momento em que o ativo passa do estado em curso para o estado firme.

2.2.7 – Imparidade de ativos

Uma imparidade é uma perda de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço de um ativo, para além do processo de realização do ativo pelo uso, i.e. do processo de reconhecimento sistemático das depreciações ou das amortizações.

Reconhecimento e mensuração

Existe uma imparidade quando a quantia escriturada de um ativo excede a quantia recuperável. A quantia recuperável corresponde à maior quantia entre o justo valor de um ativo (uma de uma unidade geradora de caixa) menos o custo de vender e o valor do uso. O valor do uso para os ativos geradores de caixa, corresponde ao valor presente dos *cash flows* futuros que se espera obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. Para os ativos não geradores de caixa, o valor de uso corresponde ao valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo.

A determinação do valor de uso em ativos não geradores de caixa é efetuada através da aplicação de uma das seguintes abordagens:

i) abordagem pelo custo de reposição depreciado;
ii) abordagem pelo custo de restauro, e
iii) abordagem pelas unidades de serviço.

A escolha da abordagem para cálculo do valor de uso depende da disponibilidade de dados e da natureza da imparidade.

O reconhecimento de imparidades depende do julgamento efetuado para os diferentes ativos com indícios de imparidade, através de fontes de informação externas e internas do Município. Sempre que existam indícios de imparidade, o Município verifica e testa se o ativo está ou não perante uma situação que implique o reconhecimento da perda por imparidade.

A mensuração é efetuada pela diferença positiva entre o valor escriturado do ativo e o valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do período.

Reversões de perdas por imparidade

A cada data de relato, o Município avalia através de fontes de informação internas e externas, se existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores possam ter diminuído ou deixado de existir. Nestes casos, o Município volta a realizar o teste de imparidade e caso conclua qua a perda por imparidade é menor ou deixou de existir, reverte essa mesma perda através de resultados do período, até ao valor pelo qual o ativo se encontraria escriturado, caso nunca tivesse sido reconhecida qualquer perda por imparidade.

2.2.8 – Inventários

Inventários são ativos:

i) na forma de materiais ou consumíveis a aplicar no processo de produção,
ii) na forma de materiais ou consumíveis a aplicar ou distribuir na prestação de serviços,
iii) detidos para venda ou distribuição no decurso normal das operações, ou
iv) no processo de produção para venda ou distribuição.

Reconhecimento

O reconhecimento é efetuado a partir do momento em que o ativo é controlado pelo Município, normalmente a partir de um evento passado que corresponde a um processo aquisitivo numa transação com contraprestação, ou a partir de uma transação sem contraprestação.

O gasto com inventários ocorre no momento em que seja reconhecido o rendimento associado, por forma a assegurar o balanceamento entre rendimentos e gastos.

Os bens consumíveis que se encontrem armazenados, entre os quais se destacam os bens de economato, por não integrarem a definição de inventários, são registados no ativo na rubrica Gastos a Reconhecer, dando-se cumprimento desta forma à periodização económica.

Mensuração

A mensuração é efetuada, em termos genéricos, pela quantia mais baixa entre o custo do inventário e o seu valor realizável líquido, correspondendo este ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade do Município, menos os custos estimados de acabamento e os custos estimados necessários para realizar a venda, a troca ou distribuição.

No caso específico de inventários adquiridos através de transações sem contraprestação, a mensuração é efetuada ao justo valor à data da aquisição.

Nos casos em que os inventários são detidos para serem distribuídos sem contrapartida ou por uma contrapartida simbólica, a mensuração é feita pelo menor entre o custo e o custo de reposição corrente, correspondendo este ao custo que o Município suportaria para adquirir o ativo na data de relato.

Qualquer diferença positiva entre o valor escriturado e o valor realizável líquido nos inventários para produção, venda ou para consumo nos serviços, e entre o custo e o custo de reposição nos inventários adquiridos para distribuição, é registada como uma redução no ativo (imparidade) por contrapartida de resultados do período (perdas por imparidade).

2.2.9 – Instrumentos Financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de uma outra entidade. Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade, depois de deduzir os seus passivos.

Reconhecimento

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Mensuração inicial de ativos e passivos financeiros

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro é efetuada pelo seu justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao ativo ou ao passivo, são incluídos no custo de aquisição, no caso de ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja efetuada ao justo valor.

Mensuração subsequente de ativos e passivos financeiros

A mensuração após o reconhecimento inicial de todos os ativos e passivos financeiros é efetuada de acordo com os seguintes critérios:

i) ao custo amortizado, ou

ii) ao justo valor.

Ao custo amortizado (i)

Os ativos são designados para mensuração ao custo amortizado quando satisfazem a totalidade das seguinte condições:

a) sejam à vista ou tenham maturidade definida,

b) os retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, e

c) não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Os passivos financeiros que não sejam detidos para negociação, são todos designados para mensuração ao custo amortizado, usando o método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

A mensuração dos principais instrumentos financeiros incluídos nas demonstrações financeiras é efetuada da seguinte forma:

Clientes, contribuintes, utentes e outras contas a receber

Estes instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes, contribuintes, utentes e outras contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidades de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, assim como os descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor

inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Município possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Fornecedores, adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes, e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Ao justo valor (ii)

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor, registadas em resultados nas rubricas "aumentos/reduções de justo valor".

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) instrumentos de capital próprio de uma outra entidade, negociados em mercado regulamentado, e

b) ativos e passivos financeiros detidos para negociação, i.e. os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais. Incluem-se igualmente nesta categoria os instrumentos derivados, com exceção os derivados de cobertura e que seja eficaz.

Imparidade de ativos financeiros

A cada data de relato, o Município avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Esta avaliação tem em consideração a existência de evidência objetiva de qualquer um dos seguintes eventos de perda:

i) significativa dificuldade financeira do devedor,

ii) quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização,

iii) o credor, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que o credor de outro modo não consideraria,

iv) torne-se provável que o devedor irá entrar em falência ou fará qualquer reorganização financeira,

v) o desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor, ou

vi) informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa por via de alterações nas condições económicas, locais ou setoriais adversas.

A mensuração das perdas por imparidade para ativos mensurados ao custo amortizado corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos *cash-flows* estimados, descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

As reversões de perdas por imparidade têm como limite o valor pelo qual o ativo se encontraria registado ao custo amortizado, caso nunca tivesse havido qualquer perda por imparidade. Exceção para instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, assim como para instrumentos derivados que devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos – para estes ativos financeiros não são efetuadas reversões das perdas por imparidade.

Desreconhecimento

Ao ativos financeiros são desreconhecidos quando:

i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram,

ii) o Município transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro, ou

iii) o Município, apesar de reter alguns riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo, tenha transferido o controlo do ativo para um

terceiro e este tenha a capacidade prática de vender o ativo a outro terceiro não relacionado.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando estes se extinguirem, o que acontece quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

2.2.10 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Uma provisão é um passivo de momento ou quantia incertos. Um Passivo Contingente é uma obrigação possível que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não estão totalmente sob controlo da entidade, ou uma obrigação presente que decorre de acontecimentos passados, mas não é reconhecido porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Reconhecimento

As provisões são reconhecidas quando o Município tem:

i) uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados,
ii) ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação, e
iii) iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Município divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

Mensuração

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa. O valor estimado do dispêndio é efetuado através da utilização da melhor estimativa para o efeito, com a informação

disponível à data do relato. Estas estimativas são determinadas através de julgamento profissional, complementado com a experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, com relatórios de peritos independentes.

Alterações no valor das Provisões e desreconhecimento

A cada data de relato, o valor das provisões é ajustado em conformidade com a informação disponível. Quando deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recurso incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

Utilização

As provisões são utilizadas, atendendo aos eventos relacionados, para os quais foram constituídas.

2.2.11 – Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço, são acontecimentos favoráveis ou desfavoráveis, que ocorram entre a data do relato financeiro e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, i.e a data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pelo órgão competente com autoridade para finalizar essas demonstrações financeiras e responsabilidade pela respetiva prestação de contas.

Reconhecimento e mensuração

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.2.12 - Rendimento de transações com contraprestação

As transações com contraprestação correspondem a transações pelas quais o Município receba ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá diretamente em troca um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de dinheiro, bens, serviços ou uso de ativos) a outra entidade.

Reconhecimento

O rendimento da venda de bens é reconhecido quando estão cumpridas todas as condições seguintes:

i) o Município tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens,
ii) o Município não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos,
iii) a quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade,
iv) for provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para o Município, e
v) os gastos suportados ou a suportar relativos à transação puderem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação puder ser estimado com fiabilidade. O reconhecimento é efetuado de acordo com a fase de acabamento do serviço prestado. O reconhecimento ocorre no momento em que estejam cumpridas todas as seguintes condições:

i) a quantia do rendimento possa ser mensurada com fiabilidade,
ii) ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para o Município,
iii) iii) a fase de acabamento da transação à data do relato possa ser mensurada com fiabilidade, e
iv) iv) os custos suportados com a transação e os custos para completar a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Mensuração

O rendimento de transações com contraprestação deve ser mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Quando o influxo de caixa ou equivalentes de caixa for diferido, o valor reconhecido é o justo valor da retribuição que corresponde àquele que seria praticado caso não houvesse tal diferimento. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rendimento de juros.

2.2.13 – Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação são as transações em que o Município ou recebe valor de outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. São igualmente transações sem contraprestação, aquelas em que a entidade recebe recursos, mas não entrega por contrapartida qualquer retribuição, situação onde se incluem os impostos e as transferências, onde se incluem as transferências financeiras, os subsídios, as multas e outras penalidades, legados, ofertas, doações e bens e serviços em espécie.

Especificações sobre ativos transferidos

As especificações são os termos impostos por lei, regulamento ou acordo vinculativo sobre o uso de um ativo transferido por entidades externas ao Município. Estas especificações podem ser:

i) condições – quando indicam que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço incorporados no ativo devem ser consumidos pelo recetor conforme estabelecido, ou que os futuros benefícios económicos ou potencial de serviço têm de ser devolvidos ao cedente, ou

ii) restrições – quando limitam ou orientam os fins para que pode ser usado um ativo transferido, mas não especificam que benefícios económicos ou potencial de serviço são necessários desenvolver a quem transfere, se tal ativo não for empregue conforme especificado.

Reconhecimento de ativos

O reconhecimento de um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação é efetuado quando o Município obtiver o controlo dos recursos que satisfaçam a definição de ativo e este seja possa ser mensurado com fiabilidade.

Reconhecimento de ativos com especificações

No caso da transferência de ativos com condições, o Município reconhece em simultâneo com o Ativo aquando do reconhecimento inicial, um Passivo. No caso da transferência de ativos com restrições, não é reconhecido qualquer passivo, podendo, no entanto, ser constituídas provisões, caso estejam cumpridos os critérios de reconhecimento para as mesmas.

Reconhecimento de impostos e transferências

O reconhecimento dos impostos é efetuado no momento em que o acontecimento tributável ocorre. De igual forma, o rendimento das transferências é reconhecido quando o acontecimento relacionado ocorrer.

Reconhecimento de doações

O reconhecimento de doações é efetuado no momento em que existe o controlo do ativo doado. A contrapartida do ativo doado é efetuada no Património Líquido. Caso se trate de doações de ativos que sejam diretamente transferidos para terceiros através de resultados (ativos de pequeno valor que são consumidos no próprio exercício), o rendimento sem contraprestação relacionado com a doação é reconhecido em resultados por forma a ser garantido o balanceamento entre rendimentos e gastos no período.

Mensuração de ativos no reconhecimento inicial

A mensuração de ativos adquiridos através de transações sem contraprestação é efetuada pelo justo valor à data da aquisição, correspondendo este à quantia pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a negociar, numa transação em que não há relacionamento entre elas. No caso dos impostos, os ativos são mensurados pela melhor estimativa do influxo de recursos para o Município.

Mensuração de passivos no reconhecimento inicial

A mensuração de passivos corresponde à melhor estimativa da quantia necessária para liquidar a obrigação presente à data do relato.

Mensuração do rendimento

O rendimento de transações sem contraprestação corresponde à quantia do aumento do ativo reconhecido pelo Município.

2.2.14 – Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos empregados são todas as formas de retribuição dada pelo Município em troca dos serviços prestado pelos empregados.

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

i) benefícios de curto-prazo e

ii) benefícios pós-emprego.

Os benefícios de curto-prazo:

i) incluem os salários, ordenados e contribuições para a segurança social, ausências permitidas de curto-prazo remuneradas em que compensação pelas ausências ocorre dentro de 12 meses após a data do relato em que os empregados prestam o respetivo serviço, gratificações relacionadas com o desempenho, e benefícios não monetários, tais como cuidados médicos, alojamentos, automóvel e bens ou serviços grátis ou subsidiados dos atuais empregados. Os benefícios pós-emprego incluem os benefícios de reforma, podendo ser constituídos por planos de contribuição definida ou por planos de benefícios definidos. Dada a não aplicação de benefícios pós-emprego no Município da Póvoa de Lanhoso, apresentam-se as políticas contabilísticas para os benefícios de curto-prazo (i).

Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento resulta da prestação de serviços pelos empregados no período contabilístico. É efetuado pela quantia não descontada dos benefícios de curto-prazo que se espera pagar em troca desse serviço.

O reconhecimento é feito como passivo, sob a rubrica "acréscimo de gastos", após dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, o Município reconhece um ativo na extensão em que o pré-pagamento conduza a uma redução em pagamentos futuros ou numa devolução de dinheiro, e como um Gasto do período, a menos que o valor seja objeto de capitalização, por exemplo, em casos relacionados com Ativos Fixos ou Inventários.

2.3 - Outras políticas contabilísticas relevantes

A preparação das demonstrações financeiras elaboradas pelo Município tem em consideração os seguintes princípios:

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que o Município continuará a sua atividade no futuro, pois com base na informação disponível e nas expetativas futuras dos órgãos de gestão, não existe a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Regime do Acréscimo ou da Periodização Económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. Consequentemente, as diferenças entre os rendimentos ou gastos e as respetivas receitas ou despesas são reconhecidas nas rubricas de "Outras contas a receber", "Outras contas a pagas" e "Diferimentos".

Consistência de Apresentação

Com a implementação pela primeira vez em 2020 do SNC-AP, existe a obrigatoriedade da apresentação de novos modelos de demonstrações financeiras, e no qual em 2022 já se assiste a uma consistência ao nível da apresentação.

Materialidade e Agregação

Uma informação é materialmente relevante se influenciar as decisões económicas, com base nas demonstrações financeiras, tomadas por parte dos seus utilizadores. Desta forma, itens que separados podem ser imaterialmente relevantes, de acordo com a sua natureza e materialidade, podem ser agregados para que as demonstrações traduzam uma maior fiabilidade.

Compensação

Os ativos e passivos, assim como, os rendimentos e gastos, dada a sua relevância não devem ser compensados.

2.4 – Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias reconhecidas de ativos e passivos, assim como, as quantias reconhecidas de rendimentos e gastos do período.

O Município aplicou as políticas contabilísticas contidas nas normas ou interpretações que são específicas a cada transação e acontecimento económico. De referir, que na ausência de uma norma ou interpretação específica o órgão de gestão fez juízos de valor na aplicação de políticas contabilísticas, sempre com objetivo de que a informação daí resultante seja relevante e fiável para a tomada de decisões económicas por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras, de forma a que estas:

- Representem fielmente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município;
- Reflitam a substância económica de transações, acontecimentos e condições e não meramente a respetiva forma legal;
- Sejam neutras;
- Sejam prudentes;
- Sejam completas em todos os aspetos materiais.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras foram

os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de ajustamentos aos valores dos ativos, provisões e imparidades;
- Especializações diversas.

2.5 – Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras foram elaboradas numa perspetiva de continuidade da atividade do Município, logo não existe por parte do órgão de gestão a intenção ou a necessidade de liquidar ou reduzir substancialmente o nível da sua atividade.

2.6 – Aplicação inicial de uma NCP com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou com efeitos em períodos futuros

Com a adoção do SNC-AP, e aplicando supletivamente a Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) 22 "Subsídios e outros apoios das entidades públicas", os subsídios ao investimento não reembolsáveis devem ser reconhecidos inicialmente no património líquido e imputados numa base sistemática a rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados com as depreciações. Este tratamento contabilístico também é preconizado pela nota de enquadramento da conta 201 "Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos" do SNC-AP.

2.7 – Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Todas as estimativas efetuadas pelo Órgão de Gestão do Município na preparação das demonstrações financeiras, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data de relato no melhor conhecimento existente à data de aprovação das

demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados. Estas estimativas podem ser influenciadas por variáveis económicas e outros fatores externos ao Município, alguns dos quais esta poderá não controlar, nomeadamente a continuidade da guerra que se encontra a decorrer no âmbito da invasão na Ucrânia pela Rússia e que se encontra a ter fortes impactos na economia nacional, União Europeia e Mundial, bem como os efeitos da elevada taxa de inflação que atualmente se assiste.

Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Consequentemente, dado pelas estimativas poderem ser influenciadas por fatores externos, os resultados reais das transações poderão diferir das estimativas efetuadas.
É entendimento do órgão executivo que todas as estimativas desenvolvidas refletem o melhor critério, dada a informação disponível.

Nota 3 – Ativos Intangíveis

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Quadro 3.1 – Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4) = (1) - (2) - (3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8) = (5) - (6) - (7)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	5.408,94			5.408,94	5.408,94			5.408,94
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	914.381,71	825.559,03		88.822,68	1.025.442,49	892.305,09		133.137,40
Propriedade industrial e intelectual								
Outros	316.000,63	225.547,65		90.452,98	316.000,63	254.115,39		61.885,24
Ativos intangíveis em curso	42.404,26			42.404,26	59.365,96			59.365,96
Total	1.278.195,54	1.051.106,68	0,00	227.088,86	1.406.218,02	1.146.420,48	0,00	259.797,54

Quadro 3.2 - Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia Escriturada inicial (1)	Variações								Quantia escriturada final (10) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9)
		Adições (2)	Transferências internas à entidade (3)	Revalorizações (4)	Reversões de perdas por imparidade (5)	Perdas por imparidade (6)	Amortizações do período (7)	Diferenças cambiais (8)	Diminuições (9)	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	5.408,94									5.408,94
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	88.622,68	117.934,77					(73.620,05)			133.137,40
Propriedade industrial e intelectual										
Outros	90.452,98						(28.567,74)			61.885,24
Ativos intangíveis em curso	42.404,26	16.961,70								59.365,96
Total	227.088,86	134.896,47	0,00	0,00	0,00	0,00	(102.187,79)	0,00	0,00	259.797,54

Quadro 3.2.A - Ativos intangíveis – Adições

Rubricas	Adições									
	Internas (1)	Compra (2)	Cessão (3)	Transferência ou troca (4)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (5)	Doação em pagamento (6)	Locação Financeira (7)	Fusão, Cisão, Reestruturação (8)	Outras (9)	Total (10) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação		117.934,77								117.934,77
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso		16.961,70								16.961,70
Total	0,00	134.896,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	134.896,47

As adições referentes aos ativos intangíveis referem-se à aquisição de software informático.

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços

O Município da Póvoa de Lanhoso é concedente num contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no perímetro municipal, com a EDP Distribuição – Energia, S.A. (EDP Distribuição). Este contrato de concessão foi efetuado no âmbito do quadro legal que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de setembro, tendo o mesmo sido renovado em 2001, para um novo período de 20 anos.

De acordo com o contrato de concessão, o Município da Póvoa de Lanhoso concede à EDP Distribuição a distribuição da energia elétrica em baixa tensão na área do próprio Município, passando esta a delegar na concessionária o exercício dos direitos e poderes necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão em regime de exclusivo.

Afetos à concessão, encontram-se a) as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública, compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, bem como os aparelhos e os acessórios ligados à sua exploração, que à data da concessão estavam a ser explorados pela EDP Distribuição, b) os postos de transformação alimentadores das redes anteriormente referidas, e c) os postos de transformação e os direitos sobre os quais em que se encontram implantados, as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, as redes de iluminação pública, bem como os aparelhos e acessórios ligados à exploração da distribuição concedida, construídos ou instalados pela EDP Distribuição para cumprimento das obrigações da concessão, durante a vigência desta, independentemente de o seu custo ter ou não sido comparticipado ou suportado por quaisquer entidades.

Todo o património abrangido pela concessão, nos termos do parágrafo anterior, é património da EDP Distribuição, não podendo, porém, o mesmo ser utilizado pela EDP Distribuição em atividades diferentes daquelas que constituem objeto da concessão, sem que haja sido acordado entre o concessionário e o concedente, o valor devido de compensação relacionado.

Em resultado do contrato de concessão, o concedente ficou com o direito a uma renda, tendo o concessionário ficado com o direito a isenções, nomeadamente quanto ao uso dos bens de domínio público municipal.

Aquando do resgate ou do fim da concessão, a EDP Distribuição transferirá o património para o Município, nos termos do Decreto-Lei 344-B/82, de 1 de setembro, na sua redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro, i.e. em troca de uma indemnização correspondente ao valor líquido do património próprio da entidade concessionária afeta à exploração, que será pago pelo Município da Póvoa de Lanhoso. Ao abrigo da concessão, a EDP Distribuição ficou obrigada a comunicar à entidade concedente, o valor de indemnização a pagar por esta àquela, relativo às infraestruturas elétricas, num hipotético resgate da concessão, devendo tal valor ser fundamentado e instruído, quando solicitado pelo Município, com os elementos necessários ao seu conhecimento. Os mecanismos destinados à inventariação física deste património são estabelecidos pelo concedente e pelo concessionário, ao abrigo do contrato de concessão.

Com a Lei n.º 31/2017, de 31 de maio, que aprova os princípios e regras gerais relativos à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa tensão, encontra-se previsto o lançamento sincronizado dos procedimentos concursais para atribuição de concessões municipais da atividade de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no território continental português, com vista a assegurar os princípios de eficiência económica e de neutralidade financeira para os consumidores e para o Orçamento do Estado. Este lançamento sincronizado ainda não tem data definida, que seja do conhecimento do Município da Póvoa de Lanhoso, não tendo este efetuado a comunicação à EDP Distribuição no período previsto para a denúncia do contrato, período este que ascende a 2 anos antes do términus do mesmo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro, diploma que alterou o Decreto-Lei 344-B/82, de 1 de setembro, no que respeita a esta matéria.

Considerando que o Município da Póvoa de Lanhoso, age como concedente no contrato de concessão com a EDP Distribuição, e que controla os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem os tem de prestar e a que preço (sendo este definido com a intervenção do regulador), e considerando que o concedente controla qualquer interesse residual no ativo no final do contrato, tendo no caso em concreto de pagar a indemnização prevista para o efeito nos termos legais, parece não existirem dúvidas de que o ativo deva ser reconhecido pelo Município que o controla, não sendo porém da sua propriedade. Não obstante, para que tal reconhecimento se materialize, é necessário que o justo valor dos

ativos seja conhecido ou dado a conhecer pelo concessionário. Considerando o que anteriormente foi exposto, a inexistência de um inventário valorizado relativo ao património afeto à concessão, impossibilita uma mensuração fiável dos ativos de concessão pelo concedente, situação que a par do que é referido no parágrafo seguinte, suporta o não reconhecimento do mesmo.

No momento do reconhecimento do Ativo, tal como previsto na NCP 4, o concedente obriga-se a reconhecer um passivo, tomando em consideração o modelo do passivo financeiro, o modelo da atribuição de um direito ao concessionário, ou um híbrido entre estes dois modelos. De acordo com o contrato de concessão, a EDP Distribuição deveria comunicar ao Município o valor anual da indemnização correspondendo esta ao valor líquido do património próprio da entidade concessionária que se encontra ao serviço da concessão. Ora, até ao momento, que se tenha conhecimento, este valor nunca foi apurado, não existindo de igual modo uma mensuração fiável para o efeito. Acresce o facto de nos termos da Lei n.º 31/2017, de 31 de maio, não ser certo o momento a partir do qual a concessão será resgatada ou finalizada.

Neste enquadramento, e apesar de estarmos perante um contrato de concessão entre o Município da Póvoa de Lanhoso e a EDP Distribuição, não é possível proceder ao reconhecimento dos Ativos e dos Passivos relacionados, dada a impossibilidade na identificação e mensuração destes Ativos e destes Passivos à data da transição para o SNC-AP.

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Os bens dos ativos fixos tangíveis foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia-se quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações.

O valor dos trabalhos para a própria entidade ascendeu a 261 milhares de euros.

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se demonstrada nos quadros que se seguem:

Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1) - (2) - (3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8) = (5) - (6) - (7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	9.824.541,30			9.824.541,30	10.088.825,71			10.088.825,71
Edifícios e outras construções	2.277.591,16	1.228.432,65		1.049.158,51	2.240.446,49	1.319.085,41		921.361,08
Infraestruturas	56.249.831,08	23.274.208,67		32.975.622,41	59.622.687,67	26.706.146,10		32.916.541,57
Património histórico, artístico e cultural	75.069,43	3.844,74		71.224,69	78.219,43	4.086,72		74.132,71
Outros bens de domínio público em curso	2.084.475,99			2.084.475,99	1.036.461,47			1.036.461,47
	70.511.508,96	24.506.486,06	0,00	46.005.022,90	73.066.640,77	28.029.318,23	0,00	45.037.322,54
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais				0,00				0,00
Edifícios e outras construções				0,00				0,00
Infraestruturas				0,00				0,00
Património histórico, artístico e cultural				0,00				0,00
Ativos fixos em concessão em curso				0,00				0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	2.861.313,93			2.861.313,93	2.883.872,86			2.883.872,86
Edifícios e outras construções	23.334.819,16	5.561.579,72		17.773.239,44	23.542.152,88	6.215.190,93		17.326.961,95
Equipamento básico	1.837.164,05	1.430.334,89		406.829,16	1.980.688,22	1.546.326,15		434.362,07
Equipamento de transporte	1.212.198,44	1.132.603,93		79.594,51	1.241.653,61	1.158.033,72		83.619,89
Equipamento administrativo	923.882,13	818.268,32		105.613,81	1.073.267,23	890.796,93		182.470,30
Equipamentos biológicos								0,00
Outros	818.627,34	656.142,39		162.484,95	886.052,31	705.921,72		180.130,59
Ativos fixos tangíveis em curso	196.180,98			196.180,98	553.283,74			553.283,74
	31.184.186,03	9.598.929,25	0,00	21.585.256,78	32.160.970,85	10.516.269,45	0,00	21.644.701,40
Total	**101.695.694,99**	**34.105.415,31**	**0,00**	**67.590.279,68**	**105.227.611,62**	**38.545.587,68**	**0,00**	**66.682.023,94**

Conforme já referido, a complexidade no processo de implementação integral do SNC-AP, implica ajustamentos que vão sendo efetuados neste período de transição.
Na conta de ajustamentos de transição, foram efetuados:

Reconhecimento de ativos 31.753,11 euros;
Tal como se demonstra nas tabelas que se seguem, o Município mantém os seguintes investimentos em curso no valor de 1.589.745,21 euros:

- Reabilitação da Casa do Livro – 474.476,44 euros;
- Reabilitação do largo da feira e envolvente – 1.036.461,47 euros;
- Reabilitação das Casas dos Magistrados – 78.807,30 euros.

Foram transferidos no período para edifícios e outras construções e infraestruturas os seguintes investimentos:

- Infraestruturas para novo arruamento em Galegos – 70.896,87 euros;
- Valorização da estrutura de apoio na Praia Fluvial de Verim – 520.383,59 euros;
- Requalificação da Travessa de S. Bento em Águas Santas – 12.156,08 euros;
- Alargamento da Rua de Portela D'Acha em Brunhais – 9.562,18 euros;
- Requalificação da Rua de Portelinha em Covelas – 208.519,89 euros;
- Requalificação da Rua de Ferreiros em Ferreiros – 37.232,50 euros;
- Requalificação da Rua dos Caçadores em Oliveira – 19.080,00 euros;
- Requalificação da Rua Rua Vilar, Largo Fundevila e Rua Fundevila em Travassos – 62.582,00 euros;
- Requalificação da Rua de Quintã na Póvoa de Lanhoso – 26.248,66 euros;
- Requalificação da Rua General Ramalho Eanes na Póvoa de Lanhoso – 9.719,14 euros;
- Requalificação da Rua Travessa do Outeiro na Póvoa de Lanhoso – 6.837,00 euros;
- Requalificação da Rua dos Moinhos Novos na Póvoa de Lanhoso – 26.603,68 euros;
- Requalificação do Centro Cívico em Travassos – 52.994,94 euros;
- Requalificação da Rua do Padrão em Monsul – 26.484,10 euros;

- Rede de Saneamento na Rua Constantino Gonçalves e Rua do Pelourinho – 28.643,40 euros;
- Rede de Saneamento na Rua de Redufe em St. Emilião – 47.146,17 euros;
- Rede de Saneamento na Rua de Gerzat em Taíde – 42.683,15 euros;
- Rede de Abastecimento de Água em Sobradelo de Rendufinho em Rendufinho – 21.578,63 euros;
- Requalificação da Rua da Pereira e Rua Trasdevesa em Friande – 45.586,00 euros;
- Requalificação da Rua de Fonte Seca em St. Emilião – 29.234,84 euros;
- Requalificação da Rua de Quintela e Rua do Bárrio em Verim – 51.142,00 euros;
- Requalificação da Rua da Igreja e Rua S. Pedro em Serzedelo – 158.999,30 euros;
- Requalificação da Rua Pau de Fio em Ferreiros – 51.142,00 euros;
- Requalificação da Rua de Lanhoso e Rua D. Dinis em Lanhoso – 87.349,40 euros;
- Requalificação da Rua da Devesa em Ferreiros – 88.675,67 euros;
- Requalificação do caminho dos Moinhos em Vilela – 21.120,71 euros;
- Requalificação da ligação Av. Esperança à Rua do Monte em Vilela – 71.991,21 euros;
- Requalificação da Rua dos Amarelos e Rua Fundo de Arcas em Rendufinho - 69.922,90 euros;
- Requalificação da Rua de S. Damião e Rua da pena EN207-4 em Garfe – 140.963,14 euros;
- Requalificação da Rua Padre Jose Joaquim Martins em St. Emilião – 16.800,00 euros;
- Requalificação da Rua do Ribeirinho e Travessa dos Novais em Louredo – 30.822,15 euros;
- Requalificação da Rua Vale da Moura em Oliveira – 124.696,38 euros;
- Requalificação da Rua Av. de Oliveira em Oliveira – 121.369,08 euros;
- Requalificação da Rua da Escola em Covelas – 46.247,80 euros;
- Requalificação da Rua D. Dinis na Póvoa de Lanhoso – 3.561,50 euros;
- Requalificação da Rua S. João - Valdemil na Póvoa de Lanhoso – 7.095,98

euros;

- Requalificação da Rua das Cortes na Póvoa de Lanhoso – 21.539,15 euros;
- Requalificação do Centro Cívico de Brunhais – 68.698,96 euros;
- Requalificação da Rua de Vila Seca em St. Emilião – 68.415,48 euros;
- Requalificação do Caminho do Lameiro em Vilela – 33.600,00 euros;
- Requalificação do Caminho de S. Miguel e do Pascal em Vilela – 23.344,89 euros;
- Construção de muros na Rua Sr.ª do Ó e Rua do paço Velho em Vilela – 14.560,00 euros;
- Requalificação da Rua de S. Brás, Rua da Alto Bela – Póvoa de Lanhoso – 12.599,70 euros;
- Requalificação da Travessa do Bairro Santiago em Lanhoso – 43.508,99 euros;
- Centro Cívico de Sobradelo da Goma – 147.291,41 euros;
- Construção de 3 paragens de autocarros em Fontarcada - 3.776,45 euros;
- Requalificação da Rua do Outeiro em Louredo - 9.333,30 euros;
- Infraestruturas Elétricas em GARFE - 25.876,68 euros;
- Posto de transformação em Garfe - 10.011,70 euros;
- Requalificação da EM 602 - Rotunda da Escola Secundária até Vilela - 332.585,13 euros;
- Reposições de Redes de Águas e Saneamento – 28.091,04 euros.

Pela complexidade e dificuldade no levantamento e procedimentos legais para o registo de todos os bens patrimoniais e, apesar dos esforços encetados pelo órgão do executivo e pelos serviços do município, não tem sido fácil assegurar o controlo efetivo destes bens. No período e aproveitando a transição para SNC-AP os serviços do município inventariaram, valorizaram e registaram uma grande parte dos bens em falta do município. Considerando o exposto, os bens de domínio público e privado registados no balanço da entidade podem ainda não refletir a totalidade do património municipal.

Quadro 5.2 - Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia escriturada inicial (1)	Variações no período								
		Adições (2)	Transferências internas à entidade (3)	Revalorizações (4)	Reversões de perdas por imparidade (5)	Perdas por imparidade (6)	Depreciações do período (7)	Diferenças cambiais (8)	Diminuições (9)	Quantia escriturada final (10) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	9.824.541,30	264.284,41								10.088.825,71
Edifícios e outras construções	1.049.158,51		(27.746,08)				(100.049,35)			921.361,08
Infraestruturas	32.975.622,41	585.002,51	2.787.854,08				(3.431.937,43)			32.916.541,57
Património histórico, artístico e cultural	71.224,69	3.150,00					(241,98)			74.132,71
Outros bens de domínio público em curso	2.064.475,99	2.274.183,56	(3.177.819,23)						(144.378,85)	1.036.461,47
	46.005.022,90	3.126.620,48	(417.713,23)	0,00	0,00	0,00	(3.532.228,76)	0,00	(144.378,85)	45.037.322,54
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	2.861.313,93	22.988,93							(430,00)	2.883.872,86
Edifícios e outras construções	17.773.239,44	56.169,81	151.780,30				(654.227,60)			17.326.961,95
Equipamento básico	406.629,16	144.399,88					(116.866,97)			434.362,07
Equipamento de transporte	79.594,51	32.249,57					(28.224,19)			83.619,89
Equipamento administrativo	105.613,61	150.349,45					(73.339,60)		(153,36)	182.470,30
Equipamentos biológicos										
Outros	162.484,95	70.194,75					(52.547,69)		(1,42)	180.130,59
Ativos fixos tangíveis em curso	196.160,98	487.521,20	(130.418,44)							553.263,74
	21.585.256,78	963.873,59	21.361,86	0,00	0,00	0,00	(925.206,05)	0,00	(584,78)	21.644.701,40
Total	67.590.279,68	4.090.494,07	(396.351,37)	0,00	0,00	0,00	(4.457.434,81)	0,00	(144.963,63)	66.682.023,94

O valor refletido na coluna 9 - *"Diminuições"*, nos bens de domínio público refere-se ao desreconhecimento de ativos.

Quadro 5.2A - Ativos fixos tangíveis – adições

Rubricas	Adições										
	Internas (1)	Compra (2)	Cessão (3)	Transferência ou troca (4)	Expropriação (5)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (6)	Dação em pagamento (7)	Locação Financeira (8)	Fusão, Cisão, Reestruturação (9)	Outras (10)	Total (11) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais						237.289,50				26.994,91	264.284,41
Edifícios e outras construções											0,00
Infraestruturas		308.196,07		272.478,24						4.328,20	585.002,51
Património histórico, artístico e cultural		3.150,00									3.150,00
Outros bens de domínio público em curso		2.256.591,72		17.591,84							2.274.183,56
	0,00	2.567.937,79	0,00	290.070,08	0,00	237.289,50	0,00	0,00	0,00	31.323,11	3.126.620,48
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais					22.558,93					430,00	22.988,93
Edifícios e outras construções		56.169,81									56.169,81
Equipamento básico		144.399,88									144.399,88
Equipamento de transporte		12.249,57				20.000,00					32.249,57
Equipamento administrativo		150.349,45									150.349,45
Equipamentos biológicos											
Outros		70.194,75									70.194,75
Ativos fixos tangíveis em curso		487.521,20									487.521,20
	0,00	920.884,66	0,00	0,00	22.558,93	20.000,00	0,00	0,00	0,00	430,00	963.873,59
Total	0,00	3.488.822,45	0,00	290.070,08	22.558,93	257.289,50	0,00	0,00	0,00	31.753,11	4.090.494,07

Quadro 5.2B - Ativos fixos tangíveis – Diminuições

Rubricas	Diminuições					
	Alienação a título oneroso (1)	Transferência ou troca (2)	Devolução ou reversão (3)	Fusão, cisão, reestruturação (4)	Outras (5)	Total (6) = (1) + (2) + (3) + (4)+ (5)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros bens de domínio público em curso		144.378,85				144.378,85
	0,00	144.378,85	0,00	0,00	0,00	144.378,85
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	430,00					430,00
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo					153,36	153,36
Equipamentos biológicos						
Outros					1,42	1,42
Ativos fixos tangíveis em curso						
	430,00	0,00	0,00	0,00	154,78	584,78
Total	**430,00**	**144.378,85**	**0,00**	**0,00**	**154,78**	**144.963,63**

Nota 6 – Locações

Locações financeiras - Locatários

Em 2022, o Município não tem contratos de locação financeira.

Locações operacionais - Locatários

Quadro 6.2 - Locações Operacionais – Locatário

BENS LOCADOS	Valor do Contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos*
		Período		Acumulado						
		Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
Contrato de arrendamento - Instalações da CPCJ	18.000,00	6.000,00		13.000,00		5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
Contrato de arrendamento para fins não habitacionais	21.600,00	7.200,00		21.000,00		600,00	0,00	0,00	600,00	600,00
Renda do Centro de Saúde de Taíde	4.800,00	4.800,00		4.800,00		4.800,00	0,00	0,00	4.800,00	4.800,00
Aluguer de luz e som	30.285,40	30.285,40		30.285,40		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aluguer de tendas p/diversos eventos	13.730,49	13.730,49		13.730,49		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aluguer de 4 salas de aula amoveis c/equipamento para o ensino da música na EB 2,3 Gonçalo Sampaio	3.420,63	913,47		913,47		2.507,16	0,00	0,00	2.507,16	2.507,16
Aluguer de equipamento audiovisual e de cinema no âmbito do projeto Cultura_in	13.345,62	13.345,50		13.345,50		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aluguer de viatura destinada à recolha de resíduos indiferenciados	14.409,45	14.409,45		14.409,45		0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras locações de equipamentos	6.253,47	6.253,47		6.253,47		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**125.846,06**	**96.937,78**	**0,00**	**117.737,78**	**0,00**	**12.907,16**	**0,00**	**0,00**	**12.907,16**	**12.907,16**

Para efeitos do cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos da locação, considerou-se uma taxa de desconto igual a zero. Tratando-se de locações operacionais com um reduzido período de contrato, e considerando o valor reduzido das taxas de juros atuais, qualquer efeito adveniente de uma taxa de desconto diferente nunca será materialmente relevante.

Locações financeiras - Locador

Não aplicável.

Locações operacionais – Locador

Quadro 6.3 - Locações Operacionais – Locador

BENS LOCADOS	Valor do Contrato	Pagamentos efetuados pelo locatário acumulados				Futuros pagamentos mínimos do locatário				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado						
		Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
Bar da Piscina Municipal	45.000,00	6.750,00		30.000,00		15.000,00			15.000,00	15.000,00
Escola Profissional do Alto Ave	600.000,00	0,00		440.000,00		160.000,00			160.000,00	160.000,00
Rendas de Habitações Sociais	3.644,04	3.638,56		3.638,56		3.649,52			3.649,52	3.649,52
Direito de superfície de prédio urbano, sito na Rua Teixeira Ribeiro - art.º. n. 2905	2.500,00	2.500,00		2.500,00		2.500,00			2.500,00	2.500,00
Renda do direito de superfície referente de depósito de Gás	6.905,87	6.905,87		6.905,87		6.905,87			6.905,87	6.905,87
Central Elétrica de Produção de Energia de Porto D'Ave	3.729,94	3.729,94		3.729,94		3.729,94			3.729,94	3.729,94
Centro Eletroprodutor Hídrico da Andorinha	2.500,00	2.500,00		2.500,00		2.500,00			2.500,00	2.500,00
Renda do prédio rustico em Santa Eufémia – S. João de Rei	3.000,00	1.000,00		1.000,00		3.000,00			3.000,00	3.000,00
Total	667.279,85	27.024,37	0,00	490.274,37	0,00	197.285,33	0,00	0,00	197.285,33	197.285,33

Existem ainda dois contratos de bens locados "Quiosque" e "Estação elevatória de águas" cujo pagamento da renda foi efetuada antecipadamente. Não obstante o adiantamento do pagamento da renda, é aplicado o princípio contabilístico do acréscimo, pelo que a renda anual é contabilizada como rendimento do exercício do respetivo período.

Nota 7 – Custo dos empréstimos obtidos

Quadro 7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários

Entidade	Data do contrato	Data do visto do TC	Prazo do contrato	Capital		Taxa de juro		Pagamentos de anos anteriores			Pagamento do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
Novo Banco, SA	10-11-2004	24-02-2005	20	790.000,00	790.000,00	2,555%	2,000%	661.388,98	150.790,51	812.179,49	36.746,04	387,21	37.133,25		128.611,02	91.864,98
Caixa Geral de Depósitos, SA	28-07-2006	04-10-2006	20	1.000.000,00	1.000.000,00	3,228%	1,099%	725.936,88	152.434,32	878.371,20	57.697,50	0,00	57.697,50		274.063,12	216.365,62
Caixa Geral de Depósitos, SA	27-05-2009	09-07-2009	20	470.000,00	470.000,00	3,455%	3,844%	262.462,48	99.682,67	362.145,15	26.406,63	2.815,15	29.221,78		207.537,52	181.130,89
Banco BPI, SA	26-04-2010	23-06-2010	20	600.000,00	600.000,00	2,170%	3,625%	316.666,78	90.401,33	407.068,11	33.333,32	3.963,23	37.296,55		283.333,22	249.999,90
Caixa Geral de Depósitos, SA	07-10-2015	26-11-2015	10	2.050.815,79	1.961.649,89	1,170%	2,995%	1.176.989,82	96.969,26	1.273.959,08	196.165,02	8.742,01	204.907,03		784.660,07	588.495,05
Banco BPI, SA	06-03-2017	16-06-2017	12	1.800.000,00	1.777.550,00	0,800%	3,319%	459.566,80	39.077,60	498.644,40	177.705,60	11.089,34	188.794,94		1.317.983,20	1.140.277,60
Banco BPI, SA	23-10-2018	18-01-2019	15	860.000,00	853.181,95	0,900%	1,348%	65.629,15	11.913,33	77.542,48	65.629,40	7.806,94	73.436,34		787.552,80	721.923,40
BEI PT2020	29-01-2019	27-06-2019	15	83.000,00	83.000,00	0,100%	2,837%	0,00	22,41	22,41	6.384,62	0,00	6.384,62		83.000,00	76.615,38
BEI PT2020	29-01-2019	27-06-2019	15	89.000,00	89.000,00	0,100%	2,837%	0,00	24,04	24,04	6.846,16	0,00	6.846,16		89.000,00	82.153,84
Caixa Geral de Depósitos, SA	08-05-2019	24-07-2019	15	1.100.000,00	1.097.697,90	0,680%	1,146%	41.465,17	8.411,69	49.876,86	82.841,80	8.250,85	91.092,65		1.056.232,73	973.390,93
Caixa Geral de Depósitos, SA	24-09-2019	11-02-2020	15	200.000,00	185.374,00	0,680%	1,146%	18.851,58	2.156,11	21.007,69	12.567,72	1.302,58	13.870,30		166.522,42	153.954,70
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alto Cávado e Basto, C.r.	29-07-2020	22-10-2020	18	1.438.000,00	1.355.767,43	0,550%	2,000%	0,00	768,47	768,47	19.682,10	6.140,13	25.822,23		1.056.879,81	1.336.085,33
Banco BPI, SA	09-06-2022	05-09-2022	5	90.000,00	75.707,13	0,453%	1,816%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	75.707,13
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alto Cávado e Basto, C.r.	13-06-2022	09-09-2022	10	700.000,00	0,00	0,650%	2,969%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Total				11.270.815,79	10.338.928,30			3.728.957,64	652.651,74	4.381.609,38	722.065,91	50.497,44	772.503,35	0,00	6.235.375,91	5.887.964,75

No ano 2022 foram amortizados empréstimos no valor de 722 milhares de euros. O empréstimo contratado à CCAM no valor de até 1,4 milhões de euros foi utilizado o valor de 299 milhares de euros. Dos novos empréstimos contraídos, apenas foi utilizado o valor de 76 milhares de euros referente ao empréstimo ao BPI para aquisição de equipamentos, ficando ainda por utilizar deste empréstimo o valor de 14 milhares de euros. No que concerne ao empréstimo contraído junto da CCAM para requalificação de edifícios escolares até ao valor de 700 milhares de euros, não foi utilizada qualquer verba.

Quadro 7.2 - Empréstimos bancários por tipologia de passivo

Entidade	Data do contrato	Data do visto do	Prazo do contrato	Passivo	
				Corrente	Não Corrente
Novo Banco, SA	10-11-2004	24-02-2005	20	36.746,04	55.118,94
Caixa Geral de Depósitos, SA	28-07-2006	04-10-2006	20	56.584,16	159.781,46
Caixa Geral de Depósitos, SA	27-05-2009	09-07-2009	20	25.020,56	156.110,33
Banco BPI, SA	26-04-2010	23-06-2010	20	33.333,32	216.666,58
Caixa Geral de Depósitos, SA	07-10-2015	26-11-2015	10	196.164,96	392.330,09
Banco BPI, SA	06-03-2017	16-06-2017	12	177.705,60	962.572,00
Banco BPI, SA	23-10-2018	18-01-2019	15	65.629,40	656.294,00
BEI PT2020	29-01-2019	27-06-2019	15	6.381,42	70.233,96
BEI PT2020	29-01-2019	27-06-2019	15	6.827,68	75.326,16
Caixa Geral de Depósitos, SA	08-05-2019	24-07-2019	15	82.841,80	890.549,13
Caixa Geral de Depósitos, SA	24-09-2019	11-02-2020	15	12.567,72	141.386,98
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alto Cávado e Basto, C.r.	29-07-2020	22-10-2020	18	83.505,32	1.252.580,01
Banco BPI, S.A	09-06-2022	05-09-2022	5	0,00	75.707,13
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alto Cávado e Basto, C.R.L.	13-06-2022	09-09-2022	10	0,00	0,00
Total				**783.307,98**	**5.104.656,77**

No Balanço o valor correspondente a financiamentos inclui a subvenção reembolsáveis (corrente: 67.505,23€ e não corrente: 292.765,90€).

Nota 8 – Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam imputáveis.

Quadro 8.2 - Propriedades de Investimento - modelo do custo

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do custo)							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outros
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO												
Bens de domínio público												
Terrenos e recursos naturais												
Edifícios e outras construções			368.603,29	(7.396,68)					361.206,61	1.514,31	120.000,00	
Outras propriedades de investimento			27.748,08	(1.850,78)					25.897,30	0,00	27.014,60	
Propriedades de investimento em curso												
Total	0,00	0,00	396.351,37	(9.247,46)	0,00	0,00	0,00	0,00	387.103,91	1.514,31	147.014,60	0,00

Os investimentos em Edifícios e outras construções refere-se ao Edifício da EPAVE, no que concerne a outras propriedades de investimento correspondem ao Quiosque e Estação Elevatória de Águas (ETA) em Travassos, que se encontra completamente depreciada.

Nota 9 – Imparidades de Ativos

A entidade classifica como ativos não geradores de caixa, os recursos presentes controlados pela entidade, como resultado de um evento passado, que contém em si a capacidade de proporcionar um influxo de potencial serviço ou de benefícios económicos futuros, sem que, necessariamente, tenham de ser gerados influxos de caixa ou equivalentes de caixa.
São classificados como ativos geradores de caixa, os recursos presentes controlados pela entidade, como resultado de um evento passado, que contém em si a capacidade de gerar fluxos de caixa ou equivalentes de caixa.
São reconhecidos como imparidades os ativos gerados de caixa ou equivalentes de caixa quando existem forte indícios de incobrabilidade.

Ativos não geradores de caixa

Não foram reconhecidos no período imparidades em ativos não geradores de caixa.

Ativos geradores de caixa

A 31 de dezembro de 2022, as perdas por imparidade em ativos gerados de caixa, são os que constam no quadro que se apresenta.

Quadro 9 - Imparidade de ativos geradores de caixa

Rubrica	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Reconhecimento de Imparidades	Reversão de Imparidades	Quantia recuperável	Modelo utilizado	
							Justo valor	Valor de uso
21	Clientes, contribuintes e utentes	927.402,22	465.739,09	113.184,24	324.282,52	461.663,13	X	
27.8.6 / 27.9.5	Devedores por empréstimos não bonificados	4.667,00	4.667,00			0,00	X	
	Total	932.069,22	470.406,09	113.184,24	324.282,52	461.663,13		

A reversão de imparidades no valor total de 324 milhares de euros, corresponde à anulação da divida incobrável em conformidade com a deliberação de Assembleia a Municipal de 13/12/2022 no valor de 295 milhares de euros da. O remanescente valor de 32 milhares de euros respeita à cobrança de dívida que se encontrava contabilizada como incobrável.

Nota 10 – Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos no período de 2022 – custo médio ponderado. Apresenta-se de seguida os quadros com a informação dos valores das contas de inventários e os movimentos do período.

Quadro 10.1 - Inventários

Rubrica (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4) = (2) - (3)
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	190.023,72	0,00	190.023,72
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	**190.023,72**	**0,00**	**190.023,72**

Quadro 10.2 - Inventários: Movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial (1)	Movimentos do período							Quantia escriturada final (9) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8)
		Compras líquidas (2)	Consumos / Gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	
Mercadorias	0,00	621.473,86	(621.473,86)						0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	197.401,45	254.051,02	(259.063,37)				(13.632,63)	11.267,25	190.023,72
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	197.401,45	875.524,88	(880.537,23)	0,00	0,00	0,00	(13.632,63)	11.267,25	190.023,72

No ano de 2022 foram efetuadas compras no valor de 876 milhares de euros e os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas perfazem um total de 881 milhares de euros.

Nota 11 – Agricultura

Não aplicável.

Nota 12 – Contratos de construção

Não aplicável.

Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

Esta nota tem por objetivo descrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como especto principal a determinação do momento do reconhecimento.
O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. Apresenta-se de seguida o detalhe dos rendimentos.

Quadro 13.1 - Rendimentos com contraprestação

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
Prestação de serviços	2.077.438,14
Venda de bens	1.011.558,84
Juros	0,00
Royalties	0,00
Dividendos ou distribuições similares	13,64
Trabalhos para a própria entidade	261.071,87
Outros rendimentos	909.097,30
Total	**4.259.179,79**

As políticas contabilísticas e os métodos adotados foram os referenciados na nota 2.

Nota 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar à entidade, de acordo com as disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimentos às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Apresenta-se de seguida o detalhe destes rendimentos.

Quadro 14 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Imposto municipal sobre imóveis	2.314.743,71		2.337.796,59	2.337.353,42	
Imposto único de circulação	655.433,47		45.085,11	45.060,43	
Impostos indiretos					
Impostos indiretos especificos das autarquias locais	0,00		1.265,15	494,60	
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	1.368.134,81		91.814,07	84.376,82	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas especificas das autarquias locais	677.637,71		80.832,64	93.460,70	
Multas e outras penalidades	27.367,94		1.391,15	2.109,22	
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Transferências sem condição					
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	6.908.030,00				
Participação IRS	570.828,00		513.626,00	570.828,00	
Participação do IVA	113.219,60		77.541,00	113.220,00	
Outras	9.143,12		5.100,00	0,00	
Transferências com condição					
Fundo Social Municipal (FSM)	502.142,00				
Transferência de competências - Lei n.º 50/2018	1.733.635,43				
Outras	279.335,30				
Serviços e Fundos Autónomos	220.789,79		12.243,74	0,00	
Administração local	0,00		476,97	476,97	
Projetos co-financiados	277.654,89		0,00	0,00	
Reversões					
De perdas por imparidade	324.282,52				
De provisões	0,00				
Legados, ofertas e doações	0,00				
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1.072.422,61				
TOTAL	**17.054.800,90**	**0,00**	**3.167.172,42**	**3.247.380,16**	**0,00**

Os valores inscritos nas colunas de quantias por receber no início e no final do período, foram tidos em consideração o princípio da especialização do exercício, designadamente nas rubricas de IMI, IUC, IMT, IRS e IVA, etc. Foram igualmente considerados os valores em dívida de cada uma das respetivas rubricas no início e final do período.

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, mantem-se a provisão para outros riscos e encargos no valor de 102 milhares de euros, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

A provisão para processos judiciais em curso foi quantificada tendo como base o parecer do Advogado do Município, de acordo com a probabilidade de desfecho dos processos intentados contra o Município e atendendo ao princípio da Prudência, sendo composta por:

N.º PROCESSO	AUTOR	DESCRIÇÃO	VALOR PROVISÃO
297/18.0BEBRG	STAL	Reconhecimento que as horas de trabalho prestadas a mais pelos seus associados (uma hora por dia) no período de 20.01.2014 a 20.07.2017, sejam consideradas trabalho extraordinário	22.783
1757/18.8BEBRG	AMAVE	Compaticipação de custos de funcionamento de 2014	76.596
1495/20. BEBRG	Vera Filipa Silva Gomes	Indemnização por danos patrimoniais, por danos causados queda numa caixa de saneamento	2.500
	TOTAL		**101.878 €**

Quadro 15.1 – Provisões

Provisão	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (11)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia escriturada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6) = (3) + (4) + (5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10) = (7) + (8) + (9)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	101.878,09				0,00		0,00		0,00	101.878,09
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	101.878,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.878,09

Os passivos contingentes do Município a 31 de dezembro de 2022 são designadamente:

Quadro 15.2 - Passivos Contingentes

Natureza Passivos Contingentes	Estimativa efeito	Valor do processo	
		Data	Valor
1155/18.3BEBRG - Reclamação de indemnização	S/Data		150.292,92
167/19.4BEBRG - Declaração de nulidade dos actos impugnados no processo de licenciamento n.º 70/2013	S/Data		0,00
1976/20.7BEBRG - Reconhecimento do diferimento tácito do processo n.º IP-EDI-3/2019	S/Data		0,00
535/21.1BEBRG - Pedido de anulação do acto de indeferimento da legalização do processo LE-EDI 41/2019	S/Data		0,00
1033/21.9BEBRG - Condenação de pratica de ato legalmente devido	S/Data		0,00
Total			**150.292,92**

Não se reconhecem **ativos contingentes** no ano de 2022.

Nota 16 – Efeito de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem acontecimentos económicos entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, o Município avalia se estes acontecimentos dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras. Desta forma, quando há evidência de que os mesmos já existiam à data de relato, estes acontecimentos são ajustados nas demonstrações financeiras. Por outro lado, se não há evidência que os acontecimentos já existiam à data de relato, mas que o Município tomou conhecimento dos mesmos até à data de autorização das demonstrações financeiras e têm uma dimensão material, estes são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer acontecimentos económicos, com dimensão material nas Demonstrações Financeiras do período económico de 2022.

Destaca-se um acontecimento a nível mundial que está a ter repercussões económico-financeiros no Mundo, na União Europeia e no qual Portugal não é alheio – a guerra na Ucrânia.

A invasão levada a cabo pela Rússia à Ucrânia a dia 24 de fevereiro de 2021, para além do impacto humanitário, está a provocar uma verdadeira avalanche nos preços dos combustíveis e matérias-primas, justificado entre outros aspetos, pela grande dependência energética da Europa designadamente das fontes de energia proveniente da Rússia.

O impacto desta guerra, associada às fortes sanções económicas e financeira impostas pela generalidade dos países à Rússia, está a refletir-se nas economias de todo o Mundo, incluindo a de Portugal, levando à constante necessidade da tomada urgente de medidas pelo Governo de forma a atenuar o impacto brutal do aumento da taxa de inflação com consequência em toda a conjuntura económica que daí advém.

O efeito deste conflito está e irá ter elevados impactos, não só a nível humanitário, mas também económico e financeiro ao qual este município não será alheio. Um dos

indicadores já viseis é a atual taxa de inflação, como reflexo da subida do preço das matérias-primas e dos constrangimentos nas cadeias de abastecimento globais. Um outro indicador que está a ter grandes repercussões a nível económico-financeira é a elevada taxa do indexante Euribor e que consequentemente implicará um aumento muito significativo dos encargos financeiros.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros bem como os instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidos pela entidade quando esta se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Quadro 18.1 - Ativos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alineações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Ativos financeiros detidos para negociação										
Participações financeiras - justo valor										
Outros ativos financeiros	8,36									8,36
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras - custo	552.588,00									552.588,00
Participações financeiras - MEP	622.456,28				2.265,25				36.057,28	588.664,25
Outros ativos financeiros:										
Contas a receber	4.046.368,16			330.870,71	28.852.106,77			113.194,02	28.720.587,59	4.395.564,03
Caixa e depósitos	2.367.598,23				21.705.140,38				20.612.005,75	3.460.732,86
Total	7.589.019,03			330.870,71	50.559.512,40			113.194,02	49.368.650,62	8.997.557,50

Quadro 18.2 - Passivos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outras	
Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados								
Passivos financeiros detidos para negociação								
Outros passivos financeiros								
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Financiamentos bancários	6.595.647,04	374.594,75			722.005,91			6.248.235,88
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00				0,00			0,00
Estado e outros entes públicos	0,00	2.655.365,09			2.531.278,31			124.086,78
Outras contas a pagar	2.256.445,32	17.489.872,68			17.103.918,45			2.642.399,55
Total	**8.852.092,36**	**20.519.832,52**			**20.357.202,67**			**9.014.722,21**

18.3 Instrumentos de cobertura de risco

Não aplicável.

18.4 Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

Quadro 18.4 - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

Rubricas	Fração do capital detido à data do relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
			Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Participações de capital - ao custo											
BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	4,20%	73.500,00									73.500,00
Fundo de Apoio Municipal	0,11%	479.088,00									479.088,00
Total		552.588,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	552.588,00

18.5 Devedores p/ transferências e subsídios não reembolsáveis

O Município regista o valor de 575 milhares de euros referentes a pedidos de pagamento relativos a subsídios ao investimento solicitados à Agência de Desenvolvimento e Coesão (542 milhares de euros), e cerca de 33 milhares de euros a outras entidades.

18.6 Clientes, contribuintes e utentes

A rubrica de clientes, contribuinte e utentes é constituída por:

Quadro 18.6 - Clientes, contribuintes e utentes

Conta	2022	2021
Clientes c/c	120.405,48	1.161,00
Contribuintes	0,00	0,00
Utentes	341.257,65	310.891,19
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa		
Clientes c/c	29.735,66	25.960,66
Contribuintes	820,14	1.678,45
Utentes	435.183,29	655.776,67
Sub-Total	***927.402,22***	***995.467,97***
Perdas por imparidade acumuladas	465.739,09	683.415,78
Total	**461.663,13**	**312.052,19**

Para efeitos de constituição da perda por imparidade, consideram-se créditos de cobrança duvidosa aqueles em que o risco de incobrabilidade é devidamente justificado, o que se verifica nos seguintes casos:

- O devedor tenha pendente processo especial de recuperação de empresa ou processo de execução, falência ou insolvência;
- Os créditos tenham sido reclamados judicialmente;
- Os créditos que estejam em mora e em situação de incumprimento.

Em comparação ao período homólogo, as perdas por imparidade registam um decréscimo em cerca de 218 milhares de euros, justificado essencialmente pelo desreconhecimento da dívida incobrável até ao ano de 2014 inclusive.

18.7 Estado e outros entes públicos

Os saldos refletidos em Estado e outros entes públicos ativo e passivo correspondem a:

Quadro 18.7 - Estado e outros entes públicos

Conta	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	48.382,20	211.369,54
Sub-Total	***48.382,20***	***211.369,54***
Passivo		
Retenção de Impostos s/rendimento	45.326,88	0,00
Outros impostos	0,00	0,00
Contribuiçoes para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	78.759,90	0,00
Sub-Total	***124.086,78***	***0,00***
Total	**75.704,58**	**211.369,54**

18.8 Outras contas a receber

Os montantes refletidos em outras contas a receber respeitam a:

Quadro 18.8 - Outras contas a receber

Conta	2022	2021
Impostos e taxas imputadas ao período		
IMI	2.337.353,42	2.337.796,59
IMT	84.376,82	91.814,07
Outros	45.741,21	45.624,54
Participação do IVA	113.220,00	77.541,00
Participação no IRS	570.858,00	513.626,00
Outros acréscimos	147.406,76	20.912,00
Outras entidades	11.852,16	7.217,89
Total	**3.310.808,37**	**3.094.532,09**

18.9 Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Os montantes refletidos nesta rubrica subdividem-se em:

Quadro 18.9 - Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Conta	2022	2021
Estado	0,00	16.280,00
Administração local	7.523,00	0,00
Instituiçoes sem fins lucrativos	18.422,10	36.922,10
Total	**25.945,10**	**53.202,10**

18.10 Fornecedores e fornecedores de investimento

Os montantes refletidos nesta rubrica subdividem-se em:

Quadro 18.10 - Fornecedores

Conta	2022	2021
Fornecedores de c/c	28.697,98	41.579,99
Fornecedores de investimento c/c	96.676,17	10.058,59
Total	**125.374,15**	**51.638,58**

18.11 Outras contas a pagar

A rubrica outras contas a pagar corrente e não corrente é composta por:

Quadro 18.11 – Outras contas a pagar

Conta	2022	2021
Não corrente		
Cauçoes	990.224,52	1.035.282,33
Total	**990.224,52**	**1.035.282,33**
Corrente		
Outros acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	951.036,48	716.737,75
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	14.964,65	4.994,21
Outros	401.180,88	326.408,82
Outros credores	133.673,77	68.181,53
Total	**1.500.855,78**	**1.116.322,31**

18.12 Instrumentos de capital próprio

A tabela infra discrimina o património líquido do Município, contrariamente ao verificado no ano de 2020, a informação a apresentada é comparável ao período anterior.

Quadro 18.12 - Instrumentos de capital próprio

Conta	2022	2021
Património/Capital	41.119.878,22	41.119.878,22
Reservas	1.594.185,94	1.594.185,94
Resultados transitados	6.368.311,49	7.526.737,74
Ajustamentos em ativos financeiros	277.366,78	313.424,06
Outras variações no património líquido	17.237.163,78	16.319.671,25
Resultado líquido do período	-636.504,30	-1.190.179,36
Total	**65.960.401,91**	**65.683.717,85**

As variações são justificadas pelos seguintes movimentos:

Conta de resultados transitados:

Conta 56.1 – Períodos anteriores:

Resultado transitado de 2021 – 1.190.179 euros.

Conta 56.4 – Ajustamentos de transição para o SNC-AP:

Registo de bens que se encontravam omissos no património – 31.753 euros.

As demostrações financeiras não foram reexpressas em virtude destas correções.

Ajustamentos em ativos financeiros:

Conta 57.1 – Relacionados com a aplicação do método de equivalência patrimonial:

Aplicação do método de equivalência patrimonial da EPAVE - 36.057 euros.

Outras variações no património líquido:

Conta 59.3 – Transferências e subsídios de capital:

Reconhecimento de financiamentos a investimentos no valor de 1.701.779 euros e desreconhecimento de 1.041.576 euros referente à contabilização dos investimentos como rendimentos, de acordo com a taxa de depreciação do respetivo investimento.

Conta 59.4 – Doações Obtidas:

Cedências ao domínio público no âmbito dos processos de loteamentos – 237.290 euros;

Doação de autocarro no valor de 20.000 euros.

Nota 19 – Benefícios dos empregados

À data de 31/12/2022 o Município registava ao seu serviço 338 colaboradores em funções públicas (239 em 2021),5 colaboradores em cargos políticos (5 em 2021) e 5 colaboradores em contrato de emprego e inserção (5 em 2021).

A 31 de dezembro de 2022, os gastos com o pessoal tinham a seguinte composição:

Quadro 19 – Gastos com o pessoal

Designação	Gastos do período
Membros dos orgãos autarquicos	
Remuneração base	128.663,77
Subsídio de férias e de natal	22.672,74
Despesas de representação	30.492,04
Subsídio de refeição	4.082,83
Gratificações e senhas de presença	23.539,10
Abonos variáveis ou eventuais	169,18
Remuneração base do pessoal	
Remuneração base	3.873.043,88
Subsídio de férias e de natal	810.448,61
Despesas de representação	12.222,06
Subsídio de refeição	319.710,50
Abonos variáveis ou eventuais	144.456,55
Caixa Geral de Aposentações	567.930,84
Segurança Social - Regime Geral	684.198,72
Outros	5.057,26
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	54.019,50
Despesas de Saúde	165.961,21
Remunerações por doença	95.022,93
Pessoal a aguardar aposentação	8.320,43
Encargos com a saúde	41.698,24
Subsídio familiar a crianças e jovens	27.459,92
Outras	0,00
Total	**7.019.170,31**

Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

O quadro que se apresenta indica-se o controlo do Município nas suas participadas e as transações entre as partes relacionadas.

Quadro 20.1 - Divulgações de partes relacionadas - Listagem de entidades controladas

Designação	Sede	%Controlo		Controlo final
		Direto	Indireto	
EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave, EM	Av. Bombeiros Voluntários, 4830-514 Póvoa de Lanhoso	100,00%	0,00%	100,00%

Quadro 20.2 - Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Termos e condições
		Tipo	Quantia	% no total das transações do Município		
EPAVE	Entidade controlada	Transferências e subsídios correntes efetuados - Contratos programa	202.520,66	7,7%	30,00	Valor a pagar
		Rendas e faturação de água	1.539,73	0,1%	120.138,52	Valor a receber

Todas as transações entre as entidades são anuladas na consolidação de contas.

Nota 21 – Relato por segmentos

Considerando que ainda não se encontra adequadamente implementado o sistema de informação que proporcione informação fiável relativamente aos segmentos, situação que resulta igualmente do processo de implementação da Contabilidade de Gestão e cujas limitações já foram apresentadas, adota-se a aplicação da NCP 25 – Relato por Segmentos o período de três anos previsto na IPSAS 33, tal como referido na nota relativa à adoção pela primeira vez do SNC AP.

Nota 22 – Interesses em outras entidades

Quadro 22.1 - Interesses em outras entidades - Interesses em entidades controladas não consolidada

Designação	Sede	% Interesses	
		Propriedade detidos	Direitos de voto
EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave, EM	Av. Bombeiros Voluntários, 4830-514 Póvoa de Lanhoso	100%	100%

A EPAVE é uma entidade participada a 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso, e é apresentada pelo Método da Equivalência Patrimonial nas contas individuais do Município. Nas contas consolidadas, apresentadas em separado, procede-se à consolidação pelo método integral da EPAVE em conjunto com o Município da Póvoa de Lanhoso.

Quadro 22.2 - Interesses em outras entidades

Designação	Sede	Valor escriturado	% Interesses		Mensuração do investimento	
			Propriedade detidos/quota accionista	Direitos de voto	Método da equivalência patrimonial	Custo
BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	Praça do Município – Ed. Câmara M. Braga Apartado 1040, 4711-906 Braga	73.500,00	4,20%	4,20%		X
Fundo de Apoio Municipal	Rua Tenente Espanca, N.º 22 1050 - 223 Lisboa	479.088,00	0,11%	0,11%		X
Comunidade Intermunicipal do Ave (CIM AVE)	Rua Capitão Alfredo Guimarães, n.º 1, 4800-019 Guimarães					
Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)	Av. Marmoco e Sousa 52, 3004-511 Coimbra					
Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM)	Rua Prof. Bento de Jesus Caraça 248 1.º, 4200-128 Porto					
CIAB - Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo	Rua D. Afonso henriques n.º1, 4700-030 Braga					
Turismo do Porto e Norte de Portugal	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo					

A participação na BRAVAL e no FAM são mensuradas ao custo.

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 Inventário de investimentos

O inventário dos investimentos (bens móveis e imóveis), direitos e obrigações encontra-se depositado nos serviços financeiros deste Município e disponíveis para consulta.

23.2 Diferimentos

A rubrica de diferimentos corrente e não corrente do ativo e do passivo é composta por:

Quadro 23.2 – Diferimentos

Diferimentos	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos (3)	Diminuições (4)	Quantia escriturada final (5) = (2) + (3) - (4)
Ativo não corrente				
Outros	0,00	2.506,95	0,00	2.506,95
Sub-total	**0,00**	**2.506,95**	**0,00**	**2.506,95**
Ativo corrente				
Transferências e subsídios concedidos com condições	0,00	50.912,50	0,00	50.912,50
Outros	135.828,93	393.346,97	444.825,31	84.350,59
Sub-total	**135.828,93**	**444.259,47**	**444.825,31**	**135.263,09**
Total diferimentos ativo	**135.828,93**	**446.766,42**	**444.825,31**	**137.770,04**
Passivo não corrente				
Acordos de concessão de serviços	107.031,48	0,00	27.014,60	80.016,88
Sub-total	**107.031,48**	**0,00**	**27.014,60**	**80.016,88**
Passivo corrente				
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	967.883,57	890.610,01	396.246,63	1.470.242,96
Acordos de concessão de serviços	27.014,60	0,00	0,00	27.014,60
Sub-total	**994.898,17**	**890.610,01**	**396.246,63**	**1.497.257,56**
Total diferimentos passivo	**1.101.929,65**	**890.610,01**	**423.261,23**	**1.577.274,44**

23.3 Património Líquido

Os montantes refletidos do património líquido respeitam a:

Quadro 23.3 – Património líquido

Património Líquido	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos (3)	Diminuições (4)	Quantia escriturada final (5) = (2) + (3) - (4)
Património / Capital	41.119.878,22	0,00	0,00	41.119.878,22
Reservas	1.594.185,94	0,00	0,00	1.594.185,94
Resultados transitados	7.526.737,74	31.753,11	1.190.179,36	6.368.311,49
Ajustamentos em ativos financeiros	313.424,06	0,00	36.057,28	277.366,78
Outras variações no património líquido	16.319.671,25	1.701.778,84	784.286,31	17.237.163,78
Resultado líquido do período	-1.190.179,36	553.675,06	0,00	-636.504,30
Total	**65.683.717,85**	**2.287.207,01**	**2.010.522,95**	**65.960.401,91**

23.4 Fornecimentos e serviços externos

Sistematiza-se a informação dos fornecimentos e serviços externos.

Quadro 23.4 – Fornecimentos e serviços externos (FSE)

Fornecimentos e serviços externos	2022	2021
Subcontratos e parcerias	2.086.192,39	1.759.756,81
Serviços especializados	1.599.317,84	1.371.461,34
Materiais de consumo	525.551,72	449.568,03
Energia e fluidos	598.831,26	456.246,17
Deslocações, estadas e transportes	411.369,82	304.735,87
Serviços diversos	436.142,85	426.917,70
Total	**5.657.405,88**	**4.768.685,92**

23.5 Transferências e subsídios concedidos e prestações sociais

A rubrica *Transferências, subsídios e prestações sociais* concedidos é composta da seguinte forma:

Quadro 23.5 – Transferências e subsídios concedidos e prestações sociais

Transferências e subsídios concedidos e Prestações sociais	2022	2021
Transferências correntes concedidas	1.911.694,89	1.689.202,39
Subsídios correntes concedidos	135.182,26	319.229,88
Prestações sociais concedidas	506.286,61	531.197,66
Transferências de capital concedidas	683.721,77	494.869,29
Total	**3.236.885,53**	**3.034.499,22**

23.6 Outros gastos

A rubrica de outros gastos encontra-se descriminada da seguinte forma:

Quadro 23.6 – Outros gastos

Outros gastos	2022	2021
Dívidas incobráveis	292.095,62	0,00
Perdas em inventários	13.632,63	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	154,78	2.351,35
Outros	107.939,31	54.615,92
Total	**413.822,34**	**56.967,27**

O acréscimo muito significativo em 2022 justifica-se essencialmente pela contabilização do desreconhecimento do valor da dívida considerada como incobrável até ao ano 2014, conforme já justificado na nota 9 – Imparidade de ativos no valor de 292 milhares de euros e pelo pagamento de indemnização no âmbito da deliberação de 20/12/2022 no valor de 43 milhares de euros.

23.7 Juros e gastos similares suportados

O quadro infra discrimina a rubrica de juros e gastos similares suportados:

Quadro 23.7 – Juros e rendimentos similares obtidos

Juros e rendimentos similares obtidos	2022	2021
Restituição de impostos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	13,64	13,64
Outros rendimentos similares	2.167,63	2.138,86
Total	**2.181,27**	**2.152,50**

23.8 Outras informações

As contas do Município são certificadas pela Sociedade António Fernandes, Marta Martins e Associados, SROC. Os honorários faturados durante o exercício de 2022 referem-se a serviços de auditoria com vista à emissão da Certificação Legal de Contas e ascenderam 8.198,96 euros.
Em conformidade com o disposto no Regulamento de Inventário e Cadastro do Património e da Norma de Controlo Interno todos os bens se encontram cobertos pelo seguro.

23.9 Contabilidade de gestão

Conforme disposto na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, a contabilidade de gestão é um sistema obrigatório e constitui um importante instrumento de gestão para análise e controlo dos custos com a educação, bem como dos rendimentos e dos resultados das atividades, sendo que este normativo tipifica, para o efeito, divulgações obrigatórias.
Apesar do definido no SNC-AP, a contabilidade de gestão verificou um grande impulso no ano em apreço, tendo sido integralmente implementada. Não foi, no entanto em tempo útil, possível ao Município tratar e apresentar as divulgações exigidas pelo normativo para esta matéria. De referir, contudo, que o apuramento dos gastos e rendimentos não foram influenciados por esta limitação.

23.10 Saldos e transações com partes relacionadas

	ANMP	CIAB	ATPNP	CIM	EPAVE	BRAVAL	ANAM
Transações	**5.003,06**	**1.885,94**	**1.500,00**	**287.378,75**	**204.060,39**	**361.539,88**	**1.525,00**
Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	1.539,73	0,00	0,00
Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras de Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros/Impostos Liquidados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens/Serviços adquiridos	5.003,06	1.885,94	1.500,00	0,00	0,00	361.539,88	1.525,00
Subsídios recebidos	0,00	0,00	0,00	12.811,98	0,00	0,00	0,00
Subsídios concedidos	0,00	0,00	0,00	274.566,77	202.520,66	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**120.168,52**	**6.290,20**	**0,00**
Contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	120.138,52	0,00	0,00
Contas a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	30,00	6.290,20	0,00
Empréstimos obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

23.11 Garantias

Garantias concedidas

Todos os financiamentos bancários estão assegurados pela consignação de receita de acordo com o disposto na Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro (Lei das Finanças Locais).

Garantias prestadas por terceiros

As garantias prestadas por terceiros encontram-se:

- registado como garantias bancárias no valor de 1.102.529 euros, e;
- cauções classificadas contabilisticamente em outras contas a pagar no valor de 990.225 euros.

Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, 18 de abril de 2023

O Presidente da Câmara

Frederico de Oliveira Castro

O Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial

Hélder Manuel Lima Rodrigues

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

PÓVOA
DE LANHOSO
Município

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Demonstração de desempenho orçamental

PÓVOA DE LANHOSO
Município

Período : 2022/01/01 2022/12/31 Euros

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2021
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
RA01	**Saldo de gerência anterior**	**1.314.327,04**		**15.357,77**		**1.037.913,42**	**2.367.598,23**	**2.211.198,06**
RI01	Operações orçamentais [1]	1.314.327,04		15.357,77			1.329.684,81	1.565.469,45
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais							
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades							
RI03	Operações de tesouraria [A]					1.037.913,42	1.037.913,42	645.728,61
RA02	**Receita corrente**	**19.274.700,43**					**19.274.700,43**	**16.368.765,04**
R1	Receita fiscal	4.341.383,53					4.341.383,53	4.049.643,66
R1.1	Impostos diretos	4.341.383,53					4.341.383,53	4.049.643,66
R1.2	Impostos indiretos							
R2	Contribuições para sistemas de ptoteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1.441.287,93					1.441.287,93	1.005.663,83
R4	Rendimentos de propriedade	627.336,91					627.336,91	770.086,34
R5	Transferências e subsídios correntes	10.405.852,39					10.405.852,39	8.615.816,75
R5.1	Transferências correntes	10.405.852,39					10.405.852,39	8.615.816,75
R5.1.1	Administrações Públicas	10.399.392,39					10.399.392,39	8.615.816,75
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	10.339.883,32					10.339.883,32	8.551.246,66
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	59.509,07					59.509,07	51.549,10
R5.1.1.3	Segurança Social							
R5.1.1.4	Administração Regional							
R5.1.1.5	Administração Local							13.020,99
R5.1.2	Exterior - U E							
R5.1.3	Outras	6.460,00					6.460,00	
R5.2	Subsídios correntes							
R6	Venda de bens e serviços	2.235.434,93					2.235.434,93	1.916.323,86
R7	Outras receitas correntes	223.404,74					223.404,74	11.230,60
RA03	**Receita de capital**	**1.625.060,18**		**573.590,23**			**2.198.650,41**	**1.940.046,27**
R8	Venda de bens de investimento	3.960,79					3.960,79	63.600,00
R9	Transferências e subsídios de capital	1.619.500,35		573.590,23			2.193.090,58	1.876.446,27
R9.1	Transferências de capital	1.619.500,35		573.590,23			2.193.090,58	1.876.446,27
R9.1.1	Administrações Públicas	1.619.500,35		573.590,23			2.193.090,58	1.876.446,27
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1.619.500,35		573.590,23			2.193.090,58	1.876.446,27
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
R9.1.1.3	Segurança Social							
R9.1.1.4	Administração Regional							
R9.1.1.5	Administração Local							
R9.1.2	Exterior - U E							
R9.1.3	Outras							
R9.2	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital	1.599,04					1.599,04	
RA04	**Receita efetiva [2]**	**20.905.319,13**		**573.590,23**			**21.478.909,36**	**18.311.296,31**
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	5.558,52					5.558,52	2.485,00
RA05	**Receita não efetiva [3]**				**374.594,75**		**374.594,75**	**1.639.315,19**
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros				374.594,75		374.594,75	1.639.315,19
RA06	**Soma [4]=[1]+[2]+[3]**	**22.219.646,17**		**588.948,00**	**374.594,75**		**23.183.188,92**	**21.516.080,95**
ROT1	Operações de tesouraria [B]					134.793,37	134.793,37	589.273,92
DA01	**Despesa corrente**	**15.739.981,84**		**15.357,77**			**15.755.339,61**	**13.629.505,08**
D1	Despesas com o pessoal	7.021.829,36					7.021.829,36	5.787.167,23
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	5.421.483,82					5.421.483,82	4.359.009,94

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

Período : 2022/01/01 2022/12/31 Euros

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2021
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	166.043,09					166.043,09	157.101,05
D1.3	Segurança social	1.434.302,45					1.434.302,45	1.271.056,24
D2	Aquisição de bens e serviços	5.962.882,37		15.357,77			5.978.240,14	5.317.736,76
D3	Juros e outros encargos	50.638,96					50.638,96	44.886,31
D4	Transferências e subsídios correntes	2.614.164,38					2.614.164,38	2.442.269,37
D4.1	Transferências correntes	2.411.643,72					2.411.643,72	2.114.114,37
D4.1.1	Administrações Públicas	1.155.984,61					1.155.984,61	991.001,60
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	174.669,22					174.669,22	25.150,00
D4.1.1.3	Segurança Social							
D4.1.1.4	Administração Regional							
D4.1.1.5	Administração Local	981.315,39					981.315,39	965.851,60
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	861.747,88					861.747,88	706.307,94
D4.1.3	Famílias	393.911,23					393.911,23	416.804,83
D4.1.4	Outras							
D4.2	Subsídios Correntes	202.520,66					202.520,66	328.155,00
D5	Outras despesas correntes	90.466,77					90.466,77	37.445,41
DA02	**Despesa de capital**	3.289.322,92		573.590,23	374.594,75		4.237.507,90	5.837.695,54
D6	Aquisição de bens de capital	1.220.843,48		573.590,23	374.594,75		2.169.028,46	3.182.941,30
D7	Transferências e subsídios de capital	2.054.925,00					2.054.925,00	2.553.410,47
D7.1	Transferências de capital	2.054.925,00					2.054.925,00	2.553.410,47
D7.1.1	Administrações Públicas	1.989.036,10					1.989.036,10	2.428.530,82
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D7.1.1.3	Segurança Social							
D7.1.1.4	Administração Regional							
D7.1.1.5	Administração Local	1.989.036,10					1.989.036,10	2.428.530,82
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	64.560,50					64.560,50	119.879,65
D7.1.3	Famílias	1.328,40					1.328,40	5.000,00
D7.1.4	Outras							
D7.2	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital	13.554,44					13.554,44	101.343,77
DA03	**Despesa efetiva (5)**	19.029.304,76		588.948,00	374.594,75		19.992.847,51	19.467.200,62
DA04	**Despesa não efetiva (6)**	722.005,91					722.005,91	719.195,52
D9	Despesa com ativos financeiros							
D10	Despesa com passivos financeiros	722.005,91					722.005,91	719.195,52
DA05	**Soma (7)=(5)+(6)**	19.751.310,67		588.948,00	374.594,75		20.714.853,42	20.186.396,14
DOT1	Operações de tesouraria (C)					180.309,43	180.309,43	197.089,11
DA06	**Saldo para a gerência seguinte**	2.468.335,50				992.397,36	3.460.732,86	2.367.598,23
DA07	**Operações orçamentais (B) = (4)-(7)**	2.468.335,50					2.468.335,50	1.329.684,81
DA08	**Operações de tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)**					992.397,36	992.397,36	1.037.913,42
DA09	**Saldo global (2) - (5)**	1.876.014,37		-15.357,77	-374.594,75		1.486.061,85	-1.155.904,31
DA10	Despesa primária	18.978.665,80		588.948,00	374.594,75		19.942.208,55	19.422.314,31
DA11	Saldo corrente	3.534.718,59		-15.357,77			3.519.360,82	2.739.259,96
DA12	Saldo de capital	-1.664.262,74			-374.594,75		-2.038.857,49	-3.897.649,27
DA13	Saldo primário	1.926.653,33		-15.357,77	-374.594,75		1.536.700,81	-1.111.018,00
DA14	Receita total (1) + (2) + (3)	22.219.646,17		588.948,00	374.594,75		23.183.188,92	21.516.080,95
DA15	Despesa total (5) + (6)	19.751.310,67		588.948,00	374.594,75		20.714.853,42	20.186.396,14

[1] Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Demonstração de execução orçamental da receita

PÓVOA DE LANHOSO
Município

Periodo : 2022/01/01 2022/12/31 Desagregar : Considerar o saldo da gerência anterior nas receitas liquidadas e cobradas : S

Euros

Classificação		Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de periodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Líquidas			Receita por cobrar no final do periodo	Grau Exec. Orçamental	
Rubrica	Económica / Designação	(1)	(2)	3	(4)	(5)	Emitidos (6)	Pagos (7)	Periodos anteriores (8)	Periodo corrente (9)	Total (10) = (5)-(7)	(11)	Pers. Ant. (12) (8) /(1) x100	Per. Corr. (13)=(9) /(1)x100
	Receita corrente	18.698.493,00	998.026,20	19.693.767,64	495.798,67	19.395.726,87	121.026,44	121.026,44	284.169,21	18.990.531,22	19.274.700,43	921.294,74	1.52	101.56
R1	Receita fiscal	3.905.569,00		4.386.578,35	45.194,82	4.386.578,35	45.194,82	45.194,82		4.341.383,53	4.341.383,53			111.16
R11	Impostos diretos	3.9 .569,00		4.386. 78,35	45.194,82	4.386.578,35	45.194,82	45.194,82		4.341.383,53	4.341.383,53			111.16
R12	Impostos indiret s													
R2	Contribuições para sistemas de ptoteção social e subsistemas de saude													
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1.324.624,00	220.814,34	1.528.915,38	116.969,13	1.446.012,65	4.724,72	4.724,72	77.383,93	1.363.904,00	1.441.287,93	191.472,66	5.84	102.97
R4	Rendimentos de propriedade	609.902,00		628.086,91	750,00	627.336,91				627.336,91	627.336,91			102.86
R5	Transferências e subsídios correntes	10.463.469,00	5.100,00	10.468.787,40	68.035,01	10.468.787,40	62.935,01	62.935,01		10.405.852,39	10.405.852,39			99.45
R51	Transferências correntes	10.463.468,00	5.100,00	10.468.787,40	68.035,01	10.468.787,40	62.935,01	62.935,01		10.405.852,39	10.405.852,39			99.45
R511	Administrações Públicas	10.463.462,00		10.462.327,40	62.935,01	10.462.327,40	62.935,01	62.935,01		10.399.392,39	10.399.392,39			99.39
R5111	Administração Central - Estado Português	10.395.327,00		10.402.818,33	62.935,01	10.402.818,33	62.935,01	62.935,01		10.339.883,32	10.339.883,32			99.47
R5112	Administração Central - Outras entidades	68.129,00		59.509,07		59.509,07				59.509,07	59.509,07			87.35
R5113	Segurança Social	2,00												
R5114	Administração Regional													
R5115	Administração Local	4,00												
R512	Exterior - U E													
R513	Outras	6,00	5.100,00	6.460,00	5.100,00	6.460,00				6.460,00	6.460,00			107660.67
R52	Subsídios correntes	1,00												
R6	Venda de bens e serviços	2.165.289,00	771.683,60	2.457.994,86	264.421,45	2.243.606,82	8.171,89	8.171,89	206.785,28	2.028.649,65	2.235.434,93	729.822,08	9.55	93.69
R7	Outras receitas correntes	229.640,00	428,26	223.404,74	428,26	223.404,74				223.404,74	223.404,74			97.28
	Receita de capital	3.297.266,00	476,97	3.144.728,69	566.421,00	3.139.666,16	566.421,00	566.421,00		2.573.245,16	2.573.245,16	5.539,50		78.04
R8	Venda de bens de investimento	16.214,00		3.960,79		3.960,79				3.960,79	3.960,79			24.43
R9	Transferências e subsídios de capital	2.890.481,00	476,97	2.759.509,58	566.419,00	2.759.509,58	566.419,00	566.419,00		2.193.090,58	2.193.090,58	476,97		75.87
R91	Transferências de capital	2.890.481,00	476,97	2.759.509,58	566.419,00	2.759.509,58	566.419,00	566.419,00		2.193.090,58	2.193.090,58	476,97		75.87
R911	Administrações Públicas	2.890.475,00	476,97	2.759.509,58	566.419,00	2.759.509,58	566.419,00	566.419,00		2.193.090,58	2.193.090,58	476,97		75.87
R9111	Administração Central - Estado Português	2.889.992,00		2.759.509,58	566.419,00	2.759.509,58	566.419,00	566.419,00		2.193.090,58	2.193.090,58			75.85
R9112	Administração Central - Outras entidades	2,00												
R9113	Segurança Social	1,00												
R9114	Administração Regional													
R9115	Administração Local	480,00	476,97									476,97		
R912	Exterior - U E													
R913	Outras	6,00												
R92	Subsídios de capital													
R10	Outras receitas de capital	4.632,00		6.661,57		1.599,04				1.599,04	1.599,04	5.062,53		34.52
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	5.556,19		5.558,52		5.558,52				5.558,52	5.558,52			100.04
R12	Receita com ativos financeiros	3,00												
R13	Receita com passivos financeiros	385.936,00		374.596,75	2,00	374.596,75	2,00	2,00		374.594,75	374.594,75			97.06
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	1.329.684,81		1.329.684,81		1.329.684,81				1.329.684,81	1.329.684,81			100.00
	Total :	23.331.000,00	998.503,17	24.173.7	1.166.219,80	23.078.639,03	688.448,44	688.448,44	284.169,21	20.599.018,78	21.283.188,00	926.436,24	1.22	90.15

ÓRGÃO EXECUTIVO
Em 24 de abril de 2023

ÓRGÃO DELIBERATIVO
Em 28 de abril de 2023

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Demonstração de execução orçamental da despesa

PÓVOA DE LANHOSO
Município

Periodo : 2022/01/01 2022/12/31 Desagregar :

Euros

Classificação		Despesas por pagar de periodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas liquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau Exec. Orçamental	
Rubrica Orgânica Económica	Designação						Periodos anteriores	Periodo corrente	Total			Pers. Ant.	Per. Corr
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) =(6)+(7)	(9) =(4)-(5)	(10)=(5)-(8)	(11)=(6)/(2)x100	(12)=(7)/(2)x100
	Despesa corrente	42.950,61	17.202.019,36		16.468.961,66	15.938.449,12	41.976,06	15.713.363,55	15.755.339,61	530.512,54	183.109,51	0,24	91,35
D1	Despesas com o pessoal		7.388.795,00		7.133.941,39	7.133.051,63		7.021.829,36	7.021.829,36	889,76	111.222,27		95,03
D11	Remunerações Certas e Permanentes		5.613.144,00		5.483.718,88	5.483.718,88		5.421.483,82	5.421.483,82		62.235,06		96,59
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais		202.311,00		168.164,03	168.164,03		166.043,09	166.043,09		2.121,74		82,07
D13	Segurança social		1.573.340,00		1.482.057,68	1.481.167,92		1.434.302,45	1.434.302,45	889,76	46.865,47		91,16
D2	Aquisição de bens e serviços	42.950,61	6.878.699,36		6.465.011,85	6.049.166,63	41.976,06	5.936.264,08	5.978.240,14	415.845,22	70.926,49	0,61	86,30
D3	Juros e outros encargos		53.120,00		50.638,96	50.638,96		50.638,96	50.638,96				95,33
D4	Transferências e subsídios correntes		2.784.705,00		2.727.647,13	2.615.125,13		2.614.164,38	2.614.164,38	112.522,00	960,75		93,88
D41	Transferências correntes		2.576.454,00		2.519.420,13	2.412.604,47		2.411.643,72	2.411.643,72	106.815,66	960,75		93,60
D411	Administrações Públicas		1.239.220,00		1.232.703,96	1.156.307,61		1.155.984,61	1.155.984,61	76.396,35	323,00		93,28
D4111	Administração Central - Estado Português												
D4112	Administração Central - Outras entidades		175.500,00		175.481,19	174.669,22		174.669,22	174.669,22	811,97			99,53
D4113	Segurança Social												
D4114	Administração Regional												
D4115	Administração Local		1.063.720,00		1.057.222,77	981.638,39		981.315,39	981.315,39	75.584,38	323,00		92,25
D412	Entidades do Setor Não Lucrativo		894.734,00		876.642,75	861.997,88		861.747,88	861.747,88	14.644,87	250,00		96,31
D413	Famílias		442.500,00		410.073,42	394.298,98		393.911,23	393.911,23	15.774,44	387,75		89,02
D414	Outras												
D42	Subsídios Correntes		208.251,00		208.227,00	202.520,66		202.520,66	202.520,66	5.706,34			97,25
D5	Outras despesas correntes		96.700,00		91.722,33	90.466,77		90.466,77	90.466,77	1.255,56			93,55
	Despesa de capital	24.936,24	6.128.980,64		5.819.495,30	5.064.754,98	24.936,24	4.934.577,57	4.959.513,81	754.740,32	105.241,17	0,41	80,51
D6	Aquisição de bens de capital	10.058,59	3.052.721,64		2.854.805,99	2.265.704,63	10.058,59	2.158.969,87	2.169.028,46	589.101,36	96.676,17	0,33	70,72
D7	Transferências e subsídios de capital	14.877,65	2.295.600,00		2.229.128,96	2.063.490,00	14.877,65	2.040.047,35	2.054.925,00	165.638,96	8.565,00	0,65	88,87
D71	Transferências de capital	14.877,65	2.295.600,00		2.229.128,96	2.063.490,00	14.877,65	2.040.047,35	2.054.925,00	165.638,96	8.565,00	0,65	88,87
D711	Administrações Públicas	14.877,65	2.077.100,00		2.018.505,88	1.997.601,10	14.877,65	1.974.158,45	1.989.036,10	20.904,78	8.565,00	0,72	95,04
D7111	Administração Central - Estado Português												
D7112	Administração Central - Outras entidades		500,00										
D7113	Segurança Social												
D7114	Administração Regional												
D7115	Administração Local	14.877,65	2.076.600,00		2.018.505,88	1.997.601,10	14.877,65	1.974.158,45	1.989.036,10	20.904,78	8.565,00	0,72	95,07
D712	Entidades do Setor não Lucrativo		213.500,00		209.294,68	64.560,50		64.560,50	64.560,50	144.734,18			30,24
D713	Famílias		5.000,00		1.328,40	1.328,40		1.328,40	1.328,40				26,57
D714	Outras												
D72	Subsídios de capital												
D8	Outras despesas de capital		13.635,00		13.554,44	13.554,44		13.554,44	13.554,44				99,41
D9	Despesa com ativos financeiros		3,00										
D10	Despesa com passivos financeiros		767.021,00		722.005,91	722.005,91		722.005,91	722.005,91				94,13
	Total :	67.886,85	23.331.000,00		22.288.456,96	21.003.204,10	66.912,30	20.647.941,12	20.714.853,42	1.285.252,86	288.350,68	0,29	88,50

ÓRGÃO EXECUTIVO
Em 26 de abril de 2023

ÓRGÃO DELIBERATIVO
Em 28 de abril de 2023

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Demonstração de execução do plano de atividades municipal (PAM)

PÓVOA DE LANHOSO
Município

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES CORRIGIDAS

Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : RUBRICA ORÇAMENTAL

Período : 2022/01/01 2022/12/31

Euros

Objetivo	Número do projeto			Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %
	Código	Ano	Tipo Número				R G	R F	O E	EMPE	Início	Fim	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
[1]	[2]			[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]	[18]	[19]
1.				**Funções gerais**				**120.500,00**					120.500,00	459.711,00	618.211,00		127.172,76	127.172,76	99.97	20.57
1.2.				**Segurança e ordem públicas**				**120.500,00**					120.500,00	459.711,00	618.211,00		127.172,76	127.172,76	99.97	20.57
1.2.1.				**Protecção civil e luta contra incêndios**				**120.500,00**					120.500,00	459.711,00	618.211,00		127.172,76	127.172,76	99.97	20.57
1.2.1.	01	2003		**Protecção Civil**				**120.500,00**					120.500,00	459.711,00	618.211,00		127.172,76	127.172,76	99.97	20.57
1.2.1.	0101	2014	A 1	Apoio à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários		OUTRA					2014/01/01	2026/12/31	120.500,00	459.711,00	618.211,00		127.172,76	127.172,76	99.97	20.57
1.2.1.	0101	2014	A 1	**Entidades do Setor Não Lucrativo**	D412			**110.000,00**												
1.2.1.	0101	2014	A 1	Entidades do Setor não Lucrativo	D712			10.500,00												
2.				**Funções sociais**				**5.767.009,96**	**56.940,04**				5.823.950,00	17.178.730,00	23.002.680,00		5.562.730,41	5.562.730,41	95.51	24.18
2.1.				**Educação**				**3.193.250,00**					3.193.250,00	6.918.039,00	10.111.289,00		3.031.653,92	3.031.653,92	94.94	29.98
2.1.1.				**Ensino não superior**				**174.750,00**					174.750,00	690.000,00	864.750,00		174.727,00	174.727,00	99.99	20.21
2.1.1.3.				**Ensino secundário**				**174.750,00**					174.750,00	690.000,00	864.750,00		174.727,00	174.727,00	99.99	20.21
2.1.1.3.	02	2020	A 1	Contratos de gestão da EPAVE	D42	OUTRA		174.750,00			2020/01/01	2026/12/31	174.750,00	690.000,00	864.750,00		174.727,00	174.727,00	99.99	20.21
2.1.2.				**Serviços auxiliares de ensino**				**3.018.500,00**					3.018.500,00	6.228.039,00	9.246.539,00		2.856.926,92	2.856.926,92	94.65	30.90
2.1.2.	01	2009		**Ação social escolar**				**125.500,00**					125.500,00	500.000,00	625.500,00		125.500,00	125.500,00	100.00	20.06
2.1.2.	0101	2015	A 1	Bolsas de Estudo	D413	OUTRA		125.500,00			2015/01/01	2026/12/31	125.500,00	500.000,00	625.500,00		125.500,00	125.500,00	100.00	20.06
2.1.2.	01	2019	A 2	Programa PóvoaCresce	D413	OUTRA		35.500,00			2019/06/30	2026/12/31	35.500,00	160.000,00	195.500,00		32.165,00	32.165,00	90.61	16.45
2.1.2.	01	2021	A 1	Atividades/competências no âmbito da Educação		OUTRA					2021/01/01	2026/12/31	2.857.500,00	5.568.039,00	8.425.539,00		2.699.261,92	2.699.261,92	94.46	32.04
2.1.2.	01	2021	A 1	**Remunerações Certas e Permanentes**	D11			**617.280,00**												
2.1.2.	01	2021	A 1	Remunerações Certas e Permanentes	D11			35.370,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Remunerações Certas e Permanentes	D11			3.750,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Remunerações Certas e Permanentes	D11			1.700,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Remunerações Certas e Permanentes	D11			70.520,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Remunerações Certas e Permanentes	D11			5.250,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Remunerações Certas e Permanentes	D11			159.120,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Remunerações Certas e Permanentes	D11			4.650,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Remunerações Certas e Permanentes	D11			34.700,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Abonos Variáveis ou Eventuais	D12			1.600,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Segurança social	D13			2.600,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Segurança social	D13			107.210,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Segurança social	D13			93.600,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Aquisição de bens e serviços	D2			532.650,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Aquisição de bens e serviços	D2			33.850,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Aquisição de bens e serviços	D2			1.500,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Aquisição de bens e serviços	D2			31.650,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Aquisição de bens e serviços	D2			1.500,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Aquisição de bens e serviços	D2			420.870,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Aquisição de bens e serviços	D2			7.000,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Administração Central - Outras entidades	D4112			175.500,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Administração Local	D4115			61.000,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Entidades do Setor Não Lucrativo	D412			416.000,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Subsídios Correntes	D42			33.500,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Administração Central - Outras entidades	D7112			500,00												
2.1.2.	01	2021	A 1	Administração Local	D7115			3.900,00												
2.2.				**Saúde**				**27.000,00**					27.000,00	122.214,00	149.214,00		25.818,56	25.818,56	95.62	17.30
2.2.1.				**Serviços individuais de saúde**				**27.000,00**					27.000,00	122.214,00	149.214,00		25.818,56	25.818,56	95.62	17.30
2.2.1.	02	2021	A 2	Promoção da saúde e Qualidade de Vida		OUTRA					2021/01/01	2026/12/31	27.000,00	122.214,00	149.214,00		25.818,56	25.818,56	95.62	17.30
2.2.1.	02	2021	A 2	**Aquisição de bens e serviços**	D2			**3.500,00**												
2.2.1.	02	2021	A 2	Aquisição de bens e serviços	D2			11.000,00												
2.2.1.	02	2021	A 2	Administração Local	D4115			12.500,00												
						Total :		3.348.750,00					3.348.750,00	7.330.004,00	10.678.754,00		3.184.645,24	3.184.645,24	95.10	29.27

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES CORRIGIDAS
Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : RUBRICA ORÇAMENTAL
Período : 2022/01/01 2022/12/31
Euros

Objetivo	Número do projeto			Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %
	Código	Ano	Tipo Número				R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
[1]	[2]			[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]	[18]	[19]
2.3.				**Segurança e acção sociais**				**212.100,00**					212.100,00	1.070.000,00	1.282.100,00		164.680,62	164.680,62	77.61	12.84
2.3.2.				**Acção social**				**212.100,00**					212.100,00	1.070.000,00	1.282.100,00		164.680,62	164.680,62	77.61	12.84
2.3.2.	04	2014	A 12	Subsidios ao arrendamento a estratos sociais desfavorecidos	D413	OUTRA		49.500,00			2014/01/01	2026/12/31	49.500,00	280.000,00	329.500,00		40.137,90	40.137,90	81.09	12.18
2.3.2.	01	2018	A 8	Projecto NaturaLanhoso	D413	OUTRA		57.000,00			2018/01/01	2026/12/31	57.000,00	340.000,00	397.000,00		50.700,04	50.700,04	88.95	12.77
2.3.2.	05	2018	A 6	Programa de Conforto habitacional	D713	OUTRA		5.000,00			2018/01/01	2026/12/31	5.000,00	100.000,00	105.000,00		1.328,40	1.328,40	26.57	1.27
2.3.2.	06	2018	A 7	Programa Viver +	D413	OUTRA		49.600,00			2018/01/01	2026/12/31	49.600,00	180.000,00	229.600,00		43.838,66	43.838,66	88.39	19.09
2.3.2.	02	2018	A 20	Pérolas + Saúde	D412	OUTRA		17.500,00			2019/01/01	2026/12/31	17.500,00	70.000,00	87.500,00		11.870,00	11.870,00	67.83	13.57
2.3.2.	01	2022	A 3	Contratos de delegação de competências no âmbito da ação social							2022/01/01	2026/12/31	33.500,00	100.000,00	133.500,00		16.805,62	16.805,62	50.17	12.59
2.3.2.	01	2022	A 3	**Entidades do Setor Não Lucrativo**	D412			**26.000,00**												
2.3.2.	01	2022	A 3	Famílias	D413			7.500,00												
2.4.				**Habitação e serviços colectivos**				**1.706.150,00**					1.706.150,00	6.972.112,00	8.678.262,00		1.694.721,48	1.694.721,48	99.33	19.53
2.4.3.				**Saneamento**				**657.100,00**					657.100,00	2.764.739,00	3.421.839,00		657.078,62	657.078,62	100.00	19.20
2.4.3.1.				**Esgotos domésticos**				**657.100,00**					657.100,00	2.764.739,00	3.421.839,00		657.078,62	657.078,62	100.00	19.20
2.4.3.1.	02	2007	A 87	Tratamento de Aguas Residuais	02	OUTRA		657.100,00			2007/01/01	2026/12/31	657.100,00	2.764.739,00	3.421.839,00		657.078,62	657.078,62	100.00	19.20
2.4.4.				**Abastecimento de Água**				**669.400,00**					669.400,00	2.695.792,00	3.365.192,00		665.885,80	665.885,80	99.48	19.79
2.4.4.	02	2007	A 86	Abastecimento de Água ao concelho	02	OUTRA		669.400,00			2007/01/01	2026/12/31	669.400,00	2.695.792,00	3.365.192,00		665.885,80	665.885,80	99.48	19.79
2.4.5.				**Resíduos sólidos**				**364.650,00**					364.650,00	1.451.581,00	1.816.231,00		361.539,88	361.539,88	99.15	19.91
2.4.5.	03	2004	A 81	Tratamento de resíduos sólidos	02	OUTRA		364.650,00			2002/01/01	2026/12/31	364.650,00	1.451.581,00	1.816.231,00		361.539,88	361.539,88	99.15	19.91
2.4.6.				**Protecção do meio ambiente e conservação da natureza**				**15.000,00**					15.000,00	60.000,00	75.000,00		10.217,18	10.217,18	68.11	13.62
2.4.6.	01	2019	A 1	Programa de vacinação de animais	D413	OUTRA		15.000,00			2019/01/01	2026/12/31	15.000,00	60.000,00	75.000,00		10.217,18	10.217,18	68.11	13.62
2.5.				**Serviços culturais, recreativos e religiosos**				**628.509,96**	**56.940,04**				695.450,00	2.096.305,00	2.791.755,00		645.855,83	645.855,83	94.22	23.22
2.5.1.				**Cultura**				**372.009,96**	**56.940,04**				428.950,00	1.032.801,00	1.461.751,00		406.726,53	406.726,53	94.82	27.82
2.5.1.	02	2022	A 1	Cultura.In		OUTRA					2022/01/01	2022/06/30	102.000,00		102.000,00		99.506,73	99.506,73	97.56	97.56
2.5.1.	02	2022	A 1	**Aquisição de bens e serviços**	D2			**969,00**	**591,00**											
2.5.1.	02	2022	A 1	Aquisição de bens e serviços	D2			2.002,50	11.347,50											
2.5.1.	02	2022	A 1	Aquisição de bens e serviços	D2			25.000,00												
2.5.1.	02	2022	A 1	Aquisição de bens e serviços	D2			1.867,50	5.492,50											
2.5.1.	02	2022	A 1	Aquisição de bens e serviços	D2			15.220,96	39.519,04											
2.5.1.	03	2021	A 3	Actividades e apoios de âmbito Cultural		OUTRA					2021/01/01	2026/12/31	324.950,00	1.024.301,00	1.349.751,00		307.219,80	307.219,80	94.54	22.76
2.5.1.	03	2021	A 3	**Aquisição de bens e serviços**	D2			**116,00**												
2.5.1.	03	2021	A 3	Aquisição de bens e serviços	D2			1.375,00												
2.5.1.	03	2021	A 3	Aquisição de bens e serviços	D2			4.747,00												
2.5.1.	03	2021	A 3	Aquisição de bens e serviços	D2			1.900,00												
2.5.1.	03	2021	A 3	Aquisição de bens e serviços	D2			15.095,00												
2.5.1.	03	2021	A 3	Aquisição de bens e serviços	D2			42.650,00												
2.5.1.	03	2021	A 3	Aquisição de bens e serviços	D2			104.975,00												
2.5.1.	03	2021	A 3	Aquisição de bens e serviços	D2			19.400,00												
2.5.1.	03	2021	A 3	Aquisição de bens e serviços	D2			1.150,00												
2.5.1.	03	2021	A 3	Aquisição de bens e serviços	02			31.450,00												
2.5.1.	03	2021	A 3	Aquisição de bens e serviços	02			5.000,00												
2.5.1.	03	2021	A 3	Administração Local	D4115			20,00												
2.5.1.	03	2021	A 3	Entidades do Setor Não Lucrativo	D412			56.234,00												
2.5.1.	03	2021	A 3	Outras despesas correntes	D5			9.630,00												
2.5.1.	03	2022	A 2	Bolsas de Investigação	D413			2.000,00			2022/07/01	2026/12/31	2.000,00	6.000,00	10.000,00					
2.5.2.				**Desporto, recreio e lazer**				**256.500,00**					256.500,00	1.063.504,00	1.320.004,00		239.129,30	239.129,30	93.23	18.12
2.5.2.	01	2009		**Actividades Desportivas, Recreativas e de Lazer**				**30.000,00**					30.000,00	115.000,00	145.000,00		23.954,38	23.954,38	79.85	16.21
2.5.2.	0107	2018	A 14	Juventude em movimento	D413	OUTRA		30.000,00			2018/01/01	2026/12/31	30.000,00	118.000,00	145.000,00		23.954,38	23.954,38	79.85	16.21
						Total :		5.669.009,96	56.940,04				5.725.950,00	16.722.917,00	22.448.867,00		5.474.758,25	5.474.758,25	95.61	24.39

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES CORRIGIDAS

Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : RUBRICA ORÇAMENTAL

Período : 2022/01/01 2022/12/31

Euros

Objetivo	Número do projeto			Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %
	Código	Ano	Tipo Número				R G	R P	D E	EMPR	Início	Fim	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
[1]	[2]			[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]	[18]	[19]
2.5.2.	04	2021	A 4	Atividades e apoios de âmbito Desportivo e Recreativo		OUTRA					2021/01/01	2026/12/31	226.500,00	945.504,00	1.172.004,00		215.144,72	215.144,72	94.99	18.36
2.5.2.	04	2021	A 4	**Aquisição de bens e serviços**	D2			**14.000,00**												
2.5.2.	04	2021	A 4	Aquisição de bens e serviços	D2			3.000,00												
2.5.2.	04	2021	A 4	Aquisição de bens e serviços	D2			1.200,00												
2.5.2.	04	2021	A 4	Aquisição de bens e serviços	D2			5.000,00												
2.5.2.	04	2021	A 4	Aquisição de bens e serviços	D2			6.150,00												
2.5.2.	04	2021	A 4	Aquisição de bens e serviços	D2			500,00												
2.5.2.	04	2021	A 4	Aquisição de bens e serviços	D2			3.500,00												
2.5.2.	04	2021	A 4	Aquisição de bens e serviços	D2			1.000,00												
2.5.2.	04	2021	A 4	Aquisição de bens e serviços	D2			20.300,00												
2.5.2.	04	2021	A 4	Aquisição de bens e serviços	D2			3.500,00												
2.5.2.	04	2021	A 4	Entidades do Setor Não Lucrativo	D412			167.500,00												
2.5.2.	04	2021	A 4	Outras despesas correntes	D5			250,00												
3.				**Funções económicas**				**428.405,00**					428.405,00	1.395.581,00	1.823.986,00		236.119,67	236.119,67	55.12	12.95
3.2.				**Industria e energia**				**428.405,00**					428.405,00	1.395.581,00	1.823.986,00		236.119,67	236.119,67	55.12	12.95
3.2.	01	2003		**Iluminação Pública**				**428.405,00**					428.405,00	1.395.581,00	1.823.986,00		236.119,67	236.119,67	55.12	12.95
3.2.	0101	2014	A 20	Encargos com a iluminação pública	D2	OUTRA		428.405,00			2014/01/01	2026/12/31	428.405,00	1.395.581,00	1.823.986,00		236.119,67	236.119,67	55.12	12.95
4.				**Outras funções**				**3.329.400,00**					3.329.400,00	6.776.726,00	10.106.126,00		3.009.680,22	3.009.680,22	90.40	29.78
4.2.				**Transferencias entre administrações**				**3.329.400,00**					3.329.400,00	6.776.726,00	10.106.126,00		3.009.680,22	3.009.680,22	90.40	29.78
4.2.1.				**Administrações publicas**				**3.062.900,00**					3.062.900,00	5.588.884,00	8.651.784,00		2.591.399,49	2.591.399,49	94.50	33.45
4.2.1.	01	2014	A 22	Transferências p/Juntas de Freguesia no âmbito da delegação de competencias, protocolos e autos de transferência		OUTRA					2014/01/01	2026/12/31	2.696.800,00	4.946.616,00	7.643.416,00		2.619.832,72	2.619.832,72	97.15	34.28
4.2.1.	01	2014	A 22	**Administração Local**	D4115			**640.000,00**												
4.2.1.	01	2014	A 22	Administração Local	D7115			2.056.600,00												
4.2.1.	01	2015	A 1	Comparticipação Municipal a CIM		OUTRA					2015/01/01	2026/12/31	366.300,00	642.065,00	1.008.365,00		274.566,77	274.566,77	74.96	27.23
4.2.1.	01	2015	A 1	**Administração Local**	D4115			**350.200,00**												
4.2.1.	01	2015	A 1	Administração Local	D7115			16.100,00												
4.2.2.				**Administrações privadas**				**266.500,00**					266.500,00	1.187.842,00	1.454.342,00		115.260,73	115.260,73	43.26	7.93
4.2.2.	01	2003		**Transferencias p/Administrações privadas**				**266.500,00**					266.500,00	1.187.842,00	1.454.342,00		115.260,73	115.260,73	43.26	7.93
4.2.2.	0101	2008	A 55	Instituições sem fins lucrativos		OUTRA					2008/01/01	2026/12/31	266.500,00	1.187.842,00	1.454.342,00		115.260,73	115.260,73	43.26	7.93
4.2.2.	0101	2008	A 55	**Entidades do Setor Não Lucrativo**	D412			**71.500,00**												
4.2.2.	0101	2008	A 55	Entidades do Setor não Lucrativo	D712			195.000,00												
						Total :		9.653.314,96	56.940,04				9.710.255,00	25.840.728,00	35.550.983,00		8.935.703,06	8.935.703,06	92.02	25.13

ORGÃO EXECUTIVO
Em 24 de abril de 2023

ORGÃO DELIBERATIVO
Em 28 de abril de 2023

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos (PPI)

PÓVOA DE LANHOSO
Município

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES CORRIGIDAS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : RUBRICA ORÇAMENTAL

Periodo : 2022/01/01 2022/12/31

Euros

Objetivo	Número do projeto			Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %
	Código	Ano	Tipo Número				R G	R F	U E	EMPR	Inicio	Fim	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
[1]	[2]			[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]	[18]	[19]
1.				**Funções gerais**				**222.538,27**	**139.298,73**				361.837,00	618.852,00	980.689,00		323.549,04	323.549,04	89.42	32.99
1.1.				**Serviços gerais de administração pública**				**222.538,27**	**139.298,73**				361.837,00	618.852,00	980.689,00		323.549,04	323.549,04	89.42	32.99
1.1.1.				**Administracao geral**				**222.538,27**	**139.298,73**				361.837,00	618.852,00	980.689,00		323.549,04	323.549,04	89.42	32.99
1.1.1.1.				**Edificios**				**50.626,27**	**102.198,73**				160.825,00	60.000,00	220.825,00		147.191,21	147.191,21	91.52	66.66
1.1.1.1.	01	2017	I 1	Aumento da eficiência energética em edifícios municipais		EMPREITADA					2017/01/01	2021/12/31	20.885,00		20.885,00		19.386,43	19.386,43	92.82	92.82
1.1.1.1.	**01**	2017	I 1	**Aquisição de bens e serviços**	B2			**5.535,00**												
1.1.1.1.	01	2017	I 1	Aquisição de bens de capital	B6			15.350,00												
1.1.1.1.	**01**	2021	I 3	Conservação/beneficiação de Edificios p/serviços Municipais	B6	EMPREITADA		19.540,00			2021/01/01	2025/12/31	19.540,00	60.000,00	79.540,00		12.904,28	12.904,28	66.04	16.22
1.1.1.1.	**01**	2022	I 1	Póvoa de Lanhoso Digital 21		OUTRA					2022/01/01	2022/12/31	120.400,00		120.400,00		114.900,45	114.900,45	95.43	95.43
1.1.1.1.	**01**	2022	I 1	**Aquisição de bens e serviços**	B2			**2.958,54**	**16.341,46**											
1.1.1.1.	01	2022	I 1	Aquisição de bens e serviços	B2			369,00	2.091,00											
1.1.1.1.	01	2022	I 1	Aquisição de bens de capital	B6			8.618,23	49.241,77											
1.1.1.1.	01	2022	I 1	Aquisição de bens de capital	B6			6.055,50	34.524,50											
1.1.1.2.				**Material de transporte**				**12.610,00**					12.610,00	120.040,00	132.650,00		12.249,57	12.249,57	97.14	9.23
1.1.1.2.	01	2021	I 4	Equipamento de Transporte		OUTRA					2021/01/01	2025/12/31	12.610,00	120.040,00	132.650,00		12.249,57	12.249,57	97.14	9.23
1.1.1.2.	01	2021	I 4	**Aquisição de bens de capital**	B6			**12.600,00**												
1.1.1.2.	01	2021	I 4	Aquisição de bens de capital	B6			10,00												
1.1.1.3.				**Maquinaria e Equipamento**				**151.302,00**	**37.100,00**				186.402,00	438.812,00	625.214,00		164.108,26	164.108,26	87.11	26.16
1.1.1.3.	01	2021	I 5	Equipamento p/serviços municipais		OUTRA					2021/01/01	2025/12/31	186.402,00	438.812,00	625.214,00		164.108,26	164.108,26	87.11	26.16
1.1.1.3.	01	2021	I 5	**Aquisição de bens de capital**	B6			**17.550,00**	**10.300,00**											
1.1.1.3.	01	2021	I 5	Aquisição de bens de capital	B6			42.100,00	17.300,00											
1.1.1.3.	01	2021	I 5	Aquisição de bens de capital	B6			25.400,00												
1.1.1.3.	01	2021	I 5	Aquisição de bens de capital	B6			17.400,00												
1.1.1.3.	01	2021	I 5	Aquisição de bens de capital	B6			14.250,00	9.500,00											
1.1.1.3.	01	2021	I 5	Aquisição de bens de capital	B6			34.600,00												
1.1.1.3.	01	2021	I 5	Aquisição de bens de capital	B6			1,00												
1.1.1.3.	01	2021	I 5	Aquisição de bens de capital	B6			1,00												
2.				**Funções sociais**				**897.124,04**	**834.120,96**	**88.300,00**			1.809.545,00	10.183.500,00	11.993.045,00		1.221.720,19	1.221.720,19	67.52	10.19
2.1.				**Educação**				**116.990,00**	**17.130,00**	**38.269,00**			172.389,00	545.377,00	717.766,00		127.611,68	127.611,68	74.03	17.78
2.1.1.				**Ensino não superior**				**116.990,00**	**17.130,00**	**38.269,00**			172.389,00	545.377,00	717.766,00		127.611,68	127.611,68	74.03	17.78
2.1.1.1.				**Ensino pré-escolar**						**12.593,00**			12.593,00	4.000,00	16.593,00					
2.1.1.1.	03	2022	I 16	Requalificação do Jardim de Infância de Taide		EMPREITADA				9.222,00	2022/11/01	2023/06/30	9.222,00	1.000,00	10.222,00					
2.1.1.1.	04	2022	I 17	Requalificação do Jardim de Infância de Travassos		EMPREITADA				3.371,00	2022/11/01	2023/06/30	3.371,00	1.000,00	4.371,00					
2.1.1.1.	05	2022	I 18	Requalificação do Jardim de Infância de Sieiães		EMPREITADA					2022/11/01	2023/06/30		1.000,00	1.000,00					
2.1.1.1.	06	2022	I 19	Requalificação do Jardim de Infância de Garfe		EMPREITADA					2022/11/01	2023/06/30		1.000,00	1.000,00					
2.1.1.2.				**Ensino básico**				**109.030,00**	**17.130,00**	**25.676,00**			151.676,00	540.377,00	692.253,00		120.358,77	120.358,77	79.35	17.39
2.1.1.2.	01	2016	I 19	Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica Gonçalo Sampaio		EMPREITADA					2016/01/01	2022/12/31	22.700,00	270.000,00	292.700,00		1.897,40	1.897,40	8.36	0.65
2.1.1.2.	01	2016	I 19	**Aquisição de bens de capital**	D6			**1.900,00**												
2.1.1.2.	01	2016	I 19	Aquisição de bens de capital	D6			3.670,00	17.130,00											
2.1.1.2.	01	2017	I 2	Projecto "Tu decides"		OUTRA					2017/01/01	2026/12/31	10.000,00	40.000,00	50.000,00		1.814,33	1.814,33	18.14	3.63
2.1.1.2.	01	2017	I 2	**Aquisição de bens e serviços**	D2			**523,43**												
2.1.1.2.	01	2017	I 2	Aquisição de bens e serviços	D2			3.590,00												
2.1.1.2.	01	2017	I 2	Aquisição de bens e serviços	D2			935,00												
2.1.1.2.	01	2017	I 2	Aquisição de bens de capital	D6			4.951,57												
2.1.1.2.	01	2021	I 7	Conservação/beneficiação de instalações Escolares		EMPREITADA					2021/01/01	2026/12/31	46.676,00	92.733,00	139.409,00		45.910,53	45.910,53	98.36	35.48
						Total :		236.106,27	156.428,73	12.593,00			453.806,00	1.015.585,00	1.469.391,00		373.171,30	373.171,30	82.23	25.40

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES CORRIGIDAS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : RUBRICA ORÇAMENTAL

Período : 2022/01/01 2022/12/31

Euros

Objetivo	Número do projeto				Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %
	Código	Ano	Tipo	Número				R G	R P	D E	ENER	Início	Fim	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
[1]	[2]				[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]	[18]	[19]
2.1.1.2.	01	2021	I	7	**Aquisição de bens de capital**	D6			**20.500,00**												
2.1.1.2.	01	2021	I	7	Aquisição de bens de capital	D6			500,00												
2.1.1.2.	01	2021	I	7	Aquisição de bens de capital	D6					25.676,00										
2.1.1.2.	02	2021	I	6	Equipamento		OUTRA					2021/01/01	2026/12/31	72.500,00	130.644,00	203.144,00		70.736,51	70.736,51	97.57	34.82
2.1.1.2.	02	2021	I	8	**Aquisição de bens e serviços**	D2			**5.500,00**												
2.1.1.2.	02	2021	I	8	Aquisição de bens e serviços	D2			5.000,00												
2.1.1.2.	02	2021	I	8	Aquisição de bens de capital	D6			35.300,00												
2.1.1.2.	02	2021	I	8	Aquisição de bens de capital	D6			23.000,00												
2.1.1.2.	02	2021	I	8	Aquisição de bens de capital	D6			700,00												
2.1.1.2.	02	2022	I	15	Requalificação da Escola Básica de Taíde	D6	EMPREITADA					2022/11/01	2023/06/30		1.000,00	1.000,00					
2.1.1.2.	07	2022	I	20	Requalificação da Escola EB1/JI da Póvoa de Lanhoso	D6	EMPREITADA					2022/11/01	2023/06/30		1.000,00	1.000,00					
2.1.1.2.	08	2022	I	21	Requalificação do Centro Educativo António Lopes	D6	EMPREITADA					2022/11/01	2023/06/30		1.000,00	1.000,00					
2.1.1.2.	09	2022	I	22	Requalificação do Centro Educativo D.ª Elvira Câmara Lopes	D6	EMPREITADA					2022/11/01	2023/06/30		13.000,00	13.000,00					
2.1.1.2.	10	2022	I	23	**Requalificação do Centro do Cávado**	D6	EMPREITADA					2022/11/01	2023/06/30		1.000,00	1.000,00					
2.1.1.3.					**Ensino secundário**				**7.920,00**					7.920,00	1.000,00	8.920,00		7.252,91	7.252,91	91.58	81.31
2.1.1.3.	01	2020	I	2	**Reabilitação do edifício da EPAVE**	D6	EMPREITADA		660,00			2020/01/01	2021/12/31	660,00		660,00					
2.1.1.3.	03	2020	I	13	Remoção de fibrocimento na Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso	D6	EMPREITADA		7.260,00			2020/06/01	2021/12/31	7.260,00		7.260,00		7.252,91	7.252,91	99.90	99.90
2.1.1.3.	01	2022	I	14	Requalificação da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso	D6	EMPREITADA					2022/11/01	2023/06/30		1.000,00	1.000,00					
2.2.					**Saúde**				**500,00**					500,00	2.074,00	2.574,00		180,00	180,00	36.00	6.99
2.2.1.					**Serviços individuais de saúde**				**500,00**					500,00	2.074,00	2.574,00		180,00	180,00	36.00	6.99
2.2.1.	01	2021	I	9	Equipamento p/serviços de saúde	D6	OUTRA		500,00			2021/01/01	2026/12/31	500,00	2.074,00	2.574,00		180,00	180,00	36.00	6.99
2.4.					**Habitação e serviços colectivos**				**530.457,64**	**230.342,36**				760.800,00	7.275.520,00	8.036.320,00		510.811,94	510.811,94	67.14	6.36
2.4.1.					**Habitação**				**46.000,00**					46.000,00	2.743.868,00	2.789.868,00					
2.4.1.	01	2021	I	10	Construção/conservação de Habitações Sociais	D6	EMPREITADAS		43.500,00			2021/01/01	2026/12/31	43.500,00	10.368,00	53.868,00					
2.4.1.	01	2022	I	12	Habitação para Todos (Programa 1.º Direito)		EMPREITADA					2022/01/01	2026/12/31	2.500,00	2.733.500,00	2.736.000,00					
2.4.1.	01	2022	I	12	**Aquisição de bens e serviços**	D2			**500,00**												
2.4.1.	01	2022	I	12	Aquisição de bens de capital	D6			500,00												
2.4.1.	01	2022	I	12	Aquisição de bens de capital	D6			500,00												
2.4.1.	01	2022	I	12	Aquisição de bens de capital	D6			500,00												
2.4.1.	01	2022	I	12	Aquisição de bens de capital	D6			500,00												
2.4.2.					**Ordenamento do território**				**229.978,00**					229.978,00	2.418.513,00	2.648.491,00		138.974,63	138.974,63	60.43	5.25
2.4.2.1.					**Planos municipais de ordenamento**				**45.000,00**					45.000,00	180.000,00	225.000,00		16.961,70	16.961,70	37.69	7.54
2.4.2.1.	02	2002			**Ordenamento do território**				**45.000,00**					45.000,00	180.000,00	225.000,00		16.961,70	16.961,70	37.69	7.54
2.4.2.1.	0202	2018	I	17	Mapas e Planos Municipais	D6	OUTRA		45.000,00			2018/01/01	2026/12/31	45.000,00	180.000,00	225.000,00		16.961,70	16.961,70	37.69	7.54
2.4.2.2.					**Reabilitação urbana e rural**				**181.877,00**					181.877,00	1.997.031,00	2.178.908,00		119.045,13	119.045,13	65.45	5.46
2.4.2.2.	02	2002			**Reabilitação Urbana e Rural**				**22.577,00**					22.577,00	12,00	22.589,00		22.558,93	22.558,93	99.92	99.87
2.4.2.2.	0203	2010	I	2	Expropriação e/ou aquisição de imóveis		OUTRA					2010/01/01	2026/12/31	22.577,00	12,00	22.589,00		22.558,93	22.558,93	99.92	99.87
2.4.2.2.	0203	2010	I	2	**Aquisição de bens de capital**	D6			**22.575,00**												
2.4.2.2.	0203	2010	I	2	Aquisição de bens de capital	D6			1,00												
2.4.2.2.	0203	2010	I	2	Aquisição de bens de capital	D6			1,00												
2.4.2.2.	01	2021	I	25	Construção e beneficiação de arruamentos e obras complementares	D6	EMPREITADA		159.300,00			2021/01/01	2026/12/31	159.300,00	1.997.019,00	2.156.319,00		96.486,20	96.486,20	60.57	4.47
2.4.2.3.					**Serviços colectivos**				**3.101,00**					3.101,00	241.462,00	244.563,00		2.968,00	2.968,00	95.71	1.21
2.4.2.3.	01	2021	I	26	Serviços Colectivos		OUTRA					2021/01/01	2026/12/31	3.101,00	41.462,00	44.563,00		2.968,00	2.968,00	95.71	6.66
2.4.2.3.	01	2021	I	26	**Aquisição de bens de capital**	D6			**3.050,00**												
2.4.2.3.	01	2021	I	26	Aquisição de bens de capital	D6			1,00												
							Total :		615.956,27	156.428,73	38.269,00			810.704,00	6.128.684,00	6.939.388,00		590.315,55	590.315,55	72.82	8.51

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES CORRIGIDAS
Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : RUBRICA ORÇAMENTAL
Periodo : 2022/01/01 2022/12/31
Euros

Objetivo	Número do projeto				Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %
	Código	Ano	Tipo	Número				R G	R F	O E	EMPR	Inicio	Fim	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
[1]	[2]				[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]	[18]	[19]
2.4.2.3.	01	2021	I	26	Aquisição de bens de capital	D6			50,00												
2.4.2.3.	01	2022	I	3	Canil e Gatil	D6	EMPREITADA					2022/07/01	2024/12/31		200.000,00	200.000,00					
2.4.3.					**Saneamento**				**71.000,00**					71.000,00	527.106,00	598.106,00		4.510,30	4.510,30	6.35	0.50
2.4.3.1.					**Esgotos domésticos**				**70.000,00**					70.000,00	785.631,00	855.631,00		4.510,30	4.510,30	6.44	0.53
2.4.3.1.	06	2021	I	11	Fecho da Rede de Saneamento na Freguesia de Lanhoso	D6	EMPREITADA					2023/01/01	2024/12/31		55.000,00	55.000,00					
2.4.3.1.	08	2021	I	12	Fecho da Rede de Saneamento na Freguesia de Póvoa de Lanhoso	D6	EMPREITADA					2022/06/30	2024/12/31		150.000,00	150.000,00					
2.4.3.1.	21	2021	I	13	Fecho da Rede de Saneamento na União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira	D6	EMPREITADA					2023/01/01	2024/12/31		170.000,00	170.000,00					
2.4.3.1.	01	2021	I	31	Construção/beneficiação de redes de saneamento do concelho	D6	EMPREITADA		70.000,00			2021/01/01	2026/12/31	70.000,00	410.631,00	480.631,00		4.510,30	4.510,30	6.44	0.94
2.4.3.2.					**Águas pluviais**				**1.000,00**					1.000,00	41.475,00	42.475,00					
2.4.3.2.	01	2021	I	14	Construção, remodelação e manutenção da rede geral	D6	OUTRA		1.000,00			2021/01/01	2026/12/31	1.000,00	41.475,00	42.475,00					
2.4.4.					**Abastecimento de Água**				**67.970,00**					67.970,00	572.395,00	640.365,00		48.003,92	48.003,92	70.63	7.50
2.4.4.	09	2015	I	2	Fecho da Rede de Abastecimento de Água na Freguesia de Rendufinho	D6	EMPREITADA		123,00			2015/01/01	2020/06/30	123,00		123,00					
2.4.4.	12	2016	I	2	Fecho da Rede de Abastecimento de Água na Freguesia de Serzedelo	D6	EMPREITADA		1.294,00			2016/01/01	2020/06/30	1.294,00		1.294,00					
2.4.4.	18	2021	I	16	Fecho da Rede de Abastecimento de Água na União de Freguesias de Calvos e Frades	D6	EMPREITADA					2023/01/01	2023/12/31		55.000,00	55.000,00					
2.4.4.	20	2015	I	1	Fecho da Rede de Abastecimento de Água na União de Freguesias de Esperança e Brunhais e Oliveira	D6	EMPREITADA		953,00			2015/01/01	2020/06/30	953,00		953,00					
2.4.4.	01	2019	I	22	Redução de perdas nos sistemas de distribuição e adução de água no Município da Póvoa de Lanhoso	D6	EMPREITADA		1.000,00			2019/05/01	2021/12/31	1.000,00		1.000,00					
2.4.4.	01	2021	I	32	Remodelação e ampliação da rede de Abastecimento de Água	D6	EMPREITADA		64.550,00			2021/01/01	2026/12/31	64.550,00	414.736,00	479.286,00		48.003,92	48.003,92	74.37	10.02
2.4.4.	02	2021	I	15	Equipamento Básico	D6	OUTRA		50,00			2021/01/01	2026/12/31	50,00	102.659,00	102.709,00					
2.4.5.					**Resíduos sólidos**				**12.050,00**					12.050,00	167.971,00	180.021,00		11.494,47	11.494,47	95.39	6.39
2.4.5.	01	2021	I	17	Equipamento de recolha de RSU		OUTRA					2021/01/01	2026/12/31	12.050,00	167.971,00	180.021,00		11.494,47	11.494,47	95.39	6.39
2.4.5.	01	2021	I	17	**Aquisição de bens de capital**	D6			**50,00**												
2.4.5.	01	2021	I	17	Aquisição de bens de capital	D6			11.500,00												
2.4.5.	01	2021	I	17	Aquisição de bens de capital	D6			500,00												
2.4.6.					**Protecção do meio ambiente e conservação da natureza**				**103.459,64**	**230.342,36**				333.802,00	545.667,00	879.469,00		307.828,42	307.828,42	92.22	35.00
2.4.6.	01	2020	I	1	Valorização da estrutura de apoio à praia fluvial de Verim	D6	EMPREITADA		67.157,64	230.342,36		2020/01/01	2023/03/31	297.500,00	10.000,00	307.500,00		297.461,02	297.461,02	99.99	96.74
2.4.6.	01	2021	I	19	Beneficiação do cemitério municipal	D6	EMPREITADA		25.000,00			2021/01/01	2026/12/31	25.000,00	71.368,00	96.368,00					
2.4.6.	02	2021	I	16	Execução e manutenção de viveiros, parques e espaços verdes		OUTRA					2021/01/01	2026/12/31	11.302,00	64.299,00	75.601,00		10.367,40	10.367,40	91.73	13.71
2.4.6.	02	2021	I	18	**Aquisição de bens de capital**	D6			**1.231,00**												
2.4.6.	02	2021	I	18	Aquisição de bens de capital	D6			5.570,00												
2.4.6.	02	2021	I	18	Aquisição de bens de capital	D6			200,00												
2.4.6.	02	2021	I	18	Aquisição de bens de capital	D6			4.200,00												
2.4.6.	02	2021	I	18	Aquisição de bens de capital	D6			100,00												
2.4.6.	02	2021	I	18	Aquisição de bens de capital	D6			1,00												
2.4.6.	01	2022	I	4	Projecto Andorinha		EMPREITADA					2023/01/01	2024/12/31		300.000,00	300.000,00					
2.4.6.	02	2022	I	5	Ecocentros	D6	OUTRA					2022/07/01	2025/12/31		100.000,00	100.000,00					
2.5.					**Serviços culturais, recreativos e religiosos**				**239.176,48**	**586.648,60**	**50.031,00**			875.856,00	2.360.529,00	3.236.385,00		583.116,57	583.116,57	66.58	18.02
					Total :				830.485,91	366.771,09	36.269,00			1.295.526,00	8.441.823,00	9.737.349,00		962.152,66	962.152,66	74.27	9.88

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES CORRIGIDAS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : RUBRICA ORÇAMENTAL

Período : 2022/01/01 2022/12/31

Euros

Objetivo	Número do projeto			Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %
	Código	Ano	Tipo Número				R G	R P	O E	EMPR	Início	Fim	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
[1]	[2]			[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]	[18]	[19]
2.5.1.				**Cultura**				**120.026,40**	**433.340,60**				553.375,00	61.846,00	615.221,00		470.233,07	470.233,07	84.96	76.43
2.5.1.	01	2020	I 3	Casa do Livro		EMPREITADA					2020/01/01	2023/03/31	546.525,00	10.000,00	556.525,00		463.956,97	463.956,97	84.89	83.37
2.5.1.	01	2020	I 3	**Aquisição de bens e serviços**	D2			**3.509,43**	**1.387,50**											
2.5.1.	01	2020	I 3	Aquisição de bens de capital	D6			77.455,54	349.726,95											
2.5.1.	01	2020	I 3	Aquisição de bens de capital	D6			6.335,92	18.934,26											
2.5.1.	01	2020	I 3	Aquisição de bens de capital	D6			8.010,02	7.439,81											
2.5.1.	01	2020	I 3	Aquisição de bens de capital	D6			17.865,49	54.860,08											
2.5.1.	01	2021	I 20	Conservação/beneficiação de Edifícios Culturais	D6	ADM. DIR.		3.450,00			2021/01/01	2026/12/31	3.450,00	20.739,00	24.189,00		3.005,10	3.005,10	87.10	12.42
2.5.1.	02	2021	I 21	Equipamento, Obras de Arte e objectos de colecção		OUTRA					2021/01/01	2026/12/31	3.300,00	31.107,00	34.507,00		3.275,00	3.275,00	96.32	9.49
2.5.1.	02	2021	I 21	**Aquisição de bens de capital**	D6			**200,00**												
2.5.1.	02	2021	I 21	Aquisição de bens de capital	D6			3.200,00												
2.5.2.				**Desporto, recreio e lazer**				**119.150,00**	**153.300,00**	**50.031,00**			322.481,00	2.299.683,00	2.621.164,00		112.879,50	112.879,50	35.00	4.31
2.5.2.	01	2019	I 23	COLEOPTER - Projeto piloto para Instalações Desportivas		OUTRA					2019/10/01	2022/12/31	205.000,00		205.000,00					
2.5.2.	01	2019	I 23	**Aquisição de bens e serviços**	D2			**800,00**	**2.400,00**											
2.5.2.	01	2019	I 23	Aquisição de bens e serviços	D2			1.825,00	5.475,00											
2.5.2.	01	2019	I 23	Aquisição de bens de capital	D6			49.075,00	145.425,00											
2.5.2.	01	2021	I 22	Conservação/beneficiação de instalações desportivas e recreativas Municipais		OUTRA					2021/01/01	2026/12/31	54.100,00	20.736,00	74.836,00		54.017,33	54.017,33	99.85	72.16
2.5.2.	01	2021	I 22	**Aquisição de bens e serviços**	D2			**17.000,00**												
2.5.2.	01	2021	I 22	Aquisição de bens de capital	D6			5.300,00												
2.5.2.	01	2021	I 22	Aquisição de bens de capital	D6			31.800,00												
2.5.2.	02	2021	I 23	Equipamento	D6	OUTRA		12.250,00		50.031,00	2021/01/01	2026/12/31	62.231,00	41.475,00	103.756,00		58.862,17	58.862,17	94.51	56.73
2.5.2.	03	2021	I 24	Requalificação de parques infantis		OUTRA					2021/01/01	2026/12/31	1.000,00	41.472,00	42.472,00					
2.5.2.	03	2021	I 24	**Aquisição de bens de capital**	D6			**500,00**												
2.5.2.	03	2021	I 24	Aquisição de bens de capital	D6			500,00												
2.5.2.	01	2022	I 6	Zona desportiva do Baixo Concelho	D6	EMPREITADA					2023/01/01	2024/12/31		100.000,00	100.000,00					
2.5.2.	02	2022	I 7	Parque Desportivo Municipal		EMPREITADA					2023/01/01	2025/12/31		1.550.000,00	1.550.000,00					
2.5.2.	03	2022	I 6	Ecovia		EMPREITADA					2023/01/01	2025/12/31		505.000,00	505.000,00					
2.5.2.	04	2022	I 13	Orçamento participativo Jovem	D6			100,00			2022/01/01	2026/12/31	100,00	40.000,00	40.100,00					
3.				**Funções económicas**				**823.149,71**	**216.658,29**	**297.632,00**			1.337.440,00	12.944.009,00	14.281.449,00		980.317,71	980.317,71	73.05	6.93
3.2.				**Indústria e energia**				**332.800,00**					332.600,00	2.892.211,00	3.225.011,00		324.596,95	324.596,95	97.54	10.06
3.2.	01	2016	I 5	Melhoria da eficiência energética da iluminação pública na Vila da Póvoa de Lanhoso		EMPREITADA					2016/01/01	2033/12/31	313.300,00	2.830.000,00	3.143.300,00		305.142,06	305.142,06	97.40	9.71
3.2.	01	2016	I 5	**Aquisição de bens e serviços**	D2			**305.500,00**												
3.2.	01	2016	I 5	Aquisição de bens de capital	D6			7.800,00												
3.2.	01	2021	I 27	Rede de Iluminação Pública do Concelho	D6	EMPREITADA		19.500,00			2021/01/01	2026/12/31	19.500,00	62.211,00	81.711,00		19.454,89	19.454,89	99.77	23.81
3.3.				**Transportes e comunicações**				**264.265,00**		**297.632,00**			561.897,00	9.411.058,00	9.972.955,00		449.664,32	449.664,32	80.03	4.51
3.3.1.				**Transportes rodoviários**				**264.265,00**		**297.632,00**			561.897,00	9.411.058,00	9.972.955,00		449.664,32	449.664,32	80.03	4.51
3.3.1.1.				**Rede viária e sinalização**				**264.265,00**		**297.632,00**			561.897,00	9.411.058,00	9.972.955,00		449.664,32	449.664,32	80.03	4.51
3.3.1.1.	02	2020	I 6	Requalificação das Ruas de Padim e Várzeas na União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira	D6	EMPREITADA		7.300,00		25.319,00	2020/06/01	2021/06/30	32.619,00		32.619,00		31.892,46	31.892,46	97.62	97.62
3.3.1.1.	04	2020	I 8	Requalificação da EM 602 da rotunda da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso até à Freguesia de Vilela	D6	EMPREITADA		78.200,00		254.500,00	2020/06/01	2022/06/30	332.700,00		332.700,00		332.585,13	332.585,13	99.97	99.97
3.3.1.1.	05	2020	I 9	Requalificação da Rua Senhora da Conceição na Freguesia de Serzedelo	D6	EMPREITADA		100,00		1.777,00	2020/06/01	2021/06/30	1.877,00		1.877,00		1.776,91	1.776,91	94.66	94.66
						Total :		1.528.062,31	973.419,69	369.926,00			2.391.408,00	13.691.563,00	16.565.971,00		2.236.100,58	2.236.100,58	77.87	13.50

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES CORRIGIDAS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : RUBRICA ORÇAMENTAL

Período : 2022/01/01 2022/12/31

Euros

Objetivo	Número do projeto				Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de financiamento				Datas		Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %
	Código	Ano	Tipo	Número				R G	R P	O E	ENPF	Início	Fim	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
[1]		[2]			[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]=[12]-[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]	[18]	[19]
3.3.1.1.	06	2020	I	10	Requalificação da Estrada da Brasileira na Freguesia de Sobradelo da Goma	D6	EMPREITADA		30.950,00		626,07	2020/06/01	2021/06/30	31.576,07		31.576,07		31.556,61	31.556,61	99.94	99.94
3.3.1.1.	07	2020	I	11	Requalificação da Rua do Grupo Desportivo de Porto D Ave e da Rua do Agro na Freguesia de Taide	D6	EMPREITADA		100,00		15.379,93	2020/06/01	2021/06/30	15.479,93		15.479,93		15.379,42	15.379,42	99.35	99.35
3.3.1.1.	01	2021	I	28	Sinalização da Rede Viária Municipal		EMPREITADA					2021/01/01	2026/12/31	6.300,00	103.686,00	109.986,00		6.115,56	6.115,56	97.07	5.56
3.3.1.1.	01	2021	I	28	**Aquisição de bens de capital**	D6			**6.200,00**												
3.3.1.1.	01	2021	I	28	Aquisição de bens de capital	D6			100,00												
3.3.1.1.	02	2021	I	29	Beneficiação de arruamentos e obras complementares nas freguesias		EMPREITADA					2021/01/01	2026/12/31	70.500,00	207.372,00	277.872,00		30.063,42	30.063,42	42.64	10.82
3.3.1.1.	02	2021	I	29	**Aquisição de bens de capital**	D6			**10.000,00**												
3.3.1.1.	02	2021	I	29	Aquisição de bens de capital	D6			60.500,00												
3.3.1.1.	03	2021	I	34	Requalificação da Rua Faixão Bastos na freguesia da Póvoa de Lanhoso	D6	EMPREITADA		315,00			2021/05/01	2021/12/31	315,00		315,00		314,71	314,71	99.91	99.91
3.3.1.1.	01	2022	I	9	Recuperação da Ponte Gustave Eiffel	D6	EMPREITADA					2023/01/01	2025/12/31		200.000,00	200.000,00					
3.3.1.1.	02	2022	I	11	Via Circular Urbana		EMPREITADA					2022/07/01	2026/12/31	70.500,00	6.900.000,00	6.970.500,00					
3.3.1.1.	02	2022	I	11	**Aquisição de bens e serviços**	D2			**30.500,00**												
3.4.					**Comércio e turismo**				**155.462,91**	**15.890,09**				171.353,00	220.739,00	392.092,00		149.027,74	149.027,74	86.97	38.01
3.4.1.					**Mercados e feiras**				**150.462,91**	**15.890,09**				166.353,00	100.000,00	266.353,00		149.027,74	149.027,74	89.59	55.95
3.4.1.	01	2018	I	13	Reabilitação do Largo da feira e envolvente	D6	EMPREITADA		150.462,91	15.890,09		2018/01/01	2022/12/31	166.353,00	100.000,00	266.353,00		149.027,74	149.027,74	89.59	55.95
3.4.2.					**Turismo**				**5.000,00**					5.000,00	120.739,00	125.739,00					
3.4.2.	01	2021	I	30	Conservação/recuperação de património	D6	OUTRA		5.000,00			2021/01/01	2026/12/31	5.000,00	20.739,00	25.739,00					
3.4.2.	01	2022	I	10	Estação de promoção turística		EMPREITADA					2023/01/01	2024/12/31		100.000,00	100.000,00					
3.5.					**Outras funções económicas**				**70.621,80**	**208.768,20**				279.390,00	420.000,00	699.390,00		67.058,70	67.058,70	24.71	9.78
3.5.	01	2021	I	35	StartUp Fovoa		EMPREITADA					2021/07/01	2023/03/31	279.390,00	420.000,00	699.390,00		67.058,70	67.058,70	24.71	9.78
3.5.	01	2021	I	35	**Aquisição de bens e serviços**	D2			**1.360,00**												
3.5.	01	2021	I	35	Aquisição de bens de capital	D6			35.641,47	200.155,53											
3.5.	01	2021	I	35	Aquisição de bens de capital	D6			15.444,10	4,90											
3.5.	01	2021	I	35	Aquisição de bens de capital	D6			322,37	607,63											
3.5.	01	2021	I	35	Aquisição de bens de capital	D6			17.550,86	0,14											
4.					**Outras funções**				**3,00**					3,00	12,00	15,00					
4.3.					**Diversas não especificadas**				**3,00**					3,00	12,00	15,00					
4.3.1.					**Activos financeiros**				**3,00**					3,00	12,00	15,00					
4.3.1.	01	2021	I	6	Subscrição de Ativos Financeiros		OUTRA					2021/01/01	2026/12/31	3,00	12,00	15,00					
4.3.1.	01	2021	I	6	**Despesa com ativos financeiros**	D9			**1,00**												
4.3.1.	01	2021	I	6	Despesa com ativos financeiros	D9			1,00												
4.3.1.	01	2021	I	6	Despesa com ativos financeiros	D9			1,00												
							Total :		1.932.815,02	1.190.077,98	365.932,00			3.508.825,00	23.746.372,00	27.255.197,00		2.535.616,94	2.535.616,94	72.26	9.30

ÓRGÃO EXECUTIVO
Em 24 de abril de 2023

ÓRGÃO DELIBERATIVO
Em 28 de abril de 2023

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Anexos às demonstrações orçamentais

PÓVOA DE LANHOSO
Município

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

ANEXO I – Alterações orçamentais da receita

PÓVOA DE LANHOSO
Município

PERÍODO : 2022/01/02 2022/12/31 TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMUTATIVAS TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS 7 DO ANO CONTABILISTICO DE 2022 (ORÇAMENTO DO ANO : 2022)

Tipo de Visualização : TODAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS Desagregar : Considerar os anos seguintes : Euros

Rubricas [1]	Designação	Tipo [2]	Previsões iniciais [3]	Alterações Orçamentais Inscri./reforç. [4]	Alterações Orçamentais Dimin./anul. [5]	Alterações Orçamentais Créditos espec. [6]	Previsões corrigidas [7]=[3]+[4]+[5]+[6]	Observações [8]
R1	**Receita fiscal**		**3.905.569,00**				**3.905.569,00**	
R11	Impostos diretos		3.905.569,00				3.905.569,00	
R3	**Taxas, multas e outras penalidades**		**1.324.624,00**				**1.324.624,00**	
R4	**Rendimentos de propriedade**		**609.902,00**				**609.902,00**	
R5	**Transferências e subsídios correntes**		**9.071.131,00**	**1.851.048,00**	**458.710,00**		**10.463.469,00**	
R51	**Transferências correntes**		**9.071.130,00**	**1.851.048,00**	**458.710,00**		**10.463.468,00**	
R511	**Administrações Públicas**		**9.071.124,00**	**1.851.048,00**	**458.710,00**		**10.463.462,00**	
R5111	Administração Central - Estado Português	M	9.002.989,00	1.851.048,00	458.710,00		10.395.327,00	
R5112	Administração Central - Outras entidades		68.129,00				68.129,00	
R5113	Segurança Social		2,00				2,00	
R5115	Administração Local		4,00				4,00	
R513	Outras		6,00				6,00	
R52	Subsídios correntes		1,00				1,00	
R6	**Venda de bens e serviços**		**2.165.289,00**				**2.165.289,00**	
R7	**Outras receitas correntes**	M	**131.155,00**	**98.485,00**			**229.640,00**	
R8	**Venda de bens de investimento**		**16.214,00**				**16.214,00**	
R9	**Transferências e subsídios de capital**		**3.511.606,00**	**37.100,00**	**658.225,00**		**2.890.481,00**	
R91	**Transferências de capital**		**3.511.606,00**	**37.100,00**	**658.225,00**		**2.890.481,00**	
R911	**Administrações Públicas**		**3.511.600,00**	**37.100,00**	**658.225,00**		**2.890.475,00**	
R9111	Administração Central - Estado Português	M	3.511.117,00	37.100,00	658.225,00		2.889.992,00	
R9112	Administração Central - Outras entidades		2,00				2,00	
R9113	Segurança Social		1,00				1,00	
R9115	Administração Local		480,00				480,00	
R913	Outras		6,00				6,00	
R10	**Outras receitas de capital**	M	115.002,00		110.370,00		4.632,00	
R11	**Reposições não abatidas aos pagamentos**	M	1,00	5.555,19			5.556,19	
R12	**Receita com ativos financeiros**		3,00				3,00	
R13	**Receita com passivos financeiros**	M	254.504,00	**833.132,00**	701.700,00		385.936,00	
R14	**Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais**	M		**1.329.684,81**			**1.329.684,81**	
	Total		21.105.000,00	4.155.005,00	1.929.005,00		23.331.000,00	

(*) NOTAS:
(2) Tipo - campo de identif. do tipo de alteração:
P se alteração permutativa
M se alteração modificativa

ÓRGÃO EXECUTIVO
De 24 de abril de 2023

ÓRGÃO DELIBERATIVO
De 28 de abril de 2023

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

ANEXO II - Alterações orçamentais da despesa

PÓVOA DE LANHOSO
Município

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA
MUNICIPIO DA POVOA DE LANHOSO

PERÍODO : 2022/01/02 2022/12/31 TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMUTATIVAS 8 TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS 7 DO ANO CONTABILISTICO DE 2022 (ORÇAMENTO DO ANO : 2022

Tipo de Visualização : TODAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS Desagregar : Considerar os anos seguintes : Euros

Rubricas [1]	Designação	Tipo [2]	Dotações iniciais [3]	Alterações Orçamentais: Inscr./reforços [4]	Alterações Orçamentais: Dim./anulações [5]	Alterações Orçamentais: Créditos espec. [6]	Dotações corrigidas [7]=[3]+[4]+[5]+[6]	Observações [8]
D1	**Despesas com o pessoal**	P/M	6.120.515,00	1.396.550,00	128.270,00		7.388.795,00	
D11	Remunerações Certas e Permanentes	P/M	4.561.854,00	1.168.300,00	117.010,00		5.613.144,00	
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	P/M	198.961,00	3.350,00			202.311,00	
D13	Segurança social	P/M	1.359.700,00	224.900,00	11.260,00		1.573.340,00	
D2	**Aquisição de bens e serviços**	P/M	5.974.028,00	1.841.126,93	936.455,57		6.878.699,36	
D3	**Juros e outros encargos**	M	52.870,00	4.650,00	4.400,00		53.120,00	
D4	**Transferências e subsídios correntes**	P/M	2.426.501,00	740.734,00	382.530,00		2.784.705,00	
D41	**Transferências correntes**	P/M	2.254.000,00	704.984,00	382.530,00		2.576.454,00	
D411	**Administrações Públicas**	P/M	1.038.500,00	530.750,00	330.030,00		1.239.220,00	
D4112	Administração Central - Outras entidades	P/M	30.000,00	470.550,00	325.050,00		175.500,00	
D4115	Administração Local	P/M	1.008.500,00	60.200,00	4.980,00		1.063.720,00	
D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	P/M	747.500,00	147.234,00			894.734,00	
D413	Famílias	P/M	468.000,00	27.000,00	52.500,00		442.500,00	
D42	Subsídios Correntes	P/M	172.501,00	35.750,00			208.251,00	
D5	**Outras despesas correntes**	P/M	51.020,00	49.855,00	4.175,00		96.700,00	
D6	**Aquisição de bens de capital**	P/M	3.047.437,00	1.962.439,14	1.957.154,50		3.052.721,64	
D7	**Transferências e subsídios de capital**	P/M	2.550.600,00		255.000,00		2.295.600,00	
D71	**Transferências de capital**	P/M	2.550.600,00		255.000,00		2.295.600,00	
D711	**Administrações Públicas**	P/M	2.257.100,00		180.000,00		2.077.100,00	
D7112	Administração Central - Outras entidades		500,00				500,00	
D7115	Administração Local	P/M	2.256.600,00		180.000,00		2.076.600,00	
D712	Entidades do Setor não Lucrativo	P	268.500,00		55.000,00		213.500,00	
D713	Famílias	P/M	25.000,00		20.000,00		5.000,00	
D8	**Outras despesas de capital**	P/M	115.005,00	9.000,00	110.370,00		13.635,00	
D9	**Despesa com ativos financeiros**		3,00				3,00	
D10	**Despesa com passivos financeiros**		767.021,00				767.021,00	
	Total		21.105.000,00	6.004.355,07	3.778.355,07		23.331.000,00	

(*) NOTAS:
(2) Tipo - campo de identif. do tipo de alteração:
P se alteração permutativa
M se alteração modificativa

RÁ EFETIVO
Em 24 de abril de 2023

ÓRGÃO DELIBERATIVO
Em 28 de abril de 2023

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

ANEXO III - Alterações ao PAM

PÓVOA DE LANHOSO
Município

PERÍODO : 2022/01/02 2022/12/31 TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMUTATIVAS 7 TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS 7 DO ANO CONTABILISTICO DE 2022

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO Identif. Obj. : CLASSIFICADOR FUNCIONAL Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA Euros

Objetivo	Número do projeto			Descrição	Classificação	Datas		Pagamentos						Modificação (+/-)
								2022		Períodos seguintes				
[1]	Código [2]	Ano	Tipo Número	Designação do projeto [3]		Início [4]	Fim [5]	Dot. atual [6]	Dot. corrigida [7]	2023 [8]	2024 [9]	2025 [10]	2026 [11]	Outros [12]	[13] = [7] - [6]
1.2.1.	0101	2014	A 1	Apoio à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários		2014/01/01	2026/12/31								
2.				**Funções sociais**				3.948.650,00	5.708.100,00	301.500,00	-6.500,00	2.500,00			1.759.450,00
2.1.				**Educação**				1.541.500,00	3.130.250,00	300.500,00	2.500,00	2.500,00			1.588.750,00
2.1.1.				**Ensino não superior**				172.500,00	174.750,00						2.250,00
2.1.1.3.				**Ensino secundário**				172.500,00	174.750,00						2.250,00
2.1.1.3.	02	2020	A 1	Contratos de gestão da EPAVE	02/05010101	2020/01/01	2026/12/31	172.500,00	174.750,00						2.250,00
2.1.2.				**Serviços auxiliares de ensino**				1.369.000,00	2.955.500,00	300.500,00	2.500,00	2.500,00			1.586.500,00
2.1.2.	01	2009		**Ação social escolar**				125.000,00	125.500,00						500,00
2.1.2.	0101	2018	A 1	Bolsas de Estudo	02/04080202	2018/01/01	2026/12/31	125.000,00	125.500,00						500,00
2.1.2.	01	2019	A 2	Programa PóvoaCresce	02/04080202	2019/06/30	2026/12/31	40.000,00	35.500,00						-4.500,00
2.1.2.	01	2021	A 1	Atividades/competências no âmbito da Educação		2021/01/01	2026/12/31								
2.1.2.	01	2021	A 1		02/01010401				617.780,00						617.780,00
2.1.2.	01	2021	A 1		02/01010604				35.370,00						35.370,00
2.1.2.	01	2021	A 1		02/010107				3.750,00						3.750,00
2.1.2.	01	2021	A 1		02/010108				1.700,00						1.700,00
2.1.2.	01	2021	A 1		02/01011301				70.520,00						70.520,00
2.1.2.	01	2021	A 1		02/01011302				5.250,00						5.250,00
2.1.2.	01	2021	A 1		02/01011401				159.120,00						159.120,00
2.1.2.	01	2021	A 1		02/01011402				4.650,00						4.650,00
2.1.2.	01	2021	A 1		02/010115				34.700,00						34.700,00
2.1.2.	01	2021	A 1		02/010205				1.600,00						1.600,00
2.1.2.	01	2021	A 1		02/010303				2.600,00						2.600,00
2.1.2.	01	2021	A 1		02/0103050201				107.440,00						107.440,00
2.1.2.	01	2021	A 1		02/0103050202				93.600,00						93.600,00
2.1.2.	01	2021	A 1		02/020105			370.000,00	532.650,00	250.000,00					162.650,00
2.1.2.	01	2021	A 1		02/020115			33.500,00	33.850,00						350,00
2.1.2.	01	2021	A 1		02/020121			10.000,00	31.650,00	20.000,00					21.650,00
2.1.2.	01	2021	A 1		02/020208				1.500,00						1.500,00
2.1.2.	01	2021	A 1		02/020210			400.000,00	420.870,00	-50.000,00					20.870,00
2.1.2.	01	2021	A 1		02/020225			10.000,00	7.000,00						-3.000,00
2.1.2.	01	2021	A 1		02/040305			30.000,00	175.500,00	50.000,00					145.500,00
2.1.2.	01	2021	A 1		02/040701			350.000,00	416.000,00	-30.500,00					66.000,00
2.1.2.	01	2021	A 1		02/05010101				33.500,00	66.500,00					33.500,00
2.1.2.	01	2021	A 1		02/08050102			500,00	3.900,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00			3.400,00
2.2.				**Saúde**				30.000,00	27.000,00						-3.000,00
2.2.1.				**Serviços individuais de saúde**				30.000,00	27.000,00						-3.000,00
2.2.1.	02	2021	A 2	Promoção da saúde e Qualidade de Vida		2021/01/01	2026/12/31								
2.2.1.	02	2021	A 2		02/020121			5.000,00	3.500,00						-1.500,00
2.2.1.	02	2021	A 2		02/020225			10.000,00	11.000,00						1.000,00
2.2.1.	02	2021	A 2		02/04050102			15.000,00	12.500,00						-2.500,00
2.3.				**Segurança e acção sociais**				225.000,00	194.600,00						-30.400,00
2.3.2.				**Acção social**				225.000,00	194.600,00						-30.400,00
2.3.2.	04	2014	A 12	Subsídios ao arrendamento a estratos sociais desfavorecidos	02/04080202	2014/01/01	2026/12/31	70.000,00	49.500,00						-20.500,00
2.3.2.	01	2018	A 8	Projecto NaturaLanhoso	02/04080202	2018/01/01	2026/12/31	85.000,00	57.000,00						-28.000,00
2.3.2.	05	2018	A 6	Programa de Conforto habitacional	02/080802	2018/01/01	2026/12/31	25.000,00	5.000,00						-20.000,00
2.3.2.	06	2018	A 7	Programa Viver +	02/04080201	2018/01/01	2026/12/31	45.000,00	49.600,00						4.600,00
2.3.2.	02	2018	A 20	Póvoa + Saúde		2019/01/01	2026/12/31								
2.3.2.	01	2022	A 3	Contratos de delegação de competências no âmbito da ação social		2022/04/01	2026/12/31								
2.3.2.	01	2022	A 3		02/040701				26.000,00						26.000,00
2.3.2.	01	2022	A 3		02/04080202				7.500,00						7.500,00
2.4.				**Habitação e serviços colectivos**				1.670.000,00	1.691.150,00	-7.000,00	-7.000,00				21.150,00
2.4.3.				**Saneamento**				670.000,00	657.100,00	-7.000,00	-7.000,00				-12.900,00
2.4.3.1.				**Esgotos domésticos**				670.000,00	657.100,00	-7.000,00	-7.000,00				-12.900,00

PERÍODO : 2022/01/02 2022/12/31 TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMUTATIVAS 7 TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS 7 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2022

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO Identif. Obj. : CLASSIFICADOR FUNCIONAL Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA Euros

Objetivo	Número do projeto			Descrição	Classificação	Datas		Pagamentos						Modificação (+/-)
								2022		Períodos seguintes				
[1]	Código [2]	Ano Tipo	Número	Designação do projeto [3]		Início [4]	Fim [5]	Dot. atual [6]	Dot. corrigida [7]	2023 [8]	2024 [9]	2025 [10]	2026 [11]	Outros [12]	[13] = [7] - [6]
2.4.3.1.	02	2007	A 87	Tratamento de Águas Residuais	02/020220	2007/01/01	2026/12/31	670.000,00	657.100,00	-7.000,00	-7.000,00				-12.900,00
2.4.4.				Abastecimento de Água				650.000,00	669.400,00						19.400,00
2.4.4.	02	2007	A 86	Abastecimento de Água ao concelho	02/02011601	2007/01/01	2026/12/31	650.000,00	669.400,00						19.400,00
2.4.5.				Resíduos sólidos				350.000,00	364.650,00						14.650,00
2.4.5.	03	2004	A 41	Tratamento de resíduos sólidos	02/020220	2002/01/01	2026/12/31	350.000,00	364.650,00						14.650,00
2.4.6.	01	2019	A 1	Programa de vacinação de animais		2019/01/01	2026/12/31								
2.5.				Serviços culturais, recreativos e religiosos				482.150,00	665.100,00		-2.000,00				182.950,00
2.5.1.				Cultura				230.650,00	413.600,00						182.950,00
2.5.1.	02	2022	A 1	Cultura.In		2022/01/01	2022/06/30								
2.5.1.	02	2022	A 1		02/020121			12.460,00	1.560,00						-10.900,00
2.5.1.	02	2022	A 1		02/020214				25.000,00						25.000,00
2.5.1.	02	2022	A 1		02/020217			6.450,00	7.350,00						900,00
2.5.1.	02	2022	A 1		02/020220			44.740,00	54.740,00						10.000,00
2.5.1.	03	2021	A 3	Actividades e apoios de âmbito Cultural		2021/01/01	2026/12/31								
2.5.1.	03	2021	A 3		02/02010299				116,00						116,00
2.5.1.	03	2021	A 3		02/020105				1.375,00						1.375,00
2.5.1.	03	2021	A 3		02/020115			15.000,00	4.747,00						-10.253,00
2.5.1.	03	2021	A 3		02/020120			1.000,00	1.908,00						908,00
2.5.1.	03	2021	A 3		02/020121			5.000,00	15.095,00						10.095,00
2.5.1.	03	2021	A 3		02/020208			5.000,00	42.650,00	25.000,00					37.650,00
2.5.1.	03	2021	A 3		02/020216			50.000,00	104.975,00	-25.000,00					54.975,00
2.5.1.	03	2021	A 3		02/020217			10.000,00	18.400,00						8.400,00
2.5.1.	03	2021	A 3		02/020218			2.500,00	1.150,00						-1.350,00
2.5.1.	03	2021	A 3		02/020220			8.000,00	31.450,00						23.450,00
2.5.1.	03	2021	A 3		02/020225			10.000,00	8.000,00						-2.000,00
2.5.1.	03	2021	A 3		02/04050102			2.500,00	20,00						-2.480,00
2.5.1.	03	2021	A 3		02/040701			50.000,00	86.234,00						36.234,00
2.5.1.	03	2021	A 3		02/06020305			0,000,00	0.830,00						830,00
2.5.1.	03	2022	A 2	Bolsas de Investigação		2022/07/01	2026/12/31								
2.5.2.				Desporto, recreio e lazer				251.500,00	251.500,00		-2.000,00				
2.5.2.	01	2008		Actividades Desportivas, Recreativas e de Lazer				30.000,00	30.000,00		-2.000,00				
2.5.2.	0107	2018	A 14	Juventude em movimento	02/04080201	2018/01/01	2026/12/31	30.000,00	30.000,00		-2.000,00				
2.5.2.	04	2021	A 4	Atividades e apoios de âmbito Desportivo e Recreativo		2021/01/01	2026/12/31								
2.5.2.	04	2021	A 4		02/020105			10.000,00	14.000,00						4.000,00
2.5.2.	04	2021	A 4		02/020115			5.000,00	3.000,00						-2.000,00
2.5.2.	04	2021	A 4		02/020120			2.000,00	1.200,00						-800,00
2.5.2.	04	2021	A 4		02/020208			2.500,00	6.150,00						3.650,00
2.5.2.	04	2021	A 4		02/020210				500,00						500,00
2.5.2.	04	2021	A 4		02/020216			10.000,00	3.500,00						-6.500,00
2.5.2.	04	2021	A 4		02/020217			2.000,00	1.000,00						-1.000,00
2.5.2.	04	2021	A 4		02/020218			2.000,00							-2.000,00
2.5.2.	04	2021	A 4		02/020220			25.000,00	20.300,00						-4.700,00
2.5.2.	04	2021	A 4		02/020225			2.000,00	3.500,00						1.500,00
2.5.2.	04	2021	A 4		02/040701			160.000,00	167.500,00						7.500,00
2.5.2.	04	2021	A 4		02/06020305			1.000,00	850,00						-150,00
3.				Funções económicas				350.000,00	428.405,00	-56.000,00					78.405,00
3.2.				Indústria e energia				350.000,00	428.405,00	-56.000,00					78.405,00
3.2.	01	2003		Iluminação Pública				350.000,00	428.405,00	-56.000,00					78.405,00
3.2.	0101	2014	A 20	Encargos com a iluminação pública	02/020225	2014/01/01	2026/12/31	350.000,00	428.405,00	-56.000,00					78.405,00
4.				Outras funções				2.840.000,00	2.673.300,00	-63.500,00	-2.500,00	-2.500,00			-166.700,00
4.2.				Transferências entre administrações				2.840.000,00	2.673.300,00	-63.500,00	-2.500,00	-2.500,00			-166.700,00
4.2.1.				Administrações públicas				2.530.000,00	2.406.800,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00			-123.200,00

ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL
MUNICIPIO DA POVOA DE LANHOSO

PERÍODO : 2022/01/02 2022/12/31 TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMUTATIVAS 7 TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS 7 DO ANO CONTABILISTICO DE 2022

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO Identif. Obj. : CLASSIFICADOR FUNCIONAL Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA Euros

Objetivo	Numero do projeto	Descrição	Classificação	Datas		Pagamentos							Modificação (+/-)
				Inicio	Fim	2022		Periodos seguintes					
[1]	Codigo Ano Tipo Numero [2]	Designação do projeto [3]		[4]	[5]	Dot. atual [6]	Dot. corrigida [7]	2023 [8]	2024 [9]	2025 [10]	2026 [11]	Outros [12]	[13] = [7] - [6]
4.2.1.	01 2014 A 22	Transferências p/Juntas de Freguesia no âmbito da delegação de competencias, protocolos e autos de transferência		2014/01/01	2026/12/31								
4.2.1.	01 2014 A 22		02/08050102			2.240.000,00	2.056.600,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00			-183.400,00
4.2.1.	01 2015 A 1	Comparticipação Municipal à CIM		2015/01/01	2026/12/31								
4.2.1.	01 2015 A 1		02/04050104			290.000,00	350.200,00						60.200,00
4.2.2.		**Administrações privadas**				310.000,00	266.500,00	-61.000,00					**-43.500,00**
4.2.2.	01 2003	**Transferencias p/Administrações privadas**				310.000,00	266.500,00	-61.000,00					**-43.500,00**
4.2.2.	0101 2008 A 55	Instituições sem fins lucrativos		2008/01/01	2026/12/31								
4.2.2.	0101 2008 A 55		02/040701			60.000,00	71.500,00						**11.500,00**
4.2.2.	0101 2008 A 55		02/080701			250.000,00	195.000,00	-61.000,00					-55.000,00
					Total :	7.138.650,00	8.809.805,00	182.000,00	-9.000,00				1.671.155,00

ÓRGÃO EXECUTIVO
Em 24 de abril de 2023

ÓRGÃO DELIBERATIVO
Em 28 de abril de 2023

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

ANEXO III - Alterações ao PPI

PÓVOA DE LANHOSO
Município

PERÍODO : 2022/01/02 2022/12/31 TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMUTATIVAS 6 TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS 7 DO ANO CONTABILISTICO DE 2022

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO Identif. Obj. : CLASSIFICADOR FUNCIONAL Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA Euros

Objetivo	Número do projeto	Descrição	Classificação	Datas		Pagamentos						Modificação (+/-)
						2022		Periodos seguintes				
	Código Ano Tipo Número	Designação do projeto		Inicio	Fim	Dot. atual	Dot. corrigida	2023	2024	2025	2026	Outros	
[1]	[2]	[3]		[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13] = [7] - [6]
1.		**Funções gerais**				284.400,00	356.290,00	-17.000,00	-17.000,00				71.890,00
1.1.		**Serviços gerais de administração pública**				284.400,00	356.290,00	-17.000,00	-17.000,00				71.890,00
1.1.1.		**Administracao geral**				284.400,00	356.290,00	-17.000,00	-17.000,00				71.890,00
1.1.1.1.		**Edifícios**				140.400,00	155.290,00						14.890,00
1.1.1.1.	01 2017 I 1	Aumento da eficiência energética em edifícios municipais		2017/01/01	2021/12/31								
1.1.1.1.	01 2017 I 1		02/07010301			5.000,00	15.350,00						10.350,00
1.1.1.1.	01 2021 I 3	Conservação/beneficiação de Edificios p/serviços Municipais	02/07010301	2021/01/01	2026/12/31	15.000,00	19.540,00						4.540,00
1.1.1.1.	01 2022 I 1	Póvoa de Lanhoso Digital 21		2022/01/01	2022/12/31								
1.1.1.1.	01 2022 I 1		02/020214			21.200,00	19.300,00						-1.900,00
1.1.1.1.	01 2022 I 1		02/020219				2.460,00						2.460,00
1.1.1.1.	01 2022 I 1		02/070107			58.500,00	58.060,00						-440,00
1.1.1.1.	01 2022 I 1		02/070108			40.700,00	40.580,00						-120,00
1.1.1.2.		**Material de transporte**				30.000,00	12.600,00						-17.400,00
1.1.1.2.	01 2021 I 4	Equipamento de Transporte		2021/01/01	2026/12/31								
1.1.1.2.	01 2021 I 4		02/07010602			30.000,00	12.600,00						-17.400,00
1.1.1.3.		**Maquinaria e Equipamento**				114.000,00	188.400,00	-17.000,00	-17.000,00				74.400,00
1.1.1.3.	01 2021 I 5	Equipamento p/serviços municipais		2021/01/01	2026/12/31								
1.1.1.3.	01 2021 I 5		02/070107			30.000,00	27.850,00						-2.150,00
1.1.1.3.	01 2021 I 5		02/070108			44.000,00	59.400,00	-17.000,00	-17.000,00				15.400,00
1.1.1.3.	01 2021 I 5		02/070109			5.000,00	25.400,00						20.400,00
1.1.1.3.	01 2021 I 5		02/07011002			30.000,00	17.400,00						-12.600,00
1.1.1.3.	01 2021 I 5		02/070111			4.500,00	23.750,00						19.250,00
1.1.1.3.	01 2021 I 5		02/070115			500,00	34.600,00						34.100,00
2.		**Funções sociais**				1.485.351,00	1.740.171,00	126.500,00	-75.000,00	-96.000,00	-100.000,00		254.820,00
2.1.		**Educação**				229.400,00	171.889,00	294.000,00	24.000,00				-57.511,00
2.1.1.		**Ensino não superior**				229.400,00	171.889,00	294.000,00	24.000,00				-57.511,00
2.1.1.1.		**Ensino pré-escolar**					12.593,00	4.000,00					12.593,00
2.1.1.1.	03 2022 I 16	Requalificação do Jardim de Infância de Taide	02/07010305	2022/11/01	2023/06/30		9.222,00	1.000,00					9.222,00
2.1.1.1.	04 2022 I 17	Requalificação do Jardim de Infância de Travassos	02/07010305	2022/11/01	2023/06/30		3.371,00	1.000,00					3.371,00
2.1.1.1.	05 2022 I 18	Requalificação do Jardim de Infância de Simães	02/07010305	2022/11/01	2023/06/30			1.000,00					
2.1.1.1.	06 2022 I 19	Requalificação do Jardim de Infância de Garfe	02/07010305	2022/11/01	2023/06/30			1.000,00					
2.1.1.2.		**Ensino básico**				228.800,00	151.376,00	289.000,00	24.000,00				-77.424,00
2.1.1.2.	01 2016 I 19	Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica Gonçalo Sampaio		2016/01/01	2022/12/31								
2.1.1.2.	01 2016 I 19		02/07010305				1.900,00						1.900,00
2.1.1.2.	01 2016 I 19		02/07010406			137.800,00	20.800,00	270.000,00					-117.000,00
2.1.1.2.	01 2017 I 2	Projecto "Tu decides"		2017/01/01	2026/12/31								
2.1.1.2.	01 2017 I 2		02/020101				523,43						523,43
2.1.1.2.	01 2017 I 2		02/020120				3.590,00						3.590,00
2.1.1.2.	01 2017 I 2		02/020121				935,00						935,00
2.1.1.2.	01 2017 I 2		02/07011002			10.000,00	4.951,57						-5.048,43
2.1.1.2.	01 2021 I 7	Conservação/beneficiação de instalações Escolares		2021/01/01	2026/12/31								
2.1.1.2.	01 2021 I 7		02/07010305			10.000,00	20.500,00	-22.000,00					10.500,00
2.1.1.2.	01 2021 I 7		02/07011002				25.676,00						25.676,00
2.1.1.2.	02 2021 I 8	Equipamento		2021/01/01	2026/12/31								
2.1.1.2.	02 2021 I 8		02/020121			3.500,00	5.500,00						2.000,00
2.1.1.2.	02 2021 I 8		02/020220			17.500,00	8.000,00	7.000,00	7.000,00				-9.500,00
2.1.1.2.	02 2021 I 8		02/070107			37.500,00	35.300,00						-2.200,00
2.1.1.2.	02 2021 I 8		02/070108			10.000,00	23.000,00	17.000,00	17.000,00				13.000,00
2.1.1.2.	02 2021 I 8		02/07011002			2.500,00	700,00						-1.800,00
2.1.1.2.	02 2022 I 15	Requalificação da Escola Básica de Taide	02/07010305	2022/11/01	2023/06/30			1.000,00					

PERÍODO : 2022/01/02 2022/12/31 TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMUTATIVAS 8 TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS 7 DO ANO CONTABILISTICO DE 2022

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO Identif. Obj. : CLASSIFICADOR FUNCIONAL Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA Euros

Objetivo	Número do projeto			Descrição	Classificação	Datas		Pagamentos							Modificação (+/-)
								2022		Períodos seguintes					
[1]	Código [2]	Ano Tipo	Número	Designação do projeto [3]		Inicio [4]	Fim [5]	Dot. atual [6]	Dot. corrigida [7]	2023 [8]	2024 [9]	2025 [10]	2026 [11]	Outros [12]	[13] = [7] - [6]
2.1.1.2.	07	2022 I	20	Requalificação da Escola EB1/J1 da Póvoa de Lanhoso	02/07010305	2022/11/01	2023/06/30			1.000,00					
2.1.1.2.	08	2022 I	21	Requalificação do Centro Educativo António Lopes	02/07010305	2022/11/01	2023/06/30			1.000,00					
2.1.1.2.	09	2022 I	22	Requalificação do Centro Educativo D.ª Elvira Câmara Lopes	02/07010305	2022/11/01	2023/06/30			13.000,00					
2.1.1.2.	10	2022 I	23	Requalificação do Centro do Cávado	02/07010305	2022/11/01	2023/06/30			1.000,00					
2.1.1.3.				**Ensino secundário**				600,00	7.920,00	1.000,00					7.320,00
2.1.1.3.	01	2020 I	2	Reabilitação do edificio da EPAVE	02/07010305	2020/01/01	2021/12/31	500,00	660,00						160,00
2.1.1.3.	03	2020 I	13	Remoção de fibrocimento na Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso	02/07010305	2020/08/01	2021/12/31	100,00	7.260,00						7.160,00
2.1.1.3.	01	2022 I	14	Requalificação da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso	02/07010305	2022/11/01	2023/06/30			1.000,00					
2.2.1.	01	2021 I	9	Equipamento p/serviços de saúde		2021/01/01	2026/12/31								
2.4.				**Habitação e serviços colectivos**				450.501,00	709.426,00	-167.500,00	-99.000,00	-96.000,00	-100.000,00		258.925,00
2.4.1.				**Habitação**				2.500,00	43.500,00						41.000,00
2.4.1.	01	2021 I	10	Construção/conservação de Habitações Sociais	02/07010203	2021/01/01	2026/12/31	2.500,00	43.500,00						41.000,00
2.4.1.	01	2022 I	12	Habitação para Todos (Programa 1.º Direito)		2022/01/01	2026/12/31								
2.4.2.				**Ordenamento do território**				45.000,00	184.975,00	-228.500,00	-99.000,00	-96.000,00	-100.000,00		139.975,00
2.4.2.1.	0202	2018 I	17	Mapas e Planos Municipais		2018/01/01	2026/12/31								
2.4.2.2.				**Reabilitação urbana e rural**				35.000,00	181.875,00	-228.500,00	-99.000,00	-96.000,00	-100.000,00		146.875,00
2.4.2.2.	02	2002		**Reabilitação Urbana e Rural**				25.000,00	22.575,00						-2.425,00
2.4.2.2.	0203	2010 I	2	Expropriação e/ou aquisição de imoveis		2010/01/01	2026/12/31								
2.4.2.2.	0203	2010 I	2		02/070101			25.000,00	22.575,00						-2.425,00
2.4.2.2.	01	2021 I	25	Construção e beneficiação de arruamentos e obras complementares	02/07030301	2021/01/01	2026/12/31	10.000,00	159.300,00	-228.500,00	-99.000,00	-96.000,00	-100.000,00		149.300,00
2.4.2.3.				**Serviços colectivos**				10.000,00	3.100,00						-6.900,00
2.4.2.3.	01	2021 I	26	Serviços Colectivos		2021/01/01	2026/12/31								
2.4.2.3.	01	2021 I	26		02/07010307			5.000,00	3.050,00						-1.950,00
2.4.2.3.	01	2021 I	26		02/07010413			5.000,00	50,00						-4.950,00
2.4.2.3.	01	2022 I	3	Canil e Gatil		2022/07/01	2024/12/31								
2.4.3.				**Saneamento**				20.000,00	71.000,00						51.000,00
2.4.3.1.				**Esgotos domésticos**				10.000,00	70.000,00						60.000,00
2.4.3.1.	06	2021 I	11	Fecho da Rede de Saneamento na Freguesia de Lanhoso		2023/01/01	2024/12/31								
2.4.3.1.	08	2021 I	12	Fecho da Rede de Saneamento na Freguesia de Póvoa de Lanhoso		2022/06/30	2024/12/31								
2.4.3.1.	21	2021 I	13	Fecho da Rede de Saneamento na União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira		2023/01/01	2024/12/31								
2.4.3.1.	01	2021 I	31	Construção/beneficiação de redes de saneamento do concelho	02/07030302	2021/01/01	2026/12/31	10.000,00	70.000,00						60.000,00
2.4.3.2.				**Águas pluviais**				10.000,00	1.000,00						-9.000,00
2.4.3.2.	01	2021 I	14	Construção, remodelação e manutenção da rede geral	02/07030302	2021/01/01	2026/12/31	10.000,00	1.000,00						-9.000,00
2.4.4.				**Abastecimento de Água**				15.000,00	64.600,00						49.600,00
2.4.4.	09	2015 I	2	Fecho da Rede de Abastecimento de Água na Freguesia de Rendufinho		2015/01/01	2020/06/30								
2.4.4.	12	2016 I	2	Fecho da Rede de Abastecimento de Água na Freguesia de Serzedelo		2016/01/01	2020/06/30								
2.4.4.	18	2021 I	16	Fecho da Rede de Abastecimento de Água na União de Freguesias de Calvos e Frades	02/07030307	2023/01/01	2023/12/31								
2.4.4.	20	2015 I	1	Fecho da Rede de Abastecimento de Água na União de Freguesias de Esperança e Brunhais e Oliveira		2015/01/01	2020/06/30								

PERÍODO : 2022/01/02 2022/12/31 TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMUTATIVAS 0 TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS 7 DO ANO CONTABILISTICO DE 2022

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO Identif. Obj. : CLASSIFICADOR FUNCIONAL Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA Euros

Objetivo	Número do projeto	Descrição	Classificação	Datas		Pagamentos							Modificação (+/-)
				Inicio	Fim	2022		Períodos seguintes					
[1]	Código Ano Tipo Número [2]	Designação do projeto [3]		[4]	[5]	Dot. atual [6]	Dot. corrigida [7]	2023 [8]	2024 [9]	2025 [10]	2026 [11]	Outros [12]	[13] = [7] - [6]
2.4.4.	01 2019 I 22	Redução de perdas nos sistemas de distribuição e adução de água no Municipio da Póvoa de Lanhoso		2019/05/01	2021/12/31								
2.4.4.	01 2021 I 32	Remodelação e ampliação da rede de Abastecimento de Água	02/07030307	2021/01/01	2026/12/31	10.000,00	64.550,00						54.550,00
2.4.4.	02 2021 I 15	Equipamento Básico	02/07011002	2021/01/01	2026/12/31	5.000,00	50,00						-4.950,00
2.4.5.		**Resíduos sólidos**				**40.000,00**	**11.550,00**						**-28.450,00**
2.4.5.	01 2021 I 17	Equipamento de recolha de RSU		2021/01/01	2026/12/31								
2.4.5.	01 2021 I 17		02/07010601			10.000,00	50,00						-9.950,00
2.4.5.	01 2021 I 17		02/07011001			30.000,00	11.500,00						-18.500,00
2.4.6.		**Protecção do meio ambiente e conservação da natureza**				**328.001,00**	**333.801,00**	**61.000,00**					**5.800,00**
2.4.6.	01 2020 I 1	Valorização da estrutura de apoio à praia fluvial de Verim	02/07030301	2020/01/01	2023/03/31	310.000,00	297.500,00						-12.500,00
2.4.6.	01 2021 I 19	Beneficiação do cemitério municipal	02/07030312	2021/01/01	2026/12/31	2.500,00	25.000,00	61.000,00					22.500,00
2.4.6.	02 2021 I 18	Execução e manutenção de viveiros, parques e espaços verdes		2021/01/01	2026/12/31								
2.4.6.	02 2021 I 18		02/07010307			1,00	1.231,00						1.230,00
2.4.6.	02 2021 I 18		02/07010405			500,00	5.570,00						5.070,00
2.4.6.	02 2021 I 18		02/07011002			5.000,00	200,00						-4.800,00
2.4.6.	02 2021 I 18		02/070111			5.000,00	4.200,00						-800,00
2.4.6.	02 2021 I 18		02/070115			5.000,00	100,00						-4.900,00
2.4.6.	01 2022 I 4	Projecto Andorinha		2023/01/01	2024/12/31								
2.4.6.	02 2022 I 5	Ecocentros		2022/07/01	2025/12/31								
2.5.		**Servicos culturais, recreativos e religiosos**				**805.450,00**	**858.856,00**						**53.406,00**
2.5.1.		**Cultura**				**565.450,00**	**553.375,00**						**-12.075,00**
2.5.1.	01 2020 I 3	Casa do Livro		2020/01/01	2023/03/31								
2.5.1.	01 2020 I 3		02/020219				4.896,93						4.896,93
2.5.1.	01 2020 I 3		02/07010307			445.150,00	427.182,49						-17.967,51
2.5.1.	01 2020 I 3		02/070107			43.400,00	26.270,18						-17.129,82
2.5.1.	01 2020 I 3		02/070108			12.000,00	15.449,83						3.449,83
2.5.1.	01 2020 I 3		02/07011002			52.400,00	72.725,57						20.325,57
2.5.1.	01 2021 I 20	Conservação/beneficiação de Edifícios Culturais	02/07010301	2021/01/01	2026/12/31	5.000,00	3.450,00						-1.550,00
2.5.1.	02 2021 I 21	Equipamento, Obras de Arte e objectos de colecção		2021/01/01	2026/12/31								
2.5.1.	02 2021 I 21		02/07011002			5.000,00	200,00						-4.800,00
2.5.1.	02 2021 I 21		02/070112			2.500,00	3.200,00						700,00
2.5.2.		**Desporto, recreio e lazer**				**240.000,00**	**305.481,00**						**65.481,00**
2.5.2.	01 2019 I 23	COLEOPTER - Projeto piloto para Instalações Desportivas		2019/10/01	2022/12/31								
2.5.2.	01 2019 I 23		02/020213			13.200,00	3.200,00						-10.000,00
2.5.2.	01 2019 I 23		02/020220			14.800,00	7.300,00						-7.500,00
2.5.2.	01 2019 I 23		02/07010302			177.000,00	194.500,00						17.500,00
2.5.2.	01 2021 I 22	Conservação/beneficiação de instalações desportivas e recreativas Municipais		2021/01/01	2026/12/31								
2.5.2.	01 2021 I 22		02/07010302			2.500,00	5.300,00						2.800,00
2.5.2.	01 2021 I 22		02/07010406			2.500,00	31.800,00						29.300,00
2.5.2.	02 2021 I 23	Equipamento	02/07011002	2021/01/01	2026/12/31	10.000,00	62.281,00						52.281,00
2.5.2.	03 2021 I 24	Requalificação de parques infantis		2021/01/01	2026/12/31								
2.5.2.	03 2021 I 24		02/07010405			2.000,00	500,00						-1.500,00
2.5.2.	03 2021 I 24		02/07011002			8.000,00	500,00						-7.500,00
2.5.2.	01 2022 I 6	Zona desportiva do Baixo Concelho		2023/01/01	2024/12/31								
2.5.2.	02 2022 I 7	Parque Desportivo Municipal		2023/01/01	2025/12/31								
2.5.2.	03 2022 I 8	Ecovia		2023/01/01	2025/12/31								
2.5.2.	04 2022 I 13	Orçamento participativo Jovem	02/07011002	2022/01/01	2026/12/31	10.000,00	100,00						-9.900,00

PERÍODO : 2022/01/02 2022/12/31 TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMUTATIVAS 8 TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS 7 DO ANO CONTABILISTICO DE 2022

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO Identif. Obj. : CLASSIFICADOR FUNCIONAL Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA Euros

Objetivo	Numero do projeto			Descrição	Classificação	Datas		Pagamentos							Modificação (+/-)
								2022		Periodos seguintes					
	Codigo	Ano	Tipo Numero	Designação do projeto		Inicio	Fim	Dot. atual	Dot. corrigida	2023	2024	2025	2026	Outros	
[1]	[2]			[3]		[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13] = [7] - [6]
3.				**Funções económicas**				1.555.000,00	1.321.440,00	510.000,00					-233.560,00
3.2.				**Indústria e energia**				310.000,00	332.800,00						22.800,00
3.2.	01	2016	I 5	Melhoria da eficiência energética da iluminação pública na Vila da Póvoa de Lanhoso		2016/01/01	2033/12/31								
3.2.	01	2016	I 5		02/020225			275.000,00	305.500,00						30.500,00
3.2.	01	2016	I 5		02/07030304			20.000,00	7.800,00						-12.200,00
3.2.	01	2021	I 27	Rede de Iluminação Pública do Concelho	02/07030304	2021/01/01	2026/12/31	15.000,00	19.500,00						4.500,00
3.3.				**Transportes e comunicações**				285.600,00	551.897,00						266.297,00
3.3.1.				**Transportes rodoviários**				285.600,00	551.897,00						266.297,00
3.3.1.1.				**Rede viária e sinalização**				285.600,00	551.897,00						266.297,00
3.3.1.1.	02	2020	I 6	Requalificação das Ruas de Padim e Várzeas na União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira	02/07030301	2020/06/01	2021/06/30	100,00	32.649,00						32.549,00
3.3.1.1.	04	2020	I 8	Requalificação da EM 602 da rotunda da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso até à Freguesia de Vilela	02/07030301	2020/06/01	2022/06/30	254.500,00	332.700,00						78.200,00
3.3.1.1.	05	2020	I 9	Requalificação da Rua Senhora da Conceição na Freguesia de Serzedelo	02/07030301	2020/06/01	2021/06/30	100,00	1.877,00						1.777,00
3.3.1.1.	06	2020	I 10	Requalificação da Estrada da Brasileira na Freguesia de Sobradelo da Goma	02/07030301	2020/06/01	2021/06/30	700,00	31.576,07						30.876,07
3.3.1.1.	07	2020	I 11	Requalificação da Rua do Grupo Desportivo de Porto D Ave e da Rua do Agro na Freguesia de Taide	02/07030301	2020/06/01	2021/06/30	100,00	15.479,93						15.379,93
3.3.1.1.	01	2021	I 28	Sinalização na Rede Viária Municipal		2021/01/01	2026/12/31								
3.3.1.1.	01	2021	I 28		02/07011002			5.000,00	6.200,00						1.200,00
3.3.1.1.	01	2021	I 28		02/07030309			20.000,00	100,00						-19.900,00
3.3.1.1.	02	2021	I 29	Beneficiação de arruamentos e obras complementares nas freguesias		2021/01/01	2026/12/31								
3.3.1.1.	02	2021	I 29		02/07030308			5.000,00	60.500,00						55.500,00
3.3.1.1.	03	2021	I 34	Requalificação da Rua Paixão Bastos na freguesia da Póvoa de Lanhoso	02/07030301	2021/05/01	2021/12/31	100,00	315,00						215,00
3.3.1.1.	01	2022	I 9	Recuperação da Ponte Gustave Eiffel		2023/01/01	2025/12/31								
3.3.1.1.	02	2022	I 11	Via Circular Urbana		2022/07/01	2026/12/31								
3.3.1.1.	02	2022	I 11		02/020214				70.500,00						70.500,00
3.4.				**Comércio e turismo**				226.500,00	166.353,00	100.000,00					-60.147,00
3.4.1.				**Mercados e feiras**				226.500,00	166.353,00	100.000,00					-60.147,00
3.4.1.	01	2018	I 13	Reabilitação do Largo da feira e envolvente	02/07030301	2018/01/01	2022/12/31	226.500,00	166.353,00	100.000,00					-60.147,00
3.4.2.	01	2021	I 30	Conservação/recuperação de patrimonio		2021/01/01	2026/12/31								
3.4.2.	01	2022	I 10	Estação de promoção turistica		2023/01/01	2024/12/31								
3.5.				**Outras funções económicas**				732.900,00	270.390,00	410.000,00					-462.510,00
3.5.	01	2021	I 35	StartUp Póvoa		2021/07/01	2023/03/31								
3.5.	01	2021	I 35		02/020214				1.360,00						1.360,00
3.5.	01	2021	I 35		02/07010307			646.000,00	236.000,00	410.000,00					-410.000,00
3.5.	01	2021	I 35		02/070107			40.650,00	15.449,00						-25.201,00
3.5.	01	2021	I 35		02/07011002			46.250,00	17.581,00						-28.669,00
4.3.1.	01	2021	I 6	Subscrição de Ativos Financeiros		2021/01/01	2026/12/31								
							Total :	3.324.751,00	3.417.901,00	619.500,00	-92.000,00	-96.000,00	-100.000,00		93.150,00

ÓRGÃO EXECUTIVO
Em 24 de abril de 2023

ÓRGÃO DELIBERATIVO
Em 28 de abril de 2023

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

ANEXO IV - Operações de tesouraria

PÓVOA DE LANHOSO
Município

TIPO DE CONTAS : AMBAS

VISUALIZAR CONTAS S/ MOVIMENTO :

Código das Contas		Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
07	07	Operações de tesouraria				
07.1	07.2	Recebimentos por operações de tesouraria / Pagamentos por operações de tesouraria	1.037.913,42	134.793,37	180.309,43	992.397,36
07.1.2	07.2.2	Cobrança de receita por conta de outrem / Entrega de receita cobrada por conta de outrem	1.037.913,42	134.793,37	180.309,43	992.397,36
		TOTAL				

Órgão executivo
24 de abril de 2023

Órgão deliberativo
28 de abril de 2023

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

ANEXO V - Contratação administrativa - Situação dos Contratos

PÓVOA DE LANHOSO
Município

Tipo de Contrato : Apenas os que tiveram execução financeira no exercício (ref execução das rubricas) Incorporações Empreitada Adjudicação : CO Incluir os recursos próprios : S Incluir os empréstimos ao Estado do CEGE : S Comentários às observações :

ENTIDADE		CONTRATO									Comunicação ao TC (Data)			Visto do T.C.		Data do primeiro pagamento após a execução financeira	PAGAMENTOS NO EXERCÍCIO (€)						PAGAMENTOS ACUMULADOS (€)						Observações
NIPC	Designação	Tipo	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Prazo de Execução	Auto de Consignação (Mensal)	Proc. Contr.	Mod. Adj	Visto Lei n.º 98/2001	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	N.º	Data		Trabalhos Mensais	Revisão de Preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de reparação de erros e custos	Outros trab., incluindo os trab. a mais	Total	Trabalhos Mensais	Revisão de Preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de reparação de erros e custos	Outros trab., incluindo os trab. a mais	Total	
500959219	Mesochar Empresarial, Lda	S	101/22	LIMPEZA/RECOLHA DE GORDURA E OLEOSIDADE - ESCOLA SECUNDÁRIA	2022/10/25	39.870,17	35.445,27	2022/11/10	2022/11/10	CT	N					2022/12/14	35.445,15					35.445,15	35.445,15					35.445,15	
500552405	Greenvalia, Sa	S	100/22	AQUISIÇÃO DE BIOMASSA FLORESTAL - CAIS DO LITEIRO	2022/11/11	61.562,50	54.525,92	2022/12/31	2022/12/31	CT	N					2022/12/27	54.525,92					54.525,92	54.525,92					54.525,92	
500559591	Auto-sueco Portugal - Veículos Pesados, S.a.	S	127/22	PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEQUENAS REPARAÇÕES PARA VIATURAS VOLVO DO MUNICÍPIO	2022/12/27	13.015,39	11.008,12	2022/12/31	2022/12/31	CT	N					2023/01/02	11.008,12					11.008,12	11.008,12					11.008,12	
500016782	Carmona Oliveira - Investimentos, S.A.	S	16/22	MATERIAIS PARA INTERVENÇÕES DE RUAS E OBRAS DE MANUTENÇÃO DE AGUA E ESGOTOS DE SANEAMENTO E AGUAS PLUVIAIS	2022/02/04	11.500,00	9.683,91	2022/02/21	2022/02/25	CT	N					2022/03/07	5.999,26					5.999,26	50.350,19					50.350,19	
501467826	Domingos Dinis Ferreira, S.a.	S	107/22	AQUISIÇÃO DE MADEIRAS HIDROFUGADAS	2022/06/22	42.355,16	34.153,64	2022/07/26	2022/08/01	CT	N					2022/08/22	30.598,10					30.598,10	71.132,12					71.132,12	
501954942	Nuno Vieira & Soares Lda	S	15/22	AQUISIÇÃO DE MATERIAL, PEÇAS PARA REPARAÇÕES DE VIATURAS E FERRAMENTAS E SEMELHANTES	2022/03/11	12.900,23	11.515,13	2022/03/29	2022/04/05	CT	N					2022/04/13	1.339,10					1.339,10	26.532,13					26.532,13	
501527140	Atilio Alves de Sousa	S	39/22	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS, MATERIAIS PARA INTERVENÇÃO, LIGAÇÕES DE CONDUTORES E RAMAIS DE ABASTECIMENTO DE AGUA - LOTE 1	2022/04/21	20.270,50	21.606,65	2022/07/27	2022/08/04	CT	N					2022/08/17	1.383,78					1.383,78	20.497,49					20.497,49	
500503569	EDP COMERCIAL, COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A	S	48/22	FORNECIMENTO DE ENERGIA EM ALTA TENSÃO NOCTURNA E ALTA TENSÃO ESPECIAL	2022/04/21	2.380.597,73	2.392.202,23	2022/05/09	2022/05/26	AC	N					2022/06/28	210.905,28					210.905,28	2.674.563,63					2.674.563,63	
500016782	ALVARO & IRMÃO, LDª.	S	69/22	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS, MATERIAIS PARA INTERVENÇÃO, LIGAÇÕES DE CONDUTORES E RAMAIS DE ABASTECIMENTO DE AGUA - LOTE 3	2022/05/25	19.556,25	24.329,72	2022/07/26	2022/08/22	CT	N					2022/08/31	1.831,15					1.831,15	21.353,43					21.353,43	
500021108	Eco - Gestores de Resíduos, Lda.	S	49/22	AQUISIÇÃO DE MADEIRA PARA RESIDUOS	2022/04/26	10.855,00	13.356,15	2022/05/25	2022/05/25	CT	N					2022/06/02	13.356,15					13.356,15	13.356,15					13.356,15	
500159458	SIMOLDRESS - APARES SIMPLIFICADOS, SA	S	68/22	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS, MATERIAIS PARA INTERVENÇÃO, LIGAÇÕES DE CONDUTORES E RAMAIS DE ABASTECIMENTO DE AGUA - LOTE 2	2022/05/25	24.025,20	24.327,29	2022/07/26	2022/08/22	CT	N					2022/08/31	5.560,55					5.560,55	21.452,25					21.452,25	
500016683	Obras , Sistemas de Rotação, Lda	S	47/22	CONSTRUÇÕES PARA A REDE ABASTECIMENTO DE AGUA	2022/04/21	21.745,41	18.309,24	2022/07/21	2022/08/09	CT	N					2022/08/22	23.126,55					23.126,55	23.126,55					23.126,55	
500016653	Intermarché - Supermercados - Supermercados S.a.	S	57/22	AQUISIÇÃO DE CONSUMÍVEIS ALIMENTARES	2022/05/23	160.772,59	135.365,58	2022/07/23	2022/08/23	CMI	N					2022/08/31	54.023,56					54.023,56	159.355,13					159.355,13	
500016251	JOSÉ ANTÓNIO MARQUES PIRES, LDA	S	54/22	AQUISIÇÃO DE PEÇAS, REPARAÇÕES E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA VIATURAS DO MUNICÍPIO - LOTE 1	2022/04/25	6.017,54	5.329,15	2022/07/21	2022/08/09	CT	N					2022/08/22	2.637,19					2.637,19	3.483,69					3.483,69	
500016654	ESCOLA GRANDE	S	55/22	AQUISIÇÃO DE BLUSAS VERMELHAS E FARDAMENTOS PARA O ANO DE 2022	2022/04/23	14.737,10	15.652,92	2022/07/21	2022/08/02	CT	N					2022/08/22	15.658,92					15.658,92	15.658,92					15.658,92	
500503569	EDP COMERCIAL, COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A	S	67/22	AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL COMBUSTÍVEL PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO EM TÓRIA DE CASSEGA - ADESÃO CONTRATO Nº 1/2020 CC-CUR-ICE	2022/05/25	139.101,56	150.463,75	2022/09/01	2022/09/01	CT	N					2022/09/12	63.593,19					63.593,19	78.302,35					78.302,35	
500489565	EMPEDRO PEÇAS, S.A	S	62/22	MATERIAIS PARA LIGAÇÕES DE REDES E RAMAIS DE ABASTECIMENTO AGUA, SANEAMENTO, AGUAS PLUVIAIS E CONDUTORES DE AGUA	2022/05/23	69.400,00	61.857,57	2022/06/15	2022/06/15	CT	N					2022/06/23	63.439,55					63.439,55	63.439,55					63.439,55	
500030138	HIDROTUBO, SPA - Tubos e Acessórios, Válvulas, Sistemas de Irrigação Agua e Saneamento	S	65/22	MATERIAIS PARA AS REDES, RAMAIS DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE AGUA	2022/05/24	46.750,00	40.853,26	2022/07/21	2022/07/21	CT	N					2022/08/31	2.183,59					2.183,59	11.567,93					11.567,93	
500107715	EMPARK - INFORMÁTICA, SA	S	64/22	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SISTEMAS - ROTA DE LAGOAS FASE II	2022/05/24	22.400,00	18.378,07	2022/06/15	2022/06/15	CT	N					2022/06/28	40.778,07					40.778,07	40.778,07					40.778,07	
500011825	A CONSTRUTORA DA ROTA DO NORTE, LDA	S	60/22	MATERIAIS PARA REDES E RAMAIS DE SANEAMENTO	2022/04/29	10.640,00	12.303,28	2022/07/21	2022/07/25	CT	N					2022/08/31	6.057,29					6.057,29	9.295,38					9.295,38	
500016653	Intermarché - Supermercados - Supermercados S.a.	S	58/22	FORNECIMENTO DE CONSUMÍVEIS PARA AS VIATURAS DO MUNICÍPIO.	2022/05/23	305.515,50	252.754,55	2022/07/21	2022/08/09	CMI	N					2022/08/31	127.442,36					127.442,36	127.442,36					127.442,36	
500107715	ABB - SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS, SPA	S	69/22	AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - ROTA DE LAGOAS FASE II	2022/06/10	19.950,00	22.650,00	2022/07/27	2022/08/01	AS	N					2022/08/16	22.650,07					22.650,07	22.650,07					22.650,07	
500021108	Eco 2000 - Sistemas Informação e Comunicações , S.a.	S	66/22	AQUISIÇÃO DE 10 PC'S - ROTA DE LAGOAS FASE II	2022/06/17	18.182,47	22.341,49	2022/08/27	2022/08/22	CT	N					2022/09/05	22.341,47					22.341,47	22.341,47					22.341,47	
500057512	Bial-sistemas Hidraulica e Industrial, Sa	S	75/22	AQUISIÇÃO DE SISTEMAS DE HIDRÁULICA - CAIS DO LITEIRO	2022/06/01	11.402,67	14.014,36	2022/09/06	2022/09/06	AS	N					2022/09/20	14.014,36					14.014,36	14.014,36					14.014,36	
TOTAL						3.331.401,54	3.392.202,23										915.462,23					915.462,23	3.161.941,17					3.161.941,17	

Tipo de Consulta : Apenas os que tiveram execução financeira no exercício (c/ execução das anualidades) — Nomenclatura Entidade Adjudicante : CPV — Contratos de contratos diversos : S — Incluir as anualidades no âmbito do CCP/LCP : S — Considerar as observações :

ENTIDADE		CONTRATO							Proc. Contr.	Ass. Sig.	Comunicação ao TC (Visto)			VISTO DO T.C.		Data do primeiro pagamento dentro do exercício financeiro	PAGAMENTOS DO EXERCÍCIO (€)						PAGAMENTOS ACUMULADOS (€)						Observações
NIPC	Designação	Tipo	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Prazo de Execução	Decisão de Adjudicação (Entidade)			Visto nº	Fundamento Isenção/Não	Contrato CCP/LCP	Nº	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trab., incluindo os trab. a mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trab., incluindo os trab. a mais	Total	
504465204	CASA CIVIL DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE LANHOSO	01/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO, TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES ESCOLARES	2022/01/26	27.433,50	31.665,35	2022/02/01	2022/01/25	CP	N						2022/03/01	3.956,31					3.956,31	31.665,35					31.665,35	
504102108	Compass Refeitórios St. Emiliano	02/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO, TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES ESCOLARES AO CONCELHO DA PÓVOA DE LANHOSO	2022/02/01	29.918,10	29.918,10	2022/02/01	2022/02/01	AS	N						2022/04/01	9.118,43					9.118,43	9.118,43					9.118,43	
503916109	RESTAURANTE CASEIRO, LDA.	03/22	AQUISIÇÃO DE REFEIS EM 1ºCEB (ESTABELECIMENTOS DE ESCOLAS DA PÓVOA DE LANHOSO E FREGUESIA CAMPOS) SUBSIDIO REF. A UNS ALUNOS 2022/2023 DO 1ºCEB	2022/08/30	7.560,30	6.300,70	2022/09/01	2022/09/01	CP	N						2022/10/01	6.300,70					6.300,70	6.300,70					6.300,70	
504465204	CASA CIVIL DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE LANHOSO	04/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO, TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES ESCOLARES AO CONCELHO DA PÓVOA DE LANHOSO	2022/12/13	130.380,19	107.107,74	2022/12/31	2022/12/27	CPB	N						2022/10/01	107.107,74					107.107,74	107.107,74					107.107,74	
510170420	Letras Coordenadas Arrendo e Papelaria Empresarial Lda	05/22	AQUISIÇÃO DE FICHAS DE 1ºCEB (ESTABELECIMENTOS DE ESCOLAS DA PÓVOA DE LANHOSO E FREGUESIA CAMPOS) SUBSIDIO REF. A UNS ALUNOS 2022/2023 DO 1ºCEB	2022/07/26	7.940,05	6.183,12	2022/07/01	2022/09/01	CP	N						2022/07/01	7.335,19					7.335,19	7.335,19					7.335,19	
505011068	En Dialogo Associação Para o Desenvolvimento Rural da Terra do Lanhoso	06/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO, TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES ESCOLARES AO CONCELHO DA PÓVOA DE LANHOSO	2022/12/13	57.511,61	44.695,21	2022/01/01	2022/01/01	CPB	N						2022/01/01	57.511,75					57.511,75	57.511,75					57.511,75	
510590174	Ana Guilherme Gonçalves Cooperativa Lda"	07/22	AQUISIÇÃO DE FICHAS DE 1ºCEB (ESTABELECIMENTOS DE ESCOLAS DA PÓVOA DE LANHOSO E FREGUESIA CAMPOS) SUBSIDIO REF. A UNS ALUNOS 2022/2023 DO 1ºCEB	2022/08/26	7.921,15	7.355,15	2022/09/01	2022/09/01	CP	N						2022/09/01	6.255,10					6.255,10	6.255,10					6.255,10	
504465204	Compass Refeitórios St. Emiliano	08/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO, TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES ESCOLARES AO CONCELHO DA PÓVOA DE LANHOSO	2022/12/13	31.815,15	15.908,55	2022/01/01	2022/01/01	CPB	N							22.411,51					22.411,51	22.411,51					22.411,51	
504465204	CENTRO SOCIAL DE GONTE	09/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO, TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES ESCOLARES AO CONCELHO DA PÓVOA DE LANHOSO	2022/12/13	5.580,00	4.302,55	2022/01/01	2022/01/01	CPB	N							225,39					225,39	225,39					225,39	
502107932	Centro Social Paroquial S. Pedro Serzedelo e S. Gens Calvos Apoi	10/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO, TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES ESCOLARES AO CONCELHO DA PÓVOA DE LANHOSO	2022/12/13	6.015,60	5.514,00	2022/01/01	2022/01/01	CPB	N						2022/05/02	1.119,87					1.119,87	1.119,87					1.119,87	
501317135	Eurest - Sociedade de Restauração Ltd'nces e Inovação, S.a.	11/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AO CONCELHO DA PÓVOA DE LANHOSO	2022/08/01	51.015,60	33.535,20	2022/01/01	2022/01/01	CPB	N						2022/01/01	41.560,13					41.560,13	41.560,13					41.560,13	
507073135	Provisorius, Lda.	12/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AO CONCELHO DA PÓVOA DE LANHOSO	2022/08/02	65.220,67	52.239,56	2022/01/01	2022/01/01	CPB	N						2022/01/01	33.540,72					33.540,72	33.540,72					33.540,72	
504102108	Compass Refeitórios St. Emiliano	13/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AO CONCELHO DA PÓVOA DE LANHOSO	2022/08/01	31.230,07	15.261,07	2022/01/01	2022/01/01	CPB	N						2022/01/01	12.816,36					12.816,36	12.816,36					12.816,36	
501787117	Comuna de Lana e Aviario, S.a.	14/22	AQUISIÇÃO DE LEITE ESCOLAR-2ºCEB (ESTAB. 2022-2023)	2022/08/02	28.261,50	18.531,51	2022/01/01	2022/01/01	CP	N						2022/10/01	1.291,21					1.291,21	1.291,21					1.291,21	
501951413	SIS - SOCIEDADE IBERICA DE SERVIÇOS, S.A.	15/22	AQUISIÇÃO DE BOLSAS INSTRUMENTAIS PARA INSTRUMENTAÇÃO DAS ESCOLAS ENCARTADAS	2022/08/27	12.547,10	12.529,55	2022/01/01	2022/10/01	CP	N						2022/11/01	765,13					765,13	765,13					765,13	
503301959	Arriga E Dias Delgado, Lda	16/22	AQUISIÇÃO DE FICHA ESCOLAR PARA O ANO LETIVO 2022/2023	2022/10/11	10.101,30	10.101,30	2022/01/01	2022/10/01	AS	N						2022/11/01	3.644,61					3.644,61	3.644,61					3.644,61	
504534143	Dias 2410 - Sistemas Informação e Comunicações , S.a.	17/22	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS IT - CASA LANHO	2022/10/14	11.237,52	11.236,69	2022/12/15	2022/12/15	CP	N						2022/11/01	11.236,69					11.236,69	11.236,69					11.236,69	
			TOTAIS		3.156.435,92	1.811.691,42											1.278.788,74					1.278.788,74	1.562.459,82					1.562.459,82	

Tipo de Concelho : Apenas os que tiveram execução financeira no exercício (ref/ execução das entidades) Nacionalidade Entidade Adjudicatária : CCI Excluir os contratos diversos : S Excluir os estabelecidos no âmbito do CCP/LCP : S Considerar as alterações :

ENTIDADE		CONTRATO									Contratação no TC (Lote)			VISTO DO T.C.		Data do primeiro pagamento após a data de execução (financeira)	PAGAMENTOS DO EXERCÍCIO (€)						PAGAMENTOS ANTERIORES (€)						Observações
NIPC	Designação	Tipo	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Data de Execução	Término de Execução (diversa)	Proc. Contr.	Pond. Adj.	REGIF Lei n.º 30/2020	Fundamentação adicionais	Fundamentação CCP/LCP	N.º Pos.	Data		Trabalhos Normais	Período de Preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trab., incluindo os trab. a mais	Total	Trabalhos Normais	Período de Preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trab., incluindo os trab. a mais	Total	
500383151	Jorge E Reis Feliciano, Lda	E	SC/2021	OBRA ESCOLAR DO LOTE 1 PAV/2022	2022/03/22	8.111,67	8.111,67	2022/04/01	2022/04/01	AS	N					2022/07/21	5.374,55					5.374,55	2.737,12					2.737,12	
501284610	ESCAVETRICES PAREDE, SA	E	SC/21	AQUISIÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E EXECUÇÃO DE EMPREITADA PARA VIATURAS DO MUNICÍPIO - LOTE 2	2022/05/05	3.162,77	3.162,77	2022/12/31	2022/05/05	CV	S					2022/07/21	3.612,75					3.612,75	1.154,65					1.154,65	
500100101	Sa Electricidade, S.a.	E	SC/21	ELETRICIDADE MT MARIA	2022/11/30	2.693,57	2.693,57	2022/11/30	2022/11/30	ACAS	N					2022/05/23	2.559,87					2.559,87	2.569,63					2.569,63	
500384053	Intermarché - Supermercados - Supermercados S.a.	E	SC/22	BENS ALIMENTARES	2022/12/05	1.926,43	1.926,43	2022/12/05	2022/12/05	ACAS	N					2022/12/26	1.387,54					1.387,54	1.387,54					1.387,54	
500765403	TINTAS NORTE - COMERCIAL, LDA.	E	SC/22	MATERIAIS PARA CANDIDATURA DA RESIDÊNCIA E MORA	2022/09/30	4.618,87	4.618,87	2022/09/30	2022/09/07	AS	N					2022/09/30	4.133,37					4.133,37	4.133,37					4.133,37	
501183365	CANDIAS-SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES, LDA	E	SC/22	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	2022/03/16	2.382,63	2.382,63	2022/03/31	2022/03/16	CV	N					2022/05/20	2.582,50					2.582,50	2.582,50					2.582,50	
501763826	BEBIDAS - SOCIEDADE PORTUGUESA DE APARELHOS DE MEDIÇÃO, SA	E	SC/22	AQUISIÇÃO DE CONSUMÍVEIS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DIVERSAS	2022/09/23	5.132,16	5.132,16	2022/09/30	2022/09/30	CV	N					2022/09/27	5.132,63					5.132,63	5.132,63					5.132,63	
500383152	ALMEDO & LOPES, LDª.	E	SC/22	MATERIAIS PARA O STAND DE FEIRA DOS ARTISTAS	2022/05/22	6.370,79	3.242,37	2022/06/22	2022/06/22	CV	N					2022/06/29	3.477,10					3.477,10	3.477,10					3.477,10	
500401831	ESRI PORTUGAL - SISTEMAS E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA, S.A	E	SC/22	AQUISIÇÃO DE UMA SOLUÇÃO ARCGIS-ONLINE-CB PA PARA FC LAGOAS	2022/05/11	16.182,57	20.262,45	2022/05/31	2022/05/31	ACAS	N					2022/05/31	20.262,45					20.262,45	20.262,45					20.262,45	
500453013	ESCRIBED - MAT. ESCR E CONSUMÍVEIS, LDA	E	SC/22	AQUISIÇÃO DE ELEITORES PREVISTAS PARA ATIVIDADES DO ÂMBITO DA JUVENTUDE	2022/05/22	2.200,00	1.135,00	2022/05/31	2022/05/31	AS	N					2022/06/23	1.135,00					1.135,00	1.135,00					1.135,00	
500592751	EDOC - EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO, S.A	E	SC/22	EQUIPAMENTO MULTIFUNCIONAL PARA O NOVO STAND	2022/07/28	2.500,00	2.241,65	2022/07/31	2022/07/31	CV	N					2022/11/23	2.241,65					2.241,65	2.241,65					2.241,65	
500700118	Arbustos Design, Lda	E	SC/22	AQUISIÇÃO DE ARTIGOS PARA EVENTOS PÚBLICOS E CURSO DE FEIRAS	2022/05/20	3.586,50	3.241,23	2022/05/31	2022/05/31	AS	N					2022/06/23	3.241,23					3.241,23	3.241,23					3.241,23	
500755159	Ecco Cerâmica	E	SC/22	AQUISIÇÃO DE FLORES PARA OS ARRANJOS MUNICIPAIS	2022/05/13	5.570,13	7.265,15	2022/05/31	2022/05/27	CV	N					2022/06/23	6.595,78					6.595,78	6.595,78					6.595,78	
500783659	AUTOVEST, LDA.	E	SC/22	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	2022/07/26	3.139,40	3.693,65	2022/07/31	2022/07/26	CV	N					2022/08/31	3.693,25					3.693,25	3.693,25					3.693,25	
500879566	CONCEPTO 2020, S.A	E	SC/22	TERRENOS PARA AS OBRAS DIVERSAS	2022/05/03	9.612,23	10.537,60	2022/12/31	2022/05/26	CV	N					2022/06/30	10.537,60					10.537,60	10.537,60					10.537,60	
500283648	Arbor Florestal e Filhos, Afl, Equipamentos Hospitalares, Lda	E	SC/22	AQUISIÇÃO DE BANCOS DE JARDINS PARA O SALÃO DE FESTAS MUNICIPAL	2022/05/10	4.740,00	1.329,50	2022/05/31	2022/05/31	AS	N					2022/06/23	1.329,50					1.329,50	1.329,50					1.329,50	
500500118	Abreu e Pedro Engenho e Sea Estor, Lda	E	SC/22	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO E LIMPEZA PARA OS EVENTOS DO CONCELHO (LOTE 1)	2022/05/13	1.782,00	2.242,15	2022/12/31	2022/05/25	CV	N					2022/06/29	1.355,10					1.355,10	1.355,10					1.355,10	
510459139	Frutalvi, Lda	E	SC/22	AQUISIÇÃO DE FRUTA DE ARTESANATO PARA AS FESTAS DE S.JOSÉ 2022	2022/03/10	8.132,00	10.000,00	2022/03/31	2022/03/16	AS	N					2022/05/20	10.000,00					10.000,00	10.000,00					10.000,00	
500284840	Jose Manuel, Empresaal, Lda	E	SC/22	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO E LIMPEZA PARA OS EVENTOS DO CONCELHO (LOTE 2)	2022/03/15	2.500,00	2.532,67	2022/03/31	2022/03/15	CV	N					2022/05/25	2.532,67					2.532,67	2.532,67					2.532,67	
500150105	Pts 2000 - Sistemas Informação e Comunicações , S.a.	E	SC/22	AQUISIÇÃO DE 3 WORKSTATIONS COM INTEGRAÇÃO OFFICE WINS 10 PROFESS 2021	2022/02/07	6.195,00	7.537,25	2022/03/31	2022/02/03	CV	N					2022/03/23	7.537,25					7.537,25	7.537,25					7.537,25	
501383459	Sacoscampos - Empresaal, Lda.	E	SC/22	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO EPI	2022/05/19	7.750,00	9.532,50	2022/05/31	2022/05/31	AS	N					2022/06/24	9.532,50					9.532,50	9.532,50					9.532,50	
501383457	Castilho Jose Rodrigues, Sa	E	1/21	Requalificação das Ruas de Avelin e Viarmes na freguesia de Fontarcada - CONCELHO DE MACEDO	2020/10/21	200.595,53	202.870,53	2022/07/25	2020/10/05	CCB	N					2022/05/23		30.872,8				30.872,8	240.134,16	30.872,16		19.866,58		259.767,13	
501383454	Coleteiros Novais, Lda.	E	1/21	EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM ARRUAMENTOS DO CONCELHO DA JUNTA DE LAGOAS	2021/10/25	25.000,00	25.737,53	2022/12/31	2022/10/05	CV	N					2022/11/23	25.737,53					25.737,53	25.737,53					25.737,53	
501383454	Coleteiros Novais, Lda.	E	1/21	EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM ARRUAMENTOS DO CONCELHO DA JUNTA DE LAGOAS	2021/10/25	25.000,00	25.737,53	2022/12/31	2022/10/05	CV	N					2022/11/23	25.737,53					25.737,53	25.737,53					25.737,53	
500401109	Sarsico	E	104/22	CONSERVAÇÃO DAS CANDEIAS DOS PASSEIOS MUNICIPAIS	2022/10/10	47.000,00	59.682,67	2022/12/31	2022/10/25	CV	N					2022/11/30	59.682,67					59.682,67	59.682,67					59.682,67	
501383454	Coleteiros Novais, Lda.	E	104/22	Manutenção de pavimentações em arruamentos no concelho da Junta de Lagoaça	2022/10/24	20.000,00	19.554,28	2022/12/31	2022/10/21	CV	N					2022/11/30	24.122,24					24.122,24	24.122,24					24.122,24	
500000105	Antonio Alves Ferreira, Lda	E	83/21	Aquisição de fardamento da Escola Secundária da Junta de Lagoaça	2022/07/07	40.000,00	42.765,50	2022/07/31	2022/07/21	CV	N					2022/08/31		7.252,51				7.252,51	35.680,80	7.252,51				42.933,31	
501383701	Gestitos Saúde, Empresaal, Lda	E	2/21	EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS - TRABALHOS DIVERSOS EM EDIFÍCIO DA FREGUESIA DE CALVOS	2022/03/21	5.140,41	5.452,59	2022/05/25	2022/05/25	AS	N					2022/06/23		92,94				92,94	5.357,94	92,94				5.450,94	
				TOTAL		1.459.693,51	1.631.961,51										1.516.319,19	39.217,45				1.555.536,64	4.659.140,47	39.217,45		19.866,58		4.718.424,51	

Tipo de Contrato : Apenas os que tiveram execução financeira no exercício (ref. execução das anualidades) Nomenclatura Classificação Alfanumérica : CPV Excluir os contratos diversos : Não Excluir os contratados no âmbito do CMVM : Não Considerar as observações :

Entidade		Contrato								Comunicação ao TC (Visto)			Visto do T.C.		Data do primeiro pagamento (início da execução financeira)	Encargos do exercício (€)						Encargos acumulados (€)						Observações
NIPC	Designação	Tipo	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Prazo de Execução	Decisão de Execução (Física)	Exec. Contr.	Excl. Adj.	ISCP (ano nº 10/2021)	Contratos adicionais	Contratos CMVM-TC	N.º Dep.	Data		Trabalhos Normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trab., incluindo os trab. a mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trab., incluindo os trab. a mais	Total	
510703810	Filipe Pereira Empresarial, Lda.	S	2021	INTERVENÇÃO EM APOIOS DO CONCELHO DA VISTA DE LAMEGO (LOTE 3)	2021/07/29	11.500,00	11.500,00	2021/11/30	2022/03/30	CP	N					2022/04/29	6.334,92					6.334,92	6.334,92					6.334,92	
514226705	Arco Habitações, Lda.	S	2021	Acesso de eficiência energética da Casa da Ponte	2021/09/30	252.432,50	249.500,00	2021/10/26	2022/05/26	OB	N					2022/07/29		10.334,01				10.334,01	219.510,15	10.510,11			10.357,54	247.536,50	
510610705	Antonio Alves Ferreira, Lda	S	2021	VALORIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE APOIO À VIDA FLORAL DE VEIGA	2021/10/15	475.527,35	501.066,50	2022/05/23	2022/09/23	CPB	N					2022/05/29	229.155,85	15.651,11	25.803,69			270.611,07	115.729,51	15.651,11	25.803,69	18.135,17		183.653,48	
510703810	Castelo Azul Rodrigues, Sa	S	2021	REABILITAÇÃO DA CASA DA PONTE E ENVOLVENTE	2021/10/21	168.500,15	177.421,21	2022/05/30	2022/09/30	CPB	N					2022/06/29		6.232,07				6.232,07	109.709,17	6.232,07				121.612,17	
510610705	Antonio Alves Ferreira, Lda	S	2021	REABILITAÇÃO DA CASA DA PONTE E ENVOLVENTE	2021/10/21	175.412,34	184.553,12	2022/05/31	2022/09/31	CPB	N					2022/06/29		9.561,35				9.561,35	139.351,55	20.035,31				159.152,36	
510703810	Granitos Sociais, Empresarial, Lda	S	2021	EXECUÇÃO DE OBRAS DIVERSAS - TRABALHOS DIVERSOS EM GRANITO NA FREGUESIA DE CUNHA	2021/12/21	4.312,15	4.312,15	2022/01/31	2022/05/31	OB	N					2022/06/29		76,13				76,13	4.235,55	76,13				4.312,15	
514678710	Agostinho e Henrique Carvalho, Lda.	S	2021	EMPREITADA DE AMPLIAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM ARRUAMENTOS DO CONCELHO DA VISTA DE LAMEGO	2021/12/29	12.500,00	12.500,00	2022/01/30	2022/05/30	CP	N					2022/07/29	10.359,32					10.359,32	10.359,32					10.359,32	
510610705	Eco- Desinfestações Technologies, Lda.	S	2022	Execução de estruturas para o encaixe de prateleiras laterais no lagar da Senra	2022/02/17	19.999,99	18.356,76	2022/05/25	2022/09/25	CPB	N					2022/07/29	10.149,33	2.187,39				12.336,72	10.149,33	2.187,39				12.336,72	
510703810	Granitos Sociais, Empresarial, Lda	S	2020	TRABALHOS DIVERSOS EM GRANITO NA FREGUESIA DE VEIGA (LOTE 10)	2020/05/00	16.500,16	15.000,00	2020/07/31	2020/11/31	OB	N					2020/06/29		12,70				12,70	15.487,72	12,70				15.500,42	
514603710	Construcoes - Sociedade de Construção, Lda	S	2021	REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ESAC	2021/07/02	29.206,59	26.541,71	2021/09/21	2022/01/21	CPB	N					2022/07/29		304,71				304,71	22.156,14	304,71				22.471,15	
510703810	Granitos Sociais, Empresarial, Lda	S	2021	Trabalhos diversos em granito em pergaminho na freguesia de Vinha de Lacheno (parcela II)	2021/07/07	6.305,15	6.001,13	2021/09/26	2022/01/26	OB	N					2022/06/29		153,13				153,13	6.505,55	153,13				6.911,67	
510703810	Granitos Sociais, Empresarial, Lda	S	2021	Trabalhos diversos em granito em pergaminho na freguesia de Schistelo da Cima (parcela III)	2021/07/07	17.501,01	11.554,56	2021/09/26	2022/01/26	CPB	N					2022/06/29		102,25				102,25	12.151,21	102,25				12.554,25	
510703810	Granitos Sociais, Empresarial, Lda	S	2021	Trabalhos diversos em granito em pergaminho na freguesia de Travassos (PS)	2021/07/07	6.502,15	6.502,15	2021/09/26	2022/01/26	CPB	N					2022/06/29		104,15				104,15	6.705,65	104,15				6.912,13	
510703810	BENTINHO E FILHOS, S.A.	S	2021	EXECUÇÃO DE OBRAS DIVERSAS - Requalificação da Estrada Municipal n.º 60 na extensão da Escola Secundária da Vinha de Cachoeiro até Vilela	2021/05/01	311.750,15	332.501,15	2021/08/31	2022/02/31	CPB	N					2022/06/29	215.101,65	110.102,15			7.315,33	332.505,13	215.101,65	110.102,15			7.315,33	332.505,13	
514207105	Plateno de Calcados - Empresarial, Lda	S	2021	TRABALHOS COMPLEMENTARES "EXECUÇÃO DE VALAS PARA INFRAESTRUTURAS ELÉTRICAS EM GAVIÃO"	2021/05/25	21.111,15	25.116,15	2021/07/31	2021/11/31	OB	N					2022/06/29	19.211,23		2.513,13			25.116,53	19.211,23		2.513,13			25.116,53	
510703810	Concelo Engenharia S. A.	S	2021	REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA INSTALAÇÃO DA "CASA DO LIVRO"	2021/07/19	138.510,15	149.361,50	2021/09/21	2022/01/21	CPB	N					2022/07/29	102.572,15					102.572,15	139.572,15					139.572,15	
501202715	Jurgest, Empresarial, Lda.	S	2021	Fiscalização da piscina municipal descoberta	2021/05/01	29.556,00	31.702,15	2021/07/31	2022/01/31	CP	N					2022/07/29	31.702,15					31.702,15	31.702,15					31.702,15	
514210104	CONSTRUTORES ASSOCIADOS EDIFICIOS FERREIRAS, CONSTRUÇÃO, LDA	S	2020	EXECUÇÃO DE TRABALHOS DOS EDIFÍCIOS DE APOIO À VINHA E DA CASTELHO DE CALVOS	2020/07/01	179.313,15	215.593,15	2020/07/31	2020/11/31	OB	N					2020/06/29		1.312,23				1.312,23	134.221,11	1.312,23				135.533,43	
501202517	Castelo Azul Rodrigues, Sa	S	2020	REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO SITUADO NA FREGUESIA DE VEIGA	2020/07/17	50.100,15	53.101,43	2020/11/15	2021/03/15	CPB	N					2020/06/29			513,53			513,53	42.211,13		10.321,53			52.532,66	
501202517	Castelo Azul Rodrigues, Sa	S	2020	REABILITAÇÃO DA PEDRA DOS CANTEIROS EM EDIFÍCIOS	2020/05/02	47.153,15	50.103,15	2020/08/02	2020/12/02	CPB	N					2020/06/29		1.312,53				1.312,53	38.611,43	1.312,53	10.413,25			50.137,15	
514207105	Eco, Empresarial, Lda.	S	2020	Start Up Eco: Qualificação do Antigo Casa dos Agricultores	2020/05/21	105.411,15	105.411,15	2021/05/31	2022/03/31	CPB	N					2020/06/29	69.101,15					69.101,15	69.101,15					69.101,15	
501202517	Castelo Azul Rodrigues, Sa	S	2020	REABILITAÇÃO DA PEDRA DE BASE DA CAPELA DE PROPRIEDADE DE CALVOS E FILHOS	2020/05/21	31.411,15	41.071,15	2020/09/21	2020/11/31	CPB	N					2020/06/29		164,45				164,45	30.615,15	164,45	1.311,53			31.071,13	
514603710	Granitos Sociais, Empresarial, Lda	S	2021	Trabalhos diversos em granito em pergaminho na freguesia de Ferreiros (PS)	2021/05/01	21.011,15	22.305,10	2021/07/31	2021/11/31	CPB	N					2022/07/29		312,53				312,53	21.611,15	311,53				22.312,30	
514103105	Arquitetura, Soluções e Associados Tecnica, Lda	S	2020	INSTALAÇÃO INTERNA DE ENERGIA E ENERGIA ENERGIA-ENERGIA EM EDIFÍCIOS ESPECIAIS EDIFÍCIO DOS SERVIÇOS DO CONCELHO DA VISTA DE LAMEGO	2020/07/21	219.114,15	220.324,41	2020/11/30	2020/11/31	CPB	N					2020/06/29		1.555,67				1.555,67	215.311,15	3.555,67				220.374,15	
				TOTAL	2.466.110,15	2.521.772,61											2.511.154,15	233.164,11	30.933,61		7.315,33	2.753.553,40	2.090.192,10	202.261,21	55.222,21	37.114,43	66.052,51	2.153.693,15	

Tipo de Contrato : Apenas os que tenham execução financeira no exercício (ref. execução das anualidades) Empreitadas Plurianuais Adjudicadas : [illegible] Incluir os contratos Adicionais : S Incluir as anualidades no âmbito do [illegible] : S Considerar as observações :

ENTIDADE		CONTRATO									Comunicação ao TC (data)			Visto do T.C.		Data do auto de consignação	PAGAMENTOS DO EXERCÍCIO (€)						PAGAMENTOS ACUMULADOS (€)						Observações
NIPC	Designação	Tipo		Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Prazo de Execução	Data(s) de Execução (Efectiva)	Incr. Contr.	Fase Adj.	Mod. Lei nº 30/2021	Contratos adicionais	Contratos (CCP/TC-12)	Nº Proc.	Data		Trabalhos Anuais	Revisão de Preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trab., incluindo os trab. a mais	Total	Trabalhos Anuais	Revisão de Preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trab., incluindo os trab. a mais	Total	
[illegible]	Gruamos Sevilla, Empresari, Lda	E	16/19	REPOSIÇÃO DE CALÇADA DE SEPARAÇÃO DE FAIXAS DA RUA DE LAMEGO	[illegible]/07/19	70.139,20	81.761,61	[illegible]	[illegible]/07/19 a [illegible]/07/19	CCP	5					[illegible]/07/19		1.951,55				1.951,55	63.918,75	1.951,55	15.332,60			77.592,90	
[illegible]	Cordeiro Jose Rodrigues, Sa	E	17/19	Repavimentação da Rua Senhora da Conceição	[illegible]/07/19	95.438,30	101.204,60	[illegible]	[illegible]/07/19 a [illegible]/07/19	CCP	4					[illegible]/07/19		1.796,60				1.796,60	78.165,55	1.796,60	21.239,56			101.201,61	
[illegible]	Gruamos Sevilla, Empresari, Lda	E	13/19	Trabalhos diversos em arruamentos em pavimento na freguesia de Galegos (S.M)	[illegible]/07/19	8.438,35	8.943,35	[illegible]/12/19	[illegible]/07/19 a [illegible]/12/19	CCP	5					[illegible]/07/19	8.647,65	295,70				8.943,35	8.647,65	295,70				8.943,35	
[illegible]	Gruamos Sevilla, Empresari, Lda	E	10/19	Trabalhos diversos em arruamentos em pavimento na freguesia de Pedreanes (S.M)	[illegible]/07/19	12.874,30	13.611,23	[illegible]/12/19	[illegible]/07/19 a [illegible]/12/19	CCP	5					[illegible]/07/19	12.580,60	430,28				13.010,28	12.580,60	430,28				13.010,28	
[illegible]	Gruamos Sevilla, Empresari, Lda	E	10/19	Trabalhos diversos em arruamentos em pavimento na freguesia de Odivelas da Costa (S.M)	[illegible]/07/19	5.240,55	5.522,15	[illegible]/12/19	[illegible]/07/19 a [illegible]/12/19	CCP	5					[illegible]/07/19	5.322,55	182,60				5.522,15	5.322,55	182,60				5.522,15	
[illegible]	Cordeiro Jose Rodrigues, Sa	E	15/18	Repavimentação da Estrada de Arruilhoma em Sobradelo da Costa	[illegible]/07/19	304.438,95	305.445,60	[illegible]/07/19	[illegible]/07/19 a [illegible]/07/19	CCP	5					[illegible]/07/19		31.556,80				31.556,80	305.445,60	31.556,80	72.337,60			305.440,40	
[illegible]	Cordeiro Jose Rodrigues, Sa	E	14/18	Repavimentação da Rua do Grupo Desportivo de Porto d'Ave e Rua do Agro em Taião	[illegible]/07/19	139.722,55	141.195,20	[illegible]/07/19	[illegible]/07/19 a [illegible]/07/19	CCP	4					[illegible]/07/19		15.373,40				15.373,40	126.943,15	15.373,40	5.753,53			148.025,20	
[illegible]	Angelo Oliveira - Fotografias Empresari, Lda.	E	14/22	[illegible]	[illegible]/06/22	50.749,10	49.185,50	[illegible]/12/22	[illegible]/07/22 a [illegible]/12/22	CCP	5					[illegible]/07/22	23.328,00					23.328,00	23.328,00					23.328,00	
[illegible]	Gruamos Sevilla, Empresari, Lda	E	9/22	Repavimentação desde a Rua de São Cosme até ao limite do concelho em Arroio (estrada EM 589-1) na freguesia de Carfe	[illegible]/05/22	2.322,10	2.356,40	[illegible]/07/22	[illegible]/07/22 a [illegible]/07/22	CCP	5					[illegible]/07/22		2.356,40				2.356,40		2.356,40				2.356,40	
[illegible]	[illegible] [illegible]	E	5/22	Criação de alcapões nas salas de aulas da ES 2,3 Gonçalo Sampaio	[illegible]/07/22	1.750,00	1.850,00	[illegible]/08/22	[illegible]/07/22 a [illegible]/08/22	ESPE	0					[illegible]/07/22	1.850,00					1.850,00	1.850,00					1.850,00	
[illegible]	Acustiwave, Soluções e Assistência Técnica, Lda	E	5/22	Substituição de condutas em edifícios Municipais	[illegible]/06/22	7.439,00	7.439,00	[illegible]/08/22	[illegible]/07/22 a [illegible]/08/22	ESPE	0					[illegible]/07/22	7.439,00					7.439,00	7.439,00					7.439,00	
[illegible]	Sonitrol	E	5/22	Instalação de equipamento de ar condicionado (Sala do conselho - recepção 1.º andar)	[illegible]/07/22	4.700,00	5.034,00	[illegible]/08/22	[illegible]/07/22 a [illegible]/08/22	ESPE	5					[illegible]/07/22	5.034,00					5.034,00	5.034,00					5.034,00	
[illegible]	Cobelo Comercial Calçamal, Lda.	E	5/22	Instalação de vas parabólicas em Mozamil (criação de cavidade)	[illegible]/07/22	1.435,00	1.553,50	[illegible]/07/22	[illegible]/07/22 a [illegible]/07/22	ESPE	5					[illegible]/07/22	1.553,50					1.553,50	1.553,50					1.553,50	
[illegible]	Cruamos Regulares - Calçamal, Lda.	E	5/22	Arranjo de curvatura de tomadas em salas de aulas na Escola EB2,3 Prof. Gonçalo Sampaio	[illegible]/07/22	9.950,00	10.519,00	[illegible]/08/22	[illegible]/07/22 a [illegible]/08/22	ESPE	5					[illegible]/07/22	10.519,00					10.519,00	10.519,00					10.519,00	
[illegible]	Ana Filipa Nova Silva	S	1/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - ASSESSORIA DE APOIOS DO ANO DA EDIFICAÇÃO	[illegible]/01/22	10.500,00	10.693,76	[illegible]/12/22	[illegible]/01/22 a [illegible]/12/22	CT	0					[illegible]/01/22	10.693,76					10.693,76	10.693,76					10.693,76	
[illegible]	Ana Lima Martins	S	19/21	SERVIÇOS DE LIMPEZA EM VÁRIOS ESPAÇOS MUNICIPAIS ANTIGO EM PAVILHÕES	[illegible]/09/21	31.000,00	31.182,00	[illegible]/12/21	[illegible]/09/21 a [illegible]/12/21	CT	5					[illegible]/09/21	553,33					553,33	31.182,33					31.182,33	
[illegible]	Strong Clarus, Soluções de Segurança, S.a.	S	16/22	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PARA A CÂMARA DO CONCELHO DE CARVELOS.	[illegible]/07/22	22.250,00	23.282,55	[illegible]/12/22	[illegible]/07/22 a [illegible]/12/22	CT	5					[illegible]/07/22	25.697,50					25.697,50	25.697,50					25.697,50	
[illegible]	Ecolinea - Arquitectura & Engenharia, Lda.	S	10/19	PRESTAÇÃO DE ESPECIALIDADES DE APOIO À OBRA FEDERAL DE VIDEIRA	[illegible]/07/19	15.450,00	13.212,51	[illegible]/12/19	[illegible]/07/19 a [illegible]/12/19	CT	5					[illegible]/07/19	503,10					503,10	13.212,51					13.212,51	
[illegible]	Instituto de Financiamento e Desenvolvimento do Turismo	S	10/21	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - OBRAS VÁRIAS ELETRICIDADE	[illegible]/07/21	19.999,00	24.532,50	[illegible]/12/21	[illegible]/07/21 a [illegible]/07/21	AS	5					[illegible]/07/21	24.532,50					24.532,50	24.532,50					24.532,50	
[illegible]	Fernando Nunes Ribeiro da Silva	S	11/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - ASSESSORIA DE APOIOS DO ANO DE OBRAS A NÍVEL ORÇAMENTAL	[illegible]/07/22	9.000,00	9.000,00	[illegible]/07/22	[illegible]/07/22 a [illegible]/07/22	CT	5					[illegible]/07/22	9.000,00					9.000,00	9.000,00					9.000,00	
[illegible]	Lopes & Associados - Socr., Sa	S	12/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA AO ORÇAMENTO DO PDA CONCELHO PELO MINISTÉRIO DE OBRAS DE LAMEGO	[illegible]/07/22	19.500,00	24.537,70	[illegible]/12/22	[illegible]/07/22 a [illegible]/07/22	AS	5					[illegible]/07/22	24.537,70					24.537,70	24.537,70					24.537,70	
[illegible]	Ana Isabel de Sousa Ribeiro	S	12/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - ASSESSORIA DE APOIOS DO ANO DE OBRAS A NÍVEL ORÇAMENTAL	[illegible]/07/22	9.000,00	9.000,00	[illegible]/07/22	[illegible]/07/22 a [illegible]/07/22	CT	5					[illegible]/07/22	9.000,00					9.000,00	9.000,00					9.000,00	
[illegible]	Cordeiros de Esteiras, S.A.	S	17/19	TERRAÇÃO, ARRANJOS E ORDENAÇÕES NAS ESPERAS DE AGUA E DRENAGEM	[illegible]/07/19	15.400,00	10.155,40	[illegible]/12/19	[illegible]/07/19 a [illegible]/12/19	CT	5					[illegible]/07/19	6.300,40					6.300,40	11.373,60					11.373,60	
					[illegible]	0.556.872,15	0.620.355,10										2.313.178,45	230.560,01	38.930,00		7.205,35	2.665.869,81	1.960.859,53	301.399,07	196.140,67	37.437,60	46.032,97	2.611.877,84	

Tipo de Contrato : Apenas os que tiveram execução financeira no exercício (ref. execução dos montantes) Procedimentos Mantidos após Adjudicação : 67 Declaro os montantes diversos : 5 Declaro as modalidades no âmbito do CCP/18 : 5 Considerar as observações :

ENTIDADE		CONTRATO							Proc. Contr.	Mod. Adj.	Comunicação ao TC (Data)			Visto do T.C.		Data do primeiro pagamento ligado à execução financeira	PAGAMENTOS DO EXERCÍCIO (€)						PAGAMENTOS ACUMULADOS (€)						Observações
NIF	Designação	Tipo	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Prazo de Execução	Início de Execução (Efetivo)			DECOP (art.º 29/2012)	Cocontratos adicionais	Contratos CCP/18	Nº	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trab., revisões ou trab. a mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trab., revisões ou trab. a mais	Total	
501734430	JOSÉ MARIA FERREIRA ADVOGADOS	S	15/22 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - ASSESSORIA DE PROCESSO DO ANO DE ENSAIOS A NÍVEL INTERNACIONAL	2022/02/15	9.025,00	9.025,00	2022/02/01	2022/02/01	CE	N						2022/04/05	9.025,00					9.025,00	9.025,00					9.025,00	
159436595	JOSÉ VENTURA DO CASTELO	S	16/22 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - ASSESSORIA DE PROCESSO DO ANO DE ENSAIOS A NÍVEL INTERNACIONAL	2022/02/16	9.025,00	9.025,00	2022/02/01	2022/02/01	CE	N						2022/04/05	9.025,00					9.025,00	9.025,00					9.025,00	
260007816	JORGE JOSÉ LEONARDO ANTUNES	S	15/22 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - ASSESSORIA DE PROCESSO DO ANO DE ENSAIOS A NÍVEL INTERNACIONAL	2022/02/15	12.300,00	12.300,00	2022/02/01	2022/02/01	CE	N						2022/04/05	11.707,50					11.707,50	11.707,50					11.707,50	
253594600	PEDRO MIGUEL VARELA PEREIRA	S	15/22 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - ASSESSORIA DE PROCESSO DO ANO DE ENSAIOS A NÍVEL INTERNACIONAL	2022/02/15	9.025,00	9.025,00	2022/02/01	2022/02/01	CE	N						2022/04/05	9.025,00					9.025,00	9.025,00					9.025,00	
504002747	Formação, Educação e Formação, Sociedade Unipessoal, Lda	S	17/22 CONSULTADORIA DE GESTÃO DE CONHECIMENTO DE APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO SGC-12	2022/02/15	15.375,00	11.250,00	2022/02/01	2022/02/01	AB	N						2022/04/05	3.562,50				3.562,50	11.250,00					11.250,00	
218401151	EDUARDO PHILLIPE GOMES CARVALHO	S	17/22 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - ASSESSORIA DE PROCESSO DO ANO DE ENSAIOS A NÍVEL INTERNACIONAL	2022/02/15	9.025,00	9.025,00	2022/02/01	2022/02/01	CE	N						2022/04/05	9.025,00					9.025,00	9.025,00					9.025,00	
505025179	ANJILLO GOMES DO VALE, LDA	S	18/22 CONSULTADORIA DE GESTÃO - PROJETOS ESTRUTURAIS EXIGIDOS EM VÁRIOS NÍVEIS	2022/02/15	15.375,00	11.250,00	2022/02/01	2022/02/01	AB	N						2022/04/05	2.906,25				2.906,25	11.250,00					11.250,00	
155551045	JOSÉ FRANCISCO CARVALHO DA COSTA	S	14/22 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - ASSESSORIA DE PROCESSO DO ANO DE ENSAIOS A NÍVEL INTERNACIONAL	2022/02/14	9.025,00	9.025,00	2022/02/01	2022/02/01	CE	N						2022/04/05	9.025,00					9.025,00	9.025,00					9.025,00	
501620760	Mancelabrides, Comercial Lda.	S	13/22 SERVIÇO DE ENGENHARIA E VIDEO	2022/02/13	59.532,00	35.707,20	2022/02/01	2022/02/01	CE	N						2022/04/05	16.200,50				16.200,50	30.240,72					30.240,72	
260001830	JOSÉ CARLOS ROCHA E LIMA	S	19/22 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - ASSESSORIA DE PROCESSO DO ANO DE ENSAIOS A NÍVEL INTERNACIONAL	2022/02/19	9.025,00	11.070,00	2022/02/01	2022/02/01	CE	N						2022/04/05	11.070,00					11.070,00	11.070,00					11.070,00	
224407870	VIEIRA CRISTINA CARNEIRO DA SILVA CARVALHO	S	2/22 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - ASSESSORIA DE PROCESSO DO ANO DOS SERVIÇO JURÍDICO DA ATENÇÃO	2022/02/02	9.025,00	9.025,00	2022/02/01	2022/02/01	AB	N						2022/04/05	9.025,00					9.025,00	9.025,00					9.025,00	
504124216	JOSÉ CARVALHO, CONSULTORIA, LDA	S	20/21 SERVIÇOS DE ENGENHARIA	2022/02/20	12.300,00	14.391,00	2022/02/01	2022/02/01	CE	N						2022/04/05	3.075,00					3.075,00	14.391,00					14.391,00	
153459321	JOSÉ LUÍS FERNANDES PEREIRA	S	20/22 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - ASSESSORIA DE PROCESSO DO ANO DE ENSAIOS A NÍVEL INTERNACIONAL	2022/02/20	9.025,00	9.025,00	2022/02/01	2022/02/01	CE	N						2022/04/05	9.025,00					9.025,00	9.025,00					9.025,00	
500201950	IBERICE - HERDEIROS ENGENHARIAS, LDA	S	21/21 SERVIÇOS DE ENGENHARIA	2022/02/21	19.344,25	24.379,64	2022/02/01	2022/02/01	CE	N						2022/04/05	4.921,50					4.921,50	24.302,50					24.302,50	
249021934	LUÍS FELIPE CARVALHO LOPES	S	21/22 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - ASSESSORIA DE PROCESSO DO ANO DE ENSAIOS A NÍVEL INTERNACIONAL	2022/02/21	9.025,00	9.025,00	2022/02/01	2022/02/01	CE	N						2022/04/05	9.025,00					9.025,00	9.025,00					9.025,00	
251106310	SERGIO ANTONIO VIEIRAS LOPES	S	22/22 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - ASSESSORIA DE PROCESSO DO ANO DE ENSAIOS A NÍVEL INTERNACIONAL	2022/02/22	9.025,00	9.025,00	2022/02/01	2022/02/01	CE	N						2022/04/05	9.025,00					9.025,00	9.025,00					9.025,00	
227106727	Maria Sofia Fernandes Sotto	S	23/22 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA-ASSESSORIA DE PROCESSO DO ANO DOS CENTRO DE CONTROLO	2022/02/23	11.545,12	11.545,12	2022/02/01	2022/02/01	AB	N						2022/04/05	11.545,12					11.545,12	11.545,12					11.545,12	
505631109	FERNANDES CAMEIRO - SERVIÇOS PESSOAIS, LDA	S	24/21 APLICAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E GESTÃO PARA A FESTA DE S. JOSÉ E SANTA INÊS	2022/02/24	13.530,00	24.407,00	2022/02/01	2022/02/01	AB	N						2022/04/05	13.530,00					13.530,00	24.407,00					24.407,00	
514020103	Cronte, Lda	S	24/20 REMODELAÇÃO DE SISTEMAS DE REGISTO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PÚBLICA	2022/02/25	2.455.938,52	3.685.654,77	2022/02/01	2022/02/01	CPM	N				1567	2022/02/25	2022/04/05	315.187,65				315.187,65	504.832,65					504.832,65	
218401154	Vanessa Fernanda Da Ferreira Araujo de Barros Barreto	S	27/22 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - ASSESSORIA DE PROCESSO DO ANO DOS ESTUDOS VISTOS - ANO 1967	2022/02/27	5.537,12	5.537,12	2022/02/01	2022/02/01	AB	N						2022/04/05	5.537,12					5.537,12	5.537,12					5.537,12	
251106529	RICARDO FILIPE MENDES DE SOUSA	S	28/22 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE CONTRATO - ASSESSORIA DE PROCESSO DO ANO DE ENSAIOS DE ÁGUA	2022/02/28	8.625,00	8.625,00	2022/02/01	2022/02/01	AB05	N						2022/04/05	8.625,00					8.625,00	8.625,00					8.625,00	
		TOTAL			18.301.301,50	13.359.215,53											3.231.662,64	259.102,00	11.975,11		7.315,71	3.510.055,26	4.725.376,50	301.304,00	176.664,47	37.931,14	41.452,97	5.112.032,66	

Tipo de Consulta : Apenas os que tiveram execução financeira no exercício (ref/ execução das entidades) — Moeda(s) Utilizada(s) Adjudicação : CVE — Declina os montantes diferentes : S — Declina os estabelecidos no âmbito do CVMOB : S — Consultar as observações :

ENTIDADE		CONTRATO									Comunicação ao IC (Data)			Visto do T.C.		Data do primeiro pagamento (início da execução financeira)	PAGAMENTOS NO EXERCÍCIO (€)						PAGAMENTOS ACUMULADOS (€)						Observações
NIPC	Designação	Tipo	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Prazo de Execução	Término de Execução (Efetivo)	Proc. Contr.	Mod. Adj	Anexo I n.º 367/2020	Contratos Adicionais	Contratos CCP/TA-TP	N.º	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trab., incluindo os trab. a mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trab., incluindo os trab. a mais	Total	
506700750	Copiservice - Copiservice, Lda.	S	24/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES INTERIORES E CAMPO INTERCULTURAL	2022/07/15	10.000,00	10.239,27	2022/12/31	2022/12/31	CV	S					2022/07/31	10.239,27					10.239,27	10.239,27					10.239,27	
260358706	ANTÓNIO RAFAEL LEITE GONÇALVES	S	30/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE TAREFA - ENCARREGADO DE OPERAÇÕES NO ÂMBITO DO TRABALHO A NÍVEL COMUNITÁRIO	2022/12/23	9.600,00	9.600,00	2022/12/31	2022/12/31	ACESS	S					2022/12/31	9.600,00					9.600,00	9.600,00					9.600,00	
507736305	Transfer Norte, Sa	S	36/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLARES-ASSALARIADAS ESCOLARES-ANO A ANO LETIVO 2021/2022 (2º e 3º período).	2022/10/13	169.000,00	174.400,00	2022/10/31	2022/10/31	AS	S					2022/09/07	165.000,00					165.000,00	165.000,00					165.000,00	
504550205	Medidata.net - Sistemas de Informação para Atmosferas, S.A.	S	38/22	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO SOFTWARE DAS ESTAÇÕES SMAM	2022/03/21	18.500,00	17.555,55	2022/09/31	2022/09/31	AS	S					2022/09/30	13.555,79					13.555,79	20.555,79					20.555,79	
500102760	ABD - SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS, LDA	S	30/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO SOFTWARE DOS SERVIÇOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DE CABOVERDE (3 ANOS)	2022/09/05	23.900,00	23.850,50	2022/09/31	2022/09/31	AS	S					2022/09/30	9.835,50					9.835,50	9.835,50					9.835,50	
223604750	EDENRED DO VALE BENEFÍCIOS	S	30/22	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CORPORTAL SIMPLIFICADO	2022/09/30	18.000,00	20.340,00	2022/09/31	2022/09/31	CV	S					2022/09/30	17.220,00					17.220,00	17.220,00					17.220,00	
123375596	CRISTELA COSTANTE GONÇALVES FERNANDES	S	33/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AGENCIA-ENCARREGADO DE OPERAÇÕES NO ÂMBITO DA CULTURA	2022/07/31	8.000,00	8.000,00	2022/12/31	2022/12/31	AS	S					2022/09/31	8.000,00					8.000,00	8.000,00					8.000,00	
500662289	Bricksteel Ferragens, Lda	S	34/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRENDAMENTO E CONSERVAÇÃO DE CONSERVAÇÃO	2022/08/04	33.000,00	40.560,00	2022/10/31	2022/10/31	CV	S					2022/09/22	40.560,00					40.560,00	40.560,00					40.560,00	
500170590	DUÉES - SERVIÇOS DE TRABALHO, LDA.	S	35/22	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALUGUER DE EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL E DE CINEMA NO ÂMBITO DO PROJETO CRIATIVE 10	2022/09/30	10.000,00	13.305,63	2022/09/31	2022/09/31	AS	S					2022/09/31	13.305,50					13.305,50	13.305,50					13.305,50	
295102295	Fernando Manuel Ribeiro Lopes	S	36/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE TAREFA - ENCARREGADO DE OPERAÇÕES NO ÂMBITO DA REDE - TRABALHO A NÍVEL COMUNITÁRIO - ELETRICISTA	2022/09/30	3.875,00	3.875,00	2022/09/31	2022/09/31	AS	S					2022/09/31	3.875,00					3.875,00	3.875,00					3.875,00	
291022430	Nuno Manuel Gomes Costa	S	37/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE TAREFA - ENCARREGADO DE OPERAÇÕES NO ÂMBITO DA REDE - TRABALHO A NÍVEL COMUNITÁRIO	2022/09/30	3.875,00	3.875,00	2022/09/31	2022/09/31	AS	S					2022/09/31	3.875,00					3.875,00	3.875,00					3.875,00	
504027705	ETICADATA - INFORMÁTICA, SA	S	39/22	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE TI	2022/09/22	19.000,00	24.350,00	2022/09/31	2022/09/31	AS	S					2022/09/31	18.205,50					18.205,50	24.350,00					24.350,00	
500510650	Ex-Votos para Associação Para o Desenvolvimento Social da Serra do Salitre	S	30/22	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO E CAPACITAÇÃO NAS AREAS DE CIÊNCIAS DE SAÚDE E CUIDADOS NO ÂMBITO DO PROJETO CRIATIVE 10	2022/09/13	14.322,23	17.625,63	2022/09/31	2022/09/31	AS	S					2022/09/31	17.625,63					17.625,63	17.625,63					17.625,63	
150596530	MARIA ROSA FERRA DE SOUSA	S	41/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AGENCIA - ENCARREGADO DE OPERAÇÕES NO ÂMBITO DO PROJETO ADMINISTRATIVO - CMJ	2022/09/31	9.600,00	9.600,00	2022/12/31	2022/12/31	AS	S					2022/09/31	9.600,00					9.600,00	9.600,00					9.600,00	
260501076	Flávio Rafael Costa da Vida	S	42/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AGENCIA - ENCARREGADO DE OPERAÇÕES NO ÂMBITO DE TRABALHO A NÍVEL COMUNITÁRIO	2022/09/31	2.500,00	2.500,00	2022/12/31	2022/12/31	CV	S					2022/09/31	2.500,00					2.500,00	2.500,00					2.500,00	
213401010	Eduardo Manuel de Freitas Franco	S	43/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AGENCIA - ENCARREGADO DE OPERAÇÕES NO ÂMBITO DE TRABALHO A NÍVEL COMUNITÁRIO	2022/09/31	2.500,00	2.500,00	2022/12/31	2022/12/31	CV	S					2022/09/31	2.500,00					2.500,00	2.500,00					2.500,00	
507340720	Gesmailla Seguros Sa	S	45/22	AQUISIÇÃO DE APÓLICE DE SEGURO	2022/09/29	150.750,00	155.250,00	2022/09/29	2022/09/29	CVS	S					2022/09/31	55.115,00					55.115,00	155.612,11					155.612,11	
295597077	Manuel Antonio Rosalinhas Tolosa	S	46/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AGENCIA, TRABALHO A NÍVEL COMUNITÁRIO	2022/09/31	2.500,00	2.500,00	2022/12/31	2022/12/31	CV	S					2022/09/31	2.500,00					2.500,00	2.500,00					2.500,00	
260407410	Tiago Manuel Aguiar Gomes	S	47/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AGENCIA - ENCARREGADO DE OPERAÇÕES NO ÂMBITO DE TRABALHO A NÍVEL COMUNITÁRIO	2022/09/31	2.500,00	2.500,00	2022/12/31	2022/12/31	CV	S					2022/09/31	2.500,00					2.500,00	2.500,00					2.500,00	
514552110	Edgestibralto - Empresarial Ltda	S	48/22	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS INTELIGENTES PARA O CAC - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA II	2022/09/07	44.950,00	55.005,50	2022/09/31	2022/09/31	CV	S					2022/09/31	4.775,00					4.775,00	7.155,50					7.155,50	
				TOTAIS		11.318.495,50	11.824.779,00										3.670.550,07	239.547,00	31.577,31		7.335,39	4.000.329,69	9.258.590,16	321.384,07	196.144,47	77.650,40	46.652,99	9.121.355,31	

Tipo de Consulta : Apenas os que tiveram execução financeira no exercício (ref. execução das rubricas) — Nomenclatura Unidades Adjudicação : CCP — Excluir os contratos anteriores a : 5 — Excluir as entidades na tabela do CVCP : 5 — Considerar as alterações :

ENTIDADE		CONTRATO									Comunicação ao TC (Lista)			Visto do T.C.		Data do primeiro pagamento (início da execução financeira)	PAGAMENTOS NO PERÍODO (€)						PAGAMENTOS ACUMULADOS (€)						Observações
NIPC	Designação	Tipo	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Prazo de Execução	Decisão de Execução (Efetiva)	Proc. Contr.	Ano Adj.	Visto Lei n.º 30/2021	Contratos sucessivos	Contratos CVCP-19	N.º	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trab., incluindo os trab. a mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trab., incluindo os trab. a mais	Total	
2[illegible]6	[illegible]	S	49/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE TAREFA - DESEMBARQUE DE PEÇAS NO PORTO DA ROSA - TRABALHO A NÍVEL OCCIDENTAL	2022/03/01	9.500,00	9.500,00	2022/12/31	2022/05/01	ADJS	5						2022/03/23	7.500,00					7.500,00	7.500,00					7.500,00	
5[illegible]0	Lopes & Associados - Sroc, Sa	S	46/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO ORÇAMENTAL DE 2022	2022/03/31	15.500,00	15.500,00	2022/12/31	2022/04/01	AS	5						2022/04/29	4.419,68					4.419,68	11.080,32					11.080,32	
5[illegible]6	Tecnoi Dos Sistemas de Informação Lda.	S	44/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, AQUISIÇÃO DE SOFTWARE E EQUIPAMENTOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	2022/03/03	115.432,10	115.431,58	2022/12/31	2022/03/31	CCP	5						2022/03/30	45.947,13					45.947,13	45.947,13					45.947,13	
5[illegible]3	Ecomercado Castro - Serviços Ecestivos, Lda	S	43/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E SOM PARA A FESTA DE S. JOSÉ E NATAL 2022	2022/04/11	22.400,00	16.662,00	2022/04/04	2022/04/11	CP	5						2022/04/24	12.654,00					12.654,00	12.654,00					12.654,00	
5[illegible]0	PINÉUS - SERVIÇOS DE MADEIRA, LDA.	S	47/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA EXECUÇÃO DE UMA CERTA-ASSISTÊNCIA NO ÂMBITO DA CONTRATA III	2022/04/04	21.450,00	21.250,00	2022/04/04	2022/04/04	CP	5						2022/05/04	21.232,67					21.232,67	21.250,00					21.250,00	
5[illegible]2	Ea Região Associação Para o Desenvolvimento Social do Porto de Leixões	S	5/21	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRAÇÃO, TRANSPORTE E DESENCHIMENTO DE RESÍDUOS E LIXEIRAS ESCOLARES DO CONCELHO DA ZONA DE LEIXÕES (LOTE 2)	2022/04/04	42.440,50	70.703,72	2022/12/31	2022/04/22	CCH	5						2022/04/21	433,10					433,10	70.703,72					70.703,72	
5[illegible]7	ASSOC. DESPORTO JOVENS ADULTO ESCOLARES	S	5/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - DESEMBARQUE DE PEÇAS NO ÂMBITO DAS OBRAS DE CONTRATO	2022/04/13	9.450,00	11.400,00	2022/12/31	2022/04/01	AS	5						2022/04/26	11.406,45					11.406,45	11.406,45					11.406,45	
5[illegible]1	CONSELHO DE MINHOTAL, S.A.	S	59/22	SERVIÇOS POSTAIS E CORREIO	2022/05/25	40.155,45	31.913,43	2022/05/31	2022/05/01	AS	5						2022/05/25	31.332,43					31.332,43	31.913,43					31.913,43	
2[illegible]2	Mariana Braga Marcelo	S	57/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A PRESTAÇÃO ARTÍSTICA "PEQUENINOS DO MUNDO"	2022/05/27	9.000,00	11.450,00	2022/06/25	2022/05/27	AS	5						2022/06/28	9.000,00					9.000,00	9.000,00					9.000,00	
5[illegible]0	Ecoviatura, Cooperativa de Seguros, Crl	S	50/22	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURO	2022/04/20	10.399,75	10.566,75	2022/04/30	2022/04/01	CCH	5						2022/04/22	11.217,57					11.217,57	11.217,57					11.217,57	
5[illegible]9	Ecoserco	S	52/22	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE TECTOS DE ILUMINAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ÓTICOS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA PARA OS SISTEMAS DE AVA	2022/05/25	20.500,00	15.791,59	2022/05/04	2022/06/01	CP	5						2022/06/25	8.178,15					8.178,15	8.177,15					8.177,15	
2[illegible]5	André Debarros Sotto Oliveira	S	53/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE TAREFA, DESEMBARQUE DE PEÇAS NO PORTO DA ROSA, TRABALHO A NÍVEL OCCIDENTAL	2022/05/30	6.750,00	6.750,00	2022/12/31	2022/06/01	AS	5						2022/06/27	6.750,00					6.750,00	6.750,00					6.750,00	
5[illegible]0	Eco-Comercial, Comercialização de Energia, S.A	S	54/22	FORNECIMENTO DE ENERGIA EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL	2022/06/01	210.000,00	151.000,00	2022/06/02	2022/06/02	CCH	5						2022/06/30	151.401,00					151.401,00	151.401,00					151.401,00	
5[illegible]9	VIDAL, COMÉRCIO ELECTRÓNICO, COMERCIALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO, S.A	S	55/22	SUBSCRIÇÃO DA PLATAFORMA VIDAL - 36 MESES	2022/06/23	15.840,00	17.687,20	2022/07/25	2022/07/25	AS	5						2022/07/30	4.424,00					4.424,00	9.740,55					9.740,55	
5[illegible]5	G. Castro, P. Faria, A. Dias & F. Azevedo , Sroc, Sda.	S	56/22	AUDITORIA FINANCEIRA ESPECIAL AOS SALDOS DE 2021 E DIAGNÓSTICO AO SISTEMA E AMBIENTE DE CONTROLO INTERNO DA ASA	2022/06/09	18.500,00	21.427,00	2022/07/31	2022/06/15	AS	5						2022/07/21	21.427,00					21.427,00	21.427,00					21.427,00	
5[illegible]1	EDCC - EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO, S.A.	S	57/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SISTEMAS DE IMPRESSÃO E COPIA	2022/06/16	15.200,00	13.334,40	2022/06/01	2022/06/22	CP	5						2022/07/23	6.534,45					6.534,45	13.334,40					13.334,40	
5[illegible]1	EDCC - EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO, S.A.	S	58/22	SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MULTIFUNCIONAIS DE IMPRESSÃO PARA O MINISTÉRIO DA ECC	2022/06/17	15.300,00	11.511,00	2022/06/01	2022/06/22	CP	5						2022/07/23	10.335,65					10.335,65	10.335,65					10.335,65	
5[illegible]7	Cruzeiro Multiservices St. Andrews	S	6/21	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRAÇÃO, TRANSPORTE E DESENCHIMENTO DE RESÍDUOS E LIXEIRAS ESCOLARES DO CONCELHO DA ZONA DE LEIXÕES (LOTE 3)	2022/06/07	35.000,00	33.332,32	2022/12/31	2022/07/02	CCH	5						2022/07/22	8.332,67					8.332,67	33.332,32					33.332,32	
5[illegible]2	Ramos Vasconcelos, Unipessoal Lda.	S	4/22	SERVIÇOS DE LIMPEZA EM VÁRIOS ESPAÇOS MUNICIPAIS PONTOS DE ENTRE OBRAS	2022/03/22	35.955,30	41.715,59	2022/12/31	2022/07/04	CP	5						2022/07/23	41.715,59					41.715,59	41.715,59					41.715,59	
2[illegible]9	João Carlos Da Silva Soares	S	60/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA, SERVIÇOS DE ARQUITETURA PARA A REVISÃO DE GESTÃO DE EDIFÍCIO E ALOJAMENTO	2022/06/16	11.820,00	11.820,00	2022/12/31	2022/06/16	AS	5						2022/07/25	12.369,00					12.369,00	12.369,00					12.369,00	
			TOTAL		13.130.945,50	11.774.715,02												8.132.110,59	229.508,40	31.573,00		9.385,33	8.403.237,32	9.562.963,31	391.387,47	136.144,47	37.193,50	16.352,90	10.143.921,65	

Tipo de Consulta : Apenas os que tiveram execução financeira no exercício (c/ execução dos contratos) | Encontrados Relativamente Adjudicação : 007 | Incluir os contratos diversos : S | Incluir os subcontratos no âmbito do CCP : S | Contratos com observações :

ENTIDADE		CONTRATO							Proc. Contr.	Mod. Adj.	Comunicação ao TC (anual)			Visto do T.C.		Data do primeiro pagamento (início de execução financeira)	EXECUÇÕES NO EXERCÍCIO (€)						EXECUÇÕES ACUMULADAS (€)						Observações
NIPC	Designação	Tipo	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Prazo de Execução	Data de Conclusão (Física)			Visto TC Lei nº 98/97	Contratos adicionais	Contratos (CCP) 1-A	N.º	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trab., incluindo os trab. a mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trab., incluindo os trab. a mais	Total	
500461650	Ilha, Sa	S	44/20	Construção de Serviços EE interessa em postos de interesse Municipais	2020/08/05	49.895,00	60.300,00	2020/09/01	2021/09/01		C1	S					2021/01/05	26.657,34					26.657,34	26.657,34					26.657,34	
505575500	JOSÉ ANDRÉ EA DOS ANJOS	S	45/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE TAREFA - DESENHOS DE PEÇAS DO ANO DA OBRA - DESENHISTA	2022/06/05	5.625,00	6.750,25	2022/07/01	2022/09/05		25	S					2022/06/25	6.750,25					6.750,25	6.750,25					6.750,25	
504035568	Mecânica, S.a.	S	43/21	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, PARA REPARO DE PEÇAS AVEL, DE SISTEMA DE MOVIMENTAÇÃO DE VIAGENS ARMADAS DE TRANSMISSÃO DOS EIXOS A FRENTE ARTICULADA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ZONA DE LISBOA	2021/08/04	10.300,00	12.702,00	2021/09/01	2021/10/01		25	S					2021/09/13	4.250,00					4.250,00	5.524,00					5.524,00	
500201650	STCM, Serviços Técnicos e Meio Ambiente, SA	S	43/22	AQUISIÇÃO DE VIATURA DESTINADA À RECOLHA DE RESÍDUOS INDIFERENCIADOS	2022/05/20	11.385,00	11.102,15	2022/06/01	2022/06/01		25	S					2022/06/24	11.102,15					11.102,15	11.102,15					11.102,15	
503561642	AUDATEX DE PORTUGAL SOCIEDADE	S	44/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA, RESPEITANTE AO PERÍODO NO ANO DO SISTEMA DE GESTÃO DE OFICINAS E SINISTROS AUTOMÓVEIS	2022/06/01	4.500,00	4.500,00	2022/07/01	2022/06/01		22	S					2022/06/23	4.500,00					4.500,00	4.500,00					4.500,00	
503507910	CARRIS DE PORTUGAL, S.A.	S	44/22	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÓVEIS E LIVRES	2022/05/02	71.000,00	75.000,00	2022/05/01	2022/06/02		25	S					2022/05/27	59.693,55					59.693,55	59.693,55					59.693,55	
501005240	Nos - Serviços de Comunicações E Multimédia S.a.	S	09/20	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	2020/04/04	32.000,00	39.466,38	2020/04/01	2021/03/01		C1	N					2021/04/22	9.255,03					9.255,03	39.466,00					39.466,00	
500102025	CORREIO POSTAL DE CASTE	S	7/21	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE EXPEDIÇÃO, TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE OBJETOS E ENCOMENDAS DO CONTRATO DA ZONA DE LISBOA (LOTE 1)	2021/04/01	3.300,00	3.267,00	2021/07/01	2021/06/02		C11	S					2021/04/08	4.043,65					4.043,65	3.102,00					3.102,00	
503707016	Mário Ferreira Sociedade	S	7/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE TAREFA - DESENHOS DE PEÇAS DO ANO DA OBRA DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO	2022/01/03	9.000,00	9.000,00	2022/02/01	2022/01/01		25	S					2022/01/04	9.000,00					9.000,00	9.000,00					9.000,00	
501670953	António Fernandes, Maria Martins & Associados - Sroc, Lda.	S	10/20	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO OFICIAL DE CONTAS	2020/04/01	19.500,00	20.592,00	2020/04/30	2020/04/01		25	N					2020/07/02	8.159,54					8.159,54	20.434,00					20.434,00	
500100750	A GALANTE - VIAGENS E TURISMO, Lda	S	10/21	TRANSPORTES COLETIVOS ESPECIALIZADOS DE PASSAGEIROS DO PARQUE CENTRAL	2021/07/05	42.240,00	41.701,40	2021/08/01	2021/07/01		C2	N					2021/07/01	23.001,60					23.001,60	41.701,00					41.701,00	
500100750	ANTÓNIO MENDONÇA CORREIA DE ANDRADE	S	10/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA, CONSULTADORIA E ELABORAÇÃO DE INFORMAÇÕES E PARECERES JURÍDICOS DIVERSOS.	2022/06/01	16.000,00	17.343,00	2022/12/01	2022/06/22		25	N					2022/07/01	15.500,50					15.500,50	15.500,50					15.500,50	
500100750	ADD - SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS, LDA	S	10/22	AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS DE SERVIÇOS ONLINE - ZONA DE LISBOA MÓDULO 21	2022/06/02	19.635,00	19.350,25	2022/09/01	2022/06/02		25	N					2022/07/02	13.350,25					13.350,25	19.350,25					19.350,25	
513561930	Pegaro, Gestão de Projetos, Unipessoal, Lda	S	11/20	ELABORAÇÃO DE ESTUDO PRÉVIO DE INTERVENÇÃO PARA EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO E MANUTENÇÃO DO EDIFÍCIO EM CONCELHO.	2020/06/05	15.000,00	19.000,00	2020/10/01	2020/07/01		25	N					2020/07/01	3.000,00					3.000,00	3.000,00					3.000,00	
500100750	A GALANTE - VIAGENS E TURISMO, Lda	S	10/21	AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS EM CARRINHAS PÚBLICAS DE PASSAGEIROS - ASSEMBLEIAS GERAIS - ZONA A ANO LETIVO 2021/2022	2021/05/01	5.500,00	5.630,00	2022/07/01	2021/07/01		25	N					2021/11/01	2.565,50					2.565,50	5.630,00					5.630,00	
510004709	Ej Peres Consultores, Lda	S	10/22	ELABORAÇÃO DO MODELO DE GOVERNAÇÃO PARA A ESTRUTURA DE INTERVENÇÃO	2022/01/01	19.500,00	23.595,00	2022/01/01	2022/01/01		25	N					2022/07/01	23.595,00					23.595,00	23.595,00					23.595,00	
500100750	Rodoviária D'Oeiras E Anexo, Sa.	S	10/20	AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS EM CARRINHAS PÚBLICAS DE PASSAGEIROS - ASSEMBLEIAS GERAIS - ZONA A ANO LETIVO 2021/2022	2020/06/01	145.000,00	154.700,00	2022/07/01	2020/07/01		25	N					2020/07/01	83.071,45					83.071,45	129.105,00					129.105,00	
500100750	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA ZONA DE LISBOA	S	10/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE EXPEDIÇÃO, TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE OBJETOS E ENCOMENDAS DO CONTRATO DA ZONA DE LISBOA (LOTE 1	2022/01/01	104.200,00	105.765,00	2022/12/01	2022/01/01		C11	N					2022/07/01	18.500,00					18.500,00	18.500,00					18.500,00	
				TOTAIS		13.719.377,00	15.410.301,02											4.520.702,00	259.500,00	31.923,00		3.315,15	4.850.575,15	10.010.209,70	301.303,00	170.144,47	37.010,50	41.697,97	10.560.365,15	

Tipo de Contrato : Apenas os que tiveram execução financeira no exercício (ref. execução das aquisições) Nomenclatura Unidade Aquisição : CCP Incluir os contratos diversos : S Incluir os contratados em falhado do CCP : S Considerar as observações :

IDENTIFICAÇÃO		CONTRATO																											
														Comunicação ao TC (data)			Visto do T.C.		Ponto de pagamento (data de execução financeira)	PAGAMENTOS DO EXERCÍCIO (€)						PAGAMENTOS ANTERIORES (€)						Observações
NIPC	Designação	Tipo	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Prazo de Execução	Data de Conclusão (Efetiva)	Proc. Tipo	Proc. Adj.	2557 (nº 6 do Art. 29º/2012)	Contratos adicionais	Contratos (CCP)	Nº	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trab., incluindo os trab. a mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trab., incluindo os trab. a mais	Total	
500363159	CENTRO SOCIAL DE CAIRE	S	19/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO, TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES ESCOLARES DO CONCELHO DA PÓVOA DE LANHOSO (GRUPO 4)	20220000206	4.322,50	4.322,50	20220131231	20220131231	CCPB	0						20220228205	2.430,00					2.430,00	2.430,00						2.430,00	
500810102	Em Prestação Associação Para o Desenvolvimento Social da Terra do Cavalos	S	19/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO, TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES ESCOLARES DO CONCELHO DA PÓVOA DE LANHOSO (GRUPO 2)	20220000205	36.305,00	40.261,50	20220131231	20220131231	CCPB	0						20220228205	31.950,50					31.950,50	31.950,50						31.950,50	
500207920	Centro Social Paroquial S. Pedro Senzadelo e S. Gens Cabras (pss	S	1/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO, TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES ESCOLARES DO CONCELHO DA PÓVOA DE LANHOSO (GRUPO 5)	20220000204	6.600,00	6.600,00	20220131231	20220131231	CCPB	0						20220228205	1.320,00					1.320,00	6.270,00						6.270,00	
500463963	FIMAS MOVEIS ESCRITÓRIO UNIPESSOAL	S	1/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - ASSESSORIA EM MATÉRIAS DO ÂMBITO DAS FUNÇÕES DE CHEFIA	20220000203	7.800,00	7.800,00	20220131231	20220131231	AS	0						20220228205	1.437,50					1.437,50	7.437,50						7.437,50	
500207920	Centro Social Paroquial S. Pedro Senzadelo e S. Gens Cabras (pss	S	11/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO, TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES ESCOLARES DO CONCELHO DA PÓVOA DE LANHOSO (GRUPO 5)	20220000196	3.192,00	4.350,50	20220131231	20220228205	CCPB	0						20220228205	2.022,70					2.022,70	2.022,70						2.022,70	
500390381	Padaria Pão d'Ouro & Mafra, Sa.	S	14/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLARES DE ALUNOS EM CARREIRAS PÚBLICAS DE PASSAGEIROS-ASSINATURAS MENSAIS- ANO A ANO LETIVO 2021-2022.	20220000191	47.872,00	49.820,00	20220131231	20220228205	AS	0						20220228205	10.320,50					10.320,50	47.342,50						47.342,50	
500776365	Transdev Norte, Sa	S	13/22	TRANSPORTES ESCOLARES DE ALUNOS EM CARREIRAS PÚBLICAS DE PASSAGEIROS - ASSINATURAS MENSAIS ANO A ANO LETIVO 2021/2022	20220000197	58.000,00	54.644,00	20220131231	20220228205	AS	0						20220228205	13.670,75					13.670,75	43.670,75						43.670,75	
500350170	VIAGENS ABREU, S.A	S	9/22	FORNECIMENTO CONTÍNUO DE SERVIÇOS DE VIAGENS E ALOJAMENTO	20220000140	10.000,00	10.000,00	20220101231	20220228205	AS	0						20220228205	1.400,00					1.400,00	1.400,00						1.400,00	
503100560	SONIA MARIA CARVALHO	S	8/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - ASSESSORIA EM MATÉRIAS DO ÂMBITO DO DIREITO A NÍVEL INTERNACIONAL - VETERINÁRIA	20220000139	9.600,00	9.600,00	20220131231	20220228205	AS	0						20220228205	9.600,00					9.600,00	9.600,00						9.600,00	
501500449	TARIS ANIMAL, LDA.	S	5A/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VETERINÁRIA EM HASTA FIXA O ANO LETIVO 2021/2022	20220000133	15.550,00	17.594,00	20220101231	20220228205	CP	0						20220228205	8.120,00					8.120,00	8.120,00						8.120,00	
504405159	TARIS NUMERIS, LDA.	S	5/22	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VETERINÁRIA EM HASTA FIXA O ANO LETIVO 2021/2022	20220000132	7.000,00	7.452,00	20220101231	20220228205	CP	0						20220228205	4.307,02					4.307,02	4.307,02						4.307,02	
227961018	CARLA SOFIA VIEIRA CARVALHO	S	6/22	SERVIÇOS CONTÍNUOS E PERIÓDICO	20220000127	11.200,00	11.200,00	20220101231	20220228205	AC25	0						20220228205	11.200,00					11.200,00	11.200,00						11.200,00	
503060900	Eurotelecente - Sociedade, Lda	S	15/19	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE REVISORES SANITÁRIOS	20190000000	50.000,00	65.000,00	20220000000	20190000000	CP	0						20220228205	10.205,00					10.205,00	65.000,00						65.000,00	
257663028	TANIA MARIA MOTEIRA MENDES	S	15/22	SERVIÇOS DE APOIO EM DIREÇÃO CIVIL	20220000126	11.200,00	11.200,00	20220131231	20220228205	AC25	0						20220228205	11.200,00					11.200,00	11.200,00						11.200,00	
500776365	Transdev Norte, Sa	S	15/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESCOLARES ESPECIALIZADOS DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2021/2022, ATRAVÉS CONTRATO CELEBRADO PARA O CENTRO EDUCATIVO DO CERCO	20220000125	35.000,00	39.599,00	20220131231	20220228205	CCPB	0						20220228205	23.599,00					23.599,00	23.599,00						23.599,00	
501365503	Pilarte - Associação e Projetos, LDA	S	10/19	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO EM GESTÃO DO RISCO EM PÓVOA DE LANHOSO	20190000000	60.500,00	62.975,50	20220000000	20190000000	CP	0						20220228205	16.961,70					16.961,70	52.365,50						52.365,50	
260700794	Ana Maria Ferreira Fernandes	S	CAB10/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSULTADORIA JURÍDICA	20220000107	1.650,00	1.650,00	20220131231	20220228205	AC25	0						20220228205	1.650,00					1.650,00	1.650,00						1.650,00	
255169558	Ana Paula Duarte Serra	S	CAB9/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - AUDL	20220000106	305,00	305,00	20220131231	20220228205	AC25	0						20220228205	305,00					305,00	305,00						305,00	
260400658	ESTEVE ALEXANDRE CARVALHO DA SILVA	S	CAB15/22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ENG. ELETROTÉCNICO	20220000105	3.600,00	3.600,00	20220131231	20220228205	AC25	0						20220228205	3.600,00					3.600,00	3.600,00						3.600,00	
260300128	SILVIA DA COSTA FREITAS	S	CAB15/22	SERVIÇOS DE APOIO - GABINETE DE ENGENHARIA	20220000104	3.600,00	3.600,00	20220131231	20220228205	AC25	0						20220228205	3.600,00					3.600,00	3.600,00						3.600,00	
TOTAL						18.167.483,59	16.915.324,91											4.374.455,91	259.507,48	30.575,01		7.365,33	4.664.495,93	10.759.497,35	301.381,13	174.164,50	30.631,16	15.153,59	11.321.797,73	

Tipo de Consulta : Apenas os que tiveram execução financeira no exercício (ref. execução das anualidades) — Encerrados: Periodicidade Aplicação : CCP — Incluir os contratos diversos : S — Incluir as actividades no âmbito do CIVAS : S — Considerar as observações :

ENTIDADE		CONTRATO									Comunicação ao TC (Lei nº)			VISTO DO T.C.		Fase do contrato no momento do início da execução financeira	PAGAMENTOS DO EXERCÍCIO (€)						PAGAMENTOS ACUMULADOS (€)						Observações
NIPC	Designação	Tipo	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Prazo de Execução	Término do Prazo de Execução (Efetivo)	Proc. Contr.	Pub. Adj.	Valor do contrato inicial (Lei nº 30/2021)	Contratos adicionais	Contratos CCP/18-19	Nº Proc.	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trab., trabalhos em trab. a mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trab., trabalhos em trab. a mais	Total	
504965479	CAIXA ECONÓMICA CRISTÓVÃO ESTEVES, SA	S	CE0105/0222 — SERVIÇOS DE ARRENDAMENTO - ELABORAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DE ALARMES	24/02/2022	3.612,00	3.612,00	24/02/2022	24/02/2023	2255	N						01/03/2022	2.511,00					2.511,00	2.511,00					2.511,00	
225300253	Maria Estefânia Costa Ribeiro	S	CE0105/0222 — PRESTAÇÃO SERVIÇOS - AQUISIÇÃO DE AÇÃO CONTRATUAL	24/02/2022	1.035,00	1.035,00	24/02/2022	24/02/2023	2255	N						24/02/2022	1.035,00					1.035,00	1.035,00					1.035,00	
504353935	MINTA PA UNI CLUVIDRA CASTRO SILVA	S	CE0105/0222 — PRESTAÇÃO SERVIÇOS - ESCOLAS	24/02/2022	1.035,00	1.035,00	24/02/2022	24/02/2023	2255	N						24/02/2022	1.035,00					1.035,00	1.035,00					1.035,00	
504970019	ALCINO ANASTÁCIO SILVA ALCAIDE	S	CT1105/2022 — PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CT A. ESTREA CÂMARA DEBES	24/02/2022	4.000,00	4.000,00	24/02/2022	24/02/2025	2255	N						24/02/2022	4.000,00					4.000,00	4.000,00					4.000,00	
504811940	Nos - Serviços de Comunicações E Sistemas S.a.	S	SC/22 — AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, VOZ E DADOS	24/02/2022	6.744,28	6.744,28	24/02/2022	24/02/2023	20	N						24/02/2022	5.192,12					5.192,12	5.192,12					5.192,12	
504811940	VODAFONE?	S	SC/22 — COMUNICAÇÕES	24/02/2022	1.035,50	1.035,50	24/02/2022	24/02/2023	2255	N						24/02/2022	103,55					103,55	1.035,50					1.035,50	
504722510	Webtower, Lda	S	SC/22 — SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE CAIXA CERRADA, VÍDEO, GERAÇÃO E EMISSÃO DE INCÊNDIO	24/02/2022	9.643,07	11.861,61	24/02/2022	24/02/2023	20	N						24/02/2022	3.960,49					3.960,49	11.861,61					11.861,61	
505705170	AVILAN GASES DO VALE, LDA	S	SC/22 — AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ENSAIOS ELECTROMÉDICOS PERIÓDICOS PELA EXPLORAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	24/02/2022	9.600,00	11.808,00	24/02/2022	24/02/2023	CE	N						24/02/2022	5.904,00					5.904,00	6.304,00					6.304,00	
500960986	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	S	SC/22 — ENCARGOS COM EMPRÉSTIMOS	24/02/2022	4.870,00	4.869,00	24/02/2022	24/02/2023	2255	N						24/02/2022	3.897,00					3.897,00	4.869,00					4.869,00	
501834020	GIRVE - SOCIEDADE GESTORA, S.A.	S	SC/22 — RECOLHA DE RESÍDUOS	24/02/2022	12.307,50	15.381,40	24/02/2022	24/02/2023	CE	N						24/02/2022	1.335,52					1.335,52	13.934,40					13.934,40	
506692790	IBEC - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO CRIS, L.DA	S	SC/22 — OBRAS / REMODELAÇÕES	24/02/2022	2.920,00	3.652,16	24/02/2022	24/02/2023	2255	N						24/02/2022	1.995,20					1.995,20	3.652,16					3.652,16	
504724750	Segur - Mediação De Seguros, Lda	S	SC/22 — MANUTENÇÃO DE EXTINTORES	24/02/2022	7.560,00	7.560,00	24/02/2022	24/02/2023	20	N						24/02/2022	3.150,00					3.150,00	7.560,00					7.560,00	
503783700	CAIXA VOLUNTÁRIA PARTICULAR (CAIXA PARTICULAR)	S	SC/22 — Contratação de assistência - escola, ginásio, campos	24/02/2022	2.102,37	2.102,37	24/02/2022	24/02/2023	2255	N						24/02/2022	500,00					500,00	500,00					500,00	
504811940	Nos - Serviços de Comunicações E Sistemas S.a.	S	SC/22 — SERVIÇO INTERNET - FACTURAÇÃO CONSOLIDADA DE VOZES	24/02/2022	438,57	365,48	24/02/2022	24/02/2023	2255	N						24/02/2022	30,59					30,59	30,59					30,59	
501961951	NOS COMUNICAÇÕES, S.A.	S	SC/22 — BANDA LARGA	24/02/2022	155,10	155,10	24/02/2022	24/02/2023	2255	N						24/02/2022	31,02					31,02	31,02					31,02	
503309950	A GRECHANTO - VIAGENS E TURISMO, SA	S	SC/22 — AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLARES DE ALUNOS EM CIRCUITOS REGULARES DE TRANSPORTES ADAPTADOS PARA O ANO LECTIVO 2022/2023 (ate final de setembro de 2023)	24/02/2022	3.300,00	3.300,00	24/02/2022	24/02/2023	20	N						24/02/2022	3.300,00					3.300,00	3.300,00					3.300,00	
504827915	EDENRED - PORTUGAL, SA	S	SC/22 — AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - EMISSÕES DE CARTÕES DE 2 EQUIPAMENTOS	24/02/2022	9.960,47	12.265,19	24/02/2022	24/02/2023	20	N						24/02/2022	3.022,43					3.022,43	3.022,43					3.022,43	
504956960	VIA VERDE PORTUGAL	S	SC/22 — VIA VERDE - ESTACIONAR	24/02/2022	3.000,00	4.047,00	24/02/2022	24/02/2023	2255	N						24/02/2022	5,16					5,16	5,16					5,16	
503183900	ANO - ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E SERVIÇOS, LDA	S	SC/22 — SERVIÇO DOS PAIS - ENTRE SÃO CRISTÓVÃO	24/02/2022	1.040,00	1.249,60	24/02/2022	24/02/2023	2255	N						24/02/2022	552,50					552,50	552,50					552,50	
503003650	Epoche Bus Marketing - Eventos, Unipessoal Lda.	S	SC/22 — AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - ANIMAÇÃO DE BOLHA INFLÁVEL E CONCURSO DE CONCURSO	24/02/2022	9.595,57	10.250,29	24/02/2022	24/02/2023	20	N						24/02/2022	10.212,50					10.212,50	10.212,50					10.212,50	
504724750	Segur - Mediação De Seguros, Lda	S	SC/22 — SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO	24/02/2022	7.560,00	7.560,00	24/02/2022	24/02/2023	20	N						24/02/2022	3.150,00					3.150,00	3.150,00					3.150,00	
501445650	Bosp Sobreiros Lda	S	SC/22 — MANUTENÇÃO PARA MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ARCOSSEIO (1 ANO)	24/02/2022	8.550,00	11.067,90	24/02/2022	24/02/2023	AC	N						24/02/2022	3.696,30					3.696,30	3.696,30					3.696,30	
216350405	Cristiana Maria Lino Martins Antunes	S	SC/22 — AULAS AQUÁTICA - CT 2°A	24/02/2022	1.020,00	1.020,00	24/02/2022	24/02/2023	2255	N						24/02/2022	250,00					250,00	250,00					250,00	
503925407	Ambisul - Gestão Ambiental, Lda	S	SC/22 — GESTÃO DE CONSUMOS DE ANIMAIS DE ORGANISMOS E RESÍDUOS PERIGOSOS	24/02/2022	3.700,00	3.663,00	24/02/2022	24/02/2023	2255	N						24/02/2022	1.550,50					1.550,50	1.550,50					1.550,50	
206650610	FERNANDO SEQUEIRA DE SOUSA	S	SC/22 — PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ESTÁGIOS DESPORTIVOS MUNICIPAIS	24/02/2022	4.875,00	4.875,00	24/02/2022	24/02/2023	2255	N						24/02/2022	4.875,00					4.875,00	4.875,00					4.875,00	
500410510	Mare Content Lda.	S	SC/22 — PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SCR, UPS E MANUTENÇÃO	24/02/2022	4.950,00	6.125,47	24/02/2022	24/02/2023	CE	N						24/02/2022	6.125,40					6.125,40	6.125,40					6.125,40	
503783687	Xtrem - Produção, Venda e de Madeiras Sol - Fabricação, Sa	S	SC/22 — 2 MONITORIAS 6,00€/HORA, APOIO CONTINUIDADE ATELIERES DE AULAS DE AULA ANIMATIVA(9) APOIO AULAS DE NATAÇÃO PARA A ESCOLA BÁSICA CONDIÇÃO SOCIAL.	24/02/2022	2.700,00	3.429,00	24/02/2022	24/02/2023	2255	N						24/02/2022	913,43					913,43	913,43					913,43	
504849035	Associação Dos Alunos, Sociedade de Comunicação Sa	S	SC/22 — ENCARGOS COMERCIAIS DA ELEITORIA	24/02/2022	4.980,00	5.756,40	24/02/2022	24/02/2023	2252	N						24/02/2022	2.878,20					2.878,20	2.878,20					2.878,20	
504519637	Globalvia	S	SC/22 — AULAS ESCOLAR GARFE - ESTUDANTES	24/02/2022	612,75	564,30	24/02/2022	24/02/2023	2255	N						24/02/2022	188,10					188,10	188,10					188,10	
			TOTAL		14.380.222,92	16.667.845,75											4.453.470,48	288.340,00	11.971,01		3.374,20	5.183.545,58	10.652.997,60	322.310,47	176.164,43	37.451,40	46.452,97	11.132.376,92	

Tipo de Contrato : Apenas se que tratem execução financeira no exercício (F) / execução das actividades) Nomenclatura Estatística Adjudicação : CPV Excluir os contratos públicos : S Excluir as actividades no âmbito do CPCPE : S Considerar as alterações :

ENTIDADE		CONTRATO																												OBSERVAÇÕES
NIF	Designação	Tipo	Objecto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Prazo de Execução	Data de Conclusão (Efectiva)	Proc. Contr.	Estado	Contratação ao IMC (Data)			Visto do T.C.		Data do primeiro pagamento (ano da execução financeira)	PAGAMENTOS NO EXERCÍCIO (€)						PAGAMENTOS ACUMULADOS (€)							
											Nº Ref. Int.	Contratos plurianuais	Contratos CPCPE-IMT	Nº Proc.	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trab., incluindo os trab. a mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trab., incluindo os trab. a mais	Total	
501455161	Fernandes, Gaspar and Lda	S	SC/03	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CARACTERIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DE MANCHA AREA A PROTEGER CLIMA	24/07/2013	9.959,57	12.243,57	30/09/2013	30/09/2013	01	0					24/07/2013	12.243,57					12.243,57	12.243,57					12.243,57	
214011541	SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO ESTEVES	S	SC/03/12	prestação serviços - estudos económicos	24/07/2013	794,87	913,95	30/09/2013	30/09/2013	02	0					24/07/2013	913,95					913,95	913,95					913,95	
					TOTAIS	10.754.351,57	16.693.255,57										6.666.753,57	350.547,43	30.579,11		7.335,71	5.854.579,82	10.333.494,27	331.381,43	176.844,43	31.851,43	16.451,57	10.889.974,75	

Modalidades de Adjudicação/Tipos de procedimentos

Código	Designação
CP	Concurso público
AD	Ajuste directo
CPU	Concurso público urgente
ADS	Ajuste directo simplificado

Órgão EXECUTIVO

Em 24 de abril de 2023

Órgão DELIBERATIVO

Em 28 de abril de 2023

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

ANEXO VI - Contratação administrativa - Aquisições por tipo de procedimento

PÓVOA DE LANHOSO
Município

MUNICIPIO DA POVOA DE LANHOSO

Tipo de Consulta : Apenas os que tiveram execução financeira no exercício — Excluir os contratos diversos : S — Excluir as modalidades no âmbito do COVID : S

FILTRAR PELO N. CONTRATO Tipo de contrato	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Concurso de Concepção		Parceria para inovação		TOTAL	
	Número dos contratos [1]	Preço contratual [1]	Número dos contratos [2]	Preço contratual [2]	Número dos contratos [3]	Preço contratual [3]	Número dos contratos [4]	Preço contratual [4]	Número dos contratos [5]	Preço contratual [5]	Número dos contratos [6]	Preço contratual [6]	Número dos contratos [7]	Preço contratual [7]	Número dos contratos [8]	Preço contratual [8]
Empreitadas de obras públicas	25	2.020.534,77							19	243.997,45					44	2.264.532,22
Aquisição de serviços	14	3.995.625,14							127	2.433.454,92					141	6.429.080,06
Locação ou aquisição de bens móveis	10	857.562,28							52	3.716.381,64					62	4.573.943,92
Concessão de obras públicas																
Concessão de serviços públicos																
Outros																
TOTAL	49	6.873.722,19							198	6.393.834,01					247	13.267.556,20

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 24 de abril de 2023

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em 28 de Abril de 2023

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

ANEXO VII – Transferências e subsídios concedidos

PÓVOA DE LANHOSO
Município

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
Transferências correntes										
040305 - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	600078345	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GONÇALO SAMPAIO	246.500,00	12.217,33	12.217,33			
040305 - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	600078345	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GONÇALO SAMPAIO	246.500,00	6.337,50	6.337,50			
040305 - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS AO ABRIGO N.º1 DO ART. 4.º DO DECRETO-LEI N.º 21/2019	600078345	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GONÇALO SAMPAIO	246.500,00	35.260,62	35.260,62		4.709,09	
040305 - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS AO ABRIGO N.º1 DO ART. 4.º DO DECRETO-LEI N.º 21/2019	600078345	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GONÇALO SAMPAIO	246.500,00	12.490,22	12.490,22			
040305 - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS AO ABRIGO N.º1 DO ART. 4.º DO DECRETO-LEI N.º 21/2019	600078345	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GONÇALO SAMPAIO	246.500,00	25.000,00	25.000,00			
040305 - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	600085430	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE POVOA DE LANHOSO	246.500,00	4.062,67	4.062,67			
040305 - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	600085430	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE POVOA DE LANHOSO	246.500,00	1.875,00	1.875,00			
040305 - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS AO ABRIGO N.º1 DO ART. 4.º DO DECRETO-LEI N.º 21/2019	600085430	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE POVOA DE LANHOSO	246.500,00	30.000,00	29.188,03	811,97		
040305 - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS AO ABRIGO N.º1 DO ART. 4.º DO DECRETO-LEI N.º 21/2019	600085430	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE POVOA DE LANHOSO	246.500,00	54.394,31	54.394,31		1.447,37	
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AUTOS DE TRANSFERENCIA 2022	501174206	FREGUESIA DE GERAZ	713.520,00	17.712,00	17.712,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇÃO AOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO - LEGISLATIVAS'22	501174206	FREGUESIA DE GERAZ	713.520,00	259,65	259,65			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO AMBITO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O	501174206	FREGUESIA DE GERAZ	713.520,00	1.284,00	1.284,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PASSEIO A FÁTIMA	501174206	FREGUESIA DE GERAZ	713.520,00	252,00	252,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL	501174206	FREGUESIA DE GERAZ	713.520,00	29,06	29,06			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	506984680	FREGUESIA DE POVOA DE LANHOSO - N. SENHORA DO AMPARO	713.520,00	9.000,00	9.000,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AUTOS DE TRANSFERENCIA 2022	506984680	FREGUESIA DE POVOA DE LANHOSO - N. SENHORA DO AMPARO	713.520,00	51.444,00	51.444,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇÃO AOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO - LEGISLATIVAS'22	506984680	FREGUESIA DE POVOA DE LANHOSO - N. SENHORA DO AMPARO	713.520,00	1.817,55	1.817,55			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DINAMIZAÇÃO DOS CENTROS DE CONVÍVIO	506984680	FREGUESIA DE POVOA DE LANHOSO - N. SENHORA DO AMPARO	713.520,00	12.500,00	12.500,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DINAMIZAÇÃO DOS CENTROS DE CONVÍVIO	506984680	FREGUESIA DE POVOA DE LANHOSO - N. SENHORA DO AMPARO	713.520,00	200,00	200,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PASSEIO A FÁTIMA	506984680	FREGUESIA DE POVOA DE LANHOSO - N. SENHORA DO AMPARO	713.520,00	948,00	948,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL	506984680	FREGUESIA DE POVOA DE LANHOSO - N. SENHORA DO AMPARO	713.520,00	52,40	52,40			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AUTOS DE TRANSFERENCIA 2022	507007190	FREGUESIA DE COVELAS	713.520,00	11.244,00	11.244,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇÃO AOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO - LEGISLATIVAS'22	507007190	FREGUESIA DE COVELAS	713.520,00	259,65	259,65			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO AMBITO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O	507007190	FREGUESIA DE COVELAS	713.520,00	1.284,00	1.284,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PASSEIO A FÁTIMA	507007190	FREGUESIA DE COVELAS	713.520,00	306,00	306,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROJETO DE APOIO ÀS FAMÍLIAS DA FREGUESIA, PROTOCOLO DE TRANSPORTES ESCOLARES	507007190	FREGUESIA DE COVELAS	713.520,00	2.450,00	2.450,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL	507007190	FREGUESIA DE COVELAS	713.520,00	28,42	28,42			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507007620	Freguesia de Taide	713.520,00	4.680,00	4.680,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AUTOS DE TRANSFERENCIA 2022	507007620	Freguesia de Taide	713.520,00	32.424,00	32.424,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇÃO AOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO - LEGISLATIVAS'22	507007620	Freguesia de Taide	713.520,00	778,95	778,95			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO AMBITO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O	507007620	Freguesia de Taide	713.520,00	1.284,00	1.284,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PASSEIO A FÁTIMA	507007620	Freguesia de Taide	713.520,00	366,00	366,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROJETO DE APOIO ÀS FAMÍLIAS DA FREGUESIA, PROTOCOLO DE TRANSPORTES ESCOLARES	507007620	Freguesia de Taide	713.520,00	2.450,00	2.450,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL	507007620	Freguesia de Taide	713.520,00	35,09	35,09			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AUTOS DE TRANSFERENCIA 2022	507009436	FREGUESIA DE LANHOSO	713.520,00	22.812,00	22.812,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇÃO AOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO - LEGISLATIVAS'22	507009436	FREGUESIA DE LANHOSO	713.520,00	259,65	259,65			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO AMBITO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O	507009436	FREGUESIA DE LANHOSO	713.520,00	734,00	734,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PASSEIO A FÁTIMA	507009436	FREGUESIA DE LANHOSO	713.520,00	440,00	440,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROJETO DE APOIO ÀS FAMÍLIAS DA FREGUESIA, PROTOCOLO DE TRANSPORTES ESCOLARES	507009436	FREGUESIA DE LANHOSO	713.520,00	1.050,00	1.050,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL	507009436	FREGUESIA DE LANHOSO	713.520,00	30,00	30,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO 1 DA LEI 75/2013, 12 SET.	507009444	FREGUESIA DE SOBRADELO DA GOMA	713.520,00	2.430,00	2.430,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AUTOS DE TRANSFERENCIA 2022	507009444	FREGUESIA DE SOBRADELO DA GOMA	713.520,00	36.264,00	36.264,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇÃO AOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO - LEGISLATIVAS'22	507009444	FREGUESIA DE SOBRADELO DA GOMA	713.520,00	259,65	259,65			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO AMBITO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O	507009444	FREGUESIA DE SOBRADELO DA GOMA	713.520,00	1.284,00	1.284,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROJETO DE APOIO ÀS FAMÍLIAS DA FREGUESIA, PROTOCOLO DE TRANSPORTES ESCOLARES	507009444	FREGUESIA DE SOBRADELO DA GOMA	713.520,00	2.450,00	2.450,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL	507009444	FREGUESIA DE SOBRADELO DA GOMA	713.520,00	30,10	30,10			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AUTOS DE TRANSFERENCIA 2022	507009460	FREGUESIA DE SERZEDELO	713.520,00	34.836,00	34.836,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇÃO AOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO - LEGISLATIVAS'22	507009460	FREGUESIA DE SERZEDELO	713.520,00	259,65	259,65			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO AMBITO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O	507009460	FREGUESIA DE SERZEDELO	713.520,00	734,00	734,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROJETO DE APOIO ÀS FAMÍLIAS DA FREGUESIA, PROTOCOLO DE TRANSPORTES ESCOLARES	507009460	FREGUESIA DE SERZEDELO	713.520,00	700,00	700,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL	507009460	FREGUESIA DE SERZEDELO	713.520,00	30,01	30,01			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AUTOS DE TRANSFERENCIA 2022	507012046	FREGUESIA DE S. EMILIÃO	713.520,00	12.576,00	12.576,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇÃO AOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO - LEGISLATIVAS'22	507012046	FREGUESIA DE S. EMILIÃO	713.520,00	519,30	519,30			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PASSEIO A FÁTIMA	507012046	FREGUESIA DE S. EMILIÃO	713.520,00	334,00	334,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROJETO DE APOIO ÀS FAMÍLIAS DA FREGUESIA, PROTOCOLO DE TRANSPORTES ESCOLARES	507012046	FREGUESIA DE S. EMILIÃO	713.520,00	5.950,00	5.950,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL	507012046	FREGUESIA DE S. EMILIÃO	713.520,00	30,81	30,81			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AUTOS DE TRANSFERENCIA 2022	507012950	FREGUESIA DE TRAVASSOS	713.520,00	18.852,00	18.852,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇÃO AOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO - LEGISLATIVAS'22	507012950	FREGUESIA DE TRAVASSOS	713.520,00	259,65	259,65			

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO AMBITO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O	507012950	FREGUESIA DE TRAVASSOS	713.520,00	1.284,00	1.284,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DINAMIZAÇÃO DOS CENTROS DE CONVÍVIO	507012950	FREGUESIA DE TRAVASSOS	713.520,00	600,00	600,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PASSEIO A FÁTIMA	507012950	FREGUESIA DE TRAVASSOS	713.520,00	426,00	426,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROJETO DE APOIO ÀS FAMÍLIAS DA FREGUESIA, PROTOCOLO DE TRANSPORTES ESCOLARES	507012950	FREGUESIA DE TRAVASSOS	713.520,00	2.450,00	2.450,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL	507012950	FREGUESIA DE TRAVASSOS	713.520,00	29,65	29,65			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AUTOS DE TRANSFERENCIA 2022	507023080	FREGUESIA DE GALEGOS	713.520,00	12.816,00	12.816,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇÃO AOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO - LEGISLATIVAS'22	507023080	FREGUESIA DE GALEGOS	713.520,00	259,65	259,65			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO AMBITO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O	507023080	FREGUESIA DE GALEGOS	713.520,00	1.284,00	1.284,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DINAMIZAÇÃO DOS CENTROS DE CONVÍVIO	507023080	FREGUESIA DE GALEGOS	713.520,00	600,00	600,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PASSEIO A FÁTIMA	507023080	FREGUESIA DE GALEGOS	713.520,00	254,00	254,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROJETO DE APOIO ÀS FAMÍLIAS DA FREGUESIA, PROTOCOLO DE TRANSPORTES ESCOLARES	507023080	FREGUESIA DE GALEGOS	713.520,00	1.400,00	1.400,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL	507023080	FREGUESIA DE GALEGOS	713.520,00	29,24	29,24			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507054512	FREGUESIA DE S.JOAO DE REI	713.520,00	2.700,00	2.700,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AUTOS DE TRANSFERENCIA 2022	507054512	FREGUESIA DE S.JOAO DE REI	713.520,00	18.852,00	18.852,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇÃO AOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO - LEGISLATIVAS'22	507054512	FREGUESIA DE S.JOAO DE REI	713.520,00	259,65	259,65			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO AMBITO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O	507054512	FREGUESIA DE S.JOAO DE REI	713.520,00	1.284,00	1.284,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DINAMIZAÇÃO DOS CENTROS DE CONVÍVIO	507054512	FREGUESIA DE S.JOAO DE REI	713.520,00	600,00	600,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PASSEIO A FÁTIMA	507054512	FREGUESIA DE S.JOAO DE REI	713.520,00	292,00	292,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROJETO DE APOIO ÀS FAMÍLIAS DA FREGUESIA, PROTOCOLO DE TRANSPORTES ESCOLARES	507054512	FREGUESIA DE S.JOAO DE REI	713.520,00	2.450,00	2.450,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL	507054512	FREGUESIA DE S.JOAO DE REI	713.520,00	28,36	28,36			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AUTOS DE TRANSFERENCIA 2022	507108124	FREGUESIA DE GARFE	713.520,00	26.052,00	26.052,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇÃO AOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO - LEGISLATIVAS'22	507108124	FREGUESIA DE GARFE	713.520,00	519,30	519,30			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PASSEIO A FÁTIMA	507108124	FREGUESIA DE GARFE	713.520,00	723,00	723,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL	507108124	FREGUESIA DE GARFE	713.520,00	32,05	32,05			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507115589	FREGUESIA DE RENDUFINHO	713.520,00	2.340,00	2.340,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AUTOS DE TRANSFERENCIA 2022	507115589	FREGUESIA DE RENDUFINHO	713.520,00	29.268,00	29.268,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇÃO AOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO - LEGISLATIVAS'22	507115589	FREGUESIA DE RENDUFINHO	713.520,00	259,65	259,65			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO AMBITO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O	507115589	FREGUESIA DE RENDUFINHO	713.520,00	1.284,00	1.284,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DINAMIZAÇÃO DOS CENTROS DE CONVÍVIO	507115589	FREGUESIA DE RENDUFINHO	713.520,00	600,00	600,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PASSEIO A FÁTIMA	507115589	FREGUESIA DE RENDUFINHO	713.520,00	350,00	350,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROJETO DE APOIO ÀS FAMÍLIAS DA FREGUESIA, PROTOCOLO DE TRANSPORTES ESCOLARES	507115589	FREGUESIA DE RENDUFINHO	713.520,00	2.450,00	2.450,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL	507115589	FREGUESIA DE RENDUFINHO	713.520,00	29,70	29,70			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507118235	FREGUESIA DE MONSUL	713.520,00	3.420,00	3.420,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AUTOS DE TRANSFERENCIA 2022	507118235	FREGUESIA DE MONSUL	713.520,00	15.204,00	15.204,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇÃO AOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO - LEGISLATIVAS'22	507118235	FREGUESIA DE MONSUL	713.520,00	259,65	259,65			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONCURSO AGROPECUARIO	507118235	FREGUESIA DE MONSUL	713.520,00	1.500,00	1.500,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais [1]	Finalidade [2]	Entidade beneficiária NIF	Entidade beneficiária Nome / Designação [3]	Despesas Orçamentadas [4]	Despesas autorizadas [5]	Despesas pagas [6]	Despesas autorizadas e não pagas [7]=[5]-[6]	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício [8]	Observações [9]
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO AMBITO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O	507118235	FREGUESIA DE MONSUL	713.520,00	1.284,00	1.284,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROJETO DE APOIO ÀS FAMÍLIAS DA FREGUESIA, PROTOCOLO DE TRANSPORTES ESCOLARES	507118235	FREGUESIA DE MONSUL	713.520,00	700,00	700,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL	507118235	FREGUESIA DE MONSUL	713.520,00	30,01	30,01			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507262913	FREGUESIA DE FERREIROS	713.520,00	2.610,00	2.610,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AUTOS DE TRANSFERENCIA 2022	507262913	FREGUESIA DE FERREIROS	713.520,00	15.336,00	15.336,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇÃO AOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO - LEGISLATIVAS'22	507262913	FREGUESIA DE FERREIROS	713.520,00	259,65	259,65			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO AMBITO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O	507262913	FREGUESIA DE FERREIROS	713.520,00	1.284,00	1.284,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DINAMIZAÇÃO DOS CENTROS DE CONVÍVIO	507262913	FREGUESIA DE FERREIROS	713.520,00	600,00	600,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PASSEIO A FÁTIMA	507262913	FREGUESIA DE FERREIROS	713.520,00	270,00	270,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROJETO DE APOIO ÀS FAMÍLIAS DA FREGUESIA, PROTOCOLO DE TRANSPORTES ESCOLARES	507262913	FREGUESIA DE FERREIROS	713.520,00	2.450,00	2.450,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL	507262913	FREGUESIA DE FERREIROS	713.520,00	28,18	28,18			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507364570	FREGUESIA DE VILELA	713.520,00	5.040,00	5.040,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AUTOS DE TRANSFERENCIA 2022	507364570	FREGUESIA DE VILELA	713.520,00	17.748,00	17.748,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇÃO AOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO - LEGISLATIVAS'22	507364570	FREGUESIA DE VILELA	713.520,00	259,65	259,65			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO AMBITO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O	507364570	FREGUESIA DE VILELA	713.520,00	1.284,00	1.284,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DINAMIZAÇÃO DOS CENTROS DE CONVÍVIO	507364570	FREGUESIA DE VILELA	713.520,00	600,00	600,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PASSEIO A FÁTIMA	507364570	FREGUESIA DE VILELA	713.520,00	242,00	242,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROJETO DE APOIO ÀS FAMÍLIAS DA FREGUESIA, PROTOCOLO DE TRANSPORTES ESCOLARES	507364570	FREGUESIA DE VILELA	713.520,00	3.500,00	3.500,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais [1]	Finalidade [2]	Entidade beneficiária NIF	Entidade beneficiária Nome / Designação [3]	Despesas Orçamentadas [4]	Despesas autorizadas [5]	Despesas pagas [6]	Despesas autorizadas e não pagas [7]=[5]-[6]	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício [8]	Observações [9]
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL	507364570	FREGUESIA DE VILELA	713.520,00	29,37	29,37			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AUTOS DE TRANSFERENCIA 2022	510833918	FREGUESIA DE AGUAS SANTAS E NOURE	713.520,00	15.888,00	15.888,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇÃO AOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO - LEGISLATIVAS'22	510833918	FREGUESIA DE AGUAS SANTAS E NOURE	713.520,00	519,30	519,30			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PASSEIO A FÁTIMA	510833918	FREGUESIA DE AGUAS SANTAS E NOURE	713.520,00	290,00	290,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL	510833918	FREGUESIA DE AGUAS SANTAS E NOURE	713.520,00	29,40	29,40			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510835376	FREGUESIA DE CALVOS E FRADES	713.520,00	4.140,00	4.140,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AUTOS DE TRANSFERENCIA 2022	510835376	FREGUESIA DE CALVOS E FRADES	713.520,00	30.600,00	30.600,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇÃO AOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO - LEGISLATIVAS'22	510835376	FREGUESIA DE CALVOS E FRADES	713.520,00	519,30	519,30			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL	510835376	FREGUESIA DE CALVOS E FRADES	713.520,00	30,09	30,09			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AUTOS DE TRANSFERENCIA 2022	510835490	FREGUESIA DE CAMPOS E LOUREDO	713.520,00	24.996,00	24.996,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇÃO AOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO - LEGISLATIVAS'22	510835490	FREGUESIA DE CAMPOS E LOUREDO	713.520,00	778,95	778,95			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO AMBITO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O	510835490	FREGUESIA DE CAMPOS E LOUREDO	713.520,00	2.018,00	2.018,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PASSEIO A FÁTIMA	510835490	FREGUESIA DE CAMPOS E LOUREDO	713.520,00	248,00	248,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROJETO DE APOIO ÀS FAMÍLIAS DA FREGUESIA, PROTOCOLO DE TRANSPORTES ESCOLARES	510835490	FREGUESIA DE CAMPOS E LOUREDO	713.520,00	1.890,00	1.890,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL	510835490	FREGUESIA DE CAMPOS E LOUREDO	713.520,00	33,76	33,76			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510836607	FREGUESIA DE ESPERANÇA E BRUNHAIS	713.520,00	900,00	900,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AUTOS DE TRANSFERENCIA 2022	510836607	FREGUESIA DE ESPERANÇA E BRUNHAIS	713.520,00	30.192,00	30.192,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇÃO AOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO - LEGISLATIVAS'22	510836607	FREGUESIA DE ESPERANÇA E BRUNHAIS	713.520,00	519,30	519,30			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO AMBITO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O	510836607	FREGUESIA DE ESPERANÇA E BRUNHAIS	713.520,00	1.284,00	1.284,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DINAMIZAÇÃO DOS CENTROS DE CONVÍVIO	510836607	FREGUESIA DE ESPERANÇA E BRUNHAIS	713.520,00	600,00	600,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PASSEIO A FÁTIMA	510836607	FREGUESIA DE ESPERANÇA E BRUNHAIS	713.520,00	1.020,00	1.020,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROJETO DE APOIO ÀS FAMÍLIAS DA FREGUESIA, PROTOCOLO DE TRANSPORTES ESCOLARES	510836607	FREGUESIA DE ESPERANÇA E BRUNHAIS	713.520,00	2.450,00	2.450,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL	510836607	FREGUESIA DE ESPERANÇA E BRUNHAIS	713.520,00	29,68	29,68			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510836852	Freguesia de Fontarcada e Oliveira	713.520,00	7.200,00	7.200,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AUTOS DE TRANSFERENCIA 2022	510836852	Freguesia de Fontarcada e Oliveira	713.520,00	44.184,00	44.184,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇÃO AOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO - LEGISLATIVAS'22	510836852	Freguesia de Fontarcada e Oliveira	713.520,00	778,95	778,95			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO AMBITO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O	510836852	Freguesia de Fontarcada e Oliveira	713.520,00	2.018,00	2.018,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DINAMIZAÇÃO DOS CENTROS DE CONVÍVIO	510836852	Freguesia de Fontarcada e Oliveira	713.520,00	600,00	600,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PASSEIO A FÁTIMA	510836852	Freguesia de Fontarcada e Oliveira	713.520,00	605,00	605,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROJETO DE APOIO ÀS FAMÍLIAS DA FREGUESIA, PROTOCOLO DE TRANSPORTES ESCOLARES	510836852	Freguesia de Fontarcada e Oliveira	713.520,00	1.400,00	1.400,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL	510836852	Freguesia de Fontarcada e Oliveira	713.520,00	34,65	34,65			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510840922	FREGUESIA DE VERIM, FRIANDE E AJUDE	713.520,00	9.180,00	9.180,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AUTOS DE TRANSFERENCIA 2022	510840922	FREGUESIA DE VERIM, FRIANDE E AJUDE	713.520,00	35.232,00	35.232,00			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇÃO AOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO - LEGISLATIVAS'22	510840922	FREGUESIA DE VERIM, FRIANDE E AJUDE	713.520,00	778,95	778,95			
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DINAMIZAÇÃO DOS CENTROS DE CONVÍVIO	510840922	FREGUESIA DE VERIM, FRIANDE E AJUDE	713.520,00	600,00	600,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PASSEIO A FÁTIMA	510840922	FREGUESIA DE VERIM, FRIANDE E AJUDE	713.520,00	723,00	723,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROJETO DE APOIO ÀS FAMÍLIAS DA FREGUESIA, PROTOCOLO DE TRANSPORTES ESCOLARES	510840922	FREGUESIA DE VERIM, FRIANDE E AJUDE	713.520,00	2.450,00	2.450,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
04050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL	510840922	FREGUESIA DE VERIM, FRIANDE E AJUDE	713.520,00	29,86	29,86			
04050104 - Associações de municípios	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	508887780	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE	350.200,00	44.546,99	44.546,99			

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04050104 - Associações de municípios	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL NO AMBITO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PUBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO REGULAR	508887780	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE	350.200,00	147.359,88	147.359,88			
04050104 - Associações de municípios	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL NO AMBITO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PUBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO REGULAR	508887780	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE	350.200,00	50.482,02	50.482,02			
04050104 - Associações de municípios	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA DE APOIO À REDUÇÃO TARIFÁRIA (PART)	508887780	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE	350.200,00	32.177,88	32.177,88			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	500830738	GRUPO DESPORTIVO PORTO D.AVE	894.734,00	10.500,00	10.500,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	500830738	GRUPO DESPORTIVO PORTO D.AVE	894.734,00	9.000,00	9.000,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	500840121	BANDA MUSICAL DE CALVOS	894.734,00	15.000,00	15.000,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	500888779	RANCHO FOLCLORICO DA POVOA DE LANHOSO	894.734,00	2.100,00	2.100,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	500972052	Corpo Nacional de Escutas C N e Escutismo Catolico Portugues	894.734,00	1.900,00	1.900,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	501092700	ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE BRAGA	894.734,00	33.802,50	33.802,50			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	501145249	Coopala Coop Produtores Agricolas Povoa Lanhoso Scrl	894.734,00	3.000,00	3.000,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	501316280	ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA BOMBEIROS VOLUNTARIOS DA PÓVOA DE LANHOSO	894.734,00	37.000,00	37.000,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	501316280	ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA BOMBEIROS VOLUNTARIOS DA PÓVOA DE LANHOSO	894.734,00	418,06	418,06			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	501316280	ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA BOMBEIROS VOLUNTARIOS DA PÓVOA DE LANHOSO	894.734,00	36.000,00	36.000,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	501316280	ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA BOMBEIROS VOLUNTARIOS DA PÓVOA DE LANHOSO	894.734,00	35.254,70	35.254,70			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	501316710	Fabrica Igreja Nossa Sra Amparo Povoa Lanhoso	894.734,00	4.950,00	4.950,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	501316710	Fabrica Igreja Nossa Sra Amparo Povoa Lanhoso	894.734,00	150,00	150,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO AMBITO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2021/202	501409084	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE LANHOSO	894.734,00	700,00	700,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO AMBITO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2022/202	501409084	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE LANHOSO	894.734,00	368,00	368,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	Programa de generalização do fornecimento das Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação p	501409084	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE LANHOSO	894.734,00	52.613,52	52.613,52			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	Programa de generalização do fornecimento das Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação p	501409084	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE LANHOSO	894.734,00	5.756,03	5.756,03			

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais [1]	Finalidade [2]	Entidade beneficiária NIF	Entidade beneficiária Nome / Designação [3]	Despesas Orçamentadas [4]	Despesas autorizadas [5]	Despesas pagas [6]	Despesas autorizadas e não pagas [7]=[5]-[6]	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício [8]	Observações [9]
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	Programa de generalização do fornecimento das Atividades de Animação e Apoio à Familia na Educação p	501409084	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE LANHOSO	894.734,00	95.936,61	95.936,61			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO ANBITO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2022/202	501420401	Comissao Melhoramentos St. Emiliao	894.734,00	3.118,00	3.118,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	Programa de generalização do fornecimento das Atividades de Animação e Apoio à Familia na Educação p	501420401	Comissao Melhoramentos St. Emiliao	894.734,00	1.281,84	1.281,84			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	Programa de generalização do fornecimento das Atividades de Animação e Apoio à Familia na Educação p	501420401	Comissao Melhoramentos St. Emiliao	894.734,00	27.559,48	20.669,61	6.889,87		
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	Programa de generalização do fornecimento das Atividades de Animação e Apoio à Familia na Educação p	501420401	Comissao Melhoramentos St. Emiliao	894.734,00	1.692,95	1.692,95			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	Programa de generalização do fornecimento das Atividades de Animação e Apoio à Familia na Educação p	501420401	Comissao Melhoramentos St. Emiliao	894.734,00	28.216,65	28.216,65		1.281,84	
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	Programa de generalização do fornecimento das Atividades de Animação e Apoio à Familia na Educação p	501420401	Comissao Melhoramentos St. Emiliao	894.734,00	4.030,95	4.030,95			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO 1 DA LEI 75/2013, 12 SET.	501441654	Sport Clube Maria da Fonte	894.734,00	24.000,00	24.000,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	501441654	Sport Clube Maria da Fonte	894.734,00	23.000,00	23.000,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	501441654	Sport Clube Maria da Fonte	894.734,00	1.800,00	1.800,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	501542035	CONFRARIA N. SRA. PORTO D'AVE	894.734,00	15.000,00	15.000,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	501733426	GRUPO DESPORTIVO MONSUL	894.734,00	600,00	600,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	501738991	GRUPO DESPORTIVO DA GOMA	894.734,00	19.500,00	19.500,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	501738991	GRUPO DESPORTIVO DA GOMA	894.734,00	1.900,00	1.900,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	501975721	Clube de Caçadores da Povoa de Lanhoso	894.734,00	1.000,00	1.000,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	502097825	ASSOCIACAO BASQUETEBOL BRAGA	894.734,00	2.250,00	2.250,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	502097825	ASSOCIACAO BASQUETEBOL BRAGA	894.734,00	3.500,00	3.500,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DAS ATIVIDADES DE APOIO A FAMILIA NA EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR	502317922	Centro Social Paróquias S. Pedro Serzedelo e S. Gens Calvos Ipss	894.734,00	507,05	507,05			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DAS ATIVIDADES DE APOIO A FAMILIA NA EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR	502317922	Centro Social Paróquias S. Pedro Serzedelo e S. Gens Calvos Ipss	894.734,00	8.465,03	8.465,03			

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DAS ATIVIDADES DE APOIO A FAMILIA NA EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR	502317922	Centro Social Paróquias S. Pedro Serzedelo e S. Gens Calvos Ipss	894.734,00	1.209,29	1.209,29			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DAS ATIVIDADES DE APOIO A FAMILIA NA EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR	502317922	Centro Social Paróquias S. Pedro Serzedelo e S. Gens Calvos Ipss	894.734,00	10.856,76	10.856,76			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROTOCOLO DE COMPARTICIPAÇÃO DE TRANSPORTES ESCOLARES	502317922	Centro Social Paróquias S. Pedro Serzedelo e S. Gens Calvos Ipss	894.734,00	7.000,00	7.000,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROTOCOLO DE COMPARTICIPAÇÃO DE TRANSPORTES ESCOLARES	502317922	Centro Social Paróquias S. Pedro Serzedelo e S. Gens Calvos Ipss	894.734,00	3.668,00	3.668,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO 1 DA LEI 75/2013, 12 SET.	503432890	CENTRO SOCIAL DE GARFE	894.734,00	2.100,00	2.100,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO AMBITO DE TRANSPORTES ESCOLARES	503432890	CENTRO SOCIAL DE GARFE	894.734,00	5.880,00	5.880,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO AMBITO DE TRANSPORTES ESCOLARES	503432890	CENTRO SOCIAL DE GARFE	894.734,00	3.080,00	3.080,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	Programa de generalização do fornecimento das Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação p	503432890	CENTRO SOCIAL DE GARFE	894.734,00	10.553,01	10.553,01			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	Programa de generalização do fornecimento das Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação p	503432890	CENTRO SOCIAL DE GARFE	894.734,00	506,66	506,66			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	Programa de generalização do fornecimento das Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação p	503432890	CENTRO SOCIAL DE GARFE	894.734,00	904,17	904,17			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	Programa de generalização do fornecimento das Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação p	503432890	CENTRO SOCIAL DE GARFE	894.734,00	14.197,28	14.197,28			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	503541753	RANCHO FOLCLORICO MARIA DA FONTE	894.734,00	2.100,00	2.100,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	503731846	ASS. CULTURAL E DESPORTIVO S.PEDRO DE SERZEDELO	894.734,00	7.200,00	7.200,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	503731846	ASS. CULTURAL E DESPORTIVO S.PEDRO DE SERZEDELO	894.734,00	6.300,00	6.300,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	503830208	AS. DE APOIO AOS DIFICIENTES VISUAIS DO DISTRITO DE BRAGA	894.734,00	3.000,00	3.000,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	504956507	SOCIEDADE COLUMBOFILA DA POVOA DE LANHOSO	894.734,00	450,00	450,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	Programa de generalização do fornecimento das Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação p	505011808	Em Dialogo Associação Para o Desenvolvimento Social da Povoa do Lanhoso	894.734,00	67.719,96	67.719,96			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	Programa de generalização do fornecimento das Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação p	505011808	Em Dialogo Associação Para o Desenvolvimento Social da Povoa do Lanhoso	894.734,00	4.063,08	4.063,08			

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	(1)	(2)		(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(5)-(6)	(8)	(9)
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	Programa de generalização do fornecimento das Atividades de Animação e Apoio a Familia na Educação p	505011808	Em Dialogo Associação Para o Desenvolvimento Social da Povoa do Lanhoso	894.734,00	55.954,08	55.954,08			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	Protocolo de Cooperação "Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social"	505011808	Em Dialogo Associação Para o Desenvolvimento Social da Povoa do Lanhoso	894.734,00	12.902,40	12.902,40			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	505139944	ASS.SOCIAL E CULTURAL FUNCIONARIOS CMPL	894.734,00	27.570,23	27.570,23			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	505461650	CAPA-CLUBE DE ADOPÇÃO E PROTECÇÃO DE ANIMAIS	894.734,00	7.400,00	7.400,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	505461650	CAPA-CLUBE DE ADOPÇÃO E PROTECÇÃO DE ANIMAIS	894.734,00	11.600,00	11.600,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	506040046	VESPA CLUBE DA POVOA DE LANHOSO	894.734,00	5.000,00	5.000,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	508430674	ASSOCIAÇAO DO RANCHO FOLCLORICO DE SANTA MARIA DE VERIM	894.734,00	2.100,00	2.100,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	508843707	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA GONÇALO SAMPAIO	894.734,00	812,50	812,50			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	508906580	Fintasfoot Academia - Associação Desportiva e Recreativa	894.734,00	1.200,00	1.200,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	508906580	Fintasfoot Academia - Associação Desportiva e Recreativa	894.734,00	1.100,00	1.100,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	509145213	EMILIANOS FUTEBOL CLUB	894.734,00	7.800,00	7.800,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	509145213	EMILIANOS FUTEBOL CLUB	894.734,00	7.200,00	7.200,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	509545971	FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TEATRO	894.734,00	8.000,00	8.000,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	509996779	RANCHO FOLCLORICO DE PORTO D'AVE TAIDE	894.734,00	2.100,00	2.100,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510504540	Associação De Pais E Encarregades De Educação Da Escola Eb1/j1 Da Pvlde Lanho	894.734,00	250,00	250,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510517048	Associação Banda De Musica Dos Bombeiros Da Povoa De Lanhoso	894.734,00	15.000,00	15.000,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROTOCOLO DO PROVEDOR DO IDOSO	510891233	Comissão de Proteção Ao Idoso, Associação Regional do Norte	894.734,00	2.500,00	2.500,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO	513696628	Associação Dignitude	894.734,00	5.000,00	5.000,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO	513696628	Associação Dignitude	894.734,00	11.400,00	5.845,00	5.555,00		
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO	513696628	Associação Dignitude	894.734,00	1.025,00	1.025,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	513737650	Associação Eventos Tesouros do Ave Desportivos	894.734,00	1.800,00	1.800,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	514394315	Associação Cançoes e Geraçoes	894.734,00	20.000,00	20.000,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	515391573	Acominho - Associação de Comissários do Minho	894.734,00	100,00	100,00			
040701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	516282654	Heroina Teatral- Associação de Teatro e Cultura	894.734,00	5.000,00	5.000,00			
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	108765172	Maria Alexandrina da Costa Pimenta	442.500,00	801,49	801,49			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	108765172	Maria Alexandrina da Costa Pimenta	442.500,00	1.283,46	1.283,46			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	108765172	Maria Alexandrina da Costa Pimenta	442.500,00	423,58	423,58			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	141911220	Maria Adelia de Castro Silva	442.500,00	18,43	18,43			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	141911220	Maria Adelia de Castro Silva	442.500,00	748,69	748,69			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	141911220	Maria Adelia de Castro Silva	442.500,00	1.284,43	1.284,43			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	177347082	ROSA COSTA PEIXOTO	442.500,00	9,70	9,70			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	177347082	ROSA COSTA PEIXOTO	442.500,00	1.283,46	1.283,46			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	177347082	ROSA COSTA PEIXOTO	442.500,00	1.147,33	1.147,33			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	180062395	MARIA DA LUZ OLIVEIRA CASTRO SILVA	442.500,00	1.225,07	1.225,07			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	180062395	MARIA DA LUZ OLIVEIRA CASTRO SILVA	442.500,00	233,28	233,28			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	187099626	MARIA DA GRAÇA PEREIRA DE OLIVEIRA	442.500,00	797,25	797,25			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	187099626	MARIA DA GRAÇA PEREIRA DE OLIVEIRA	442.500,00	641,73	641,73			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	189595337	VICTOR MANUEL PEREIRA MARTINS	442.500,00	1.283,46	1.283,46			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	189595337	VICTOR MANUEL PEREIRA MARTINS	442.500,00	1.157,03	1.157,03			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	190072938	MARIA ARMANDA ALVES DE MAGALHÃES	442.500,00	1.283,46	1.283,46			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	190072938	MARIA ARMANDA ALVES DE MAGALHÃES	442.500,00	661,10	661,10			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	197251196	Alice de Fátima Araujo Martins	442.500,00	1.225,07	1.225,07			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	198456905	Maria Júlia Alves Gomes	442.500,00	368,36	368,36			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	198456905	Maria Júlia Alves Gomes	442.500,00	1.283,46	1.283,46			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	198660295	Maria Carmo Pereira Machado	442.500,00	1.283,46	1.283,46			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	198660295	Maria Carmo Pereira Machado	442.500,00	165,24	165,24			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	202475743	ANA ISABEL CONDE E SILVA	442.500,00	690,33	690,33			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	206021542	ELISABETE MARIA FERREIRA OLIVEIRA SILVA	442.500,00	1.225,07	1.225,07			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	209002050	Filipa Manuela Machado Gonçalves	442.500,00	1.176,47	1.176,47			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	209002050	Filipa Manuela Machado Gonçalves	442.500,00	738,93	738,93			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	209002050	Filipa Manuela Machado Gonçalves	442.500,00	58,32	58,32			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	215120167	Rosa Maria Rodrigues de Sousa	442.500,00	456,98	456,98			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	217368115	Paula Maria da Silva Tinoco	442.500,00	58,32	58,32			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	217368115	Paula Maria da Silva Tinoco	442.500,00	1.225,07	1.225,07			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	217368115	Paula Maria da Silva Tinoco	442.500,00	738,93	738,93			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais [1]	Finalidade [2]	Entidade beneficiária NIF	Entidade beneficiária Nome / Designação [3]	Despesas Orçamentadas [4]	Despesas autorizadas [5]	Despesas pagas [6]	Despesas autorizadas e não pagas [7]=[5]-[6]	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício [8]	Observações [9]
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	219107416	ROSA MARIA DA ROCHA CARVALHO	442.500,00	1.176,47	1.176,47			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	219107416	ROSA MARIA DA ROCHA CARVALHO	442.500,00	58,32	58,32			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	219107416	ROSA MARIA DA ROCHA CARVALHO	442.500,00	738,93	738,93			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	219330832	Carlos Manuel da Costa Ribeiro	442.500,00	1.225,07	1.225,07			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	219330832	Carlos Manuel da Costa Ribeiro	442.500,00	68,11	68,11			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	219330832	Carlos Manuel da Costa Ribeiro	442.500,00	1.215,35	1.215,35			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	220408580	Maria Cristina Lourenço Gonçalves	442.500,00	1.118,08	1.118,08			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	220408580	Maria Cristina Lourenço Gonçalves	442.500,00	631,94	631,94			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	220428751	EDITE MANUELA DA SILVA ANTUNES FERREIRA	442.500,00	58,32	58,32			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	220428751	EDITE MANUELA DA SILVA ANTUNES FERREIRA	442.500,00	1.225,07	1.225,07			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	220428751	EDITE MANUELA DA SILVA ANTUNES FERREIRA	442.500,00	233,28	233,28			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	225828260	Maria Lasalete Luzia Ribeiro	442.500,00	223,56	223,56			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	227467191	MARIA ISABEL PEREIRA DA SILVA	442.500,00	1.225,07	1.225,07			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	227467191	MARIA ISABEL PEREIRA DA SILVA	442.500,00	427,75	427,75			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	227467191	MARIA ISABEL PEREIRA DA SILVA	442.500,00	58,32	58,32			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	228897378	LILIANA FERNANDES DE LIMA	442.500,00	272,16	272,16			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	228897378	LILIANA FERNANDES DE LIMA	442.500,00	1.166,68	1.166,68			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	228897378	LILIANA FERNANDES DE LIMA	442.500,00	58,32	58,32			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	229690599	Filipa Vieira Silva	442.500,00	882,00	882,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	230014143	Martinho Vieira Rodrigues	442.500,00	116,64	116,64			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	230146643	SANDRA GLÓRIA RODRIGUES DA SILVA	442.500,00	1.166,75	1.166,75			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	230384641	LEANDRO CARLOS FERNANDES	442.500,00	336,00	336,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	233717994	Sandra Catarina Campos Silva	442.500,00	456,84	456,84			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	233717994	Sandra Catarina Campos Silva	442.500,00	427,82	427,82			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	233717994	Sandra Catarina Campos Silva	442.500,00	797,32	797,32			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	234417307	Mariana Fernandes da Silva	442.500,00	208,00	208,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	238194647	FATIMA MARGARETE MATOS CARVALHO	442.500,00	1.069,55	1.069,55			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	239531140	Maria João Fernandes Moreira	442.500,00	446,00	446,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	240104129	Eduardo Rafael Silva Gonçalves	442.500,00	358,00	358,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	240104129	Eduardo Rafael Silva Gonçalves	442.500,00	624,00	624,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	240228448	Helder Augusto Ferreira da Silva	442.500,00	520,00	520,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	240739043	Ines Lima Fernandes	442.500,00	400,00	400,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	241579961	Joao Filipe Teixeira Carvalho	442.500,00	1.008,00	1.008,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	242934196	Barbara Araujo Macedo	442.500,00	266,00	266,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	242934196	Barbara Araujo Macedo	442.500,00	716,00	716,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	243035306	Miguel Campos Almeida	442.500,00	552,00	552,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	243418523	Maria Joao Fernandes da Silva	442.500,00	344,00	344,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	243601960	Daniel Antonio Silva Morais	442.500,00	319,00	319,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	243876947	Lara Beatriz Matos Martins	442.500,00	702,00	702,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	245205926	Bruna Liliana Ferreira Vale	442.500,00	540,00	540,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	246017376	Claudio Miguel Oliveira Silva	442.500,00	150,00	150,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	246082542	MARIA SUSANA MACEDO DA SILVA	442.500,00	58,32	58,32			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	246082542	MARIA SUSANA MACEDO DA SILVA	442.500,00	738,93	738,93			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	246082542	MARIA SUSANA MACEDO DA SILVA	442.500,00	1.215,35	1.215,35			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	246741228	Adriana Filipa de Lima Lemos	442.500,00	90,00	90,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	247973475	Cátia Freitas Vaz	442.500,00	242,00	242,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	249334852	Valeria Moreira Azevedo	442.500,00	1.512,00	1.512,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	249857049	Maria Joao Lima Melo	442.500,00	344,00	344,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	250154064	Carlos André Ribeiro Saraiva	442.500,00	414,00	414,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	250363780	Beatriz Marques Abreu	442.500,00	184,00	184,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	251324010	Joao Pedro Araujo Oliveira	442.500,00	400,00	400,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	251410595	Catarina Borlido Alves	442.500,00	290,00	290,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	252004515	Ana Sofia Pereira Silva	442.500,00	306,00	306,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	252890639	Francisca da Silva Fernandes	442.500,00	124,00	124,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	252975863	Iara Paula Lopes Queirós Pereira	442.500,00	176,00	176,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	252976185	Carolina Sofia Lopes Queiros Pereira	442.500,00	176,00	176,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	253307872	Ana Raquel Antunes Freitas	442.500,00	242,00	242,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	253333105	Vanessa Fernandes	442.500,00	434,00	434,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais [1]	Finalidade [2]	Entidade beneficiária NIF	Entidade beneficiária Nome / Designação [3]	Despesas Orçamentadas [4]	Despesas autorizadas [5]	Despesas pagas [6]	Despesas autorizadas e não pagas [7]=[5]-[6]	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício [8]	Observações [9]
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	253672066	Ana Maria Tinoco Esteves	442.500,00	176,00	176,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	253827981	Teresa Margarida Martins Araújo	442.500,00	360,00	360,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	253966108	Sara Dias Mota Matos	442.500,00	400,00	400,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	253998301	Ana Luisa Veloso Silva	442.500,00	468,00	468,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	254271073	Maria João Couto Oliveira	442.500,00	882,00	882,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	254440282	Aurora Francisca Vila Gonçalves	442.500,00	72,00	72,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	255013965	Diogo Henrique Alves Carvalho	442.500,00	168,00	168,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	255027160	Beatriz Antunes	442.500,00	168,00	168,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	255231326	Ana Carolina Barbosa de Sousa	442.500,00	232,00	232,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	255652364	Carolina Raquel da Silva Lopes	442.500,00	290,00	290,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	256140553	Mário Daniel Antunes da Silva Sampaio	442.500,00	144,00	144,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	256219885	Rodrigo Jose Almeida Geadas	442.500,00	229,00	229,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	256493375	Tiago Silva Vieira	442.500,00	324,00	324,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	256543305	Diogo Jose Vieira Cruz	442.500,00	263,00	263,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	256741425	Rodrigo Xavier Fernandes Ribeiro	442.500,00	168,00	168,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	256872066	Margarida Costa Vilaça	442.500,00	296,00	296,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	257152482	Ana Maria Soares	442.500,00	344,00	344,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	257780351	Marta Vieira Ferreira	442.500,00	882,00	882,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	257780351	Marta Vieira Ferreira	442.500,00	72,00	72,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	260830445	Andreia Filipa Costa Pereira	442.500,00	520,00	520,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	263417735	Fatima Luana Sousa Araujo	442.500,00	214,00	214,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	264776852	Ricardo Jorge Gaspar e Silva	442.500,00	104,00	104,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	265794170	Carlos Daniel Silva Fernandes	442.500,00	152,00	152,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	265946581	Rui Antonio Sa Magalhaes	442.500,00	180,00	180,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	266191363	Anselmo Fernando Sa Silva	442.500,00	200,00	200,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	268173508	Flávia Patrícia Guerra Dos Santos	442.500,00	1.030,60	1.030,60			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROGRAMA VIVER +	268173508	Flávia Patrícia Guerra Dos Santos	442.500,00	602,78	602,78			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	269763015	Lara da Silva Vale	442.500,00	456,00	456,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	269916881	Rafael Pereira Sequeira	442.500,00	111,00	111,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	270525700	Francisca da Silva Vieira	442.500,00	702,00	702,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	272256544	Lia Fernandes Oliveira Castilho de Sousa	442.500,00	100,00	100,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	272478091	Pedro Manuel Oliveira Fernandes	442.500,00	702,00	702,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	273425447	Susana de Jesus Teixeira Rodrigues	442.500,00	520,00	520,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	275137805	Sara Antunes Peixoto	442.500,00	450,00	450,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	275734200	Jessica da Silva Pereira	442.500,00	160,00	160,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	JUVENTUDE EM MOVIMENTO	276166209	Margarida Marques da Silva	442.500,00	166,00	166,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO +	500715505	INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL	442.500,00	775,50	775,50			PROGRAMA DO IEFP
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO +	500715505	INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL	442.500,00	3.799,95	3.799,95			PROGRAMA DO IEFP
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO	500860602	Cercifaf- Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Fafe	442.500,00	2.880,40	2.880,40			
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO	500860602	Cercifaf- Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Fafe	442.500,00	2,38	2,38			
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO	500860602	Cercifaf- Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Fafe	442.500,00	398,82	398,82			
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO +	506632920	Município da Póvoa de Lanhoso	442.500,00	49.140,05	49.140,05			PROGRAMA DO IEFP
04080201 - Programas ocupacionais	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO +	506632920	Município da Póvoa de Lanhoso	442.500,00	6.204,14	6.204,14			PROGRAMA DO IEFP
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	101016131	JOSE MARIA FONSECA FERREIRA	442.500,00	356,50	356,50			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANITÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	101208294	IDALINA DE JESUS MACHADO	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	104567945	ADÃO MACHADO DA SILVA	442.500,00	60,90	60,90			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANITÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	119383993	AGOSTINHO NOGUEIRA GOMES	442.500,00	55,35	55,35			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANITÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	123853036	Maria da Conceição Oliveira	442.500,00	450,00	450,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	124891810	Francisco Matos de Carvalho	442.500,00	76,00	76,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANITÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	124893015	Georgina Alice da Costa Silva	442.500,00	55,35	55,35			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANITÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	125645953	AGOSTINHO COUTO FERNANDES	442.500,00	42,44	42,44			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANITÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	127759069	AUGUSTO VAZ MONTEIRO	442.500,00	81,18	81,18			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANITÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	127807896	Olívia da Conceição Gonçalves Ribeiro	442.500,00	525,00	525,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	127807896	Olívia da Conceição Gonçalves Ribeiro	442.500,00	250,00	250,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	131633210	JOSE PEREIRA AFONSO	442.500,00	93,48	93,48			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	132077205	Alice Maria da Costa	442.500,00	59,65	59,65			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	132808040	Antonio Joaquim Silva Gomes	442.500,00	150,00	150,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	133213030	Conceição Antunes Vieira	442.500,00	76,00	76,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	134755081	ELVIRA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES FERNANDES	442.500,00	130,00	130,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	134755081	ELVIRA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES FERNANDES	442.500,00	675,00	675,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL	137529104	António da Silva Miranda	442.500,00	230,00	230,00			FUNDO FINANCIAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	137841078	Amélia Silva Oliveira Martins	442.500,00	70,72	70,72			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	138541370	LUIS MANUEL RIBEIRO DA CUNHA	442.500,00	250,00	200,00	50,00		REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	139303448	Serafim Vieira	442.500,00	785,40	785,40			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	140170740	Maria Irene Pereira Gonçalves	442.500,00	52,89	52,89			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	141911220	Maria Adelia de Castro Silva	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	141911220	Maria Adelia de Castro Silva	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL	141911220	Maria Adelia de Castro Silva	442.500,00	40,25	40,25			FUNDO FINANCIAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	142003298	EVANGELISTA VIEIRA ALMEIDA	442.500,00	163,00	163,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	142003298	EVANGELISTA VIEIRA ALMEIDA	442.500,00	122,00	122,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	142003417	JOSE ANTONIO CRUZ	442.500,00	43,00	43,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	142110922	Manuel do Jardim Gonçalves Carvalho	442.500,00	244,00	244,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	143690639	MARIA DE FÁTIMA DE JESUS MENDES	442.500,00	100,00	100,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	143690639	MARIA DE FÁTIMA DE JESUS MENDES	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	143886096	FRANCISCO DA SILVA COELHO	442.500,00	132,84	132,84			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	144384361	LUCIA DE JESUS ARAUJO COELHO	442.500,00	43,00	43,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	144553759	JOSE DE CASTRO MACHADO	442.500,00	33,83	33,83			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	145459519	ANTONIO VIEIRA DA SILVA	442.500,00	87,00	87,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	145687350	Maria da Silva	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	145687350	Maria da Silva	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	146572947	Maria Clementina Mendes Teixeira	442.500,00	200,00	200,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	147119324	Maria de Lurdes Ribeiro Valente Vieira	442.500,00	120,00	120,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	147741530	JOÃO MARQUES OLIVEIRA	442.500,00	100,00	100,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	147741530	JOÃO MARQUES OLIVEIRA	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	148062946	DOMINGOS JOSE ROSADAS VIEIRA DA SILVA	442.500,00	120,00	120,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	148616763	Maria de Jesus Ramos Coimbra Fernandes do Gago	442.500,00	54,00	54,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	148799108	Adília de Fátima Esteves de Abreu	442.500,00	46,74	46,74			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	148866964	MARIA ALEXANDRINA RODRIGUES MONTEIRO VIEIRA	442.500,00	33,83	33,83			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	148985645	ANTONIO JOSE SILVA PEREIRA	442.500,00	59,66	59,66			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	150182210	Ana Maria Dias de Sousa Silva	442.500,00	400,00	400,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	150644078	SILVINA DE ALMEIDA VAZ PEREIRA	442.500,00	350,00	350,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	150931476	Davide Oliveira da Rocha	442.500,00	71,34	71,34			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	152632166	FRANCISCO ANDRADE SOARES	442.500,00	675,00	675,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	152632166	FRANCISCO ANDRADE SOARES	442.500,00	225,00	225,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	154296082	TERESA JESUS MARQUES MATOS BRANCO	442.500,00	400,00	400,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	154296082	TERESA JESUS MARQUES MATOS BRANCO	442.500,00	200,00	200,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	154747700	Jeronimo Fernandes	442.500,00	600,00	400,00	200,00		REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	154747700	Jeronimo Fernandes	442.500,00	600,00	200,00	400,00		REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	154778630	JOSÉ RODRIGUES FARIA	442.500,00	29,52	29,52			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL	155587862	ADRIANO MACHADO DE AZEVEDO	442.500,00	465,00	465,00			FUNDO FINANCIAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	155651323	MANUEL JOAQUIM LIMA GONÇALVES	442.500,00	687,50	687,50			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	155651323	MANUEL JOAQUIM LIMA GONÇALVES	442.500,00	62,50	62,50			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	155753452	ILIDIA DA PURIFICAÇÃO SOARES PEIXOTO DA SILVA	442.500,00	98,00	98,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL	156270790	Maria Lucia Mendes da Costa	442.500,00	150,00	150,00			FUNDO FINANCIAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	156786796	MARIA FERNANDA REBELO GOMES FERREIRA	442.500,00	51,05	51,05			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	157257401	ARMANDO ANTONIO ALMEIDA VELOSO	442.500,00	833,00	833,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	157427684	CARLOS ALVES BARBOSA	442.500,00	131,00	131,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	157599116	David da Silva Guimarães	442.500,00	87,00	87,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	158207670	ADELINO ALVES SILVA	442.500,00	63,96	63,96			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	158230256	Deolinda Ferreira Marques Rodrigues	442.500,00	53,00	53,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	158658698	MANUEL BAPTISTA VIEIRA	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	158765923	ALBERTO SILVA MOREIRA	442.500,00	79,95	79,95			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	158985320	MARIA DE FATIMA CASTRO DA SILVA	442.500,00	50,00	50,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	158985320	MARIA DE FATIMA CASTRO DA SILVA	442.500,00	600,00	550,00	50,00		REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	158985427	Maria Amalia Dos Reis Grandinho	442.500,00	76,88	76,88			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	159057825	Luis Ribeiro Ferreira	442.500,00	38,13	38,13			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	159626013	PEDRO DE SOUSA OLIVEIRA	442.500,00	65,00	65,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL	159688574	Manuel Joaquim Gomes Barbosa	442.500,00	250,00	250,00			FUNDO FINANCIAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL	161783295	Maria Isabel de Menezes da Costa Barbosa	442.500,00	125,00	125,00			FUNDO FINANCIAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	161969500	JOSE GONCALVES MARTINS	442.500,00	98,00	98,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	161969771	Anita Elvira Lopes Silva Antunes	442.500,00	65,00	65,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	163937109	ERNESTO MATOS DA CUNHA	442.500,00	22,00	22,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	163937605	JOSE DE JESUS SILVA DA COSTA	442.500,00	25,83	25,83			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	163937621	ANTONIO DE SOUSA COSTA	442.500,00	29,52	29,52			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL	165016825	JOSÉ CARLOS MATOS DA SILVA	442.500,00	100,00	100,00			FUNDO FINANCIAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	166270644	Fernando Paulo Gomes e Silva	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	166671657	MANUEL DA SILVA GONCALVES	442.500,00	33,83	33,83			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	167026593	ANTONIO ALVES FERNANDES	442.500,00	59,66	59,66			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	167027239	MARIA ALICE DA FONSECA FERREIRA	442.500,00	59,04	59,04			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	167632302	Arnaldo Vieira Almeida	442.500,00	39,36	39,36			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	170179044	João Oliveira Amorim	442.500,00	98,00	98,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	170542386	Maria do Ceu Pereira da Silva	442.500,00	450,00	450,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	170542386	Maria do Ceu Pereira da Silva	442.500,00	450,00	450,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	174250002	DAVID ANTUNES GONCALVES	442.500,00	146,00	146,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	175874247	Jeannine Nadjar	442.500,00	900,00	900,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	176003355	MANUEL DAS NEVES RIBEIRO	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	176092285	Alexandrina Maria Cardoso Fernandes	442.500,00	450,00	450,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA SOCIAL	176250786	Jose Fernando Ferreira Macedo	442.500,00	265,99	265,99			
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	178528790	MARIA ROSA SILVA CASTRO	442.500,00	50,00	50,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	178528790	MARIA ROSA SILVA CASTRO	442.500,00	550,00	550,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	178748463	Maria de Fatima Vieira de Sousa Ribeiro	442.500,00	33,83	33,83			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	178879304	Laura De Jesus Pereira Novais	442.500,00	525,00	525,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	178879304	Laura De Jesus Pereira Novais	442.500,00	450,00	450,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	180061844	Domingos Joao da Silva	442.500,00	98,00	98,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	180061984	JOAQUIM ANTONIO SILVA FERNANDES	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	180061984	JOAQUIM ANTONIO SILVA FERNANDES	442.500,00	100,00	100,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	180133268	JOSE ANTONIO MONTEIRO DE CASTRO	442.500,00	30,00	30,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	180228498	JOSE AMARAL BRAS	442.500,00	152,52	152,52			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	180928805	Maria de Fatima Cardoso Silva	442.500,00	200,00	200,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	180928805	Maria de Fatima Cardoso Silva	442.500,00	50,00	50,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	180928805	Maria de Fatima Cardoso Silva	442.500,00	350,00	350,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	182493822	BASILIO DE CASTRO SILVA	442.500,00	198,50	198,50			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	185616178	HERMÍNIA MARIA SILVA VASCONCELOS	442.500,00	163,50	163,50			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	186118627	Marcelino Aniceto da Silva Castro	442.500,00	57,81	57,81			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	188043640	MARIA ALICE DE AMORIM FERNANDES	442.500,00	43,05	43,05			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	189073837	BERNARDO NASCIMENTO CUNHA SILVA	442.500,00	142,00	142,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL	189073977	Maria Das Dores da Silva	442.500,00	400,00	400,00			FUNDO FINANCIAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	189074060	Cândida Maria Lemos de Sousa	442.500,00	52,89	52,89			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	190116757	HORACIO ALVARO SOARES GOMES GONCALVES	442.500,00	65,00	65,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	190116757	HORACIO ALVARO SOARES GOMES GONCALVES	442.500,00	10,00	10,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	190116757	HORACIO ALVARO SOARES GOMES GONCALVES	442.500,00	250,00	250,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	190116757	HORACIO ALVARO SOARES GOMES GONCALVES	442.500,00	520,00	520,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	190210702	Maria do Rosario da Cruz Fernandes Ferraz	442.500,00	318,00	318,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	190992352	AMERICO CANDIDO MONTEIRO CASTRO	442.500,00	55,35	55,35			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	190993650	ANTONIO VIEIRA DA ROCHA	442.500,00	91,02	91,02			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL	192024574	AMALIA CRISTINA GONCALVES RODRIGUES	442.500,00	250,00	250,00			FUNDO FINANCIAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	192025546	MARIA AURORA DUARTE VIEIRA MOREIRA	442.500,00	400,00	400,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	192025546	MARIA AURORA DUARTE VIEIRA MOREIRA	442.500,00	150,00	150,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	192518852	FRANCISCO PENEDO ALVES DA COSTA	442.500,00	825,00	600,00	225,00		REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	192519530	Maria Manuela da Costa Coelho Barroso	442.500,00	120,00	120,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	192569015	ELISABETE DA SILVA ARAUJO	442.500,00	750,00	675,00	75,00		REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	192569015	ELISABETE DA SILVA ARAUJO	442.500,00	75,00	75,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	192569040	Joao Paulo de Freitas Morais	442.500,00	900,00	900,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL	192872362	Rita da Conceição da Silva Rocha	442.500,00	42,97	42,97			FUNDO FINANCIAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	192924079	Maria Augusta de Castro Vieira	442.500,00	98,00	98,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	193012855	BEATRIZ DE JESUS FERNANDES RAIMUNDO	442.500,00	225,00	225,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	193260034	JOAO MANUEL DIAS AFONSO	442.500,00	21,00	21,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	193260069	Maria Dos Prazeres da Cunha Marques	442.500,00	250,00	250,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	193901536	JOSE CARVALHO RIBEIRO	442.500,00	87,00	87,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	193901650	Carlos Manuel Pimenta Barros	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	193901692	ADELINO MANUEL SILVA OLIVEIRA	442.500,00	43,05	43,05			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	194954668	ANTÓNIO FERNANDO PEIXOTO MARTINS	442.500,00	100,00	100,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	194954668	ANTÓNIO FERNANDO PEIXOTO MARTINS	442.500,00	550,00	400,00	150,00		REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	194954668	ANTÓNIO FERNANDO PEIXOTO MARTINS	442.500,00	50,00	50,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	196145724	JOÃO PAULO RODRIGUES GOMES	442.500,00	66,42	66,42			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	196585872	Augusta Dos Prazeres Araujo da Cunha	442.500,00	197,00	197,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	197211321	Maria Inês Fernandes da Silva	442.500,00	19,68	19,68			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	197519636	MARIA JOSE REBELO DE CARVALHO RODRIGUES	442.500,00	400,00	400,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	197923771	Irene de Fatima Lemos de Oliveira Lopes	442.500,00	33,83	33,83			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL	197932843	Adelaide Nogueira da Silva	442.500,00	445,00	445,00			FUNDO FINANCIAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	198660295	Maria Carmo Pereira Machado	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	199508615	MARIA ADELAIDE DOS SANTOS CARNEIRO	442.500,00	150,00	150,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	199508615	MARIA ADELAIDE DOS SANTOS CARNEIRO	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	199567913	JOSÉ DO VALE ANTUNES	442.500,00	79,95	79,95			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANITÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	200043293	MARIA HELENA DA CUNHA GOMES SA SILVA	442.500,00	39,36	39,36			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANITÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	200928295	Alice da Neves Cardoso	442.500,00	200,00	200,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	200928295	Alice da Neves Cardoso	442.500,00	200,00	150,00	50,00		REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	200928295	Alice da Neves Cardoso	442.500,00	400,00	400,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	201087456	Maria De Fatima Da Silva Ribeiro	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	201087456	Maria De Fatima Da Silva Ribeiro	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	201630940	Rosa de Olinda Rodrigues	442.500,00	16,61	16,61			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANITÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	201098314	Abilio Jose da Costa Nobrega Escaleira	442.500,00	350,00	350,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	202167496	MARIA GABRIELA DA SILVA ALVES FERNANDES	442.500,00	75,00	75,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	202167496	MARIA GABRIELA DA SILVA ALVES FERNANDES	442.500,00	550,00	550,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	202262324	Carlos Jose Marques Gomes	442.500,00	329,00	329,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANITÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	202262375	Maria Madalena da Silva Mendes	442.500,00	600,00	525,00	75,00		REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	203568141	LILIANA MARISA FERREIRA FREITAS	442.500,00	490,00	490,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	204065216	ANA CRISTINA MOREIRA DA SILVA	442.500,00	139,61	139,61			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANITÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	205045340	Maria Manuela Antunes Costa Matos	442.500,00	87,00	87,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANITÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	205083790	AURORA CECILIA CRUZ SOUSA	442.500,00	375,00	375,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	205083790	AURORA CECILIA CRUZ SOUSA	442.500,00	350,00	350,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	205353576	Armanda Manuela Henriques de Barros Ferreira	442.500,00	530,00	530,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	205480179	MARIA ISABEL SOUSA E SILVA	442.500,00	525,00	525,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	206159749	JOSE MANUEL DA SILVA MOREIRA	442.500,00	98,40	98,40			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANITÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	206832583	JOSÉ VIEIRA DA SILVA	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	207259704	Paulo Lima	442.500,00	78,00	78,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANITÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	207565473	Maria Helena de Araujo Vieira	442.500,00	375,00	300,00	75,00		REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	207565473	Maria Helena de Araujo Vieira	442.500,00	525,00	525,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	207887837	DOMINGOS DIAS PEREIRA	442.500,00	109,00	109,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	207887853	Fernanda Maria de Araújo Coelho	442.500,00	50,00	50,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	207887853	Fernanda Maria de Araújo Coelho	442.500,00	550,00	550,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	208642218	ANTÓNIO JOAQUIM CARDOSO PEREIRA	442.500,00	145,00	145,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	208754164	MARIA DE FÁTIMA CARVALHO FERREIRA DAS NEVES	442.500,00	147,60	147,60			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	208754164	MARIA DE FÁTIMA CARVALHO FERREIRA DAS NEVES	442.500,00	250,00	250,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	208754164	MARIA DE FÁTIMA CARVALHO FERREIRA DAS NEVES	442.500,00	50,00	50,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	209024151	ELVIRA MANUELA MOREIRA DUARTE	442.500,00	153,00	153,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	211161780	EUGENIA MARIA ANTUNES GOMES	442.500,00	530,00	530,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	211470317	NATALIA CONCEIÇÃO SILVA	442.500,00	59,04	59,04			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	212020412	MANUEL JOSE LAMEIRA DA SILVA	442.500,00	103,50	103,50			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL	212170198	Maria Emilia de Araujo Faria	442.500,00	200,00	200,00			FUNDO FINANCIAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	212886665	JOÃO DOMINGOS LOPES DA SILVA	442.500,00	186,00	186,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	213377063	PAULO SÉRGIO LEMOS DE SOUSA	442.500,00	87,00	87,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	213801299	Rosa Maria de Sousa Antunes	442.500,00	530,00	530,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	214152090	Celina da Conceição Rodrigues Venâncio Oliveira	442.500,00	750,00	750,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	214191982	Carla Cristina Oliveira Macedo Fernandes	442.500,00	219,00	219,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	214259684	Pedro Amorim de Freitas Dias	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	214576531	Carla Susana Martins Lopes Rodrigues	442.500,00	550,00	550,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL	214724875	Maria Alice Igreja Ribeiro	442.500,00	390,00	390,00			FUNDO FINANCIAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	214837920	Maria Celeste Gonçalves Antunes	442.500,00	202,50	202,50			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	214837963	MARISA DA GLÓRIA LIMA MACHADO	442.500,00	100,00	100,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	214837963	MARISA DA GLÓRIA LIMA MACHADO	442.500,00	300,00	200,00	100,00		REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	214837963	MARISA DA GLÓRIA LIMA MACHADO	442.500,00	50,00	50,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL	214837963	MARISA DA GLÓRIA LIMA MACHADO	442.500,00	360,00	360,00			FUNDO FINANCIAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	214915425	MARIA LUISA ARAUJO COELHO COSTA	442.500,00	400,00	350,00	50,00		REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	214915425	MARIA LUISA ARAUJO COELHO COSTA	442.500,00	200,00	200,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	215985710	Maria Alice da Costa Fernandes	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	216788528	Pedro Manuel Couto Rodrigues	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	216981387	Ana Filipa Oliveira Pereira	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	217025200	Maria Isabel Fernandes Pereira	442.500,00	50,00	50,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	217166768	Teresa de Jesus Dias Pereira Ferreira	442.500,00	51,05	51,05			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	218405239	Helder Manuel Lima Rodrigues	442.500,00	550,00	550,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	218521907	SIMONE GRACINDA PEREIRA MARREIROS	442.500,00	550,00	550,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	218607814	LOURDES MARIA LEMOS PINHEIRO LAMAS	442.500,00	550,00	550,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	218607814	LOURDES MARIA LEMOS PINHEIRO LAMAS	442.500,00	550,00	550,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	219110670	Julia Maria Tinoco Matos Vieira Alves	442.500,00	25,22	25,22			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	219378134	ELISABETE MACHADO DA COSTA	442.500,00	510,00	510,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	219805300	Luis Henriques Vieira Dos Santos	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	220170371	Claudia Adelaide Coimbra Costa	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	220270295	MARIA DE LURDES PEREIRA DA SILVA MATOS	442.500,00	38,13	38,13			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	220434590	MARIA DE FÁTIMA GOMES DE OLIVEIRA	442.500,00	450,00	375,00	75,00		REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	220434590	MARIA DE FÁTIMA GOMES DE OLIVEIRA	442.500,00	375,00	375,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	220653712	MARIA MANUELA PEREIRA DA SILVA	442.500,00	375,00	375,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	220653712	MARIA MANUELA PEREIRA DA SILVA	442.500,00	750,00	525,00	225,00		REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	220725535	JOAO PEDRO ALVES SILVA SOUSA CRUZ	442.500,00	530,00	530,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	220981167	Maria de Fatima Silva Goncalves	442.500,00	330,00	330,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	221416617	Sergio Jose da Silva	442.500,00	13,96	13,96			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	221416617	Sergio Jose da Silva	442.500,00	43,85	43,85			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	222140674	ANA MARIA DE SOUSA DA COSTA	442.500,00	350,00	350,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	223093750	Ana Cristina Vieira Rodrigues	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	223125148	MARIA CRISTINA FREITAS VILA	442.500,00	150,00	150,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	223298506	ISABEL CRISTINA OLIVEIRA FERNANDES	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	223589667	Catarina Aurora Rodrigues Ribeiro	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	224061488	Catarina da Fonte Carvalho Poças	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	225164337	Andrea Manuela Martins Moronha	442.500,00	550,00	550,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	225164663	MARIANA GABRIELA SA PEREIRA RODRIGUES	442.500,00	550,00	550,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	225355043	Isaura Cristina Alves Cardoso	442.500,00	490,00	490,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	225386321	Monica Sofia do Nascimento Gomes Baptista	442.500,00	750,00	750,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	225536358	Patrícia Daniela Dias de Freitas	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	225536358	Patrícia Daniela Dias de Freitas	442.500,00	240,00	240,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	225649772	LILIANA ANDREIA SOUSA DE OLIVEIRA	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	225649810	António Vieira da Silva	442.500,00	450,04	450,04			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	225828260	Maria Lasalete Luzia Ribeiro	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	225828340	Susana Maria da Silva Gonçalves	442.500,00	550,00	550,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	226099300	Tânia Sofia Leite Sousa Azevedo	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	226099300	Tânia Sofia Leite Sousa Azevedo	442.500,00	330,00	330,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	226187985	SUSANA DE OLIVEIRA PESQUEIRA	442.500,00	390,00	390,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	226290590	JOANA DE MAGALHÃES VIEIRA	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	226348687	José Miguel de Sousa Freitas	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	226499596	RICARDO JOSE DA SILVA LIMA	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	226499618	Célia Marisa Rodrigues Monteiro	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	227286669	Veronica Kuibida Silva Saro	442.500,00	160,52	160,52			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, APT.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	227419081	Jose Miguel Cunha Silva	442.500,00	177,00	177,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	227483073	Carla Manuela de Oliveira Antunes	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	227593634	CIDÁLIA BARROS HENRIQUES	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	227662768	Ines Diana Fernandes da Silva	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	228225272	JOÃO CARLOS DA SILVA SOARES	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	228609909	Silvia Regina Cruz da Silva	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	228618860	OLGA SOFIA VIEIRA MACHADO FERREIRA	442.500,00	510,00	510,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
	[1]	[2]	NIF	Nome / Designação [3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	228619815	ANABELA SILVA DA CRUZ	442.500,00	330,00	330,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	228887836	Natália Eduarda da Silva Branco	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	229673783	Ana Sofia Pinto Robalo Guimas	442.500,00	750,00	750,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	229673783	Ana Sofia Pinto Robalo Guimas	442.500,00	210,00	210,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	229735932	Andreia Luciana Magalhaes Coelho	442.500,00	455,00	455,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	229776957	RUI MIGUEL DA SILVA ALVES	442.500,00	330,00	330,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	229933076	ANA MARIA FREITAS DA CUNHA	442.500,00	375,00	300,00	75,00		REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	230146643	SANDRA GLÓRIA RODRIGUES DA SILVA	442.500,00	600,00	450,00	150,00		REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	230146643	SANDRA GLÓRIA RODRIGUES DA SILVA	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	230173837	Cidália da Silva Antunes Escaleira	442.500,00	550,00	550,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	230175120	LIDIA MARIA FARIA DA SILVA RODRIGUES	442.500,00	150,00	150,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	230175120	LIDIA MARIA FARIA DA SILVA RODRIGUES	442.500,00	50,00	50,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	230197809	GABRIELA DE BARROS VIEIRA	442.500,00	550,00	550,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	230397433	SOFIA MARIA PEREIRA GUIMARÃES	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	230461620	VANESSA RAQUEL DA SILVA MACHADO	442.500,00	530,00	530,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	230521533	ROSA MARIA PINTO FARIA	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	230821332	Isabel Maria Oliveira Fernandes	442.500,00	750,00	750,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	230826121	MONICA BRUNA GOMES COSTA	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	231189443	Soraia Gabriela Vale Martins	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	231189567	Helena Flávia Vale Martins	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	231334389	Cátia Manuela da Silva Lopes	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	231559429	NELSON FERNANDO DE SA SAMPAIO	442.500,00	530,00	530,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	231671563	Diogo Jorge Barbosa de Sousa Castilho	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	231819994	Daniela Morais Lima	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	231849320	Ana Luísa de Sousa Rodrigues	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	232353140	José Carlos Fernandes Antunes	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	232488746	CATHERINE LOPES FERNANDES	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	232736260	MARIA MANUELA REBELO DE OLIVEIRA	442.500,00	530,00	530,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	232937982	Daniela Andreia Cruz Sousa	442.500,00	330,00	330,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
	[1]	[2]	NIF	Nome / Designação [3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	233492267	Bruno Filipe Gonçalves Silva	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	233612874	Serge Viegas Antunes	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	233774530	Maria da Luz Oliveira Machado	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	233998047	Maria Beatriz Silva Machado	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	234127546	Tiago Daniel Salgado Silva	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	234130610	Emília Raquel Vilela da Oliveira	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	234500542	ALDA CELESTE DA SILVA ANTUNES	442.500,00	530,00	530,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	234682663	Rui Pedro Coelho Fernandes	442.500,00	750,00	750,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	234915080	Sandra Cristina da Rocha Vieira	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	235026271	Eva Nizon Araújo	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	235048712	Isabel Maria Cardoso Teixeira Pereira	442.500,00	750,00	750,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	235173134	Carla Manuela Silva Gonçalves	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	235173134	Carla Manuela Silva Gonçalves	442.500,00	350,00	350,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	235827894	Maria Catarina Oliveira Duro	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	236546210	Catarina Sofia Carvalho Cunha	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	236708449	Vera Lucia Silva Pereira	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	236764942	Inês Maria Oliveira de Sousa	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	236953664	Vania Catarina Ferreira Peixoto Teixeira	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	237219255	Catia Beatriz Santos da Silva	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	237537966	FILIPE DA SILVA FORTES	442.500,00	550,00	550,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	237561972	ANDREIA DE ARAÚJO GONÇALVES	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	237870703	Luciana Marisa Ferreira da Silva Pinto	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	237870703	Luciana Marisa Ferreira da Silva Pinto	442.500,00	270,00	270,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	237914115	NUNO FERNANDO MARTINS	442.500,00	175,00	175,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANITARIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	238116492	Sérgio Miguel Fonseca Alves	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	238160718	Ana Rita Santos Araújo	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	238235726	ANA CATARINA TEIXEIRA DA SILVA	442.500,00	750,00	750,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	238439810	Cláudia Manuela Rocha Henriques	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	239375971	CRISTELA CATARINA GONÇALVES FERNANDES	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	239405331	Inês Oliveira Duro	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	239511522	Ana Rita da Silva Ramalho Oliveira	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	239577140	SILVIA MANUELA RIBEIRO MACHADO	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	239589637	Juliana Filipa Couto Silva	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	239807189	Carla Sofia Antunes da Silva	442.500,00	330,00	330,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	239815971	Ângela Pereira Tinoco	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	240130235	MAFALDA TEIXEIRA DE MELO AZEVEDO CARVALHO	442.500,00	375,00	375,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	240264444	Susana Margarida Dores Fernandes Costa	442.500,00	750,00	750,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	240298284	Claudia Margarida Mendes Martins	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	240332563	Aida Sofia Ramos Ferreira	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	240420586	Marco André Gomes Vaz	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	240505891	Magali Emmanuelle de Oliveira Leite	442.500,00	75,00	75,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	240505891	Magali Emmanuelle de Oliveira Leite	442.500,00	375,00	300,00	75,00		REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	240505891	Magali Emmanuelle de Oliveira Leite	442.500,00	375,00	375,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	240505891	Magali Emmanuelle de Oliveira Leite	442.500,00	330,00	330,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	240520459	ANGELA MARIA FERREIRA MORAIS	442.500,00	550,00	550,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	240531884	Sandrine Meunier Fernandes	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	240540549	CÁTIA ELIANA GOMES DA COSTA	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	241134897	Ana Raquel Sousa Lima	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	241556295	Ana Rita do Vale Neves	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	241890403	Marina Manuela Coelho Fernandes	442.500,00	530,00	530,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	242024015	MARTA GORETI LOPES DA SILVA	442.500,00	330,00	330,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	242109853	Diogo Manuel Costa Vieira	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	242115985	Ricardina Dias Ribeiro	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	242154131	Vitor Pedro Rodrigues Tinoco	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	242159150	Alvaro Andre Vilela de Oliveira	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	242210333	Maria Ines do Vale Monteiro da Silva	442.500,00	530,00	530,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	242377483	Erica Filipa Leite de Sousa	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	242456790	Renata Patricia Baptista Martins	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	242795153	Diogo Henrique Lopes de Melo	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	242891241	Bárbara Gomes Fernandes	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	243119518	Daniela Soares Sousa	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	243243219	Inês Pimenta Antunes	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	243323069	Liliana Patrícia de Almeida Fernandes	442.500,00	330,00	330,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	243467010	Adriana Sofia da Silva Rodrigues	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	243794916	LUIS CARLOS DUARTE RIBEIRO	442.500,00	530,00	530,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	243902522	ANA RITA SABINO CASTIÇO DA SILVA	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	243909756	PATRICIA SUSANA CRUZ DA SILVA	442.500,00	315,00	315,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	243944977	Elodie Alison Fernandes Martins	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL	244017590	JOSÉ LUIS COIMBRA GONÇALVES	442.500,00	390,00	390,00			FUNDO FINANCIAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	244134804	Ana Maria Coelho Rebelo	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	244496897	Leandro Gonçalves	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	244574800	Mónica Raquel Montenegro Vieira	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	244581100	Catarina Isabel Oliveira Faria	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	244591704	Andre Bento Araujo de Sousa	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	244727724	PAULA CRISTINA CARVALHO DE SÁ	442.500,00	550,00	550,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	244750491	CATIA MATOS OLIVEIRA	442.500,00	750,00	750,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	244936412	Filipe José Pereira Cunha	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	245085270	Ana Filipa Ribeiro Freitas	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	245205926	Bruna Liliana Ferreira Vale	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	245235876	SARA MANUELA RODRIGUES DA SILVA	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	245313419	Luis Martinho Oliveira Lopes	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	245346597	MARIA DO CÉU FREITAS VILA	442.500,00	250,00	250,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	245377344	JOANA FATIMA PEIXOTO MARTINS	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	245894241	Maria Luisa de Sousa Veloso	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	246115025	Cecilia Alexandra Lopes Silva	442.500,00	510,00	510,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	246117591	Flávio José Macedo Castro	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	246133805	Sergio Paulo Rodrigues de Carvalho	442.500,00	330,00	330,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]	[3]		[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	246160586	VITOR HUGO GONÇALVES FERNANDES	442.500,00	530,00	530,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	246233470	Cláudia Filipa Cunha Veloso	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	246285176	Ivo Azevedo Gonçalves	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	246339594	Mariana da Cruz de Almeida Ferreira	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	246352140	Luis Carlos da Silva Faria	442.500,00	530,00	530,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	246352140	Luis Carlos da Silva Faria	442.500,00	530,00	530,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	246598140	Filipe Alexandre Esteves da Silva	442.500,00	350,00	350,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	246741228	Adriana Filipa de Lima Lemos	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	247138428	Marta Leite Castro	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	247142000	MARCELO ANTUNES FERNANDES	442.500,00	251,50	251,50			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	247429872	Hugo Samuel Ribeiro da Costa	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	247618144	Célia da Silva Machado	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	247667145	VALÉRIO CRUZ GONÇALVES	442.500,00	530,00	530,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL K) E AL FF), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	247805378	Patrícia Manuela Veloso Brás	442.500,00	344,00	344,00			REGULAMENTO MUNICIPAL DE SUBVENÇÃO À CAMPANHA SANATÁRIA OFICIAL DE RUMINANTES
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	247821470	Fabio Oliveira Rodrigues	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	247883042	VITOR HUGO DOS SANTOS AFONSO	442.500,00	330,00	330,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	248042181	Inês Raquel Melo Costa	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	248222805	Diogo Alexandre Moreira Fernandes	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	248265458	Juliana Gonçalves Antunes	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	248296620	Sérgio Rodrigo Lage Rodrigues	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	248331159	João Gonçalo Pereira Frei	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	248564722	João Luís Rocha da Silva	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	248821300	Mariana Das Neves Morais	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	248841572	Daniel da Silva Ramalho	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	248932667	Ruben António Novais Alves	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	249004500	Sandra Castro Freitas	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	249023814	Mara Raquel Sousa Vilela	442.500,00	510,00	510,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	249125722	Jorge Agostinho Machado de Sousa	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	249169673	Manuel Moises Almeida Teixeira	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	249312956	Mariana Silva Cancela	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	249413213	Nelson Filipe Fernandes Oliveira	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	249422670	Daniela Gonçalves Ferreira	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	249435047	DANIELA ALEXANDRA PEREIRA TINOCO	442.500,00	530,00	530,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	249458810	Ana Sofia Pereira da Silva	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	249458810	Ana Sofia Pereira da Silva	442.500,00	360,00	360,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	249680475	DIOGO VIEIRA DA SILVA	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	249764024	Beatriz Coimbra Couto	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	249767821	Alexandre Vieira Pimenta	442.500,00	825,00	675,00	150,00		REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	249843188	Beatriz Pereira	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	249931460	Nuno Miguel Rodrigues da Silva	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	250043718	Mariana Santos Vale	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	250154064	Carlos André Ribeiro Saraiva	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	250277611	Diogo Cardoso Ferreira	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	250284227	Ana Margarida Cruz Ramos	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	250597624	Tiago Rodrigues Matos	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	250808730	Marcia Daniela Carvalho Gonçalves	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	250920603	Bruna Rafaela Oliveira Tinoco Dias	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	250923254	Daniel Marques Gonçalves	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	251410595	Catarina Borlido Alves	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	251512932	DEONILDE CRISTINA JÁCOME PEREIRA	442.500,00	150,00	150,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	251512932	DEONILDE CRISTINA JÁCOME PEREIRA	442.500,00	750,00	750,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	251524041	Cátia Filipa Costa Pimenta Martins	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	251801128	Sabrina Cristina da Silva Rodrigues	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	251849007	Luís Gabriel Antunes Vieira	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	251879046	Renata Francisca Carvalho Vieira	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	252072464	Patrícia Daniela Nogueira Lopes de Carvalho	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	252124766	Paulo André Gonçalves Oliveira	442.500,00	550,00	550,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	252164199	TIAGO EMANUEL DUARTE BORGES	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	252291158	Luisa Isabel da Silva Lopes	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	252492528	JOANA FILIPA ALVES DE JESUS	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	252609379	Andreia Rodrigues Abreu	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	252733312	Bruna Daniela Martins Oliveira	442.500,00	750,00	750,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	252985150	Silvia Daniela Leite Marques	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	253041198	Deolinda Filipa de Freitas Soares	442.500,00	900,00	900,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	253070597	Marta Helena Ramalho Vieira	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	253108454	João Pedro Costa Vilaça	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	253231094	Andreia Daniela do Rosario da Silva	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	253283957	Elsa Mariana da Costa Lobo	442.500,00	550,00	550,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	253307872	Ana Raquel Antunes Freitas	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	253332818	Jessica Fernandes Machado	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	253333105	Vanessa Fernandes	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	253384685	MICAELA GONÇALVES RODRIGUES	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	253488915	Bruno Manuel Teixeira Antunes	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	253574803	Sara Daniela Tinoco Esteves	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	253791944	Liliana Isabel da Silva Costa	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	253827981	Teresa Margarida Martins Araújo	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	254026788	Soraia Maria Fernandes Vieira	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	254272959	Helena Isabel Fernandes da Rocha	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	254277080	Luís Filipe Pereira da Silva	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	254325890	Filipe José Gonçalves Oliveira	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	254493394	Sara Patrícia Novais Macedo	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	254635237	Carlos Manuel Castro Gomes	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	254641415	MARIANA VIEIRA FERREIRA	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	255112947	Joana Raquel Ferreira Pereira Alves	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	255129599	Leonor Alexandra Correia da Silva	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	255231326	Ana Carolina Barbosa de Sousa	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais [1]	Finalidade [2]	Entidade beneficiária NIF	Entidade beneficiária Nome / Designação [3]	Despesas Orçamentadas [4]	Despesas autorizadas [5]	Despesas pagas [6]	Despesas autorizadas e não pagas [7]=[5]-[6]	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício [8]	Observações [9]
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	255293194	Gabriela Sofia Barros Pereira	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	255327870	ANA CATARINA REBELO GUIMARÃES	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	255384297	Rodrigo Carneiro Macedo	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	255520778	João Henrique da Silva Araújo	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	255760990	Luis Andre Lamas da Silva	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	255897642	Vitor Manuel Videira Gonçalo Novo	442.500,00	750,00	750,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	256225052	Tiago Henrique Ribeiro Santos	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	256245649	Francisca Henrique Barros Pereira	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	256248672	Mariana Oliveira Ramos	442.500,00	1.250,00	1.250,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	256436797	Eva Alexandra Ferreira da Silva	442.500,00	750,00	750,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	256543143	Natalia Leonor Cruz de Sousa	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	256581924	ADRIANA LAURA GOMES DA SILVA	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	256599807	Lucas Daniel Vasconcelos Montenegro	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	256701504	LILIANA FRANCISCA PEREIRA DE SOUSA	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	256708080	Carlos Eduardo Martins de Sa Fernandes	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	256770492	Célia Marisa Vieira	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	256772550	Vasco José Cruz Reis	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	256916934	Renata Aurora Costa Tinoco	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	257103090	Ana Luisa Araujo Soares	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	257115196	Diogo Jose Gomes Martins	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	257274499	Ana Margarida Sousa Faria	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	257283722	Cesar Daniel Lage Vale	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	257325646	Carla Daniela Carvalho Gomes	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	257508279	Leandro José Vieira Almeida	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	257552731	Nuno Miguel Coelho Pereira	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	257780351	Marta Vieira Ferreira	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	258535431	Luana Beatriz Gomes Santos	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	258570334	Soraia Alexandra Martins	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	258796618	Cristina Maria Pimenta Rodrigues	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	258929839	Jorge Filipe Martins	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	258992794	MARINA TAMARA TEIXEIRA FERNANDES	442.500,00	530,00	530,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	259009671	Maria de Fátima Gomes Macedo	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	259482471	Maria Isabel Vieira Araújo	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	259602469	Inês Henriques Gonçalves	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	259699446	Rodrigo Araújo da Silva	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	259753157	Ana Carolina Matos Martins	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	259841935	Renata Filipa Vieira Vaz	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	259844527	Sónia Manuela Campos Gonçalves	442.500,00	330,00	330,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	259977799	Ana Isabel Freitas de Sousa	442.500,00	330,00	330,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	260261351	CELIA ALEXANDRA FERREIRA ESTEVES	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	260306010	Bárbara Liliana Araújo da Silva	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	260781800	CÁTIA ISABEL CALDAS MARTINS	442.500,00	530,00	530,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	260792004	Monica Sofia Lopes da Silva	442.500,00	480,00	480,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	260812960	Andreia Filipa Cunha Ferreira	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	261006711	TÂNIA PEREIRA ALVES DE SOUSA	442.500,00	900,00	825,00	75,00		REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	261052551	Joao Marcelo Monteiro Machado	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	261240048	Anderleia Angelina Sousa Anjos	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	261279696	Renato Gomes Brás	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	261279785	Joana Gomes Brás	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	261283200	Marco António Alves Rodrigues	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	261513613	Ana Manuel Moreira Barros Pereira	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	261755809	Marina Patricia Oliveira Pereira	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	262144930	Bruna Daniela Martins Saraiva	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	262191415	Marisa Daniela Vieira Veloso	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	262479869	JULIANA MARINA SILVA OLIVEIRA	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	262495457	Rodrigo Fernandes da Silva	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	262664941	SIMÃO PEDRO DE FREITAS MAGALHÃES	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	262920280	Bebiana Isabel Vieira Salgado	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais [1]	Finalidade [2]	Entidade beneficiária NIF	Entidade beneficiária Nome / Designação [3]	Despesas Orçamentadas [4]	Despesas autorizadas [5]	Despesas pagas [6]	Despesas autorizadas e não pagas [7]=[5]-[6]	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício [8]	Observações [9]
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	263230953	Paulo Ricardo da Silva	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	263606597	Joana Sofia Melo da Silva	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	263649903	Carla Filipa Macedo Silva	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	263818330	Albina Rosa Vieira da Silva	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	263893499	Rafaela de Jesus Esteves Fernandes	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	264006054	Ivânia da Conceição de Oliveira Vieira	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	264056469	Juliana Filipa da Silva	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	264562097	Micael Alexandre Alves Araújo	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	264703561	Mariana Oliveira Antunes	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	264771036	Beatrice Elena Pavel	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	264809556	ELISABETE DOS ANJOS PEREIRA DA CUNHA	442.500,00	550,00	550,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	265050278	Vera Marta Pereira da Cruz	442.500,00	450,00	450,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	265129281	José Daniel Vieira Carvalho	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	265653312	Bruna Daniela Faria Oliveira	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	265946581	Rui Antonio Sa Magalhaes	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	266072879	Joana Ferreira Almeida	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	266270204	Marcelo Grandinho Castro	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	266545270	Flavia Joao Teixeira Fernandes	442.500,00	1.250,00	1.250,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	266545475	Daniela Tinoco Oliveira	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	266800041	Jéssica Isabel Carvalho Fernandes	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	266984770	Sara Felicidade da Silva	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	267329768	Stéphanie Martins Barroso	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	267591276	Inês Sofia Gouveia de Sousa	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	268087610	Gil André Cruz Brito	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	268087997	Rui Miguel Silva Ribeiro	442.500,00	330,00	330,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	268362378	Débora Mariana Oliveira Ferreira	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	268423555	Beatriz Martins Afonso	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	269374825	Bruno Miguel Oliveira da Silva	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	269411585	Eduardo Sampaio Alves	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	269720189	Sara Juliana Antunes Ait Idir	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	269763015	Lara da Silva Vale	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	269943129	Ricardo José da Costa Sampaio	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	270065695	Jorge Filipe Fonseca da Silva	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	270447300	André Silva Matos	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	270520694	Rodrigo Manuel Silva Vieira	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	270960554	Catarina Rodrigues Dias	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	271254009	Inês de Jesus Tinoco Oliveira	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	271353791	Simão Fernandes Carvalho	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	271506253	Miguel Ângelo Fernandes Machado	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	271902264	Luana Filipa Alves Borges	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	271905263	Daniela Soraia Fernandes Dias	442.500,00	750,00	750,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	271982802	Jacinta Filipa Ferreira Cruz	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	272003581	Inês Costa Matos	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	272075051	Rafael Joaquim da Silva Queiros	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	272164984	Vasco Samuel Carvalho Pereira	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	272277231	Ana Claudia Vieira da Silva	442.500,00	480,00	480,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	272468762	Francisco Tomás Rodrigues Abreu	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	272486825	Maria do Rosario Costa Marques Hendonça	442.500,00	150,00	150,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	272486825	Maria do Rosario Costa Marques Hendonça	442.500,00	330,00	330,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	272722316	Jose Carlos Rodrigues Vasconcelos	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	272868892	Carina Manuela Alves Pinheiro	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	272903205	Ana Beatriz Vieira da Silva	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	PÓVOACRESCE	272911321	Ana Raquel Antunes Silva	442.500,00	480,00	480,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	273206737	Daniela Fernandes Antunes	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	273245821	Rute Inês Silva Mendes	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	273377469	Lara Martins Afonso	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	273386549	Claudia Manuela Sampaio Silva	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	273395637	Susana Vaz Vieira	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	273425447	Susana de Jesus Teixeira Rodrigues	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	273803158	Angela Filipa Pereira Duarte Cruz	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	273893181	Mariana Alves Antunes	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	273917145	Leandro Filipe Antunes Martinho	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	274100321	Juliana Maria Castro Novais	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	274247001	Joana Filipa Machado Lopes	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	274266635	Pedro Silva Vieira	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	274375214	Andreia Filipa Faria Azevedo	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	274379295	Joana Filipa da Silva Oliveira	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	NATURALANHOSO	274626721	Tatiana Margarida Gomes Matos	442.500,00	500,00	500,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	275025772	Alexandra Beatriz Peixoto da Silva	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	275093760	Maria Margarida Nogueira Fernandes	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	275137805	Sara Antunes Peixoto	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	275211673	Eduardo Silva Rocha	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	275259994	Mariana Magalhães Mendes	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	275517870	STEFANA ROXANA DANA	442.500,00	100,00	100,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	275517870	STEFANA ROXANA DANA	442.500,00	500,00	450,00	50,00		REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	275651037	Renata Sofia Silva Sousa	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	278469701	Alisea Leite Almeida	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	279955570	Pedro Miguel Oliveira Carvalho	442.500,00	600,00	600,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	283373172	Pedro Manuel Marques Araujo	442.500,00	300,00	300,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	BOLSA DE ESTUDO	283752157	Sara Raquel da Silva Vieira	442.500,00	1.000,00	1.000,00			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	APOIO AO ARRENDAMENTO	292480334	Viviane Ferreira da Silva	442.500,00	675,00	300,00	375,00		REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
04080202 - Outras	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL	508492459	TÁXIS MONTEIRO, LDª.	442.500,00	65,00	65,00			FUNDO FINANCIAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO
Total transferências correntes					3.089.954,00	2.333.054,77	2.419.082,02	16.006,84	7.438,30	
Transferências de capital										
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL. B) DO N.º 1 DO ART.º 5 DO REGULAMENTO	501174206	FREGUESIA DE GERAZ	2.060.500,00	3.900,00	3.900,00			REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - CÂMARA AMIGA DAS FREGUESIAS
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	501174206	FREGUESIA DE GERAZ	2.060.500,00	8.565,00	8.565,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	506984680	FREGUESIA DE POVOA DE LANHOSO - N. SENHORA DO AMPARO	2.060.500,00	18.374,15	18.374,15			

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	506984680	FREGUESIA DE POVOA DE LANHOSO - N. SENHORA DO AMPARO	2.060.500,00	4.967,89	4.967,89			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	506984680	FREGUESIA DE POVOA DE LANHOSO - N. SENHORA DO AMPARO	2.060.500,00	2.975,00	2.975,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	506984680	FREGUESIA DE POVOA DE LANHOSO - N. SENHORA DO AMPARO	2.060.500,00	8.565,00	8.565,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	506984680	FREGUESIA DE POVOA DE LANHOSO - N. SENHORA DO AMPARO	2.060.500,00	0,35	0,35			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	506984680	FREGUESIA DE POVOA DE LANHOSO - N. SENHORA DO AMPARO	2.060.500,00	8.820,00	8.820,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	506984680	FREGUESIA DE POVOA DE LANHOSO - N. SENHORA DO AMPARO	2.060.500,00	4.782,00	4.782,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	506984680	FREGUESIA DE POVOA DE LANHOSO - N. SENHORA DO AMPARO	2.060.500,00	6.331,22	6.331,22			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	506984680	FREGUESIA DE POVOA DE LANHOSO - N. SENHORA DO AMPARO	2.060.500,00	15.074,15	15.074,15			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	506984680	FREGUESIA DE POVOA DE LANHOSO - N. SENHORA DO AMPARO	2.060.500,00	6.794,18	6.794,18			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	506984680	FREGUESIA DE POVOA DE LANHOSO - N. SENHORA DO AMPARO	2.060.500,00	2.485,00	2.485,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507007190	FREGUESIA DE COVELAS	2.060.500,00	32.375,00	32.375,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507007190	FREGUESIA DE COVELAS	2.060.500,00	8.565,00	8.565,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507007190	FREGUESIA DE COVELAS	2.060.500,00	1,11	1,11			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507007620	Freguesia de Taide	2.060.500,00	8.565,00	8.565,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507007620	Freguesia de Taide	2.060.500,00	29.873,20	29.873,20			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507009436	FREGUESIA DE LANHOSO	2.060.500,00	30,15	30,15			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507009436	FREGUESIA DE LANHOSO	2.060.500,00	8.565,00	8.565,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507009436	FREGUESIA DE LANHOSO	2.060.500,00	61.145,00	61.145,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507009436	FREGUESIA DE LANHOSO	2.060.500,00	20.050,67	20.050,67			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507009444	FREGUESIA DE SOBRADELO DA GOMA	2.060.500,00	34.791,07	34.791,07			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507009444	FREGUESIA DE SOBRADELO DA GOMA	2.060.500,00	8.565,00	8.565,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507009444	FREGUESIA DE SOBRADELO DA GOMA	2.060.500,00	0,47	0,47			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507009444	FREGUESIA DE SOBRADELO DA GOMA	2.060.500,00	14.877,65	14.877,65			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507009444	FREGUESIA DE SOBRADELO DA GOMA	2.060.500,00	103.101,41	103.101,41			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507009460	FREGUESIA DE SERZEDELO	2.060.500,00	5.220,00	5.220,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507009460	FREGUESIA DE SERZEDELO	2.060.500,00	15.850,00	15.850,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507009460	FREGUESIA DE SERZEDELO	2.060.500,00	13,83	13,83			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507009460	FREGUESIA DE SERZEDELO	2.060.500,00	111.300,00	111.300,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507009460	FREGUESIA DE SERZEDELO	2.060.500,00	11.548,14	11.548,14			

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507009460	FREGUESIA DE SERZEDELO	2.060.500,00	71.325,00	71.325,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507012046	FREGUESIA DE S. EMILIAO	2.060.500,00	47.565,48	47.565,48			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507012046	FREGUESIA DE S. EMILIAO	2.060.500,00	11.760,00	11.760,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507012046	FREGUESIA DE S. EMILIAO	2.060.500,00	32.523,47	32.523,47			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507012046	FREGUESIA DE S. EMILIAO	2.060.500,00	8.565,00	8.565,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507012046	FREGUESIA DE S. EMILIAO	2.060.500,00	17.804,66	17.804,66			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507012046	FREGUESIA DE S. EMILIAO	2.060.500,00	15.119,84	15.119,84			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507012950	FREGUESIA DE TRAVASSOS	2.060.500,00	37.098,51	37.098,51			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507012950	FREGUESIA DE TRAVASSOS	2.060.500,00	8.565,00	8.565,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507012950	FREGUESIA DE TRAVASSOS	2.060.500,00	0,07	0,07			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507012950	FREGUESIA DE TRAVASSOS	2.060.500,00	37.414,97	37.414,97			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507023080	FREGUESIA DE GALEGOS	2.060.500,00	8.565,00	8.565,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507108124	FREGUESIA DE GARFE	2.060.500,00	8.565,00	8.565,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507108124	FREGUESIA DE GARFE	2.060.500,00	98.663,16	98.663,16			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507115589	FREGUESIA DE RENDUFINHO	2.060.500,00	8.565,00	8.565,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507115589	FREGUESIA DE RENDUFINHO	2.060.500,00	14.888,63	14.888,63			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507115589	FREGUESIA DE RENDUFINHO	2.060.500,00	48.938,04	48.938,04			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507118235	FREGUESIA DE MONSUL	2.060.500,00	4.889,78	4.889,78			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507118235	FREGUESIA DE MONSUL	2.060.500,00	8.565,00	8.565,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507118235	FREGUESIA DE MONSUL	2.060.500,00	18.534,42	18.534,42			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507262913	FREGUESIA DE FERREIROS	2.060.500,00	46,22	46,22			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507262913	FREGUESIA DE FERREIROS	2.060.500,00	8.565,00	8.565,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507262913	FREGUESIA DE FERREIROS	2.060.500,00	62.090,00	62.090,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507262913	FREGUESIA DE FERREIROS	2.060.500,00	37.588,10	37.588,10			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507262913	FREGUESIA DE FERREIROS	2.060.500,00	26.057,98	26.057,98			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507364570	FREGUESIA DE VILELA	2.060.500,00	14.760,71	14.760,71			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507364570	FREGUESIA DE VILELA	2.060.500,00	50.391,27	50.391,27			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507364570	FREGUESIA DE VILELA	2.060.500,00	0,40	0,40			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507364570	FREGUESIA DE VILELA	2.060.500,00	8.565,00	8.565,00			

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507364570	FREGUESIA DE VILELA	2.060.500,00	20.793,97	20.793,97			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	507364570	FREGUESIA DE VILELA	2.060.500,00	16.339,90	16.339,90			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510833918	FREGUESIA DE AGUAS SANTAS E MOURE	2.060.500,00	17.130,00	17.130,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510835376	FREGUESIA DE CALVOS E FRADES	2.060.500,00	18.540,38	18.540,38			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510835376	FREGUESIA DE CALVOS E FRADES	2.060.500,00	7.950,00	7.950,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510835376	FREGUESIA DE CALVOS E FRADES	2.060.500,00	18.791,68	18.791,68			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510835376	FREGUESIA DE CALVOS E FRADES	2.060.500,00	17.130,00	17.130,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510835376	FREGUESIA DE CALVOS E FRADES	2.060.500,00	47.000,00	47.000,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510835376	FREGUESIA DE CALVOS E FRADES	2.060.500,00	17.815,00	17.815,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510835376	FREGUESIA DE CALVOS E FRADES	2.060.500,00	100.000,00	100.000,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510835490	FREGUESIA DE CAMPOS E LOUREDO	2.060.500,00	17.130,00	17.130,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510835490	FREGUESIA DE CAMPOS E LOUREDO	2.060.500,00	21.567,15	21.567,15			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510836607	FREGUESIA DE ESPERANÇA E BRUNHAIS	2.060.500,00	94.521,80	94.521,80			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510836607	FREGUESIA DE ESPERANÇA E BRUNHAIS	2.060.500,00	17.130,00	17.130,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510836852	Freguesia de Fontarcada e Oliveira	2.060.500,00	84.958,35	84.958,35			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510836852	Freguesia de Fontarcada e Oliveira	2.060.500,00	77.039,52	77.039,52			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510836852	Freguesia de Fontarcada e Oliveira	2.060.500,00	17.130,00	17.130,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510840922	FREGUESIA DE VERIM, FRIANDE E AJUDE	2.060.500,00	25.695,00	25.695,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510840922	FREGUESIA DE VERIM, FRIANDE E AJUDE	2.060.500,00	31.906,00	31.906,00			
08050102 - Freguesias	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ART.º120 E ART.º131 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	510840922	FREGUESIA DE VERIM, FRIANDE E AJUDE	2.060.500,00	30.415,00	30.415,00			
080701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	500830738	GRUPO DESPORTIVO PORTO D.AVE	213.500,00	3.000,00	3.000,00			
080701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	501316280	ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA BOMBEIROS VOLUNTARIOS DA PÓVOA DE LANHOSO	213.500,00	18.500,00	18.500,00			
080701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	501542035	CONFRARIA N. SRA. PORTO D'AVE	213.500,00	3.464,00	3.464,00			
080701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	501542035	CONFRARIA N. SRA. PORTO D'AVE	213.500,00	1.032,00	1.032,00			
080701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	501975721	Clube de Caçadores da Povoa de Lanhoso	213.500,00	18.000,00	18.000,00			
080701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	502334037	Fabrica Da Igreja Poroquial De S. Martinho De Aguas Santas	213.500,00	2.160,00	2.160,00			
080701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	503529320	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE MONSUL	213.500,00	14.804,50	14.804,50			
080701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	503541753	RANCHO FOLCLÓRICO MARIA DA FONTE	213.500,00	1.500,00	1.500,00			
080701 - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	AL O), N.º1, ART.º33 DO ANEXO I DA LEI 75/2013, 12 SET.	503830208	AS. DE APOIO AOS DIFICIENTES VISUAIS DO DISTRITO DE BRAGA	213.500,00	2.100,00	2.100,00			

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : N

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
	[1]	[2]	NIF	Nome / Designação [3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
080802 - OUTRAS	LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	HABITALANHOSO	201087472	Ana Maria Lemos Coelho	5.000,00	1.328,40	1.328,40			REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL - PÓVOA SOLIDÁRIA
Total transferências de capital					2.279.000,00	2.054.925,00	2.054.925,00			
Subsídios										
05010101 - Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	LEI N.º50/2012, DE 31 DE AGOSTO	CONTRATO PROGRAMA - Atividades de Enriquecimento Curricular - ANO LETIVO 2022/2023	504596608	Epave - Escola Profissional do Alto Ave, E.m.	208.250,00	33.500,00	27.793,66	5.706,34		CONTRATO PROGRAMA
05010101 - Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	LEI N.º50/2012, DE 31 DE AGOSTO	CONTRATO PROGRAMA - N.º1, ARTIGO 22.º	504596608	Epave - Escola Profissional do Alto Ave, E.m.	208.250,00	174.727,00	174.727,00			CONTRATO PROGRAMA
Total subsídios					208.250,00	208.227,00	202.520,66	5.706,34		

ÓRGÃO EXECUTIVO
De 24 de abril de 2023

De 28 de abril de 2023

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

ANEXO VIII - Transferências e subsídios recebidos

PÓVOA DE LANHOSO
Município

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : S

Tipo de receita	Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Entidade financiadora NIF	Entidade financiadora Nome / Designação (3)	Receita Prevista (4)	Receita recebida (5)	Receita prevista e não recebida (6)=(4)-(5)	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício (7)	Observações (8)
Transferências correntes									
060102 - PRIVADAS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	ART. 61º E 62º- B DO EBF	503044830	Vieira Pocargil, S.a.	1,00	350,00	-349,00		Donativo Festas de S.José 2022
060102 - PRIVADAS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	ART. 61º E 62º- B DO EBF	503240753	INDICE - PINTURAS PUBLICITARIAS, LDA	1,00	250,00	-249,00		Donativo Festas de S.José 2022
060102 - PRIVADAS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	ART. 61º E 62º- B DO EBF	503365483	IRMAOS DOARTE - CARPINTARIA, LDA.	1,00	500,00	-499,00		Donativo Festas de S.José 2022
060102 - PRIVADAS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	ART. 61º E 62º- B DO EBF	503389072	SOCIPOVOA-SOC. COMERCIAL DE MOTORES, LD.	1,00	500,00	-499,00		Donativo Festas de S.José 2022
060102 - PRIVADAS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	ART. 61º E 62º- B DO EBF	503614653	Intermarché - Superpovoa - Supermercados S.a.	1,00	2.500,00	-2.499,00		Donativo Festas de S.José 2022
060102 - PRIVADAS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	ART. 61º E 62º- B DO EBF	505101894	Calceteiros Novais, Lda.	1,00	250,00	-249,00		Donativo Festas de S.José 2022
060102 - PRIVADAS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	ART. 61º E 62º- B DO EBF	508149762	Gervásio Oliveira - Transportes, L.da	1,00	750,00	-749,00		Donativo Festas de S.José 2022
060102 - PRIVADAS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	ART. 61º E 62º- B DO EBF	509253652	HORTO GIRASSOL	1,00	500,00	-499,00		Donativo Festas de S.José 2022
060102 - PRIVADAS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	ART. 61º E 62º- B DO EBF	509949614	FOCO CRIATIVO, UNIPESSOAL, LDA	1,00	500,00	-499,00		Donativo Festas de S.José 2022
060102 - PRIVADAS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	ART. 61º E 62º- B DO EBF	510131735	António Alves Pereira, Lda	1,00	210,00	-209,00		Donativo Festas de S.José 2022
060102 - PRIVADAS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	ART. 61º E 62º- B DO EBF	513454942	Moura Vieira & Soares Ldª	1,00	150,00	-149,00		Donativo Festas de S.José 2022
06030101 - Fundo de Equilíbrio Financeiro	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO	600035972	Direcao Geral Das Autarquias Locais	6.908.030,00	6.908.030,00			LEI ORÇAMENTO DO ESTADO/2022
06030102 - Fundo Social Municipal	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	600035972	Direcao Geral Das Autarquias Locais	502.142,00	502.142,00			LEI ORÇAMENTO DO ESTADO/2022
06030103 - Participação variavel no IRS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	PARTICIPAÇÃO VARIAVEL DE IRS	600035972	Direcao Geral Das Autarquias Locais	513.626,00	513.626,00			LEI ORÇAMENTO DO ESTADO/2022
06030106 - Transferência de competências - Lei 50/2018	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	FUNDO FINANCIAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO	500715505	INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL	1.733.636,00	12.450,00	1.721.186,00		AÇÃO SOCIAL
06030106 - Transferência de competências - Lei 50/2018	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	FUNDO FINANCIAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO	600035972	Direcao Geral Das Autarquias Locais	1.733.636,00	25.700,05	1.707.935,95		AÇÃO SOCIAL
06030106 - Transferência de competências - Lei 50/2018	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	FUNDO FINANCIAMENTO DE DESENTRALIZAÇÃO DE COMPETENCIAS	600035972	Direcao Geral Das Autarquias Locais	1.733.636,00	16.059,26	1.717.576,74		EDUCAÇÃO - APOIOS ALIMENTARES
06030106 - Transferência de competências - Lei 50/2018	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	FUNDO FINANCIAMENTO DE DESENTRALIZAÇÃO DE COMPETENCIAS	600035972	Direcao Geral Das Autarquias Locais	1.733.636,00	179.074,07	1.554.561,93		EDUCAÇÃO - 2.º, 3.º CICLO E ENSINO SECUNDÁRIO
06030106 - Transferência de competências - Lei 50/2018	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	FUNDO FINANCIAMENTO DE DESENTRALIZAÇÃO DE COMPETENCIAS	600035972	Direcao Geral Das Autarquias Locais	1.733.636,00	784.663,76	948.972,24		EDUCAÇÃO - PESSOAL NÃO DOCENTE
06030106 - Transferência de competências - Lei 50/2018	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	FUNDO FINANCIAMENTO DE DESENTRALIZAÇÃO DE COMPETENCIAS	600035972	Direcao Geral Das Autarquias Locais	1.733.636,00	44.895,44	1.688.740,56		EDUCAÇÃO - ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO A FAMILIA - EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR
06030106 - Transferência de competências - Lei 50/2018	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	FUNDO FINANCIAMENTO DE DESENTRALIZAÇÃO DE COMPETENCIAS	600035972	Direcao Geral Das Autarquias Locais	1.733.636,00	48.378,43	1.685.257,57	0,01	EDUCAÇÃO - ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES E CONSERVAÇÃO
06030106 - Transferência de competências - Lei 50/2018	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	FUNDO FINANCIAMENTO DE DESENTRALIZAÇÃO DE COMPETENCIAS	600035972	Direcao Geral Das Autarquias Locais	1.733.636,00	34.292,86	1.699.343,14		EDUCAÇÃO - ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO A FAMILIA
06030106 - Transferência de competências - Lei 50/2018	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	FUNDO FINANCIAMENTO DE DESENTRALIZAÇÃO DE COMPETENCIAS	600086631	Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.p.	1.733.636,00	48.177,74	1.685.458,26		EDUCAÇÃO - APOIOS ALIMENTARES
06030106 - Transferência de competências - Lei 50/2018	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	FUNDO FINANCIAMENTO DE DESENTRALIZAÇÃO DE COMPETENCIAS	600086631	Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.p.	1.733.636,00	41.467,43	1.692.168,57		EDUCAÇÃO - ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO A FAMILIA - EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : S

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora		Receita Prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação					
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]=[4]-[5]	[7]	[8]
06030106 - Transferência de competências - Lei 50/2018	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	FUNDO FINANCIAMENTO DE DESENTRALIZAÇÃO DE COMPETENCIAS	600086631	Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.p.	1.733.636,00	58.286,52	1.675.349,48		EDUCAÇÃO - ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES E CONSERVAÇÃO
06030106 - Transferência de competências - Lei 50/2018	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	FUNDO FINANCIAMENTO DE DESENTRALIZAÇÃO DE COMPETENCIAS	600086631	Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.p.	1.733.636,00	406.518,30	1.327.117,70		EDUCAÇÃO - PESSOAL NÃO DOCENTE
06030106 - Transferência de competências - Lei 50/2018	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	FUNDO FINANCIAMENTO DE DESENTRALIZAÇÃO DE COMPETENCIAS	600086631	Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.p.	1.733.636,00	33.671,58	1.699.964,42		EDUCAÇÃO - ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO A FAMILIA
06030107 - PARTICIPAÇÃO NO IVA - ART. 26.º-A DA LEI N.º 73/2013	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	PARTICIPAÇÃO NO IVA - ART.26.º-A	600035972	Direcao Geral Das Autarquias Locais	77.541,00	77.540,60	0,40		LEI ORÇAMENTO DO ESTADO/2022
0603019901 - DIREÇÃO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES (DGESTE)	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - ASSISTENTES OPERACIONAIS	600086020	DIRECAO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES	171.970,00	71.755,47	100.214,53		
0603019901 - DIREÇÃO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES (DGESTE)	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA	600086020	DIRECAO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES	171.970,00	74.389,48	97.580,52		
0603019901 - DIREÇÃO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES (DGESTE)	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DE REFEIÇÕES	600086020	DIRECAO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES	171.970,00	14.687,11	157.282,89		
0603019999 - OUTROS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	COMPENSAÇÃO DOS ELEMENTOS DAS MESAS DE VOTO REFERENTE AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS	600014665	Secretaria Geral Do Ministério Da Administração Interna	171.970,00	10.905,30	161.064,70		
0603019999 - OUTROS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	ELEIÇÕES DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA DA REPUBLICA - 30 JAN 22	600014665	Secretaria Geral Do Ministério Da Administração Interna	171.970,00	1.951,90	170.018,10		
0603019999 - OUTROS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS 2021	600014665	Secretaria Geral Do Ministério Da Administração Interna	171.970,00	1.790,68	170.179,32		
0603019999 - OUTROS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	RECENSEAMENTO ELEITORAL 2022	600014665	Secretaria Geral Do Ministério Da Administração Interna	171.970,00	731,22	171.238,78		
0603019999 - OUTROS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	ARTIGO 103.º DA LOE/2022	600035972	Direcao Geral Das Autarquias Locais	171.970,00	268.430,00	-96.460,00		SUBVENÇÃO ADICIONAL ESPECÍFICA DO FSM NO ANO DE 2022
06030601 - FEDER	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	NORTE-08-5673-FEDER-000131	510920374	Agencia Para O Desenvolvimento E Coesão, Ip	488.382,00	243,54	488.138,46		Requalificação e modernização das instalações da Escola Básica Gonçalo Sampaio
06030601 - FEDER	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	COLEOPTER - SOE3/P3/F0951	S2800223F	Ministerio de Hacienda Y Función Pública	488.382,00	4.239,85	484.142,15		Concertation Locale pour l'Optimisation des Politiques Territoriales pour l'Energie Rurale
06030602 - FSE	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	NORTE-08-5266-FSE-000059	510920374	Agencia Para O Desenvolvimento E Coesão, Ip	488.382,00	15.236,04	473.145,96		EQUIPA MULTIDISCIPLINAR
06030699 - OUTROS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	FSUE-02-9999-FSUE-000056	510920374	Agencia Para O Desenvolvimento E Coesão, Ip	488.382,00	140.548,70	347.833,30		Apoio aos custos públicos decorrentes do combate à pandemia da doença COVID-19 no Município da Póvoa
06030702 - INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS (IFAP)	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	COMPARTIPAÇAO FRUTA ESCOLAR	508136644	INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS IFAP I P	21.801,00	5.117,06	16.683,94		
06030901 - COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ)	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	COMPARTICIPAÇÃO CPCJ	600086755	Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens	46.328,00	20.416,20	25.911,80		
06030902 - INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (IEFP)	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO +/ ESTÁGIOS	501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMACAO PROFISSIONAL	46.328,00	33.975,81	12.352,19		
Total transferências correntes					11.658.519,00	10.405.852,40	1.252.666,60	0,01	
Transferências de capital									
10030101 - Fundo de Equilíbrio Financeiro	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO	600035972	Direcao Geral Das Autarquias Locais	767.559,00	767.559,00			LEI ORÇAMENTO DE ESTADO/2022
10030105 - Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	ART.35, N.3 DA LEI 73/2013	600035972	Direcao Geral Das Autarquias Locais	227.865,00	227.865,00			LEI ORÇAMENTO DE ESTADO/2022
1003019901 - DIREÇÃO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES (DGESTE)	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	NORTE-08-5673-FEDER-000131	600086020	DIRECAO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES	29.782,00	32.536,00	-2.754,00		Requalifcação e modernização das instalações da Escola Gonçalo Sampaio
1003019999 - OUTROS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO		510342647	Instituto da Conservação da Natureza E Das Florestas, I.p.	29.782,00	220.000,00	-190.218,00		COMPARTICIPAÇÃO DO CANIL (ADIANTAMENTO)

VISUALIZAR REGISTOS S/ EXECUÇÃO : S

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora		Receita Prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transf. / subs. ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / Designação					
	[1]	[2]	[3]		[4]	[5]	[6]=[4]-[5]	[7]	[8]
10030701 - FEDER	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	NORTE-03-1203-FEDER-000141	510928374	Agencia Para O Desenvolvimento E Coesão, Ip	1.864.784,00	19.876,21	1.844.907,79		Melhoria da eficiência energética no edifício dos Paços do Concelho da Póvoa de Lanhoso
10030701 - FEDER	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	NORTE-03-1203-FEDER-000144	510928374	Agencia Para O Desenvolvimento E Coesão, Ip	1.864.784,00	103.966,74	1.760.817,26		Aumento da eficiência energética na Casa da Botica
10030701 - FEDER	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	NORTE-04-2316-FEDER-000014	510928374	Agencia Para O Desenvolvimento E Coesão, Ip	1.864.784,00	25.837,54	1.838.946,46		Requalificação da Praça Eng.º Armando Rodrigues e envolvente
10030701 - FEDER	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	NORTE-04-2316-FEDER-000187	510928374	Agencia Para O Desenvolvimento E Coesão, Ip	1.864.784,00	57.397,34	1.807.386,66		Reabilitação do Largo da Feira e envolvente
10030701 - FEDER	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	NORTE-04-2316-FEDER-000360	510928374	Agencia Para O Desenvolvimento E Coesão, Ip	1.864.784,00	238.829,25	1.625.954,75		Casa do Livro
10030701 - FEDER	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	NORTE-06-3920-FEDER-000172	510928374	Agencia Para O Desenvolvimento E Coesão, Ip	1.864.784,00	228.052,30	1.636.731,70		Qualificação das Experiências de Turismo Natureza/Náutico do Minho - Projeto de valorização da estru
10030701 - FEDER	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	NORTE-08-5673-FEDER-000131	510928374	Agencia Para O Desenvolvimento E Coesão, Ip	1.864.784,00	135.353,83	1.729.430,17		Requalificação e modernização das instalações da Escola Básica Gonçalo Sampaio
10030701 - FEDER	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	NORTE-08-5673-FEDER-000252	510928374	Agencia Para O Desenvolvimento E Coesão, Ip	1.864.784,00	33.706,95	1.831.077,05		Remoção do fibrocimento na Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso
10030701 - FEDER	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	NORTE-09-0550-FEDER-000097	510928374	Agencia Para O Desenvolvimento E Coesão, Ip	1.864.784,00	89.297,56	1.775.486,44		PÓVOA DE LANHOSO DIGITAL 21
10030702 - FSE	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	NORTE-09-5762-FSE-000066	508887780	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE	1.864.784,00	12.811,98	1.851.972,02		IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADO NA CIM DO AVE
Total transferências de capital					4.784.556,00	2.193.090,58	2.591.465,42		
Subsídios									
Total subsídios									

(órgão executivo)
Em 24 de abril de 2023

(órgão deliberativo)
Em 28 de abril de 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Mapa dos empréstimos

PÓVOA DE LANHOSO
Município

Mapa de empréstimos
Município da Póvoa de Lanhoso
Período de mapa: 01-01-2022 a 31-12-2022

Tipo	Identificação do empréstimo		Data da contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Reembolsos de capital			Juros			Outros encargos (a)			Montantes a pagar a não			Capital em dívida no ano 2022		Amortizações médias de capital		Fundamento legal (c)
	Nº do Contrato	Nome da instituição				Nº de registo	Data		Contratado	Utilizado	Até 2021	Ano 2022	Previstos após 31-12-2022	Até 2021	Ano 2022	Previstos após 31-12-2022	Até 2021	Ano 2022	Previstos após 31-12-2022	Capital	Juros	Outros encargos (a)	Em 01-01	Em 31-12	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014	
Curto Prazo																											
Total CP																											
Médio e Longo Prazo Internos	700007731	Novo Banco, SA	30-11-2004	20	16	2730	24-03-2005	Construção do Edifício da Nova Escola do 1º Ciclo e Jardim de Infância da Póvoa de Lanhoso	750.000,00	750.000,00	661 388,58	36.746,04	51.864,98	350.390,51	382,21	2.863,66	-	-	-	-	-	-	128.611,03	91.864,98	35.214,95	-	
	901XXXXXXXX1	Caixa Geral de Depósitos, SA	28-07-2006	20	15	1589	04-10-2006	Dívida do III QCA (3º, 4º e 5º fases do Investimento de Água)	1 000.000,00	1.000.000,00	725 936,88	57 697,50	216.365,62	152.434,32	-	6.389,57	235,96	16,60	62,25	-	-	-	274.063,12	216.365,62	56 448,20	-	
	901XXXXXXXX2	Caixa Geral de Depósitos, SA	27-05-2009	20	12	1188	09-07-2009	Construção do Centro Educativo António Lopes	478.008,00	352.458,00 117.542,00	196 804,86 65.657,62	19.804,98 6 601,65	135 848,16 45 282,73	74.764,28 24.918,39	2 111,36 703,79	18.325,88 6.108,61	500,00	40,00	260,00	-	-	-	155.651,34 51 884,10	135.848,16 45.282,73	25.096,14	-	
	6340XXXXXXXX	Banco BPI, S.A.	26-04-2010	20	11	1946	23-06-2010	Construção do Centro Educativo de Manuel	600.000,00	294 603,00 205 397,00	208 366,70 108 300,00	21 932,32 11.400,00	164 302,98 85.696,92	59 60 3,86 30 797,47	2 811,47 1 151,76	17 411,92 9.861,48	-	-	-	-	-	-	186.796,30 97.096,92	164 302,98 85.696,92	32.352,93	-	
	9610XXXXXXX3	Caixa Geral de Depósitos, SA	07-10-2015	10	6	2235	26-11-2015	Amortização antecipada do empréstimo contraído no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)	2 050 815,79	1.961.649,89	1 176.989,82	196 165,07	588.495,05	96.969,26	8 742,01	215.578,69	-	-	-	-	-	-	784 660,07	588.495,05	-	196 164,99	
	6340XXXXXXX4	Banco BPI, S.A.	06-03-2017	12	4	932	16-05-2017	Investimentos no âmbito do Quadro Comunitário Portugal 2020	1 888.000,00	1.777.550,00	459.366,88	177 709,60	1.140.277,60	39 877,60	11.889,34	36.241,75	-	-	-	-	-	-	3.317.881,20	1.140 277,60	-	148 139,17	
	6340XXXXXXX5	Banco BPI, S.A.	23-10-2018	15	3	1365 2337	17-01-2019 21-10-2020	Beneficiação de arruamentos nas freguesias	868.000,00	853 181,95	65.629,15	65.629,40	721 923,40	11.913,33	7.806,94	54 319,84	-	-	-	-	-	-	787.553,80	721 923,40	-	58 076,80	
	901XXXXXXX1	Caixa Geral de Depósitos, SA	08-05-2019	15	3	1813	24-07-2019	Investimentos nas Freguesias	1 100 000,00	1.097.692,90	41.465,17	82.841,80	973.990,93	8 411,69	6 250,85	154 020,98	-	-	-	-	-	-	1.056.232,73	973.390,93	-	73.179,86	
	901XXXXXXX2	Caixa Geral de Depósitos, SA	24-09-2019	15	3	3267	13-02-2020	Aquisição de duas casas antigas dos magistrados	200.000,00	185.374,00	18.851,50	12.567,72	153.954,70	2 156,11	1.302,58	25.579,56	-	-	-	-	-	-	166.527,42	153.954,70	-	12.358,27	
	580XXXXXXX4	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alto Cávado e Basto, C.R.L.	29-07-2020	18	1	2919	22-10-2020	Requalificação de ruas nas Freguesias do Concelho	1 430.000,00	1.355 767,43	-	19.682,10	1.336.085,33	768,47	6 140,13	111.449,89	-	-	-	-	-	-	1.356.879,81	1.336.085,33	-	75.320,41	
		Banco BPI, S.A.	09-06-2022	5	0	851	05-09-2022	Aquisição de Equipamentos	90.000,00	75.707,13	-	-	90.000,00	-	-	6 442,46	-	-	-	-	-	-	75.707,13	-	-	15 141,43	
		Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alto Cávado e Basto, C.R.L.	13-06-2022	10	0	852	09-09-2022	Obras de Requalificação dos Edifícios Estatais	700.000,00	-	-	-	700.000,00	-	-	119 699,58	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Sub-Total									11.898 815,79	10 166 928,30	3 728 957,84	788 775,13	6 443 488,40	652 605,29	50.491,44	792.406,71	735,55	56,60	322,25	-	-	-	6 065 375,91	5 729 195,53	149 112,30	572 174,93	
	PEDER 000111	Agencia Para O Desenvolvimento E Coesão, Ip	23-10-2018	15	2	603	27-06-2019	QII PI2020 - Requalificação e modernização das instalações da Escola Básica Gonçalo Sampaio	83.000,00	83.000,00	-	6.384,62	76.615,38	22,41	-	2 117,45	-	-	-	-	-	-	83.000,00	76.615,38	-	5.513,33	Isento ao âmbito do nº5, do artigo 5 2º da lei nº 73/2013, de 3 de setembro
	PEDER 000187	Agencia Para O Desenvolvimento E Coesão, Ip	23-10-2018	15	2	606	27-06-2019	QII PI2020 - Requalificação da largo da feira e envolvente	89.000,00	89.000,00	-	6.846,16	82.153,84	24,04	-	2 308,40	-	-	-	-	-	-	89.000,00	82.153,84	-	5.933,33	Isento ao âmbito do nº5, do artigo 5 2º da lei nº 73/2013, de 3 de setembro
Sub-Total									172.000,00	172.000,00	-	13.230,78	158.769,22	46,45	-	4.425,85	-	-	-	-	-	-	172.000,00	158.769,22	-	11.446,66	
Total MLP									11.270 815,79	10.338 928,30	3.728.957,84	727.005,93	6.602.257,62	652.651,74	50.491,44	796.912,58	735,55	56,60	322,25	-	-	-	6.235.375,91	5.887.964,75	149 112,30	588.639,59	
Total Geral									11.270.815,79	10.338.928,30	3.728.957,84	727.005,93	6.602.257,62	652.651,74	50.491,44	796.912,58	735,55	56,60	322,25	-	-	-	6.235.375,91	5.887.964,75	149.112,30	588.639,59	

(a) Identificando cada um dos encargos, designadamente, impostos, comissões e outros encargos a especificar
(b) Para efeitos deste artigo, devem tomar-se em consideração os valores em dívida em 31/12/2012, constante do mapa II.3.1 (empréstimos), que integra o anexo correspondente aos documentos de prestação de contas
(c) Empréstimos que não são considerados para efeitos de cálculo da Dívida Total

ÓRGÃO EXECUTIVO
Em 24 de Abril de 2023

ÓRGÃO DELIBERATIVO
Em 28 de Abril de 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Certificação Legal de Contas

PÓVOA
DE LANHOSO
Município

RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO
EXERCÍCIO DE 2022

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso parecer sobre as **Contas do Município da Póvoa de Lanhoso** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o que vimos fazer nos termos seguintes:

1. **Em termos de enquadramento, devemos referir que:**

   a) as contas sobre que nos pronunciamos são as contas individuais.

   b) ainda que sejam de referir as limitações que decorrem da certificação legal das contas nesta data emitida, o desenvolvimento dos nossos trabalhos contou com a colaboração, por parte do Município, dos intervenientes e responsáveis aos diversos níveis, que em geral se mostraram interessados em discutir e acolher criticamente sugestões de melhoria de procedimentos por nós apresentadas.

2. **No quadro das normas aplicáveis, considerando especialmente o disposto nos artigos 76.º e 77.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, procedemos,**

   a) à verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e respetivos suportes documentais;

   b) à verificação dos valores patrimoniais do Município;

   c) à análise dos procedimentos de controlo interno (contabilístico e administrativo) instituídos e à respetiva efetividade de aplicação;

   d) à análise das Demonstrações Financeiras, dos princípios contabilísticos subjacentes à sua elaboração, bem como do Relatório de Gestão;

   e) à análise dos mapas e do controlo da execução orçamental.

3. **Os procedimentos seguidos permitem-nos expressar que:**

   a) a contabilidade, as demonstrações financeiras e orçamentais e o relatório de gestão satisfazem as disposições legais e refletem a atividade e a situação patrimonial, financeira e orçamental do Município no exercício em causa, nos termos da opinião que nesta data manifestamos na certificação legal das contas, onde

- Expressamos uma limitação de âmbito;
- Uma exceção quanto a divulgações no âmbito da contabilidade de gestão constantes no capítulo "Sobre o relatório de gestão"

b) os mapas de execução orçamental, apresentam taxas de execução próximas de 99,37% e 88,79% quanto à receita e despesa, respetivamente.

c) explicações mais detalhadas sobre a execução orçamental podem ser colhidas no ponto "Análise Orçamental" do Relatório de Gestão.

d) deverá prosseguir-se na melhoria dos procedimentos de controlo interno e de confirmação externa, bem como nos procedimentos de relação entre reconhecimento contabilístico financeiro, orçamental e patrimonial e de divulgação – aspetos que desenvolveremos em carta de recomendações a entregar à Câmara e que nos propomos continuar a acompanhar no desenvolvimento corrente dos trabalhos de auditoria.

4. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que:

a) O grau de execução orçamental corresponde, nas atuais condições, a um nível que consideramos muito satisfatório;

b) as contas anuais do Município e o respetivo relatório de gestão, que devem ser vistas à luz dos esclarecimentos que integram, especialmente no anexo às demonstrações financeiras e no próprio Relatório, bem como da certificação legal das contas e das notas anteriores, merecem globalmente apreciação positiva;

e devemos salientar o espírito de colaboração com que pudemos contar por parte da Câmara Municipal e de todos os responsáveis aos diversos níveis, que agradecemos.

Braga, 24 de abril de 2023

António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC, Lda.
representada por:

António Manuel Pinheiro Fernandes
Registo na OROC n.º 993 | Registo na CMVM n.º 20160608

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Município da Póvoa de Lanhoso (o Município), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 76.654.277 euros e um total de património líquido de 65.960.402 euros, incluindo um resultado líquido "negativo" de 636.504 euros), a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção Bases para a opinião com reserva, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município da Póvoa de Lanhoso em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reserva

Conforme mencionado na nota 5 do anexo às demonstrações financeiras, e não obstante todas as diligências que têm vindo a ser tomadas pelo Executivo Camarário, e pelos Serviços, não está assegurado que os valores que integram o ativo fixo tangível do Município constituem uma garantia da sua plenitude e estejam devidamente registados por valores adequados com referência a 31 de dezembro de 2022. Consequentemente, não conseguimos concluir sobre a razoabilidade dos saldos evidenciados nas contas de ativos fixos tangíveis, depreciações do período e acumuladas, imputação de subsídios e transferências para investimentos, outras variações no património líquido e resultados transitados.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Município nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município de acordo com o SNC-AP;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do Município de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demostrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Município;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Município para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Município descontinue as suas atividades;

-avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas do Município que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 23.183.189 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 20.714.853 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas do Município. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reserva", o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais,

exceto quanto às divulgações apresentadas relativas ao sistema de contabilidade de gestão, as quais não são suficientes para dar cumprimento ao exigido na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, do SNC-AP.

Braga, 24 de abril de 2023

António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC, Lda.
Representada por:

António Manuel Pinheiro Fernandes
Registo na OROC n.º 993 | Registo na CMVM n.º 20160608

RELATÓRIO DE CONTAS

EPAVE, E.M.

PÓVOA DE LANHOSO
Município

EPAVE
ESCOLA PROFISSIONAL DO ALTO AVE, E.M.

RELATÓRIO DE GESTÃO

2022

Índice:

INTRODUÇÃO 4
RELATÓRIO DE GESTÃO 5
GASTOS DO EXERCÍCIO 6
RENDIMENTOS 8
NO ANO DE 2022, PODEREMOS DESTACAR, AO NÍVEL DO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES, OS SEGUINTES DADOS 9
PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2022 19
INFORMAÇÃO A DIVULGAR DE ACORDO COM A NCP 27 – CONTABILIDADE DE GESTÃO 20
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 26
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 32
1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO 32
2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS 33
3 - ATIVOS INTANGÍVEIS 41
4 – ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE 42
5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 42
6 - LOCAÇÕES 44
7 – CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS 45
8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO 46
9 – IMPARIDADES DE ATIVOS 46
10 – INVENTÁRIOS 46
11 – AGRICULTURA 47
12 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO 47
13 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO 47
14 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO 47
15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES 49
16 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO 49
17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO 49
18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS 50
19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS 53
20 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS 54
21 – RELATO POR SEGMENTOS 56
22 – INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES 56
23 - OUTRAS DIVULGAÇÕES 56
ENCERRAMENTO ORÇAMENTAL 2022 59
DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL 60
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA 61
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA 62
DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 63
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS 63
PARECER DO FISCAL ÚNICO 66
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 67
RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 68

profissionalização, que representam um encargo em 2022, no valor de 210.689,42€. Em 2021, o valor foi de 197.526,25€.

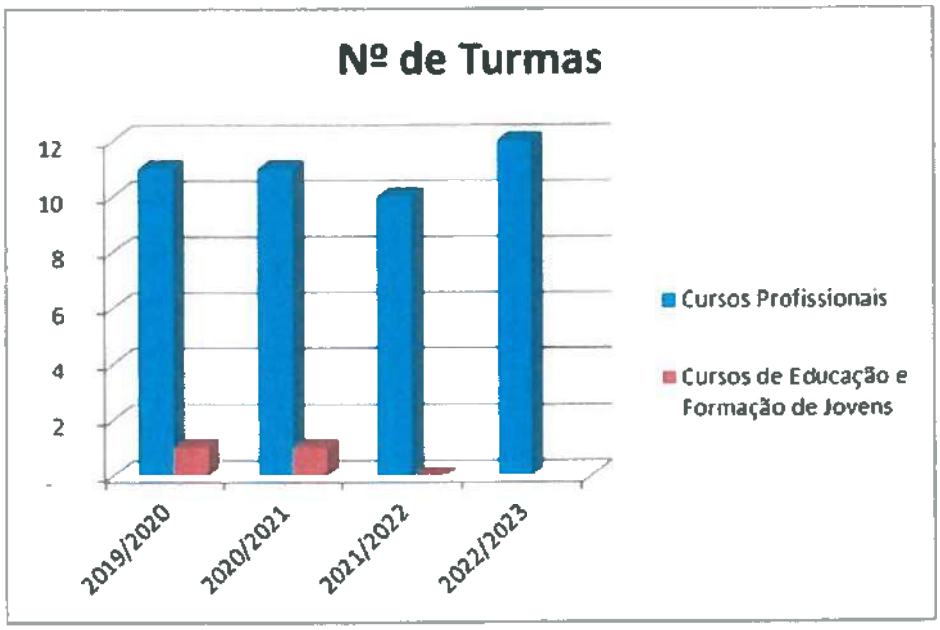
- Gastos de Depreciação e Amortização, no exercício de 2022 foram imputados 47.302,32€ (2021 - 48.427,04€) de gastos com amortizações. Com o reconhecimento do rendimento resultante de subsídios ao investimento apenas é suportado pela escola um gasto líquido de 11.245,03€. No ano de 2021, o valor era de 12.369,76€.

Av dos Bombeiros Voluntários ● 4830 514 Póvoa de Lanhoso ● Tel 253634811 | Fax 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

POCH PORTUGAL 2020 Erasmus+

RENDIMENTOS

Os rendimentos da EPAVE são, com maior relevância, assegurados pelo financiamento do POCH/Ministério da Educação/ Município da Póvoa de Lanhoso. Estes destinam-se a cobrir os gastos de funcionamento e gestão da escola, verificando-se um rendimento de 1.234.303,00€. Em 2021, registou-se o valor de 1.151.259,39€, evidenciando um aumento dos financiamentos atribuídos.



O gráfico acima demonstra a oscilação do número de turmas que têm sido aprovadas pelo Ministério da Educação para a EPAVE, tendo, no presente ano letivo 2022-2023, existiu um acréscimo do número de turmas face ao ano letivo anterior. Neste momento, existem 12 turmas em funcionamento.

No capítulo dos outros rendimentos do exercício referimos:

- Outros Rendimentos, com um saldo de 60.546,69€ (2021 - 48.537,65€), estes refletem o reconhecimento de rendimentos destinados à compensação de gastos com amortizações de ativos, cuja aquisição foi alvo de subsídios ao investimento (no valor 36.057,28€). Acrescem os rendimentos de atividades conexas à formação, nomeadamente os relacionados com o serviço de bar e serviços de apoio a formandos, cujo montante, em 2022, ascende a 18.752,63€ (em 2021 este montante ascendeu a 12.363,90€).
- Integraram ainda os outros rendimentos a cedência de espaço para realização de formação de uma entidade externa, e a comissão da máquina de vending.

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Póvoa de Lanhoso ● Tel 253634811 | Fax 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

Órgãos Sociais

Órgão de Gestão

Presidente do Conselho de Administração

Paula Cristina de Sousa Antunes

Vogais do Conselho de Administração

Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira

Pedro Vale da Silva

Fiscal Único

Júlio Martins & Alves da Silva, SROC, Lda.

representada por

Alberto Manuel Alves da Silva Martins

Av dos Bombeiros Voluntários ● 4830 514 Povoa de Lanhoso ● Tel. 253634831 | Fax 253634837 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

INTRODUÇÃO

O presente relatório, visa sobretudo, identificar, sinalizar e informar a acionista Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e todas as demais partes interessadas, das práticas de gestão corporativa executadas pela EPAVE, fazendo refletir a atividade desenvolvida por esta escola, durante o ano de 2022, assim como a sua situação financeira no final do referido ano. Assim, no presente documento descrevem-se de forma objetiva, as atividades desenvolvidas ao longo do ano letivo 2021/2022, identificando os resultados atingidos face aos objetivos traçados no PAA (Plano de Atividades) estabelecido.

As atividades apresentadas no PAA, têm uma execução temporal planeada para executar ao longo de todo o ano escolar. Pela sua natureza, a maioria das atividades não permitem a aferição imediata do impacto no desenvolvimento dos alunos, nem na resolução das problemáticas associadas à intervenção das diferentes temáticas, no entanto, é possível quantificar o número de atividades executadas face ao número de atividades planeadas e às que ao longo do ano letivo vão sendo propostas complementarmente.
Faz-se ainda referência, ao longo deste relatório, ao número de turmas e cursos em funcionamento à data de 31 de dezembro de 2022.
No que diz respeito às contas do exercício, no ano de 2022 verifica-se um acréscimo de rendimentos e de gastos fundamentalmente devido a acréscimo da atividade, com a abertura de 5 novas turmas no ano letivo de 2022-2023 e contrato-programa das Atividades de enriquecimento curricular.

Globalmente no ano em análise, 2022, a EPAVE registou os seguintes valores:
Total de rendimentos – 1.294.849,69€
Total de gastos – 1.292.584,44€

Sendo que o resultado líquido do período é de 2.265,25€, representa um decréscimo de 90% face ao ano anterior. Assim, considera-se que os documentos agora submetidos para apreciação estão em conformidade e que seguidamente são apresentados elementos detalhados, relativamente às demonstrações financeiras do exercício de 2022.

O Órgão de Gestão

Paula Cristina de Sousa Antunes

Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira

Pedro Luís de Sousa

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Póvoa de Lanhoso ● Tel: 253634611 | Fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

RELATÓRIO DE GESTÃO

AO SÓCIO

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V. Exas o presente relatório de gestão do exercício findo em 31/12/2022.

A EVOLUÇÃO DA GESTÃO DA ATIVIDADE, DESIGNADAMENTE NO QUE RESPEITA A CONDIÇÕES DO MERCADO, INVESTIMENTOS, GASTOS, RENDIMENTOS E ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.

As várias áreas de formação e saídas profissionais propostas pela escola, foram escolhidas de acordo com o levantamento de necessidades de formação, identificadas pela DGEstE -Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, em articulação com a CIM do Ave - Comunidade Intermunicipal do Ave. Constatou-se a procura por parte dos jovens para determinadas áreas destas tipologias de formação, com o objetivo claro de obterem qualificações que lhes permitam, no futuro, um ingresso mais fácil no mercado de trabalho. O (re)conhecimento da qualidade da formação ministrada aos jovens e o enquadramento com a necessidade de técnicos qualificados, capazes de contribuir para o desenvolvimento da economia nacional, aliada ao consequente aumento da empregabilidade, esteve na origem da procura da EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave, E.M. por jovens oriundos de vários concelhos do distrito onde nos inserimos, assim como de concelhor e distritos limitrofes.

No que respeita a **Recursos Humanos**, houve ao longo do ano alguma variação. Sobretudo no segundo semestre, houve uma redução significativa nos recursos humanos do quadro da escola, que advieram de baixas (umas temporárias outras prolongadas) e algumas saídas por licenças sem vencimento ou mobilidade. Ainda neste mesmo período, houve um imprescindível e considerável aumento, devido à necessária contratação para dar resposta à gestão e administração das AEC (Atividades de Enriquecimento Curricular). Foram contrata dos 15 professores/técnicos para ministrar as referidas AEC nas várias escolas dos dois agrupamentos de escolas da Póvoa de Lanhoso.

No exercício económico de 2022, o capital social cifra-se nos 20.000,00€ (vinte mil euros), detido a 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso. O valor inscrito na conta de reservas legais obrigatórias – 10.933,65€ (dez mil novecentos e trinta e três euros e sessenta e cinco cêntimos), manteve-se igual ao exercício anterior, em conformidade com o que se encontra legalmente previsto para o efeito.

No capítulo dos Meios Financeiros Líquidos, a Escola Profissional do Alto Ave, E.M. apresenta um saldo bancário de caixa de 2.542,36€.

Av dos Bombeiros Voluntários ● 4830 514 Póvoa de Lanhoso ● Tel 253634811 | Fax 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

Para além das contas de Depósitos à Ordem, a EPAVE dispõe de uma Conta Caucionada com um "plafond" de 200.000,00€ (duzentos mil euros). No ano de 2022, a conta não foi utilizada.

A rubrica de Gastos e Perdas de Financiamento, no valor 650,76€, representa essencialmente o valor de juros da locação financeira, registando um decréscimo face ao ano de 2021, cujo valor foi de 1.220,62€.

As contas a pagar a Fornecedores e Estado e Outros Entes Públicos totalizam um saldo conjunto de 174.712,26€, registando-se um acréscimo face a 2021, cujo valor foi de 59.689,03€. O acréscimo foi gerado pelo não recebimento do adiantamento do ano de 2022 da candidatura aprovada, não permitindo efetuar os pagamentos a fornecedores e formadores, sendo o valor com maior representatividade a renda do edifício a pagar ao Município.

GASTOS DO EXERCÍCIO

No capitulo de gastos do exercício referimos:

- Fornecimentos e Serviços Externos no montante de 357.364,22 € (2021 - 339.715,56 €) destacam-se as verbas destinadas a honorários – pagamento a colaboradores em regime de prestação de serviços (115.551,28€; 2021 - 102.281,00€), e a verba referente a Rendas e Alugueres, devido ao contrato de arrendamento com o Município da Póvoa de Lanhoso, cifrado no valor anual de 120.000,00 € (2021 - 120.000,00 €).
- Gastos com o Pessoal no montante de 668.331,05€, verificando-se um acréscimo relevante comparativamente com o ano de 2021, cujo valor ascendeu a 581.541,56€. Justificado pela contratação de docentes que ministram as atividades de enriquecimento curricular, no âmbito do contrato-programa celebrado com o Município, pela atualização salarial aprovada pelo contrato coletivo de trabalho do ensino particular e cooperativo, bem como pela necessidade de passagem para tempo interior de alguns professores.

Recursos Humanos	Saldo Inicial 2022	Saídas	Entradas	Saldo Final 2022
Funcionários	30		3	33
Docentes - AEC's	0		15	15

Recursos Humanos	Saldo Inicial 2021	Saídas	Entradas	Saldo Final 2021
Funcionários	28	1	3	30

- Outros Gastos, no exercício de 2022 verifica-se o valor de 217.675,04€, (no ano de 2021 o valor ascendeu a 201.428,56€). Nesta rubrica o que tem maior representação são os subsídios pagos aos formandos, subsídios de alojamento, alimentação, transporte, bolsas de material de estudo e de

Av. dos Bombeiros Voluntários • 4830-514 Póvoa de Lanhoso • Tel. 253634811 | Fax 253634812 • www.epave.pt • comunicacao@epave.pt

- Os rendimentos de juros, num montante residual de 54,76€ (em 2021 este valor ascendeu a 116,50€).

NO ANO DE 2022, PODEREMOS DESTACAR, AO NÍVEL DO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES, OS SEGUINTES DADOS

- **Funcionamento e gestão das ações no âmbito da Medida 1.6 Cursos Profissional - POCH:**

Relembre-se que todas as ações propostas para esta Medida do POCH - Programa Operacional do Capital Humano - estão sujeitas ao modelo de gestão baseado no método de custos unitários (forfetário). Assim, obedece-se a uma gestão mais rigorosa, pela aplicação de valores fixos, condicionando no entanto o orçamento, na medida em que dificulta a correção de gastos pontuais.

No ano letivo 2022-2023, a EPAVE teve oportunidade de disponibilizar à comunidade estudantil, cinco novas turmas para os Cursos Técnicos Profissionais, perfazendo assim 12 turmas a decorrer a partir do 3º trimestre do ano de 2022.

Assim:

- ✓ **Curso Técnico de Mecatrónica Automóvel** - 4 turmas em funcionamento (1 nova em 2002);
- ✓ **Curso Técnico de Cabeleireiro** - 3 turmas em funcionamento (1 nova em 2022);
- ✓ **Curso Técnico de Manutenção Industrial – variante Mecatrónica** - 1 nova turma a partir de 2022;
- ✓ **Curso Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores** - 2 turmas em funcionamento (1 nova em 2022)
- ✓ **Curso Técnico de Instalações Elétricas** - 1 turma em 2022.
- ✓ **Curso Técnico de Comunicação e serviço digital** – 1 turma já existente.

Em termos globais, a evolução da atividade formativa foi considerada positiva e desenvolveu-se ao longo do ano de 2022 equilibradamente.

- **Plano Anual de Atividades (PAA)**

O Plano Anual de Atividade (PAA) é o documento que agrega as várias atividades propostas por toda a comunidade escolar e também alguns *stakeholders*, que após orçamentado e aceite financeiramente, passa a ser viabilizado em conselho pedagógico e de administração. Num trabalho, muitas vezes interdisciplinar e

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-516 Póvoa de Lanhoso ● Tel. 253634811 | Fax 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

com a envolvência do Serviço de Psicologia e Orientação, do SIPRAVE (Serviço de Inserção Profissional do Alto Ave) e dos trabalhadores não docentes, pretende-se que durante o ano letivo haja possibilidade de desenvolver todas as atividades ali previstas, para além das que complementarmente vão surgindo ao longo do ano e através de várias fontes, considerando-se estas como atividades extra PAA.

Aproveitando as sinergias dos vários *stakeholders* ao longo do ano em análise, a EPAVE teve oportunidade de proporcionar/desenvolver e participar nas seguintes atividades:

Atividades PAA		
Proponente(s)	Realizada no Período Escolar:	Atividade Realizada
SIPRAVE	1º	"A STEP TOWARDS YOUR CITINZENSHIP"
Alice Dias/formadoras de Cabeleireiro	1º	WORKSHOP L'OREAL
EPAVE	1º	MOBILIDADE ERASMUS+ FUERTEVENTURA
Mariana Barbosa e Cidália Escaleira	1º	CONHECER O VOLUNTARIADO DO CONCELHO
SIPRAVE	1º	"STEP 4 INTERCULTURALITY"
Grupo da Qualidade EQAVET	1º	REGISTO DO INDICADOR EQAVET 5º
Grupo da Qualidade EQAVET	1º	REGISTO DO INDICADOR EQAVET 5º
Grupo da Qualidade EQAVET	1º	REGISTO DO INDICADOR EQAVET 6º
José Pereira	1º	VISITA DE ESTUDO À EXPOMECÂNICA
Mariana Barbosa e Cidália Escaleira	1º	BULLYING / CYBERBULLYING
Mariana Barbosa e Cidália Escaleira	1º	REFUGIADOS
Eugénia Gomes e Blandina Cunha	1º	HALLOW'EN
Mariana Barbosa e Cidália Escaleira	1º	ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL
EPAVE	1º	DIA DE SÃO MARTINHO
Mariana Barbosa e Cidália Escaleira	1º	SPRING BREAK
Mariana Barbosa e Cidália Escaleira	1º	SEMANA DA IGUALDADE CM
Mariana Barbosa e Cidália Escaleira	1º	TRÁFICO DE SERES HUMANOS
EPAVE	1º	FESTA DE NATAL
Eugénia Gomes	1º	JORNADAS DE INGLÊS
Mariana Barbosa e Cidália Escaleira	2º	SEGURANÇA RODOVIÁRIA
Mariana Barbosa e Cidália Escaleira	2º	INTERNET SEGURA
Eugénia Gomes	2º	SAINT VALENTINES'S DAYS
Mariana Barbosa e Cidália Escaleira	2º	VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE INTIMIDADE
Jorge Fernandes	2º	ROBOPARTY
SIPRAVE	2º	MOBILIDADE ERASMUS+
José Barros	2º	LABORATÓRIO ABERTO
José Barros	2º	LABORATÓRIO ABERTO

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Póvoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

Atividades PAA		
Proponente(s)	Realizada no Período Escolar:	Atividade Realizada
José Barros	2º	LABORATÓRIO ABERTO
Eugénia Gomes	2º	"O MUNDO UNIVERSITÁRIO"
Eugénia Gomes	2º	JORNADAS DE INGLÊS
Coordenador de CT de Cabeleireiro/a	3º	PAP'S DO CT CABELEIREIRO/A
Coordenador de CT de Mecatrónica Automóvel	3º	PAP'S DO CT TÉCNICO DE MECATRÓNICA AUTOMÓVEL
Coordenador de CT de Mecatrónica Automóvel	3º	PAP'S DO CT TÉCNICO DE MECATRÓNICA AUTOMÓVEL
Eugénia Gomes	3º	JORNADAS DE INGLÊS
SIPRAVE	3º	"PREPARA-TE PARA O FUTURO"
Alice Dias	3º	VISITA DE ESTUDO LABORATÓRIO L'OREAL
Bruno Garcia	3º	EVENTO DE KARTING e VISITA DE ESTUDO AO MUSEU DO RALI
Fátima Fernandes	Ao longo do ano letivo	ECO-ESCOLAS
SIPRAVE	Ao longo do ano letivo	COMEMORAÇÃO DE VÁRIAS EFEMÉRIDES
Eugénia Gomes	Ao longo do ano letivo	ENGLISH CLUB
Alice Dias	Ao longo do ano letivo	Dinamização das práticas de Cabeleireiro
SIPRAVE	Ao longo do ano letivo	PLANO DE DISSEMINAÇÃO STEP4

Atividades Extra PAA		
Proponente(s)	Realizada no Período Escolar:	Atividade Realizada
Sandra Oliveira	1º	Campanha solidária para apoiar o CAPA
Grupo da Qualidade EQAVET	1º	AUDITORIA INTERNA AO PROCESSO SGQ - EQAVET
ECO-ESCOLAS	2º	Colocação de maior nº de ecopontos e embelezamento dos mesmos com diversos temas
ECO-ESCOLAS	2º	" Não há Planeta B."
ECO-ESCOLAS	2º	Introduzir no espaço escolar novas espécies vegetais
ECO-ESCOLAS	2º	" Brigadas Verdes"
NUNO SILVA E DANIELA SOUSA	2º	Fake news - Não se deixe enganar DIA DA INTERNET SEGURA
CIDÁLIA ESCALEIRA E DANIELA SOUSA	2º	Redes Sociais - Cidadão Cibersocial DIA DA INTERNET SEGURA
NUNO SILVA	2º	Cidadão Cyber Seguro DIA DA INTERNET SEGURA
José Fernandes	2º	Olimpíadas/Quiz de Marketing e Publicidade - ISCET

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Póvoa de Lanhoso ● tel: 253634811 | fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

Atividades Extra PAA		
Proponente(s)	Realizada no Período Escolar:	Atividade Realizada
José Fernandes	2º	Centro Interpretativo Maria da Fonte
Laura Rodrigues	2º, 3º	Clube de AlemãoPequeno-Almoço Alemão / Deutsches Frühstück
Eugénia Gomes	2º, 3º	Clube de Inglês
EPAVE/CMPL	2º	CULTURA IN Realização de uma Curta Metragem "Cultura IN"
EPAVE	2º	Clube Comunitário/Apoiar as crianças ucranianas que vieram para o concelho da Póvoa de Lanhoso
EPAVE	2º	UPA - UMinho de Portas Abertas- Visita à Universidade do Minho e ROBOPARTY, pólo de Azurém
CIDÁLIA ESCALEIRA	2º	Celebrar o Dia da Mulher
Cidália Escaleira	2º	Ação Climática - Sensibilização - "A Maior Lição do Mundo"
Cidália Escaleira	2º	Construção da Bandeira da Ucrânia e angariação de bens essenciais
Sandra Oliveira	2º	Visualização e registo fotográfico das Montras de S. José
EPAVE	2º, 3º	Exposição bibliográfica de um autor (Antero de Quental, Gil Vicente e José Saramago)
José Fernandes	3º	Selfie Paper- Braga
EPAVE/CMPL	3º	Aproximação das jovens mulheres às tecnologias e engenharias, desconstruindo estereótipos de género.
Marlene Vieira	3º	Visita de Estudo à Braval

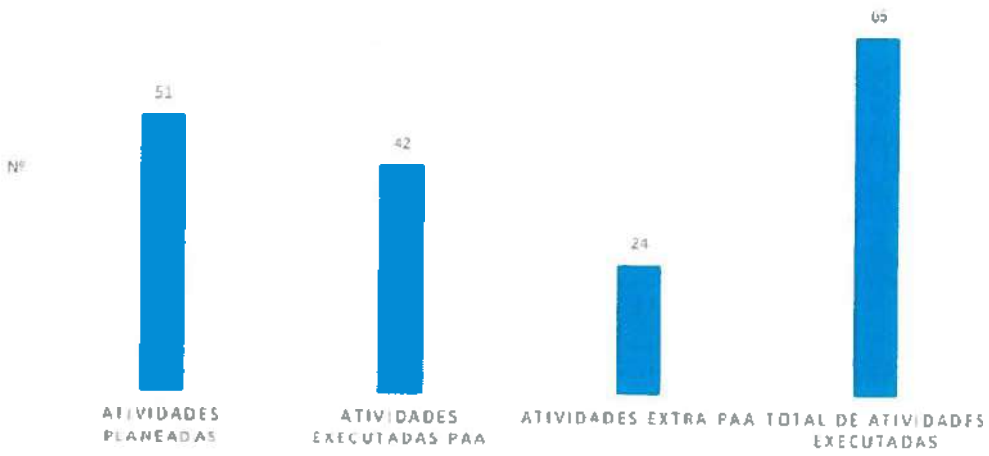
Verifica-se que das 75 atividades propostas, realizaram-se 66, atingindo uma Taxa de Execução de 88%. Conclui-se desta análise que houve muito trabalho desenvolvido por vários *stakeholders*, em cujo resultado se transforma em aprendizagens para todos, nomeadamente e fundamentalmente, para os alunos. A EPAVE considera ter atingido um excelente resultado no desenvolvimento e aplicabilidade do PAA.

Ao longo do ano letivo, foram ainda dinamizados os Cubes de Inglês e Alemão, as Aulas de Apoio às disciplinas de Português, Matemática e Física e Química e a adequação dos Critérios de Avaliação ao Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e aos Domínios da Estratégia de Educação para a Cidadania.

Av. dos Bombeiros Voluntários 4830-514 Póvoa de Lanhoso Tel: 253634811 | Fax: 253634812 www.epave.pt comunicacao@epave.pt

Como indicadores, apresenta-se a avaliação do PAA no gráfico abaixo explanado.

Execução do Plano de Atividades Anual (PAA), Ano Letivo 2021-2022



A avaliação das atividades do PAA foi efetuada a partir de dois *stakeholders* internos: docentes e alunos.

No relatório de avaliação das atividades, verifica-se o cumprimento dos objetivos traçados (Expetativas Atingidas; Conduta dos Formandos; Recetividade Entidade; Conteúdo Informativo e Assimilação de Conteúdos), por parte de Professores e Formadores proponentes da atividade.

Quanto aos alunos, regista-se uma "Satisfação Global" elevada, bem como uma satisfação elevada na "Organização da Atividade" e "Adequação às Expetativas".

Na relação do PAA com o Plano Nacional de Estratégia de Educação para a Cidadania (PNEC), a EPAVE apresenta uma diversidade de atividades por vários Domínios do PNEC, como se pode observar na Tabela seguinte:

Distribuição das atividades do PAA pelos Domínios do PNEC, Ano Letivo 2021-2022

DOMÍNIOS	Nº ATIVIDADES
A DIREITOS HUMANOS	8
B IGUALDADE DE GÉNERO	3
C INTERCULTURALIDADE	9
D DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	3
E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	3
F SAÚDE	3
G SEXUALIDADE	2

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Póvoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

DOMÍNIOS	Nº ATIVIDADES
H MEDIA	3
I INSTITUIÇÕES E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA	7
K RISCO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA	3
M EMPREENDEDORISMO	11
N MUNDO DO TRABALHO	10
O SEGURANÇA, DEFESA E PAZ	4
P BEM-ESTAR ANIMAL	3
Q VOLUNTARIADO	3
R OUTRAS DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA ESCOLA	18

O envolvimento de *stakeholders* externos no PAA, é de elevada importância, constituindo um dos indicadores para a certificação de qualidade no âmbito do Quadro EQAVET. Assim, a EPAVE procurou envolver uma diversidade de agentes sociais que pudessem dinamizar, de forma motivadora e inovadora, as atividades do PAA. Na relação entre o PAA e o PNEC, regista-se participação de 13 *stakeholders*, distribuídos pelos diversos Domínios do PNEC, alcançando, desta forma, o objetivo a que a Escola se propôs.

A título de exemplo, a EPAVE diligenciou várias iniciativas no âmbito do Projeto ECO-ESCOLAS, como a intervenção nos espaços exteriores da escola com a revitalização do jardim, plantação da horta biológica e de árvores de fruto.

Foram realizados vário micro projetos no âmbito do Programa Erasmus+, como o Dia Europeu da Língua ou «*#ErasmusDays*. A EPAVE foi novamente PARCEIRA OFICIAL DA *EUROPEAN VOCATIONAL SKILLS WEEK* 2022.

Os Clubes de Alemão, de Inglês e o Clube Comunitário, promoveram a aprendizagem criativa, mas especialmente o espírito de cooperação, solidariedade e a cidadania ativa. Destaca-se a participação dos alunos do Clube Comunitário, que desenvolveram o projeto "AMIZADES SEM FRONTEIRA", cujo objetivo foi a inclusão de crianças ucranianas recém-chegadas ao concelho da Póvoa de Lanhoso, através do convívio e de laços de amizade com outras crianças, suas conterrâneas, a viver na nossa região.

Ao nível de atividades de cariz sociocultural e de cidadania promovidas por *stakeholders* externos, os alunos participaram no "laço humano / laço azul", promovido pela CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) da Póvoa de Lanhoso; na tertúlia de defesa e promoção dos direitos das pessoas com mais idade

Av dos Bombeiros Voluntarios ● 4830-514 Povoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

(Comissão de Proteção do Idoso e Provedor do Idoso). Tiveram ainda oportunidade de assistir a diversas palestras, promovidas pelo SIGO – Serviço para a Promoção da Igualdade de Género (Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso); GNR – Posto territorial da Póvoa de Lanhoso; Associação Bandeira Azul da Europa / Projeto ECO-ESCOLAS; Banco do Voluntariado da Póvoa de Lanhoso e de fazerem visitas culturais, quer dentro do conselho, quer no distrito.

A participação de *stakeholders* externos nos diversos domínios da formação, tem sido uma estratégia eficiente na dinamização dos Cursos Profissionais, facultando um acréscimo da motivação para a aprendizagem por dos alunos.

A título de exemplo, refira-se o Curso Profissional Técnico de Cabeleireiro que permitiu a participação de pessoas singulares e utentes de instituições locais, no desenvolvimento da componente prática e no aperfeiçoamento das técnicas de saber-fazer, saber-estar e saber-ser, por parte dos alunos.

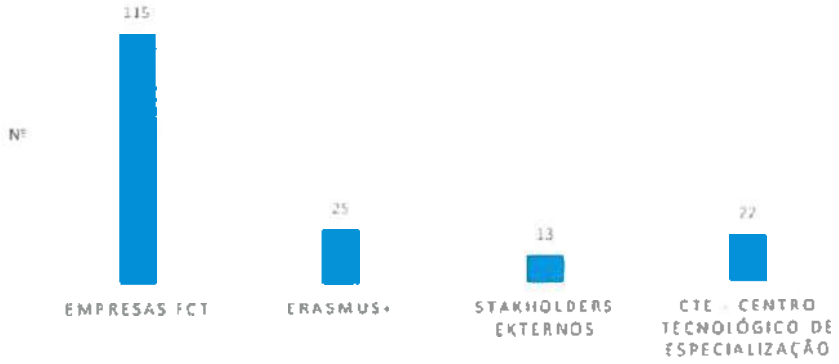
Ressalta-se também, a participação dos alunos do Curso Técnico de Comunicação e Serviço Digital e de alunos do Curso de Cabeleireiro, no Projeto *Cultura.IN* da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, na realização da curta-metragem "Inquietação". Este projeto permitiu a envolvência de diferentes intervenientes externos, na vida da escola, não só porque desenvolveram formação sobre redação do guião, operação de câmara e produção audiovisual, à turma do 2º ano do curso de Comunicação e Serviço Digital, como permitiram a confraternização num ambiente externo à escola, e em vários locais, aos alunos, contribuindo deste modo para o desenvolvimento de competências técnicas a diversos níveis.

Acrescentam-se, ainda, os seguintes *stakeholders* externos: Academia *L'Oreal* Porto; ISCET - Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo; Universidade do Minho; SIGO – Serviço para a Promoção da Igualdade de Género; CLDS 4G Lanhoso / Projeto "*Youth Labs*"; Agência Nacional *Erasmus+* Educação e Formação; Projeto *eTwinning*; GNR – Posto territorial da Póvoa de Lanhoso; Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso; Associação Bandeira Azul Da Europa / Projeto Eco-Escolas; Banco do Voluntariado da Póvoa de Lanhoso, entre outros.

Assim, e para melhor desenvolver a formação profissional, a EPAVE estabeleceu 115 parcerias com empresas de Formação em Contexto de Trabalho; 25 parcerias europeias, no âmbito do *Erasmus+*; 13 parcerias e participação de *stakeholders* que participaram nas atividades desenvolvidas no âmbito do PAA; 22 parcerias (empresas e instituições) no âmbito da candidatura ao CTE, perfazendo, no total, 174 parcerias realizadas ao longo do ano letivo 2021-2022.

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830 514 Póvoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

Nº de parcerias estabelecidas ao longo do Ano Letivo 2021-2022



Programas *ERASMUS+*

No âmbito dos Programas Erasmus+, a EPAVE concretizou o programa Mobilidades à EUROPA. Estas mobilidades/intercâmbios foram realizadas em março 2022.

Estes intercâmbios constituem uma forte aposta da Escola Profissional na valorização do percurso profissional e cultural dos seus alunos e do *staff*, permitindo-lhes a melhoria de competências profissionais, culturais e linguísticas. Indubitavelmente, o Programa *ERAMUS+* contribuiu para uma maior empregabilidade e melhor perspetiva de carreira, assim como maior facilidade de integração no mercado de trabalho, até pela desinibição que os seus participantes passar a ter.

Desta forma, foram realizadas 37 mobilidades em 2022, o equivalente a 63%. O Projeto assegura gastos de viagem, subsistência e alojamento, suportados pelo financiamento específico, havendo ainda uma pequena verba para custos de funcionamento e gestão.

- **Responsabilidade Social da EPAVE**

A EPAVE, no âmbito da responsabilidade social, continua a desenvolver um conjunto de atividades, que, de acordo com o perfil profissional dos alunos vão também ao encontro da comunidade local. Neste sentido, têm sido estabelecidas importantes parcerias com instituições locais, enquadradas também no âmbito dos seus Planos de Ação Social, que permitem Encontros Intergeracionais; a abertura da oficina pedagógica de Cabeleireiro a IPSS's da Póvoa de Lanhoso e Centros de Convívio; a Partilha de Experiências, entre outras.

O Serviço de Inserção Profissional do Alto Ave – SIPRAVE presta também um serviço social, na medida em que permite o acesso à lista de Ofertas de Emprego, na dinamização do Grupo EPAVE Emprego nas redes

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Póvoa de Lanhoso ● Tel. 253634811 | Fax 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

sociais, onde são colocadas as ofertas de Emprego das diferentes áreas profissionais, acessível aos atuais e ex-alunos da EPAVE. Este gabinete apoia também na elaboração de Curriculum Vitae; entrevista de emprego; candidaturas ao ensino superior, divulgando os cursos das várias instituições do ensino superior, bem como no apoio à inscrição, entre outros serviços.

Evolução Previsível da Sociedade

As candidaturas com financiamento aprovado no presente Quadro Comunitário de apoio PORTUGAL2020 pelo POCH – Programa Operacional do Capital Humano, ao longo dos anos, apresentam os seguintes montantes:

Nº Projetos	Ano letivos Candidatura	Cursos	Nível	Valor Aprovado Candidatura	valor Aprovado Candidatura (85% FSE)	valor Aprovado Candidatura (15% CPN)
POCH-01-5266-FSE-000288	2015-2016	Cursos Vocacionais	II	108 520,45	92 242,38	16 278,07
POCH-01-5266-FSE-000715	2016-2017	Cursos Vocacionais	II	72 549,96	61 667,47	10 882,49
POCH-01-5266-FSE-000813	2016-2018	Cursos Educação e Formação de Jovens	II	116 954,95	99 411,71	17 543,24
POCH-01-5571-FSE-001023	2016-2019	Cursos Profissionais	IV	2 103 220,82	1 787 737,70	315 483,12
POCH-01-5571-FSE-001573	2017-2020	Cursos Profissionais	IV	1 462 109,96	1 242 793,47	219 316,49
POCH-01-5571-FSE-002010	2018-2020	Cursos Profissionais	IV	900 144,20	765 122,57	135 021,63
POCH-04-5267-FSE-000171	2019-2020	Projeto Certificação EQAVET		20 715,00	17 607,75	3 107,25
POCH-01-5571-FSE-002548	2019-2020	Cursos Profissionais	IV	373 657,94	317 609,25	56 048,69
POCH-01-5571-FSE-001446	2019-2021	CEF - Cursos de Educação e Formação de Jovens	II	138 840,41	118 014,35	20 826,06
POCH-01-5571-FSE-003069	2020-2021	Cursos Profissionais	IV	1 077 133,71	915 563,65	161 570,06
POCH-01-55H8-FSE-000070	2021-2022	Cursos Profissionais	IV	1 112 074,47	945 263,30	166 811,17
POCH-01-55H8-FSE-000572	2022-2023	Cursos Profissionais	IV	1 283 649,77	1 091 102,30	192 547,47
Totais				**8 769 571,64**	**7 454 135,89**	**1 315 435,75**

Estes elementos permitem-nos encarar com satisfação a prossecução do nosso objetivo de contribuir para uma melhor formação profissional.

INDICADORES CONTRATO PROGRAMA

Financeiros e Organizacionais:	Contratualizados 2022	Resultados 2022
Rácio: Gastos com Pessoal e com Formadore	<=65%	63,64%
Rácio: Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) / Total dos Rendimentos	>=3%	4,12%
Rácio: Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis / Ati	>=25%	42,52%

Face ao quadro resumo, com os indicadores "Financeiros e Organizacionais" acima mencionados, esta entidade cumpriu os rácios previstos no contrato-programa, conforme evidenciado na cláusula 4.ª do referido Contrato- Programa.

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-516 Póvoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

Após 31 de Dezembro de 2022 e até à presente data os factos que afetaram direta ou indiretamente as condições de equilíbrio económico e financeiro da empresa, prende-se com a aprovação de uma candidatura submetida no dia 31 de agosto de 2022, âmbito do aviso nº 01/C06-i01.01/2022, Plano de Recuperação e Resiliência – Qualificações e Competências que consiste na criação de um Centro Tecnológico Especializado na área da Industrial. Assim, a EPAVE viu a sua candidatura aprovada no valor de 1.134.165,39€ a executar até 31 de dezembro de 2024. Até à presente data, a EPAVE está a aguardar o termo de aceitação que terá grande influência no plano e orçamento de 2023 e 2024

À data, mantém-se situação de conflito armado entre a Federação Russa e a Ucrânia, tendo daí resultado uma crescente instabilidade ao nível do acesso a recursos energéticos e alimentares, com repercussões na subida dos preços. Apesar de não ser possível mensurar os efeitos desta guerra à data deste relatório, a administração tudo fará para minimizar os mesmos e garantir a continuidade das operações no seguimento da missão da Escola.

OBJETIVOS E POLÍTICAS DA ESCOLA EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

- **Risco Financeiro**

A EPAVE, à semelhança de todas as outras escolas profissionais, está exposta a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque, os riscos de taxa de juro, de liquidez e de crédito.

Este conjunto de riscos financeiros resulta do desenrolar da sua atividade e induzem incertezas quanto à sua capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos, nomeadamente dos seus capitais próprios.

A política de gestão dos riscos financeiros procura minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados e das políticas. Esta incerteza, que se reflete em diversas vertentes, exige especial atenção, medidas concretas e efetivas de gestão do seu risco financeiro.

Os diversos tipos de risco financeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão, ainda que específicas a cada um deles, encontram-se em larga medida ligadas, e essa interligação contribui para a prossecução do mesmo objetivo comum, isto é, a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

- **Risco de Taxa de Juro**

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, controlar e mitigar o risco de se

Av. dos Bombeiros Voluntários 4830 514 Povoa de Lanhoso Tel. 253634811 | Fax 253634812 www.epave.pt comunicacao@epave.pt

incorrerem em perdas, resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira da instituição denominada em euros.

- **Risco de liquidez**

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as instituições tenham a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como, para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes políticas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro à escola numa ótica de longo prazo, nas melhores e/ou nas mais desfavoráveis conjunturas, que ciclicamente afetam todos as atividades;
- Financiamento dos investimentos a Médio Longo Prazo (MLP), adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento, à capacidade de geração de fluxos de caixa;
- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o grau de permanência de alguns ativos de longo prazo detidos (neste momento não existe dívida financeira que justifique qualquer medida por parte da gestão);
- Procura de diversificação das fontes e instrumentos de financiamento.

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2022

O Plano de Atividades e Orçamento de 2022 aprovado em dezembro de 2021 apresentava um montante de receita total de 1.460.224,31€ e um montante total de despesa de 1.441.938,15€.

Durante o ano de 2022 o orçamento aprovado teve alterações orçamentais de natureza permutativas, entre reforço e anulações entre rubricas, bem como anulação de rubricas que não foram executadas.

As alterações foram vertidas em relatório de execução orçamental dos trimestres ao longo do ano de 2022.

Assim, os montantes do orçamento retificado, tem uma receita no total de 1.348.820,56€ e um montante de despesa total de 1.327.827,15€.

Relativamente à execução da receita cobrada liquida, esta ascendeu a 1.042.003,10€, o equivalente a uma execução de 77%. A despesa paga líquida foi realizada no montante de 1.096.225,79€, evidenciando uma percentagem de execução de 83%.

Av. dos Bombeiros Voluntários • 4830-514 Povoa de Lanhoso • Tel: 253634811 | Fax: 253634812 • www.epave.pt • comunicacao@epave.pt

	Aprovação com Alterações Orçamentais (1)	Recebimentos / Pagamentos (3)	% de execução receb /Pag (3)/ (2)
Receita efetiva	1 348 820,56	1 042 003,10	77%
Receita não efetiva	-	-	0%
Receita Total	**1 348 820,56**	**1 042 003,10**	77%
Despesa efetiva	- 1 327 827,15	- 1 096 225,79	83%
Despesa não efetiva	-	-	0%
Despesa Total	**- 1 327 827,15**	**- 1 096 225,79**	83%
Receita - Despesa	20 993,41	- 54 222,69	
Rec - Desp Efetiva	20 993,41	- 54 222,69	

De referir que nos termos do previsto na Norma de Contabilidade Pública 26, a receita e a despesa não efetiva, correspondem, respetivamente, às quantias recebidas de ativos e passivos financeiros, e às quantias pagas de ativos e passivos financeiros, que não foi utilizada no ano de 2022, efetuando assim uma diminuição das despesas não efetivas ao orçamento inicial.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Cumpridos os requisitos legais relativos à constituição de reservas legais e à salvaguarda do capital da EPAVE em conformidade com a legislação aplicável, propõe-se ao sócio que o resultado líquido positivo de 2.265,25€, seja transferido para a rubrica de resultados transitados de forma a permitir o autofinanciamento.

INFORMAÇÃO A DIVULGAR DE ACORDO COM A NCP 27 – CONTABILIDADE DE GESTÃO

De acordo com a Norma de Contabilidade Pública n.º 27 – Contabilidade de Gestão, existe um conjunto de informação adveniente da Contabilidade de Gestão que deve ser divulgada no Relatório de Gestão. A Norma Internacional de Contabilidade Pública IPSAS 33, aplicável subsidiariamente à EPAVE por força do artigo 13.º do Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro prevê um período de implementação deste normativo SNC-AP por um período alargado de 3 anos para situações mais complexas, entre as quais se destaca a Contabilidade de Gestão.

A EPAVE está em processo de implementação tendo neste ponto centros de custo associados aos processos de sistemas contabilísticos. Assim, em face do parágrafo 34 da NCP 27, divulgamos a informação correspondente aos projetos que vigoraram durante o ano de 2022.

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Povoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

A atividade exercida pela EPAVE formação profissional vigorou durante o exercício de 2022, dois projetos com candidaturas ao Portugal2020.

Os critérios de imputação dos gastos e rendimentos em função do projeto:

Gastos	Critério de Imputação	Imputação
Diretos por Projeto	Imputação Gastos com Alunos em função dos Valores Pagos em Bolsas;	100%
	Imputação dos Docentes em funçãos das horas Ministradas;	100%
	Gastos diretos com a aquisição de Material para ministrar a formação	100%
Indiretos por Projeto	Imputação dos colaboradores não docentes;	100%
	Imputação Gastos fixos;	100%

Rendimentos	Critério de Imputação	Imputação
Diretos por Projeto	Imputação dos rendimento em função da analise do Pedidos de pagamento de Reembolso	100%
Indiretos por Projeto	Imputação de rendimentos conexos com a atividade principal	100%

- POCH-01-55H6-FSE-000070

Projeto acima referido do ano letivo de 2021-2022, no quadro abaixo pode-se verificar os valores aprovados, o valor executado no projeto e a sua execução no ano de 2022.

Financiamento Aprovado	Anos 2021	2022	Total Aprovado	Valor Executado Ano Letivo	Valor Submetido Reembolso no ano de 2022	%Execução
POCH-01-55H6-FSE-000070	370 691	741 383	1 112 074	1 028 356	534 655	72.14%
Contribuição Fundo - 85%	315 088	630 176	945 263	874 103	454 627	72.14%
Contribuição Publica Nacional - 15%	55 604	111 207	166 811	154 253	80 228	72.14%

Com referência à execução do projeto, em termos de turmas, formandos, horas ministradas, no final do projeto de 2021-2022, conforme mapa anexo, foi executado.

POCH-01-55H6-FSE-000070	Total Previsto Aprovado (1)	Acumulado Executado	%realização face ao aprovado
Nº Turmas	10	10	100%
Nº de Formandos	164	152	93%
Horas Aprovadas	11 256	11 256	100%
Volume de Formação	185 256	163 731	88%

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Póvoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

TIPO DE INDICADOR	INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	META PARA CONTRATUALIZAÇÃO	Resultados Indicadores - Saldo Final
Realização	Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3, na operação (1)	Nº	164	152
Resultados	Alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte nos cursos profissionais, na operação (2)	%	85,00%	54,19%
	Diplomados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3 (no tempo próprio) (3), na operação	%	70,00%	71,43%
	Empregabilidade ou prosseguimento de estudos nos 6 meses seguintes à conclusão dos cursos, na opreação (5)	%	53,00%	55,56%

- POCH-01-55H6-FSE-000572

Projeto acima referido do ano letivo de 2022-2022, no quadro abaixo pode-se verificar os valores aprovados, o valor executado no projeto e a sua execução no exercício de 2022.

Financiamento Aprovado	Anos 2022	2023	Total Aprovado	Valor Subtraído Reembolso no ano de 2022	%Execução
POCH-01-55H6-FSE-000572	42 796,43	1 240 853,34	1 283 649,77	570 488,73	44%
Contribuição Fundo - 85%	36 376,97	1 054 725,34	1 091 102,30	484 915,42	44%
Contribuição Publica Nacional - 15%	6 419,46	186 128,00	192 547,47	85 573,31	44%

Com referência à execução do projeto, em termos de turmas, formandos, horas ministradas, no ano letivo 2022-2023, conforme mapa anexo, teve inicio a execução no 4º trimestre do exercício de 2022, conforme se pode verificar na execução das horas ministradas.

POCH-01-55H6-FSE-000572	Total Previsto Aprovado (1)	Acumulado Executado	%realização face ao aprovado
Nº Turmas	12	12	100%
Nº de Formandos	188	192	102%
Nº de Horas monitoradas	10 827	3 955	37%
Volume de Formação	209 433	69 967	33%

- PROJETO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

O Município da Póvoa de Lanhoso celebrou com a EPAVE um contrato-programa, no sentido, de prestar um serviço de interesse geral nos agrupamentos de escolas do concelho. Assim, a EPAVE contrata os professores para o exercício das atividades de enriquecimento curricular e fatura os encargos inerentes a este serviço ao Município.

Av. dos Bombeiros Voluntários 4830-514 Póvoa de Lanhoso Tel: 253634811 | Fax: 253634812 www.epave.pt comunicacao@epave.pt

Conforme, se verifica na informação relativa ao quadro de pessoal em que referimos separadamente o nº de contratações para a execução do contrato-programa.

Os gastos imputados no exercício de 2022 a esta atividade, conforme mapa abaixo, prendem-se com os encargos diretos os gastos com os docentes que ministração das horas de formação das AEC's e os materiais necessários para as atividades, e os encargos indiretos com colaboradores em face do nº de horas adstritas a exercício as funções.

Gastos com Projecto	Critério de Imputação	Imputação
Diretos	Imputação dos Docentes em função das horas Ministradas;	100%
	Gastos diretos com a aquisição de Material para ministrar a formação	100%
Indiretos	Imputação dos colaboradores não docentes;	4,7%

- PROJETO ERASMUS+ - ESTÁGIOS NA COMUNIDADE EUROPEIA

No exercício de 2022, a EPAVE finalizou a execução um projeto que vigorou em 2021 e 2022. No projeto executaram-se 63% do total de mobilidades aprovadas.

Total Mobilidades aprovadas	59	% Execução
Total Mobilidades Realizadas	55	93%
Total Mobilidades Realizadas em 2022	37	63%

A imputação dos Gastos e Rendimentos ao projeto, verificam-se no balancete analítico do exercício de 2022

Gastos	Critério de Imputação	Imputação
Diretos por Projeto	Imputação Gastos com Alunos/Colaboradores em função dos Valores Pagos em Bolsas (viagens, Alojamentos e Alimentação, Estágio no estrangeiro)	100%

- ATIVIDADE CONEXAS – SERVIÇO DE BAR

A atividade do Bar é considerada com enquadramento de isenção de IVA pelo artigo 9º do CIVA, como uma atividade conexa com a formação profissional. Neste sentido, a imputação é em função dos gastos e rendimentos efetivos, imputados em função da execução dos projetos.

Av. dos Bombeiros Voluntários 4830-514 Póvoa de Lanhoso Tel. 253634811 | Fax 253634812 www.epave.pt comunicacao@epave.pt

Assim, a EPAVE é uma entidade cuja atividade se prende com o Cursos Profissional por via de projetos com tutela do Ministério da Educação e que se candidata aos quadros comunitário do Fundo Social Europeu.

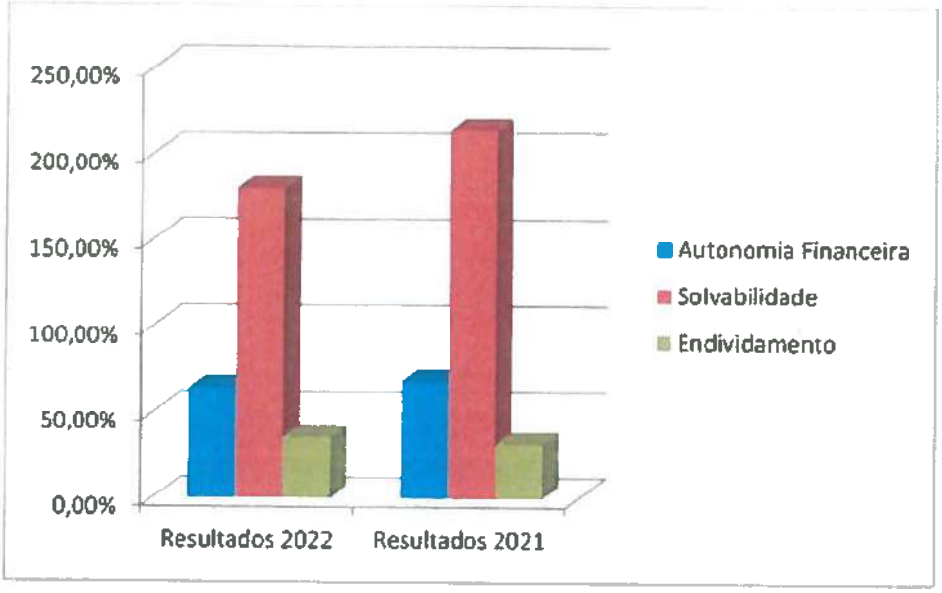
No mapa de reporte abaixo, evidencia os projetos em curso no exercício de 2022.

Indutor	Projeto da Atividade	Gastos		Rendimentos		Resultado Bruto do período
Cursos Profissionais	POCH-01-55H6-FSE-000070	709 810,22	-	725 650,74	-	15 840,53
Cursos Profissionais	POCH-01-55H6-FSE-000572	503 478,12	-	471 426,96		32 051,17
ERASMUS+	2020-1-PT01-KA102-077840	52 970,96	-	72 049,00	-	19 078,04
Contrato-Programa	Atividades de Enriquecimento Curricular 2022-2023	25 722,99	-	25 722,99		-
		1 291 982,29	-	1 294 849,69	-	2 867,40

RÁCIOS DE TENDÊNCIAS DE ESTRUTURA E ENDIVIDAMENTO

Financeiros e Organizacionais:	Resultados 2022	Resultados 2021
Autonomia Financeira	61,91%	68,17%
Solvabilidade	162,55%	214,16%
Endividamento	38,09%	31,83%

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Povoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt



Póvoa de Lanhoso, 06 de abril de 2023

O ÓRGÃO DE GESTÃO

Paula Cristina de Sousa Antunes

Paula Cristina de Sousa Antunes (Presidente)

Maria de Fátima Duarte Vieira Morelra

Maria de Fátima Duarte Vieira Morelra (Vogal)

Pedro Vale da Silva

Pedro Vale da Silva (Vogal)

Av. dos Bombeiros Voluntários • 4830 514 Póvoa de Lanhoso • Tel: 253634811 | Fax: 253634812 • www.epave.pt • comunicacao@epave.pt

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Póvoa de Lanhoso ● Tel: 253634611 | Fax: 253634817 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

Demonstração dos Resultados:

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2022	2021
Transferências Correntes e Subsídios à exploração obtidos	14	1 234 303,00	1 151 259,39
Fornecimentos e serviços externos	23	- 357 364,22	- 339 715,56
Gastos com o pessoal	19	- 668 331,05	- 581 541,56
Provisões (aumento/redução)	15		
Aumento/Redução do Justo Valor		- 658,90	98,93
Outros rendimentos e ganhos	23	60 546,69	48 537,65
Outros gastos e perdas	18	- 217 675,04	- 201 428,56
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		50 820,48	77 210,29
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3/5	- 47 302,32	- 48 427,04
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 518,16	28 783,25
Juros e gastos similares suportados	7	- 650,76	- 1 220,62
Resultado antes de impostos		2 867,40	27 562,63
Imposto sobre o rendimento	18	- 602,15	- 5 788,15
Resultado líquido do período		2 265,25	21 774,48

O anexo faz parte integrante das Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022

O Contabilista Certificado

Valdemar Jorge Azevedo Veloso

O Órgão de Gestão

Paula Cristina de Sousa Antunes

Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira

Pedro Vale da Silva

Póvoa de Lanhoso, 31 de Março de 2023

Av. dos Bombeiros Voluntários • 4830-514 Póvoa de Lanhoso • Tel: 253634811 | Fax: 253634812 • www.epave.pt • comunicacao@epave.pt

Balanço

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 Dezembro 2022	31 Dezembro 2021
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	404 172,18	448 718,38
Ativos intangíveis	3	83,72	1 069,89
Outros Investimentos Financeiros		7 544,19	6 124,07
Total do ativo não corrente		**411 800,09**	**455 912,34**
ATIVO CORRENTE:			
Devedores por Transferencia e Subsidios(POCH+CPN)	14	30,00	7 530,23
Estado e outros entes públicos	18	3 059,56	16 059,99
Outras contas a receber	18	527 479,91	372 438,14
Diferimentos (Gastos a reconhecer)		5 891,25	4 398,22
Caixa e depósitos bancários	1	2 542,36	56 765,05
Total do ativo corrente		**539 003,08**	**457 191,63**
Total do ativo		**950 803,17**	**913 103,97**
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO			
PATRIMÓNIO LÍQUIDO :			
Património / Capital	18	20 000,00	20 000,00
Reservas	18	10 933,65	10 933,65
Resultados transitados	18	232 203,83	210 429,35
Outras Variações Patrimonio Liquido	14/18	323 261,52	359 318,80
		586 399,00	**600 681,80**
Resultado liquido do período		2 265,25	21 774,48
Total do Património Líquido		**588 664,25**	**622 456,28**
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Total do passivo não corrente		**0,00**	**0,00**
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	18	129 317,42	10 908,88
Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes (POCH + CPN)	14/18	56 330,92	141 872,66
Estado e outros entes públicos	18	45 394,84	48 780,15
Financiamentos obtidos	6	2 692,27	2 422,38
Outras contas a pagar	18	128 403,47	86 663,62
Total do passivo corrente		**362 138,92**	**290 647,69**
Total do passivo		**362 138,92**	**290 647,69**
Total do Património Líquido e do Passivo		**950 803,17**	**913 103,97**

O anexo faz parte integrante das Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022

O Contabilista Certificado

Valdemar Jorge Azevedo Veloso

O Órgão de Gestão

Paula Cristina de Sousa Antunes

Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira

Pedro Vale da Silva

Póvoa de Lanhoso, 31 de Março de 2023

Av. dos Bombeiros Voluntários 4830-514 Póvoa de Lanhoso Tel: 253634811 | Fax 253634817 www.epave.pt comunicacao@epave.pt

POCH PORTUGAL 2020 Erasmus +

Demonstração das alterações no Património Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
NO PERÍODO 2022

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total do património líquido
Posição no início do período 2022	18	20 000,00	10 933,65	210 429,35	359 318,80	21 774,48	622 456,28
Alterações no período:							-
Outras alterações reconhecidas no património líquido							-
Imputação de Subsídios ao Investimento	18				(36 057,28)		(36 057,28)
Aplicação de Resultado do exercício anterior	18			21 774,48		(21 774,48)	(0,00)
		20 000,00	10 933,65	232 203,83	323 261,52	(0,00)	586 399,00
Resultado líquido do período						2 265,25	2 265,25
Resultado integral						2 265,25	2 265,25
Posição no fim do período 2022		20 000,00	10 933,65	232 203,83	323 261,52	2 265,25	588 664,25

O Contabilista Certificado
Valdemar Jorge Azevedo Veloso

O Órgão de Gestão
Paula Cristina de Sousa Antunes
Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira
Pedro Vale da Silva

Póvoa de Lanhoso, 31 de Março de 2023

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
NO PERÍODO 2021

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total do património líquido
Posição no início do período 2021	18	20 000,00	10 933,65	283 986,15	395 376,06	86 443,20	796 739,08
Alterações no período:							-
Outras alterações reconhecidas no património líquido							-
Imputação de Subsídios ao Investimento	18				(36 057,28)		(36 057,28)
Aplicação de Resultado do exercício anterior	18			86 443,20		(86 443,20)	-
		20 000,00	10 933,65	370 429,35	359 318,80	-	760 681,80
Resultado líquido do período						21 774,48	21 774,48
Resultado integral						21 774,48	21 774,48
Operações com detentores de capital no período							
Distribuições				(160 000,00)			(160 000,00)
		-	-	(160 000,00)	-	-	(160 000,00)
Posição no fim do período 2021		20 000,00	10 933,65	210 429,35	359 318,80	21 774,48	622 456,28

O Contabilista Certificado
Valdemar Jorge Azevedo Veloso

O Órgão de Gestão
Paula Cristina de Sousa Antunes
Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira
Pedro Vale da Silva

Póvoa de Lanhoso, 31 de Março de 2023

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Póvoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Notas	(Montantes expressos em euros) 2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes / Subsidios à Exploração POCH	13/14	1 029 591,11	1 228 878,54
Pagamentos a fornecedores e formandos		-301 297,25	-439 773,32
Pagamentos ao pessoal	19	-657 398,88	-567 691,50
Pagamentos ao pessoal Prestadores de Serviços		-125 613,67	-103 498,78
Caixa gerada pelas operações		**-54 718,69**	**117 914,94**
Outros recebimentos / pagamentos		-6 336,27	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		12 411,99	-41 477,37
Fluxos das actividades operacionais [1]		-48 642,97	76 437,57
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-5 205,70	-27 220,07
		-5 205,70	-27 220,07
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos das actividades de investimento [2]		-5 205,70	-27 220,07
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	7	-374,02	-1 214,77
Dividendos			-160 000,00
		-374,02	-161 214,77
Fluxos das actividades de financiamento [3]		-374,02	-161 214,77
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		**-54 222,69**	**-111 997,27**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		56 765,05	168 762,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 542,36	56 765,05

Av. dos Bombeiros Voluntarios 4830 514 Povoa de Lanhoso Tel: 253634811 | Fax: 253634812 www.epave.pt comunicacao@epave.pt

CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DE GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes no início do período		
Equivalente e caixa no início do período	56 765,05	168 762,32
= Saldo da gerência anterior	56 765,05	168 762,32
De execução orçamental	56 765,05	168 762,32
De operações de tesouraria		
Caixa e seus equivalentes no fim do período		
Equivalente e caixa no fim do período	2 542,36	56 765,05
= Saldo da gerência seguinte	2 542,36	56 765,05
De execução orçamental	2 542,36	56 765,05
De operações de tesouraria		

O anexo faz parte integrante das Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022

O Contabilista Certificado

Valdemar Jorge Azevedo Veloso

O Órgão de Gestão

Paula Cristina de Sousa Antunes

Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira

Pedro Vale da Silva

Póvoa de Lanhoso, 31 de Março de 2023

Av dos Bombeiros Voluntários 4830 514 Póvoa de Lanhoso Tel 253634811 | Fax 253634812 www.epave.pt comunicacao@epave.pt

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Este anexo é preparado com base nas demonstrações financeiras de 2022, em conformidade com SNC-AP.

(Montantes expressos em euros)

As Notas 4, 8, 9, 10, 11, 12, 16, 21 e 22 em conformidade com o normativo, no entanto, não são aplicáveis à entidade.

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 – Identificação da entidade, período de relato.

A EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave é uma Empresa Municipal, classificada como EPR (Empresa Pública Reclassificada), detida a 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso, sediada na Avenida da República da Póvoa de Lanhoso, foi constituída em 1999 em aplicação pelo Decreto-Lei Nº4/98 alterado pelo Decreto-Lei Nº92/2014, e tem a sua sede social em Av. Bombeiros Voluntários 4830-514 Póvoa de Lanhoso.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo *Órgão de Gestão*, na reunião de 06 de abril de 2023. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal e na alínea c) do nº1 do artigo 25º da Lei 50/2012. As Contas podem ser obtidas na sede do Município da Povoa de Lanhoso, na Avenida da República.

O *Órgão de Gestão* entende que estas demonstrações financeiras referentes ao período contabilístico de 2022 refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da escola, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

1.2 – Referencial contabilístico e demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual e de acordo com a estrutura conceptual da informação financeira pública, normas de contabilidade pública e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis, designadamente a norma de contabilidade pública – pequenas entidades (NCP-PE) no exercício findo em 31 de dezembro 2022.

Av. dos Bombeiros Voluntarios • 4830-514 Povoa de Lanhoso • Tel: 253634811 | Fax: 253634812 • www.epave.pt • comunicacao@epave.pt

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

	2 022			2 021		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Caixa	906,94		906,94	1 100,67		1 100,67
Depósitos Bancários	1 635,42		1 635,42	55 664,38		55 664,38
CGD - Caixa Geral de Depósitos	28,10		28,10	9 101,82		9 101,82
Novo Banco - Financiamento	1 607,32		1 607,32	46 562,56		46 562,56
	2 542,36	-	2 542,36	56 765,05	-	56 765,05

2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, são as seguintes:

2.1. Bases de mensuração usada na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da escola, de acordo com as Normas Contabilísticas Públicas e de Relato Financeiro vigentes em Portugal no exercício de 2022.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

2.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, o qual inclui o gastos de compra, quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Av dos Bombeiros Voluntários 4830-514 Povoa de Lanhoso Tel: 253634811 | Fax: 253634812 www.epave.pt comunicacao@epave.pt

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edificios e Outras Construções	20
Equipamento Básico	5-20
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	4-10
Ferramentas e Utensílios	3-6

A vida útil e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que incorrem.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação, ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

2.2.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Licenças Software	3

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Póvoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax 253634817 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

POCI 2020 Erasmus+

2.2.3. Locações

As locações são classificadas como financeiras, sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.
Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos, reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

2.2.4. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato, é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, da instituição, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados, usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e, quanto aos riscos específicos do ativo relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Povoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax: 253634817 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

PORTUGAL 2020 Erasmus+

rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existam ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

2.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a escola se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCP 18 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros seguintes são mensurados ao custo menos perdas por imparidade:

- Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários, incluindo os em moeda estrangeira;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só são incluídos na mensuração inicial do ativo financeiro ou passivo financeiro, quando este seja mensurado ao custo menos perda por imparidade.

2.2.6. Imparidade de ativos financeiros

Em cada data de relato, é avaliada a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

A perda por imparidade é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

Av. dos Bombeiros Voluntários • 4830 514 Povoa de Lanhoso • Tel: 253634811 | Fax: 253634812 • www.epave.pt • comunicacao@epave.pt

2.2.7. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A instituição desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.
A instituição desreconhece o passivo financeiro apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

2.2.8. Rendimentos de Transações sem contraprestação

Os subsídios do POCH e CMPVL (Contratos-Programa) apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações ou amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

2.2.9. Rendimentos de Transações com Contraprestação

O rendimento é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rendimento proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Póvoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

- A instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rendimento pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a instituição;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rendimento pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a instituição;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rendimento de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

2.2.10 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas referem-se às vidas úteis dos ativos fixos tangíveis que foram determinadas tendo por base os critérios do Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, entendendo a gerência que os mesmos representam a melhor estimativa da utilidade esperada do ativo para a entidade.

Av. dos Bombeiros Voluntários 4830-514 Povoa de Lanhoso Tel: 253634811 | Fax: 253634812 www.epave.pt comunicacao@epave.pt

2.2.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde aos impostos correntes.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da instituição. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

2.2.12. Provisões

As provisões são registadas quando a instituição tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

2.2.13. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

2.2.14. Especialização de exercícios

A escola regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Povoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax: 253634817 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

2.2.15. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*"adjusting events"* ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (*"non adjusting events"* ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.2.16. Principais riscos

- **Risco Financeiro**

A EPAVE, à semelhança de todas as outras escolas profissionais, está exposta a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque, os riscos de taxa de juro, de liquidez e de crédito.

Este conjunto de riscos financeiros resulta do desenrolar da sua atividade e induzem incertezas quanto à sua capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos, nomeadamente dos seus capitais próprios.

A política de gestão dos riscos financeiros procura minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados e das políticas. Esta incerteza, que se reflete em diversas vertentes, exige especial atenção, medidas concretas e efetivas de gestão do seu risco financeiro.

Os diversos tipos de risco financeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão, ainda que específicas a cada um deles, encontram-se em larga medida ligadas, e essa interligação contribui para a prossecução do mesmo objetivo comum, isto é, a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

- **Risco de Taxa de Juro**

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, controlar e mitigar o risco de se incorrerem em perdas, resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira da instituição denominada em euros.

- **Risco de liquidez**

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as instituições tenham a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como, para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830 514 Povoa de Lanhoso ● Tel 253634811 | Fax 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes políticas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro à escola numa ótica de longo prazo, nas melhores e/ou nas mais desfavoráveis conjunturas, que ciclicamente afetam todos as atividades;
- Financiamento dos investimentos a Médio Longo Prazo (MLP), adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento, à capacidade de geração de fluxos de caixa;
- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o grau de permanência de alguns ativos de longo prazo detidos (neste momento não existe dívida financeira que justifique qualquer medida por parte da gestão);
- Procura de diversificação das fontes e instrumentos de financiamento.

3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2022 e em 2021 movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2022

	Programas de Computadores e Pagina Web	Total
Ativos		
Saldo inicial	18 821,46	18 821,46
Aquisições		-
Saldo final	18 821,46	18 821,46
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas		
Saldo inicial	17 751,57	17 751,57
Amortizações do exercício	986,17	986,17
Saldo final	18 737,74	18 737,74
Ativos líquidos	83,72	83,72

Av. dos Bombeiros Voluntários 4830-514 Póvoa de Lanhoso Tel 253634811 | Fax 253634812 www.epave.pt comunicacao@epave.pt

2021

	Programas de Computadores e Pagina Web	Total
Ativos		
Saldo inicial	18 821,46	18 821,46
Aquisições		-
Saldo final	18 821,46	18 821,46
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas		
Saldo inicial	16 356,29	16 356,29
Amortizações do exercício	1 395,28	1 395,28
Saldo final	17 751,57	17 751,57
Ativos líquidos	1 069,89	1 069,89

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme referido na nota 2. A amortização do período encontra-se apresentada nos quadros anteriores.

4 – ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Não Aplicável

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2022 e em 2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Póvoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

2022

	Edifícios e outras construções	Equipamentos Básicos	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos tangíveis	Total
Ativos						
Saldo inicial	1 351 156,84	568 889,87	30 609,92	82 961,92	-	2 033 618,55
Transferências						-
Abate		(5 731,80)				(5 731,80)
Aquisições		4 158,20				4 158,20
Saldo final	1 351 156,84	567 316,27	30 609,92	82 961,92	-	2 032 044,95
Depreciação acumuladas e perdas por imparidade acumuladas						
Saldo inicial	932 308,21	550 061,38	30 609,92	71 920,66	-	1 584 900,17
Transferência entre contas						-
Abate		(3 343,55)				(3 343,55)
Depreciação do exercício	37 140,60	9 175,55				46 316,15
Saldo final	969 448,81	555 893,38	30 609,92	71 920,66	-	1 627 872,77
Ativos líquidos	381 708,03	11 422,89	-	11 041,26	-	404 172,18

2021

	Edifícios e outras construções	Equipamentos Básicos	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos tangíveis	Total
Ativos						
Saldo inicial	1 329 490,39	554 032,48	30 609,92	82 961,92	-	1 997 094,71
Transferências						-
Aquisições	21 666,45	14 857,39				36 523,84
Saldo final	1 351 156,84	568 889,87	30 609,92	82 961,92	-	2 033 618,55
Depreciação acumuladas e perdas por imparidade acumuladas						
Saldo inicial	895 167,62	540 170,21	30 609,92	71 920,66	-	1 537 868,41
Transferência entre contas						-
Depreciação do exercício	37 140,59	9 891,17				47 031,76
Saldo final	932 308,21	550 061,38	30 609,92	71 920,66	-	1 584 900,17
Ativos líquidos	418 848,63	18 828,49	-	11 041,26	-	448 718,38

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830 514 Povoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme referido na nota 2. As depreciações do exercício são apresentadas nos quadros anteriores. Foi efetuado o desreconhecimento de um ativo fixo tangível por via da caducidade do contrato de leasing.

6 - LOCAÇÕES

Locações operacionais

Em 2022 a escola foi locatária em contratos de locação operacional, tendo-se outorgado um contrato de arrendamento do edifício com o Município da Povoa de Lanhoso no valor mensal de 10.000€ por um período de 5 anos. Este contrato termina em Abril de 2023, dependendo das partes (EPAVE e Município) a continuidade deste contrato nestes termos.

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	2022	2021
Até 1 ano	40 000,00	120 000,00
Entre 1 ano e 5 anos		40 000,00
	40 000,00	160 000,00

Relativamente aos Fornecimentos e Serviços Externos, apresenta-se a rubrica de rendas e alugueres, face ao total dos FSE.

	2022	2021
6261 - Rendas e Alugueres	123 066,52	122 033,07
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	234 297,70	217 682,49
	357 364,22	339 715,56

Locações financeiras

No ano de 2022 a EPAVE mantinham-se em vigência 2 contratos de locação financeira, no sentido de dotar a escola de meios necessários de informática, a necessidade de adequação do Servidor com maior capacidade e o contrato de máquinas de impressão que cessou em 2022.

Neste seguimento, em 2022, existe um contrato de locação financeira para um UPGrade ao Servidor, cuja mensal ascende a 320,29€ que terminará em 2023. Os valores foram capitalizados pelos pagamentos mínimos da locação, calculados de acordo com os contratos outorgados, na rubrica de Ativos Fixos

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Póvoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

Tangíveis, apresentados na Nota 5 deste Anexo às contas. Os valores capitalizados relacionados com estes equipamentos podem ser apresentados da seguinte forma:

	2022		
	Custo Aquisição	Depreciações/ perdas imp. acumuladas	Montante liquido
Equipamento de Servidor	5 744,69	4 595,76	1 148,93
Equip de Servidor UPGrade	3 517,98	175,90	3 342,08
	9 262,67	4 771,66	4 491,01

	2021		
	Custo Aquisição	Depreciações/ perdas imp. acumuladas	Montante liquido
Equipamento de impressão	5 731,80	2 483,78	3 248,02
Equipamento de Servidor	5 744,69	3 446,82	2 297,87
Equipamento de Firewall	5 073,01	1 014,60	4 058,41
	16 549,50	6 945,20	9 604,30

O valor em dívida dos pagamentos mínimos da locação à data de 31-12-2022 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2022	2021
Até 1 ano	2 692,27	2 004,99
Entre 1 ano e 5 anos		
Valor presente dos pagamentos mínimos	2 692,27	2 004,99

7 – CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Financiamentos obtidos

Não existem financiamentos obtidos que estejam a ser utilizados, para além dos relacionados com as Locações Financeiras apresentadas na Nota 6 anterior. Todavia, existe uma conta caucionada negociada junto do Novo Banco, podendo o detalhe ser apresentado da seguinte forma:

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-534 Povoa de Lanhoso ● Tel: 253634611 | Fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

PORTUGAL 2020 Erasmus+

	Entidade Financiadora	2022 Limite	2022 Montante utilizado Corrente	2022 Montante utilizado Não corrente	2021 Limite	2021 Montante utilizado Corrente	2021 Montante utilizado Não corrente
Instituições financeiras:							
Empréstimos bancários							
Novo Banco - Conta Caucionada	NB	200 000,00			200 000,00		
		200 000,00			200 000,00		

A Conta Corrente Caucionada do Novo Banco com uma taxa de juros contratualizados para "Euribor a 3 meses" acrescida de um "spread" de 1,00%. Para obtenção da linha de crédito foi emitida, como colateral, uma Carta Conforto do Município da Póvoa de Lanhoso.

De verificar que a Conta Corrente Caucionada se manteve à data de 31 de dezembro nos anos de referência sem valores utilizados.

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2022 e 2021 são detalhados conforme se segue:

	2022		2021	
Juros suportados				
Locações financeiras	650,76		1 220,62	
Outros serviços bancários		650,76		1 220,62

8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Não Aplicável

9 – IMPARIDADES DE ATIVOS

Não Aplicável

10 – INVENTÁRIOS

Não Aplicável

11 – AGRICULTURA

Não Aplicável

12 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não Aplicável

13 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

As transações com contraprestação estão relacionadas com as atividades conexas com a atividade exercida pela escola, seja no âmbito da secretaria e da reprografia e bar. Os rendimentos destas atividades nos exercícios de 2022 e 2021 podem ser apresentados da seguinte forma:

	2022	2021
Rendimentos suplementares	20 261,63	12 363,90
Serviços de Secretaria	857,50	1 020,00
Serviços de Reprografia e Bar	17 857,63	10 757,50
Outros Rendimentos Suplementares	1 546,50	586,40

14 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Réditos de transferências:

Durante o exercício findo em 2022 e 2021 a escola beneficiou dos seguintes subsídios:

	2022				
Subsídio	Valor Reconhecido	Valor recebido	Valor Adiantamento por conta	Valor Reemb. Submetido	Valor por receber
Subsídios à exploração:					
Subsídios POCH	966 039,71	799 921,41	10 913,09		380 001,99
Subsídios Erasmus +	72 049,00		35 417,83		72 049,00
Subsídios CPN 15%	170 491,30	174 727,00			66 207,85
Subsídios CMPVL - AEC's	25 722,99	27 793,66	10 000,00	30,00	7 899,33
	1 234 303,00	1 002 442,07	56 330,92	30,00	526 158,17

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Povoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

Subsidio	2021 Valor Reconhecido	Valor recebido	Valor Adiantamento por conta	Valor Reemb. Submetido	Valor por receber
Subsidios à exploração:					
Subsidios POCH	983 611,97	888 127,09	106 454,83	7 530,23	297 071,02
Subsidios Erasmus +			35 417,83		
Subsidios CPN 15%	167 647,42	328 155,00			75 267,73
	1 151 259,39	1 216 282,09	141 872,66	7 530,23	372 338,75

Os subsídios à exploração estão sujeitos à submissão de pedidos de Reembolso/Saldo Final, assim no termo do ano letivo 2021-2022 foi submetido e analisado o saldo final, ficando fechado.

Os subsídios à exploração do ano letivo 2022-2023, mantivemos a política de reconhecimento do rédito em face de uma estimativa plausível, ou seja, analisando número de alunos, nº de horas ministradas e volume de formação, no sentido de registar a melhor estimativa de rédito a ser aprovado em reembolso intermédio.

Subsídios ao Investimento

- Os valores reconhecidos no balanço 31 de dezembro de 2022 refletem os seguintes subsídios ao investimento atribuídos em anos anteriores:

	2022 Valor Bruto	Imputação Acumulada a Resultados	Saldo Subsídios Atribuídos
Concurso Infraestruturas 1997	224 459,08	201 732,64	22 726,43
Concurso Infraestruturas 2005	851 775,42	593 176,07	258 599,35
Concurso Infraestruturas 2006 - Factoring	247 915,90	167 033,46	80 882,44
Obras Auditório	5 340,00	5 340,00	0,00
Medida 1.5 - Reequipamento Escolas	25 433,70	25 433,70	0,00
	1 354 924,10	992 715,87	362 208,22

Av. dos Bombeiros Voluntarios • 4830-514 Povoa de Lanhoso • Tel: 253634811 | Fax: 253634812 • www.epave.pt • comunicacao@epave.pt

	2021		
	Valor Bruto	Imputação Acumulada a Resultados	Saldo Subsídios Atribuídos
Concurso Infraestruturas 1997	224 459,08	199 488,03	24 971,05
Concurso Infraestruturas 2005	851 775,42	567 420,67	284 354,75
Concurso Infraestruturas 2006 - Factoring	247 915,90	158 976,18	88 939,72
Obras Auditório	5 340,00	5 340,00	0,00
Medida 1.5 - Reequipamento Escolas	25 433,70	25 433,70	0,00
	1 354 924,10	956 658,58	398 265,52

Imputação de subvenções relacionadas com ativos não correntes:

- No exercício de 2022 a EPAVE imputou a resultados 36.057,28€, correspondentes à percentagem de subvenção não reembolsável imputada aos ativos subvencionados durante o período da sua vida útil. Em 2021 o montante imputado ascendeu 36.057,28€.

15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não Aplicável.

16 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não Aplicável

17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Após 31 de Dezembro de 2022 e até à presente data os factos que afetaram direta ou indiretamente as condições de equilíbrio económico e financeiro da empresa, prende-se com a aprovação de uma candidatura submetida no dia 31 de agosto de 2022, âmbito do aviso nº 01/C06-i01.01/2022, Plano de Recuperação e Resiliência – Qualificações e Competências que consiste na criação de um Centro Tecnológico Especializado na área da Industrial. Assim, a EPAVE viu a sua candidatura aprovada no valor de 1.134.165,39€ a executar até 31 de dezembro de 2024. Até à presente data, a EPAVE está a aguardar o termo de aceitação que terá influência no plano e orçamento de 2023 e 2024.

Av. dos Bombeiros Voluntários • 4830-514 Povoa de Lanhoso • Tel: 253634811 | Fax: 253634812 • www.epave.pt • comunicacao@epave.pt

18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Capital social

Em 2022, o capital da escola, totalmente subscrito e realizado, era composto por uma quota do Município da Póvoa de Lanhoso com o valor total de 20.000,00 Euros.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da escola, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 2022 e 2021 a reserva legal ascendia a 10.933,65 €.

Resultados Transitados

A variação em resultados transitados está relacionada com a aplicação do resultado do exercício anterior.

O valor de resultados transitados após a aplicação dos resultados de 2021, ascende a 232.203,83€ (2021 – 210.429,35€).

Contas a Pagar:

Em 2022 e em 2021 as rubricas do Balanço "adiantamentos de clientes, fornecedores e outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Póvoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

	2 022	2 021
Fornecedores		
Fornecedores C/C	129 317,42	10 908,88
	129 317,42	10 908,88
Credores por Transferência e Subsidios Concedidos		
Adiantamentos de Credores por Subsidios Concedidos	46 330,92	141 872,66
Adiantamentos de Credores por Contrato-Programa AEC	10 000,00	-
	56 330,92	141 872,66
Outras contas a pagar:		
Subsidios a Formandos	12 669,08	401,65
Prestadores de Serviços	9 484,18	-
Remunerações Férias e S.F.	104 654,50	84 813,38
Outros por Acréscimo de Gastos	1 313,12	1 448,59
Outras contas a pagar	282,59	-
	128 403,47	86 663,62

No ano de 2022 registou-se o montante de 56.330,92€ a título de "Adiantamentos de credores por subsídios concedidos e por o contrato-programa das atividades de enriquecimento curricular", este valor está previsto na candidatura e no contrato-programa, e engloba montantes de adiantamentos para o ano de 2022 o qual evidencia um decréscimo face a 2021. Em face do desvio da rubrica gerou um acréscimo dos valores em divida de 2022.

A rubrica "outros gastos e perdas" decompõe-se da seguinte forma, para o exercício findo em 2022 e em 2021:

	2022	2021
Impostos e Taxas - IUC	76,49	75,79
Quotizações	1 200,00	1 200,00
Contribuições - Entidade Contratante	3 314,79	2 556,60
Outros gastos e perdas	6,09	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	2 388,25	-
Outros não especificados- Gastos com Formandos	210 689,42	197 596,17
	217 675,04	201 428,56

Av. dos Bombeiros Voluntarios ● 4830 514 Povoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt
2020 Erasmus+

Estes gastos dizem respeito a gastos com impostos e taxas, quotizações, contribuições, custos com formandos – subsídios de alimentação, subsídios de transporte, subsídio de alojamento, bolsas de profissionalização, bolsas de material de estudo e seguro e acidentes pessoais escolares para os formandos. Os gastos e perdas em investimentos não financeiros refletem a caducidade de um contrato de impressão que deixou de constar no cadastro imobilizado.

Em 2022 e em 2021 as rubricas de "estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2022		2021	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	**3 059,56**	**0,00**	**16 059,99**	**0,00**
Pagamentos por conta	3 648,00		21 819,00	
Pagamentos Especiais por conta				
Estimativa de imposto	-602,15		-5 788,15	
Retenção na Fonte	13,71		29,14	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		**5 264,83**		**5 305,00**
Retenção na Fonte		5 264,83		5 305,00
Imposto sobre o valor acrescentado		**253,58**		**112,19**
Contribuições para a Segurança Social / ADSE/ ACSS/ FCT		**39 876,43**		**43 362,96**
	3 059,56	45 394,84	16 059,99	48 780,15

Os valores a pagar dizem respeito à segurança social dos vencimentos do mês de dezembro a pagar até 20 de janeiro de 2023, das retenções na fonte de IRS dos honorários de dezembro a pagar até 20 de janeiro de 2023, e o valor da ACSS relativo à divida de 2020 e 2021 que foi pago em 20 de janeiro de 2023, ficou ainda em divida o valor de 2022 que ascende a 10.198,68€.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades tributárias durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da escola dos anos de 2018 a 2021 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A taxa de imposto sobre o rendimento em vigor aplicável à escola é de 21%.

A Administração da escola entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades tributárias, àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2022 e em 2021.

Av. dos Bombeiros Voluntários • 4830-514 Póvoa de Lanhoso • Tel: 253634811 | Fax: 253634812 • www.epave.pt • comunicacao@epave.pt

O gasto com impostos sobre o rendimento em 2022 e em 2021 é detalhado conforme se segue:

	2022	2021
Resultado Antes de Impostos	2 867,40	27 562,63
Gasto com impostos sobre o rendimento	602,15	5 788,15
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Gasto com Imposto	602,15	5 788,15
Ajustamentos relativos ao imposto de períodos anteriores		
Taxa efectiva de imposto	21,00%	21,00%

Devedores por Transferências de Subsídios

Em 2022 e em 2021 as contas a receber da escola apresentavam a seguinte composição:

	2022			2021		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Outras contas a receber:	527 479,91		527 479,91	372 338,75		372 338,75
Dev Transf Subs POCH+CPN	446 209,84		446 209,84	372 338,75		372 338,75
Dev Transf Subs ERASMUS+	72 049,00		72 049,00			
Dev Transf CMPVL - AEC's	7 899,33		7 899,33			
Dev Transf Sinistro - Vandalismo	1 321,74		1 321,74			

19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A rubrica de "gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 2022 e em 2021 é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Remunerações dos orgãos sociais	39 934,82	
Remunerações do pessoal	501 519,70	470 485,98
Encargos sobre remunerações	122 229,85	107 540,12
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	4 646,68	3 515,46
	668 331,05	**581 541,56**

No decorrer do ano de 2022 verifica-se acréscimo devido a atualizações salariais previstas no Contrato Coletivo de Trabalho para o Ensino Particular e Cooperativo. O número de funcionários oscilou em face do

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Povoa de Lanhoso ● Tel: 253634813 | Fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

ano de 2021, pela contratação de profissionais para fazer face ao contrato-programa assumido pela EPAVE no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular. Deve-se ainda a novas contratações para assumir funções de colaboradores que carecem de ser substituídas em alguns casos, a saber, que se encontra de baixa de maternidade (2 colaboradores) uma de serviço de psicologia, bem como para colaboradores que solicitaram Mobilidade da Direção Pedagógica (1 Colaborador) e Licença sem vencimento (2 Colaboradores) um docente de educação física.

Na rubrica de encargos estão inseridos a valores cobrados pela Segurança Social ao abrigo do Regime de "entidade contratante" e pela ACSS.

Recursos Humanos	Saldo Inicial 2022	Saídas	Entradas	Saldo Final 2022
Funcionários	30		3	33
Docentes - AEC's	0		15	15

Recursos Humanos	Saldo Inicial 2021	Saídas	Entradas	Saldo Final 2021
Funcionários	28	1	3	30

Verifica-se ainda em face da atividade exercida "Formação Profissional", que foram incorridos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, no período e no ano anterior, de acordo com o apresentado no quadro seguinte:

	2022	2021
6224 - Honorários	115 551,28	102 281,00
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	241 812,94	237 434,56
	357 364,22	339 715,56

O Presidente do Órgão de Gestão da escola no exercício findo em 2022 foi remunerado em conformidade com o referido no art.º30 da Lei Nº50/2012 de 31 de agosto.

20 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Povoa de Lanhoso ● Tel 253634811 | Fax 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

PORTUGAL 2020 Erasmus+

A escola é detida em 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso, sendo as demonstrações financeiras consolidadas nessa entidade.

No decurso dos exercícios de 2022 e 2021 foram registadas transações com partes relacionadas com referência ao fornecimento de água e piscinas (aulas de natação- Educação Física) – serviço da responsabilidade do município da Póvoa de Lanhoso e com contrato de arrendamento do edifício pertencente ao Município. Todas as transações e saldos com esta entidade estão divulgados separadamente nas várias notas deste Anexo.

Foi emitida uma carta conforto a favor do Novo Banco como garantia para obtenção de uma linha de crédito de 200.000,00 €, que no final do exercício se encontrava não utilizada.

As transações efetuadas com o Município da Póvoa de Lanhoso e os saldos dos periodos findos em 2022 e 2021 são os seguintes:

	2 022	2 021
Fornecedores / Credores Acréscimo de Gasto		
Fornecedores, conta corrente		
Saldo Inicial:	150,80	104,05
Pagamentos	1 539,73	122 862,03
Pagamentos Rendas		120 000,00
Pagamentos Água	1 539,73	2 862,03
Saldo Final:	120 138,52	150,80
Clientes, Contibuintes e Utentes (POCH + CPN):		
Contribuintes C/c POCH - CPN	-	-
Saldo Inicial:	-	(169 829,58)
Recebimentos	(202 520,66)	(328 155,00)
Recebimentos Contrato Programa - CPN	(174 727,00)	(328 155,00)
Recebimentos Contrato Programa - AEC's	(27 793,66)	
Saldo Final:	30,00	-
Devedores Por Acréscimo de Rendimento - Não exigível	(74 107,18)	(75 267,73)
	46 061,34	(75 116,93)

Ao abrigo da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, as Participações do Município da Póvoa de Lanhoso é conforme se segue:

1 - DADOS SOBRE AS PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE (PERTICIPANTE)

DESIGNAÇÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE PÓVOA DE LANHOSO

NIPC: 506 632 920

QUADRO 1.1 - DADOS DE CARACTERIZAÇÃO GERAL

QUADRO 1.1.1 - ENTIDADES SOCIETÁRIAS PARTICIPADAS

	DENOMINAÇÃO (da participada)	NIPC	TIPOLOGIA		CAE	CAPITAL	PARTICIPAÇÃO		PUBLICAÇÃO ESTATUTOS EM D.R.	DATA DE ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS		UTILIDADE PÚBLICA
			FORMA JURÍDICA	REGIME ESPECÍFICO			VALOR	%		OBJECTO	CAPITAL	
1	EPAVE Escola Profissional do Alto Ave, EM	504 536 606	EPMF		85520	20 000,00	20 000,00	100	III 275 - II Série - 27/11/2001	2017-10-20	2017-10-20	
2												
3												

21 – RELATO POR SEGMENTOS

A Escola desenvolve uma única atividade, relacionada com o ensino profissional, pelo que não existem outros segmentos relevantes, para efeitos de informação a apresentar.

22 – INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

Não Aplicável

23 - OUTRAS DIVULGAÇÕES

Na rubrica de "fornecimentos e serviços externos nos exercícios de 2022 e em 2021 é detalhada conforme se segue:

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Povoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

	2022	2021
6221 - Trabalhos Especializados	23 081,94	19 887,80
6222 - Publicidade	618,69	2 903,83
6224 - Honorários	115 551,28	102 281,00
6226 - Conservação e Reparação	6 681,41	7 272,72
6229 - Outros Serviços Especializados	1 316,10	3 382,91
6231 - Ferramentas e Utens. de Desg. Rápido	12 359,67	6 672,82
6233 - Material Escritório	1 504,72	1 803,71
6235 - Material de Educação Cultura e Recreio	7 663,55	20 301,03
6236 - Artigos de Higiene e Limpeza Vestuario	2 542,06	3 467,64
6241 - Eletricidade	14 883,04	10 034,10
6242 - Combustiveis	496,64	1 066,81
6243 - Água	1 532,22	2 139,34
6244 - Gás	283,89	3 808,67
6251 - Deslocações e Estadas	425,00	1 199,50
6255 - Deslocações ERASMUS+	38 188,10	24 032,88
6261 - Rendas e Alugueres	123 066,52	122 033,07
6262 - Comunicações	2 404,97	2 852,60
6263 - Seguros	3 995,11	3 839,52
6265 - Contencioso e Notariado	305,00	523,75
6268 - Outros Serviços (Gastos Bancários)	464,31	211,86
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	357 364,22	339 715,56

Nos fornecimentos e serviços externos a rubrica com maior relevância é os honorários, em face da atividade exercida de formação e os gastos com os formadores externos (recibos verdes) teve um acréscimo em 2022 face a 2021, devido ao acréscimo de nº de turmas que em 2021-2022 eram 10 turmas e em 2022-2023 passaram para 12 turmas.

Destaca-se ainda a rubrica de rendas e alugueres que a maior relevância é a renda do edificio pago ao Municipio (2022 e 2021: 120.000€).

Na rubrica de "outros rendimentos e ganhos" nos exercícios de 2022 e em 2021 é detalhada conforme se segue:

Av. dos Bombeiros Voluntários • 4830 514 Póvoa de Lanhoso • Tel: 253634811 | Fax: 253634817 • www.epave.pt • comunicacao@epave.pt

	2022	2021
Rendimentos suplementares	20 261,63	12 363,90
Rendimentos e ganhos investimentos não financeiros	4 173,02	0,00
Outros - Imputação de Subsídios para Investimentos	36 057,28	36 057,28
Outros Rendimentos Suplementares	54,76	116,50
	60 546,69	48 537,68

Na rubrica de outros rendimentos e ganhos, respeitam a rendimentos suplementares que abrangem as atividades conexas com a atividade de formação, com maior relevância o serviço de bar. Abrange ainda nesta rubrica imputação do valor das amortizações de subsídios para investimento, e os valores das participações de seguros de Multirriscos pelas ocorrências de eventos seguráveis (vandalismo e danos no elevador).

À data, mantém-se situação de conflito armado entre a Federação Russa e a Ucrânia, tendo daí resultado uma crescente instabilidade ao nível do acesso a recursos energéticos e alimentares, com repercussões na subida dos preços. Apesar de não ser possível mensurar os efeitos desta guerra à data deste relatório, a administração tudo fará para minimizar os mesmos e garantir a continuidade das operações no seguimento da missão da Escola.

Póvoa de Lanhoso, 06 de abril de 2023

O ÓRGÃO DE GESTÃO

Paula Cristina de Sousa Antunes

Paula Cristina de Sousa Antunes (Presidente)

Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira

Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira (Vogal)

Pedro Vale da Silva

Pedro Vale da Silva (Vogal)

O Contabilista Certificado

Valdemar Jorge Azevedo Veloso

Valdemar Jorge Azevedo Veloso

Av. dos Bombeiros Voluntários • 4830-514 Póvoa de Lanhoso • Tel. 253634811 | Fax 253634812 • www.epave.pt • comunicacao@epave.pt

ENCERRAMENTO ORÇAMENTAL 2022

Exmos senhores, em cumprimento do disposto no art. 42º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, o Órgão de Gestão da EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, (E.M) apresenta o relatório de encerramento orçamental de 2022.

Demonstrações Orçamentais:

- Demonstração de Desempenho Orçamental
- Demonstração de Execução Orçamental da Receita
- Demonstração de Execução Orçamental da Despesa
- Demonstração dos Planos de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Povoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax: 253634817 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

PORTUGAL 2020 Erasmus+

DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Rubrica	Recebimentos	Fontes de Financiamento R.P.	R.G. - CT Prog	U.E.	Total
	Saldo de gerência anterior			-	-
	Operações orçamentais (1)			-	-
	Operações de tesouraria (A)				
	Receitas correntes	**39 561,03**	**27 793,66**	**974 648,41**	**1 042 003,10**
R512	Administração Central - Outras entidades		27 793,66	974 648,41	1 002 442,07
R7	Outras receitas correntes	39 561,03			39 561,03
	Receita Capital				
	Receitas efetivas (2)	39 561,03	27 793,66	974 648,41	1 042 003,10
	Receitas não efetivas (3)	-		-	-
R10	Outras receitas de capital				-
R13	Receitas com passivos financeiros				-
	Soma (4) = (1) + (2) + (3)	**39 561,03**	**27 793,66**	**974 648,41**	**1 042 003,10**
	Operações de tesouraria (B)				

Rubrica	Pagamentos	Fontes de Financiamento R.P.	R.G. - CT Prog	U.E.	Total
	Despesa corrente	**8 536,13**	**20 939,30**	**1 064 279,41**	**1 093 754,84**
D11	Remunerações certas e permanentes		19 591,80	637 807,08	657 398,88
D2	Aquisição de bens e serviços	8 536,13	1 347,50	224 543,36	234 426,99
D3	Juros e outros encargos			374,02	374,02
D4.1.5	Administração Local				-
D4.3	Famílias			195 218,68	195 218,68
D6	Outras despesas correntes			6 336,27	6 336,27
					-
	Despesa capital	-		**2 470,95**	**2 470,95**
D7	Investimentos			2 470,95	2 470,95
	Despesa efetivas (5)	8 536,13	20 939,30	1 066 750,36	1 096 225,79
	Despesa não efetiva (6)	-		-	-
D10	Despesa com ativos financeiros				-
D11	Despesa com passivos financeiros				-
					-
	Soma (7) = (5) + (6)	**8 536,13**	**20 939,30**	**1 066 750,36**	**1 096 225,79**
	Operações de tesouraria (C)				
	Saldos para a gerência seguinte				
	Operações orçamentais (8) = (4) - (7)	31 024,90		- 92 101,95	- 54 222,69
	Operações de tesouraria (D) = (A) + (B) + (C)				
	Saldo Global (2) - (5)	31 024,90	6 854,36	- 92 101,95	- 54 222,69
	Despesa primária	8 536,13	20 939,30	1 066 376,34	1 095 851,77
	Saldo corrente	31 024,90	6 854,36	- 89 631,00	- 51 751,74
	Saldo de capital	-	-	- 2 470,95	- 2 470,95
	Saldo primário	31 024,90	6 854,36	- 92 101,95	- 54 222,69
	Receita total (1) + (2) + (3)	39 561,03	27 793,66	974 648,41	1 042 003,10
	Despesa total (5) + (6)	8 536,13	20 939,30	1 066 750,36	1 096 225,79

Av. dos Bombeiros Voluntarios ● 4830 514 Povoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

MAPA ANEXO

Av. dos Bombeiros Voluntários 4830-514 Póvoa de Lanhoso Tel: 253634811 | Fax: 253634812 www.epave.pt comunicacao@epave.pt

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

MAPA ANEXO

Av. dos Bombeiros Voluntários 4830 514 Povoa de Lanhoso Tel: 253634811 | Fax: 253634812 www.epave.pt comunicacao@epave.pt

EPAVE - ESCOLA PROFISSIONAL DO ALTO AVE. E.M.

De: janeiro 2022 **Até: dezembro 2022**

2 - Demonstração de execução orçamental da receita

Rubrica	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos ant. (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar final do período (11)	Grau de execução orçamental	
						Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10)=(5)-(7)		Períodos anteriores (12)=(8)/(2) x100	Período corrente (13)=(9)/(1) x100
R5.1.2 Administração Central - Outras entidades	1 280 601,55	58 398,60	946 905,38	30 654,56	974 648,41			27 821,84	946 826,57	974 648,41		47,64	73,94
R5.1.5 Administração Local	31 774,62		27 823,66		27 793,66				27 793,66	27 793,66	30,00		87,47
R7 Outras receitas correntes	36 444,39	29,14	39 572,32		39 561,03				39 561,03	39 561,03			108,55
Total	1 348 820,56	58 427,74	1 014 301,36	30 654,56	1 042 003,10			27 821,84	1 014 181,26	1 042 003,10	30,00	47,62	75,19

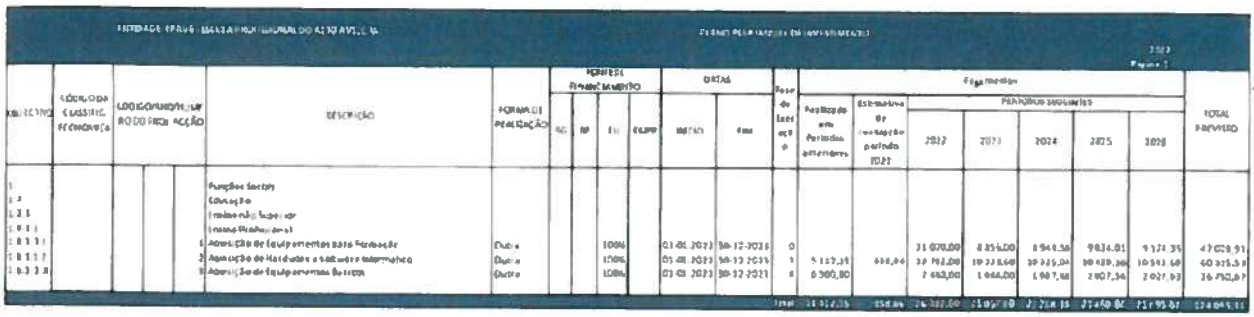
EPAVE - ESCOLA PROFISSIONAL DO ALTO AVE. E.M.

De: janeiro de 2022 **Até: dezembro de 2022**

3 - Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Despesas por pagar de períodos ant. (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos Descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (9)=(4)-(5)	Obrigações por pagar (10)=(5)-(8)	Grau de execução orçamental	
						Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8)=(6)+(7)			Períodos anteriores (11)=(6)/(2) x100	Período corrente (12)=(7)/(2) x100
D1.1 Remunerações certas e permanentes	8 566,75	535 889,15		534 581,48	534 523,46	8 454,46	512 941,72	521 396,18	58,02	13 127,28	1,58	95,72
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais		2 100,00		1 680,00	1 680,00		1 680,00	1 680,00				80,00
D1.3 Segurança social	39 481,50	175 427,25		171 279,75	171 279,75	22 747,14	111 575,56	134 322,70		36 957,05	12,97	63,60
D2 Aquisição de bens e serviços	16 062,28	388 660,16		372 804,80	371 568,65	9 801,82	224 625,17	234 426,99	1 236,15	137 141,66	2,52	57,79
D3 Juros e outros encargos	5,85	1 318,27		656,61	650,61	5,85	368,17	374,02		282,59	0,44	27,93
D4.3 Famílias	401,65	208 718,09		207 887,76	207 887,76	401,65	194 817,03	195 218,68		12 669,08	0,19	93,34
D6 Outras despesas correntes	1 200,00	9 392,23		6 336,27	6 336,27	1 200,00	5 136,27	6 336,27			12,78	54,69
D7 Investimento	3 015,06	6 322,00		5 163,22	5 163,22	1 005,02	1 465,93	2 470,95		2 692,27	15,90	23,19
Total	68 733,09	1 327 827,15		1 300 389,89	1 299 095,72	43 615,94	1 052 609,85	1 096 225,79	1 294,17	202 869,93	3,28	79,27

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

O Anexo às demonstrações orçamentais é composto pelos seguintes elementos:

1 – Alterações orçamentais da receita

2 – Alterações orçamentais da despesa

3 – Alterações ao plano plurianual de investimentos

1 – Alterações orçamentais da receita

Rubrica [1]	Tipo [2]	Receita Alterações Orçamentais Previsões Iniciais [3]	Inscrições / reforços [4]	Diminuições / anulações [5]	Créditos especiais [6]	Previsões corrigidas [7]=[3]+[4]+[5]+[6]	Observações [8]
R5		1 260 224,31	52 151,86			1 312 376,17	
R7		13 944,39	22 500,00			36 444,39	
R12		-				-	
R13		200 000,00		- 200 000,00		-	
Total		**1 474 168,70**	**74 651,86**	**- 200 000,00**	**-**	**1 348 820,56**	

2- Alterações orçamentais da despesa

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que tenham ocorrido no período de relato devendo as rubricas da despesa ter um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas.

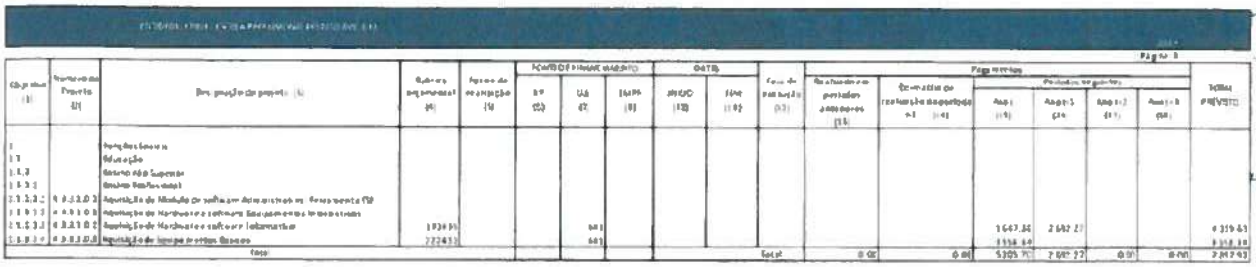
Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Póvoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

Rubrica [1]	Tipo [2]	Despesa	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]	Observações [8]
		Dotações Iniciais [3]	Inscrições / reforços [4]	Diminuições / anulações [5]	Créditos especiais [6]		
D1	P	628 898,33	151 577,02	- 74 308,93		706 166,42	
D2	P	380 604,63	62 799,52	- 47 494,00		395 910,15	
D3	P	1 318,27	-	-		1 318,27	
D4.3	P	185 802,70	28 929,00	- 6 013,61		208 718,09	
D6	P	18 992,23	-	- 9 600,00		9 392,23	
D7	P	26 322,00	-	- 20 000,00		6 322,00	
D11	P	200 000,00		- 200 000,00		-	
Total		**1 441 938,15**	**243 305,54**	**- 357 416,54**	**-**	**1 327 827,15**	

Av. dos Bombeiros Voluntários • 4830 514 Póvoa de Lanhoso • Tel: 253634811 | Fax: 253634812 • www.epave.pt • comunicacao@epave.pt

POCH PORTUGAL 2020 Erasmus+

3 – Alterações ao plano plurianual de investimentos



Classificação (1)	Número do Projeto (2)	Designação do projeto (3)	Custos suportados (4)	Ano de conclusão (5)	NUTS II (6)	NUTS III (7)	Freguesia (8)	CAE (9)	Fonte de financiamento (10)	Pagamentos						Total previsto
										Recebimentos previstos associados (11)	Encargos do projeto suportados (12)	Período de pagamento				
												Ano t (13)	Ano t+1 (14)	Ano t+2 (15)	Ano t+3 (16)	
1		Formações Base														
1.1		Educação														
1.1.3		Ensino não Superior														
1.1.3.1		Ensino Profissional														
1.1.3.1.2	9.3.2.2.3	Aquisição de Módulo de software de gestão de formação (5)														
1.1.3.1.3	9.3.1.1.3	Aquisição de Hardware e software Equipamentos informáticos														
1.1.3.1.3	9.3.2.1.2	Aquisição de Hardware e software - Informática	19 [illegible]			041						1 647,34	2 692,27			4 339,61
1.1.3.1.7	9.3.2.2.3	Aquisição de Equipamentos Básicos	7 224,33			041						1 334,60				8 558,93
Total									Total	0,00	0,00	5 305,70	7 697,27	0,00	0,00	13 002,93

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Póvoa de Lanhoso ● Tel: 253634831 | Fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

PORTUGAL 2020 Erasmus+

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Av. dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Póvoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXMO. SÓCIO

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da **EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M.,** relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Entidade. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação, bem como a eficácia do sistema de controlo interno e do sistema de gestão de riscos, se existentes, na medida em que sejam relevantes para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 No exercício de 2022 a entidade assinou com o Município da Póvoa de Lanhoso um Contrato-Programa celebrado para 2022, elaborado nos termos do artigo 47.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, que especifica que a EPAVE tem direito a receber uma comparticipação financeira para cumprimento das obrigações previstas na cláusula 3.ª do mesmo. Este contrato-programa foi objeto de Parecer Prévio, por nós emitido em 16 de dezembro de 2021, e os montantes relacionados foram transferidos no exercício de 2022, assegurando desta forma as receitas próprias impostas pela regulação comunitária para a atribuição dos diferentes subsídios relacionados com a atividade desenvolvida.

4 Atendendo a que o nº 3 do artigo 22º dos estatutos da EPAVE com a epígrafe "estatuto dos membros do órgão de gestão" faz aplicar subsidiariamente o Estatuto do Gestor Público, exceto no que respeita ao seu recrutamento e seleção. Não chegou ao nosso conhecimento que tenha sido formalizado um contrato de gestão nos termos do artigo 18º do Estatuto do Gestor Público.

5 Não nos foi possível aferir da publicação no sítio da Internet da informação que de acordo com o número 2º do artigo 43º da Lei nº 50/2012 as empresas locais devem manter permanentemente atualizada, nomeadamente, o plano de prevenção da corrupção e dos riscos de gestão.

6 A EPAVE apresenta uma dívida à Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), acumulada de 2020 a 2022, que ascende a 26 927 € a 31-12-2022, tendo, entretanto, sido regularizado o montante de 16 729 € em janeiro de 2023. A restante dívida encontra-se em mora, tendo sido alertado o órgão de gestão para a necessidade da regularização da mesma, e das consequências resultantes desta não regularização, tendo-se comprometido com a sua regularização durante o exercício de 2023.

7 Nos termos do n.º 2 do artigo 54.º, em conjugação com o artigo 67.º, ambos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprova o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, damos nota de que foi cumprida, pela Entidade, a exigência estabelecida no n.º 1 desse mesmo artigo em relação ao Relatório de Boas Práticas do Governo Societário.

8 A Entidade concluiu a implementação da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, por forma a conseguir apresentar no Relatório de Gestão as divulgações que considerou serem as adequadas ao cumprimento ao normativo.

9 Como consequência do trabalho de revisão efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo, a qual apresenta uma opinião não modificada.

10 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da entidade e dos seus resultados;
ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados, são adequados;
iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspetos mais significativos;
iv) as Demonstrações orçamentais da entidade foram preparadas de acordo com o normativo vigente;
v) a proposta de aplicação de resultados se encontra em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

11 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, dos Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que as demonstrações financeiras, as demonstrações orçamentais, o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados estão de acordo com os estatutos da Entidade e com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis.

12 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Entidade com quem contactamos, pela valiosa colaboração recebida.

Porto, 6 de abril de 2023

JÚLIO MARTINS & ALVES DA SILVA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.,
representada por

Assinado por: **ALBERTO MANUEL ALVES DA SILVA MARTINS**
Num. de Identificação: 08438002
Data: 2023.04.06 18:27:07+01'00'
Certificado por: **SCAP**
Atributos certificados: **Gerente de JÚLIO MARTINS & ALVES DA SILVA, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA**
CHAVE MÓVEL

Alberto Manuel Alves da Silva Martins, R.O.C. nº 974
Registado na CMVM com o nº 20160691

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Av dos Bombeiros Voluntários ● 4830-514 Povoa de Lanhoso ● Tel: 253634811 | Fax: 253634812 ● www.epave.pt ● comunicacao@epave.pt

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

DL nº133/2013 art. 54º

Av. dos Bombeiros Voluntários • 4830-514 Póvoa de Lanhoso • Tel: 253634811 | Fax: 253634812 • www.epave.pt • comunicacao@epave.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **EPAVE – ESCOLA PROFISSIONAL DO ALTO AVE, E.M.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 950 803 euros e um total de património líquido de 588 664 Euros, incluindo um resultado líquido de 2 265 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **EPAVE – ESCOLA PROFISSIONAL DO ALTO AVE, E.M.** em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- ✓ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;

- ✓ elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ✓ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ✓ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ✓ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ✓ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ✓ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ✓ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ✓ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos

que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- ✓ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a alingir uma apresentação apropriada; e
- ✓ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Auditamos as demonstrações orçamentais da Entidade, que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 1 042 003 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 1 096 226 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M.

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 6 de abril de 2023

JÚLIO MARTINS & ALVES DA SILVA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.,
representada por

Assinado por: **ALBERTO MANUEL ALVES DA SILVA MARTINS**
Num. de Identificação: 08438002
Data: 2023.04.06 18:25:30+01'00'
Certificado por: **SCAP**
Atributos certificados: **Gerente de JÚLIO MARTINS & ALVES DA SILVA, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA**
CHAVE MOVEL

Alberto Manuel Alves da Silva Martins, R.O.C. nº 974
Registado na CMVM com o nº 20160591